Série ACADÊMICA

A NOVA URBANIZAÇÃO DEPENDENTE

no capitalismo rentista-neoextrativista

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Nelson Diniz
ORGANIZADORES

LETRCAPITAL
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
FAPERJ

O debate em torno da abordagem da dependência das grandes potências hegemônicas capitalistas como causa determinante do atraso econômico, social e político dos países latino-americanos e sua aplicação no conceito de urbanização dependente, que explicaria os problemas urbanos na região, entre os pesquisadores que os propuseram e seus textos, e aqueles que os criticavam e postulavam outras explicações no âmbito das teorias críticas, preencheu as páginas da pesquisa científica emergente nas décadas de 1960 e 1970, sem que se chegasse a uma conclusão definitiva, como é natural no campo científico.

Seus atores seguiram caminhos muito diversos: alguns abandonaram suas posições críticas e se uniram a outras correntes de pensamento; enquanto outros mantiveram suas posturas ao longo dos anos que se passaram.

Quase meio século depois, as proposições sobre a dependência e suas implicações territoriais retomam a discussão, mantendo suas posturas teóricas e metodológicas, no marco de um renovado debate sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, e a necessidade de elaborar uma teorização que as inclua e desenvolva, no âmbito da aceleração das mudanças tecnológicas, da globalização, da cidade inteligente, do capitalismo de plataforma, do despojo generalizado, do neoextrativismo e da reprimarização que hoje caracterizariam o padrão neoliberal de acumulação de capital.

Este livro reúne importantes análises recuperando esses conceitos, particularizados ao Brasil, a nação-continente mais desenvolvida em termos do capitalismo latino-americano. Dada a importância da discussão em meio à qual é publicado, recomendamos amplamente sua leitura e estudo, juntamente com os materiais do debate histórico do qual faz parte, no qual participamos no passado, e mantemos a postura então assumida.

EMILIO PRADILLA COBOS
Cidade do México, Janeiro de 2025

SOBRE OS ORGANIZADORES



LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e Professor Colaborador do Centro de Ciências do Homem da UENF. Pesquisador Emérito pela FAPERJ, Ribeiro é coordenador nacional do INCT Observatório das Metrópoles, com reconhecimento nos diversos temas que permeiam os desafios das metrópoles brasileiras e o desenvolvimento nacional. É editor das revistas científicas *Cadernos Metrópole* e *e-Metropolis*. É autor e organizador dos livros *A metrópole em questão* (2017), *As metrópoles e o capitalismo financeirizado* (2020), *Metrópole e Pandemia* (2022) e da coleção *Reforma Urbana e Direito à Cidade* (2022), que conta com 17 números, apresentando os dilemas das metrópoles que sediam núcleos do Observatório.



NELSON DINIZ

Licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II, atuando tanto na Educação Básica quanto na Licenciatura em Geografia. É autor de *A financeirização na longa duração: dinheiro, tempo e poder*.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Nelson Diniz
Organizadores

A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista

LETRCAPITAL



Copyright © Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Nelson Diniz, 2025
doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor João Baptista Pinto

Revisão Dos autores

Projeto Gráfico Jenyfer Bonfim

Capa Tiago Soares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N825
A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista [recurso eletrônico] / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Nelson Diniz. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.
Recurso digital ; 12 MB

Formato: ePDF
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5252-129-3 (recurso eletrônico)

1. Urbanização - Brasil. 2. Planejamento urbano. 3. Capitalismo. 4. Estado e política urbana - Brasil. 5. Livros eletrônicos. I. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. II. Diniz, Nelson.

25-96688.0 CDD: 307.76
CDU: 711(81):330.342

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643
07/03/2025 13/03/2025

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Observatório das Metrópoles

Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, Ilha do Fundão
Cep 21941-901 Rio de Janeiro, Brasil
karol@observatoriodasmetropoles.net
www.observatoriodasmetropoles.net.br

Letra Capital Editora

Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)



AGRADECIMENTOS

Esta coletânea não teria sido possível se não estivesse amparada em anos de pesquisas, empíricas e teóricas, desenvolvidas no **INCT Observatório das Metrópoles**, no âmbito do qual funciona, ao menos desde 2015, o **Grupo de Pesquisa Metrópole, Estado e Capital**, constituído para promover e aprofundar reflexões teóricas e analíticas sobre as mudanças na ordem urbano-regional do capitalismo brasileiro.

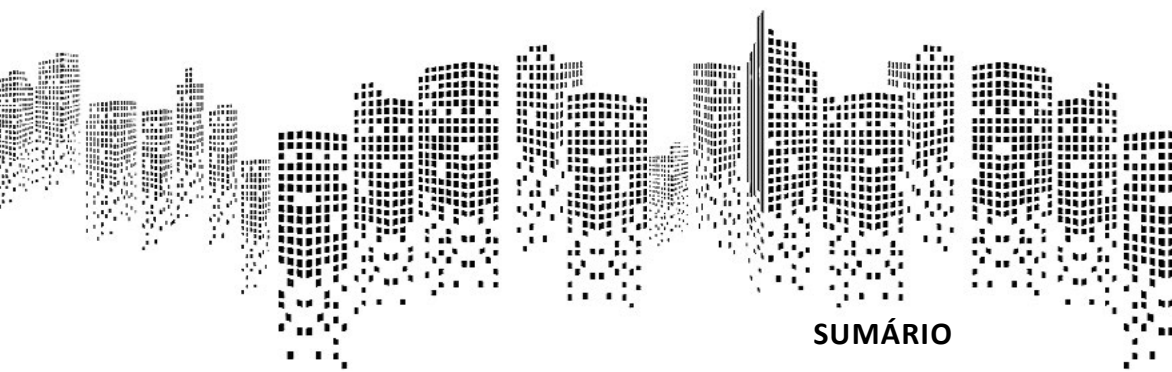
A coletânea reúne textos inéditos e outros recém-publicados, escritos tanto pelos integrantes do grupo quanto por autores e autoras com quem mantivemos interlocução acadêmica nos últimos anos. Essa interlocução, que envolveu pesquisadores e pesquisadoras de dentro e de fora do Observatório das Metrópoles, desdobrou-se, entre 2023 e 2024, numa dinâmica sistemática de seminários *online*, nos quais os capítulos foram amplamente debatidos e mesmo reelaborados de acordo com a concepção geral do projeto[1]. Ou seja, o leitor e a leitora têm em mãos, efetivamente, uma obra coletiva, articulada pelas questões e propósitos iniciais e expressando um longo processo de diálogo crítico.

Além disso, cumpre mencionar que esta publicação e o projeto do qual decorre foram financiados pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro: FAPERJ INCT Processo 200.964/2018; FAPERJ Programa "Pesquisador Visitante (PVE) – 2022" (Processo SEI-260003/002310/2022); FAPERJ Programa "Cientista do nosso Estado – 2022" (Processo SEI-260003/007036/2022). Também foram financiados pelo CNPQ – Conselho Nacional de Desen-

[1] Os registros das interações entre os autores e as autoras participantes do projeto, além de outros materiais, como notas de reflexão, memórias, sugestões de conteúdos etc., estão disponíveis em: https://sites.google.com/view/anovaurbanizacaodependente.

volvimento Científico e Tecnológico: CNPQ INCT Processo 424922/2021-5; CNPQ Bolsa Produtividade Processo (PQ) 309243/2019-0.

Agradecemos, portanto, à FAPERJ e ao CNPq, pelo apoio financeiro, aos pesquisadores e pesquisadoras do Observatório das Metrópoles, pela inspiração, e aos autores e autoras que participaram do projeto, pela oportunidade da reflexão coletiva.



SUMÁRIO

Apresentação..... 17
Neil Brenner

Prefácio..... 19
Carlos Eduardo Martins

Dependência e ordem urbana no século XXI: em busca de um marco teórico..... 29
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Nelson Diniz

Parte 1. A nova urbanização dependente: aportes teóricos e perspectivas de análise..... 63

Capítulo 1. Revisitando a dependência: relações de troca, dependência 4.0 e o caso do Brasil 65
Leda Maria Paulani

Capítulo 2. Uma crítica das operações extrativistas do capital: para um conceito ampliado de extrativismo 95
Verónica Gago
Sandro Mezzadra

Capítulo 3. Metrópole, Estado e Capital na dependência rentista-neoextrativista: para entender a ordem urbana antinação..... 119
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Igor Pouchain Matela
Nelson Diniz

Capítulo 4. Capitalismo(s) na terceira década do século XXI: estruturas e conjunturas da expropriação, exploração e extração na produção do espaço..... 153
Carlos Brandão

Capítulo 5. Dependência e produção do espaço no Brasil 175
Igor Pouchain Matela

Parte 2. Dinâmicas demográficas, econômicas e imobiliárias na nova urbanização dependente 205

Capítulo 6. Novo regime demográfico e nova dependência: que relações? 207
Érica Tavares
Guilherme Vasconcelos Pereira
Ana Beatriz Xavier

Capítulo 7. Desindustrialização nas metrópoles brasileiras 237
Marcelo Gomes Ribeiro

Capítulo 8. O circuito imobiliário na América Latina: dependência, neoliberalismo e ditadura no Chile 263
Vitor Hugo Tonin

Capítulo 9. Os agentes da construção civil, do mercado imobiliário e das finanças rumo a um campo ampliado da financeirização urbana nas cidades "fora do radar" 301
Lúcia Zanin Shimbo

Capítulo 10. Capitalismo dependente e produção social do espaço na cidade do Rio de Janeiro: possíveis transformações na "sagrada aliança" 323
Erick Omena
Breno Serodio
Utanaan Reis Barbosa Filho
Lucas Gregório

Parte 3. Dependência e aglomerações neoextrativistas 355

Capítulo 11. Agronegócio e urbanização dependente no Brasil 357
Denise Elias

Capítulo 12. Grandes investimentos, dependência e conflitos socioespaciais no território petrolífero: o Estado do Rio de Janeiro 385
José Luis Vianna da Cruz
Joseane Souza
Denise Cunha Tavares Terra

Capítulo 13. A Hidrovia Paraguai-Paraná na geopolítica global: dependência, produção do espaço e a retomada dos Estados Unidos da infraestrutura regional crítica sul-americana 417
Martin Scarpacci

Capítulo 14. Neoextrativismo e hegemonia: o investimento social privado nos territórios minerados da Região Metropolitana de Belo Horizonte 441
Junia Ferrari
Renato Barbosa Fontes
Léa Guimarães Souki

Parte 4. Dependência e urbanização logística 465

Capítulo 15. Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo 467
Bruno Siqueira Fernandes
Alessandro Peregalli
Thiago Canettieri

Capítulo 16. As cidades dos galpões: expressões da dependência no processo de urbanização logística 497
Pedro Paulo Gonçalves
Nelson Diniz

Capítulo 17. Cidades portuárias em tempos de urbanização logística: o caso de Santos 517
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
Helton Saragor de Souza
Marina Ferrari de Barros
Terezinha de Fátima Rodrigues

Capítulo 18. Finanças, infraestrutura e o espaço nacional: da integração produtiva à desintegração neoextrativista da nação 543
Alexandre Mitsuro da Silveira Yassu
Jeroen Johannes Klink

Parte 5. A nova urbanização dependente: conflitos, atores e alternativas 569

Capítulo 19. Superexploração do trabalho e espoliação urbana 4.0: o caso da Uber Moto na cidade do Rio de Janeiro 571
Paulo Roberto Monsores
Nelson Diniz

Capítulo 20. Cidades inteligentes... e rebeldes? Pensando alternativas ao neoliberalismo urbano para o Brasil 601
Dante Chiavareto Pezzin

Capítulo 21. Trabalho, extrativismo e as novas disputas pelo espaço urbano 625
Gilberto Cunha Franca

Capítulo 22. Movimentos sociais e a luta pela ocupação social dos territórios periféricos: os casos de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires 649
Dennis de Oliveira
Fabiana Felix do Amaral e Silva

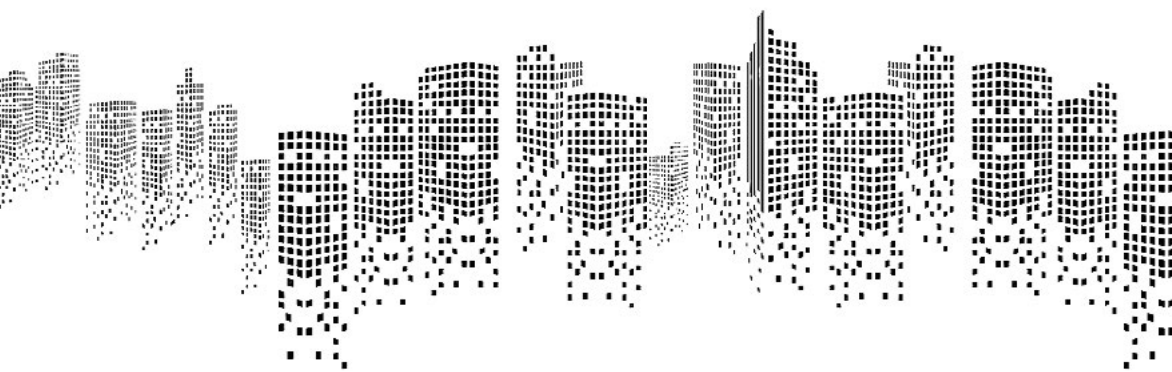
Capítulo 23. Descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa 681
Rita Velloso

Capítulo 24. A crise da democracia, os projetos políticos e a reconstrução democrática do Brasil: elementos de avaliação e estratégia 709
Luciano Fedozzi

Sobre os autores 735

Notas 741

Referências 775



LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Características fundamentais do processo de urbanização dependente na América Latina dos anos 1960-1970 (segundo Manuel Castells) 35

Formas do rentismo contemporâneo 41

Despesas com Bal. Rendas exceto ordenados x PIB – índice 1980=100 93

Sucessão de formas históricas da dependência segundo Leda Paulani 130

Tempo médio de espera (minutos) 140

Tempo médio de viagem (minutos) 140

Taxa de desocupação no Brasil (2012-primeiro trimestre de 2023) 141

Índice de vulnerabilidade social e risco ambiental (IVSRA) 143

Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições 144

Estimativa Preliminar para o Balanço de Pagamentos do Brasil (1876-1897) (Em milhares de libras) 189

Concentração das empresas de plataforma por país e localização das cidades onde essas empresas foram identificadas 201

Padrões de produção do espaço no Brasil e formas históricas da dependência 204

Transição urbana e novo regime demográfico no Brasil – 1920/2020 220

Variação percentual (%) da população por nível territorial (2010-2022) 225

Evolução da participação (%) no total populacional do país por nível territorial (2000-2022) 226

Variação percentual (%) da população por nível territorial (1991-2022) 227

Variação percentual (%) da população segundo estrutura etária (2010-2022) e porte populacional (2022) por nível territorial 228

Regiões do extrativismo no Brasil – regiões imediatas selecionadas 233

Participação do VAB do setor industrial sobre o PIB das principais regiões metropolitanas e do Brasil e participação do VAB industrial das principais regiões metropolitanas no VAB industrial do Brasil – 2002 a 2020 (em %) 247

Participação do VAB setorial da indústria no PIB brasileiro – 2002 a 2020 (em %) 248

Participação do VAB da indústria de transformação no PIB, participação do VTI na indústria de transformação no PIB e participação do VAB da indústria de transformação no VTI da indústria de transformação do Brasil – 2007 a 2020 (em %) 249

VTI da indústria de transformação, a preços constantes – Brasil e principais regiões metropolitanas – 2007 a 2020 250

Participação do VTI das principais regiões metropolitanas em relação ao VTI do Brasil e variação real do VTI entre 2007 e 2019, segundo o Nível de Intensidade Tecnológica e a Divisão CNAE 2.0 da Indústria de Transformação – 2007 e 2019 (em %) 254

Participação da região metropolitana por nível de intensidade tecnológica no VTI no conjunto das principais regiões metropolitanas do Brasil (2007 e 2019) e diferença da participação entre 2019 e 2007 (em %) 257

Licenças de edificação no Chile, em m², 1982-2018. 274

Sínteses das transformações ocorridas no primeiro ciclo do circuito imobiliário..... 287

Síntese das transformações ocorridas no segundo período do circuito imobiliário..... 296

Quadro analítico proposto..... 305

Principais características das estratégias espaciais e resultados socioespaciais relacionados com a excessiva construção de habitações. 307

Atores, estratégias e instrumentos presentes na dimensão política. 311

Atores, estratégias e instrumentos na dimensão financeira. 314

Atores, estratégias e instrumentos presentes na dimensão da produção. 318

Taxa de Juros – Selic..... 344

Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM, em R$ bilhões..... 344

Participação de CRIs e FIIs nas Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM..... 344

Crescimento das remessas de lucro para o exterior por setores. 345

Operações Interligadas aprovadas pelo Reviver Centro até abril de 2024, com base nas informações do Relatório mensal do programa e da base de CNPJs da Receita Federal (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024). 350

Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões..... 391

Grandes empresas e participação no mercado mundial..... 393

Participação das regiões do mundo no PIB mundial (em %)..... 396

Mapa dos Investimentos em Transporte, do Plano Nacional de Logística-PNL 2025..... 398

Evolução das transferências de royalties e participações especiais (em mil reais) da produção petrolífera para os municípios do NF Selecionados 401

Grandes investimentos em logística portuária no ERJ, operando e em realização 403

População e Taxa de Crescimento Médio Anual do Brasil, ERJ e Municípios Selecionados do NF (2000-2022) 406

Estoque de Emprego Formal (CLT) 411

Hidrovia Paraguai-Paraná com profundidades navegáveis atuais 422

Cronologia da concessão do trecho argentino da Hidrovia Paraná-Paraguai. 426

Mapa de localização do vetor sudeste no Quadrilátero Ferrífero 444

OSC's por faixas do ano de criação no Brasil 449

OSC's ativas em 2016, por região e década de criação (%) 450

Diretrizes e Princípios recorrentes entre as mineradoras 453

Volume de vendas no e-commerce brasileiro em milhões de vendas 499

Total de empregados formalmente – 2012-2020 em milhares 508

Centro de distribuição da Amazon em Tijuana, México. 513

Comparativo da ocupação dos lotes na região central de Santos entre 1945 (preto) e 2014 (verde) 532

Evolução das áreas de permissão de usos impactantes (vermelho), zonas portuárias delimitadas (hachura preta) e uso residencial de padrão popular/econômico de acabamento e padrão fino/luxo 533

Variação de preços das *commodities* (1995-2023) 544

Corredores logísticos estratégicos de exportação 553

Taxa de crescimento da produção anual de Soja no Brasil, da demanda chinesa e da área plantada 556

Variação do número e valores de contratos de PPP's
e concessões de infraestruturas no Brasil..... 558

Síntese das transformações da coalizão desintegradora
neoextrativista..... 566

Taxa de informalidade da população ocupada, por UFs (%) –
1º trimestre de 2024 586

Renda Média na Região Metropolitana e na cidade
do Rio de Janeiro..... 592

Peso da tarifa do transporte público na renda da população
da Região Metropolitana e da Cidade do Rio de Janeiro (%) 593

Principais empresas do mercado de "cidades inteligentes"
no mundo (por setor em 2024)..... 609

Tipologia das estratégias anticapitalistas de Erik Olin Wright
(2019)..... 615

Endividamento das famílias brasileiras..... 641

População preta e parda..... 660

Remuneração média mensal..... 661

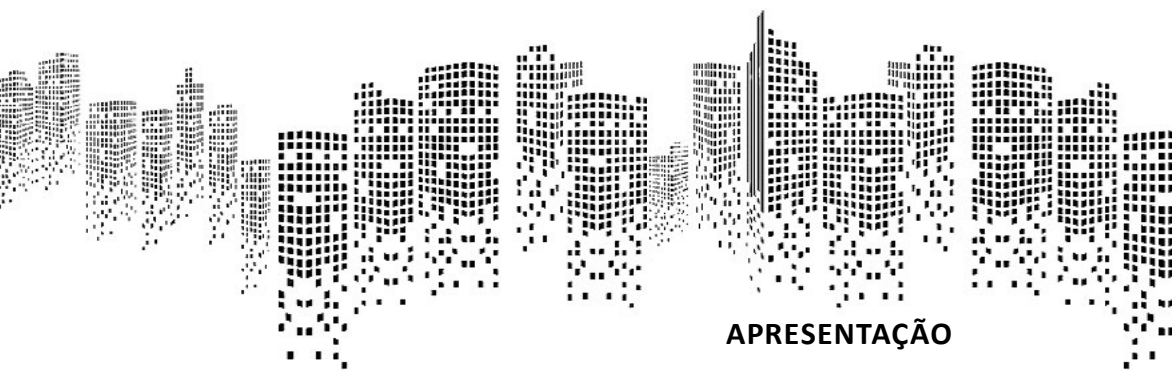
Dialética dos conflitos periféricos 665

Buenos Aires distritos econômicos 667

Formas de organização política dos territórios periféricos:
o caso do grupo La Boca Resiste Propone 669

Mapa Bogotá 672

Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado
pelo IBGE para uso dos recenseadores..... 681



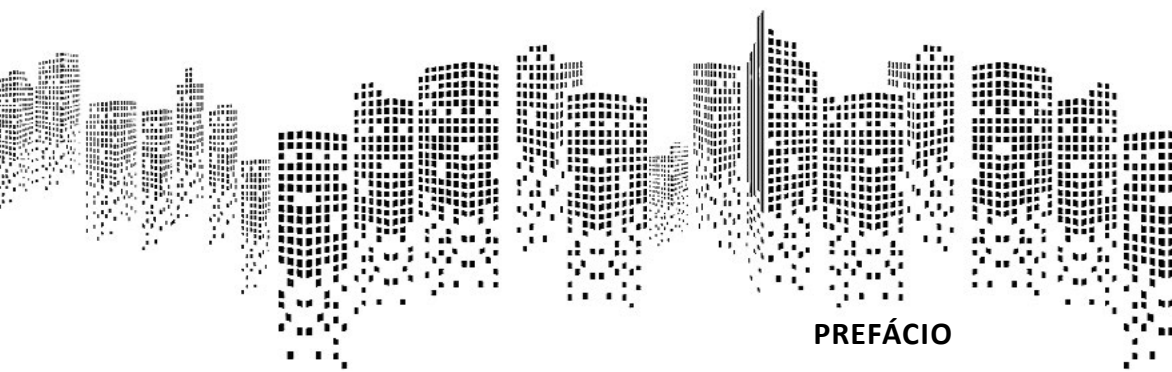
APRESENTAÇÃO

NEIL BRENNER[1]

A forma capitalista de urbanização depende não apenas do crescimento das cidades, mas também das relações imperialistas de extração que canalizam matéria, energia e trabalho de regiões periféricas para centros metropolitanos. A ordem urbana do capitalismo global, assim, sustenta-se em sistemas de dependência, subordinação e troca ecológica desigual, mediados pela violência estatal, que direcionam fluxos de valor através dos territórios para sustentar a reprodução do capital.

Este livro abrangente, teoricamente ambicioso e profundamente pesquisado ilumina de maneira vigorosa tais dinâmicas no Brasil contemporâneo, onde o tecido urbano capitalista continua a ser profundamente moldado por dinâmicas extrativistas e agroindustriais, acompanhadas de sucessivas ondas de mega-investimentos em configurações infraestruturais colossais. Uma obra colaborativa brilhante que exemplifica com força o rigor teórico, a capacidade analítica, a amplitude empírica e a visão emancipatória dos estudos urbanos radicais contemporâneos no Brasil.

[1] Professor Lucy Flower de Sociologia Urbana | Presidente do Comitê de Meio Ambiente, Geografia e Urbanização (CEGU) | Departamento de Sociologia e Comitê de Meio Ambiente, Geografia e Urbanização | Universidade de Chicago 1126 E. 59th Street, Chicago, IL 60637 EUA.
Página pessoal https://chicago.academia.edu/NeilBrenner.



Origens, história e balanço da teoria marxista da dependência no século XXI

CARLOS EDUARDO MARTINS[1]

Testemunhamos, no século XXI, o renascimento do interesse pela teoria da dependência, particularmente em sua versão marxista. É o que podemos notar, por exemplo, quando estamos diante de uma obra como esta, que busca identificar e analisar os nexos contemporâneos entre dependência e urbanização. Mas, afinal de contas, o que é a teoria marxista da dependência e como ela pode ajudar a compreender os dilemas do nosso tempo?

A teoria marxista da dependência (TMD) foi formulada nos anos 1960, impulsionada pelas crises do nacional-desenvolvimentismo e do padrão de desenvolvimento dependente-associado e pela Revolução Cubana. Ela colocou em xeque as teorias cepalinas, as teorias da modernização formuladas nos centros imperialistas, e as interpretações e estratégias dos partidos comunistas para a América Latina alinhados à União Soviética. Renovou as análises de nossa formação social e as teorias do imperialismo, chocando-se com as interpretações esquemáticas e dogmáticas do marxismo, contribuindo decisivamente para revigorar sua matriz revolucionária e dialética. A TMD não é apenas uma teoria regional, capaz somente de reinterpretar as análises de classes na

[1] Professor Associado do IRID e do PEPI (UFRJ), pesquisador do CLACSO, editor de Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e desenvolvimento.

América Latina, mas possui alcance mais amplo para uma reinterpretação global do capitalismo. A economia mundial é a geoespacialidade de constituição e desenvolvimento do capitalismo, através dela é que este maximiza os seus lucros extraordinários. A compreensão de um segmento relevante que a constitui, como as formações sociais dependentes, leva à reinterpretação de sua totalidade, que se estabelece pelo avanço da análise sobre a interação dialética entre suas partes. A economia mundial é não apenas uma realidade estritamente econômica, mas parte estratégica de um sistema de poder que articula dimensões sociais, políticas, econômicas, ideológicas e geoespaciais.

A mais destacada contribuição da TMD é a análise de classes das sociedades latino-americanas e periféricas, constitutivas do que Lenin já chamava de Estados semicoloniais ou países dependentes, mas esta implicou na redefinição da teoria do imperialismo. O autor russo os caracterizou como detentores de independência política formal, mas subordinados economicamente e diplomaticamente ao capital financeiro. A TMD apontou que, ao contrário do que supunha Lenin, esses Estados tornaram-se a regra e não a exceção nas periferias da economia mundial. Analisou a reestruturação do imperialismo no pós-guerra destacando as transformações da divisão internacional do trabalho, o papel central das corporações transnacionais e da liderança das frações industriais do grande capital sobre as financeiras. Theotonio dos Santos apontou o controle dos Estados Unidos sobre a revolução científico-técnica, que se iniciava, como chave para a sua liderança na economia mundial. Ruy Mauro Marini retomou as análises de Marx a respeito dos efeitos do comércio exterior sobre a tendencia decrescente da taxa de lucro e indicou o papel da economia exportadora da América Latina e dos países periféricos neste processo. A definição do imperialismo como política colonial do capital financeiro e predomínio do rentismo e da fração bancária sobre a industrial deu lugar a outra que o vinculou à liderança produtiva e científico-tecnológica na divisão internacional do trabalho e ao estabelecimento de uma situação de compromisso entre as frações do grande capital dos países centrais e a dos países dependentes, que substituiu a anexação política como norma. A

tendência ao parasitismo vista por Lenin nos países imperialistas não era absoluta e a dinamização do capitalismo na periferia dependente não a lançava para os centros da economia mundial, mantendo sua posição subordinada em uma divisão internacional do trabalho dinâmica. Posteriormente, Giovanni Arrighi, inspirado pela TMD, construiu sua teoria dos ciclos de hegemonia vinculando-os a períodos de expansão e de crise, os primeiros associados à liderança material dos processos de acumulação e os últimos à liderança financeira. Ele incluiu a fase imperialista da acumulação de capital nesses processos cíclicos. O núcleo fundador da TMD, a que pertencem também Vânia Bambirra e Orlando Caputo, jamais renunciou à leitura das bases materiais da liderança imperialista e tendeu interpretar a financeirização da globalização neoliberal como produto da crise estrutural do modo de produção capitalista e dos fenômenos cíclicos descritos por Arrighi, principalmente por meio de Theotonio dos Santos.

Ao analisar as estruturas de classes na América Latina, a TMD destacou que as frações mais dinâmicas da burguesia dependente alcançavam internamente dimensões monopólicas e lucros extraordinários se vinculando à tecnologia e ao crédito estrangeiros, ao mercado internacional e ao mercado interno de bens de consumo suntuários – onde o capital estrangeiro assumiu papel de destaque, através de suas filiais, liderando os processos de industrialização, por vezes, em associação com as burguesias locais. Instituiu-se um padrão de acumulação subordinado ao mais-valor extraordinário, sob o protagonismo de monopólios internacionais e internos, que implicou em dupla transferência de mais-valor: atinge negativamente as frações mais dinâmicas do grande capital, situadas abaixo das condições médias de produção internacionais, e aquelas em posição inferior às condições médias internas. Para além da apropriação de mais-valor estabelecida pela redução do valor do produto individual em relação ao valor social, Marini assinalou que a tecnologia economiza força de trabalho e disponibiliza demanda para a realização da produção de bens de consumo suntuário, determinando a deterioração dos termos da troca que se impõe sobre a economia exportadora latino-americana, intensiva em produtos primários, e sobre os

seus segmentos de menor intensidade de capital. As transferências de mais-valor se efetivam também por remessas de lucro e transações intrafirma entre filiais e matriz das corporações transnacionais e por pagamentos de juros e amortizações ao capital financeiro internacional. Para ultrapassar essas limitações sobre as taxas de mais-valor e de lucro as burguesias dependentes estabelecem como pilar da acumulação a superexploração dos trabalhadores, que é uma espécie de mais-valor extraordinário espúrio: ao invés de se assentar na elevação da produtividade, se fundamenta na queda dos preços da força de trabalho por debaixo de seu valor, mediante a regressão salarial, extensão da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. A obra matricial para definir o conceito de superexploração do trabalho é *Dialética da dependência* (1973), de Ruy Mauro Marini.

Outro tema analisado por Ruy Mauro Marini é o do subimperialismo. O subimperialismo representa a entrada dos países dependentes no estágio do capital financeiro e de composição intermedia do capital, articulando capital bancário e capital industrial, o que se chocaria com os limites do mercado interno estabelecidos pela superexploração, impulsionando a busca pelo comércio exterior dirigida aos países periféricos e ao entorno regional, bem como, neles, de fontes de matérias-primas e investimentos. Um forte limite para o desenvolvimento do subimperialismo é a expansão do imperialismo, que restringe o seu raio de ação. O subimperialismo poderá se vincular ainda a projetos geopolíticos próprios que buscam distender e tensionar os limites da dependência, exercer certo nível de liderança regional, aprofundar assimetrias, e avançar no grau de domínio sobre tecnologias de bens capital e de uso militar.

A superexploração do trabalho limitaria relativamente a capacidade interna de desenvolvimento de forças produtivas e seria a base da reprodução ampliada da dependência. Ela estabeleceria ainda um cenário propenso a instabilidades e crises políticas, colocando a democracia liberal em risco, uma vez alcançado certo grau de organização dos trabalhadores. As alternativas do Estado capitalista dependente seriam as de romper com a democracia e estabelecer ditaduras ou impor altos níveis de desem-

prego para que a lei do valor pressione os preços da força de trabalho para debaixo do seu valor. Essas alternativas poderiam se conjugar. Isso levou Theotonio dos Santos a reivindicar o conceito de fascismo dependente para analisar as ditaduras militares do grande capital impostas nos anos 1960, 70 e 80 na região. Para o autor, a essência do fascismo é constituir-se como ditadura do grande capital, sendo o movimento de massas um aspecto contingencial, necessário durante o processo de ascensão do fascismo, mas posteriormente secundário, estando claramente subordinado à hierarquia estatal. Nos países dependentes, a maior fragilidade do movimento de massas, não deveria afastar o conceito. O fascismo tem por objetivo substituir o regime político liberal por um regime de exceção permanente, tolerando que o sistema representativo sobreviva apenas de forma retórica e sem substância. O autor destacou, entretanto, as contradições do fascismo para a própria dominação burguesa, indicando os possíveis conflitos para o padrão de acumulação entre o monopólio político exercido por uma tecnoburocracia militar nacional e as frações estrangeiras e associadas do grande capital, que são as mais dinâmicas em situações de dependência.

A partir dos anos 1990, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini realizaram um balanço de suas contribuições à luz das transformações trazidas pela globalização neoliberal. Theotonio acentuou a revisão da teoria do imperialismo pela TMD, propondo-a como a primeira etapa de elaboração de uma teoria marxista do sistema-mundo. Isso a colocou em diálogo com as análises do sistema-mundo desenvolvidas por Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e por André Gunder Frank. O ponto de partida analítico não era apenas a economia mundial capitalista, mas sobretudo um sistema mundial da qual aquela era um elemento constitutivo, dirigido por poderes hegemônicos limitados por uma arquitetura política interestatal. Theotonio trouxe para o enfoque do sistema-mundo os conceitos de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratieff, ampliando o seus recursos teórico-metodológicos e introduzindo a base analítica para pensar a transição do sistema-mundo capitalista para outro sistema no século XXI. A TMD desdobrou-se para a geopolítica interpretando polarizações

contemporâneas e postulando desenhos de integração regional e de articulação do Sul global. Ruy Mauro Marini defendeu que a superexploração se estende aos países centrais com a reestruturação da divisão internacional trabalho provocada pela globalização capitalista. A produção industrial na periferia vincula-se a vantagens locacionais, dirige-se ao mercado mundial e passa a regular o salário dos trabalhadores dos países centrais acentuando as desigualdades. O autor destacou que a desindustrialização e financeirização do Estado brasileiro, impulsionadas pelo neoliberalismo, eram limitações significativas ao projeto subimperialista.

Um balanço da TMD permite destacar alguns aspectos:

a) A fórmula do desenvolvimento do subdesenvolvimento que sustentou, criticada pelos desenvolvimentismos de diversos matizes, incluindo a versão da dependência de Fernando Henrique Cardoso, revelou grande precisão histórica. FHC, como intelectual, colocou no centro de suas análises o desenvolvimento, mas o período industrialista foi curto, não rompeu com a dependência tecnológica e financeira e se extinguiu no fim dos anos 1970. O caso brasileiro é o exemplo por excelência. Ele mesmo, como político, articulou internamente o giro ao neoliberalismo e desmontou as pretensões desenvolvimentistas que, subordinadas ao projeto de acumulação da burguesia dependente, nunca foram o seu eixo, entrando em contradição com a expectativa de futuridade que sustentou em suas obras clássicas. Modelo do pensamento desenvolvimentista na América Latina, o Estado brasileiro impulsionou um dos padrões de financeirização e desindustrialização mais agressivos no mundo, iniciado nos anos 1980, mas consolidado a partir dos anos 1990. Destruiu grande parte do movimento sindical, restringiu o proletariado de serviços, subordinou o gasto público à austeridade fiscal e fortaleceu o controle do Estado pelo capital financeiro fictício, agronegócio, monopólio midiático e militares, restringindo as ameaças políticas;

b) A superexploração dos trabalhadores se evidencia em dramáticos níveis de desigualdade, altas taxas de pobreza,

baixos salário reais, na maior extensão e intensificação da jornada de trabalho, precarização do emprego e destruição de direitos sociais. O conceito formulado por Marini, todavia, deve tomar como valor da força de trabalho, aquele determinado pelas condições médias de produtividade da economia mundial, que em condições monopólicas se aproxima do estabelecido pelos capitais de composição orgânica superior. Este desenvolvimento do conceito, atende às premissas metodológicas da TMD, e torna-se fundamental para evitar confusões, como o vínculo obrigatório com a pauperização crescente, que lhe são atribuídas para enfraquecê-lo;

c) A fragilidade democrática do capitalismo dependente e as tentações fascistas a que dá lugar se confirmam nos golpes de Estado e na crise da democracia liberal na América Latina no século XXI, esgotada a conjuntura econômica internacional favorável para a região. Fascismo e neoliberalismo são dois vetores de controle dos movimentos sociais e políticos e tendem a se combinar. Na ditadura militar do grande capital implementada em 1964, os segmentos visceralmente refratários à redemocratização eram ligados à liderança neoliberal e pró-estadunidense de Silvio Frota. Jair Bolsonaro representa a sua continuidade. Essa vinculação também se estabelece na Argentina no golpe militar de Ongania de 1966-70, no de 1976 e no governo Milei, que busca suprimir as liberdades sociais e políticas para impor o sistema de preços, dimensão do fascismo apontada por Karl Polanyi. No Chile, o legado de Pinochet reapareceu na candidatura de José Antônio Kast;

d) As questões da dependência não podem ser separadas do sistema-mundo. Se a TMD contribuiu para a reelaboração das teorias do imperialismo, deve avançar rumo à construção de uma teoria marxista do sistema mundial capitalista. Ela não é uma teoria encerrada, mas parte de um processo histórico, vivo e global de construção.

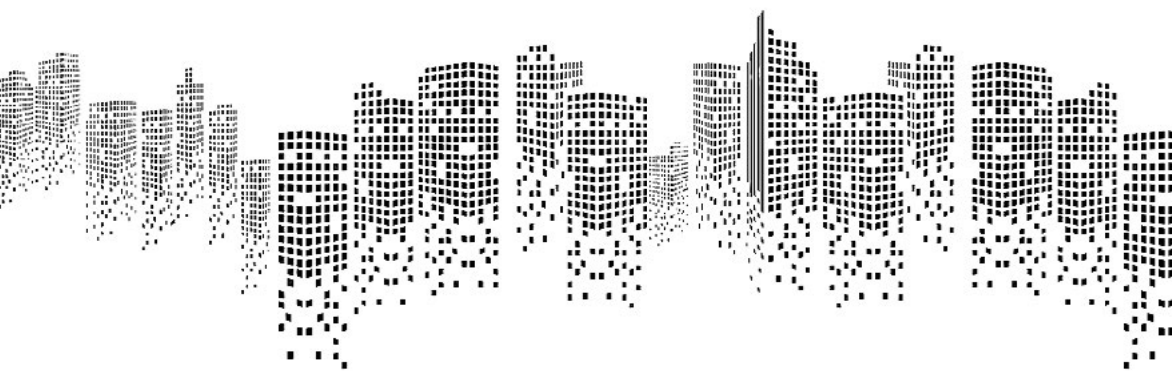
Para isso deve articular os conceitos de modo de produção capitalista, revolução científico-técnica, moderno sistema mundial, ciclos sistêmicos, padrões de acumulação, ciclos de Kondratieff e ciclos de capitais estrangeiros na periferia. Nessa trajetória, desdobra-se na construção de uma teoria geopolítica marxista, destacando as grandes polarizações mundiais contemporâneas e relação entre as dimensões geográficas das forças internacionais, as classes e seus sistemas de poder. Deve indicar as conexões estruturais entre os poderes ultramarinos e a civilização do capital, de um lado, e entre os poderes anfíbios, as grandes massas territoriais e demográficas que supõem, e novas formas de articulação entre forças políticas, sociais e econômicas, de outro. Isso permitirá introduzir elementos teóricos chaves para analisar o papel estratégico que os BRICS e o Sul Global podem cumprir no mundo contemporâneo, sem cair no determinismo e prescindir da mediação do sujeito histórico na articulação das múltiplas dimensões da realidade;

e) A luta contra o capitalismo dependente deve articular as lutas pelo socialismo e anti-imperialistas às lutas contra o racismo, o colonialismo cultural e o patriarcado. O proletariado deve construir sua unidade política e ideológica sobre uma totalidade muito mais complexa e diversificada, contemplando a emancipação da mulher, de povos e etnias oprimidas e as pautas LGBTQIA+. Deve articular, do mesmo modo, como é defendido nesta obra, as lutas sociais que se dão em torno da reforma urbana e do direito à cidade.

Essas temáticas têm sido abordadas pelas diversas gerações que tomam as obras dos fundadores de forma criativa para tensionar e ultrapassar seus limites ou desenvolver suas implicações. A revista *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, que dirigimos, é um dos espaços que busca somar e contribuir às diversas reflexões críticas sobre o nosso tempo. Ruy Mauro Marini, em seu livro Democracia e integração na Amé-

rica Latina (1992), apontou três grandes inflexões históricas nas quais se desenvolveu e formulou a TMD. A primeira, nos anos 1920-30, quando das lutas anti-imperialistas na América Latina, a TMD se insinua na obra de autores como José Carlos Mariátegui que rompe o eurocentrismo e a visão linear e universal de capitalismo, afirmando as especificidades latino-americanas, e um caminho próprio para o socialismo peruano. A segunda, nos anos 1960-70, quando surge a TMD propriamente dita, reconstruindo a teoria do imperialismo e descartando a reformulação da dependência pela via do desenvolvimento industrial como solução para os problemas do subdesenvolvimento, das desigualdades, da pobreza e da fragilidade e instabilidade da democracia. A terceira, a partir dos anos 1990, quando a globalização neoliberal impulsiona a mundialização da lei do valor, estendendo a superexploração para as potências ocidentais, promovendo o parasitismo, a financeirização e o declínio produtivo dos velhos centros imperialistas, e a desindustrialização de parte de sua periferia dependente, enquanto países selecionados se tornam plataformas de deslocalização produtiva, como o México, sem alterar sua condição dependente. A quarta etapa que começamos a vivenciar é do caos sistêmico, empate catastrófico e da incapacidade de o imperialismo informal estadunidense produzir e estabilizar a ordem mundial.

Assim, imensos desafios e oportunidades se colocam para os povos latino-americanos em um mundo onde o centro político e a democracia liberal perdem força dramaticamente, abrindo espaço para o acirramento dos conflitos sociais, guerras, contrarrevoluções e revoluções. Tudo isso, enfim, repercute na vida urbana, crescentemente orientada pela combinação entre a superexploração do trabalho e a deterioração das condições de reprodução social nas cidades, sobretudo nas metrópoles. Daí porque é muito bem-vindo um livro como este, que reúne diversos autores e autoras justamente para explorar a hipótese de que os processos de urbanização, em países como o Brasil e os latino-americanos em geral, estão cada vez mais determinados por sua posição dependente e subordinada no sistema-mundo.



Dependência e ordem urbana no século XXI: em busca de um marco teórico

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Nelson Diniz

O projeto que deu origem a esta obra orientou-se por uma perspectiva abrangente de interpretação dos nexos entre as características do capitalismo contemporâneo, o funcionamento do Estado e as mudanças de qualidade nos fenômenos urbanos diante dos atuais padrões de desenvolvimento capitalista dependente. O que se buscava, mais precisamente, era identificar e problematizar as características que a ordem urbana contemporânea assume na periferia do capitalismo, interessando, principalmente, o que se passa no Brasil, ainda que também se encontrem, aqui, referências a outros casos latino-americanos.

O conceito de ordem urbana (ou mesmo de ordem urbano-regional) utilizado nesta obra está em sintonia com elaborações anteriores (Ribeiro 2013; 2015; 2018). E essa utilização foi feita com o seguinte objetivo geral: analisar as características, processos e dinâmicas da formação social-urbana em suas conexões com os atributos econômicos e políticos que estruturaram, nos sucessivos períodos históricos, o desenvolvimento do capitalismo na periferia.

Ao mobilizar esse conceito, pretendemos superar as concepções puramente morfológicas, idiossincráticas e, no limite, fenomenológicas traduzidas em expressões tais como "problemas urbanos". A referência clássica é dada por Francisco de Oliveira (1978),

para quem as dinâmicas urbanas não devem ser reduzidas à "fenomenologia em que se compraz a tecnocracia buscando solucionar o irremediável, exatamente porque só vê a aparência". Quando se trata dessas dinâmicas e problemas, o autor defende a necessidade de considerar que, "por baixo, à maneira dos rios subterrâneos, corre uma articulação global, que confere unidade ao todo" (p. 68). Ao longo do projeto que deu origem a esta coletânea, sustentamos que o conceito de ordem urbana abre caminho, justamente, para uma explicação abrangente e totalizante da "articulação global" e/ou da "unidade" que fundamenta os atuais padrões de urbanização na periferia do capitalismo, particularmente no Brasil.

Mas, afinal de contas, por que buscar explicações mais abrangentes e totalizantes da urbanização contemporânea em países como o Brasil e os latino-americanos em geral? O que define as particularidades desses países enquanto formações econômico-sociais capitalistas, assim como de suas ordens urbanas, e os torna um objeto tão particular de reflexão?

Apresentamos, a seguir, nossa maneira de responder a essas questões, o que, no fundo, corresponde às justificativas do projeto que resultou na publicação desta coletânea.

Superar o globalismo teórico retomando o debate sobre a urbanização dependente

No que tange à primeira questão, defendemos que é urgente superar os modos de pensamento identificados com o que se poderia chamar de "globalismo teórico". Trata-se de um conjunto de perspectivas bastante difundidas nas análises da urbanização brasileira e latino-americana. Perspectivas cujo traço fundamental é compreender essas transformações como efeitos diretos e mecânicos das modificações do capitalismo global, o que conduz a dois grandes equívocos:

i) A importação, sem as devidas mediações, de conceitos e teorias elaborados com base na experiência urbana e regional dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos e dos países da Europa; e

ii) A relativa desconsideração, como causa e efeito do equívoco anterior, das particularidades históricas das formações sociais dependentes.

E aí está o caminho para responder à segunda questão acima levantada: apesar de todas as transformações do capitalismo, os países latino-americanos seguem sendo, nas primeiras décadas do século XXI, periféricos e, na melhor das hipóteses, semiperiféricos. Quer dizer, seguem sendo formações econômico-sociais dependentes da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dos países centrais. Assim, é necessário refletir sobre as características desse tipo de formação, enfatizando suas especificidades estruturais e seus padrões particulares de mudança socioespacial. O que é feito, aqui, revisitando os debates clássicos acerca das teorias da dependência e da urbanização dependente, amplamente difundidas nos anos 1960-1970. Trata-se de trazer para o campo dos estudos urbanos a proposição que deu origem à assim chamada teoria da dependência, cuja tarefa foi superar no debate sobre o desenvolvimento capitalista na periferia "a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos países centrais para abrir um campo teórico próprio, com sua metodologia própria, sua identidade temática e seu caminho para uma práxis mais realista" (Dos Santos, 2020, p. 23-24).

Para tanto, resolvemos partir do início. Como defendido em trabalho anterior (Ribeiro; Diniz, 2022), reiteramos, nesta coletânea, a pertinência analítica da hipótese central do projeto intelectual de Castells e Vélez (1973), exposto na clássica coletânea *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Inspirados nesse projeto, defendemos que, no passado, e mais ainda no presente, é necessário delimitar os diferentes processos econômico-sociais que constituem os países da América Latina em sua variedade e complexidade, mas também é indispensável ressaltar o que os une: "certa similitude no lugar que ocupam no sistema de relações do imperialismo" (p. 1).

Tanto quanto as reflexões a respeito da dependência em geral, o debate clássico sobre o conceito de urbanização dependente deu lugar a diferentes perspectivas. Como não

podemos reconstruir o debate por completo nesta apresentação, vejamos quais foram os principais termos da polêmica que opunha, de um lado, os argumentos de Manuel Castells (1973) e Aníbal Quijano ([1968] 2014; 1973) e, de outro, os de Paul Singer (1973).

Em sua abordagem da urbanização dependente na América Latina, Castells (1973) partia de um fato aparentemente paradoxal: no início dos anos 1970, a região apresentava "uma taxa de urbanização quase equivalente à da Europa, mas uma taxa de metropolização superior" (p. 7, tradução nossa). Como explicar, então, esse e outros fatos correlatos? Fatos que, na opinião do autor, abriram caminho para as teses da hiperurbanização, cujo limite fundamental era dado pela tentativa de seguir o modelo histórico dos países capitalistas dominantes, sobretudo dos europeus, na explicação da dinâmica urbana da América Latina.

Em oposição às teses da hiperurbanização, Castells (1973) propunha que, mais importante do que investigar por que as cidades latino-americanas cresceram "além do necessário", tendo em vista o nível de industrialização, caberia "inverter os termos do problema, deduzindo a especificidade do espaço latino-americano dentro do seu processo histórico de constituição" (p. 7, tradução nossa). Mas o que determinaria essa especificidade, permitindo, inclusive, a referência à América Latina como unidade regional, como totalidade, diante de tanta diversidade e diferença entre suas formações sociais?

Conforme Castells (1973), apenas do ponto de vista da posição subordinada da região no interior do modo de produção capitalista seria possível falar, ainda que com reservas, da organização espacial da América Latina como "possuidora de certa problemática comum". Isto é, para o autor, apesar da "diferença de conteúdo social dessa diversidade de universos confundidos sob o termo 'cidades latino-americanas'", é preciso enfatizar sua marca comum, fundada numa mesma fonte de determinação social: "seu modo de articulação primeiro em relação ao colonialismo e depois ao imperialismo" (p. 7, tradução nossa).

Em suma, na abordagem de Castells (1973), só há "especificidade latino-americana na medida em que existe uma especifici-

dade regional das relações de dependência no quadro do sistema imperialista" (p. 7, tradução nossa). E esse foi um pressuposto recuperado no âmbito desta coletânea com o intuito de construir um marco teórico que permita identificar e analisar a atual forma histórica da urbanização dependente latino-americana, particularmente brasileira.

Para nós, é ainda mais verdadeiro dizer, atualmente, que há uma problemática espacial comum derivada da posição subordinada da América Latina no sistema-mundo capitalista. Tendo em vista elaborações como as de Pochmann (2022) e Bombardi (2023), que chegam mesmo a assinalar a emergência de dinâmicas e relações neocoloniais de dominação, sustentamos que a produção social do espaço brasileiro e latino-americano está cada vez mais determinada pelo que se passa no nível das relações de dependência.

Hoje em dia, após sucessivas ondas de neoliberalização, reestruturação produtiva, financeirização e digitalização, as formações econômico-sociais periféricas perderam, quase completamente, o controle da sua historicidade. Ou seja, essas ondas enfraqueceram a capacidade dessas sociedades de comandarem a sua inserção no capitalismo global dirigido pelos países centrais ou mesmo de amortecer os efeitos econômicos, sociais, políticos e territoriais dessa inserção. E isso não poderia deixar de ter repercussões na ordem urbana de países como o Brasil. Basta pensar, por exemplo, no modo como os fundos de investimento internacionais impõem, cada vez mais, tendências de mercantilização e/ou de financeirização da terra e do ambiente construído na periferia do capitalismo. Ou, ainda, no modo como o aumento da competição intercapitalista e interestatal faz crescer a demanda por recursos naturais e energéticos, abrindo novas fronteiras de extração (neoextrativismo) e de despossessão, sobretudo na África e na América Latina. Como um dos principais resultados dessas tendências, reafirma-se a centralidade, nessas regiões, do modelo primário-exportador (reprimarização).

Para construir nossas próprias hipóteses, retomamos, igualmente, o que Castells (1973) chamava de "hipótese diretriz" de sua leitura do espaço latino-americano, qual seja: "considerar

esse espaço como a articulação de formas espaciais derivadas dos diferentes tipos de dominação que marcaram a história do continente" (p. 7, tradução nossa).

Recuperamos, do mesmo modo, os argumentos de Quijano ([1968] 2014; 1973), que também se empenhou em buscar uma explicação da urbanização latino-americana, nos anos 1960-1970, que fosse além da evidência de um rápido crescimento em termos "ecológico-demográficos". Definindo a urbanização na região como um fenômeno multidimensional articulado à "expansão e modificação dos setores urbanos já existentes", mas com impactos, igualmente, nas relações urbano-rurais e nos próprios setores rurais, o autor sustentava o seguinte: por se tratar de sociedades "constitutivamente dependentes", seu propósito principal seria "explorar a associação entre o processo de dependência e o de urbanização na América Latina" (p. 75-76).

Ainda de acordo com Quijano ([1968] 2014; 1973), isso era necessário porque as investigações sobre a urbanização latino-americana "tropeçavam" em duas dificuldades. Primeiro, no privilegiamento da dimensão ecológico-demográfica. Segundo, no tratamento dessa urbanização como se ela ocorresse em sociedades autônomas e isoladas, quando, na verdade, se estava diante de sociedades inseridas, de forma subordinada, em um sistema geral de interdependência. A resposta a esse segundo "tropeço" exigindo, então, que as pesquisas sobre os processos históricos de mudança urbana, na América Latina, colocassem no centro da explicação as relações de dependência.

Mas quais eram, ao fim e ao cabo, as características específicas da urbanização dependente na América Latina dos anos 1960-1970? Cabe, no Quadro 1, descrevê-las de maneira sintética, em consonância com a abordagem de Castells (1973).

Quadro 1 – Características fundamentais do processo de urbanização dependente na América Latina dos anos 1960-1970 (segundo Manuel Castells)

Características	Descrição
Aceleração crescente da urbanização, gerando aglomerações gigantescas em curtos períodos	Expressão quantitativa da especificidade do conteúdo econômico das cidades latino-americanas, porque na base do processo de urbanização então em curso estava não a transição de uma economia agrícola para uma economia industrial, mas o crescimento "em flecha" do setor terciário com um "débil" crescimento do setor secundário.
Constituição de grandes concentrações populacionais sem equivalente desenvolvimento de capacidade produtiva	Concentrações resultantes do êxodo rural e sem assimilação dos migrantes ao sistema econômico das cidades. Concentrações que, além disso, manifestavam características de desenvolvimento desigual, porque ocorriam sobretudo nas grandes cidades, seguindo um duplo processo de absorção do campo pelas cidades e das pequenas e médias cidades pelas grandes aglomerações. Ou seja, tratava-se de transferências populacionais que não eram provocadas pelo dinamismo produtivo, mas pela acumulação progressiva das massas rurais desenraizadas e dos habitantes das pequenas cidades, que fugiam da miséria e do desemprego.
Desarticulação da rede urbana	Rede caracterizada pela enorme importância da população metropolitana em relação à população total, bem como pela predominância quase total da principal aglomeração urbana em relação ao resto do país. Essa "macrocefalia" seria expressão da seguinte tendência: quanto maior a dimensão de uma localidade, maior a sua taxa de crescimento.
Formação de um tecido urbano truncado e desarticulado (macrocefalia[1])	Preponderância desproporcional de grandes aglomerações e em particular a concentração do crescimento urbano numa grande região metropolitana, que comanda os rumos econômicos e políticos dos países latino-americanos.
Crescente distância econômica, social e cultural entre a cidade e o campo	Reforço da distância social e cultural entre a sociedade urbana e o mundo rural, que não só permanecia atrasado, mas também entrava num processo de desintegração. A separação existente entre os dois mundos piorava e se estendia a todos os domínios característicos do que é geralmente chamado de "padrão de vida".
Desenvolvimento da segregação intraurbana e constituição de vastas zonas ecológicas denominadas marginais	Forte diferenciação intraurbana entre as antigas e as novas populações residentes, que era tomada, seguindo uma descrição ideológica, sob o termo de "marginalidade urbana". Marginalidade que se expressava, no nível "ecológico", na forma da segregação residencial no espaço urbano, relacionada à incapacidade do sistema de produção habitacional de atender às necessidades sociais dos segmentos considerados não rentáveis.
A ausência, quase total, de um sistema de planejamento urbano	A par de algumas operações "voluntaristas" excepcionais, ligadas à grandiloquência de um determinado regime (como Brasília), a urbanização dependente resultava na ausência, quase total, de sistemas de planejamento urbano, no sentido de que os aparelhos políticos nacionais quase não levavam em conta as condições em que se realizam profundas transformações da organização espacial dos países latino-americanos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Castells (1973).

Após descrever essas características, Castells (1973) observa que dizer que o espaço latino-americano foi historicamente produzido de acordo com os ritmos e as formas das relações de dependência é uma afirmação muito geral, que precisa ser especificada e diferenciada. E, ao fazê-lo, dever-se-ia considerar os diferentes tipos de orientação que resultaram, em cada formação social, em distintos espaços concretos e particulares. Seja como for, uma vez que se trata de uma problemática espacial comum, a explicação totalizante do processo de urbanização dependente na América Latina deveria levar em conta os seguintes objetivos:

i) Estabelecer os diferentes tipos de dependência que caracterizaram a história das sociedades latino-americanas;
ii) Demonstrar o efeito de cada uma destas situações de dependência na organização do espaço;
iii) Encontrar a influência das formas espaciais constituídas nos espaços produzidos pela relação de dependência dominante; e
iv) Estudar os efeitos de interação entre cada uma das características espaciais assim produzidas.

Por seu turno, além de atribuir grande importância à agenda de pesquisa acerca das relações entre marginalidade e urbanização, Quijano ([1968] 2014; 1973) afirmava que, em última instância, o caráter dependente do processo de urbanização na América Latina se evidencia quando são examinados dois de seus aspectos principais, quais sejam:

i) As mudanças no perfil da rede urbana em cada um dos períodos notáveis de modificação do sistema de dependência; e
ii) As modificações no conteúdo da sociedade urbana que habita aquela rede ecológico-demográfica, em cada um desses períodos.

Singer (1973), por fim, em que pese sua participação na coletânea *Imperialismo y urbanización en América Latina*, criticou tanto

as elaborações de Castells (1973) quanto as de Quijano ([1968] 2014; 1973).

Em primeiro lugar, Singer (1973) afirmava que o conceito de urbanização dependente foi construído em um nível muito alto de abstração, perdendo de vista outras mediações, mais concretas e decisivas para compreender o processo de urbanização latino-americano. Para ele, as relações e efeitos mais diretos entre dependência e urbanização eram passíveis de demonstração, com relativa facilidade, no período colonial. Porém, nos períodos subsequentes, especialmente após a industrialização de alguns países da América Latina, as forças, os processos e as tendências internas/internalizadas teriam cumprido um papel mais importante do que as relações de dependência propriamente ditas.

Além disso, Singer (1973) acusava Castells (1973) e Quijano ([1968] 2014; 1973) de promoverem uma espécie de "apologia do capitalismo nacional", porque propunham, equivocadamente, o seguinte: nos períodos em que a dependência foi diminuída ou questionada, como no auge da industrialização substitutiva dirigida pelo Estado, a urbanização da América Latina teria apresentado características mais equilibradas.

Singer (1973) acreditava, então, que o problema fundamental não era o das relações entre dependência e urbanização, mas o da gênese e expansão do capitalismo monopolista na região. Isto é, em sua perspectiva, aquilo que Castells (1973) e Quijano ([1968] 2014; 1973) atribuíam ao capitalismo dependente era característico, na verdade, do capitalismo em geral. Sendo assim, ainda conforme o autor, por mais que existissem, de fato, por exemplo, "relações causais significativas entre dependência e marginalidade", elas deveriam ser estudadas em um nível mais concreto, no qual "a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para tornar-se um entre os vários fatores que incidem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalidade" (Singer, 1973, p. 312, tradução nossa).

Pois bem, o objetivo principal da presente coletânea (e do projeto que lhe deu origem) é estimular a retomada e a atualização desse debate clássico. De muitas maneiras, os capítulos aqui reunidos resgatam e/ou ampliam as contribuições de uma

conjuntura político-intelectual cujos resultados mais célebres foram o lançamento não só de *Imperialismo y urbanización en América Latina*, mas também de *Urbanización y dependencia en América Latina*, outra coletânea, organizada por Martha Schteingart, igualmente publicada em 1973. Sem esgotar, evidentemente, todo o debate, essas obras são, sem dúvida, referências incontornáveis.

Naquela conjuntura, as questões fundamentais diziam respeito aos nexos entre a industrialização tardia e os padrões de crescimento urbano na América Latina. E o pressuposto do debate pode ser assim resumido: a dependência latino-americana frente aos países centrais constituía uma chave privilegiada de interpretação dos fenômenos e dos problemas urbanos, dando ensejo a um marco teórico-analítico comum diante de formações sociais tão diversas.

Ou seja, a compreensão das mudanças em curso nas cidades da América Latina, nos anos 1960-1970, deveria considerar, dentre outros aspectos, o papel das transferências de valor e das relações de subordinação entre classes no sistema mundial. Tais mudanças acompanhavam o deslocamento do eixo básico da dependência, que deixava de ser o mecanismo tradicional das trocas desiguais, à medida que ganhavam proeminência outros mecanismos, como a remessa de lucros das multinacionais instaladas na região. E, nesse sentido, Singer (1973) estava correto ao afirmar que a dinâmica internalizada de expansão do capitalismo monopolista exercia uma influência muito grande no processo de urbanização. Porém, isso não significa dizer que as relações de dependência deixaram de incidir sobre esse mesmo processo. Havia, como nos ensinam as melhores elaborações dependentistas, uma dialética entre determinações internas e externas.

Em síntese, de acordo com o debate clássico supramencionado, para cada forma histórica da dependência[2] decorre um padrão interno de reprodução do capital a partir do qual se constituem características, dinâmicas e processos de urbanização dependente. Por exemplo, no caso do Brasil, o modo como o sistema de transportes foi organizado mudou, substancialmente, na passagem da dependência original, primário-exportadora, comandada pelo capital mercantil, para a fase da dependência

centrada na remuneração do capital estrangeiro empregado na produção interna. No primeiro momento, correspondente à hegemonia inglesa no sistema internacional, as vias mais importantes de circulação, sobretudo ferrovias, orientavam-se na direção quase exclusiva dos portos. No segundo, já na etapa da hegemonia estadunidense, impuseram-se necessidades de melhor articulação interna desse sistema e o modal rodoviário foi hipertrofiado, impulsionando a indústria automobilística.

Mas essa é uma ilustração muito simples e limitada, em termos de formas espaciais, pois o objetivo, aqui, é recuperar esse tipo de explicação sistêmica e totalizante, que conecta as relações de dependência a outros fatores decisivos para compreender a evolução recente da ordem urbana brasileira. Sugerindo, ainda, a possibilidade de expandir e aplicar o marco teórico-analítico aqui desenvolvido para outros casos latino-americanos.

Portanto, a hipótese central defendida nesta obra é a de que, atualmente, há uma nova forma histórica da dependência, fundada na dominação financeira-tecnológica e à qual corresponde um padrão de reprodução do capital[3] rentista-neoextrativista. Além disso, sustentamos que essa forma histórica incide de maneira cada vez mais direta nos processos de produção social do espaço. Sendo assim, quais são os eixos básicos dessa nova configuração da dependência latino-americana, particularmente do Brasil? Sustentamos que eles obedecem, notadamente, à conversão do país em: i) plataforma de valorização financeira; ii) plataforma de exportação de *commodities* agrícolas e minerais; e iii) plataforma de serviços digitais urbanos.

Como se verá, tudo isso remete, por um lado, ao debate sobre processos como a financeirização, o neoextrativismo e a digitalização/plataformização da economia brasileira, mas também dos demais países latino-americanos. Por outro lado, no que diz respeito às novas morfologias e dinâmicas espaciais, isso remete, em nossa concepção, às reflexões sobre temas como a financeirização urbana, as cidades do agronegócio, as cidades logísticas e dos galpões, as cidades mineradas, as cidades plataformizadas e as cidades inteligentes, dentre outros fenômenos. Fenômenos que expressam o padrão de reprodução do capital rentista-neoextrativista decorrente da nova forma histórica da dependência, em geral, e da urba-

nização dependente, em particular. Vejamos, então, quais são as características principais dessas novas formas históricas, de acordo com o acúmulo teórico do projeto que deu origem a esta coletânea.

Capitalismo dependente e urbanização no século XXI: a predominância do rentismo, das plataformas digitais e do neoextrativismo

Partindo das formulações de autores e autoras como Christophers (2020) e Paulani (2016; 2021; 2022), esta obra sugere que o capitalismo contemporâneo é caracterizado pela predominância do rentismo, manifestado de diversas formas. Isto é, estamos diante de um modo de funcionamento do capitalismo no qual os agentes decisivos operam sobretudo por meio do controle das relações de propriedade e por intermédio de posições monopolistas. Controle das relações de propriedade que se tornou mais importante do que o controle direto das relações de produção na apropriação do mais-valor. Tudo isso dependendo dos nexos com o Estado e conferindo centralidade às múltiplas formas de renda nas relações de distribuição do mais-valor. Em outras palavras, grande parte do valor novo criado na esfera da produção material ou do valor que se encontra na esfera da circulação é capturado por essas frações do capital não na forma do lucro propriamente dito, mas, principalmente, como distintas modalidades de renda.

E aqui está a diferença fundamental do capitalismo rentista frente ao capitalismo monopolista clássico, que vigorou na maior parte do século XX. No capitalismo rentista, a terceirização é a palavra de ordem. Ao contrário do que ocorria no período anterior (no qual estratégias combinadas de integração vertical e horizontal traziam para dentro dos domínios organizacionais das principais empresas capitalistas os inúmeros elos das cadeias de valorização), no capitalismo rentista, a tendência geral é a da externalização/terceirização.

Os casos pioneiros e paradigmáticos dessa tendência foram, sem dúvida, os das empresas enxutas. Empresas como a Nike, por exemplo, para as quais o que importa, quase exclusivamente, é a propriedade de suas marcas e de outros ativos, especialmente

financeiros. A produção do valor e a exploração do trabalho, propriamente ditas, sendo realizadas por outros agentes capitalistas, de menor envergadura e que operam nos seus próprios domínios organizacionais e espaciais. E é isso que leva autores como Smith (2024) a defenderem que o imperialismo do século XXI está fundado, acima de tudo, na arbitragem global do valor da força de trabalho, o que é feito por intermédio da transferência das atividades produtivas sobretudo para países de baixos salários.

Mas a lógica do rentismo invade e/ou inaugura outras frentes de acumulação. O Quadro 2, por exemplo, propõe uma síntese de algumas formas de rentismo que se destacam no século XXI. Nele, observam-se diferentes expressões desse fenômeno, articuladas a distintos "tipos de capital", cuja circulação dá fundamento à captura de rendas. Rendas mais bem compreendidas apelando às clássicas categorias de rendimento da teoria marxista do valor.

Quadro 2 – Formas do rentismo contemporâneo

	Tipo de capital	**Categoria de rendimento (conforme a teoria do valor)**	**Exemplos**
Rentismo I	Capital-conhecimento	Renda absoluta	Patentes da indústria farmacêutica e direitos de propriedade intelectual (*copyright*) sobre softwares.
Rentismo II	Capital-marca	Renda de monopólio	Direitos de propriedade intelectual sobre marcas registradas.
Rentismo III	Capital-informação	Renda informacional (Renda absoluta)	Rendas oriundas do controle do acesso, por trabalhadores e/ou consumidores, às chamadas plataformas digitais.
Rentismo IV	Capital logístico	Renda absoluta	Rendas advindas do controle dos novos meios de comunicação e de transporte que permitem a coordenação espaço-temporal da circulação e realização do capital.
Rentismo V	Capital portador de juros e capital fictício	Juros	Juros, dividendos, comissões e "participações" nos lucros.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa natureza eminentemente rentista do capitalismo contemporâneo não poderia deixar de repercutir na atual forma histórica da dependência. Em casos como o do Brasil, para mencionar, mais uma vez, a principal referência desta obra, o rentismo que opera no âmbito da dívida pública é central para explicar o aprofundamento da subordinação do país aos principais agentes do sistema mundo-capitalista. Mas essa nova forma histórica da dependência, que será objeto de reflexão de alguns capítulos desta coletânea, está baseada em outros aspectos, cabendo mencionar, introdutoriamente:

i) Os processos combinados e contraditórios de neoliberalização, globalização e financeirização;
ii) A crescente subordinação dos países periféricos às políticas macroeconômicas definidas nos centros capitalistas;
iii) O grande avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TICs); e
iv) O controle sobre as inovações e tecnologias de ponta exercido pelas grandes corporações multinacionais, como as *Big techs*, que comandam os processos de digitalização e de plataformização do capitalismo.

Além disso, esses e outros aspectos chamam a atenção para circunstâncias nas quais é cada vez mais decisivo o controle dos bens intangíveis como as "mercadorias-conhecimento" e "mercadorias-marcas". O que não quer dizer que a produção material, especialmente a produção de *commodities* agrícolas e minerais, não deva ser levada em conta nas reflexões sobre a dependência. Muito ao contrário, é a importância renovada da atividade primário-exportadora que justifica o debate em torno da chamada reprimarização das economias dependentes, e, nesse caso, também há múltiplas formas de captura de rendas em questão.

Do mesmo modo, não estamos de acordo com as teses que, diante da importância crescente da produção imaterial, evoluem para posições que sugerem algo como o "fim da centralidade do trabalho". A verdade é que a nova forma histórica da dependência e a dominação capitalista em geral exercem uma pressão material

imensa, maior talvez do que em qualquer outra época histórica, sobre o trabalho e a natureza. Esse é o caso, particularmente, na América Latina e na África, como já foi dito, mas também na Ásia e mesmo nos países centrais. Até os dados, que costumam ser considerados a matéria-prima mais relevante do capitalismo do século XXI, ou melhor, do "capitalismo de plataforma" (Snircek, 2016), não são completamente imateriais. Esses dados, que aparentemente existem apenas numa "nuvem", precisam ser capturados por sensores e armazenados em gigantescos servidores, ambos consumindo cada vez mais energia e demandando grandes quantidades de recursos naturais.

Cumpre, inclusive, falar um pouco mais sobre o capitalismo de plataforma e a economia digital, expressões mais recentes do que se poderia chamar de componente informacional da dominação capitalista.

Capitalismo de plataforma e dominação informacional

Numa definição preliminar, Snircek (2016, p. 4) propõe que a economia digital se refere ao surgimento e à expansão de empresas que dependem cada vez mais de tecnologia da informação, dados e internet. Porém, conforme o autor, não se trata apenas de um "novo setor econômico", e sim da ascensão de um "novo modelo de negócios hegemônico". Modelo altamente pervasivo, que atravessa os setores tradicionais da economia e tornou-se tão importante quanto as finanças para a reprodução do capitalismo contemporâneo. Mas como opera esse modelo? Ele opera sobretudo com base nas denominadas "plataformas digitais". Então, o que são essas plataformas?

Ainda de acordo com Snircek (2016), as plataformas são infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam, posicionando-se entre eles como intermediários que conectam diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até mesmo objetos físicos (internet das coisas). Por sua vez, Cuppini, Frapporti e Pirone (2022) defendem que as plataformas incorporam interações sociais dispersas e atividades produtivas para criar um ecossistema gerido através de

uma "racionalidade logística". Pessanha (2024), por fim, define as plataformas digitais como meios de produção e/ou de comunicação que interligam a produção ao consumo, posicionando-se, de maneira privilegiada, na esfera da circulação.

Em resumo, consideradas em conjunto, as plataformas digitais resultam em um gigantesco e complexo ecossistema de infraestruturas, envolvendo *softwares* e *hardwares*, mas também fixos e fluxos, objetos e ações, para lembrar os conceitos de Milton Santos (2008). Um conjunto de infraestruturas digitais que permite extrair, processar, analisar, armazenar e comunicar dados e informações numa escala e velocidade sem precedentes. Tudo isso com o intuito de promover a gestão mais eficiente possível, em termos logísticos, da correspondência entre oferta e demanda de bens e serviços. Logística entendida, aqui, como a forma contemporânea, crescentemente digitalizada, de fazer a coordenação das fases e dos ciclos do capital.

Ou seja, apesar das caracterizações da economia digital como um fenômeno eminentemente virtual, baseado no trabalho imaterial (Gorz, 2005), o funcionamento das plataformas digitais requer uma reestruturação radical em ao menos duas dimensões centrais da materialidade da vida social. De um lado, a dimensão do controle sobre o trabalho. De outro, a dimensão da produção social do espaço, que deve ser compreendida, como já mencionado, à luz de uma demanda muito elevada por recursos naturais e energia.

As preocupações em relação à primeira dimensão deram lugar a uma vasta literatura sobre o novo mundo do trabalho digitalizado e plataformizado (Antunes, 2018; 2023). O conceito de uberização do trabalho (Abílio, 2017, 2019, 2020), por exemplo, tornou-se central no âmbito dessa literatura. E o que se costuma concluir, com base nesse e em outros conceitos, é o seguinte: o trabalho engajado nas plataformas digitais é cada vez mais precário, intenso, perigoso, instável e desregulado, o que explica, de alguma maneira, o renovado interesse a respeito do clássico (e polêmico) conceito de superexploração do trabalho (Amaral; Carcanholo, 2009).

Basta pensar, por exemplo, no caso das "plataformas enxutas" (Snircek, 2016) de serviços digitais urbanos, como a pró-

pria Uber, entre outras (99, Indrive, Ifood, Zé Delivery etc.), que se aproveitam dos efeitos de aglomeração das grandes cidades (e mesmo das médias e pequenas cidades) para mobilizar enormes contingentes de trabalhadores precários. Trabalhadores submetidos a extensas e/ou intensas jornadas laborais, ao ônus com os instrumentos de trabalho (celulares, carros, motocicletas, bicicletas etc.) e sem nenhuma contrapartida no que tange à proteção social. Esse também é o caso dos trabalhadores dos galpões e condomínios logísticos, centrais para o funcionamento regular do sistema *just in time to the point* do setor de *e-commerce* (Amazon, Mercado Livre, Magazine Luiza etc.). Nesse último caso, mesmo que existam vínculos empregatícios e formalidade, as condições de trabalho são igualmente precárias, os salários são baixos e as taxas de rotatividade são muito altas (Diniz; Gonçalves, 2022).

É necessário levar em conta, ainda, as repercussões da operação de outras modalidades de serviços digitais na vida urbana em geral. Por exemplo, atualmente, está em curso um debate, no Brasil e no mundo, sobre os impactos da construção de galpões e condomínios logísticos (Yassu, 2022; Diniz; Gonçalves, 2022) e da expansão das plataformas digitais de aluguel de curto prazo (Ribeiro; Diniz, 2024), como a Airbnb, nos mercados imobiliários. E por aí surgem polêmicas a respeito das consequências do crescimento da economia digital e do capitalismo de plataforma nas esferas do direito à moradia e do direito à cidade.

Em síntese, para que as plataformas de serviços digitais funcionem com o máximo de eficiência, em termos de produção, circulação e realização do valor, duas condições (além das condições técnicas) são indispensáveis: i) as que permitem a elevação da taxa de exploração e dos níveis de espoliação dos trabalhadores; e ii) a reestruturação dos espaços urbanos em conformidade com os modelos de negócios plataformizados. E isso explica o interesse cada vez maior em torno do "extrativismo urbano" (Duplat, 2017), do "urbanismo de plataforma" (Grahan, 2020), da "digitalização do espaço urbano" (Lee et. al., 2020), da "urbanização logística" (Diniz; Gonçalves, 2022), da "urbanização da internet" (Mezzadra et. al., 2024). Fenômenos que, ao fim e ao cabo, remetem ao fato

de que as cidades precisam ser transformadas e controladas pela dinâmica do capitalismo de plataforma, com base em sua racionalidade logística e na centralidade do "capital-informação" (Dantas et. al., 2022).

Cabe mencionar, ainda a esse respeito, o advento das chamadas "cidades inteligentes". Trata-se, como sugerem Morozov e Bria (2019), de um conceito polissêmico e bastante disputado. Disputas que se dão ao redor de ao menos duas possibilidades. De um lado, o horizonte do surgimento de cidades amplamente vigiadas: as cidades, digamos, do "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2021), organizadas com base em tendências autoritárias e em mecanismos controlados pelo oligopólio das grandes empresas digitais. De outro, a alternativa das cidades digitalmente estruturadas para garantir maior conforto e mais tempo livre; soberania, transparência e controle sobre os dados capturados e utilizados pelas empresas e autoridades, tanto quanto para oferecer novos canais de participação social.

Estamos, assim, diante de novas dinâmicas urbanas relacionadas ao advento e à expansão da economia digital e do capitalismo de plataforma nas principais cidades do Brasil e do mundo, notadamente nas metrópoles. É urgente, portanto, investigar como essas dinâmicas impõem tendências de reestruturação espacial em geral, mas com ênfase nas relações entre experiência urbana e mundo do trabalho na periferia do capitalismo.

Enfim, o leitor e a leitora encontrarão, nesta obra, referências que podem contribuir, decisivamente, com essa investigação. Referências que devem ser situadas no seguinte pressuposto: atualmente, é cada vez mais difícil, para os países periféricos, ter acesso e controle sobre os processos de criação e difusão dos bens e serviços digitais-informacionais, o que reforça, mais uma vez, a histórica condição dependente.

Estamos, além disso, diante da conexão, cada vez mais forte, entre extração, logística e finanças, como sustenta Arboleda (2020). Daí porque o debate sobre o conceito de neoextrativismo é igualmente central nesta obra.

Padrão de reprodução do capital rentista-neoextrativista

Como já mencionado, o projeto de pesquisa que deu origem a esta obra fundamenta-se na caracterização de que o Brasil do século XXI é um país que foi convertido não só em plataforma de expansão dos serviços digitais urbanos, mas, acima de tudo, em plataforma de exportação de *commodities* agrícolas e minerais e em plataforma de valorização financeira, o que se deu no contexto de uma nova forma histórica da dependência.

Como resultado, defendemos que a dominação imperialista é, agora, ainda maior do que na fase do debate clássico sobre a dependência (Gunder Frank, 1969; Cardoso e Falleto, [1969] 1984; Dos Santos, 1970; Marini, [1973] 2005 e Bambirra, [1972] 2013). Isso porque o Brasil, que havia se transformado em um país semiperiférico, na fase conhecida como industrialização por substituição das importações, passa, agora, por um processo de reperiferização, que acentua tendências como a desindustrialização e a reprimarização de sua pauta exportadora. Daí porque autores e autoras já citados, como Pochmann (2022) e Bombardi (2023), preferirem o termo neocolonialismo para expressar o que está em curso.

No que tange à conversão do Brasil (e da América Latina) em plataforma de valorização financeira, a referência, aqui, é o largo consenso, presente na literatura crítica, segundo o qual os anos 1970 marcaram o início de uma série de transformações no padrão ou regime de acumulação capitalista. Como se sabe, daí por diante, os conceitos de globalização, neoliberalização e financeirização tornaram-se centrais para problematizar a permanente reestruturação do capitalismo. O traço central dessa espécie de "revolução permanente do capital", como busca de múltiplas saídas à crise de sobreacumulação do padrão anterior (fordismo, capitalismo organizado, keynesianismo etc.), foi a colocação do capital portador de juros e do capital fictício na "cabine de comando" dos processos de valorização e acumulação. O que passou a ser caracterizado nos termos da "explosão financeira" (Sweezy; Magdoff, 1985), do "capitalismo dirigido pelas finanças" (Guttmann, 2008) ou, numa palavra, da "financeirização"

(Lapavitsas, 2011). Trata-se de um fenômeno que repercutiu nos mais variados setores econômicos, com impactos nas formas de organização dos Estados, das empresas e de reprodução das famílias, assim como nos distintos âmbitos da produção social do espaço (Aalbers, 2008; Fix, 2011; García-lamarca; Kaika, 2016).

No caso de países como o Brasil, a financeirização da economia e do Estado abriu caminho para diversas formas de captura de rendas (juros da dívida, dividendos de empresas como a Petrobrás etc.) e de ativos (privatizações, assetização da educação, saúde e previdência etc.) por parte de investidores financeiros. O resultado foi um amplo constrangimento à gestão macroeconômica nacional. Mas a dominância financeira repercute em outras frentes de acumulação, como a do financiamento/capitalização do agronegócio e a dos negócios financeiro-imobiliários. Ainda que, nessa última frente, a financeirização seja relativamente embrionária, sobretudo porque as altas taxas de juros do país estimulam a preferência por ativos mais seguros e rentáveis, com destaque para os já mencionados títulos da dívida pública.

Por sua vez, a ideia da conversão do Brasil em plataforma de exportação de *commodities* remete ao debate sobre o neoextrativismo, conceito que também vem sendo utilizado para designar o padrão de reprodução do capital predominante na América Latina. Trata-se, conforme a literatura, de um padrão baseado na exploração intensiva de bens e serviços agrícolas, minerais e energéticos, visando especialmente à exportação e que promove diversas modalidades de conflito em torno da apropriação da natureza e dos territórios. Nesse debate, autores e autoras como Svampa (2018, 2023), Gudynas (2009), Acosta (2011) e Zibechi (2017) tem denunciado as consequências do neoextrativismo, não apenas do ponto de vista socioambiental, mas também no que tange ao seu papel na reafirmação da condição dependente e subordinada da América Latina no sistema mundial. Autores como Linera (2013), por sua vez, foram os que sustentaram, notadamente no período do superciclo das commodities (aproximadamente 2003-2014), as oportunidades advindas do neoextrativismo.

No entanto, também existe algo como um "conceito ampliado de extrativismo" (Gago; Mezzadra, 2017). De acordo com esse conceito, a lógica da extração teria extrapolado os sítios do extrativismo clássico (atividades primárias), à medida que um conjunto de operações do capital, que articulam a logística e as finanças, passaram a "extrair" valor, rendas, dados e recursos naturais da vida econômica e social em geral, sem necessariamente controlar, de modo direto, o que se passa na esfera da produção. Nesse caso, é comum que se destaque, por exemplo: a mineração de dados, a extração de rendas das classes populares via endividamento, a captura de rendas urbanas, a exploração do trabalho via plataformas digitais, a apropriação do patrimônio genético/cultural de povos tradicionais e um longo etc.

Pode-se dizer, então, que há grande afinidade entre os conceitos de rentismo e neoextrativismo. Daí porque sustentamos a existência de um padrão de reprodução de capital rentista-neoextrativista. Mas como esse padrão incide nos processos de produção social do espaço?

Nossa resposta a essa questão é a seguinte: a nova forma histórica da dependência (liberal, financeira e tecnológica) e o novo padrão de reprodução do capital que lhe corresponde (rentista-neoextrativista)[4] promovem impactos cada vez maiores e diretos na rede e na ordem urbana brasileira, assim como nas relações inter-regionais e nas relações campo-cidade. Impactos que permitem sustentar o advento de uma "nova urbanização dependente", que exige a atualização do clássico debate a respeito das relações entre urbanização e dependência na América Latina.

Trata-se, portanto, de propor a investigação de um conjunto de dinâmicas urbanas diferenciadas, mas que encontram fundamento comum: i) no aprofundamento das relações de dependência; ii) na ascensão de um padrão de reprodução do capital eminentemente rentista-neoextrativista; e iii) no relativo deslocamento do poder econômico (ou ao menos das taxas mais expressivas de crescimento) para centralidades e aglomerações urbano-regionais emergentes. Centralidades e aglomerações especializadas, por exemplo, na produção de *commodities* minerais e de energia

(Pessanha e Silva Neto, 2004; Cruz, 2003; Melo e Cardoso, 2016), nas atividades logísticas (Diniz e Gonçalves, 2022; Yassu, 2021) e no agronegócio (Elias e Pequeno, 2007), ao mesmo tempo que as metrópoles experimentam os efeitos concentrados da desindustrialização (Ribeiro, 2024).

Em suma, tudo o que foi dito até aqui expressa, ainda que de forma resumida, a concepção geral do projeto que originou esta publicação. Cabe, por fim, ao apresentar, a seguir, a estrutura da obra e seus capítulos, levantar mais algumas questões que nos parecem pertinentes para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa acerca da nova urbanização dependente. Não há respostas, nesta coletânea, para todas essas questões. Mas, em nossa opinião, é na busca por elas que a referida agenda pode ser ampliada e consolidada.

Estrutura da obra e apresentação dos capítulos: por uma agenda de pesquisa em torno da nova urbanização dependente

Ao iniciarmos o projeto que deu origem a esta obra, já defendíamos a necessidade de construir uma agenda de pesquisa sobre a questão urbana no capitalismo periférico do século XXI. Uma agenda com foco, principalmente, no Brasil e que considerasse, no mínimo:

i) Os limites e constrangimentos à promoção de políticas urbanas que enfrentem o que há de mais básico em termos de provisão de infraestruturas físicas e sociais, em razão da submissão do Estado à dinâmica e aos interesses do rentismo-neoextrativismo. A verdade é que isso já estava em questão no padrão industrial de reprodução do capital, mas se tornou ainda mais grave no século XXI, após sucessivas ondas de neoliberalização, que desmantelaram os sistemas de planejamento urbano e regional. Quer dizer, do ponto de vista do capital, tornou-se cada vez mais dispensável atender a essas necessidades, o que resulta em uma gravíssima crise urbana;

ii) O avanço da dominância financeira, ou melhor, da lógica do capital fictício no setor imobiliário, traduzido na transformação dos padrões de incorporação, crescentemente fundados no financiamento via mercado de capitais e em novos produtos e serviços, como os condomínios das classes médias e altas, que convivem, em um contexto ainda mais explícito de segregação, com espaços precários e de concentração da pobreza;
iii) O surgimento de novas dinâmicas de urbanização, com a criação de espaços que reúnem os equipamentos e as infraestruturas logísticas indispensáveis às atividades primário-exportadoras. Daí a centralidade, por exemplo, da urbanização logística e das cidades do agronegócio;
iv) A transformação da clássica questão regional, fundada na dualidade desigualdade-homogeneização, em uma nova questão regional, baseada, agora, na dualidade fragmentação-integração dos territórios que concentram os circuitos rentistas e neoextrativistas;
v) O abandono definitivo das políticas metropolitanas, inviabilizando as instituições de governança nessa escala, já que os blocos de poder hegemônicos prescindem da formação de uma ordem espacial de base metropolitana; e
vi) O completo bloqueio, para as camadas populares, da experiência urbana como uma experiência de mobilidade social ascendente, como ocorreu, ao menos parcialmente, no auge da industrialização substitutiva.

Porém, os debates em torno dos textos aqui reunidos iluminaram outros aspectos e fizeram surgir novas questões. Vejamos, então, do que se trata.

A primeira parte da coletânea, intitulada **A nova urbanização dependente: aportes teóricos e perspectivas de análise**, oferece uma leitura abrangente do capitalismo periférico do século XXI e das dinâmicas de produção social do espaço que lhe correspondem.

No capítulo 1, Leda Paulani estabelece uma interpretação crítica das teorias da dependência, da atual forma histórica da dependência (dependência 4.0, segundo a autora) e do ren-

tismo. No capítulo 2, Verónica Gago e Sandro Mezzadra definem e problematizam o conceito de neoextrativismo (um conceito ampliado de extrativismo, conforme seus argumentos). A rigor, esses dois textos, que republicamos, contribuíram, desde o início, para a elaboração do projeto. As questões fundamentais que precisam ser levantadas, nesse caso, são as seguintes: como, afinal de contas, designar e descrever as características mais importantes do capitalismo (central e periférico) do século XXI? Que conceitos e categorias adotar? De nossa parte, foi nesses textos que encontramos algumas das referências principais para caracterizar o capitalismo contemporâneo: um capitalismo eminentemente rentista e neoextrativista.

O Capítulo 3 foi escrito por nós, além de Igor Pouchain Matela, com base, justamente, no que temos acumulado, no âmbito do **Grupo de Pesquisa Metrópole, Estado e Capital**, a respeito da caracterização do capitalismo dependente do século XXI e da ordem urbana que lhe é própria. Nele, advogamos que, levando em conta o caso do Brasil, essa nova ordem urbana faz lembrar o que Francisco de Oliveira (1978) chamava de Estado e de urbano antinação. Estaríamos, então, diante de uma ordem urbana que expressa a radicalização do caráter antissocial, antidemocrático e antinacional do capitalismo brasileiro?

O Capítulo 4, escrito por Carlos Brandão, busca, como o próprio autor sugere, sistematizar e ensaiar a construção de mediações teóricas e históricas que interpelem, a um só tempo, as transformações do capitalismo da terceira década do século XXI e as particularidades dos espaços nacionais periféricos. A agenda de pesquisa mais recente assumida por seu autor tem considerado dois objetivos bastante afinados com nossa própria agenda, quais sejam: i) resgatar a riqueza do debate clássico latino-americano, da Cepal em diante; e ii) refletir sobre a crise brasileira e mundial. E a questão central que compartilhamos com Brandão pode ser formulada do seguinte modo: como analisar o impacto das mudanças produtivas e econômicas contemporâneas na reconfiguração territorial do Brasil do século XXI?

O Capítulo 5, de autoria de Igor Pouchain Matela, propõe uma abordagem de longa duração que contribui para realizar

essa análise. Nele, o autor recorre não só às elaborações de David Harvey e Giovanni Arrighi, mas também ao que há de melhor na tradição crítica latino-americana, o que lhe permite estabelecer conexões entre o funcionamento do capitalismo global, as sucessivas formas de dependência e os padrões de produção social do espaço no Brasil.

A segunda parte do livro se ocupa das **Dinâmicas demográficas, econômicas e imobiliárias na nova urbanização dependente**.

No capítulo 6, Érica Tavares, Guilherme Vasconcelos Pereira e Ana Beatriz Xavier traçam o perfil sociodemográfico de aglomerações urbano-regionais cuja dinâmica seria determinada, dentre outros fatores, pela atual forma de inserção periférica do Brasil na economia internacional. Inserção que reforça as tendências de reprimarização e desindustrialização do país. Interessam, nomeadamente, as aglomerações vinculadas às atividades do agronegócio e extrativistas em geral, o que é tanto mais importante quando se sabe que grande parte da pauta de exportações brasileira está reduzida a pouco mais de uma dezena de produtos primários e manufaturados de baixa complexidade.

Tavares, Pereira e Xavier consideram que há, de fato, uma profunda reconfiguração espacial da economia brasileira, que está diretamente ligada à condição dependente de tipo novo. Dessa maneira, o capítulo suscita uma série de questões da maior importância: até que ponto a expansão das atividades neoextrativistas (agronegócio, mineração, atividades petrolíferas e portuárias) incide no perfil sociodemográfico das cidades do país? Podemos falar de aglomerações urbano-regionais neoextrativistas? Estamos diante de um novo regime demográfico, ajustado às exigências da inserção subordinada do Brasil no capitalismo do século XXI, ou apenas testemunhamos tendências bem conhecidas de transição demográfica? Ou estamos, ainda, diante da combinação dessas duas possibilidades?

No Capítulo 7, Marcelo Gomes Ribeiro problematiza os impactos do fenômeno da desindustrialização nas cidades brasileiras, em especial nas metrópoles. Seus objetivos são: i) analisar a estrutura produtiva da indústria de transformação das principais

regiões metropolitanas do país vis-à-vis sua inserção nacional, o que é feito para melhor compreender as características territoriais de manifestação desse fenômeno; ii) identificar quais são os ramos de atividade industrial mais determinantes para que ocorra o processo de desindustrialização metropolitana, ressaltando, ainda, os processos de interiorização de alguns ramos manufatureiros; e iii) caracterizar as metrópoles em que mais se apresentam esse processo de desindustrialização e em quais ramos de atividade.

Além da busca por uma definição precisa do conceito de desindustrialização (redução da participação do valor adicionado na indústria de transformação no PIB e redução da participação do emprego da indústria de transformação no emprego total) e do cuidadoso tratamento metodológico dos dados e indicadores que lhe serviram de referência, a leitura do texto de Ribeiro nos permite destacar as seguintes questões: a desindustrialização metropolitana e a interiorização manufatureira encontram correspondências no deslocamento espacial do poder e da riqueza para as aglomerações neoextrativistas? Quais seriam as consequências desse deslocamento para a organização da rede urbana brasileira?

Os Capítulos 8, 9 e 10 reafirmam, cada um a sua maneira, a centralidade do tema da financeirização urbana na periferia do capitalismo.

No Capítulo 8, Vitor Hugo Tonin resgata o caso do Chile, retrocedendo até a ditadura iniciada em 1973. Ao fazê-lo, demonstra como a promoção imobiliária fundada em valores neoliberais e na alegada superioridade dos mecanismos financeiros não foi capaz, apesar da propaganda oficial, de resolver a questão habitacional chilena.

No Capítulo 9, Lúcia Zanin Shimbo ressalta que estão em curso mudanças estruturais e incrementais nos processos de financeirização urbana no Brasil. Em sua opinião, esses processos estão se expandindo na direção de cidades que, até recentemente, estavam "fora do radar". Mais precisamente, a autora identifica e analisa estratégias espaciais que conectam o setor imobiliário e o mercado de capitais com o objetivo de ampliar a financeirização urbana, que estaria presente, cada vez mais, também no contexto das cidades médias.

Por sua vez, no Capítulo 10, Erick Omena, Breno Serodio, Utanaan Reis Barbosa Filho e Lucas Gregório propõem que, tendo em vista o aprofundamento do caráter dependente do capitalismo brasileiro, estaríamos diante de possíveis transformações no que Carlos Lessa e Sulamis Dain (1982) chamaram de "sagrada aliança". No argumento clássico de Lessa e Dain (1982), apesar do controle dos principais setores da economia brasileira pelas empresas multinacionais, os circuitos da valorização imobiliária ficaram reservados, por uma espécie de cláusula tácita, aos agentes nacionais da produção do espaço. Examinando as mudanças recentes na região portuária e no centro do Rio de Janeiro, particularmente o projeto Porto Maravilha e, mais ainda, o projeto Reviver Centro, os autores levantam a hipótese de que a referida cláusula estaria mais ou menos comprometida, em virtude, por exemplo, dos sinais de internacionalização, via financeirização, dos circuitos cariocas de produção imobiliária.

Além das questões que o leitor e a leitora serão capazes de formular, ao estudar com cuidado esses três capítulos, gostaríamos de adicionar outras, que não foram registradas nesses e nos demais capítulos, mas que merecem a devida atenção.

Estamos nos referindo à necessidade de retomar mais um tema clássico, o do ciclo do capital investido e realizado nos circuitos da valorização imobiliária. Defendemos que, no contexto da atual fase de expansão financeira do capitalismo, é urgente atualizar as reflexões sobre o capital incorporador, em suas relações com a propriedade da terra e as rendas fundiárias.

Como se sabe, muitos autores que participaram da fundação da teoria urbana crítica se empenharam na descrição e na análise do ciclo do capital imobiliário. Foi o caso, por exemplo, de Christian Topalov, em textos que se tornaram paradigmáticos, como *Les prometeurs immobiliers* (1974). Isso permitiu identificar, na fase do capitalismo monopolista de Estado, não só a maneira como o capital circulava nesse setor, mas também construir tipologias dos agentes da produção social do espaço urbano.

O debate sobre a natureza do capital incorporador também foi realizado na periferia do capitalismo e seu pressuposto pode ser assim resumido: se a urbanização em geral não segue, nas

formações sociais dependentes, os mesmos padrões dos países centrais, isso é igualmente verdadeiro no que tange à promoção imobiliária. Nós mesmos (Ribeiro, 1997) descrevemos e analisamos as relações entre propriedade da terra, rendas fundiárias e a produção capitalista de moradias no Rio de Janeiro.

Inspirados nessa tradição, formulamos as seguintes questões: até que ponto a dominância financeira, que incide decisivamente na nova configuração da dependência, altera, de fato, o que se passa nos circuitos da valorização imobiliária em países como o Brasil? Há, efetivamente, aspectos da financeirização dos mercados imobiliários que indicam a captura e o fluxo de rendas da periferia para o centro do sistema-mundo capitalista? Se isso é verdadeiro, como demonstrar? De que maneira, enfim, a financeirização urbana ou dos mercados imobiliários ocorre na periferia? Quais são suas particularidades, por exemplo, frente ao que ocorre em economias como a dos Estados Unidos, com seus sofisticados mecanismos de securitização?

Sustentamos, ainda, que uma agenda em torno da nova urbanização dependente deve explorar a hipótese de que esteja em curso, no Brasil, um processo de transferência de capitais, *capital switching*, conforme a expressão original de David Harvey (2013), e/ou de transbordamento de capitais sobreacumulados, advindos das atividades primário-exportadoras, para os circuitos imobiliários.

Em nossa perspectiva, o desenvolvimento dessa hipótese deve ser feito sublinhando os seguintes aspectos: i) o possível financiamento de novos empreendimentos imobiliários com base em capitais oriundos de atividades primário-exportadoras; ii) a eventual sustentação, por esses mesmos capitais, da demanda solvável relativa aos empreendimentos, uma vez que as classes afluentes que participam, por exemplo, das cadeias do agronegócio podem estar à procura de novos produtos imobiliários compatíveis com suas rendas aumentadas e/ou impulsos de distinção social; e iii) os mecanismos de "liberação da terra", como condição indispensável à viabilização dos referidos empreendimentos, mecanismos que remetem à reiteração da acumulação primitiva, ou melhor, à acumulação por despossessão (Harvey, 2005).

A parte III do livro, à qual atribuímos o título **Dependência e aglomerações neoextrativistas**, cumpre um papel vertebral. Isso porque, conforme nossas hipóteses, essas aglomerações são as que apontam, de modo mais explícito, o agenciamento do território em nome da reprodução das relações de dependência.

No Capítulo 11, Denise Elias amplia sua longa trajetória de reflexões sobre o conceito de cidades do agronegócio. Segundo a autora, para compreender as principais tendências e características da urbanização brasileira, nas últimas cinco décadas, é preciso examinar, entre outros fatores, a expansão e a territorialização do agronegócio.

Em nossa opinião, a abordagem de Elias é totalmente compatível com a definição do latifúndio como matriz espacial da sociedade brasileira. É evidente que estamos, hoje em dia, perante o latifúndio renovado, após sucessivas ondas de modernização conservadora. Entretanto, quando se resgata, por exemplo, a categoria do "latifúndio por exploração", compreende-se que, ao menos desde a ditadura militar, o projeto era justamente esse: converter o latifúndio em "empresa rural", antes mesmo que o conceito de agronegócio tenha sido importado e ganhado o sentido que possui no Brasil contemporâneo. Sentido que se destacou sobretudo a partir do século XXI e dos governos Lula e Dilma, que coincidiram, em grande parte, com o superciclo das commodities (aproximadamente 2000-2014).

É preciso recordar, além disso, que a agropecuária empresarial/patronal foi um dos primeiros setores da economia do país a ser transformado por processos de financeirização. Já nos anos 1990, surgiram títulos e mecanismos de financiamento da produção agrícola nos mercados de capitais. E, atualmente, até o MST financia suas atividades produtivas com base em Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Quer dizer, se no passado era impossível pensar o Brasil, em todas as dimensões, inclusive a urbana, sem considerar a centralidade do latifúndio, no século XXI, não se pode entender o país sem levar em conta a influência e o poder não só econômico, mas também político e ideológico do agronegócio. Influência e poder materializados no espaço, na forma da relevância crescente das cidades e regiões produtivas do agronegócio.

No Capítulo 12, José Luis Cruz, Joseane Souza e Denise Cunha Tavares Terra analisam as experiências do Complexo Extrativista de Petróleo e Gás da Bacia de Campos e do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, ambos na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Concluem, dentre outras coisas, que experiências como essas evidenciam o "uso instrumental do território", vinculado ao "projeto dependente exportador de *commodities*".

No Capítulo 13, Martin Scarpacci sugere a existência de um "mandato exportador", ao apresentar o caso da gestão argentina da hidrovia Paraguai-Paraná, o que é feito sublinhando as tentativas de ingerência dos Estados Unidos na produção e administração de infraestruturas na América do Sul. O capítulo contribui, acima de tudo, por ampliar a escala de análise. Nós falamos, com frequência, nesta obra, de uma ordem urbana correspondente à nova forma histórica da dependência. No entanto, o mais correto é dizer que se trata de uma nova ordem urbano-regional. Daí a importância de recortes como o das regiões produtivas do agronegócio, proposto por Denise Elias, ou das aglomerações urbano-regionais vinculadas a diversas formas de extrativismo e/ou neoextrativismo, como estabelecido por Érica Tavares, Ana Xavier e Guilherme Vasconcelos. Enfim, no Capítulo 13, encontramos um recorte regional supranacional (ou transnacional) que, sem dúvida, também deve iluminar e pôr em evidência questões centrais para compreender a urbanização dependente na América Latina do século XXI.

No capítulo 14, Junia Ferrari, Renato Barbosa Fontes e Léa Guimarães Souki abordam a unidade contraditória que se manifesta em cidades ou municípios minerados, isto é, que se especializaram, ao longo do tempo, no extrativismo mineral. Mas como se expressa essa contradição? De um lado, há a promessa do desenvolvimento, com seus retornos em termos fiscais. De outro, os riscos socioambientais, que fragilizam, ainda mais, a governança desses territórios e que, no extremo, resultam em recorrentes crimes e desastres socioambientais.

Comparando esses casos, cabe perguntar: eles são expressões particulares do que poderíamos chamar de "aglomerações urbano-regionais neoextrativistas"? São os espaços, por excelência, do

novo "padrão exportador de especialização produtiva", para utilizar um conceito de Jaime Osorio (2012)? Não seria interessante encontrar uma designação, com seu respectivo conteúdo conceitual, para construir uma tipologia que assinale as semelhanças e diferenças entre essas aglomerações?

A quarta parte desta publicação, como seu título sugere, é voltada para a problematização das relações entre **Dependência e urbanização logística**.

No Capítulo 15, Bruno Siqueira Fernandes, Alessandro Peregalli e Thiago Canettieri exploram os nexos entre a crise do capital, a urbanização logística e a vida cotidiana dos entregadores de aplicativo. Os autores concluem que a produção de infraestruturas logísticas é uma das principais expressões da "crise da valorização do valor", além de incidir e alterar as formas de luta da classe trabalhadora.

No capítulo 16, Pedro Paulo Gonçalves e Nelson Diniz também se dedicam a refletir sobre os impactos da logística na precarização da vida dos trabalhadores, o que se manifesta tanto na esfera da produção quanto na esfera da reprodução. Conforme os autores, em cidades como Cajamar, na região metropolitana de São Paulo, os trabalhadores dos gigantescos galpões de *e-commerce* são afetados tanto pelos baixos salários e altas taxas de rotatividade quanto pela elevação dos preços dos aluguéis.

No capítulo 17, Tania Diniz, Helton Saragor de Souza, Marina Ferrari de Barros e Terezinha de Fátima Rodrigues consideram o caso do Porto de Santos para demonstrar como as relações porto-cidade ganham novos contornos no contexto da urbanização logística. É como se, atualmente, o porto estivesse, em suas palavras, "contra a cidade", à medida, por exemplo, que a expansão das áreas retroportuárias inviabiliza outros usos do solo urbano.

No capítulo 18, Alexandre Yassu e Jeroen Johannes Klink sustentam que a promoção de recortes espaciais competitivos, ligada à expansão dos setores primário-exportadores, desencadeou, nas últimas cinco décadas, uma ampla reestruturação do espaço nacional. Poderíamos dizer que, em sua perspectiva, o que está em movimento é algo como um ajuste logístico do território, que abre caminho para tendências de fragmentação da nação. De

acordo com seus próprios termos, o que existe, hoje, no Brasil, é uma "coalização desintegradora neoextrativista".

Mas o que esses capítulos têm em comum? Que questões suscitam? Antes de tudo, eles deixam claro que há grandes desafios em torno da própria definição do que é a logística e do papel que ela cumpre no capitalismo contemporâneo. Sem dúvida, ela envolve um conjunto práticas, técnicas e saberes de gestão/coordenação geoeconômica. Por essa via, ela exige que o espaço também seja mobilizado e agenciado para garantir, acima de qualquer coisa, a fluidez e a circulação do capital, não importa a que custo. Isto é, mesmo que, para tanto, seja necessário substituir, por exemplo, espaços potencialmente residenciais por monótonas paisagens retroportuárias. Ou mesmo que, no limite, seja necessário recortar, desarticular e fragmentar o território de nações inteiras, como tende a ocorrer, principalmente, nos países periféricos.

No entanto, a logística não supõe, igualmente, uma racionalidade? Ou melhor, ela não é um fator de ajustamento de subjetividades, que chega a incidir no nível das experiências cotidianas dos trabalhadores? Ela não contribui, assim, para a incorporação de disposições que determinam que tudo deve estar no local certo, no momento exato? E por aí a vida urbana não vai sendo cada vez mais dirigida de acordo com os ritmos espaço-temporais da acumulação capitalista?

Por fim, a quinta e última parte da coletânea, intitulada **A nova urbanização dependente: conflitos, atores e alternativas**, é uma forma de recolocar a clássica indagação a respeito "do que fazer".

Ou seja, estivemos atentos, ao longo de todo o projeto, à seguinte questão: em que medida os conflitos, mobilizações, resistências e insurgências em torno da nova ordem urbana (mais desigualitária, excludente e espoliativa) poderiam contribuir para a construção de um novo sujeito coletivo? Sujeito capaz de reunir forças suficientes para desestabilizar o compromisso das classes dominantes internas com a manutenção do rentismo-neoextrativista e de criar um novo campo de alternativas históricas.

No Capítulo 19, Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior e Nelson Diniz recorrem ao caso do serviço Uber Moto, tal como é oferecido na cidade do Rio de Janeiro, para propor a ideia de

que, no capitalismo dependente contemporâneo, a combinação entre superexploração do trabalho e espoliação urbana é atualizada. Atualização que resulta em graves efeitos de dilapidação da força de trabalho.

Dante Pezzin, por sua vez, está em busca, no Capítulo 20, de uma formatação das cidades inteligentes de acordo com práticas anticapitalistas, fundadas, notadamente, na expansão do princípio do comum. Seguindo os passos de Morozov e Bria (2019), o autor defende que, mais do que inteligentes, as cidades precisam ser rebeldes. No capítulo 21, Gilberto Cunha Franca é igualmente inspirado pelo debate sobre o comum. Diante do crescimento de experiências que podem ser enquadradas no conceito de extrativismo urbano, Franca também está à procura de "uma fuga para o bem comum".

No Capítulo 22, Dennis de Oliveira e Fabiana Felix do Amaral e Silva oferecem um relato muito rico, repleto de lições (acadêmicas e políticas), acerca de seus contatos e de suas pesquisas comparativas envolvendo movimentos sociais urbanos nas cidades de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires.

Finalmente, os capítulos 23 e 24, escritos, respectivamente, por Rita Velloso e Luciano Fedozzi são grandes narrativas a respeito do que fazer, simultaneamente, nos campos da ação e da reflexão.

Velloso sustenta que é urgente "descolonizar o urbano". O argumento principal de seu ensaio é simples e direto: existe, nas periferias brasileiras (e latino-americanas), uma potência e/ou uma "soma de energias insurgentes" capazes de elaborar respostas críticas e formas alternativas de luta e resistência. Velloso resgata textos clássicos de autores dependentistas, como Aníbal Quijano, para destacar a centralidade e o papel que as mulheres cumprem na organização da vida periférica.

Fedozzi, por seu turno, chama a atenção para o importante legado brasileiro em termos de construção de instituições participativas (IPs). Legado estabelecido sobretudo a partir da conjuntura da redemocratização, que resultou na promulgação da Constituição de 1988 e abriu um ciclo favorável a esse tipo de experiência. O autor sublinha a relevância dos Conselhos e

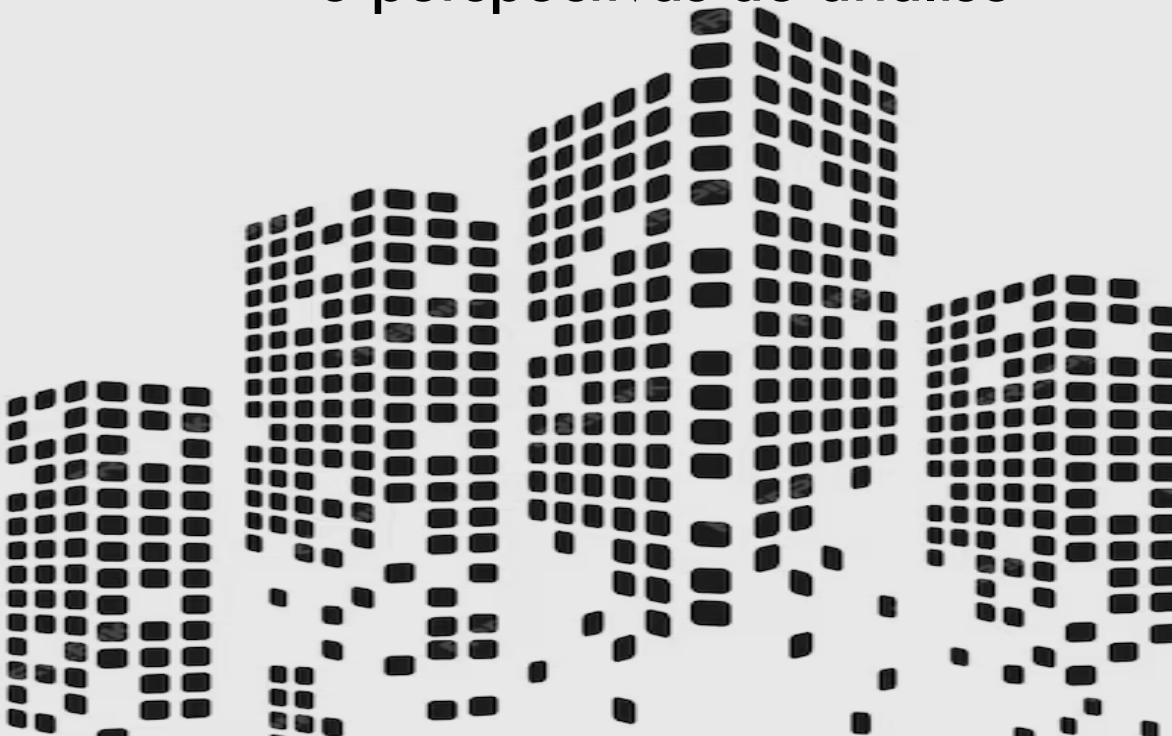
Conferências de políticas públicas, tanto quanto a organização dos Orçamentos Participativos. Observando, ainda, que instituições e experiências como essas pluralizaram a representação social e alargaram a democracia brasileira. Em seguida, teria crescido a percepção crítica e certa decepção quanto à eficácia da participação institucionalizada. Por fim, especialmente no governo Bolsonaro, mas desde o golpe parlamentar de 2016, o país teria ingressado em um franco processo de desdemocratização. Mas o diagnóstico do autor não é paralisante e seu padrão de resposta, na busca por alternativas, é bastante claro: é necessário "democratizar a democracia para reconstruir a nação".

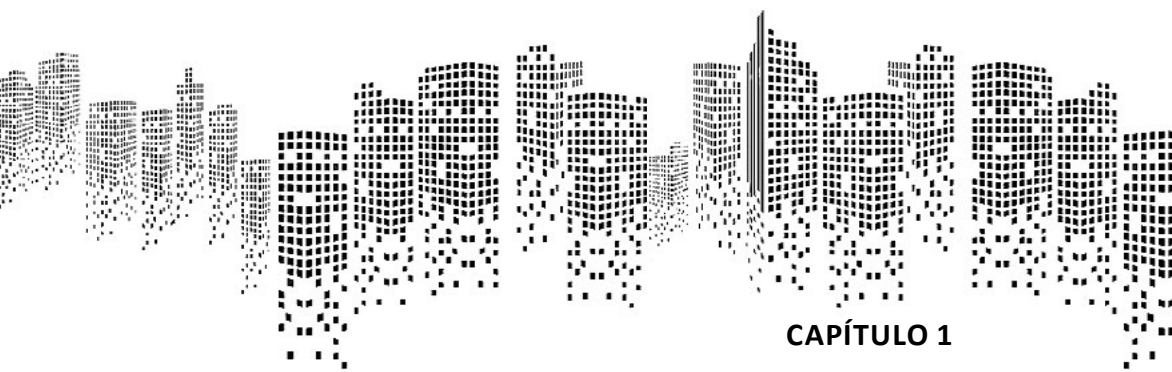
Em resumo, esses e os demais capítulos desta coletânea estão em sintonia não apenas com os esforços de reconstrução do pensamento teórico-crítico sobre os problemas territoriais e urbanos do Brasil e da América Latina, mas também se colocam no horizonte da retomada da Plataforma da Reforma Urbana e do Direito à Cidade, entendida como instrumento de um projeto mais abrangente de desenvolvimento nacional. Projeto a ser liderado pelas forças progressistas capazes não só de dinamizar o crescimento econômico, mas de fazê-lo assegurando novas condições, socialmente redistributivas e ambientalmente sustentáveis, de reprodução biossocial nas cidades da periferia do capitalismo.

1.

A NOVA URBANIZAÇÃO DEPENDENTE:

aportes teóricos e perspectivas de análise





CAPÍTULO 1

Revisitando a dependência: relações de troca, dependência 4.0 e o caso do Brasil[5]

Leda Maria Paulani

Introdução

Como é sabido, a assim chamada *teoria da dependência* surge na América Latina, nos anos 1960. Não é consensual que se trate exatamente de uma *teoria*,[6] uma vez que envolve não só autores de formação e posicionamento distintos em muitos temas, mas, o que é mais complicado, também de diferentes filiações teóricas, ainda que com clara predominância do marxismo.[7] Para aquilo que nos interessa neste trabalho, é suficiente ficarmos com a apropriada observação de Fiori (1995, p. 215), que advoga que todas as versões da escola dependentista "remetem, de uma ou outra forma, à confluência da teoria marxista do imperialismo, em particular de sua visão pós-leninista, com a crítica cepalina da teoria neoclássica do comércio internacional".

Esta observação feita por Fiori (1985) no sentido de circunscrever a problemática da dependência nos é muito adequada por duas razões. Em primeiro lugar, partimos do princípio de que as transformações experimentadas pelo sistema capitalista desde o início dos anos 1980, em particular aquelas trazidas pela ampla liberalização dos mercados de bens e de ativos, com a consequente perda de graus de liberdade dos estados nacionais – sobre-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_001

tudo daqueles que não dispõem de moedas fortes – não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial. Em outras palavras, de nosso ponto de vista, a tendência à transnacionalização, que é da lógica do capital e se fortaleceu enormemente nas últimas quatro décadas sob os auspícios do discurso e da prática neoliberais, apesar de ter aumentado a interdependência das economias nacionais, não produziu um cenário de nações irmanadas pelos mesmos interesses capitalistas globais. Permaneceu o impulso às disputas hegemônicas e às rivalidades interestatais (ou seja, não vingou o cenário de "ultraimperialismo", imaginado por Karl Kautsky,[8] no qual poderosos estados nacionais industriais se tornariam aliados em benefício da acumulação de capital). Permaneceram também, como variáveis importantes de análise, a existência de um *centro*, território de origem das "empresas mãe" dos grandes conglomerados mundiais e, principalmente, território de onde emana o progresso tecnológico, e uma *periferia*, que se beneficia pouco e sofre muito com as consequências dos processos de concentração e centralização de capital orquestrados pelo centro. Isto posto, para nós, permaneceu também, ainda que sob novas roupagens, a questão do imperialismo – clássico problema do *approach* marxista.

A segunda razão para escolhermos a citada observação de Fiori (1995) como ponto de partida está relacionada ao segundo elemento que aí aparece, justaposto à temática do imperialismo, ou seja, a crítica cepalina à teoria neoclássica do comércio internacional. O pressuposto aqui é que as vantagens que derivam da posição dos estados que estão no centro do sistema devem assumir, para além do aspecto da dominação geopolítica, também uma feição material, objetivada em transferências de valor que, sob variadas formas, vão impulsionar a acumulação de capital nessas economias. Na análise clássica cepalina, que vem de Prebisch (e que é depois aprofundada pelos teóricos da dependência), essa transferência se dava por meio das relações de troca, sempre desfavoráveis aos países periféricos. A crítica à teoria neoclássica, como também é sabido, passava pela desconstrução do postulado das vantagens comparativas, sustentáculo teórico da

situação que gerava essas perdas, e passava também, por conseguinte, pela defesa da industrialização na periferia como remédio para o subdesenvolvimento.

Decorridos quase três quartos de século dessa contenda teórica, com as transformações operadas mundialmente no sistema capitalista e com países como o Brasil tendo se industrializado e depois se desindustrializado, parece claro que se alteraram também as formas por meio das quais se efetivam os ganhos dos países que estão no centro do sistema. O objetivo deste artigo, portanto, é refletir sobre as formas contemporâneas assumidas pela dependência enquanto produtora de vantagens econômicas para as economias do centro. Em outras palavras, partindo-se do princípio de que continua a haver países centrais e países periféricos e considerando-se que o desenvolvimento capitalista dos últimos continua subordinado ao dos primeiros e é por estes condicionado, a análise vai cuidar primordialmente do pedágio que pagam os países da periferia para garantir esta inserção subordinada. Isso significa que não serão tratados, ou o serão apenas marginalmente, outros aspectos importantes da relação de dependência, como as questões políticas e/ou sua inter-relação com a questão das classes sociais na dialética dos interesses internos/externos.

No que se segue, faremos inicialmente (seção 1) um breve resgate teórico das posições que, nos anos 1960/70, colocaram nas relações de troca a causa fundamental dos mecanismos de transferência. Na seção 2, apresentaremos de forma sumária aqueles que constituem, a nosso ver, os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, pois a forma como enxergamos hoje a dependência, cujo epicentro não está mais nas relações de troca, tem relação direta com eles. Na sequência (seção 3), visando expor o que vamos chamar aqui de *dependência 4.0*, discorreremos sobre as diferentes formas de dependência que podem ligar países centrais e periféricos (entendida a dependência em seu aspecto de produtora de vantagens econômicas para os países centrais). Na seção 4, faremos o histórico das diferentes formas de inserção da economia brasileira no sistema mundial associando-a à questão da dependência. A quinta seção trará algumas evidências empíricas desse novo tipo de subordinação, além de considerações finais.

Dependência e relações de troca

Como se sabe, tem início com Raul Prebisch, no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica da América Latina) a percepção de que o comércio internacional acaba por manter como subdesenvolvidos os países assim considerados, chocando-se, nessa medida, com os pressupostos ricardianos. Em seu clássico artigo de 1949, *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, Prebisch vai advogar, a partir de constatações mais empíricas que teóricas, a necessidade de a América Latina se industrializar para superar o subdesenvolvimento. Percebendo a tendência dos preços dos produtos primários a se reduzirem ao longo do tempo, concluiu que, mantendo-se a estrutura produtiva tal como se encontrava, a deterioração dos termos de troca, com permanentes danos aos países menos desenvolvidos, era a consequência inevitável. A debilidade tecnológica e os baixos salários da periferia bem como a reduzida elasticidade-renda dos produtos comercializados por esses países estavam dentre as razões levantadas por Prebisch para explicar tal tendência. O comércio internacional, portanto, não era um jogo de soma zero, onde as transações eram boas e justas para ambos os lados. Havia aí perdedores e ganhadores e os perdedores eram sempre os mesmos. Em outras palavras, a continuidade das relações comerciais assentadas nesse tipo de divisão internacional do trabalho trazia permanentes vantagens para os países já desenvolvidos, deixando a periferia do sistema cada vez mais para trás.

A partir do trabalho de Prebisch e da profusão de debates em torno às causas e às possíveis saídas para o subdesenvolvimento, ficou consagrada a ideia de que as trocas entre bens e serviços produzidos em diferentes países podem trazer contínuas desvantagens para alguns deles, ou para um grupo específico deles. No âmbito da teoria marxista, o primeiro teórico a se referir a esse fenômeno e tentar explicá-lo foi certamente Arghiri Emmanuel, que entendia a deterioração dos termos de troca como um problema crucial para os países subdesenvolvidos. Usando o termo "troca desigual", esse autor grego publica, em 1969,[9] um livro com esse título, buscando encontrar, a partir do citado, *approach* teórico, as razões para as permanentes perdas sofridas por esses países no âmbito das relações de comércio.

Como o termo já indica, Emmanuel, buscando respeitar as leis que comandam o processo de acumulação capitalista, sobretudo a lei do valor tal como elaborada por Marx, vai encontrar na esfera da circulação, ou seja, no plano da formação dos preços, a explicação para o citado fenômeno. Importante lembrar que Emmanuel não vai considerar como transferência de valor a redistribuição da mais valia que se dá pela via da concorrência entre os capitais, e que dá origem aos preços de produção. De fato, não se trata aí de troca desigual, mas de um rearranjo empurrado pela concorrência que decorre simplesmente do fato de que o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora deve remunerar a totalidade do montante investido em cada negócio e não apenas aquela parte que é destinada à aquisição de capital variável (força de trabalho).[10]

O que nosso autor busca, portanto, são as razões pelas quais, no âmbito das relações internacionais, ocorrem trocas que não se dão pelos preços de produção, sendo, por isso, desiguais. A resposta que ele encontra baseia-se nas premissas que decorrem do raciocínio de Marx sobre o processo de concorrência entre os capitais que gera esses preços. Para Emmanuel, quando se consideram as trocas entre países, a mobilidade plena pressuposta não existe, pois existe apenas para os capitais. Não existindo para a força de trabalho, os salários e taxas de mais valia não se equalizam entre os países. Como os salários são em geral mais baixos nos países periféricos, tende a subir, relativamente ao que seria normal, a relação entre os preços de produção das mercadorias produzidas nos países mais desenvolvidos *vis-à-vis* aquelas produzidas nos países menos desenvolvidos, caracterizando a troca desigual.

A solução de Emmanuel foi objeto de grande discussão, sobretudo por conta de suas consequências para questões práticas da luta de classes, uma vez que implicava reconhecer que, de alguma forma, os trabalhadores dos países do centro eram os responsáveis pela exploração magnificada que ocorria na periferia. Outros autores marxistas buscaram outras respostas, como Charles Bettelheim, que lembrou das diferenças no desenvolvimento das forças produtivas em distintos países, Samir Amim, que se referiu a "condições desiguais de exploração" (diferenças salariais maiores que as diferenças entre produtividades) e Mandel, que

vai enquadrar o fenômeno na ideia do desenvolvimento desigual e combinado que resgata de Trotsky (Katz, 2020, p. 79-81). Todavia, queremos colocar em foco aqui a contribuição brasileira para essa discussão, principalmente a de Ruy Mauro Marini, pois sua interpretação leva ao polêmico conceito de superexploração da força de trabalho, sobre o qual vale refletir, considerado o contexto em que aqui abordamos a problemática da dependência.

A percepção de relações de troca sempre prejudiciais aos países periféricos levou também à ideia, presente em quase todas as vertentes dependentistas, de que o subdesenvolvimento não era uma situação que se devesse tão somente a desacertos sociais e políticos internos (ainda que estes pudessem ter algum peso na manutenção da situação), mas era o resultado necessário da lógica mundial da acumulação capitalista. Na expressão tornada célebre por André Gunder Frank, tratava-se aí do "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Na mesma linha, Ruy Mauro Marini entendia a dependência "como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" ([1973]2005, p. 141).

Mas de que modo operavam exatamente os mecanismos econômicos que perpetuavam a relação de dependência? Das contribuições canônicas de Lenin, vinha a ideia de que, superada a etapa colonial, onde predominavam os expedientes de pilhagem extraeconômica, era a força dos monopólios, a importância crescente dos investimentos externos e o poder das altas finanças que reiteravam a posição de domínio dos países centrais (imperialistas). A vertente mais crítica da teoria da dependência, de filiação teórica claramente marxista, ecoa em parte essa tradição, na qual as relações de troca não têm papel determinante. Theotônio dos Santos, por exemplo, em seus estudos sobre dependência e imperialismo dos anos 1970, vai atribuir às corporações multinacionais, que se instalam nas economias dependentes visando os mercados internos desses países, a consolidação da dependência tecnológico-industrial que, para ele, acontece a partir dos anos 1950, constituindo a última etapa do processo que construiu historicamente a relação de dependência (Amaral, 2012, p. 42-44).

Também Vânia Bambirra, que escreve na mesma época que Theotônio e Marini, vai comungar com esse tipo de interpretação. Cunhando o termo "integração monopólica mundial", ela vai destacar a situação de países como o Brasil, que se industrializavam, apesar de sua condição dependente, mas o faziam sob o controle dos capitais das nações imperialistas sobre os setores mais dinâmicos da economia, gerando uma articulação cada vez mais profunda entre os interesses estrangeiros e aqueles das classes dominantes locais (Bambirra, [1974] 2012, p. 124-126).

Todavia, àquelas alturas da reflexão teórica, depois de as relações de troca terem sido trazidas para uma posição de destaque no âmbito da discussão sobre o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo, era natural que a teoria da dependência se voltasse para elas. Ademais, o fenômeno da deterioração dos termos de troca, parecia confirmar a percepção de que, com o desenvolvimento progressivo do capitalismo, o domínio das nações mais avançadas sobre as mais frágeis prescindia por completo de mecanismos outros que não fossem os exclusivamente econômicos.[11]

Assim, é já na segunda seção de seu famoso *Dialética da Dependência*, de 1973, que Marini vai se propor a descobrir "o segredo da troca desigual" (2005, p. 193).[12] Apesar de atribuir o subdesenvolvimento não a um único fator, mas a uma dinâmica polarizadora mundial do capitalismo, comandada pelos requerimentos da acumulação originados nos países centrais, ele parte do princípio de que a deterioração dos termos de troca que afeta as economias dependentes latino-americanas é algo que requer uma explicação específica. Considerado o pano de fundo onde o fenômeno ocorria, era evidente que as continuadas quedas de preços dos produtos primários (alimentos e matérias-primas) não podiam ser associadas à elevação de produtividade, e, portanto, à efetiva redução de valor desses bens.

A resposta que Marini encontra tem dupla face. Por um lado, ele se refere às diferenças de produtividade entre nações distintas e, portanto, à existência, no mercado mundial, de diferentes preços de produção para um mesmo setor produtivo, ensejando a apropriação de mais valia extra. Por outro, quando se trata de distintas classes de mercadorias, ele aponta uma espécie de capa-

cidade que têm as nações mais avançadas, por conta de seu poder monopólico, de "iludir a lei do valor", implicando, para as nações menos favorecidas a obrigação de entregarem gratuitamente às primeiras uma parte do valor que produzem.

É por conta desse raciocínio que Marini chega ao conceito de superexploração da força de trabalho. Em suas palavras: "O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual (...) procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador." (2005, p. 153). E a forma predominante de efetivar essa exploração superlativa era expropriar parte do fundo de consumo dos trabalhadores, transformando-o em fundo de acumulação de capital. Em outros termos, tratava-se de agudizar a extração de trabalho excedente pagando à força de trabalho um salário abaixo de seu valor, ou seja, superexplorando-a. Essa solução invertia aquela encontrada por Emmanuel, pois colocava as diferenças salariais como consequência e não como causa da troca desigual, tirando das costas dos trabalhadores do centro a responsabilidade pela exploração aumentada sofrida pelos trabalhadores da periferia.

Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico. De fato, sua leitura ganhou enorme destaque por conta da intensa utilização que fazia dos conceitos e leis extraídos diretamente de Marx. Foi o trabalho de Marini, portanto, o que mais contribuiu para que a problemática da dependência se consolidasse como teoria no âmbito do *approach* marxista, não só conseguindo explicar, por meio da lógica própria ao processo de acumulação, as condições específicas do desenvolvimento capitalista em áreas não centrais como a América Latina, como demonstrando que a compreensão correta do modo de funcionamento do capitalismo passava necessariamente por tal visada.

A teoria da dependência de Marini, como não podia deixar de ser, ensejou numerosos debates, até porque esse marxista brasileiro era, antes de tudo um militante,[13] de modo que se somavam às contestações teóricas, também as disputas políticas dentro e fora do marxismo. Esses debates envolveram vários dos achados

de Marini, mas a superexploração da força de trabalho foi o que mais ganhou espaço e é até hoje objeto de discussão.[14] A controvérsia se justifica em função do papel que o conceito desempenha dentro da arquitetura teórica por ele construída.

Para Marini, há, nas economias dependentes, uma desconexão entre as esferas da produção e da circulação (herdada de sua condição de economias exportadoras não industriais) que torna a produção industrial independente das condições salariais dos trabalhadores. Esse fator, em conjunto com um exército industrial de reserva poderoso, coloca a superexploração como o expediente por excelência do processo de acumulação nessas economias. Por um lado, a extração magnificada de trabalho não pago coloca-se como compensação a relações internacionais de troca sempre adversas; por outro, dada a citada desconexão, esse expediente reiteradamente utilizado não provoca problemas na etapa de circulação e realização das mercadorias industriais (estas, em sua maioria, não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores). Com isso, as economias dependentes ficam presas numa sorte de armadilha que as impede de transitar para o estágio mais avançado do processo capitalista de desenvolvimento, caracterizado pela predominância da mais valia relativa. A elevação da produtividade da força de trabalho, quando existe, é débil, dificilmente atingindo os setores produtores de bens de salário, sendo, portanto, insuficiente para produzir a necessária transição do paradigma da superexploração para o paradigma da produtividade. Resumidamente, a lógica do processo nas economias dependentes não exige que a acumulação de capital se efetive por meio da mais valia relativa e essa não exigência perpetua aí a superexploração da força de trabalho como mecanismo distintivo de operação do sistema. A superexploração da força de trabalho seria portanto o traço característico das economias dependentes.

Como adiantamos, a teoria da dependência de Marini, principalmente o conceito de superexploração, foi objeto de intenso debate e muitas críticas. Destacamos aqui duas delas, vindas de direções bastante diferentes. Em artigo famoso, Cardoso e Serra (1979), adversários de Marini também do ponto de vista polí-

tico, contestaram a hipótese da superexploração, alegando que ela expressaria formas primitivas de mais valia absoluta que estariam claramente perdendo espaço, por exemplo, no Brasil, com os avanços de seu processo de industrialização. No âmbito da teoria marxista, Augustín Cueva também rejeitou a ideia, argumentando que o capitalismo não precisa de mecanismos outros para se desenvolver e que a sub-remuneração da força de trabalho violava os princípios da acumulação (Katz, 2020, p. 269). À época, Marini respondeu e rebateu todas as críticas, e não só com relação à superexploração, mas também com relação a outras acusações como a de que sua teoria levaria à admissão de um permanente estagnacionismo nas economias dependentes.

Todavia, é o mesmo Marini quem vai, duas décadas à frente, fazer uma atualização de suas reflexões frente ao avanço da assim chamada globalização, que, para ele, havia engendrado uma reestruturação radical das relações econômicas internacionais. Em texto de 1995, ele afirma que, relativamente ao comércio internacional, o traço distintivo da globalização é o comércio intrafirmas, o que leva a uma homogeneização da produtividade do trabalho por conta de uma sorte de padronização que as novas tecnologias propiciam. Além disso, por força desse mesmo revolucionamento tecnológico torna-se muito mais fácil e rápido conhecer essas novas condições de produção, e, pois, os parâmetros para a determinação dos preços. Em conjunto, esses novos elementos e condições estariam indicando que o mercado mundial chegara à maturidade, permitindo a vigência cada vez mais acentuada da lei do valor. Isto posto, se reduziam as possibilidades de transgressão da referida lei antes detidas pelas nações industrializadas por conta de seu poder monopólico. Na mesma medida se reduziam também as chances de apropriação de mais valia extra, e portanto, da obtenção de superlucros por parte dessas mesmas economias.[15] Dissipavam-se assim as condições que antes permitiam a existência da troca desigual.

Mas o acirramento da concorrência entre os capitais colocava mais uma vez em posição de destaque a superexploração. Nesse movimento, afirma Marini, desempenha papel destacado a superexploração da força de trabalho, cada vez mais facilitada, por sua

vez, pelo crescente nível de desemprego gerado pelas novas tecnologias (1995, p. 9). O problema, para a teorização anterior de nosso autor é que ela se generaliza, estendendo-se inclusive para os centros avançados e deixando, nessa medida, de ser um traço distintivo das economias dependentes (Marini, 1995, p. 9).[16] Sem troca desigual e com a superexploração generalizada da força de trabalho, em que marcos definir a continuidade da situação de dependência?

Marini deixa, no mesmo texto, algumas pistas muito sugestivas. Para ele (1995, p. 6), apesar de todas essas substantivas transformações, os países desenvolvidos têm dois trunfos nas mãos. O primeiro, é sua imensa superioridade em matéria de P&D, constituindo um verdadeiro monopólio tecnológico que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo diz respeito ao controle que eles exercem sobre a transferência das atividades industriais aos países mais atrasados, seja passando a estes últimos primordialmente as indústrias menos intensivas em conhecimento, seja dispersando as etapas de produção de determinadas mercadorias em diferentes países, impedindo assim o surgimento de economias nacionalmente integradas. Por fim, Marini refere-se também às massas consideráveis de conhecimento e inversão que as novas tecnologias demandam, o que torna cada vez mais difícil reduzir a distância que separa as economias dependentes dos centros avançados. Esses temas remetem à discussão sobre os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação que discutiremos na próxima seção.

Capitalismo contemporâneo, rentismo e imperialismo

Um dos aspectos mais estudados do processo de acumulação, tal como ele hoje se dá, é a chamada *financeirização*. Analisada principalmente por marxistas, regulacionistas e pós-keynesianos, ela se refere à existência de um predomínio da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva. Há muita controvérsia sobre o seu real significado, e mesmo sobre sua importância. Em seu último livro, o economista francês François Chesnais, um dos

primeiros marxistas a estudar o fenômeno, apresenta uma definição com a qual concordamos, e que nos é conveniente porque faz menção a aspectos que reforçam a hipótese da prevalência de relações de dominação e, portanto, de imperialismo, na arquitetura atual do sistema. A financeirização, afirma Chesnais, "refere-se ao caráter pervasivo das características do capital portador de juros identificadas por Marx na seção V do Livro III de *O Capital*. Elas devem ser tomadas em combinação com as implicações do elevado grau de centralização/concentração de capital hoje existente..." (2016, p. 15-16, tradução minha).

Para Chesnais, a formação acelerada de grandes blocos de capital por meio do processo de centralização, que predomina em períodos de crise como o atual, vai ocorrendo em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros, como, por exemplo, os fundos de *private equity* e suas operações de *leveraged buy outs* (LBOs).[17] Em texto anterior, escrito ainda antes da grande crise de 2008, o mesmo Chesnais já definira o imperialismo associando-o diretamente a esse intenso processo de centralização de capitais (que se aprofundou depois da crise):[18] "O imperialismo contemporâneo está fortemente relacionado à dominação de uma forma precisa de capital, a saber, o altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos que opera nos mercados financeiros e alimenta o pervasivo fetichismo do dinheiro, mas é totalmente dependente da mais valia e da produção." (2007, p. 121, tradução minha).

Concordamos com Chesnais em ambos os casos, ou seja, tanto com relação à definição que ele elabora sobre a financeirização (como diretamente associada à difusão do capital portador de juros e à formação de gigantes blocos de capital), quanto com a forma como ele interpreta o imperialismo contemporâneo (como o domínio do altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos). Para nós, no entanto, a financeirização é apenas a expressão mais evidente de um processo de acumulação que se tornou *rentista*, entendido este último termo como o predomínio dos ganhos que derivam da simples *propriedade* do capital (juros, renda absoluta, renda diferencial, renda de mono-

pólio e dividendos) sobre os ganhos que derivam do *funcionamento* do capital (lucro e superlucro).[19] Enquanto para os primeiros os fluxos de rendimentos existem como *direitos* e assentam-se na mera propriedade do ativo (capital monetário, terra, ações), para os segundos, os rendimentos aparecem como resultado da produção de valor novo e da acumulação de valor excedente, que a operação do capital produz. Não por acaso, nas *Teorias da Mais Valia*, falando do capital portador de juros, Marx vai chamar o dono do capital monetário de "capitalista jurídico" e aquele que toca a produção de "capitalista econômico", sendo que nada muda na história se esses dois personagens forem interpretados pela mesma pessoa.

Lucro, juro e renda da terra, como se sabe, são as formas, apresentadas por Marx no Livro III de *O Capital*, por meio das quais aparece o valor excedente resultante da apropriação de trabalho não pago. Rentismo, portanto, sempre esteve associado ao capitalismo, sendo inclusive visto pela economia política, desde a sua origem (Marx incluso), como um entrave para a acumulação. Qual a novidade então da etapa atual? A novidade, que aprofunda as contradições sistêmicas, está na combinação de uma série de elementos que fazem com que os ganhos que derivam da mera propriedade tenham importância crescente frente àqueles que derivam do processo de acumulação. Além da onipresença do capital portador de juros, temos ainda, dentre os mais relevantes, um tipo moderno de renda absoluta, que vem se tornando cada vez mais importante, a renda do conhecimento, típica das mercadorias-conhecimento, e as rendas de monopólio oriundas da importância também crescente das marcas. Vejamos brevemente cada uma delas.

No capítulo XXIV do Livro III de *O Capital*, falando justamente sobre como o capital portador de juros aliena e fetichiza a relação fundante do sistema que é a relação capital-trabalho, Marx afirma que "... o valor das mercadorias é determinado não pelo tempo de trabalho que sua produção custou originalmente, mas pelo tempo de trabalho que custa sua reprodução..." (1983a, p. 298). Assim, aquelas mercadorias que não necessitam de tempo de trabalho para a sua reprodução, como os *softwares*, por exemplo, deveriam ter preço zero, uma vez que não possuem valor.

No entanto, tal como os donos de terra, os proprietários desse saber, não o liberam para a produção se uma renda não lhes for paga. O preço dessa mercadoria constitui-se, portanto, desse tipo moderno de renda absoluta, a renda do conhecimento.[20]

Sobre a renda de monopólio, Marx vai dizer, no capítulo XLV do mesmo Livro III de *O Capital* que a renda diferencial e a renda absoluta são as únicas formas normais de renda e que "fora delas, a renda só pode basear-se num autêntico preço de monopólio, que não é determinado nem pelo preço de produção das mercadorias, nem pelo seu valor, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores" (1983b, p. 229-230). No caso das marcas, o que elas fazem é transformar os preços de produção das mercadorias comuns em preços de monopólio. A marca, se bem-sucedida, singulariza a mercadoria e transforma seu produtor em monopolista, que se apropria então dessa renda.[21]

Isto posto, podemos afirmar, por contraditório que isso possa ser (já que a renda foi vista pela economia política como um pecado contra a acumulação de capital), que o rentismo marca de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação e altera os meios e os resultados da relação de dependência.

Nova Dependência, Novíssima Dependência e Dependência 4.0

Desde sua origem, o termo "dependência" aparece guarnecido de qualificativos. Em seu clássico livro de 1969,[22] Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto já falam, por exemplo, de "um novo tipo de dependência", que se daria agora "num plano mais complexo" ([1969]1977, p. 129). A referência aí é à internacionalização dos mercados nacionais decorrente dos investimentos externos diretos das grandes multinacionais europeias e americanas que fomentaram a industrialização do Brasil e de outros países latino-americanos nos anos 1950/60. Também Celso Furtado coloca como título de um livro de 1982 "A Nova Dependência - Dívida Externa e Monetarismo", para se referir ao processo de transnacionalização não só de vários setores produtivos, mas principalmente do

setor financeiro, bem como às consequências desses processos para países periféricos como o Brasil (1982, p. 121-128).

Já José Luís Fiori vai falar, em livro de 1995, de uma "novíssima dependência". Com a globalização já madura, Fiori vai chamar a atenção para o acesso ainda mais restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de ponta do que na época da internacionalização dos mercados internos,[23] e ao constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos no sentido de direcionarem a gestão macroeconômica para padrões cada vez mais homogêneos e imutáveis. Vale registrar a inequívoca convergência desse tipo de visão com aquela esboçada por Marini no artigo de 1995, anteriormente discutido, sobretudo no que concerne ao acesso restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de ponta.

Coloquemos então essas denominações num continuum e sigamos, para ver onde nos levam as pistas já deixadas pelos pensadores que são personagens da história intelectual da dependência. Assim, teríamos, de início, a *dependência original*, que seria aquela "cepalina", derivada da posição primário-exportadora dos países periféricos; o benefício à acumulação dos países centrais decorria, nessa etapa, das relações comerciais caracterizadas por trocas desiguais, que possibilitavam a transferência, para esses países, de parcela do valor que deveria permanecer na periferia.

Na sequência, teríamos *a nova dependência*, em dois momentos, sendo o primeiro, apontado por Cardoso e Faletto, aquele da internacionalização dos mercados internos, e o segundo, indicado por Furtado, aquele originado pelo acúmulo de dívida externa. No caso da *nova dependência I*, o benefício para a acumulação dos países centrais decorria justamente da garantia de mercados extras para suas multinacionais, que a internacionalização propiciara. Em tempos de crise de sobreacumulação,[24] em que os mercados já começavam a escassear nos centros dinâmicos, trocar a mera possibilidade de vendas externas pela garantia de vendas internas foi um ótimo negócio. Com isso, parcela não desprezível do valor internamente gerado passou a fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja proprie-

dade era, afinal, de não residentes. Assim, das relações comerciais passamos às relações que envolvem remuneração de fatores de produção como instrumentos de transferência de valor dos países periféricos para os centrais.

A nova dependência II também está associada à remuneração de fatores de produção, só que ao invés de remuneração de capital produtivo *funcionante*, nos deparamos agora com remuneração da *propriedade* do capital monetário. Trata-se então de transferir para fora do país uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário. O caráter rentista dessas transferências já é aí evidente, mas tornou-se ainda mais claro, beirando a pura e simples espoliação, com o choque dos juros de 1979, promovido pelos EUA para refrear as especulações em torno do enfraquecimento da hegemonia americana e, principalmente, da destituição da moeda americana de seu papel de dinheiro mundial.[25] De outro lado, a assunção de gordas dívidas por parte dos países periféricos, sobretudo os latino-americanos, prestou um grande favor a uma riqueza financeira que se acumulava nas praças financeiras do mundo, ávida por valorização. Por fim, não é demais lembrar que a necessidade de reverter à circulação internacional parcela do valor internamente gerado decorrente da *nova dependência I* foi uma das razões que empurrou os países periféricos, principalmente aqueles que haviam recebido muitas multinacionais dos países centrais em seus territórios, a assumir os vultosos empréstimos que se fizeram necessários depois do primeiro choque do petróleo de 1973.

E chegamos com isso à *novíssima dependência*, tal como a denominou Fiori, com argumentos, como vimos, que nos permitem associá-la também a Marini. Como já adiantamos, Fiori associa essa forma, para ele totalmente nova, de dependência à globalização, entendida esta última como "uma nova formatação capitalista", que envolve vários aspectos "gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios" (1995, p. 220). Nessa nova formatação, a interdependência entre os atores se eleva, a estrutura da oferta, o progresso tecnológico e os processos decisórios se concentram, ao mesmo tempo em que os mercados,

principalmente os financeiros, são desregulados, e a estrutura produtiva se segmenta. O resultado, então, para os países da periferia é que o acesso à tecnologia se restringe, pois "sua [das tecnologias de ponta - LMP] utilização flexível e segmentada corresponde a um controle concentrado" (idem, p. 224). Ademais, a competição global pelos investimentos (e pelo acesso subordinado às novas tecnologias) empurra as economias periféricas para uma gestão macroeconômica "sadia", onde os Estados periféricos perdem espaço para operar políticas ativas de investimento e perdem também a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal. Agrava-se, com isso a secular questão da pobreza/desigualdade, de modo que parcelas crescentes das populações periféricas perdem qualquer condição de serem "globalizadas" (idem, p. 225-226).

Concordamos inteiramente com essa análise de Fiori, mas, de nosso ponto de vista aqui, ele não especificou de que forma toda essa nova armação capitalista, que concentra as decisões "num conjunto de três a cinco governos somados a um número não superior a 200 empresas" (1995, p. 223) resulta em vantagens materiais para os países centrais. Para facilitar a investigação sobre esses canais de transmissão, lembremos de início que os elementos centrais da *novíssima dependência* para Fiori são, de um lado, a natureza do progresso tecnológico, e, de outro, a coação imposta às economias periféricas para que comandem a política macroeconômica seguindo os princípios e máximas definidos nos centros decisórios dos países avançados. É a partir disso que propomos aqui rebatizar a *novíssima dependência*, termo que Fiori criou para distinguir essa dependência produzida pela globalização daquela associada à internacionalização dos mercados internos (que ainda permitia, aos países da periferia, a internalização completa das técnicas e métodos de produção derivados dos arranques tecnológicos produzidos pelo centro) por *dependência 4.0*. As razões para tanto serão apresentadas na sequência, cabendo antes observar que, evidentemente, me beneficio aqui, para propor tal alteração, de um quarto de século a mais no calendário.

A primeira razão é que, partindo da acertada visão de Fiori, como também de Marini, premonitórias de fato, uma vez que os

textos foram escritos 25 atrás, a terminação *4.0* permite atualizar a importante questão da natureza do progresso tecnológico na presente etapa. Tornou-se comum falar em *indústria 4.0* para fazer referência ao avanço daquilo que se chamou de "terceira revolução industrial" (baseada nas tecnologias de informação e comunicação - TICs, na eletrônica e na internet), porque esse avanço, foi de tal maneira profundo que tem sido visto como uma quarta revolução.[26] As consequências dessa grande transformação vão no sentido de reforçar os traços que Fiori já percebera ainda antes de virem à tona os desdobramentos *4.0*: o aumento da concentração no que diz respeito aos processos decisórios, ao andamento do progresso técnico e à escala do capital propriamente dita, uma estrutura produtiva cada vez mais segmentada e, pode-se acrescentar, um espraiamento universal da utilização dos produtos 4.0 típicos, que tornam-se insumos indispensáveis para praticamente qualquer tipo de produção.

Assentada na internet das coisas, na inteligência artificial, na computação em nuvem e na robótica, essa quarta revolução tem como indiscutíveis protagonistas as mercadorias-conhecimento, anteriormente discutidas, produzidas, regra geral, por gigantes corporativos, cuja operação é em tudo facilitada por mercados desregulados e finanças desreguladas. Essa característica do progresso tecnológico tal como hoje se coloca parece confirmar as hipóteses aqui adiantadas sobre a natureza rentista do processo contemporâneo de acumulação, sendo essa a segunda razão para propormos que se chame a *novíssima dependência* de *dependência 4.0*. Associar a natureza rentista do capitalismo contemporâneo à *novíssima dependência* permitirá não só guarnecê-la dos canais de transmissão que viabilizam os ganhos materiais dos países posicionados no centro, como mostrar que tais canais têm que ver também com o segundo dos elementos que Fiori aponta como fundamental, qual seja, o constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos quanto à forma de gerir sua política macroeconômica.

Quando colocamos em continuidade, a partir das definições de *dependência original*, *nova dependência I* e *nova dependência II*, os canais principais por meio dos quais os ganhos materiais são

transferidos dos países do centro para os da periferia percebemos um movimento que sai das relações comerciais e adentra as relações que envolvem pagamento a fatores de produção e, num segundo momento, mas fazendo parte desse mesmo tipo de pagamento, passamos para relações tipicamente rentistas, pois o valor é transferido agora não a título de remuneração do capital produtivo que funcionou e produziu valor novo, valor excedente e lucro, mas pura e simplesmente como pagamento aos proprietários do capital monetário. Ao passarmos da *nova dependência II* para a *dependência 4.0* estamos acrescentando a esse tipo de transferência (o pagamento do serviço da dívida sob a forma de juros) outros tipos de pagamento de natureza rentista. Além dos empréstimos convencionais é preciso considerar também os pagamentos (sob a forma de juros ou dividendos) decorrentes de outros investimentos financeiros, sobretudo os investimentos em carteira, trazidos em profusão pela abertura financeira – ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados – títulos que Marx chamou, não custa lembrar, de capital fictício. Por fim, as relações comerciais voltam a ser elementos importantes de transferência de valor para os países do centro, mas por razões que extrapolam a questão dos termos de troca e têm que ver com a natureza rentista do atual processo de acumulação. Trata-se do pagamento das mercadorias-conhecimento,[27] que é tipicamente pagamento de renda. Em outras palavras, nesses casos, mesmo que as relações de troca se deem aos preços de produção, estará havendo transferência de valor dos países menos avançados para os mais avançados, já que estes últimos detêm as novas tecnologias e são remunerados por essa propriedade. Há além disso, a renda da marca, também embutida nos preços de muitos bens, fazendo deles preços de monopólio e configurando a troca desigual (incluindo-se igualmente aqui os pagamentos para licença de uso da marca, como é típico dos processos de *franchising*).

Feito o inventário dos canais de transmissão de valor das economias periféricas para as centrais no âmbito da *dependência 4.0*, cabem duas últimas observações. A primeira é que se intensifica enormemente o movimento em direção ao pagamento de remunerações que se identificam com a renda e que são devidos

como *direitos* pela mera propriedade (do capital monetário, da tecnologia, das marcas). E aqui entram não só os juros devidos a todo tipo de aplicação financeira (empréstimos convencionais ou investimentos em carteira), como também os dividendos e, eis a novidade, boa parte daquilo que aparece como lucro, mas que constitui, na realidade, renda. Consideremos um exemplo apenas para que fique claro qual é o nosso ponto. No mundo da indústria 4.0 tornou-se comum o termo "economia de plataforma" para se referir a um processo de servicização acelerada da indústria, com a transformação das empresas em verdadeiras plataformas digitais e a consequente mudança de preços relativos em favor dos serviços cognitivos e digitais em detrimento dos meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos. Vem junto com isso, quase naturalmente, o domínio de muitos setores por gigantes corporativos e aquilo que já vem sendo chamado na literatura de "uberização" do processo de trabalho.[28] No caso da empresa Uber, quais as relações de produção que a determinam? Inúmeros trabalhadores autônomos (não assalariados) que pagam, com uma determinada parte de seu tempo de trabalho, o "insumo" de que precisam para trabalhar, ou seja, o acesso à plataforma walrasiana digital, de propriedade da Uber, que promove o encontro da oferta com a demanda de serviços de transporte. Mas o que eles pagam? Quanto custa esse insumo para quem o produz? Cada "unidade" de acesso à plataforma Uber custa exatamente zero, pois não há tempo de trabalho necessário para a produção de cada acesso adicional. Contudo, um preço é gerado, e ele tem que ser pago, ou a plataforma não é liberada para uso. A substância desse "preço" é pura renda, devida aos proprietários da plataforma. Como a Uber é uma empresa transnacional baseada em San Francisco, California, ela captura como renda parte substantiva do tempo de trabalho de motoristas em todo o mundo (ela atua em mais de 700 regiões metropolitanas), que fluem em direção aos Estados Unidos e vão fomentar a acumulação da gigante americana ou o luxo suntuário de seus controladores e de suas oligarquias burocráticas.[29]

Cabe, neste ponto, lembrar que, em que pesem as controvérsias em torno ao conceito de superexploração, é muito difí-

cil observar fenômenos desse tipo e não associá-los ao achado teórico de Marini. Se é verdade que as condições que serviram de base ao teórico brasileiro para enunciá-lo como característica distintiva das economias dependentes hoje já não estão mais presentes (e não só em função do acirramento da concorrência internacional, mas também porque os bens industriais passaram a fazer parte da cesta de bens dos trabalhadores mesmo nas economias mais atrasadas – vide os celulares), não é menos verdade que a chamada economia de plataforma tem gerado, sob o enganoso rótulo atribuído aos trabalhadores de "empresários de si mesmos", condições de trabalho dignas do século XIX, com jornadas muito extensas de custoso e intensivo trabalho. Por fim, não deixa também de ser verdade, independentemente do nome que se dê a isso, que a remuneração dos trabalhadores é estabelecida de modo distinto nos diversos países, com essa remuneração sendo normalmente bastante mais baixa nos países não centrais. Assim, a piora geral das condições de trabalho em todo o mundo gerada pelas novas tecnologias, coloca-se de forma ainda mais dura para os trabalhadores das economias dependentes.

A segunda observação tem que ver com a lógica que impele as economias periféricas, há quatro décadas, a viverem com poupança externa. Trata-se de uma dependência viciosa, pois o preço do acesso aos capitais internacionais é o comprometimento cada vez maior do valor novo internamente produzido com a remuneração desses capitais, o que vai gerando, por sua vez, um aumento da necessidade dessa mesma poupança para que se mantenha o equilíbrio das contas externas e assim por diante. Contudo, a principal consequência, para os países da periferia, por terem sido capturados nesse círculo vicioso não é nem essa transferência em si, ainda que esse seja o benefício material claramente capturado pelos países exportadores de capital que estão no centro do sistema, mas aquilo a que Fiori já se refere no artigo de um quarto de século atrás: a coação permanente que sofrem esses países, na competição global pelos ditos investimentos, quanto à forma de gerir sua política macroeconômica. Só os países "bem-comportados", aqueles que "fazem toda a lição de casa"[30] é que são devidamente contemplados.

Não é difícil perceber que esse tipo de subordinação é muito mais aderente às observações dos clássicos pensadores do imperialismo que escreveram nas décadas iniciais do século XX, do que às teorias sobre troca desigual e deterioração dos termos de troca que dominaram as reflexões sobre imperialismo e dependência em meados do século. Hilferding, em seu clássico trabalho sobre o capital financeiro, de 1910, foi dos primeiros pensadores a chamar a atenção para o fato de a exportação de capitais funcionar como um elemento claro de subordinação entre as nações. Decorrido mais de um século desde a edição da obra, essa sagaz observação nunca foi tão verdadeira. O Brasil é um caso exemplar dessa submissão. Vamos a ele.

A Dependência 4.0 e o Brasil

Reconstituiremos aqui brevemente as diferentes formas que historicamente caracterizaram a inserção da economia brasileira no sistema mundial capitalista.[31] Acompanhando-as, veremos claramente o desenvolvimento também das diferentes fases da relação de dependência que viemos de discutir.[32]

Podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. Em todas elas, é evidente o caráter de subordinação da relação estabelecida com as economias do centro. A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, onde o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva então em curso. Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, a economia brasileira, singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, vai funcionar como alavanca da acumulação de capital no centro, produzindo matérias primas e produtos agrícolas a baixo custo.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 30 do século passado, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Celso Furtado, o "deslocamento do centro dinâmico da economia" ([1959]2006, p. 274), abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica. Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, na segunda metade dos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação "determinado desde dentro" fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora.

Apesar disso foi nesse período, ou seja, a partir de 1930, que se gerou a primeira possibilidade efetiva de a economia brasileira deixar para trás sua crônica dependência. Foi esse o objetivo das tentativas nacional-desenvolvimentistas levadas a efeito por governos de variados tipos. De forma difusa e até *avant la lettre*, como no caso de Vargas, esses diversos governos, seja em períodos democráticos ou ditatoriais, foram percebendo aquilo que a *teoria da dependência*, partindo das descobertas de Raul Prebisch, acabou por demonstrar: que o desenvolvimento capitalista não se dá por etapas, que as economias nacionais não caminham em linha reta e naturalmente das fases menos desenvolvidas de produção, onde baixo valor agregado é produzido, para aquelas mais avançadas, marcadas pela indústria e pelo desenvolvimento tecnológico de ponta. O subdesenvolvimento, como mostrara Furtado, é um tipo de desenvolvimento capitalista, que torna os países periféricos, graças à sua posição na divisão internacional do tra-

balho, dependentes e reféns do imperialismo dos países do centro (Furtado, 2009). Pragmaticamente, isso significava que era preciso apostar na indústria, ou ficaríamos eternamente ao sabor de relações de preço lesivas aos interesses nacionais, que acabavam por transferir aos países centrais, pela via do comércio internacional, parte do reduzido quantum de valor internamente produzido.

O aprofundamento da crise de sobreacumulação no sistema capitalista mundial, que despontara nos anos 1970, se encarregou de colocar um ponto final às tentativas nacional-desenvolvimentistas e jogar a economia brasileira nas turbulentas águas do processo de financeirização, já então em pleno curso. Constituindo a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, a riqueza financeira, que, incitada pela própria crise, crescia a taxas muito elevadas, vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações.

O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, tinham aberto um período de elevada inflação doméstica, que só encontraria término, depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos 140 bilhões de dólares a título de juros. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluente mercado financeiro internacional, que ia se tornando

cada vez mais robusto. O Estado brasileiro, pelas mãos de Collor/Itamar e depois Fernando Henrique (FHC), abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização, transformando-o em potência financeira emergente. A primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, o que foi conseguido através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que colocavam obstáculos ao livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país, o que contribui para o sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica de FHC, em sua tarefa de estabilizar monetariamente a economia, tornando ainda mais amigável e "civilizado" o ambiente macroeconômico para as operações de valorização financeira. A partir da estabilização monetária, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários) e deslanchou-se o processo de privatização. A política de juros reais elevados beneficiava duas vezes o capital rentista, pois elevava seus rendimentos, ao mesmo tempo em que tornava muito baratos os ativos reais e financeiros aqui produzidos.

A partir de 1999, o país completa seu traje de candidato a potência financeira emergente. Graças à forte crise cambial que se inicia em 1998, na esteira das crises monetárias dos países emergentes que atravessou toda a década, o governo FHC, em janeiro do ano seguinte, início de seu segundo mandato, altera o

regime cambial do país na direção do câmbio flutuante e adota o tripé macroeconômico, com seu regime de metas de inflação. Mesmo a ascensão de Lula ao governo federal não traz mudanças nesse quadro. A liquidez é rigidamente controlada, os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio FMI. Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira. Mas esse ativismo financeiro não se dá sem consequências para a forma da inserção produtiva do país.

A permanente tendência à sobrevalorização que a política de inserção financeira produzia levou à desindustrialização (Bresser-Pereira e Gala, 2007). Assim, um resultado duplamente perverso vai sendo produzido nesta quinta fase: de um lado somos eternos pagadores de renda; de outro, nossa matriz produtiva regride ao patamar da segunda fase e nos coloca novamente como uma economia extrativa e primária, produzindo quase exclusivamente bens de baixo valor agregado. A participação dos produtos manufaturados em nossa balança comercial, que ultrapassara os 60% no início dos anos 1990, encontra-se hoje na esfera dos 35%. Dos 10 produtos mais exportados pelo país nos últimos 8 anos, apenas um não se encontra na categoria dos produtos básicos (a exportação de automóveis em 2017). Os produtos campeões são soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de boi... Do ponto de vista de um mundo que vai mergulhando na indústria 4.0, esse resultado não poderia ser pior, pois a perda de importância da indústria vai afastando cada vez mais o país da possiblidade de uma acoplagem tecnológica.[33]

Me eximo aqui de relatar o que se passou nos três governos do Partido dos Trabalhadores, porque, do ponto de vista que aqui nos concerne, eles nada alteraram. A tentativa de retomar os investimentos públicos com o PAC (Programa de

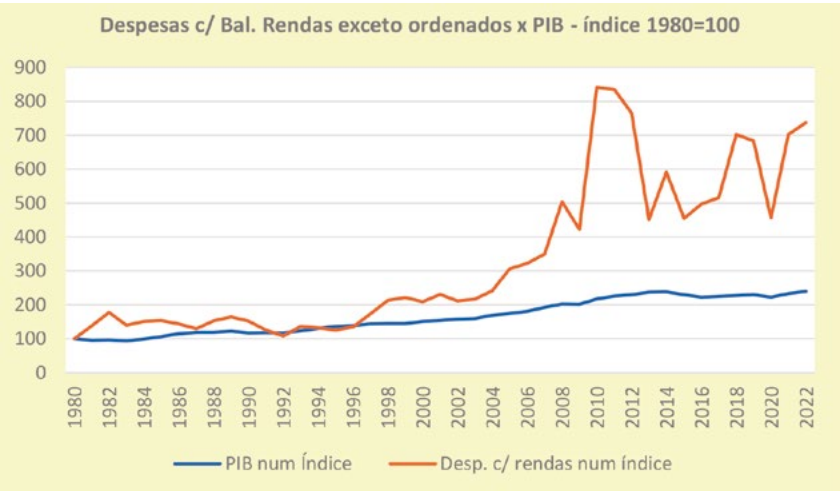
Aceleração do Crescimento), lançado por Lula em 2006, bem como a política de proteção ao conteúdo nacional que fez parte do que ficou conhecido por "nova matriz macroeconômica" no primeiro mandato da presidenta Dilma, foram desmanteladas pelo agravamento da crise internacional de 2008/2009, cujas pesadas consequências chegaram definitivamente ao Brasil nos primeiros anos da segunda década do século. Sem entrar no mérito dos programas sociais de alto impacto que esses governos adotaram e que tiveram indiscutíveis consequências do ponto de vista da pobreza e da desigualdade, vale apenas observar que o fato de sua política econômica ter reafirmado, regra geral, a deletéria forma de inserção do país no capitalismo mundial que se iniciara nos anos 1990, foi seguramente uma das razões pelas quais a preservação desses programas foi colocada em xeque, deitando por terra o pouco que foi conseguido.

Considerações finais

Isso posto, é possível considerar que a reiterada absorção de poupança externa que o Brasil experimenta há praticamente três décadas representa um tipo mais atual e mais perverso de dependência. Sem necessidade de que haja perdas nas relações de troca (podendo inclusive acontecer o contrário, como se deu entre 2001 e 2008), a extração de valor dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos está garantida pelo volume de passivo externo que cada economia carrega. Quando isso se combina com a deliberada intenção de produzir ganhos superlativos aos capitais externos, como acontece no Brasil desde meados dos anos 1990, o benefício para esses capitais é ainda mais patente. Não há dúvida, nesse caso, que se trata de captura de excedente. Se os países periféricos engolirem porções cada vez maiores de poupança externa, aí sim, não importando o que ocorra com os termos de troca, estará garantida a captura do excedente e a valorização do valor dos capitais externos, em detrimento dos capitais e do trabalho dos países menos desenvolvidos.

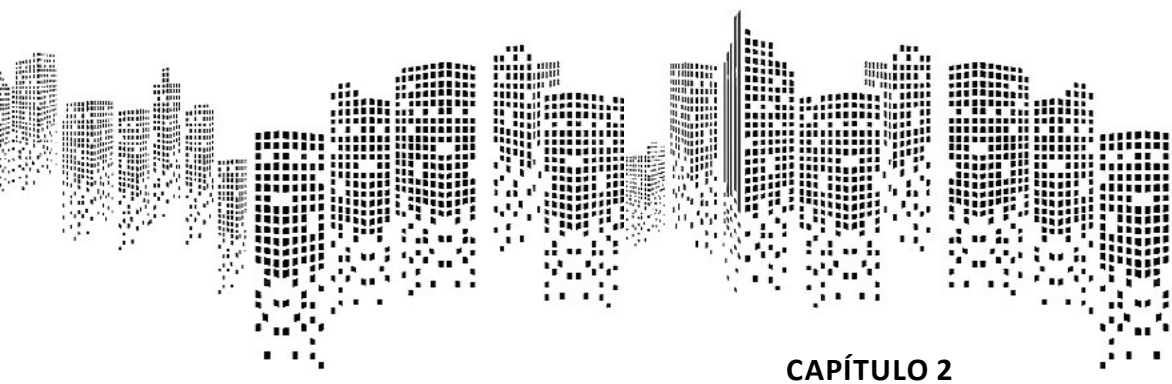
O Brasil, como procuramos demonstrar, é um caso emblemático, desse tipo moderno e complexo de subordinação. A economia doméstica não só fica presa a um círculo vicioso de dependência de poupança externa que se reproduz indefinidamente, como o estado nacional perde vários graus de liberdade no manejo de sua política econômica.[34] Além da poupança externa, é preciso lembrar, para que se configure o conjunto das operações que constituem o que chamamos aqui de *dependência 4.0*, dos pagamentos de renda que estão presentes também nas relações comerciais, seja através das marcas e das licenças de uso de marca, seja pela aquisição de mercadorias-conhecimento. Uma análise dos microdados das operações registradas no balanço de pagamentos permitiria avaliar com maior precisão quantitativa a evolução recente da captura de valor efetuada por esses diversos canais (IEDs, investimentos em carteira, empréstimos convencionais, compra de bens e serviços), o que não foi possível fazer para este trabalho. Contudo, o gráfico a seguir, elaborado a partir de dados agregados, parece suficiente para demonstrar o impacto, em termos de transferência de valor, da reiterada absorção de poupança externa e da ratificação da *dependência 4.0* no Brasil no último quarto de século. Ele mostra a evolução de duas séries de números-índice que têm o ano de 1980 como base: a série do PIB, calculada a partir dos dados do IBGE, e a série das despesas com remuneração dos capitais externos registradas no balanço de pagamentos, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo BACEN.

Figura 1 – Despesas com Bal. Rendas exceto ordenados x PIB – índice 1980=100



Fonte: PIB (IPEADATA); Balanço de Pagamentos até 2014 (BACEN, 2019a), Balanço de Pagamentos de 2015 a 2022 (BACEN, 2019b) – Elaboração própria

É visível a mudança de comportamento da curva das despesas em relação à curva do PIB a partir de 1994, ano importante pelo alcance da estabilidade monetária e pelo andamento das providências para liberar os fluxos de capital, garantir ganhos superlativos ao capital externo e transformar o país em "potência financeira emergente". É a partir deste ponto que a dependência 4.0 torna-se firmemente estabelecida no Brasil.



CAPÍTULO 2

Uma crítica das operações extrativistas do capital: para um conceito ampliado de extrativismo[35]

Verónica Gago
Sandro Mezzadra

Para além da transição

Por mais de quatro décadas, a discussão crítica sobre o capitalismo se moveu dentro da narrativa de uma transição. A dissociação do dólar do padrão-ouro em 1971, juntamente com a crise do petróleo de 1973, marcou as datas paradigmáticas desse início do fim de uma era, uma era que no Ocidente foi celebrada como os "trinta anos gloriosos", a era do chamado fordismo (e a complexa geopolítica de conflitos, guerras frias e quentes, revoluções, insurgência e contrainsurgência que o acompanharam em escala global). Ao pensar a América Latina, essa agenda se liga a uma outra: o golpe contra Allende, também em 1973, bem como a sequência iniciada com diferentes ditaduras e reformas financeiras que refizeram o continente. Um segundo momento desta série remonta a 1989 – um ano que para muitos marcou um primeiro fim da transição e que, ao mesmo tempo, inaugurou outro final: o chamado fim da história. O Consenso de Washington foi

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_002

difundido como a síntese da reescrita dessa época. No entanto, a aparente estabilização alcançada na década de 1990 durou pouco: os primeiros anos do século XXI foram abalados por guerras, turbulências e insurreições em escala planetária. O colapso financeiro de 2007-8 coroou uma série de crises e reabriu dramaticamente a questão da direção da transição.

Para nós, qualquer tentativa de enfrentar a questão da direção da transição está ligada principalmente a uma tentativa de compreender as condições de vida e de luta que transformam a crise em uma situação de instabilidade e de abertura de perspectivas em um sentido profundo. É com base nessas premissas, que nos organizam e orientam metodológica e politicamente, que abordamos questões-chave no centro da discussão crítica sobre a transição –ainda em curso– do capitalismo: em particular, desvendando a questão de uma transformação radical na lógica do regime de acumulação para além do paradigma industrial e colocando a questão da organização global dessa nova fase.

O neoliberalismo tornou-se uma das narrativas mais difundidas para dar conta desses processos. Na América Latina, o neoliberalismo vem sendo discutido há mais de uma década, combatido e, recentemente, na retórica de vários governos, aparece como um entrave arcaico, como parte de um passado já superado. A crise global de 2007-8 foi vista como uma oportunidade para o continente face a evidência do declínio dos Estados Unidos e da Europa. As imagens associadas aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) foram popularizadas como uma alternativa no mapa global, suscitando todo o tipo de expectativas para um novo tipo de desenvolvimento na região. No entanto, o continente não ficou ao abrigo da crise. O Brasil e a Argentina mostram, de formas diferentes, as consequências desse impacto, que não é apenas econômico, mas também político, na medida em que questiona a origem da própria legitimidade desses governos "progressistas".

Ao mesmo tempo, o exposto acima demonstra a forma restrita como o neoliberalismo tem sido caracterizado: basicamente como um conjunto de medidas inspiradas na ideologia das instituições internacionais de crédito e um conjunto de políticas macroeconômicas de privatização e ajustamento estrutural sob o

mantra da retirada do Estado. Para além da crise de legitimidade política do neoliberalismo, evidenciada pelas insurgências populares que o questionaram e abriram um espaço de possibilidade para outro tipo de governamentalidade, sua caraterização ainda está pendente em termos da produção de subjetividades vinculadas às modificações estruturais ocorridas nas últimas décadas. É isso que fica por pensar quando o momento atual é identificado como neodesenvolvimentismo e contrastado de forma linear com o neoliberalismo. As recentes derrotas eleitorais dos "governos populares" na Argentina e na Venezuela, os fracassos no Equador e na Bolívia em conseguir a reeleição indefinida desses governos, bem como a profunda crise política em curso no Brasil tornam a situação ainda mais complicada. E tudo isso obriga a uma análise mais crítica das múltiplas formas pelas quais uma agenda conservadora centrada nas prioridades e na segurança dos negócios tem alimentado a emergência de um novo bloco político capaz de rearticular radicalmente a paisagem política moldada pela dinâmica prolongada das revoltas populares que lançaram as bases para a existência de novos "governos populares" e governos progressistas (ver Gago e Sztulwark 2016).

Na conjuntura atual, é necessário implantar uma perspectiva crítica capaz de identificar os traços constitutivos do momento capitalista contemporâneo na América Latina e no mundo visando destacar a importância dos novos conflitos sociais, bem como as dinâmicas políticas que podem abrir o debate sobre o que constituiria uma mudança para além do neoliberalismo.

Um dos diagnósticos críticos mais difundidos sobre o momento atual na escala continental exprime-se na ideia de um neoextrativismo que colocaria a região na vanguarda de uma forma renovada de dependência e de primarização da economia. A novidade, em relação a outros períodos históricos, vem da capacidade do Estado de utilizar e dirigir uma certa parte da renda extraordinária dos recursos naturais. Uma fórmula usada para resumir esse cenário regional é a de uma passagem do Consenso de Washington para o Consenso das Commodities (Svampa e Viale 2014). A intensificação das atividades extrativistas ligadas principalmente aos recursos não renováveis —da megaminera-

ção ao agronegócio, incluindo as reservas de hidrocarbonetos, a fronteira florestal e a pesca (com as infraestruturas logísticas correspondentes)— devolveu às economias latino-americanas o seu papel clássico de fornecedoras de matérias-primas, com a diferença de que agora as matérias-primas se destinam principalmente à China.

O extrativismo neste sentido literal é geralmente definido em termos de extração de "grandes volumes de recursos naturais, que não são de todo ou apenas muito parcialmente processados e se destinam principalmente à exportação de acordo com a procura dos países centrais" (Acosta 2015). Da extração de minerais no Peru (principalmente ouro) à exploração de hidrocarbonetos na Bolívia e no Equador (cujos exemplos mais infames são os campos de petróleo nos territórios indígenas dos Guaranis em Yategrenda e Santa Cruz e dos Yasunis no Equador); da mineração de carvão na Venezuela e na Colômbia (onde o mapa das atividades extrativistas se sobrepõe ao da militarização) aos projetos de megamineração de ferro a céu aberto no Uruguai (Gudynas 2014); da intensificação da mineração no Chile (onde anda de mãos dadas com a crise hídrica) e no Brasil (o país líder em mineração na América Latina, particularmente no que diz respeito ao ferro e à bauxita) à expansão da fronteira da soja na Argentina, a paisagem latino-americana nos confronta com instâncias multifacetadas e impressionantes de "extrativismo," muitas vezes com implicações ambientais e sociais dramáticas em termos de desapropriação de populações inteiras.

Um dos líderes dos governos progressistas, Álvaro García Linera (2012), defende esse modelo justamente ao se referir a uma suposta rigidez absoluta do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho que limitaria estruturalmente as possibilidades dos países latino-americanos. No entanto, ele também indica um determinado realismo sobre essa região: o neoextrativismo poderia funcionar como um caminho possível para a superação da hegemonia financeira que se desenvolveu durante a década de 1990. Porém, apesar de contrastados (um como crítica e o outro como celebração do momento atual), ambos os argumentos compartilham um pressuposto: o extrativismo aparece diferenciado do

momento financeiro. Interessa-nos aqui, pelo contrário, radicalizar a própria noção de extrativismo para, em primeiro lugar, assinalar a sua relação orgânica com as finanças e, em segundo lugar, para ir além da sua setorização por matérias-primas. Estamos convencidos de que a ampliação do conceito de extrativismo pode ajudar-nos a definir de forma mais sistemática os traços fundamentais da lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo, para além da recorrente definição negativa (o que ele já não é), bem como da sua transição inacabada (uma posição infinita).

Apesar de a crítica do neoextrativismo ser muito eficaz quando se trata de mostrar as continuidades do modelo de desenvolvimento, e, portanto, nos obrigar a abrir um espaço de procura de alternativas, a sua perspectiva política imediata é problemática. Por um lado, porque tende a deixar de fora as complexas economias políticas dos territórios suburbanos periféricos, concentrando-se nos locais literais das atividades extrativistas, ele acaba por desconectar ambos os espaços e ambas as economias. Por outro lado, ao centrar-se nos subsídios estatais como único conector entre os dois, a crítica do neoextrativismo contribui para atribuir uma posição meramente passiva às populações urbanas pobres, o que funciona em paralelo com uma tendência para vitimizar as populações rurais afetadas. Nesse modo de análise, em que conceitos como desapropriação tornam-se centrais, a própria categoria de exploração está oculta e a produção de valor por essas populações é ignorada, já tendo sido calculada pela área financeira como não marginal. A este respeito, devemos acrescentar que o nosso projeto de ampliar o conceito de extração está metodológica e politicamente ligado a uma longa história de lutas e elaborações teóricas que alargaram o próprio conceito de exploração.

Operações extrativistas

Existem algumas imagens conceituais que podemos tomar como ponto de partida para a expansão do conceito de extração: por outras palavras, o nosso objetivo é ampliá-lo no sentido de projetá-lo, alargando-o, complicando-o. A primeira imagem apa-

rece mais associada a uma variante neoextrativista clássica: a nova semente Intacta RR2 Pro da Monsanto, anunciada como parte de uma nova geração de sementes cuja missão é permitir a expansão do alcance das culturas de soja para "áreas cada vez mais marginais" (Cáceres 2014, p. 124). Essa expansão, cujo objetivo é colonizar novos territórios, é possível face a uma complexa interação entre direitos autorais intelectuais, insumos tecnológicos, instrumentos financeiros e uma dinâmica concreta de produção e apropriação do conhecimento. Ao mesmo tempo, tal avanço territorial seria impossível sem formas específicas de violência política sobre as terras para torná-las "disponíveis," uma condição que não é, de forma alguma, natural. Assim, a extração, neste caso, assenta numa dinâmica que precede a semente, ao mesmo tempo que a pressupõe: a produção do próprio território e, portanto, o processo de valorização em que ele se inscreve. Esta imagem pode também funcionar como metáfora de um processo mais amplo em que o capital ocupa espaços marginais para os converter em terreno para as suas operações. A dinâmica ligada às finanças que desenvolveremos na próxima seção é um bom exemplo desta mesma operação.

A segunda imagem remete-nos para o mundo da mineração, não no seu sentido tradicional, mas para aquilo a que poderíamos chamar uma forma de "mineração digital". Em algumas regiões da China, bem como noutras partes do mundo, milhares de jovens migrantes trabalham jogando. Passam horas e horas em armazéns-oficinas, em frente a computadores e sob o controle de seus patrões. Especializam-se em diferentes jogos que têm a ver com a recolha de pontos ou recompensas dentro dos jogos, razão de esta atividade se chamar "gold farming", cultivo de ouro. Este trabalhador-jogador é uma espécie de agricultor-coletor, dedicando tempo ao que normalmente são "multiplayer games", jogos com múltiplos jogadores—tempo que os jogadores noutras latitudes, especialmente nos Estados Unidos, não têm, mas pelo qual estão dispostos a pagar (Altenried 2017, cap. III; Dyer-Witheford e de Peuter 2009). Esta imagem parece-nos especialmente importante porque coloca em evidência a questão do trabalho, sua organização e explo-

ração. Além disso, a questão da mineração digital demonstra diretamente o papel fundamental que as operações extrativistas desempenham no chamado capitalismo digital. Mais uma vez, a chamada extração de dados serve de base, de pré-condição necessária, para a valorização do capital em espaços de negócio que todos usamos diariamente, como o Google ou o Facebook. Essa extração é implementada através de algoritmos cada vez mais sofisticados, não muito diferentes daqueles que montam a produção de perfis (de consumo, de saúde, de conduta) e daqueles que organizam as operações financeiras neste tempo de "high-frequency trading" (Pasquinelli 2014).

Por último, nos cinturões da periferia de Buenos Aires, encontram-se as financeiras que se instalam nos mesmos locais onde se vendem roupas desportivas ou eletrodomésticos. Posicionados para ficarem o mais próximo possível do cliente, a apenas uma escada de distância, oferecem crédito ao consumidor para a compra de produtos nesse mesmo espaço físico. Por sua vez, o crédito imediato em dinheiro é obtido através de uma acreditação muito precisa: o número do beneficiário que se tem ao receber um plano de bem-estar social ou um subsídio. Assim, a extração financeira organiza-se sobre setores que não têm capacidade de solvência dada pelo mercado de trabalho tradicional, mas, ao serem reconhecidos como população subsidiada, têm sua inscrição no sistema bancário autorizada pelo Estado. Desta forma, as financeiras extraem literalmente valor de um conjunto de atividades, de formas de cooperação e de obrigações de uma capacidade futura de trabalho, com a garantia do Estado. A expansão do endividamento permite novas formas de acesso ao consumo por parte dessas populações subsidiadas, ao mesmo tempo que dissemina no tecido social a compulsão para inventar formas de trabalho e de rendimento radicalmente heterogêneas em relação às que são epitomizadas pela norma e padrão de trabalho "fordista".

Começamos a ver como a extração, entendida em sentido lato, delineia algumas caraterísticas proeminentes das operações do capital no seu desenvolvimento atual— do territorial ao digital, passando pelo financeiro. A primeira imagem fala-nos da importância particular da expansão das fronteiras do capital, tanto literal

como simbolicamente, em direção a espaços e sujeitos construídos como marginais e periféricos (Mezzadra e Neilson 2013). Como mostramos na quarta seção, esta dinâmica expansiva caracteriza o próprio conceito de capital e conduz a uma discussão sobre a questão da acumulação primitiva. Repensar o marxismo tem sido um fórum importante para esta discussão (ver Brown 2009; Mezzadra 2011; Walker 2011). Por ora, podemos identificar três caraterísticas salientes do conceito ampliado de extração que estão em questão nas imagens que apresentamos acima.

1 Em primeiro lugar, a extração não pode ser reduzida a operações ligadas a matérias-primas transformadas em commodities a nível global. Por um lado, as dinâmicas do digital e do financeiro desempenham um papel fundamental mesmo na extração de matérias-primas, organizando a logística da sua circulação e determinando as flutuações de preços nas bolsas internacionais. Isso complica a imagem da América Latina e sua posição na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, a extração não pode limitar-se a materiais inertes. A extração visa também o trabalho e a vida das populações, procurando extrair-lhes valor de tal forma que amplia e complementa a própria noção de exploração, uma vez que esta é definida —citando David Ruccio (2011, p. 337)— "em termos de como o excedente é formado e apropriado". Se a extração é um traço constitutivo das atuais operações do capital, é necessário colocar a questão de como o próprio capital se relaciona com o que em termos tradicionais poderia ser chamado de trabalho, mas que —como se vê nos exemplos do digital e do financeiro— assume cada vez mais a forma de uma cooperação social complexa e altamente heterogênea.
2 Deste ponto de vista, o conceito de extração supõe uma certa exterioridade do capital em relação ao trabalho vivo, à cooperação social. A relação de extração apresenta-se de forma bastante diferente da relação de exploração formada numa fábrica com base na estipulação de um contrato de trabalho assalariado. Enquanto o contrato introduz o trabalhador num

espaço diretamente organizado pelo capital, em casos que vão do crédito popular (através do crédito para o consumo) ao Facebook (através de uma empresa que extrai valor da interação de dados), estamos perante atores capitalistas que não organizam diretamente a cooperação social que exploram. A este respeito, estamos falando de uma certa exterioridade que poderia ser efetivamente descrita por meio da noção marxiana de "subsunção formal do trabalho ao capital," com todas as complexidades temporais que a caracterizam (ver Harootunian 2015). No entanto, é necessário complicar e questionar imediatamente a ideia de exterioridade em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, embora os atores capitalistas de que falamos não organizem diretamente a cooperação dos sujeitos, esta cooperação está longe de ser livre: no caso do Facebook, é permeada por operações algorítmicas; no caso das finanças populares, desenvolve-se sob o signo da dívida. Em segundo lugar, outros atores capitalistas, incluindo os industriais mais clássicos, operam no âmbito desta cooperação. No entanto, é precisamente esta coordenação complexa entre o exterior e o interior que abre um campo de batalha no sentido de uma disputa sobre apropriações, codificações e possibilidades de libertação.

3 Em terceiro lugar, o extrativismo não pode ser associado unilateralmente à paisagem rural ou não urbana. Na sequência dos pontos anteriores—, uma vez que o extrativismo não está apenas ligado às matérias-primas e que não estamos perante uma exterioridade completa—, é necessário destacar os circuitos em que as operações extrativistas ganham forma e velocidade, desfazendo o binário cidade-campo. Até agora, essa ligação tem sido feita através da crítica do populismo como um momento político ligado a um modelo econômico de tipo extrativista. Esta divisão despolitiza outras formas extrativistas em que a extração do valor de uma vitalidade popular cada vez mais endividada, mas nunca completamente subjugada, é ativada de formas precisas. Esta cidade, que aparece formatada pelo dinamismo urbano das periferias, é também diferente da cidade gentri-

ficada que noutros momentos é ligada à renda extrativista quando se fala de "extrativismo urbano" (Massuh 2014, p. 55-60). Neste sentido, as lógicas extrativistas cruzam-se com o governo dos pobres, produzindo violência e criando formas híbridas com as mesmas lógicas e retóricas de inclusão propostas pelo discurso da cidadania. Essa perspectiva conduz a uma leitura dos novos conflitos sociais que permite mapear o entrelaçamento entre agronegócio, finanças, economias ilegais (da droga ao contrabando) e subsídios estatais, segundo lógicas ao mesmo tempo complementares e concorrentes. Essas lógicas também nos permitem escapar do imaginário vitimizador que tende a ser enfatizado pela narrativa da desapropriação.

Extrativismo financeiro e finanças populares

Nas últimas décadas, as finanças e a relevância dos processos de financeirização têm sido questões centrais nos debates críticos em torno do momento atual do capitalismo. No entanto, é preciso enfatizar— na linha dos trabalhos históricos de Fernand Braudel e de autores ligados à teoria dos sistemas-mundo, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi— que a financeirização não é de forma alguma uma novidade na história do capitalismo. O que esses autores analisam como ciclos hegemônicos de acumulação a nível mundial tem sido marcado— desde o início da modernidade, mas sobretudo no seu momento de declínio— por momentos de deslocamento das atividades econômicas para as finanças. Nesta perspectiva, os processos contemporâneos de financeirização podem ser entendidos como um sintoma do declínio da hegemonia dos Estados Unidos a nível global (ver Arrighi 2009).

A este respeito, a rápida ascensão da China como potência planetária tende a completar o diagnóstico. A partir de uma certa visão latino-americana, há posições que valorizam positivamente este deslocamento do poder global para a Ásia, argumentando que ela permite uma possibilidade de autonomia face ao domínio do Ocidente (ver Mignolo 2012).

No entanto, sem negar que a situação global contemporânea é caracterizada por novas dinâmicas e espaços, o que mais importa destacar em relação à conjuntura atual é a posição extremamente singular do financeiro, tanto nos seus aspectos escalares como intensivos. Do ponto de vista da questão que levantamos anteriormente sobre a persistência ou não do paradigma industrial no capitalismo contemporâneo, é necessário enfatizar que as próprias atividades industriais parecem cada vez mais subordinadas à lógica e à racionalidade financeira. Encontramo-nos, então, numa situação radicalmente diferente daquela descrita nos debates clássicos sobre o imperialismo no início do século XX—por exemplo, nas posições de Hilferding e Lenin. Em análises recentes propostas por autores como Christian Marazzi (2014) e Randy Martin (2002), embora a partir de perspectivas teóricas distintas, o financeiro emerge como momento de comando e de articulação unitária do capitalismo contemporâneo. Por um lado, a interdependência a nível global, com as turbulências, tensões e conflitos que a permeiam, é regulada principalmente através dos mercados financeiros. Por outro lado, o financeiro caracteriza-se hoje por uma tendência para a penetração intensiva na vida social das populações, tornando-se o mediador quotidiano do consumo, bem como das múltiplas formas de emprego. Como indicam várias análises, nas últimas décadas tem-se assistido a um processo de deslocamento, para os mercados financeiros, das condições sob as quais é implementado o que havia sido afirmado no chamado quadro dos direitos sociais—das pensões à habitação (ver Crouch 2009).

Já mencionamos a importância das inovações tecnológicas na atividade financeira quando nos referimos ao "high-frequency trading". Devemos acrescentar pelo menos algo sobre a questão dos derivativos que tiveram um papel proeminente na reorganização das finanças, tanto na sua dimensão extensiva (na articulação da interdependência global) como na sua dimensão intensiva (na penetração do social). Como observa Randy Martin (2013), a crescente sofisticação e difusão destes instrumentos financeiros produziu uma mudança profunda na natureza das mercadorias. Mais uma vez, o contraste com o industrial é notável: onde a linha de mon-

tagem reúne todos os elementos num só lugar para construir uma mercadoria integrada, a engenharia financeira inverte o processo, "desmontando uma mercadoria nos seus elementos constituintes e variáveis e dispersando estes atributos para serem agrupados juntamente com os elementos de outras mercadorias de interesse para um mercado globalmente orientado para a troca gerida pelo risco" (p. 89). É importante ressaltar que essa lógica pode ilustrar a dinâmica das commodities associadas ao extrativismo, enfatizando sua íntima ligação com a lógica das finanças. É justamente o processo de desmontagem e religação que também permite pensar as formas ampliadas do extrativismo como uma lógica de valorização.

Por um outro ângulo, ao analisar a crise dos empréstimos subprime nos Estados Unidos, Saskia Sassen destaca a tendência das finanças em incorporar economias não financeirizadas. É importante notar que, nessa contínua expansão das fronteiras da valorização financeira através da "colonização" de territórios sociais fora do comando das finanças, surge gradualmente uma dimensão extrativa das operações financeiras. Sassen (2010, p. 27) retoma este ponto ao falar da relação entre finanças e acumulação primitiva e da persistência de uma lógica extrativista nos processos mais avançados de financeirização. Enfatizando a onda de execuções hipotecárias e despejos que se seguiu à crise de 2007-8, Sassen (2014) destaca o momento da expulsão como uma caraterística distintiva do capitalismo contemporâneo. No entanto, no seu argumento, ela sublinha a difusão global de instrumentos financeiros, como os empréstimos subprime, que têm como objetivo a incorporação da economia vital das populações pobres ou empobrecidas. Isso segue um padrão que reproduz o que vimos no caso da nova geração de sementes da Monsanto: a conquista de novos territórios, especialmente aqueles que parecem periféricos ou marginais do ponto de vista da valorização financeira. Embora Sassen proponha uma oposição binária entre expulsão e incorporação, parece mais produtivo desenvolver a hipótese de que o que está em jogo na expansão das operações extrativistas das finanças é o deslocamento e o redesenho contínuo da própria fronteira entre incorporação e expulsão (ver Mezzadra e Neilson 2015).

Como esses processos de financeirização afetaram a América Latina? Poder-se-ia afirmar que a financeirização aparece sob uma dupla negação paradoxal. Por um lado, como já observamos, de acordo com os chamados governos progressistas, a hegemonia das finanças parece limitada à década de 1990. No entanto, no atual momento de desaceleração do crescimento, bem como de transição política e crise em países como a Argentina e o Brasil, a forma como a relação das finanças com o desenvolvimento está sendo repensada, especialmente a sua relação com o crédito externo, reproduz algumas dessas premissas que pareciam pertencer ao passado (CEPAL 2014). Por outro lado, há uma dupla negação, na medida em que a combinação de finanças e inclusão social, sob a fórmula da financeirização dos direitos sociais (ou seja, o papel crescente dos arranjos financeiros na viabilização do acesso à moradia, à previdência, à saúde e ao consumo), evidencia a dimensão inclusiva, especialmente na retórica oficial, enquanto os instrumentos financeiros com os quais isso se operacionaliza permanecem ocultos.

As finanças, no entanto, continuam a tornar-se visíveis a partir de baixo. Um local onde esses deslocamentos exibem uma velocidade e mobilidade surpreendentes é no mercado imobiliário informal, onde são produzidos por sequências que vão desde ocupações de terras (expansão horizontal) até o crescimento vertical de moradias, favelas ou bairros degradados (ocupação intensiva do espaço). Em Buenos Aires, especificamente, essa dinâmica popular não é externa à lógica financeira, o que nos obriga a pensar em como as finanças se expandem a partir de baixo e não se limitam a capturar economias vitais a partir de cima. Isto abre um terreno mais promíscuo que, de formas variáveis, reúne não só a incorporação e a expulsão, mas também formas diferenciadas de acesso à habitação e disputas de terra em contextos urbanos. Além disso, o mercado informal de habitação expressa uma combinação que não é levada em conta pela lógica da exclusão/inclusão em termos absolutos: a conexão orgânica entre o progresso econômico e o aumento de favelas e assentamentos de terra, que são classicamente pensados como o outro do desenvolvimento. A mescla de temporalidades, que supera o sentido linear do pro-

gresso sem deixar de considerar e disputar essa noção, também pode ser vista no mundo do trabalho. O aumento das formas de emprego formal é inseparável de uma proliferação e multiplicação de espaços informais e ilegais que não funcionam como um mundo à parte, mas antes ligam-se, também de formas variadas, ao "crescimento econômico" (Gago 2015, 2017).

É nesse terreno promíscuo que as finanças se concretizam, têm sucesso, e aparecem simultaneamente como violentas e sedutoras, abrindo espaço para uma série de disputas e tensões. A lógica do consumo através dos setores populares endividados não só evidencia a dimensão da subjugação (Lazzarato 2012) como nos obriga a pensar como promove formas de inclusão que questionam o próprio termo. Acima de tudo, isso nos obriga a analisar as articulações concretas entre territórios e finanças e o papel do Estado nesse entrelaçamento. Esta tríade está redefinindo, através da sua ação, a fronteira do que entendemos por neoliberalismo. O "polimorfismo" caraterizador do neoliberalismo desloca essas fronteiras e avança na forma como economias classicamente consideradas periféricas ou marginais são incorporadas a uma dinâmica de valorização financeira, na medida em que uma série de atividades (da autogestão a certas estratégias comunitárias), fluxos (de favores, migrações e trocas) e espaços (como o mercado imobiliário informal) são avaliados como lucrativas. Assim, do nosso ponto de vista, o extrativismo ampliado é uma fórmula que deve ser capaz de dar conta da ação de múltiplos aparelhos financeiros nesses territórios, que extraem valor de uma vitalidade social e de uma cooperação que não contribuem para organizar.

A título de conclusão desta seção, devemos notar que, a um nível ainda mais geral, podemos descrever as operações financeiras, que desempenham papéis cruciais na configuração dos processos de valorização no capitalismo contemporâneo, como as extrativistas. Citando um livro recente de Cedric Durand (2015, p. 87), as finanças podem ser rigorosamente definidas como "uma acumulação de direitos de saque ("droits de tirage") sobre a riqueza a ser produzida no futuro, por meio do endividamento privado e público, da capitalização na bolsa de valores e de uma vasta panóplia de produtos financeiros." Esta não é uma história

inteiramente nova. Em sua importante discussão sobre o capital financeiro em O Capital, volume 3, Marx (1993, p. 599-641) fornece os termos básicos dessa definição, enfatizando a acumulação de "reivindicações ou títulos" para "produção futura" como um traço distintivo da especificidade do momento financeiro na série de transformações efetuadas pelo capital.

Há pelo menos dois pontos importantes a destacar aqui: por um lado, esta discussão enfatiza a dimensão extrativista das operações financeiras, ligando-as a um comando sobre o futuro; por outro lado, aponta para a relevância da riqueza a produzir. Este segundo aspecto é particularmente relevante para os debates atuais sobre a dívida (privada e pública). A ênfase na "riqueza a ser produzida no futuro" desafia qualquer interpretação das finanças como autorreferencial ou do capital financeiro como meramente "fictício" e oposto ao "capital produtivo". O que conta é antes a articulação e sincronização do campo de produção (bem como das operações do capital nesse campo) através da lógica e do comando do capital financeiro. Ao mesmo tempo, destacar a relevância da "produção futura" para as finanças esclarece a compulsão para o trabalho no futuro que está por detrás do alargamento e enraizamento da lógica da dívida. Essa compulsão ao trabalho atravessa e constrange a cooperação social que constitui a principal "fonte" do valor financeiro. Em lugares como as periferias das metrópoles latino-americanas, essa compulsão, associada à penetração das lógicas financeiras, traduz-se numa maior diversificação das atividades econômicas e das formas de trabalho.

De forma particularmente evidente na Argentina, novas formas de endividamento proletário de massas espalham-se nas periferias metropolitanas porque os subsídios sociais são aceitos como garantia pelos organismos financeiros. Portanto, o Estado atua como fiador da dívida através de subsídios monetários que são fornecidos em nome dos direitos sociais e da inclusão. De acordo com investigações recentes, mais de 85% da população qualificada como pobre e como receptora de subsídios está endividada com entidades financeiras. Estas são geralmente propriedade dos principais bancos, que criam as suas próprias entidades financeiras para poderem explorar a legislação local e ultrapas-

sar qualquer limite nas taxas de juro. Isto implica que o sistema financeiro produz as suas próprias fronteiras financeiras como forma de diferenciar as taxas de juro de acordo com os territórios e as populações. Ao mesmo tempo, entidades financeiras peculiares, muitas vezes pertencentes a esses mesmos grupos, encarregam-se de reciclar estoques de dívida, fazendo sua securitização e os vendendo.

Do lado de fora do capital?

O nosso argumento sobre a relação que o capital financeiro estabelece com a cooperação social que explora leva-nos a retomar e a desenvolver mais precisamente a questão da exterioridade que parece pertencer ao conceito de extração. Encontramos, assim, um problema clássico na análise do capitalismo: o que constitui "o exterior" para o capital, se é que se pode dizer que esse exterior, esse lado de fora, existe? Em outras palavras, será que o capital consegue e precisa mesmo totalizar o conjunto das relações sociais? De perspectivas diferentes, tanto Rosa Luxemburgo (2003) como Karl Polanyi (1957) levantaram estas questões e concluíram que o capitalismo necessita de algo como um exterior constitutivo capaz de fornecer recursos de renovação permanente. No caso de Luxemburgo, o exterior é definido em termos espaciais e geográficos, assumindo basicamente a forma de territórios ainda não capitalistas e que poderiam ser subsumidos através de uma repetição contínua dos processos que Marx descreveu na sua análise da acumulação primitiva. No caso de Polanyi, são as relações e os recursos não mercantilizados que são incorporados, constituindo as premissas sociais e culturais do próprio capitalismo. As dinâmicas de mercantilização, envolvendo mercadorias "fictícias", como a terra, o dinheiro e o trabalho, desafiam essas premissas e dão origem a um contramovimento em defesa da sociedade.

Essas questões estão no centro dos debates críticos contemporâneos nos quais, por exemplo, as controvérsias em torno do império e do imperialismo reaparecem junto com múltiplas tentativas de repensar a distinção entre capital e capitalismo. Em um ensaio recente, Nancy Fraser (2014, p. 66), no qual propôs "uma

concepção ampliada do capitalismo", argumenta, como base de sua ideia de ampliação, que a mercantilização e a monetarização das relações sociais nunca foram e nunca são completas. Pelo contrário, o capital depende "para sua própria existência de zonas de não-mercantilização". Assim, o que ela chama de "lutas de fronteira" surge, ou melhor, um conjunto de conflitos surge nas fronteiras entre "reinos" econômicos e não econômicos. Devemos acrescentar que, para Fraser, "nenhum dos reinos 'não econômicos' oferece um ponto de vista totalmente externo que possa subscrever uma forma absolutamente pura e totalmente radical de crítica" (p. 70). Em outras palavras, ela não propõe uma idealização de espaços não contaminados pela lógica do capital. Isso nos parece muito importante do ponto de vista das premissas de uma política anticapitalista.

Mesmo que esse enquadramento seja sugestivo e interessante, queremos propor outra forma de adentrar a discussão sobre o lado de "fora" do capital. Voltando à análise marxista da acumulação primitiva, deve-se enfatizar que, depois de colocar a hipótese de sua continuidade ao longo do desenvolvimento do capitalismo, é difícil pensar sobre a existência de zonas não mercantilizadas no presente. Enquanto a análise de Marx se concentrou no momento de transição para o capitalismo, o uso contemporâneo da categoria de acumulação primitiva refere-se às transições dentro do capitalismo e, em geral, aos momentos constitutivos da ação do capital. Se, por essa razão, é fundamental detectar as fronteiras da valorização, o fato de essas fronteiras se moverem dentro do capitalismo também implica deixar em aberto a questão de um transbordamento potencial – ou seja, uma dimensão para além do próprio capitalismo.

Cerceamentos, violência extraeconômica, abertura do mercado mundial: esses processos enfatizados por Marx como caracterizadores da acumulação primitiva ocorrem de forma diferente quando o problema não é mais a "colonização" de espaços geográficos e sociais não capitalistas, mas sim a reorganização violenta de espaços e sociedades já subsumidos sob a lógica da valorização capitalista. Em uma passagem dos Grundrisse, Marx (1973, p. 408) escreve que "a tendência de criar o mercado mundial é

dada diretamente no próprio conceito de capital. Todo limite aparece como uma barreira a ser superada." Se nessa passagem Marx sublinha a dimensão extensiva da expansão das fronteiras do capital, parece que a dialética entre "limite e barreira" também é extremamente sugestiva para analisar a dimensão intensiva dessa mesma expansão. Essa combinação precisa entre as duas dimensões permite que o capital seja reproduzido mesmo quando ele completou sua extensão geográfica. Ao mesmo tempo, se há uma tendência totalizante que pertence ao "próprio conceito de capital" como modo de produção, o encontro com o "limite" continua sendo um recurso fundamental para seu desenvolvimento. E quando não há mais limites no sentido literal, os limites são produzidos pelo próprio capital por meio de dinâmicas que lembram a dinâmica da acumulação primitiva (Mezzadra 2018).

Dentre essas dinâmicas, os processos de despossessão ligados às operações extrativistas desempenham um papel de destaque. Nesse sentido, o conceito de "acumulação por despossessão" proposto por David Harvey (2003) é um avanço importante porque permite que a acumulação primitiva seja desvinculada de sua conexão apenas com a "origem" do capitalismo e seja reconectada com cada momento de crise, com cada relançamento da acumulação e, especialmente, com nossa época atual. É notável a difusão particular que esse conceito alcançou na América Latina nos últimos anos como uma ideia capaz de explicar as dinâmicas neoextrativistas. Assim, esse vocabulário de despossessão também se tornou disponível para muitas experiências de resistência que pareciam emergir após "o fim do trabalho" e as lutas associadas a esse ciclo. Mais uma vez, é uma transição problemática para nós: a passagem do conflito relacionado ao emprego e, mais precisamente, ao desemprego para o que tem sido chamado de "giro ecoterritorial" das lutas atuais (Svampa e Viale 2014) deixa de fora – em seu argumento sequencial – as maneiras pelas quais a exploração é reconfigurada em paralelo com as formas de despossessão. O próprio Harvey contribuiu para essa ênfase: enquanto seu conceito de despossessão é novo e atraente, seu conceito de exploração permanece relegado a uma definição tradicional, tornando-se o outro de despossessão e permanecendo ligado à realidade do trabalho assalariado definido

por uma esfera de produção entendida sob o paradigma industrial.

Em vez de isolar o momento da despossessão do momento da exploração, é necessário enfatizar que na análise de Marx da acumulação primitiva há um foco muito forte no que hoje poderíamos chamar de produção de subjetividade. A despossessão, nessa análise, é precisamente a separação dos produtores dos meios de produção, a pré-condição para a possibilidade de exploração. Deve-se acrescentar que o próprio Marx trabalhou com a hipótese de que essa exploração, no capitalismo plenamente desenvolvido, operaria sob a norma do trabalho assalariado "livre". Essa hipótese tornou-se insustentável com o desenvolvimento de estudos históricos (por exemplo, a história global do trabalho) e também com lutas que questionavam categorias binárias como produtivo e improdutivo, trabalho manual e intelectual, bem como a fronteira entre produção e reprodução. É essa expansão das próprias categorias de trabalho e exploração que recentra a questão da subjetividade não mais apenas sob o cânone que interpreta a proletarização como o impulso para o trabalho assalariado "livre". O fato de que, como muitas investigações de todo o mundo observaram (ver Sanyal 2007), os processos contemporâneos de acumulação primitiva não levam à absorção dos que foram "despossuídos" nas fábricas nos obriga a abrir o conceito de exploração às maneiras pelas quais o trabalho se multiplica sob modalidades informais, ilegais e servis, mesmo em momentos que são caracterizados como progressivos em termos de desenvolvimento. Essa expansão inclui aparatos de exploração financeira que operam sob modos extrativistas, como os que mencionamos anteriormente.

O comum em disputa

A proposta de ampliação das categorias de extração e extrativismo, que desenvolvemos neste ensaio, visa delinear alguns dos traços fundamentais da lógica que caracteriza os processos de valorização e acumulação no capitalismo contemporâneo. Extração e extrativismo não são sinônimos, mas estão intimamente ligados. Por um lado, o extrativismo refere-se a um tipo de atividade que tentamos distanciar de suas imagens mais comuns, especialmente

levando em consideração o debate latino-americano. Por outro lado, em nosso argumento, a extração refere-se a uma operação abstrata que muitas vezes está ligada à hegemonia das finanças, mas que aqui tentamos descrever a partir de seus fundamentos territoriais. Esse enquadramento permite combinar os dois níveis de análise com o objetivo de expandir a noção de extrativismo (em termos de recursos, modalidades e conflitos) e a de finanças (em termos de sua capilaridade, mas também em seus significados para além da subjugação unilateral).

Essa ampliação não propõe reduzir o capitalismo contemporâneo ao extrativismo ou às finanças (reinterpretado por meio da categoria da extração), mas visa destacar a importância de um conjunto de operações extrativistas dentro do capitalismo entendido como um campo heterogêneo de articulações. Esse campo heterogêneo implica entender a ampliação que propusemos não em termos puramente abstratos, mas sim enraizando a dinâmica do capitalismo global em coordenadas espaciais e temporais cada vez mais diferenciadas. As operações a que nos referimos como extrativistas articulam-se, por um lado, com outras operações de capital, que se desenvolvem sob uma lógica diferente da lógica extrativista; enquanto isso, por outro lado, elas devem ser articuladas com um complexo entrelaçamento de atividade e trabalho, de formas de vida e cooperação.

É importante ressaltar que a combinação dessas operações extrativistas configura um padrão de valorização muito diferente daquele que era hegemônico nas condições do capitalismo industrial. Esse novo padrão de valorização reproduz uma espécie de protótipo que se multiplica em escalas distintas e sob modalidades diversas e que, como tal, desempenha um papel proeminente na organização do quadro global do desenvolvimento capitalista atual. A importância estratégica do momento de articulação exige a versatilidade de aparatos de financeirização que funcionam como formas de tradução de realidades cada vez mais heterogêneas na tentativa de sincronizá-las em direção à valorização, ao mesmo tempo em que propõem uma relação nova e peculiar com o social em geral sob modos distintos de exploração do que é considerado vital. A novidade é que o protótipo financeiro per-

mite uma relação direta entre o capital e a extração de valor, produzindo a imagem de um fim da mediação e até mesmo de uma produção de dinheiro através do dinheiro que não precisa passar por uma relação social com o outro do capital, ou seja, com o "trabalho vivo", para usar uma das categorias de Marx.

Nossa insistência na importância das operações extrativistas do capital está em diálogo com outras perspectivas críticas – por exemplo, a estrutura das teorias do chamado capitalismo cognitivo – propondo que a renda (um dos elementos do que Marx definiu como a "fórmula trinitária" do capital) se torna o elemento central nos instrumentos de valorização e acumulação, redefinindo o próprio significado de "lucro" (cf., Míguez 2013; Vercellone 2013). Deve ser lembrado que o próprio Marx (1993, p. 456), discutindo a renda da terra, argumentou que o capital, neste caso, desenvolve um poder de "apropriar-se" e tirar proveito de "valores criados sem sua assistência". Essa definição de renda como um instrumento de captura nos permite levantar, de outra maneira, a questão sobre a natureza do que é explorado pelas operações extrativistas do capital. O "trabalho vivo", no caso das finanças populares, aparece como um conjunto irredutível de práticas heterogêneas de cooperação (onde a informalidade parece ser particularmente propícia à vitalidade social quando a forma tradicional assalariada não é mais hegemônica), enquanto as operações literalmente extrativistas mobilizam um conjunto de conhecimentos e tecnologias que redefinem o aspecto estritamente "natural" do que é chamado de recursos naturais.

Fica evidente que nosso trabalho sobre extração e extrativismo nos leva a abrir outra perspectiva sobre um problema-chave no debate contemporâneo: como pensar o comum? Essa é outra pergunta que tem sido frequentemente feita em Rethinking Marxism.[36] Na América Latina, esse debate tem sido diretamente associado à discussão em torno do extrativismo e, antes disso, estava ligado ao surgimento de movimentos indígenas e às diversas posições políticas e epistemológicas que se uniram na fórmula ainda aberta do *buen vivir* (Acosta e Martínez 2009). Em contrapartida, mesmo reforçando os estereótipos da divisão internacional do trabalho, há uma tendência a confinar o debate em torno

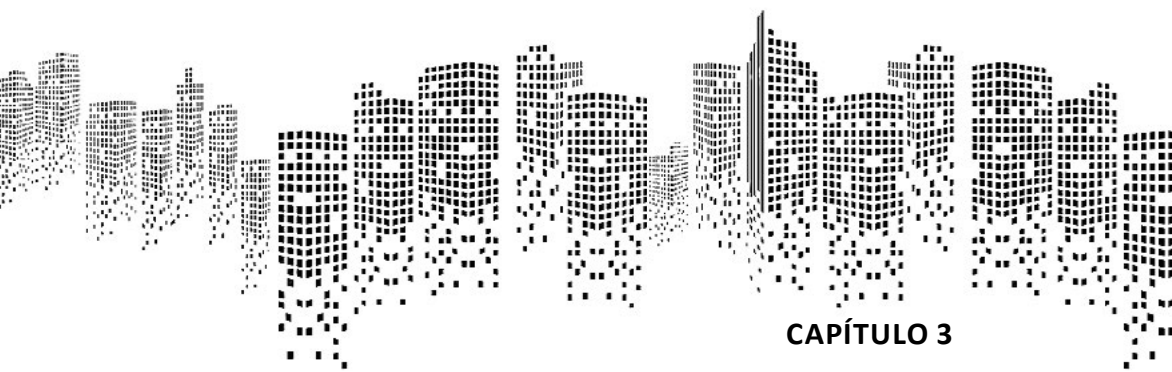
do comum na Europa e nos Estados Unidos àquele que se refere especialmente aos direitos de propriedade intelectual e ao digital. É necessário uma maior elaboração dessas imagens, tornando-as mais complexas: por um lado, não cristalizar o comum na América Latina como sinônimo de bens naturais ou como práticas não contaminadas de solidariedade; por outro, não caricaturar o Norte como o continente sem corpo, de trabalho puramente imaterial. Da mesma forma, isso é para evitar localizar as resistências que se desdobram a partir de baixo apenas na América Latina, como o inverso de uma topologia eurocêntrica.

Acreditamos que a maneira como o comum emerge da análise conceitual da intersecção entre extrativismo literal e finanças populares, proposta por nós anteriormente, permite a abertura para outras noções do comum: por um lado, porque isso nos permite ver o dinamismo e as temporalidades diferentes associadas a essa sincronização que as finanças produzem, mesmo na organização dos ritmos de extração e apropriação dos "recursos naturais"; por outro lado, porque o comum aparece como um campo atravessado por subjetividades em disputa que se localiza para além de formas de categorização como incluído ou excluído. Há uma dimensão produtiva e criativa do comum que não deve ser idealizada, mas é aqui que surgem os "princípios operativos" (Gutiérrez Aguilar 2014) da organização da cooperação social. Nesses princípios, formas de construção de autoridade, de organização territorial e de produção de riqueza são operacionalizadas, renovando o desafio coletivo para além das fórmulas de um socialismo centrado no Estado. Esses princípios operativos competem e colaboram, mesmo que não de forma esquemática, com as operações extrativistas do capital. São também elas que ligam a questão da comunidade ao comum, descentrando seus atributos rurais e passados étnicos e caminhando em direção aos dilemas da metrópole e das áreas rurais contemporâneas, mas também reafirmando a centralidade da própria questão de um horizonte de libertação.

O confronto com essas operações exige o desenvolvimento de um realismo político do comum capaz de assumir as múltiplas dimensões da extração e de produzir outras normas e instituições para a organização da cooperação social, desde formas de

autodefesa até imagens controversas de "progresso" e "desenvolvimento". Os antagonismos que emergem das variadas formas de extração e que, como vimos, conectam profundamente as vidas nas periferias suburbanas com a resistência direta à violência do extrativismo literal, devem ser precisamente mapeados e ligados, sublinhando a sua interdependência. Somente enfatizando essa interdependência como uma complexa teia de conexões e campo de articulações é possível entender essas lutas como um todo, lutas capazes de reabrir a disputa pelo modelo de desenvolvimento que vem se afirmando na América Latina no contexto de um novo regime capitalista de acumulação em nível global.

Nesse sentido, o comum é um campo de potencialidades dentro do qual se torna possível uma disputa sobre o modelo de desenvolvimento. Acima de tudo, isso requer evitar o binário entre a retórica neodesenvolvimentista dos governos "progressistas" e a crítica que se concentra apenas no "outro" (ou no oposto oculto) dessa retórica, entendida como a violência das atividades literalmente extrativistas. O comum, entendido em sua versatilidade e levando em conta suas dimensões produtivas e criativas, pode oferecer uma referência fundamental para articular essa cartografia "a partir de baixo".



CAPÍTULO 3

Metrópole, Estado e Capital na dependência rentista-neoextrativista: para entender a ordem urbana antinação[37]

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Igor Pouchain Matela
Nelson Diniz

Introdução

Neste capítulo, partimos do conceito de ordem urbana, já utilizado em trabalhos anteriores[38], como chave de leitura da relação entre capital, Estado e o urbano nas várias fases de constituição e transformação do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro. Esse conceito vem orientando várias dimensões das pesquisas realizadas no interior do programa *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles*. Pretendemos, com ele, superar as concepções puramente morfológicas, idiossincráticas e, no limite, fenomenológicas, traduzidas na expressão "problemas urbanos". Nesse sentido, inspiramo-nos nos conhecidos argumentos de Francisco de Oliveira (1978), para quem a compreensão da relação do urbano com a formação do capitalismo não deve ser reduzida à fenomenologia utilizada pela mídia e pela tecnocracia e nem mesmo pelo discurso acadêmico acrítico focado apenas na aparência. Assumimos, com esse autor, ser necessário considerar que, "por baixo, à

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_003

maneira dos rios subterrâneos, corre uma articulação global, que confere unidade ao todo" (p. 68), capaz de reconstruir a narrativa dos problemas urbanos na compreensão teórica da crise estrutural do capitalismo brasileiro. Com essa perspectiva, nosso objetivo geral é propor um quadro teórico-analítico sobre a articulação global entre as atuais transformações da ordem urbana brasileira e a natureza rentista-neoextrativista que caracteriza o padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro no período contemporâneo.

Intermezzo: a tese

Recorrendo a autores e autoras como Christophers (2020) e Paulani (2016; 2022), sustentamos, antes de tudo, que o período em tela é caracterizado, em nível sistêmico e em escala global, pela predominância do rentismo, ou melhor, do capitalismo rentista, em suas diversas formas de manifestação. Isto é, estamos diante de um modo de funcionamento do capitalismo no âmbito do qual os agentes decisivos operam sobretudo por intermédio do controle das relações de propriedade de ativos escassos e por meio de posições monopolistas de mercado. E é a partir desse controle e dessas posições que as frações dominantes do capital comandam, direta ou indiretamente, os processos de produção, em condições de concorrência limitadas ou inexistentes, o que confere centralidade às múltiplas formas de renda nas relações de distribuição da mais-valia.

Para lidar com as transformações da ordem urbana brasileira correspondentes a essa predominância do rentismo, propomos revisitar o debate a respeito da teoria da dependência e da urbanização dependente, objetos de reflexão, principalmente, ao longo dos anos 1960-1970, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina.

Com efeito, como formulado em trabalho anterior,[39] o retorno a essa discussão se justifica, em nossa opinião, porque, à semelhança do que marcou o debate anterior, a investigação dos nexos entre a atual fase de desenvolvimento do capitalismo e a urbanização latino-americana encontra um fecundo horizonte

de reflexão nas relações de subordinação da periferia ao centro do sistema-mundo capitalista. Se países como o Brasil foram convertidos, como adverte Paulani (2013), não só em plataformas de exportação, mas em plataformas de valorização financeira, essa conversão resulta de mecanismos de subordinação que não são mais os associados à industrialização. Hoje, essas relações de dependência dizem respeito, fundamentalmente, ao modo como os países periféricos são submetidos a tendências da fase de predominância do rentismo, como a financeirização e a reprimarização, que evidenciam novas e velhas formas de extrativismo e repercutem na produção social do espaço. Assim, reiteramos que segue pertinente a afirmação de Castells e Vélez (1973), exposta na apresentação de *Imperialismo y urbanización en América Latina*: é necessário delimitar os diferentes processos sociais que constituem os países da América Latina em sua variedade e complexidade, mas, do mesmo modo, é indispensável ressaltar o que os "une em termos de processo econômico-político: certa similitude no lugar que ocupam no sistema de relações do imperialismo" (p. 1, tradução nossa). Mas as determinações fundamentais desse lugar mudaram ao longo do tempo, exigindo um esforço de atualização, tanto factual quanto teórico.

Este capítulo, assim como nosso trabalho anterior, acima mencionado, busca promover, justamente, essa atualização. Desse modo, é preciso dizer que estamos totalmente de acordo com os argumentos de Paulani (2022), ao identificar que "o rentismo marca de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação e altera os meios e os resultados da relação de dependência" (p. 87). Mas, uma vez que essa é uma formulação estabelecida, estritamente, no âmbito da economia política, pretendemos ir além, mobilizando-a para propor questões pertinentes ao nosso próprio campo, isto é, o campo da pesquisa e do planejamento urbano e regional.

Partindo dessa caracterização da atual forma histórica da dependência, tanto quanto elucidar a articulação global da ordem urbana brasileira contemporânea, ou melhor, precisamente ao fazê-lo, almejamos superar os modos de pensamento identificados com o que se poderia chamar de "globalismo teórico". Trata-

-se, do nosso ponto de vista, de um conjunto de perspectivas bastante difundidas nas análises sobre as transformações em curso da urbanização brasileira e latino-americana. Perspectivas cujo traço fundamental é compreender essas transformações como efeitos diretos e mecânicos das modificações do capitalismo global, o que conduz a dois grandes equívocos, quais sejam:

i) A importação, sem as devidas mediações, de conceitos e teorias elaborados com base na experiência urbana e regional dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa; e
ii) A relativa desconsideração, como causa e efeito do equívoco anterior, das particularidades históricas das formações sociais dependentes, interessando-nos, sobretudo, o que se passa no caso da formação social brasileira.

Note-se que não estamos afirmando que tais conceitos e teorias são totalmente incompatíveis com as realidades da periferia do capitalismo ou que nada tem sido dito a respeito da especificidade da ordem urbana das formações sociais dependentes. Mas, sem dúvida, é preciso conduzir melhor a transposição desses conceitos e teorias e, ao mesmo tempo, trazer para o centro das explicações essa especificidade dos vínculos entre urbanização e acumulação capitalista no polo subordinado das relações de dependência.

E é exatamente isso que nos move neste capítulo: a preocupação renovada, tanto política quanto acadêmica, com as relações de dependência. Isso porque, em nossa opinião, quanto mais o capitalismo assume suas formas rentistas, tanto mais a dependência se aprofunda, tornando urgente não só a recuperação, mas, principalmente, a atualização do quadro teórico das denominadas "teorias da dependência", com suas repercussões no campo dos estudos urbanos e regionais. Ou seja, para nós, isso se justifica especialmente porque as atuais transformações, seja na ordem urbana, seja na formação social como um todo, indicam tendências de radicalização das contradições estruturais entre capitalismo e nação no Brasil. Nação, entendida, por nós, no sentido da tradição democrática brasileira que, segundo Sampaio Jr. (1999), vê a forma nacional como conden-

sação da vontade política da coletividade, um instrumento para que a sociedade controle seu próprio tempo histórico. De modo que, conforme essa tradição, a "estruturação do Estado brasileiro [é] um meio para submeter o desenvolvimento aos desígnios de uma sociedade irmanada na defesa de um destino comum para seus cidadãos" (Sampaio Jr., 1999, p. 416).

Amparados por essa tradição, defendemos que, hoje, há pouca ou mesmo nenhuma sinergia entre acumulação capitalista e desenvolvimento nacional. Em outras palavras, a expansão do capitalismo, no Brasil, se dá apenas em detrimento da nação. A rigor, essa expansão tem conduzido, a exemplo do que autores como Pacheco (1998) afirmam desde os anos 1990, à fragmentação da nação.

Entendemos que a crescente fragmentação da nação é a expressão mais radical da condição contemporânea de dependência do país, apontando o seguinte: na ausência de alternativas, quanto mais o capitalismo consolide suas formas eminentemente rentistas, tanto menos será possível regulá-lo e orientá-lo em nome de um projeto nacional autorrefenciado. Em outros termos: se em algum momento esse tipo de regulação e orientação foram possíveis, ainda que parcialmente, como no período identificado com o desenvolvimentismo, hoje, mantido o padrão rentista de inserção subordinada do Brasil nos circuitos globais de acumulação de poder e capital, fechar-se-á, cada vez mais, quaisquer vias em direção a um projeto como esse. E o resultado agregado desse fechamento tende a ser não só a fragmentação da nação, como defende Pacheco (1998), mas, de modo ainda mais crítico, a barbárie, como sustenta Sampaio Jr. (1997).

Enfim, do nosso ponto de vista, para refletir e atuar nos marcos dessas contradições radicalizadas, o pensamento social e urbano brasileiro tem à sua disposição um repertório e uma tradição críticas à altura do desafio, destacando-se, aí, as teorias da dependência e da urbanização dependente. Teorias que, como se verá adiante, têm sido constantemente atualizadas em compasso com o movimento de transformação do capitalismo em nível sistêmico.

Este capítulo conta, para além desta Introdução, com quatro seções. Na primeira, apresentamos as formas históri-

cas da dependência, tendo como referência as elaborações dos principais autores e autoras que participaram do debate a seu respeito. Em seguida, sugerimos um conjunto de características identificadas com a forma contemporânea da dependência, a saber, a já mencionada dependência rentista-neoextrativista. Uma forma da dependência que, ao atualizar e radicalizar os atributos das formas históricas precedentes, impõe um bloqueio estrutural ao desenvolvimento nacional. Na terceira seção, propomos uma reflexão sobre como a atual conformação da ordem urbana brasileira assume um caráter antinacional, expresso pela crise urbana e suas manifestações fenomenológicas (os referidos "problemas urbanos"). Considerando nossa caracterização da dependência contemporânea e inspirados em Oliveira (1978), levantamos a hipótese de que o golpe de 2016 encerrou um período de ambiguidade estrutural do Estado brasileiro, quando houve uma breve abertura para um projeto de nação. Esse golpe marcou uma inflexão ultraliberal, política, econômica e social, mas com repercussões, igualmente, na ordem urbana, que é o que mais nos interessa. Esboçamos, assim, argumentos acerca dessas repercussões. Finalmente, nas considerações finais, oferecemos uma síntese do que nos parece fundamental para entender as relações entre a ordem urbana e o padrão contemporâneo de reprodução do capital no país. Sustentamos, ainda, que a retomada de um projeto de desenvolvimento e de reconstrução nacional – que surge como possibilidade após a derrota eleitoral, em 2022, da coalizão ultraliberal e conservadora que estava no poder – deve necessariamente contemplar o debate em torno da reforma urbana e do direito à cidade.

As formas históricas da dependência

Abordar a assim chamada teoria (ou teorias) da dependência exige que se considere, antes de tudo, que há grandes polêmicas ao redor delas. Polêmicas fundadas em múltiplas perspectivas e definições, algumas das quais francamente divergentes.[40] Segundo Paulani (2022), por exemplo, sequer "é consensual que se trate exatamente de uma teoria" (p. 71).

Embora tenham como referência original a fase da industrialização das sociedades periféricas, notadamente as latino-americanas, as elaborações a respeito da dependência ganharam contornos de uma teoria mais abrangente, aplicável, inclusive, a outros contextos espaço-temporais. Isso explica, diga-se de passagem, a repercussão e a influência que essa teoria alcançou no debate internacional. Mas, enfim, desde os trabalhos seminais de Theotônio dos Santos, com destaque para a publicação, em 1970, do artigo intitulado *The structure of dependence* (Dos Santos, 1970), a dependência costuma ser identificada, de modo abrangente, com situações históricas condicionadas:

i) Pelas sucessivas formas/arranjos da economia mundial e suas leis de desenvolvimento;
ii) Pelo tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e pela maneira como elas se expandem, articulando, de modo subordinado, os espaços periféricos; e
iii) Pelo tipo de relações econômicas existentes no interior das formações sociais periféricas, que são conduzidas, numa combinação de determinações internas e externas, à situação de dependência dentro da estrutura hierárquica de relações de poder internacionais. Estrutura gerada e transformada em função da expansão sistêmica do capitalismo.

Partindo dessa abordagem, que enfatiza, portanto, situações em que as economias periféricas estão condicionadas pelo desenvolvimento das economias centrais, as primeiras transferindo valor para as segundas, Dos Santos (1970) distinguiu, originalmente, três formas históricas da dependência:

i) A dependência colonial, na qual os capitais comercial e financeiro, em aliança com os Estados colonialistas, dominavam as relações econômicas entre os europeus e as colônias, por intermédio do monopólio comercial, complementado pelo monopólio colonial das terras, das minas e da mão-de-obra (servil ou escrava) nos países colonizados;

ii) A dependência financeiro-industrial, consolidada no final do século XIX e caracterizada pelo domínio do grande capital nos centros capitalistas. Grande capital cuja expansão para o exterior, por meio de investimentos na produção de matérias-primas e na produção de bens agrícolas, estava destinada, acima de tudo, a atender a demanda das economias centrais; e
iii) A dependência tecnológico-industrial, do pós-Segunda Guerra Mundial, baseada em corporações multinacionais que passaram a investir em indústrias voltadas para o mercado interno dos países subdesenvolvidos.

Essa foi, em suma, uma maneira bastante difundida de conceber e periodizar as formas históricas da dependência no século XX. Uma maneira que orientou grande parte do pensamento social crítico brasileiro e latino-americano, em especial as vertentes marxistas, que passaram a se ocupar, por exemplo, dos seguintes temas:

i) O da identificação das mudanças nos mecanismos ou canais pelos quais ocorre, em cada momento histórico, a transferência de valor da periferia para o centro;
ii) O das conexões desses mecanismos com os padrões internos de acumulação e de exploração da força de trabalho nas economias periféricas; e
iii) O do papel do imperialismo nas relações de dominação e suas conexões com os arranjos de poder dos países periféricos, arranjos que sustentam politicamente a situação de dependência.

Mas o que é preciso ressaltar, após esse breve exame da abordagem/periodização de Dos Santos (1970) e de temas típicos do debate sobre a dependência, é que esse mesmo debate consolidou duas tendências da maior importância: de um lado, a defesa do caráter estrutural das relações de dependência; de outro, a constante necessidade de atualizar os termos principais dessas mesmas relações, de acordo com os ritmos da mudança histórica.

Atualização concentrada, por exemplo, na identificação das vias e/ou canais que, em cada momento, viabilizaram as transferências de valor da periferia para o centro. E é isso, enfim, dentre outros fatores, que permite falar de uma teoria histórico-estrutural. Quer dizer, a dependência permanece, é uma característica estrutural do sistema mundo-capitalista, mas assume formas distintas ao longo do tempo.

No entanto, como já sugerido, também é preciso levar em conta o aspecto histórico, uma vez que a condição dependente não se manifestou exatamente do mesmo modo ao longo das distintas fases de desenvolvimento do capitalismo, exigindo esforços de atualização e fazendo surgir diferentes designações das "novas" formas de dependência que emergiram em cada momento. O próprio Dos Santos (1970), escrevendo em seu tempo, identificou a dependência tecnológico-industrial, do pós-II Guerra Mundial, como uma "nova dependência", em contraste com as formas anteriores, isto é, a dependência colonial e a financeiro-industrial.

Em seguida, sobretudo a partir dos anos 1980, diversos autores e autoras propuseram atualizações da forma histórica da dependência em função das transformações do capitalismo em curso desde o final dos anos 1960. Com efeito, desde então a literatura vem formulando conceitos que buscam capturar a essência destas transformações, tais como: reestruturação produtiva, neoliberalismo, globalização e financeirização. Inaugura-se um período de mudanças na economia mundial e nos padrões de acumulação de poder e de capital relacionadas às respostas à crise sistêmica do capitalismo, consequência do esgotamento do fordismo-keynesianismo e dos impactos da imposição do dólar como dinheiro mundial. Na América Latina essa conjuntura turbulenta contribuiu para desencadear a chamada crise da dívida dos anos 1980, fundamentalmente em virtude do padrão de resposta dos Estados Unidos à desvalorização do dólar, por intermédio da elevação radical de suas taxas de juros.

Foi justamente nesse contexto dos anos 1980 que Celso Furtado, por exemplo, apresentou sua leitura de uma nova forma histórica da dependência. O título de um dos seus livros, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, publicado em 1985, indica

o caminho escolhido pelo autor para apresentar os termos principais do reajustamento das relações dos países periféricos com os países centrais do sistema-mundo capitalista. O endividamento externo, administrado conforme os princípios do monetarismo, estava contribuindo para aprofundar as relações de dependência, que haviam sido ao menos relativizadas no período anterior, o do desenvolvimentismo e da industrialização por substituição de importações. A rigor, essa leitura está presente no que poderia ser considerado uma trilogia do autor, que envolve, além da obra já citada, *O Brasil pós-milagre* e *Não à recessão e ao desemprego*, publicados, respectivamente, em 1981 e 1983.

Como se sabe, essa primeira rodada de ajuste da economia brasileira, assim como as subsequentes, já nos anos 1990, estão na raiz da adesão das elites do país à agenda de reformas neoliberais e globalizantes. Reformas que aprofundaram, ainda mais, a situação de dependência do Brasil, uma vez que erodiram, de fato, o mínimo que havia sido feito em termos de conversão do país em um "sistema autocontrolável". E foi nessa década, mais precisamente em 1995, que veio a público, por exemplo, o texto *A Globalização e a "novíssima dependência"*, de José Luís Fiori. Nele, depois do balanço das teorias da dependência, da tentativa de definir a globalização e de problematizar a "transição hegemônica" do pós-Guerra Fria, o autor defende a pertinência e a atualidade da preocupação central e do método de análise dos "dependentistas".

Trata-se, portanto, de outra ilustração do permanente esforço de retomada e atualização desse método de análise, que está sempre em busca da forma contemporânea da dependência, sem desconsiderar, evidentemente, as formas históricas anteriores. E esse esforço continua em andamento, como é o caso das contribuições de Leda Paulani (2021; 2022) que, em artigo recente, também parte de um balanço do pensamento dependentista e propõe a existência de mais uma forma nova da dependência: a "Dependência 4.0".

A autora enfatiza, ainda, as contribuições de Ruy Mauro Marini (1995; [1973] 2005), sobretudo as que se encontram em *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*. Trata-se de um texto no qual Marini (1995) oferece uma atualização do que havia sido estabelecido, por ele mesmo, em seu clássico *Dialética da dependência*, no

qual se destaca o polêmico conceito de superexploração do trabalho. Como observa Paulani (2022), nessa atualização, Marini (1995) defende que a superexploração do trabalho tende a se generalizar no mundo globalizado, manifestando-se, inclusive, nos países centrais. Isso, de alguma maneira, comprometeria a teoria da dependência proposta originalmente pelo autor, uma vez que, naquela ocasião, Marini ([1973] 2005) sustentou que a superexploração dos trabalhadores da periferia funcionava como uma espécie de compensação interna frente às relações internacionais de dependência. Isto é, os capitalistas das economias periféricas, submetidos aos mecanismos de transferência de valor para o centro, em função de diferenças na composição orgânica do capital em nível mundial, compensavam essa subtração de valor por meio do pagamento sistemático de salários abaixo do valor da força de trabalho. E essa seria a condição correspondente à superexploração. Assim, se essa condição se generaliza, o que, afinal de contas, daria fundamento à dependência contemporânea?

Enfim, como aqui também não pretendemos esgotar todos os aspectos das polêmicas envolvendo as contribuições, clássicas e atualizadas, de Marini (1995; [1973] 2005), cumpre apenas dizer que, após realizar seu balanço do pensamento dependentista, Paulani (2022) propõe que as distintas denominações qualificativas da dependência sejam colocadas em um *continuum* que sugere a existência e a sucessão das seguintes formas históricas:

i) A dependência original (cepalina);
ii) A nova dependência (dividida em nova dependência I e II); e
iii) A novíssima dependência.

Essas formas históricas da dependência e a descrição de suas características estão resumidas no Quadro 1.

Por fim, Paulani (2022) propõe rebatizar a novíssima dependência, substituindo essa designação pela expressão "dependência 4.0", numa alusão, evidentemente, ao debate mais recente acerca do advento da chamada indústria 4.0 e/ou da quarta revolução industrial, com todas as suas repercussões na vida econômica e social.

Quadro 1 – Sucessão de formas históricas da dependência segundo Leda Paulani

Forma histórica da dependência/ autores de referência	Principais canais/mecanismos de transferência do valor	Descrição
Dependência original (Cepalina)	Trocas desiguais	Derivada da posição primário-exportadora dos países periféricos. O benefício dos países centrais decorrendo das relações comerciais caracterizadas por trocas desiguais, que possibilitavam a transferência, para tais países, de parcela do valor que deveria permanecer na periferia.
Nova dependência I (Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto)	Remuneração do capital estrangeiro empregado na produção interna	Internacionalização dos mercados internos, o benefício para a acumulação dos países centrais decorrendo da garantia de mercados extras para suas multinacionais. Parcela do valor internamente gerado passou a fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja propriedade era, afinal, de não residentes.
Nova dependência II (Celso Furtado)	Remuneração do capital monetário estrangeiro (endividamento)	A assunção de dívidas por parte dos países periféricos prestou um grande favor à riqueza financeira mundial, ávida por valorização. Trata-se de transferir para o centro uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário emprestado aos países periféricos. O caráter rentista dessas transferências já é aí evidente.
Novíssima dependência (José Luís Fiori e Ruy Mauro Marini*)	Monopólio do progresso tecnológico e constrangimentos à gestão macroeconômica dos países periféricos	A interdependência entre os atores se eleva, a estrutura da oferta, o progresso tecnológico e os processos decisórios se concentram, ao mesmo tempo que os mercados, principalmente os financeiros, são desregulados, e a estrutura produtiva se segmenta. O resultado para os países da periferia é que o acesso à tecnologia se restringe. Ademais, a competição global pelos investimentos (e pelo acesso subordinado às novas tecnologias) empurra as economias periféricas para uma gestão macroeconômica "sadia", conforme a qual os estados periféricos perdem cada vez mais autonomia.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Paulani (2021; 2022).
*A autora assinala, ainda, a coincidência entre, de um lado, as elaborações de Fiori (1995) e Marini (1995, [1973] 2005) e, de outro, as de Oliveira (2003), em seu ensaio *O ornitorrinco*. Em suas palavras: "Um pouco mais tarde, em livro de 2003, Oliveira vai tocar no mesmo ponto (da mudança de padrão no desenvolvimento tecnológico), indicando a dificuldade ainda maior das economias periféricas de realizarem o chamado *catch up*" (Paulani, 2022, p. 88).

Em suma, o que Paulani (2022) propõe é que às características da novíssima dependência, identificadas com base nas elaborações de Fiori (1995) e Marini (1995, [1973] 2005), sejam associadas as características eminentemente rentistas dos processos contemporâneos de acumulação. E é exatamente isso que fundamenta a nova síntese teórica proposta, correspondente ao surgimento da nova forma histórica da dependência, autorizando, inclusive, a nova designação: dependência 4.0. Mas, enfim, uma vez considerado o movimento de atualização das abordagens dependentistas, apresentamos, a seguir, com base em Paulani (2022) e em outras referências, nossa própria leitura dessa nova forma histórica, antes de delinear os modos como ela impacta o que se convencionou chamar de urbanização dependente.

A dependência rentista-neoextrativista

Como dito acima, a dependência 4.0, tal como definida por Paulani (2021; 2022), refere-se, em grande medida, à atualização e à radicalização da forma precedente da dependência. Quer dizer, conforme a autora, as características da novíssima dependência (Fiori, 1995; Marini, 1995) se prolongam, ao mesmo tempo em que são acompanhadas e moldadas pela expansão do capitalismo rentista. Capitalismo, repita-se, no qual se "intensifica enormemente o movimento em direção ao pagamento de remunerações que se identificam com a renda e são devidos como direitos pela mera propriedade (do capital monetário, da tecnologia, das marcas)". Nesses termos, defendemos que a forma contemporânea da dependência está baseada, no mínimo, nos seguintes aspectos:

i) Nos processos combinados e contraditórios de neoliberalização e de globalização, que já haviam sido amplamente tratados por autores como Fiori (1995) e Marini (1995), dentre outros;
ii) No processo de financeirização, que se tornou objeto de maior atenção sobretudo após a crise de 2008. Processo no âmbito do qual devem ser considerados tanto os juros devidos às diversas modalidades de aplicação financeira

(empréstimos convencionais e investimentos em carteira) quanto os dividendos que passaram a circular, na economia mundial, em volume cada vez maior e de forma crescentemente centralizada, desde os anos 1970. Tudo isso apontando para a centralidade não só do capital portador de juros, mas também do capital fictício;

iii) Na subordinação, cada vez maior, dos países periféricos às políticas macroeconômicas definidas no centro;

iv) No grande avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que reforçou a concentração dos processos decisórios e a segmentação das estruturas produtivas na economia mundial;

v) No controle sobre essas inovações e tecnologias de ponta exercido pelas grandes corporações multinacionais (com destaque para as chamadas *Big techs*) e pelos Estados que integram o núcleo do sistema-mundo capitalista; e

vi) No controle das "mercadorias-conhecimento" e dos "bens intangíveis", como é o caso do que ocorre nos mercados de propriedade intelectual (dos quais são extraídas rendas absolutas) e nos mercados que giram em torno das "marcas" (dos quais são extraídas rendas de monopólio). O que não quer dizer que a produção material, especialmente a produção de *commodities* agrícolas e minerais, não deva ser levada em conta nas reflexões sobre a dependência. Muito ao contrário, é a importância renovada da atividade primário-exportadora que justifica, por exemplo, o debate em torno da chamada reprimarização das economias dependentes.

Trata-se, como dito algumas vezes até aqui, de uma forma da dependência que está assentada, segundo a interpretação de Paulani (2022), "no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso" (p. 69). Em nossa perspectiva, esse é, de fato, um modo muito preciso de sintetizar o debate. E, por isso, mobilizamos essa síntese na nossa própria compreensão da dependência. Note-se,

ainda, que esses argumentos não perdem de vista, ao mesmo tempo, o que foi constitutivo das formas históricas anteriores da dependência.

Paulani (2022) menciona, ainda, a atual relevância da "economia de plataforma", algo que nos parece incontornável, especialmente após a pandemia de covid-19. Como se sabe, esse é um termo que costuma ser utilizado para fazer alusão, como sugere a autora, ao "processo de servicização acelerada da indústria", por intermédio do qual as empresas são convertidas em "plataformas digitais", o que é determinante para a "mudança de preços relativos em favor dos serviços cognitivos e digitais, em detrimento dos meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos" (p. 93). Ressalte-se que, para Paulani (2022), esse processo de servicização deve ser compreendido vis-à-vis o processo de "uberização do trabalho", ambos articulados de acordo com a lógica geral do rentismo.

Em nossa opinião, situações como essas iluminam outros aspectos e nos aproximam de outras interpretações que devem ser consideradas no debate sobre a dependência contemporânea, aspectos e interpretações que guardam grandes afinidades com a abordagem de Paulani (2022), mas que não são necessariamente enfatizados por ela. Esse é o caso, por exemplo, das reflexões a respeito do neoextrativismo. Trata-se de reflexões que buscam problematizar um conjunto de práticas, ou melhor, de operações do capital (Mezzadra; Neilson, 2015), que, indo além do extrativismo em sentido estrito, isto é, indo além dos clássicos sítios de extração, ligados às atividades primário-exportadoras, vinculam essas e outras atividades aos circuitos da logística e das finanças (Gago; Mezzadra 2017; Mezzadra; Neilson, 2015; 2019; Arboleda, 2021).

Resgatado nosso argumento, poderíamos levantar a seguinte questão: no que tange à "uberização" do trabalho, estaríamos diante de um típico caso de neoextrativismo?

Vejamos. Trata-se de uma empresa global que, em função do monopólio que detém sobre sua plataforma digital de serviços, é capaz de extrair rendas, além de dados, não só dos trabalhadores, mas também dos consumidores engajados nessa mesma plataforma. E o faz, como se sabe, sem se responsabilizar, totalmente, pelo processo produtivo propriamente dito, ou seja, pela prestação, de fato,

do serviço, o serviço de transporte, nesse caso. No entanto, visto de outro modo, poderíamos, com efeito, afirmar que a natureza das plataformas digitais, que exercem um estreito controle do trabalho, apesar de remoto e algorítmico, coloca em funcionamento uma situação que parece se enquadrar melhor nos mecanismos da superexploração, classicamente caracterizada como o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho. Cumpriria mencionar, ainda, o "trabalho" dos consumidores que aderem à plataforma, por exemplo, ao avaliar e, dessa maneira, contribuir para disciplinar as tarefas executadas pelos motoristas, o que tem gerado discussões a respeito da figura do *prosumer*, na expressão original em inglês, ou seja, do *prosumidor*, do consumidor que participa do processo produtivo.

Isso posto, o que, afinal de contas, está sendo "extraído"? Seriam "rendas", correspondentes ao direito de acessar/utilizar a plataforma; "quantidades acima do normal do valor novo criado" pelos trabalhadores uberizados (quantidade que, de outro modo, deveria contribuir para compor um salário igual ou maior que o valor da força de trabalho); e/ou trabalho gratuito, "trabalho não pago", para sermos mais rigorosos, dos consumidores? Seja o que for, o importante é sublinhar que esse "poder de extração" das plataformas está fundado muito mais no controle de relações de propriedade do que no controle de relações de produção, como sugere o conceito de rentismo aqui mobilizado. Que empresas, por exemplo, estão em condições de competir com a Uber? De oferecer uma plataforma que tenha o seu alcance e a sua capilaridade? A despeito da existência de empresas congêneres e mesmo de iniciativas de criação de plataformas alternativas, sob controle dos trabalhadores, tudo isso, até agora, é incapaz de comprometer o poder concentrado dessa empresa, fundado, acima de tudo, no monopólio que ela exerce sobre sua plataforma. Plataforma para cuja criação e operação são indispensáveis grandes volumes de capital financeiro e uma enorme densidade de informação, além de complexas capacidades logísticas, aqui entendidas como as formas atualmente predominantes de gestão da circulação do capital em geral. E não há dúvidas de que esses volumes de capital, essa densidade informacional e essas capacidades logísticas estão à disposição de pouquíssimos agentes econômicos.

Para nós, enfim, a dinâmica articulada do rentismo e do neoextrativismo tende a reforçar a histórica condição de dependência de regiões como a América Latina. Assim, considerando as características rentistas-neoextrativistas da mais recente forma histórica da dependência e tomando como referência os termos de Arrighi (1998), defendemos que, atualmente, na ausência de alternativas, desfazem-se, completamente, as "ilusões do desenvolvimento" periférico. Do novo poder financeiro-tecnológico-político, altamente concentrado, das empresas e Estados do centro do sistema mundial resulta o seguinte: um padrão de relações de dominação baseadas na exclusão dos países da periferia, sobretudo dos países anteriormente designados como semiperiféricos, do acesso às condições que permitiram, no passado, expressivos retornos de sua inserção, ainda que subordinada, na divisão internacional do trabalho e nos ciclos de expansão do capital. Isso porque a atual situação de dependência acentuou o padrão, agora eminentemente rentista, de extração/transferência de valor da periferia para o núcleo orgânico do sistema, especialmente porque reverteu o mínimo de margem, em termos de gestão macroeconômica, que os países da periferia e da semiperiferia haviam conquistado.

De todo modo, para nós, tanto os aspectos destacados por Paulani (2022) quanto o debate sobre o neoextrativismo – que, reitere-se, não desloca, mas atualiza o que é próprio do velho extrativismo – reforçam os argumentos e hipóteses de autores como Pochmann (2022), que permitem qualificar a nova forma histórica da dependência como uma etapa de "restauração da condição colonial", ou melhor, de advento de uma estrutura centro-periferia marcadamente "neocolonial".

Em nossa perspectiva, esse advento tem como expressão principal, no Brasil, justamente a subordinação ativa do país às múltiplas lógicas do rentismo e do neoextrativismo. Como dito, o traço fundamental do rentismo é o aumento do poder do capital sobre os processos de geração e de extração de excedentes, sem necessitar controlar diretamente a esfera da produção. Assim, o poder capitalista passa a ser exercido, principalmente, na esfera da circulação do valor, controlando à distância os novos "chãos das fábricas". Esse fato alterou, sensivelmente, o modo de funcio-

namento do sistema capitalista, na medida em que a acumulação passou a se realizar sob os imperativos da propriedade mais do que da produção. Destacam-se, agora, como visto, sobretudo o poder das marcas, a maneira como o conhecimento é mobilizado pela instituição de sistemas de propriedade intelectual, que operam nacional e globalmente, assim como as formas contemporâneas de capital fictício. Tudo isso gerando uma margem crescente para a captura de rendas. Rendas que fluem, do mesmo modo, dos tradicionais circuitos de extração de bens primários, agrícolas e minerais, tanto quanto da captura e da especulação com a terra, no campo e na cidade. Esses últimos aspectos chamando a atenção para a permanência e renovação dos mecanismos da acumulação primitiva ou da acumulação por despossessão, como prefere Harvey (2003).

Em resumo, atualmente, radicaliza-se o padrão de acumulação capitalista fundado na lógica rentista-neoextrativista. Segundo Paulani (2013), por exemplo, o Brasil vem sendo transformado em uma plataforma internacional para a circulação e a valorização do capital rentista global. E a expressão mais evidente desse processo é, precisamente, o volume cada vez maior de recursos que são subtraídos da economia nacional para pagar não apenas lucros, como no caso da "nova dependência I", mas, principalmente, as rendas dos capitais externos, que, uma vez aplicados no país, retornam ao centro na forma de dividendos, juros de dívida pública e privada, juros de ativos de crédito, direitos de uso de patentes etc. Ao mesmo tempo, como também cumpre assinalar novamente, à dominação rentista-neoextrativista se associa a dimensão do monopólio do poder informacional, que contribui, igualmente, para a reafirmação da condição periférica.

Desmantela-se, assim, cada vez mais, o mínimo de sinergia da divisão territorial/regional do trabalho e da rede urbana criadas durante a fase de maior prosperidade da industrialização brasileira. Estamos, aqui, nos referindo, por exemplo, à atual inserção do *hinterland* do país nos circuitos produtivos-extrativistas do agronegócio, assim como nos circuitos ligados aos recursos energéticos e minerais, mas também à expansão dessa lógica para outros domínios, como a extração de dados, de rendas oriundas

de "vocações culturais" ou da complexa dinâmica das economias urbanas, como no caso da atuação das plataformas de serviços.

Por fim, é necessário afirmar que a penetração da atual lógica rentista-extrativista no capitalismo brasileiro, que reforça a inserção subordinada do país no sistema mundial, resulta no bloqueio estrutural das possibilidades de retomada do desenvolvimento nacional e de "construção da nação".

Aqui, devemos explicitar o que estamos chamando de "construção da nação". Trata-se, em nossa perspectiva, de um conjunto de processos que dão conteúdo à possibilidade histórica de afirmação de um "projeto nacional". Projeto no curso do qual busca-se estabelecer:

i) Patamares mínimos de homogeneização social;
ii) Mecanismos democráticos de regulação/estabilização do conflito social interno;
iii) Laços territoriais conducentes à integração das distintas regiões de um país; e
iv) Capacidades de resposta às forças de desarticulação que operam no âmbito do sistema mundial (soberania nacional).

Evidentemente, no caso brasileiro e das formações dependentes em geral, esses aspectos nem sempre foram concretizados ou o foram em ritmos desiguais e parcialmente, a depender das conjunturas. Quer dizer, nunca tivemos um Estado-nação completamente constituído, porque a própria natureza do capitalismo dependente impede essa constituição. O que tivemos foram apenas "ensaios", interrompidos, como diria Celso Furtado (1992), de construção da nação.

Enfim, no plano da economia política, esse bloqueio estrutural ao desenvolvimento corresponde, atualmente, à constituição de um segmento interno de interesses rentistas que assume a hegemonia no bloco de poder dominante. Isso conduz, dentre outras consequências, aos processos combinados de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira e às múltiplas e recorrentes crises manifestadas no país nos últimos anos, interessando-nos, especialmente, a crise urbana. Mas, como se

verá adiante, defendemos que é preciso ir além das formas mais superficiais de expressão dessa crise, encontrando suas determinações fundamentais, o que, ainda em nossa perspectiva, pode ser feito retomando as já citadas contribuições de Oliveira (1978) e articulando-as à nova forma histórica da dependência: a dependência 4.0. Contribuições que se inscrevem numa longa tradição de pensamento, remetida à reflexão sobre os padrões de urbanização que acompanham as características das formações sociais dependentes, ou seja, remetida à reflexão sobre a urbanização dependente.

A crise urbana: expressões fenomenológicas

Apesar do título desta seção, não apresentaremos, aqui, uma síntese do debate clássico a respeito da urbanização dependente, algo que fizemos em Ribeiro e Diniz (2022). Portanto, trata-se, agora, de aprofundar posições assumidas a partir do resgate desse debate, o que permite tornar mais evidente a agenda de pesquisa e de reflexão que orienta este capítulo. Para tanto, recorreremos às formulações de Oliveira (1978), que, como já antecipado, partia dos problemas urbanos brasileiros com o objetivo de encontrar a unidade que os articulava à expansão do capitalismo no país. A nosso ver, isso significa, em termos teórico-metodológicos, o seguinte: para entender a crise urbana, é preciso considerar as características da ordem urbana, um conceito com o qual, repita-se, buscamos uma chave de leitura das relações entre as particularidades do capitalismo brasileiro e sua matriz socioespacial. Porém, antes de atualizar os argumentos do referido autor, cumpre delimitar o significado que estamos conferindo à crise urbana, além de descrever como ela se manifesta, contemporaneamente, no Brasil.

Crise urbana é uma expressão amplamente utilizada. No entanto, na maioria das vezes, não está claro quais são os sentidos a ela atribuídos. Acompanhando argumentos seminais de Castells (1980), definimos essa crise nos termos da incapacidade das grandes aglomerações urbanas, sobretudo das metrópoles, de reunir, em quantidade e qualidade, as condições mínimas de suporte

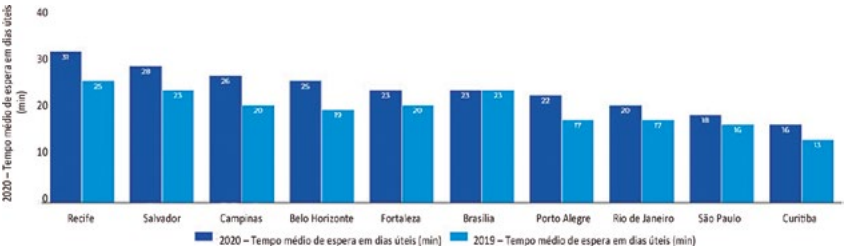
à reprodução da vida social em geral. Podemos afirmar, então, que, hoje, no Brasil, a crise urbana é, acima de tudo, a crise das metrópoles. E ela se traduz, de modo mais específico, na incapacidade de garantir a produção e distribuição de equipamentos e serviços coletivos (infraestruturas físicas e sociais) indispensáveis não apenas à reprodução da força de trabalho. Em alguns casos, essa incapacidade afeta o próprio funcionamento e expansão dos distintos circuitos de valorização do capital. Ou seja, os efeitos da crise urbana contemporânea atingem, ainda que de maneira desigual, tanto o capital quanto o trabalho.

Além disso, é necessário levar em conta que essa crise se torna tanto mais complexa numa situação em que o Estado perde a capacidade, ou renuncia à capacidade, de coordenar e regular os ritmos articulados do desenvolvimento econômico e social, de um lado, e do desenvolvimento urbano, de outro. Quer dizer, o que é verdadeiro para a reversão da autonomia no campo da gestão macroeconômica, como sugerido em nossa compreensão da dependência rentista-neoextrativista, também é verdadeiro no que concerne à gestão e ao planejamento urbanos: há, aí, igualmente, uma sensível perda/renúncia dos poderes de coordenação e regulação.

Delimitada a definição de crise urbana que nos serve de referência, estabelecemos, a seguir, sobretudo com base no caso do Rio de Janeiro, quais são, em nossa perspectiva, suas principais formas de manifestação contemporâneas.

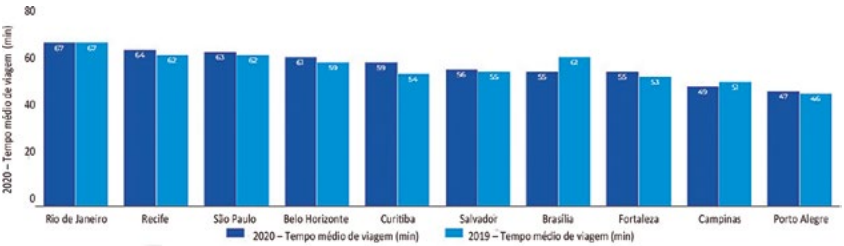
i) A tendência ao colapso dos sistemas de mobilidade urbana. Sem dúvida, um dos casos mais emblemáticos é o da cidade e da região metropolitana do Rio de Janeiro. Suas frotas de ônibus foram drasticamente reduzidas e desorganizadas, principalmente no pós-pandemia de covid-19. Seus corredores de BRT ("*bus rapid transit*"), parte do chamado legado olímpico, chegaram a um estado deplorável, em especial na gestão do ex-prefeito Marcelo Crivella (2017-2020). O transporte sobre trilhos é constantemente interrompido em virtude de danos/furtos de cabos e/ou em função da péssima administração da concessionária Supervia. Trata-se, enfim, de uma tendência que, seja no Rio de Janeiro, seja em outras capitais, traduz-se em longas esperas e tempos médios de viagem, como é possível observar nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Tempo médio de espera (minutos)



Fonte: Relatório Global Moovit sobre Transporte Público 2020. Disponível em: https://moovitapp.com/.

Gráfico 2 – Tempo médio de viagem (minutos)



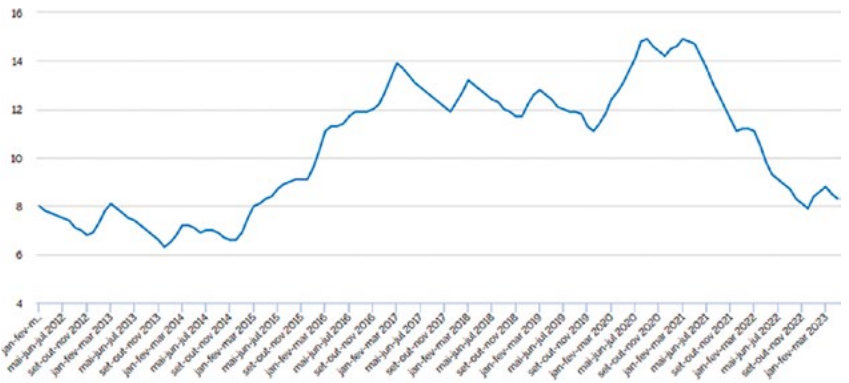
Fonte: Relatório Global Moovit sobre Transporte Público 2020. Disponível em: https://moovitapp.com/.

ii) Os altos índices de desemprego e os baixos níveis de renda dos trabalhadores urbanos, cada vez mais deslocados, estruturalmente, do universo do assalariamento e submetidos à precarização de suas condições laborais e de reprodução. Note-se que esse deslocamento, que pode ser enquadrado nos termos do processo de desfiliação social, tal como descrito por Castel (1998), tem sido utilizado por autores como Brandão (2002) para assinalar a expansão da pobreza urbana no Brasil. Seja como for, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no país, no primeiro trimestre de 2023, é de 8,8%. Uma taxa declinante, é verdade, após os momentos recentes mais críticos: 13,9%, no primeiro trimestre de 2017, e 14,9%, no primeiro trimestre de 2021 (Gráfico 3).

De todo modo, ainda há 9,4 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil e o número de trabalhadores informais, em julho de 2022, alcançou o recorde de 39,3 milhões de

pessoas. É importante notar, igualmente, o número crescente de trabalhadores, formais e informais, cuja remuneração não excede o salário-mínimo. Pode-se levar em conta, do mesmo modo, o número de desalentados, isto é, de pessoas que não procuram mais emprego por acreditarem que não encontrariam, 3,9 milhões, no primeiro trimestre de 2023. E é possível indicar, por fim, a denominada taxa de subutilização da força de trabalho, que engloba os desocupados e os subocupados por insuficiência de horas, de 18,9%, no mesmo período. Ressalte-se que pesquisas sobre o desemprego no Brasil, como a do IBGE, mostram que esse fenômeno é especialmente sensível nas grandes cidades.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação no Brasil (2012-primeiro trimestre de 2023)



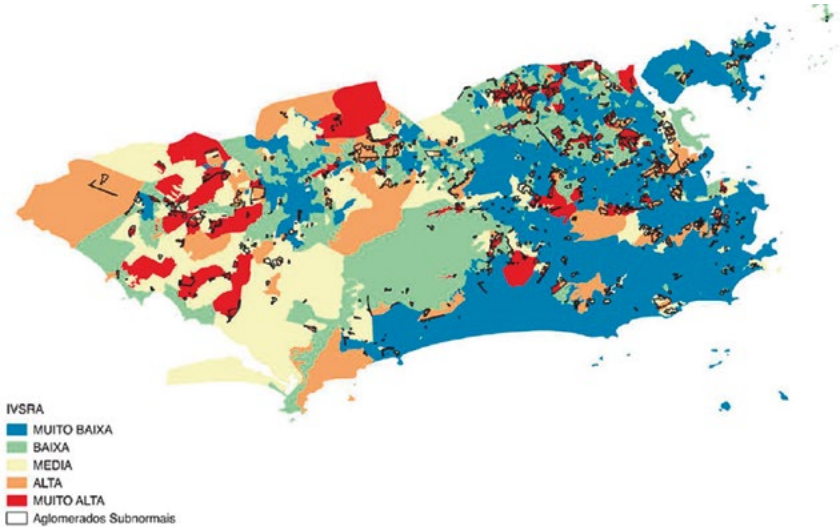
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php.

iii) A expansão da violência urbana. Referimo-nos, aqui, não só às ações das organizações criminosas tradicionalmente responsáveis pelo tráfico de drogas, mas também às práticas dos grupos armados conhecidos, no caso do Rio de Janeiro, como "milícias". Grupos que encontram correspondência em outras formas e designações de associação paramilitar nas demais cidades e metrópoles brasileiras. Trata-se de organizações criminosas que controlam diversos territórios, originalmente sob a alegação de protegê-los, vendendo segurança, no que se assemelham às máfias. No entanto, sua atuação evoluiu, mais recentemente, de

várias maneiras, interagindo e alterando a dinâmica de diversos circuitos da economia urbana. Atualmente, esses grupos agem, por exemplo, monopolizando e impondo serviços ilegais/informais de transporte, construção de moradias, fornecimento de gás, telefonia e internet, dentre outros. Isso conduz, inclusive, alguns autores e autoras, como Santos Jr. et al. (2022), a introduzir a distinção entre "militarização" e "milicialização" das cidades. Do nosso ponto de vista, isso resulta na conformação de algo como um "conglomerado ilegal/informal de negócios urbanos", que entra em relação com os circuitos legais/formais de acumulação nas cidades.

iv) As recorrentes tragédias socioambientais urbanas. Tragédias provocadas pela combinação de eventos extremos com os históricos padrões de uso e ocupação do solo. Padrões que concentram em áreas de risco (encostas e espaços suscetíveis a alagamentos, dentre outros) a maior parte da população pobre das cidades brasileiras. Cabendo enfatizar, ainda, o marcado traço racial desses padrões, que assinala a importância do debate sobre o chamado racismo ambiental. Considere-se, para refletir a respeito, a Figura 1. Como se vê, há uma explícita relação entre vulnerabilidade social e risco ambiental nas aglomerações urbanas do país, com destaque, mais uma vez, para o caso do Rio de Janeiro. Ao menos essa é a conclusão quando se mobiliza, por exemplo, indicadores como o de Malta et al. (2017), que recorrem a técnicas de geoprocessamento para sobrepor o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a uma base cartográfica de áreas suscetíveis ao fenômeno dos escorregamentos. Conforme esse indicador, os escorregamentos ocorrem, principalmente, nos aglomerados urbanos subnormais, em outras palavras, nas favelas e bairros populares.

Figura 1 – Índice de vulnerabilidade social e risco ambiental (IVSRA)



Fonte: Malta et al. (2017).

v) A crescente insegurança alimentar. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), existiam, no país, em 2022, 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar leve ou moderada. Havia, ademais, 33 milhões de pessoas em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave. Como se pode observar na Tabela 1, percentualmente, os índices de insegurança alimentar são maiores nas áreas rurais, mas o contingente de famintos nas cidades era enorme, aproximadamente 27 milhões de pessoas. Algo que se tornou explicitamente visível na paisagem urbana.

Mas, afinal de contas, como as contribuições clássicas de Oliveira (1978), formuladas no seio do debate sobre a urbanização dependente, permitem ir além dessas formas mais explícitas de manifestação da crise urbana no Brasil contemporâneo?

Tabela 1 – Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições

	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
Brasil e localização dos domicílios	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/.

Escrevendo no final dos anos 1970, Oliveira (1978) defendia a ideia de que é no "urbano que começa a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil" (p. 67). Isso porque, em sua opinião, não há "qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano" (p. 68). E, depois de enumerar uma série de "problemas" desse tipo, de modo semelhante ao que fizemos acima, o autor estabelece, como já mencionado, que é preciso superar essa simples "fenomenologia dos problemas urbanos", buscando uma explicação totalizante e uma periodização do "urbano" no Brasil.

Após analisar os períodos colonial, imperial e da República Velha, de hegemonia dos interesses agrários, Oliveira (1978) propõe que, no período de "disparada da acumulação industrial", iniciado a partir dos anos 1930, o urbano torna-se a expressão da "chamada mobilidade horizontal-vertical, que socialmente legitimava o crescimento industrial, oferecia perspectivas individuais e mesmo de classe" (p. 72). Daí o grande afluxo populacional na direção das maiores cidades do país. Ou seja, o crescimento dessas cidades acompanhava o relativo desenvolvimento do Brasil e, em

geral, abria oportunidades de mobilidade social ascendente. O que estava em curso, em sua opinião, era um período em que "o horizonte de possibilidades parecia oferecer tudo a todos" e no qual, excepcionalmente, ocorreu uma "fusão entre a nação e o Estado", o Estado crescendo "por afirmação da nação" (p. 72).

Tratava-se, nos termos do autor, de uma fase de "ambiguidade estrutural do Estado", em que a burguesia industrial teve não só de admitir a existência do proletariado, mas de incorporá-lo em um projeto político que se opunha aos interesses das oligarquias rurais. Tudo isso resultando em um ensaio de construção da nação, ou melhor, do Estado-nação brasileiro, cuja síntese estava dada pelas características que o urbano então assumiu: o predomínio das grandes cidades, aparentemente cada vez mais prósperas.

Ainda conforme Oliveira (1978), esse período de acelerada urbanização teria sido substituído por outro, imediatamente posterior, coincidente com o advento do capitalismo tipicamente associado, que o autor identifica com a "Restauração Kubitschek" e, acima de tudo, com o regime imposto pelo golpe militar de 1964. É nesse período, de metropolização propriamente dita, que o urbano se converteu na "antinação", isto é, "no assentamento definitivo da produção e do controle político-social na cidade", importando, principalmente, "colocar, pela repressão, toda a massa trabalhadora sem calças" (p. 73). Os problemas urbanos tornam-se cada vez mais complexos e seus efeitos atingem, especialmente, as classes populares. Se ainda há sinergia entre expansão capitalista e urbanização, seus benefícios são capturados pelas elites e por parte das classes médias. As cidades se convertem em aglomerações cada vez mais dualizadas e polarizadas, as características dos espaços urbanos e metropolitanos expressando a crescente desigualdade social.

E é justamente neste período que a burguesia brasileira se desnacionaliza, tanto em termos de propriedade do capital quanto de defesa de um projeto de desenvolvimento. Teria sido eliminada, assim, a ambiguidade estrutural do Estado, que passava a atuar, centralmente, em benefício da burguesia "internacional-associada", no contexto da nova forma histórica da dependência que se consolidava, a "nova dependência I", nos termos

de Paulani (2022), que, rapidamente, evolui para a "nova dependência II", já de caráter rentista. Portanto, é no curso de todo esse período que se interrompe o que havia sido um ensaio de construção da nação, superando-se a necessidade de trazer as classes e camadas populares para dentro do pacto estruturante do Estado, da economia e do capitalismo brasileiros, cumprindo um papel decisivo, aí, a urbanização do país.

Pois bem, inspirados nesse horizonte de interpretação, que remete às contribuições de Oliveira (1978) e ao debate clássico sobre a urbanização dependente, sugerimos a delimitação de dois períodos que não foram considerados na proposta inicial do autor: o período que chamamos de "longa década de 1980" e o período entre 2016 e 2022, iniciado com o golpe parlamentar que derrubou o segundo governo de Dilma Roussef, abrindo caminho para uma "inflexão ultraliberal".

No primeiro caso, estamos nos referindo a uma fase que se estendeu do final dos anos 1970, particularmente a partir das greves do ABC paulista e da reabertura política que caracterizou os momentos finais da ditadura militar, até o referido golpe de 2016, passando pelo marco fundamental da promulgação da Constituição de 1988. Para nós, essa Constituição deve ser entendida como a expressão jurídica e a cristalização contraditória do pacto social que começava a ser construído para substituir as formas de poder e de dominação que estiveram em vigor, no Brasil, ao longo da ditadura, isto é, entre 1964 e 1985. Isso porque é no contexto da crise política e econômica dos anos 1980 que vão se articular as forças sociais que disputaram, no jogo da Constituinte e nos anos seguintes, a possibilidade de inscrever no novo ordenamento jurídico do país as demandas do trabalho organizado, dos movimentos sociais urbanos e rurais, além das reivindicações mais amplas por direitos e cidadania. Ou seja, forças que buscavam atribuir ao novo pacto social e de poder um caráter progressista e distributivista.

No entanto, é nesse momento que se difundem, pelo mundo, o ideário e as experiências neoliberais, influenciando o que se passava no Brasil. Assim, o que ocorreu, a partir de então, nas diferentes escalas e âmbitos de governo, expressou a contradição

entre a realização dos mecanismos, princípios e diretrizes sociais da Constituição de 1988 e o ajustamento do país às sucessivas ondas de neoliberalização.

Nesse sentido, pode-se dizer que teve início, sobretudo após a década de 1990, uma nova fase de ambiguidade estrutural do Estado, em que as tentativas de concretizar parte do programa social cristalizado na Constituição de 1988 entravam em contradição com o cerne da política macroeconômica do país, de viés cada vez mais neoliberal. Isto é, a questão que se colocava, então, era a seguinte: como aplicar esse programa, se a perda de autonomia na gestão macroeconômica, correspondente à passagem da "nova dependência II" para a "novíssima dependência", conduzia o país justamente na direção contrária?

Do ponto de vista urbano, isso repercutiu, por exemplo, na aprovação e tentativa de implementação dos mecanismos do Estatuto das Cidades, a partir de 2001, na criação do Ministério das Cidades, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na política habitacional do período, como no caso do programa Minha Casa Minha Vida (2009), que, por si só, é um excelente indicador da aguda contradição entre, digamos, o polo social-liberal e o polo abertamente neoliberal dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). No plano geral, retomou-se o debate, especialmente a partir dos mandatos da presidenta Dilma Rousseff, sobre o desenvolvimentismo, nas formas atualizadas do neodesenvolvimentismo e/ou do novo desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que se buscava consolidar o tripé macroeconômico instituído nos anos 1990 (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante).

Assim, de modo semelhante ao que aconteceu nos períodos originalmente abordados por Oliveira (1978), a ambiguidade estrutural do Estado converteu-se, cada vez mais, em contradição inconciliável. E, em nossa opinião, é nesses termos que deve ser compreendido o período que se abre com o golpe parlamentar de 2016, quando a referida ambiguidade é totalmente substituída pelo programa, representado pela "Ponte para o Futuro", do governo Temer, que radicalizou os experimentos neoliberais anteriores, constituindo o salto de qualidade que permite falar

na inflexão ultraliberal. Inflexão que, já no governo Bolsonaro (2019-2022), é levada às últimas consequências, acompanhada por tendências crescentemente autocráticas. E é a esse período que corresponde, indubitavelmente, o retorno do "urbano antinação". Encerra-se, mais uma vez, um ensaio de construção da nação, no sentido e de acordo com os aspectos acima destacados, um ensaio ainda mais tímido, quando comparado com a experiência anterior, do período desenvolvimentista.

Em resumo, na etapa da inflexão ultraliberal, o mínimo de experiências democratizantes e redistributivas, que operavam, por exemplo, no âmbito do planejamento urbano e da política habitacional, foi substituído por um projeto que só pôde levar ao que levou, isto é, ao agravamento da crise urbana. Crise que já vinha sendo gestada, é verdade, mas cujas formas de manifestação mais radicais, que foram descritas acima, permitem concluir o seguinte: "o urbano", na dependência 4.0 e no período da inflexão ultraliberal, não poderia ter sido outra coisa, a não ser essa gravíssima "crise urbana". O que nos conduz a outra questão fundamental, que também está na base do esforço de pesquisa e reflexão que nos orienta: diante dessa crise gravíssima, o que fazer para reconstruir a nação?

Considerações finais: reformar a ordem urbana, reconstruir a Nação

Neste capítulo, articulamos não apenas uma caracterização da crise urbana brasileira e da ordem urbana que lhe corresponde, mas o diagnóstico de que essa crise só pode ser superada nos marcos da retomada de algum tipo de ensaio/iniciativa de reconstrução da nação. Para nós, essa reconstrução exige repensar os destinos das cidades e metrópoles do país. Do contrário, tal como é possível observar nas paisagens urbanas do Brasil contemporâneo, prevalecerá a barbárie.

Sem dúvida, essa "reconstrução" da nação remete à "construção" original, iniciada nos anos 1930, de uma coalizão desenvolvimentista, que sustentava a necessidade de industrialização do país, de homogeneização da sociedade e de afirmação da sobera-

nia nacional frente às forças de dominação do capitalismo global. Construção, como se sabe, interrompida, nos termos de Celso Furtado (1992).

A tentativa de reverter essa interrupção quase se configurou no país, com o ciclo dos governos populares-democráticos dos anos 2000, apesar de suas inúmeras e conhecidas ambiguidades. Mas o fato é que, após o golpe parlamentar de 2016 e da vitória, nas eleições presidenciais de 2018, de uma coalizão ultraliberal e conservadora, esse novo ensaio de "construção da nação" foi igualmente abortado.

No entanto, a derrota eleitoral da referida coalização, em 2022, abriu caminho para a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional que contemple a reforma urbana e o direito à cidade como eixos fundamentais. Parece haver, no horizonte, em que pese toda dificuldade, uma sinergia entre os objetivos de reformar as cidades e transformar o padrão de desenvolvimento capitalista no país, respondendo, assim, às questões urgentes do desemprego, da fome, da perda de renda etc., além de questões mais estratégicas, como a do crescimento com permanente diminuição das desigualdades e a dos desafios decorrentes da transição energética e climática. Assim, coloca-se um dilema central: como a retomada da agenda de reforma das cidades brasileiras pode contribuir com a reconstrução da nação?

Na linha dos argumentos de autores como Sampaio Jr. (1997), postulamos a hipótese de que a burguesia brasileira renunciou radicalmente ao controle da matriz espacial e temporal da urbanização do país. Para resgatar os termos de Nicos Poulantzas, trata-se da transformação de nossa burguesia nacional em uma burguesia compradora, como consequência da nova condição de dependência. Algo tanto mais grave quando se sabe que, como já formulado pelas distintas vertentes do pensamento urbano crítico, é somente através das capacidades de ação do Estado que se pode construir algum tipo de sinergia entre expansão capitalista e desenvolvimento nacional.

Mas como retomar essas capacidades diante da crise urbana brasileira? Defendemos, antes de tudo, que as iniciativas nesse sentido devem estar orientadas por uma profunda compreensão

dos termos atuais das relações de dependência e seus impactos na ordem urbana. Em nossa opinião, isso abre espaço para novos olhares sobre as cidades e as metrópoles. Abre caminho, por exemplo, para uma perspectiva que se oponha ao que tem sido um viés muito difundido nas pesquisas urbanas, excessivamente voltadas para o âmbito local e o tempo presente. Estamos em busca, como dito, de argumentos mais abrangentes e explicações totalizantes.

Compreender a realidade das cidades e metrópoles brasileiras exige não só descrever e analisar sua crise, ou enumerar seus "problemas", mas considerar o modo como elas vêm se transformando em sintonia com as características da atual fase de expansão do capitalismo. Fase que está determinada, como sugerido neste artigo, dentre outros aspectos, pela generalização das lógicas do capitalismo rentista e, sobretudo no caso da América Latina, pela ascensão do chamado neoextrativismo.

Como se sabe, trata-se de uma fase que remonta às transformações do capitalismo global a partir da década de 1970, que reorganizaram a divisão internacional do trabalho e, dessa maneira, as funções dos países periféricos e semiperiféricos na reprodução do sistema-mundo capitalista. E foi isso que justificou, e segue justificando, a consideração teórica das novas formas históricas da dependência que se sucederam desde então. Sucessão cuja culminância correspondente, para nós, à afirmação da atual forma da dependência, que chamamos, neste artigo, de dependência rentista-neoextrativista.

Note-se que a essa configuração mais recente da dependência corresponde um novo padrão de reprodução do capital na América Latina. Como observa Osório (2012), em casos como o do Brasil, de um padrão industrial, evoluímos (ou retrocedemos) para um padrão fundado na "exportação produtiva especializada". Evolução (ou retrocesso) que está na raiz dos processos de desindustrialização e de reprimarização da economia do país – e que também se manifestam em outros países da região.

De acordo com Osório (2012), a categoria de padrão de reprodução do capital é uma mediação "entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econô-

mico-social e conjuntura)" e "surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em determinados espaços geoterritoriais" (p. 44-45).

Acompanhando Osorio (2012), a literatura a respeito do novo padrão de reprodução do capital na América Latina sugere a existência de dois eixos básicos. O primeiro estaria centrado na produção e exportação de produtos primários com algum valor agregado, o que permite falar de um eixo "exportador de especialização produtiva". O segundo, por sua vez, conforme indicado, igualmente, por autoras como Paulani (2013), assinala a existência de um eixo correspondente ao advento de uma "plataforma de valorização financeira", ou seja, um espaço para a reprodução/realização do capital fictício, reforçando a transferência de valor da América Latina para os países centrais.

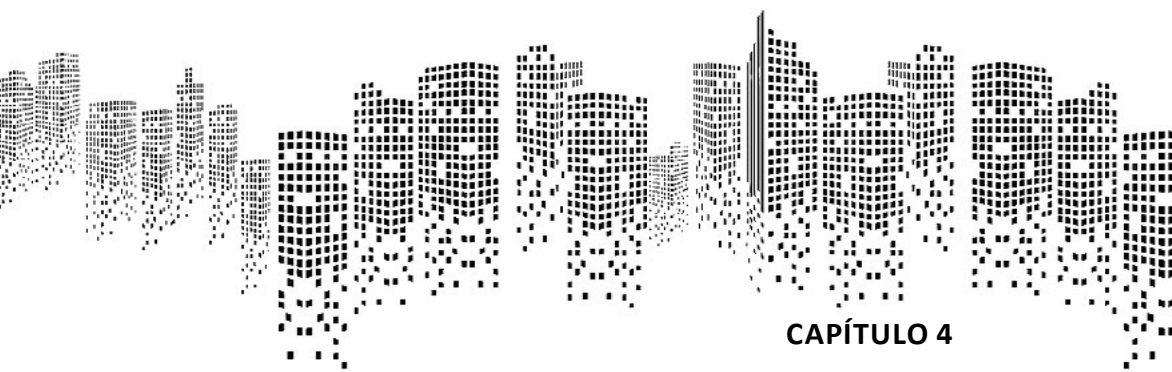
Em nossa perspectiva, portanto, o que há é um padrão de reprodução do capital fundado, na América Latina, na proeminência de uma burguesia compradora totalmente subordinada aos grandes monopólios e oligopólios internacionais.

Seja como for, parece-nos imprescindível acrescentar, aos dois eixos supramencionados e indicados pela literatura sobre o atual padrão de reprodução do capital na América Latina, um terceiro eixo: o da "economia de plataformas tecnológicas", que operam na extração de rendas, em especial nas áreas urbanas, via serviços de transporte, de entrega, de logística, entre outros. Enfim, para nós, reunidos, esses três eixos podem ser caracterizados como componentes fundamentais de uma economia rentista-neoextrativista que define a atual forma histórica da dependência latino-americana.

Do nosso ponto de vista, a crise da ordem urbana presente nas metrópoles brasileiras sintetiza o caráter crescentemente antissocial, antidemocrático e antinacional do atual padrão de reprodução do capital e da forma histórica contemporânea da dependência latino-americana. Os "problemas urbanos" devem, portanto, ser compreendidos como expressões fenomenológicas da aceleração do processo de desconstrução do país como Nação, como foi antecipado por Celso Furtado no início da década de 1990. Para pensar a raiz da crise urbana é necessário considerar

como os efeitos de longo prazo da nossa subordinação à globalização, à neoliberalização e à financeirização vêm transformando o território brasileiro em receptáculo dominado pelo capitalismo rentista-extrativista global, na forma de uma plataforma internacional de valorização financeira do estoque de riqueza velha e de uma economia primária-exportadora de commodities agrícolas e minerais e importadora de bens digitais. Uma trajetória que coloca o país sob o risco de retornar à condição colonial, com a destruição de sua capacidade (política, institucional, tecnológica e produtiva) de comandar seu próprio destino em um momento de mudança de época do capitalismo. Como diria o saudoso Francisco de Oliveira, sustentado pelo Estado de Exceção como paradigma de governo das massas marginalizadas e abandonadas, o urbano é a anti-Nação. Desse ângulo de análise, torna-se objetivo estratégico que a Plataforma da Reforma Urbana e o Direito à Cidade sejam instrumentos do projeto de retomada do desenvolvimento nacional a ser liderado pelas forças progressistas que reformem o atual padrão de acumulação do capitalismo brasileiro e promovam a reconstrução e transformação da Nação, dinamizando o crescimento econômico, e assegurando novas condições da reprodução biossocial em nossas cidades.

Em que pese tenhamos considerado apenas o caso brasileiro, nos parece que algo semelhante ocorre nos demais países latino-americanos. Isso porque, retomando mais uma vez a formulação de Castells e Vélez (1973), trata-se de formações sociais que ocupam posições semelhantes no "sistema de dominação do imperialismo". Enfim, levar em conta esses e outros aspectos é fundamental para a elaboração de um marco teórico-analítico que oriente melhor a compreensão dos atuais padrões de urbanização dependente. De todo modo, este é apenas um esforço inicial, que caminha nessa direção acompanhando outros esforços de reconstrução do pensamento teórico crítico sobre os problemas territoriais e urbanos da América Latina.



CAPÍTULO 4

Capitalismo(s) na terceira década do século XXI: estruturas e conjunturas da expropriação, exploração e extração na produção do espaço

CARLOS BRANDÃO

Introdução

Na realidade concreta, híbrida e mundana, há sempre uma pluralidade de formas e formações capitalistas (e não-capitalistas) em convivência, contraste, combinação e dinâmica relacional-interativa. Do vasto e heterogêneo continente latino-americano partiu uma asserção, com autoridade bem fundamentada, da unidade contraditória subdesenvolvimento-desenvolvimento como lócus privilegiado de enunciação de seus dilemas e complexidades. Portanto, daí também deveria partir, e ser impulsionada, a busca de conhecimento metódico e consistente sobre a sua específica produção social do espaço e uma correspondente teoria urbana crítica latino-americana.

A natureza complexa e contraditória do sistema capitalista, em termos estruturais e conjunturais, precisa ser esclarecida e tornada compreensível amplamente, em um projeto coletivo abrangente e ousado, como o concebido no plano dialógico do presente livro. É urgente que se possa refletir, em uma perspectiva crítica e de conjunto, e a partir da interação dinâmica de grupos multidisciplinares, sobre as características intrínsecas e as combinações de circunstâncias do seu movimento geohistórico de longa duração

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_004

neste século XXI. Ao mesmo tempo, deve-se indagar, a partir da América Latina, o papel específico dos espaços periféricos, subordinados e dependentes no conjunto do sistema. Se, no passado, o acúmulo teórico e analítico desse projeto científico foi muito profícuo e exitoso, dever-se-ia agora voltar a problematizar seus particulares processos de urbanização dependente no contexto estrutural-conjuntural do capitalismo rentista-neoextrativista.

O capitalismo é a contradição em movimento permanente. Como sistema de organização social fundado em mercadorias, ele realiza mutações quantitativas e qualitativas ininterruptas e se alimenta de suas próprias metamorfoses endógenas, mas também está imerso em seus inerentes e crescentes paradoxos e armadilhas. O capitalismo incessantemente realiza mutações em suas estruturas (se autorrevoluciona), porém, simultaneamente, mantém a sua *essência constitutiva* (indo ao encontro cego de sua natureza intrínseca e suas determinações fundacionais). Dentre as diversas facetas dessa essência, podem-se destacar os processos de expropriação, exploração e extração nos quais ele se funda e move contraditoriamente.

O processo de **expropriação** tem a ver com o movimento histórico de destituição de parcela majoritária da população das possibilidades de sobrevivência sem a venda de sua força de trabalho no mercado e do exercício de diversas formas de emprego de força-poder[41]. O capitalismo é uma constelação de múltiplas violências e, nesse contexto, os processos expropriativos podem se dar de forma muito diversa. Seja no exercício da força mais direta (à margem das relações econômicas, com caráter extensivo, intimidador e predatório), baseada na brutalidade, na excepcionalidade permanente e na apropriação mais autoritária de excedente. Seja nas violações e constrangimentos mais econômicos, com o emprego da força por vias mais *indiretas* (coação/coerção surda/muda, silenciosa, exercida pelas relações econômicas, com caráter intensivo e permanente), sendo por vezes mais ocasionais e veladas, baseadas na complexidade e na apropriação mais mercantil do excedente. Massas são despossuídas e separadas dos meios de produção e assim impossibilitadas de encontrar formas de reprodução alternativa. Todo processo de despossessão e espoliação de uma parte majoritária da sociedade está mutualmente relacionado com a reapropriação por uma mino-

ria privilegiada. Esse processo se associa a outros como açambarcamentos, usurpações, pilhagens, predações de recursos territoriais, bens comuns, populações etc., muitos baseados na expansão pela força física mais *direta* e violenta.

A partir da expropriação e separação dos meios de produção da maior parte da sociedade, fica claro como o capital – enquanto relação social fundada na **exploração** de outro ser (o trabalho vivo) – pode avançar em seu permanente processo de acumulação. Despojando a maioria dos meios necessários para a realização das suas aspirações, esse regime de organização social conduz ao impedimento e ao isolamento dos trabalhadores das condições de sobrevivência e de realização de seu trabalho pessoal, conduzindo-os ao trabalho combinado e controlado cada vez mais sob seu domínio, despotismo e disciplina. Desse modo o capitalismo força e promove uma separação entre o "trabalhar" e o "viver", desmantelando modos de vida que não sejam os baseados na lógica privada mercantil. Assim, a população fica dividida entre aquela parcela sujeita à exploração (direta) *versus* aquela parcela não-submetida totalmente, que se encontra em um processo de "não-exploração", tomando a forma de uma superpopulação relativa "reservada", excedente e redundante frente às necessidades do capital. Tornando-se uma massa excessiva e sobrante, que se reproduz na insegurança e incerteza (com imprevisibilidade e sem projeção de futuro seguro), sem qualquer garantia de emprego, precarizada e geralmente depositada nos espaços urbanos e rurais de uma urbanização dependente periférica e destituída de bases materiais e de direitos de uma cidadania plena, sobrevivendo arrastados pelos turbilhões da crise urbana.

Por sua vez, o processo de **extração** é uma das principais marcas do sistema capitalista, que requer e alenta a busca crescente de minérios, alimentos, energia etc., que fazem uso de operações extrativas expansivas que se dão em amplos domínios, fundadas em imprescindíveis suportes de conectividades logísticas, finanças, infraestruturas, ambientes construídos e espaços urbanos densos e suas respectivas hinterlândias regionais.[42] Nessa visão abrangente, para além das fronteiras dos meros sítios ou enclaves primário-exportadores do agronegócio ou da extração de minérios (Arboleda, 2020; Gago e Mezzadra, 2024; Mezzadra e Neilson, 2024),

procura-se abarcar um complexo econômico-socioespacial de operações extrativistas (*commodities*, dados, biocapitalismo, extrativismo urbano etc.) e a interpretação conjunta dos circuitos (produtivo, de mercadorias e monetário) da reprodução ampliada e multirramificada do capital. Um amplo espectro de rendas é derivado desse variado conjunto de operações. O sistema capitalista, extrativo por natureza, passa a se orientar preferencialmente, cada vez mais, pela obtenção de rendas minerárias, fundiárias, imobiliárias e mobiliárias, dentre outras, que formam um conjunto de direitos de recepção (garantida) desses rendimentos por parte de proprietários privados dos recursos. Qualquer renda, ou direito à recepção de um fluxo futuro, nesse sistema, será submetida ao processo de capitalização e, portanto, articulada, inescapável às vicissitudes da taxa de juros. Nessa economia, intrinsecamente monetária, o dinheiro, enquanto símbolo geral e abstrato da riqueza, irá se distinguir e potencializar o seu papel central, se tornando *o sujeito* das relações sociais capitalistas. A busca da acumulação ilimitada de símbolos gerais e formas universais de riqueza e as tentativas de capitalização de (qualquer) fluxo de renda, leva à consolidação do juro como o padrão geral de remuneração do capital. O "juro é a renda que o capital monetário propicia a seu detentor pelo mero efeito da propriedade" (Paulani, 2016, p. 525). As decisões de aplicação de capital-dinheiro ficam orientadas, depois dirigidas, pelos sinais dos juros. Nessas circunstâncias, ocorrem a invasão e a prevalência da lógica patrimonial, especulativa e fictícia de valorização e seu poder de orientar a avaliação e a gestão geral sobre todas as outras frações de capitais.

Nesse contexto, mercados específicos (orientados pelas lógicas da extração e do rentismo) são formados. Os mercados formatados hoje para o extrativismo e para o rentismo merecem destaque na conjuntura recente do capitalismo e são objetos privilegiados deste livro, sobretudo aqueles que são mais aderentes às especificidades da América Latina.

No presente capítulo pretende-se inicialmente apresentar alguns apontamentos básicos de distinção da natureza e dinâmica dos capitalismos centrais e dos dependentes. Em seguida se discutem as circunstâncias em que se logrou enunciar, a partir do con-

tinente latino-americano, um corpo teórico-metodológico substantivo e crítico para pensar a natureza particular, a forma de funcionamento e os constrangimentos dos países dependentes. Em uma terceira seção se esboçam alguns pontos para um esquema de análise que trate dos movimentos e características do capitalismo do século XXI e dos desafios para a apreensão desta realidade estrutural-conjuntural no chamado Sul Global. Finalmente se sistematizam alguns elementos tratados no capítulo que apontam para uma agenda crítica na área dos estudos urbano e regionais.

Natureza e movimento contraditório do(s) capitalismo(s)

O capitalismo é uma relação social antagônica, contraditória e progressiva (de destruição criadora) marcada pelo impulso expansivo de autoacrescentamento. Como regime de organização social baseado em mercadorias e ancorado na exploração do trabalho alheio alienado não-pago (através da utilização de uma mercadoria que é "mágica", "viva": a força de trabalho), é orientado pela busca da valorização ilimitada do valor.

O modo de produção capitalista, que é a produção de mercadorias por meio de mercadorias, requer alta circulação e alta taxa de rotação do capital, pressupõe a mercantilização levada às últimas consequências, e apresenta inúmeras potencialidades e contradições. Esse regime de organização da produção social é orientado pelo aprofundamento e o aperfeiçoamento da divisão social do trabalho em variadas dimensões e escalas espaciais e pela expansão contínua, inclusive a espacial. Ele procura, de forma ininterrupta, a incorporação e o açambarcamento de "outros" espaços externos e relações exógenas às suas bases originárias, rompendo seus próprios limites e fronteiras, em uma busca perpétua de formas de exploração e reprodução. Ou seja, o capital se reproduz sobre suas próprias bases e, ao mesmo tempo, requer a exploração de "outros" (modos, mercados e ambientes socioespaciais etc.), que se encontram "fora" de sua base socioespacial inicial (Luxemburg, [1913] 1984). Ele reclama o que está fora de sua lógica interna-endógena para existir e se reproduzir, isto é, "demanda *um outro*".

Importa inicialmente procurar elucidar o que se entende por unidade dialética subdesenvolvimento-desenvolvimento.

A condução teórico-histórica do processo de produção do conhecimento que busca apreender o real-concreto, capturado enquanto totalidade, deve debruçar-se sobre esse complexo contraditório que é a unidade dos opostos subdesenvolvimento-desenvolvimento, como um concreto pensado em dois polos (formações socioespaciais) que são mutuamente condicionados e determinados.

Não obstante, esse complexo não pode ser considerado como dois polos opostos e/ou realidades separáveis e dissociáveis, mas como formações, processos, que conformam uma unidade de contrários dinâmicos, dotados de diferenciação continuada e em curso. Não são compartimentos estanques, pois se relacionam e interagem todo o tempo, se intercomplementando. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento são opostos, mas não são entes isolados e apartados. Portanto, não são entidades estáticas, mas partes de um mesmo todo, sujeitos a dinâmicas em constante interconexão e interdependência, em embates e movimentos transformativos intrínsecos e permanentes.

A unidade conflituosa dos contrários subdesenvolvimento-desenvolvimento como uma unificação intrínseca e dialética entre seres que são diversos (porém em ocorrência conjunta) deve ser analisada buscando apreender os opostos em ação e movimento de síntese, nas tensões e conexões, nas mudanças qualitativas na relação não-etapista, mas em movimento em espiral, em que se realizam as articulações entre: diferença-identidade; continuidade-ruptura; conjunção-disjunção; aparência-essência.

Em suma, há a inerente impossibilidade de isolamento dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento como entidades distintas, pois em essência estão organicamente imbricadas e em articulação perene. São seres não-desmembráveis, umbilicalmente ligados, como gêmeos siameses.

Nesse sentido, teoricamente é preciso ultrapassar a unilateralidade nas análises e buscar apreender os variados nexos, inter-rebatimentos e as metamorfoses mútuas a que estão submetidos.

Muito esforço teórico e analítico foi despendido para a interpretação de grande alcance da natureza do processo de desenvol-

vimento-subdesenvolvimento, na América Latina, tratando-o justamente nesta perspectiva de uma unidade contraditória, híbrida, sistêmica (dialética), em movimento. Ou seja, como uma unidade dialética, resultante de uma mesma e única dinâmica expansiva, simultaneamente "unificada" e "ramificada" em distintas vias e trajetórias geográficas e históricas. Dinâmica expansiva essa compulsiva, que opera a reprodução global do sistema capitalista em seu conjunto e, ao mesmo tempo, que *se processa e se especifica* ao longo do tempo e em diferentes espaços. Um mesmo processo histórico expansivo (centrífugo) teria configurado duas formações sociais, bifurcadas em duas entidades que coevoluíram (fruto de relações recíprocas) em processos variegados e divergentes, embora se encontrem em unidade dialética. Duas realidades muito diversas e heterogêneas, embora marcadas pelo mesmo movimento da História. Em suma, o subdesenvolvimento seria a *contraface*, *interface* e a *outra face* do processo de desenvolvimento e não uma *fase* dele.

Em um quadro amplo, de abordagem da longa duração, Celso Furtado (1974) sintetizou o processo histórico capitalista a partir da potência da força expansiva e centrífuga da experiência originária inglesa, que "explodiu" em três grandes ciclos histórico-geográficos de dilatação do processo de desenvolvimento desigual e combinado. O primeiro, na própria Grã-Bretanha e países próximos. O segundo, na expansão do núcleo original (em busca de ampliação da produtividade com a incorporação de nova base de recursos naturais) para a ocupação dos territórios de clima temperado em um deslocamento de fronteira em que as economias australiana, canadense e estadunidense foram incorporadas e transformadas em simples prolongamentos da economia industrial europeia. E, finalmente, o terceiro ciclo, que poderíamos chamar de incorporação "do resto", no contexto do processo de modernização, em um movimento de busca por recursos naturais e humanos abundantes e baratos e com a propagação de seu padrão de consumo para um mercado amplo, horizontal e extensivo.

O subdesenvolvimento entendido como estruturas heterogêneas e em movimento truncado, seria o resultado de processos de acúmulo de atrasos, de cristalização de anacronismos, enrijecimentos e travamentos estruturais no curso do processo conjunto e evolutivo da história do capitalismo mundial.

Assim, ele resume:

> o capitalismo industrial levou certos países (os que lideram o processo de industrialização) a especializar-se naquelas atividades em que métodos produtivos mais eficientes penetravam rapidamente, e levou outros a especializar-se em atividades em que essa forma de progresso técnico era insignificante, ou a buscar a via da alienação das reservas de recursos naturais não reprodutíveis (Furtado, 1974, p. 78).

O progresso técnico teria um papel decisivo na reprodução: de um lado de um centro restrito e, de outro, de uma periferia numerosa. A abundância de recursos naturais, energia e força de trabalho disponíveis e baratas facultaram a esses países periféricos lograrem certo processo industrializante, entretanto carente de padrão de financiamento de longo prazo e de aprendizado tecnológico-inovativo vigoroso. Essas nações em construção tiveram e têm dificuldades de coordenação de suas economias na escala nacional, dado o poder das empresas transnacionais. Logram constituir limitados centros de decisão endógenos para o enfrentamento do subdesenvolvimento e da dependência, posto que submetidos ao poder das empresas transnacionais que penetraram e se estabeleceram em seus países, controlando os elos fundamentais das cadeias produtivas instaladas (Furtado, 1974).

Importa relembrar que no capitalismo, por sua própria natureza, o desenvolvimento se processa sob uma lógica desigual e combinada, no tempo e no espaço. Já há um longo e profícuo acúmulo de conhecimento científico nas ciências sociais e humanas quanto às reflexões sobre o complexo processo de desenvolvimento desigual. Entretanto, quanto aos processos de (re)combinação, hibridez, convivência e articulação das formas modernas/contemporâneas com as formas atrasadas/retrógradas, o acúmulo não é tão expressivo e evidente. Assim, o desafio em se avançar no conhecimento da (re)combinação dessas formas díspares e coesionadas, sobretudo em formações sócio-histórico-geográficas específicas, buscando entender como elas se (re)formatam em cada ciclo estrutural-conjuntu-

ral histórico, deveria ser uma constante em nossos estudos teóricos e empíricos.

Nesse contexto, é preciso aprimorar a nossa sensibilidade investigativa quanto aos processos híbridos e em (re)combinação (as dinâmicas de embate e convivência de forças, formas, formações e reformatações entre o retrógrado/atrasado e o contemporâneo/"moderno"), por exemplo nas relações sociedade-natureza. Ao mesmo tempo, torna-se necessário buscar apreender as condensações de contradições tanto na longa duração, quanto no tempo conjuntural, analisando as múltiplas articulações em entrelaçamento e a sua realização concreta no espaço vivido, agitado e sempre vívido e ativo.

A marcha histórico-geográfica do desenvolvimento desigual resulta em grande diversidade de processos (e ritmos) nacionalizados-regionalizados de metabolismos sociotécnicos e socioambientais muito peculiares no tempo e no espaço, resultantes das ações decisionais humanas e das opções estratégicas elegidas.

Um corpo teórico-metodológico crítico sobre desenvolvimento dependente enunciado desde a América Latina

Por vários motivos históricos e estruturais, no continente da América Latina, marcado por heterogeneidades e contrastes, se logrou debruçar sobre uma realidade muito concreta e específica: a conformação estrutural da escala nacional dependente-subdesenvolvida e sua inserção, no contexto contraditório, de disputas e arranjos hierárquicos mundiais, a partir de uma condição periférica. Assim, da maior e mais contraditória e complexa porção contínua e franja periférica e subdesenvolvida do planeta, a América Latina, se pode enunciar uma potente reflexão teórica. Esse continente pode ser considerado a maior e mais contrastante parcela territorial, ou sítio, de desenvolvimento desigual (e combinado) da Terra. Lugar de poderes conservadores assimétricos, território dos extremos e paradoxos, lócus privilegiado de heterogeneidades estruturais, de discrepâncias e distanciamentos salientes entre desenvolvimento das forças pro-

dutivas capitalistas e privações e precarizações, situações polares entre riqueza e pobreza, e de (re)combinações ativas e passivas entre formas retrógradas e contemporâneas. Terreno concreto de temporalidades e espacialidades diversas e de múltiplas contradições em processo. Ou seja, espaço privilegiado para se examinar a posicionalidade relacional periférica nas circunstâncias histórico-geográficas do capitalismo mundial. Em outros termos, na marcha da sua evolução histórica se colocou o interrogante das razões pelas quais um vasto e diverso continente pode – ainda que dotado de imensas riquezas naturais e humanas (água, sol, terra, recursos materiais e simbólicos etc.), massa populacional e mercado consumidor extensivos e de porte, patrimônio natural e social vibrantes, forças produtivas modernas potentes (embora muito concentradas em alguns pontos seletivos do seu gigantesco espaço) – manter, reproduzir e legitimar tanto atraso.

Não é por acaso que aí tenha se desenvolvido uma reflexão original e potente sobre subdesenvolvimento, dependência e posicionalidade-relacional periférica no contexto do capitalismo global. Foram aí elaborados e consolidados um tenaz campo de reflexão, um lócus privilegiado de enunciação científica e política e um método original de pesquisa dos complexos processos de desenvolvimento histórico-geográfico desigual (e recombinado).

Desde o final dos anos 1940, se desenvolveu o chamado pensamento crítico histórico-estrutural latino-americano, com enorme originalidade e senso crítico, contribuindo para a formulação de uma concepção robusta e instigante sobre as relações centro-periferia, as especificidades da experiência de industrialização no Sul Global e, sobretudo, sobre a própria natureza do processo de dependência no sistema de relações capitalistas.

Assim, na América Latina se concebeu um original e poderoso patrimônio acadêmico (que vem se acumulando por sete décadas) para pensar rigorosamente as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica, desvelando contradições silenciadas e lançando luz sobre as limitações e parcialidades dos enfoques elaborados nos países centrais. Aí se desenvolveu um criativo prisma de análise e um aparato metodológico muito potente para buscar apreender essa condição dependente específica, como uma malformação

estrutural (Furtado), com estruturas em movimento truncado, resultado de duráveis processos de acúmulo de atrasos, interação subordinada com os países centrais e variados anacronismos e travamentos estruturais, no curso da longa história do capitalismo mundial. Não se pode diminuir ou negligenciar o verdadeiro patrimônio intelectual que representa o pensamento social crítico latino-americano. Ele buscou interpretar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica, subdesenvolvida e dependente, colocando a ênfase nas assimetrias entre o centro e a periferia do sistema no que diz respeito às suas estruturas produtivas, sociais e espaciais altamente heterogêneas e à inserção internacional vulnerável na hierárquica e contraditória escala mundial em transformação.

A partir de uma muito peculiar perspectiva analítica, que buscava uma visão sistêmica, compreensiva e historicamente determinada das relações assimétricas de poder na escala mundial, a interpretação histórico-estruturalista buscou apreender: o conjunto de vulnerabilidades sistêmicas no continente; um compósito de disparidades e iniquidades (sociais, econômicas e políticas) condicionadas; e uma dinâmica de reprodução, transformação e perenização, que vão aprofundando e complexificando, no curso do andamento histórico, o processo de subdesenvolvimento, vincando variadas espacialidades e temporalidades. Dessa forma se buscava examinar, de forma minuciosa, as particularidades da natureza, feições e variadas facetas do capitalismo periférico.

O exame minucioso da condição periférica e do subdesenvolvimento, vistos como um processo complexo, como uma malformação estrutural, como a define Celso Furtado, foi assim realizado, de maneira muito ousada e original, pelos intelectuais críticos latino-americanos.

Em uma abordagem que mirava o movimento histórico, dinâmico e contraditório do capitalismo mundial, a fim de analisar a inserção particular da socioeconomia latino-americana, se foi capaz coletivamente de revelar e denunciar as vulnerabilidades estruturais vigorosas e múltiplas que o funcionamento mundializado do sistema impunha ao continente. Essa abordagem propugnava que diversas formas de dependência (financeira, tecnológica e cultural) foram, ao longo do tempo e do espaço, se instalando e

reproduzindo. Demonstrou ainda como um deficiente padrão de financiamento de longo prazo, um aparelho precariamente desenvolvido de ciência tecnologia e inovação e uma escala nacional marcada pelo mimetismo da indústria cultural americana foram se cristalizando. Assim, os dispositivos e mecanismos da dependência foram se sobrepondo, mantendo e se aperfeiçoando.

Os pensadores latino-americanos compreendiam que o movimento da socioeconomia latino-americana é relacional e sobretudo condicionado. É atravessado por complexas conexões, articulações e interdependências em um jogo de determinantes internos-externos. Ou seja, o espaço continental comporta-se como uma estrutura dinâmica vinculada ao sistema capitalista mundial, porém seus estímulos (e restrições) se encontram exogeneizados, isto é, constrangidos e delimitados desde fora.

Assim, esses autores avançaram no entendimento do processo de dependência nacional, que se manifesta, tanto pela introjeção internalizada e mais direta de poderes hegemônicos domésticos, quanto por forças externas, que se infiltram e expressam indiretamente pelos veículos das forças políticas internas.

São várias as facetas, dimensões e modos de operação da dependência. Temos a dimensão econômica, que se reforça pelas carências congênitas das estruturas institucionais de crédito de largo horizonte temporal e dos mecanismos de sancionamento de decisões empresariais de risco, além de aparelhos de exação e formação de fundos públicos deficientes (e apropriados por castas privadas) e debilitados sistemas de aprendizado e inovação. Temos a dependência produtiva e comercial da exploração dos recursos naturais, em que se revela uma incontornável volatilidade da demanda e dos preços dos mercados de commodities controlado em escala mundial, que impõe um estreitamento inato e uma externalização das cadeias produtivas e de circulação, explicitando nossas dificuldades para avançar no processo de industrialização.

Pena que o ambiente acadêmico eurocêntrico e anglo-saxão, com seus julgamentos pré-concebidos, não tenha absorvido adequadamente seus ensinamentos e perguntas. Este fato deixa claro que alguns pensamentos têm maiores possibilidades e outros maio-

res dificuldades no deslocamento, na mobilidade e em viajar transnacionalmente. Entretanto, é certo que essa potente reflexão sobre a situada (histórica e geograficamente) condição periférica e subdesenvolvida-dependente precisa ser retomada e renovada, frente às disruptivas metamorfoses capitalistas neste início de século.

Transformações no capitalismo atual e desafios para o pensamento crítico sobre a produção social do espaço no contexto das novas formas históricas da dependência

Pretende-se aqui destacar alguns elementos dos processos de crise, financeirização, capitalização, extrativismos, neoliberalização buscando problematizar e atualizar as questões postas pelo patrimônio intelectual do pensamento crítico latino-americano, como aquelas colocadas no debate sobre a natureza da dependência. Pretende-se alinhavar alguns pontos de uma agenda de pesquisas relacional-comparativa que possa apreender os tempos-espaços não só estruturais, mas também conjunturais (de condensação de contradições), que possa contribuir para a análise deste debate.

Importa partir do que é estrutural e o que é conjuntural neste contexto. O capitalismo deve ser visto como um sinônimo de crise, pois o capitalismo é a própria propensão à crise recorrente. Esse sistema se nutre de suas próprias crises, momento disruptivo em que ele se oxigena e recondiciona, recompondo suas forças. Cada conjuntura de crise, com suas modalidades, caracteres e processos constituintes, manifesta diversificadas determinações, espacialidades e temporalidades. O momento crítico apresenta lutas e contradições entre as tentativas de valorização das variadas unidades, frações e fragmentos do capital social, com seus interesses ora díspares, ora unificados, de reprodução econômica e política. A coerção concorrencial imporá assimetricamente turbulências, destruições, recomposições, desorganizações e reconfigurações das relações entre as diversas unidades e subfrações capitalistas. Massas de riqueza serão destruídas, reconcentradas e redistribuídas. Ao mesmo tempo, a expansão, a reciclagem e

o relançamento cíclico em novos patamares de dilatação fazem parte de sua natureza constitutiva.

O capitalismo desta terceira década do século XXI se encontra mergulhado em uma miríade de crises (econômica, política, social, ecológica, da democracia etc.). Está imerso em um momento tenso e contraditório de condensação histórica de circunstâncias peculiares e de verdadeiras erupções geopolíticas, geoeconômicas e geoculturais. O acirramento dessas rivalidades, com a exacerbação do embate competitivo entre os sistemas interestatais e entre os sistemas interempresariais, requer análises pós-disciplinares e debates democráticos na sociedade.

Abrangentes e penetrantes mutações geoeconômicas, geopolíticas e geoculturais estão em processo. Mudanças incrementais, que vinham se realizando e acrescentando, estão dando lugar a mudanças mais radicais e pervasivas. Há uma aceleração e aprofundamento das mutações. Variadas dimensões dessas transformações requerem um exame rigoroso e esforços coletivos (como os levados a cabo neste livro) a fim de se construir uma visão multifacetada e de conjunto, com destaque para os processos de: financeirização; renovado e contraditório papel do Estado; mudanças no mundo do trabalho, precarizações e inseguranças diversas; fraturas, fragmentações e rupturas no tecido social; ação imperativa das grandes empresas conglomeradas multinacionais e suas redes; expansão da plataformização empresarial; constrangimentos enormes nas capacidades estatais de resposta às crises, por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento; confrontações entre os mundos do capitalismo Central Atlântico e do capitalismo do Global South do Leste Asiático-Pacífico; disputas hegemônicas entre os EUA e a China; crescimento da Rússia no tabuleiro geopolítico; crises energética, alimentar e ambiental generalizadas, dentre outras frentes estruturais e estratégicas. Não resta dúvida que esses e outros processos sistêmicos foram potencializados e acelerados com a pandemia global de Covid-19, a Guerra da Ucrânia e o conflito Israelo-Palestino, dentre muitas outras tensões.

Evidencia-se que as estruturas materiais, simbólicas e societárias se movem na atualidade em um ambiente de baixo ou nenhum crescimento econômico, desempregos, exclusões, restrições e desafios às formas democráticas, regressão civilizatória, intolerâncias, violências e brutalidades. Paralelamente, um regime de expropriações (Döre, 2022) está se entranhando, reproduzindo e fortalecendo nas várias escalas espaciais.

As relações assimétricas entre os países centrais e os periféricos se mantiveram[43], embora tenham ganhado nova natureza. Continentes com inserção periférica e subordinada nas grandes dinâmicas do capitalismo central, como a América Latina, são impactados de forma complexa e contraditória, sobretudo pela dinâmica imbricada do rentismo e do neoextrativismo, que tende a reforçar e renovar a histórica condição de dependência da região.

Paulani (2024, p. 29) corretamente defende "a existência atualmente de um novo tipo de dependência a relacionar países centrais e periféricos. Essa dependência 4.0, que não passa mais primordialmente pelas relações de troca, estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso".

A história latino-americana revela e presentifica o seu passado patrimonialista, extrativista, mercantil-agrário e rentista-especulativo no seu longo curso. Se o resultado das operações dos capitais agrários, extrativos e mercantis era um fluxo monetário (resultando, ao final do período, numa massa de dinheiro em sua mais forma líquida, geral e abstrata), a lógica fictícia de valorização veio capitalizar estes fluxos de rendimentos, "fazendo-os dialogar" (realizando a mediação) com a moeda forte conversível internacional a partir de determinada taxa de juros (e de câmbio), enquanto parâmetro geral do enriquecimento privado. Amparados em negócios realizados em ramos diversos, seus agentes hegemônicos e mais poderosos logram garantir a manutenção e a expansão de sua riqueza patrimonial (ancorando-se na terra-propriedade): na expropriação da natureza e dos recursos naturais; na extração mineral, nas operações mercantis (intercâmbio e circulação de capitais, mercadorias e dinheiro e sua capitalização); mas também no controle político de importantes espaços econômicos

e geográficos. Seus "jogos das trocas", totalmente articulados aos seus "jogos políticos", lhes proporcionam acúmulo de capital-dinheiro líquido e de poder, que poderá ser capitalizado e abrir espaço para uma unidade ou relação estreita entre o rentismo e o patrimonialismo, mais ou menos parasitário, a depender das opções de retenção (e aplicação) eleitas na composição de seu portfólio e da sua ação política em determinado espaço. Parte de seu dinheiro provavelmente também será retida na forma de decisões especulativas da terra improdutiva rural e da terra ociosa e em reserva de enormes glebas urbanas, fechando sua equação econômica e política de acumulação de terra, dinheiro e poder.

Nas escalas espaciais mundial e nacional ocorrem a invasão e a prevalência da lógica patrimonial, especulativa e fictícia de valorização e seu poder de orientar a avaliação e a gestão geral sobre todas as outras frações de capitais.[44] Há o encurtamento dos horizontes temporais, com a busca de lucros rápidos no curto prazo e a fuga dos riscos e inseguranças, geralmente sob o amparo do Estado. Garantem-se, assim, via coerção estatal, a retenção e a expansão de massas de dinheiro, com a consolidação da taxa de juro como o padrão geral de remuneração do capital e da taxa de câmbio como a medida da comparabilidade com a moeda forte conversível internacional. Assim, a busca da acumulação (infinita) de símbolos gerais (formas universais) de riqueza, fica entrelaçada e orientada (depois dirigida) pelos sinais dos juros e do câmbio.

Com essa financeirização do padrão de avaliação e de gestão da riqueza, novas formas de dependência financeirizada se consolidam, aumentando a distância dos países periféricos em relação aos países centrais. As relações centro e periferia prevalecem, porém se complexificam. Às anteriores dimensões do processo de dependência vêm se acrescentar e articular mutações nas relações (econômicas, políticas, culturais etc.) que agora articulam: concentração e centralização dos capitais; conglomeração empresarial transnacional; constrangimentos imperialistas; controles comerciais e de fontes de energia e matérias-primas; domínio da C,T&I pelos países centrais; além das limitações que a coerção concorrencial por inversões de capital coloca aos países periféri-

cos quanto à forma de gerir com soberania sua política macroeconômica e a imposição de uma austeridade nefasta.

Em uma situação em que a forma dinheiro tende à autonomização e à substantivação, ao encontro consigo mesmo, as contradições sistêmicas vão se exacerbando e serão colocadas, crescentemente, em uma espécie de "fuga para a frente", sempre em novos patamares paradoxais e desafiadores. Essa lógica tornar-se-á um abstraimento totalizante, a partir de um movimento constante de metamorfoses, isto é, de mudança e sofisticação permanentes de formas.

O capitalismo se vê conduzido e orientado pela consolidação do regime de acumulação sob a dominância da valorização financeira, fictícia e patrimonial. Na condução dos negócios privados se instala a prevalência congênita das órbitas monetárias e financeiras, sob o domínio da capitalização de rendas existentes e esperadas. Os territórios nacionais se veem invadidos e vulnerabilizados por essa lógica. A lógica da capitalização de qualquer fluxo de rendimentos a determinada taxa de juros (e câmbio) se torna o princípio orientador do cálculo avaliativo e da valorização dos vários capitais e invade todos os espaços. Garantidos os direitos de propriedade privada, o processo de extração de rendas (fundiárias, minerárias, monetárias, monopolistas etc.) e a capitalização dos fluxos extraídos e os esperados no futuro, a riqueza patrimonial fica assegurada e pode, dessa forma, promover o movimento cíclico-sistêmico de valorização do valor.

Chegou-se, assim, ao auge de um capitalismo entranhado e dominado pela lógica monetária-financeira que preside as decisões e avaliações de aplicação de capital. O curtoprazismo, a orientação pelos acionistas, a lógica da gestão de ativos, a *assetization*, que busca transformar coisas em ativos (Christophers, 2023; Birch; Muniesa, 2020), que se associa crescentemente com o processo de mercadejação exacerbada, isto é, a tentativa utópica de generalização do processo de formatação e reformatação de (novos e velhos) mercados. A orientação geral do funcionamento sistêmico é no sentido da capitalização das receitas e rendas regulares, consolidando a natureza cada vez mais fetichizada da acumulação e a orientação pelos símbolos e significados mais universais de riqueza.

A lógica fictícia de valorização veio capitalizar virtualmente todos os diversos fluxos de rendimentos "fazendo-os dialogar" (realizando a mediação) com determinada taxa de juros, enquanto parâmetro geral do enriquecimento privado. "A formação do valor do capital fictício é a capitalização de um fluxo esperado de rendimentos à taxa de juros convencionalmente utilizada" (Palludeto; Rossi, 2018, p. 8). Poderíamos afirmar que o capital fictício é um desdobramento da forma capital portador de juros e trilha o caminho inverso do mesmo. Se no capital portador de juros um montante de dinheiro entregue a outrem dá direito a um fluxo de renda futura para quem o cedeu, no capital fictício pressupõe-se o contrário: um fluxo de renda futura dá direito a um montante de dinheiro no presente para quem o possui.

A lógica da capitalização e da financeirização fictícia invade todos os escaninhos do sistema de avaliações capitalistas. Ao final do processo a "capitalização torna-se, assim, potencialmente extensiva a todo tecido socioeconômico, redefinindo o cálculo capitalista e, assim, a própria forma de precificação" (Palludeto; Rossi, 2018, p. 13).

O regime financeirizado do capitalismo exacerbou sua lógica fundante de ser um extrator voraz, "automatizado", de busca, a todo custo, da extração de rendas diversificadas, não apenas aquelas ligadas mais diretamente aos direitos garantidos pela posse de títulos. O movimento sistêmico se apropria e coloniza rendas, capitaliza-as e busca criar novos horizontes de valorização dos capitais e forma, formata ou renova mercados variados, alguns inéditos. Também utiliza novos aparatos, instrumentos, mecanismos para o seu avanço evolutivo a fim de avançar em seus dispositivos calculativos orientados pela lógica fictício-financeira.

Operações das atividades econômicas, lógicas, cálculos, práticas e intercâmbios são crescentemente mediados por dispositivos e tecnologias digitais, comandados por grandes conglomerados de TICs e Big Techs. Também os dados pessoais estão sendo transformados em ativo, tomando a forma de capital-informação que gera renda informacional absoluta. Essa nova forma de capital vem se juntar ao capital-conhecimento, capital-marca, capital logístico-financeiro, além dos já conhecidos capital portador de juros e capi-

tal fictício. A partir do desenvolvimento dessa nova morfologia dos capitais "grande parte do valor novo criado na esfera da produção material ou do valor que se encontra na esfera da circulação é capturado por essas frações do capital não na forma do lucro propriamente dito, mas, principalmente, como distintas modalidades de renda". O controle da propriedade de bens intangíveis e da renovada mercadoria fictícia conhecimento (Jessop, 2005) por parte dos países centrais imprimem novas feições aos estruturais processos de "dominação que fazem a história latino-americana", indutores de diferentes ritmos e formas das relações de dependência (Castells, 1973). Variadas formas capitalistas, cuja circulação dão suporte à captura de rendas, evoluem celeremente em ambiente inovacional inédito: patentes da indústria farmacêutica e direitos de propriedade intelectual (copyright) sobre softwares; direitos de propriedade intelectual sobre marcas registradas; dados pessoais e algoritmos, dentre muitos outros. Ultrapassa-se, assim, aquele anterior extrativismo restrito aos especializados e enclavados sítios de extração, ligados às atividades primário-exportadoras e se avança no controle de mercadorias-conhecimento.

Desta maneira, abre-se um horizonte para um amplo programa de pesquisas que possa discutir o processo de urbanização dependente nesta *conjuntura geoeconômica do capitalismo rentista-extrativista de plataforma*, em que se desenvolve um novo modo de coordenação social, econômica e institucional, sob uma lógica de informações algorítmicas, dominadas por poderosos atores Big Techs, em que as interações mercantis-financeiras e socioespaciais são mediadas por dispositivos e tecnologias digitais. Há uma crescente plataformização da extração de rendas variadas (circulatórias; informáticas; de propriedade minerária, fundiária, imobiliária, de marcas etc.), capitalizando-as. Não mais necessariamente com encontros face a face em pontos físicos e fixados no espaço. Essa nova modalidade de conjugar e concatenar pessoas e negócios revela variadas dimensões e ingredientes econômicos, sociais, institucionais e tecnológicos que fornecem os elementos para a consecução da captação e capitalização agilizadas de rendas, que são extraídas e acumuladas em variadas frentes de acumulação. A plataforma realiza, através de sistemas digitais, as mediações adequadas

para as operações calculativas que o sistema requer, provendo os aparatos tecnoeconômicos para a formação de novos mercados e para a reformatação dos mercados existentes e em operação.

Esses processos não podem ser apartados do movimento mais geral do processo de neoliberalização, enquanto modo diligente de abertura e expansão de lógicas pró-mercado.Esse, visto como uma dinâmica ativa de imposição e restauração cíclica e de recomposição das forças mercadejantes, não apresentando apenas uma agenda negativa e destruidora (de "ir contra" o Estado), mas se apresentando também como criativo, resiliente, plástico, recondicionante, reposicionante e "construtivo", ou seja, capaz de promover uma agenda "positiva", no sentido de ativar, de montar e remontar novas instituições, e não apenas destruir as existentes, como talvez seja o senso comum ou a maioria dos discursos políticos antineoliberalização. Assim, os territórios jazem hoje imersos na mercadejação ou marquetização radical e na voracidade caótica da crise multidimensional contemporânea.

Em (sem) conclusão

Nesta terceira década do século XXI o capitalismo se encontra em uma crise plural e multidimensional. Este capítulo ensaístico e exploratório pretendeu contribuir para alinhavar algumas questões que exigem uma ampla agenda coletiva de reflexões que permita, em aproximações consecutivas, avançar na construção de algumas das principais mediações teóricas e históricas para o melhor entendimento da dinâmica expansiva e contraditória do capitalismo e do papel de sua periferia dependente no contexto dos jogos geopolíticos, geoeconômicos e geoculturais mundiais.

Nessa periferia latino-americana se constituiu há sete décadas um lócus de enunciação teórica e denúncia política da situação de dependência e da unidade contraditória desenvolvimento-subdesenvolvimento no contexto do capitalismo mundial.

Lembramos que o capitalismo apresenta ao longo de seu percurso evolutivo transformações em suas macroestruturas, ao mesmo tempo em que mantém e aprofunda suas lógicas intrín-

secas e suas determinações essenciais mais gerais. Destacamos os processos de expropriação, exploração e extração, dando mais destaque a este último. Seguindo uma literatura contemporânea instigante que ampliou o conceito de operações extrativistas foi possível apontar algumas das principais tendências sistêmicas da conjuntura. Tais operações estão cada vez mais interligadas, conformando um complexo econômico e socioespacial dotado de uma coerência estruturada que abrange as operações dos capitais agrários, minerários, industriais, financeiros, informáticos que estão orientados pela captura e capitalização de rendas variadas (fundiárias, imobiliárias, minerárias, logísticas, mobiliárias, de juros, de marcas, de patentes, de dados, dentre muitas outras). Com o processo de financeirização, há a condução, a invasão e a prevalência da lógica patrimonial, especulativa e fictícia de valorização, a qual exerce um poder predominante na orientação da avaliação e da gestão geral, sobrepondo a lógica rentista e o extrativismo de rendas a todos os outros movimentos das diversas frações e operações do capital.

Recentemente, em toda a América Latina, com destaque para o Brasil, por conservadorismo político e pelo servilismo arraigado de suas elites, se enraíza uma taxa de crescimento próxima de zero, muito distante de uma acumulação reprodutível e de um alargamento dos horizontes de oportunidades. Ao mesmo tempo, breves e instáveis surtos, dotados apenas de dinamismos momentâneos e localizados sob a forma de miniciclos interrompidos de crescimento se tornam cada vez mais frequentes e pior, baseados na depredação e expropriação de sua riqueza de recursos naturais e no sacrifício, na privação e no sofrimento material de sua vulnerável população.

Entendemos que o resgate criativo e renovado do pensamento estruturalista crítico latino-americano, bem articulado com as contribuições da economia política, da geopolítica internacional e da geografia histórica desigual do capitalismo, pode apresentar grande potencial de apreensão e transformação teórica e analítica de nossa realidade. Amplas potencialidades se encontram disponíveis hoje de reconstrução teórico-metodológica crítica, que poderiam informar e estruturar disputas políticas em torno das ações sociais no ambiente construído, informando movimentos

contestatórios e/ou a orientação de políticas públicas democráticas por maior justiça socioespacial.

Seria preciso se debruçar na atualidade sobre a unidade contraditória desenvolvimento-subdesenvolvimento e pensar o processo de dependência de um prisma relacional e situado, a partir da posicionalidade concreta da América Latina, buscando apreender em todas suas dimensões e escalas espaciais a sua inserção subordinada no contexto do capitalismo em mutação. Trata-se de um programa coletivo de pesquisas, como o proposto neste livro, que pretende discutir as especificidades da produção social do espaço e da urbanização periférica e busca ultrapassar as contenções disciplinares e os individualismos acadêmicos para pensar (e agir) no Brasil e na América Latina, com soberania, democracia e justiça socioambiental. Não resta dúvida que as problemáticas da urbanização dependente e das tensões e possibilidades de construção de uma outra ordem urbana que coloque a substancialidade da vida humana e não-humana à frente dos negócios privados são cruciais nesta conjuntura de transição que estamos presenciando.

CAPÍTULO 5

Dependência e produção do espaço no Brasil

Igor Pouchain Matela

O sistema mundial capitalista é formado pelo conjunto de suas unidades político-territoriais particulares: os Estados e suas respectivas economias nacionais. Trata-se, portanto, de um sistema interestatal. Na medida em que alguns Estados têm maior capacidade – econômica, política, militar – de exercer seu poder e de impor seus interesses a outros Estados, esse sistema é fundamentalmente hierárquico e assimétrico.

Dentro dessa estrutura hierárquica e para cada momento histórico, podemos distinguir, pelo menos, centros e periferias. De um lado, identificamos países que se constituem como centros da economia mundial, ou seja, que são os centros dinâmicos que lideram a acumulação de capital em nível sistêmico. Os agentes empresariais e governamentais dos países centrais conseguem exportar seus capitais excedentes, via de regra, para os países periféricos. Com esse movimento, esses agentes tendem a comandar as formas de investimento e, mais importante, os retornos aumentados que esse capital investido no exterior proporciona, de forma a capturar os excedentes que são produzidos na periferia. Por outro lado, nos países periféricos a acumulação de capital está condicionada por agentes externos, o que subordina o desenvolvimento econômico desses espaços a interesses e temporalidades alheias. Além disso, parte do valor produzido nesses países é transferido de diferentes formas para os agentes dos países centrais. Essa rela-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_005

ção típica entre os países centrais e os países que constituem suas periferias é o que, em linhas gerais, define as relações de dependência.

A forma de exportação de capitais excedentes em busca de valorização dos países centrais para os periféricos, o modo de absorção desses capitais nos países periféricos e as formas de transferência de valor dos países periféricos para os centrais são historicamente determinados e vão definir a acumulação de capital em ambos os lados da relação. É nesse sentido que, para os países envolvidos, as relações de dependência fazem a mediação entre o todo e as partes, quer dizer, entre o modo de funcionamento do sistema mundial capitalista e o desenvolvimento particular dos Estados-economias nacionais. Em outras palavras, as relações de dependência vão mediar a acumulação capitalista no nível sistêmico com os processos específicos que essa acumulação vai assumir nas formações socioespaciais particulares, dominantes ou dependentes.

Uma vez que os processos de produção do ambiente construído estão fundamentalmente vinculados à acumulação de capital, ou melhor, dado que a produção do espaço é um momento intrínseco da acumulação capitalista, conclui-se que, para compreender os processos de produção do espaço numa formação socioespacial periférica, faz-se necessário descrever as formas específicas de dependência que se estabelecem a cada momento histórico.

Neste capítulo, portanto, pretendemos demonstrar como as formas de dependência estabelecidas pelas relações do Brasil com os países centrais estiveram associadas, em cada momento, com determinados padrões de produção do espaço. Para isso, iremos propor uma releitura da formação do espaço brasileiro, iniciando no final do século XIX e chegando até os dias atuais. Antes disso, porém, é necessário explicar como as diferentes fases da acumulação capitalista em sua longa duração histórica determinam, em linhas gerais, os padrões de produção do espaço.

Padrões de produção do espaço no desenvolvimento histórico do capitalismo

A produção do espaço é um momento indissociável e inerente ao processo de acumulação capitalista. A construção teórica dessa formulação talvez seja a principal contribuição de David Harvey (2005; 2013) para a teoria marxista. Seguindo sua forma de apresentação, separamos o processo geral de acumulação em três recortes diferentes: i) a acumulação capitalista no circuito primário, ou seja, o circuito de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias; ii) os ajustes temporais da acumulação capitalista; e iii) os ajustes espaciais da acumulação capitalista.

O primeiro recorte na teoria da acumulação descreve o processo de produção de valor através da produção e realização de mercadorias. Nos marcos do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas tende a entrar recorrentemente em contradição com as relações sociais nas quais esse modo de produção está fundado. Dito de outra maneira, na medida em que há uma tendência geral de aumentar a proporção dos meios de produção de mercadorias em relação à força de trabalho empregada (aumento do capital constante em relação ao capital variável), isso terá como consequência uma desproporção entre a quantidade de valor produzido na forma-mercadoria e a capacidade de realização desse valor por meio da venda no mercado (a demanda agregada não acompanha a capacidade produtiva).

Essa contradição fundamental entre a produção e a realização, inerente ao desenvolvimento capitalista, irá levar, em algum momento, a uma situação na qual o mais-valor crescentemente produzido não encontrará novas oportunidades de reinvestimento lucrativas. Temos aqui, em poucas linhas, a descrição de uma crise de superacumulação de capitais. Crise que resulta numa situação de interrupção do movimento de valorização do valor e que pode se manifestar de diferentes formas: abundância de mercadorias produzidas; estoques excedentes, capacidade de produção ociosa; capital monetário excedente; aumento do desemprego; queda da taxa de lucro etc.

Para contornar o problema da superacumulação de capitais no circuito primário é necessário encontrar, fora desse circuito, meios para absorver lucrativamente o capital excedente. Uma primeira alternativa é o deslocamento temporal – ajuste temporal – desse capital, ou seja, usar os excedentes superacumulados para investimentos de longo prazo, retirando-os da circulação imediata e contornando o problema do capital excedente ocioso.

Uma das formas mais propícias para o emprego dessas grandes quantidades de capital é o investimento na produção de capital fixo, especialmente aquele incorporado na terra (instalações produtivas, meios de transporte, de comunicações, de geração de energia etc.). Esse investimento resulta na produção capitalista de espaço, uma vez que ele produz e modifica o ambiente construído. Quando bem-sucedidos, tais investimentos promovem tanto a aceleração do tempo de rotação do capital quanto uma produtividade aumentada no circuito primário. Por outro lado, tendem a gerar, com o tempo, uma quantidade também aumentada de capital excedente em função da contradição permanente entre produção e realização acima mencionada. Então, outras rodadas de investimentos de longo prazo podem suceder, acompanhadas de novos aumentos de produtividade e de maior aceleração da rotação do capital. Assim, o desenrolar desse processo gera fases de crescimento autossustentado do desenvolvimento capitalista, na medida em que a expansão das forças produtivas e a acumulação de capital entram num círculo virtuoso.

> Nesse caso, há a possibilidade de se obter equilíbrio dinâmico, em que os excedentes são absorvidos na criação de infraestruturas físicas e sociais que facilitam a criação de excedentes adicionais. Tal forma "espiralada", acredito, é responsável pelas fases do desenvolvimento capitalista em que o crescimento interno parece autossustentável. Com certeza essas fases também se caracterizam pela transformação massiva das estruturas de emprego, pois a produtividade crescente na produção básica se realiza pela absorção crescente dos excedentes na produção e na manutenção das infraestruturas sociais e físicas (Harvey, 2005, p. 137).

Essas fases, entretanto, não podem se manter indefinidamente. Em algum momento, o desenvolvimento crescente das forças produtivas produzirá uma quantidade tal de capital excedente que não encontrará meios de ser lucrativamente reinvestida.

Uma outra maneira de retirar o capital superacumulado do circuito primário é através dos deslocamentos espaciais – ajustes espaciais –, isto é, exportar o capital excedente para investimentos em outros espaços. Dessa maneira, o capital superacumulado em um determinado lugar pode ser absorvido lucrativamente em outro lugar onde não estejam presentes as condições críticas de superacumulação. Essa exportação de capitais pode se dar como capital-mercadoria, através do comércio exterior; como capital monetário, através do empréstimo de dinheiro ou de aplicações financeiras; ou como capital produtivo, por meio do desenvolvimento de novas forças produtivas em outros países e regiões do mundo.

Até esse ponto, a formulação teórica de Harvey (2013) da produção do espaço como momento inerente ao processo de acumulação capitalista se encontra num alto nível de abstração, não incorporando na abordagem a dimensão do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema histórico. Por isso, a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação se constitui numa contribuição fundamental para enriquecer nosso quadro de análise.

Os ciclos sistêmicos de acumulação, conforme formulados por Giovanni Arrighi (2012), partem da constatação de que o desenvolvimento do capitalismo em sua longa duração histórica pode ser decomposto em estágios sucessivos de recorrência – dos padrões de acumulação – e evolução – da escala, das estruturas e da organização do sistema mundial capitalista.

Ao longo da história do capitalismo são identificados quatro ciclos, cada um deles nomeado de acordo com os agentes governamentais e empresariais hegemônicos que lideraram a expansão do sistema: i) o ciclo ibero-genovês, de meados do século XV ao início do século XVII; ii) o ciclo holandês, da metade do século XVII ao final do século XVIII; iii) o ciclo britânico, do século XIX até o início do século XX e; iv) o ciclo norte-americano, de meados do século XX até a expansão financeira atual.

Os ciclos são formados por duas fases típicas: uma fase de expansão material (quando a acumulação capitalista é liderada pelas atividades comerciais e produtivas) e uma fase de expansão financeira (quando a acumulação se desenvolve por meio das negociações de crédito, dinheiro e títulos de propriedade). Cada fase apresenta, assim, um modo característico de funcionamento do capitalismo. Independente da fase em questão, a acumulação de capital é permeada pela competição entre unidades político-territoriais em disputa pela expansão de poder, que utilizam, para isso, tanto estratégias capitalistas (instrumentos econômicos) quanto estratégias territoriais (instrumentos político-militares) para alcançar seus objetivos.

A teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação procura descrever e periodizar o processo de formação e expansão do sistema mundial interestatal capitalista, de suas origens até os dias atuais, como um processo contínuo, marcado, porém, por rupturas e recorrências.

Os ajustes espaço-temporais nos ciclos sistêmicos de acumulação

Após essa breve apresentação, podemos delinear como para cada fase de um ciclo sistêmico de acumulação há um padrão de produção do espaço correspondente. Isso porque esses padrões obedecem aos princípios gerais do modo de funcionamento do capitalismo nas respectivas fases do ciclo de acumulação, sejam elas dominadas pela produção e reprodução ampliada de valor, sejam elas dominadas pela apropriação do valor existente e futuro – por intermédio da criação ampliada de capital fictício.

Durante as fases de expansão material da economia mundial, a acumulação capitalista é impulsionada pelo investimento recorrente nas atividades comerciais e produtivas. Dessa forma, a valorização do capital se dá predominantemente com base na produção e troca de mercadorias. Os lucros obtidos nessas atividades são, então, aí reinvestidos para a ampliação e aprofundamento dessas mesmas atividades na medida em que elas são a melhor forma de dar continuidade à expansão da acumulação de

capital. Essas fases do desenvolvimento capitalista correspondem aos momentos em que os ajustes espaço-temporais dos capitais excedentes se encontram num círculo virtuoso e promovem um crescimento autossustentado e conjunto das forças produtivas e da acumulação capitalista.

Os ajustes temporais, que vão fundamentalmente formar o capital fixo, as infraestruturas imobilizadas na terra e produzir espaços mais modernos, estão voltados a proporcionar aumentos de produtividade e a aceleração do tempo de rotação do capital. É importante lembrar que os ajustes temporais demandam o funcionamento de um sistema de crédito e a emissão de capital fictício em contrapartida aos capitais adiantados para investimentos futuros. Entretanto, uma vez que esses investimentos se realizam, as dívidas são pagas e o capital fictício sai de circulação, de modo que as finanças funcionam como um apoio às atividades materiais, ou seja, o capital produtivo comanda a lógica da acumulação.

Os ajustes espaciais, por sua vez, vão expandir o modo de produção capitalista, o comércio internacional e as redes financeiras para outros espaços nacionais, ampliando o mercado mundial e criando, nesse movimento, espaços periféricos associados aos centros em expansão e que tendem à complementariedade em relação às economias centrais.

Esses movimentos beneficiam, antes de tudo, os principais centros da economia mundial, que se aproveitam de um período de desenvolvimento contínuo e relativamente estável da acumulação capitalista por uma via de desenvolvimento estabelecida. Enquanto a expansão material proporcionar rendimentos crescentes, os principais centros do sistema mundial mantêm uma relação de cooperação mútua, atuando com relativa colaboração entre si e respeitando certa divisão geográfica e funcional das atividades no comércio mundial, uma vez que o desenvolvimento de um centro apoia e favorece o desenvolvimento geral e dos outros centros

Nessas fases, os padrões de produção do espaço estarão vinculados, em linhas gerais, aos aumentos de produtividade. O objetivo da formação de capital fixo é, prioritariamente, desenvolver as condições gerais de produção, isto é, desenvolver de forma ampliada as condições de produção, circulação, troca e consumo

de mercadorias, assim como de reprodução da classe trabalhadora. Para isso, os espaços tendem a ser racionalizados e planejados pelos Estados em função das demandas produtivas de suas economias. Há um sentido de unidade no tratamento dos territórios nacionais. Em suma, nas fases de expansão material, o espaço é um marco, um suporte, da acumulação de capital.

Contudo, na medida em que a acumulação prossegue, vão se restringindo as possibilidades de investimentos com retornos lucrativos pela via de desenvolvimento estabelecida. A expansão do comércio e da produção não é ilimitada. A massa de capital excedente, em crescimento exponencial, não pode ser absorvida indefinidamente por meio de configurações produtivas. Em algum momento, esse processo chegará a uma condição de superacumulação sistêmica de capitais – quando os canais de investimento se esgotam no âmbito da economia mundial como um todo, para todos os principais centros de acumulação.

Nesse contexto, aumentam as pressões competitivas em torno das possibilidades de expansão e de reinvestimento dos capitais excedentes. Os centros dinâmicos de acumulação capitalista começam a disputar entre si os mercados, os canais de comércio e os setores produtivos ainda lucrativos. A cooperação entre esses centros, que era a base da relação entre eles, transforma-se gradativamente em uma competição intercapitalista e interestatal pelos espaços e esferas de acumulação. As taxas de lucro tendem a cair.

A crise de superacumulação expressa uma contradição inescapável do desenvolvimento material capitalista: uma contradição entre os fins e os meios da acumulação de capital. Aquela entre o desenvolvimento das forças produtivas e a 'autoexpansão' do capital, o impulso permanente pela acumulação como um fim em si mesmo (ou a 'acumulação pela acumulação' nos termos de Marx). Durante as fases de expansão material, o meio mais efetivo para a 'autoexpansão' do capital é o reinvestimento constante no desenvolvimento das forças produtivas. Esse quadro muda nas condições críticas de superacumulação, quando a continuidade da expansão material deixa de ser o melhor caminho. A acumulação capitalista precisa continuar por outros meios.

Historicamente, defrontados por momentos como esse, uma parcela crescente dos agentes capitalistas tendeu a recuar de seus investimentos materiais e a manter seus capitais excedentes na forma-dinheiro. Aproveitando-se de sua posição de comando nas redes de trocas internacionais, os agentes que lideraram a economia mundial em cada ciclo perceberam o melhor momento de se retirar da competição exacerbada no comércio e na produção e se especializaram em atividades em que puderam exercer um relativo controle monopólico e restaurar suas taxas de lucro. Essas atividades foram o comércio de dinheiro, a intermediação monetária, a negociação de direitos de todos os tipos etc. Isto é, esses agentes se especializaram nas altas finanças. Essas atividades se caracterizam por não criarem valor novo, mas, antes de tudo, por uma acumulação por apropriação do valor existente. Uma 'solução' para a crise que evita reforçar a acumulação na produção e no comércio mundiais, mas que tende, com o tempo, a criar uma superacumulação de capital fictício. É o alvorecer de uma fase de expansão financeira.

Durantes as fases de expansão financeira da economia mundial, a acumulação capitalista é realizada predominantemente por meio da negociação de títulos, dívidas, direitos, propriedades, enfim, por meio dos mercados de capitais fictícios. Dessa forma, a acumulação está baseada, prioritariamente, na crescente apropriação de valor. Nessas fases, esse é o meio mais efetivo para a 'autoexpansão' do capital, dado que, sob uma condição de superacumulação crônica, a expansão da produção de valor novo encontra-se restringida. Portanto, na medida em que os rendimentos capitalistas estão cada vez mais vinculados à extração de valor através da propriedade de ativos comercializáveis nos mercados secundários, as fases de expansão financeira caracterizam-se também por um modo rentista de acumulação capitalista.

Estando num contexto de superacumulação crônica e sistêmica, os agentes capitalistas continuam pressionados pela necessidade crescente de reinvestimento lucrativo de seus capitais excedentes. Os ajustes espaço-temporais não podem parar. Os ajustes temporais tornam-se mais especulativos. O volume aumentado de capital excedente que precisa ser adiantado faz com que os

investimentos de longo prazo em capital fixo sejam cada vez mais arriscados tanto por assumirem prazos mais distantes no futuro quanto por assumirem maiores riscos em relação à possibilidade de serem exitosos.

Como contrapartida do adiantamento dos capitais deslocados para investimentos de longo prazo, uma grande quantidade de capital fictício é criada. Esse capital fictício tende a perder a conexão com o valor que é criado por intermédio da produção material, do trabalho vivo. Uma desconexão que leva a um processo de autonomização das finanças, uma forma de acumulação de capital que se fetichiza e se desvincula do trabalho humano. Como o capital fictício reivindica o valor que será produzido com o trabalho futuro, a sua lógica especulativa passa a comandar o trabalho presente, de forma que a situação apontada durante as expansões materiais se inverte: agora é a racionalidade financeira que irá determinar e subordinar as formas de investimento produtivo.

Os ajustes espaciais tornam-se mais conflituosos. Há uma intensificação da competição intercapitalista que acaba trazendo consigo a intensificação das disputas interestatais. Isso porque as unidades político-territoriais, que são centros dinâmicos da acumulação no sistema mundial, irão lutar entre si para exportar seus capitais excedentes em direção aos espaços onde estejam as oportunidades mais lucrativas. Essa competição significa uma disputa por novos espaços ainda disponíveis para a expansão capitalista, mas, sobretudo, por espaços já ocupados por algum centro de acumulação. Assim, a relação entre os centros capitalistas no sistema mundial se transforma: de uma relação de complementaridade para uma relação de concorrência na qual todas as armas podem entrar no jogo – inclusive a guerra.

No que se refere aos padrões de produção do espaço, eles estarão, nas fases de expansão financeira, mais voltados para a captura de rendas ou, de maneira geral, para a apropriação de excedentes. Quer dizer, nesse momento, os investimentos no ambiente construído visam, antes de tudo, produzir uma coleção de ativos geradores de renda. Nesse sentido, esses

investimentos assumem um caráter especulativo, pontual, o que favorece um processo de fragmentação do espaço, de especialização territorial e de quebra dos vínculos econômicos no interior dos territórios nacionais, que se tornam menos integrados e mais heterogêneos. Cada fração do território tende a buscar suas próprias conexões com a economia mundial e processos como "guerra de lugares" e o reescalonamento do poder dos Estados emergem com força. Nos espaços urbanos, isso se traduz também numa maior segregação e desigualdade espacial. Nessas fases, portanto, o espaço converte-se em um objeto da acumulação de capital.

Formas históricas da dependência e padrões de produção do espaço no Brasil

Como podemos compreender e especificar os padrões de produção do espaço – até aqui definidos de forma geral – para um caso concreto, numa formação socioespacial particular do sistema mundial capitalista? Para começar, devemos ter em mente que as formas assumidas pelas relações entre o conjunto dos Estados, assim como entre um Estado central e seus Estados periféricos, são diretamente condicionadas pelo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo. Vimos que as fases de expansão material e financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação determinam, em grande medida, esse modo de funcionamento, e que, por envolverem aspectos de recorrência e evolução, esses ciclos, apesar de terem características básicas semelhantes, não são meras repetições uns dos outros. Assim, a análise histórica e dos agentes implicados no processo é condição necessária para o estudo dos casos concretos.

Quando tratamos de Estados centrais e periféricos que estabelecem uma relação de dependência, devemos, por um lado, analisar as formas pelas quais os centros dominantes exportam seus capitais e expandem seu poder em direção às suas periferias, mas por outro lado, é fundamental também entender as formas específicas como cada formação socioespacial dependente lida com essa relação, como absorve os fluxos de capitais, como a acumulação capitalista aí se desenvolve, como se associa às determinações emanadas dos

países dominantes. Enfim, cada caso irá assumir características próprias em função das mediações realizadas por cada formação social.

Nesse sentido, devemos lembrar que o Brasil, enquanto Estado independente politicamente, já surge periférico e dependente em relação à centralidade da hegemonia inglesa no século XIX. Esse fato é destacado, por exemplo, por Quijano ([1968] 1978), que, se referindo de modo geral às formações sociais latino-americanas, aponta que elas se caracterizam por uma "dependência histórica", uma vez que, ao serem fundadas a partir de relações de subordinação colonial, já nascem como fruto da expansão do sistema mundial capitalista centrado na Europa. Para essas sociedades, a dependência é, portanto, um elemento constitutivo e fundante.

> a problemática total do desenvolvimento histórico das nossas sociedades está afetada radicalmente pelo fato da dependência. Isto não é um dado externo de referência, mas sim um elemento fundamental na explicação da nossa história: não se trata de sociedades com uma legalidade histórica autônoma, que, em consequência de uma sujeição posterior à dominação externa, são obrigadas a reajustar seu comportamento em função das exigências dos dominadores; ao contrário, a legalidade total dessas sociedades é dependente e o seu comportamento não é uma submissão a uma imposição externa, mas sim uma correspondência interna às leis gerais do sistema de dominação em seu conjunto, especificadas, porém, por múltiplos elementos de intermediação e singularização (Quijano, [1968] 1978, p.19-20).

É por isso que, conforme as relações de poder nos centros capitalistas se transformam, transforma-se também as formas das relações desses centros com as sociedades dependentes e, por sua vez, as próprias estruturas internas de poder nessas sociedades.

Esse argumento é reforçado por Fiori (2000), que afirma que no contexto da segunda metade do século XIX é que – como resultado da expansão europeia, impulsionada pela centralização do capital e pela escalada da competição interimperialista – a América Latina em geral e o Brasil em particular consolidam

sua posição periférica e de dependência da hegemonia inglesa. Uma posição que adquire um caráter de permanência ao longo dos períodos históricos subsequentes. Essa inserção subordinada coloca o Brasil e a América Latina numa posição coadjuvante e relativamente passiva frente às inflexões político-econômicas no sistema mundial. O que não evita que, no entanto, tais inflexões impactem profundamente as nossas formações sociais.

Portanto, as grandes transformações no sistema mundial capitalista, associadas tanto às mudanças das fases dos ciclos sistêmicos de acumulação quanto às mudanças das hegemonias e dos modos de dominação interestatal, têm um papel determinante na configuração das formas históricas das relações de dependência. De modo que, para cada fase do desenvolvimento histórico do sistema mundial, temos um modo sistêmico de funcionamento do capitalismo, uma forma predominante de relação de dependência entre os centros e suas periferias, além de padrões gerais de produção do espaço que vão condicionar os padrões específicos, concretos, que irão se desenvolver em cada unidade político-territorial. Por isso, compreender as formas históricas das relações de dependência, seus mecanismos de transferência de valor, seus determinantes sistêmicos e os processos desenvolvidos pelos agentes internos é de importância fundamental para compreender a formação socioespacial brasileira em sua longa duração, desde suas origens como Estado partícipe do sistema mundial até os dias atuais.

A seguir, buscamos apresentar de forma resumida a análise dessas relações para o caso brasileiro ao longo da sua história como Estado integrante do sistema mundial capitalista, destacando, para os objetivos deste texto, as formas de dependência e os padrões de produção do espaço. Para cada período, identificamos o principal mecanismo de transferência de valor e, a partir dessa identificação, definimos e nomeamos cada uma das formas históricas da dependência no Brasil.

Dependência rentista-extrativista (1870-1930)

Por volta de 1870 o sistema mundial sofre uma importante inflexão. A economia mundial e as relações interestatais passam por transformações fundamentais. A intensificação da competição inter-

capitalista e interestatal, especialmente entre a potência hegemônica britânica e os Estados industrializados em ascensão – Alemanha e Estados Unidos –, tem como consequência, por um lado, um longo período de estagnação econômica global que rebaixou as taxas de lucro – a Grande Depressão de 1873 a 1896 – e, por outro lado, uma escalada da luta interimperialista, com a expansão neocolonial e a disputa por áreas de influência e domínio na periferia mundial. Esses eventos sinalizam o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação centrado na Grã-Bretanha.

A partir de então, os agentes capitalistas britânicos, mais bem posicionados nas redes de trocas internacionais, gradativamente se retiraram da competição comercial, mantendo seus fluxos de capital na forma líquida e se especializaram na intermediação monetária. Por meio de seu poderoso mercado financeiro, localizado na *City* londrina, esses agentes coordenaram os investimentos de capitais excedentes em parte significativa do mundo, o que lhes conferiu um poder extraordinário sobretudo sobre os Estados periféricos. Conforme ressaltou Polanyi ([1944] 2012),

> A finança (...) agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. (...) os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e a evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Essa máxima bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente (...). O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da *City* de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes, a *Pax Britannica* mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais frequentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional (Polanyi, [1944] 2012, p. 15).

No Brasil, apesar de os estudos clássicos sobre a dependência apontarem para uma relação de 'troca desigual' no comércio exterior, o principal mecanismo de transferência de valor no período era a drenagem rentista-financeira. Isso porque o Brasil, assim como a grande maioria dos países periféricos de então, apresentava um grande e recorrente déficit de serviços, o que levava a uma necessidade crônica de importação de capitais para financiar suas contas correntes e fazer a rolagem de seus passivos externos (B Bastos, 2008). Dessa forma, mesmo com o crescente superávit comercial alavancado pelas exportações de café, o país dependia da entrada de fluxos de capitais externos, via de regra por meio de emissões de dívidas, para equilibrar a balança de pagamentos e manter seu crédito internacional (Figura 1). O agravamento dessa situação na década de 1890 conduziu a uma "crise da dívida externa" generalizada na periferia mundial, que foi marcada no Brasil pela crise do Encilhamento.

Figura 1 – Estimativa Preliminar para o Balanço de Pagamentos do Brasil (1876-1897) (Em milhares de libras)

Anos	Exportações[a]	Importações[a]	Balança Comercial[a]	Saldo de Serviços[b]	Transações Correntes	Conta Capital[c]	Saldo Global
1876	20.573	16.504	+4.069	−4.404	−335	+1.567	+1.232
1877	19.063	16.728	+2.335	−4.186	−1.847	+1.789	−58
1878	19.508	15.631	+3.877	−4.245	−368	−265	−633
1879	19.789	15.454	+4.335	−4.002	−333	−560	−227
1880	21.249	16.529	+4.720	−4.048	+672	+1.492	+2.164
1881	19.138	16.621	+2.517	−4.244	−1.727	+920	−807
1882	17.378	16.782	+596	−4.283	−3.687	+1.146	−2.541
1883	19.493	18.187	+1.306	−4.609	−3.303	+10.195	+6.892
1884	19.504	15.381	+4.123	−4.665	−542	−99	−641
1885	15.110	15.306	−196	−4.079	−4.275	+244	−4.031
1886	20.502	16.120	+4.382	−5.028	−646	+6.857	+6.211
1887	11.703	9.690	+2.013	−4.521	−2.508	+4.673	+2.165
1888	21.714	19.724	+1.990	−5.247	−3.257	+21.141	+17.884
1889	28.552	24.002	+4.550	−5.276	−726	+11.189	+10.463
1890	26.382	24.019	+2.363	−6.816	−3.753	+273	−3.480
1891	27.136	25.565	+1.571	−7.610	−6.039	+39	−6.000
1892	30.854	26.302	+4.552	−6.755	−2.203	−1.466	−3.669
1893	32.007	26.215	+5.792	−7.601	−1.809	+3.536	+1.727
1894	30.491	27.145	+3.346	−7.335	−3.989	+363	−3.626
1895	32.586	29.212	+3.374	−7.121	−3.747	+6.044	+2.297
1896	28.333	27.880	+453	−7.731	−7.278	+7.275	−3
1897	25.883	22.990	+2.893	−8.170	−5.277	+5.254	−23

[a] Os dados de 1876 a 1886 referem-se ao ano fiscal; os de 1887 referem-se somente ao segundo semestre; e a partir de 1888 os dados são relativos ao ano que vai de janeiro a dezembro.
[b] Alguns dados de acordo com o ano fiscal, outros não. Veja-se tabela A.3
[c] Dados correspondentes ao ano de janeiro a dezembro.

Fonte: Extraído de Franco (1983).

Ou seja, o caráter primário-exportador e extrativo da economia brasileira se desenvolveu no período como uma resposta à necessidade crescente de obtenção de divisas internacionais para fazer frente à transferência de valor realizada por meio dos mecanismos financeiros (juros, dividendos, pagamentos de seguros etc.), dentre as quais se destacava o serviço da dívida externa. Na medida em que esses mecanismos se referem ao pagamento por direitos de propriedade (de títulos, ações, capital etc.), podemos os definir de forma genérica como uma captura de rendas. Assim, a 'troca desigual' pela via do comércio internacional deve ser entendida como um mecanismo secundário de transferência de valor. Contudo, mesmo esse mecanismo deve ser entendido como uma captura de renda, uma vez que os produtos industrializados importados pelo Brasil incorporavam, junto a seu valor, uma renda de monopólio. Por isso, nessa fase, podemos caracterizar a forma histórica de dependência como uma dependência rentista-extrativista. Rentista por conta dos mecanismos de transferência de valor e extrativista pela inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários (o que marcava os traços mais gerais da formação social brasileira – a estrutura de classes, a estrutura fundiária, as especificidades do modo de produção e da força de trabalho etc.).

Os ajustes espaço-temporais no período foram caracterizados pela busca por rendimentos financeiros que levaram a investimentos crescentemente especulativos, especialmente na periferia.

A expansão das relações capitalistas impulsionou o processo de formação de mercados fundiários urbanos. De início no Rio de Janeiro e São Paulo, mas se difundindo em seguida para outras cidades. Um processo que, segundo Abreu (2001), promove a mercantilização da terra urbana através do surgimento de empresas capitalistas de promoção fundiária que comercializavam lotes de terra em associação com o capital bancário. De modo que "o que ocorreu de novo no final do século XIX – e nas grandes cidades – foi que ambas [terra e moradia] transformaram-se rapidamente em ativo financeiro"

(p. 36). Associado a isso, a economia urbana – com destaque para os setores de obras públicas e serviços – passou a ser o destino de capitais excedentes oriundos da intermediação mercantil do setor exportador de café, assim como de capitais estrangeiros, que adquiriram concessões públicas para a operação monopólica de serviços urbanos como transporte e energia (Ribeiro, 2015). Dessa forma, os espaços urbanos funcionaram como objeto de valorização de capitais especulativos que pressionaram pela mercantilização das cidades, com a identificação de setores onde a acumulação rentista seria realizada. Os investimentos tinham um caráter localizado, muitas vezes em projetos de embelezamento e renovação de espaços delimitados da cidade, sem que houvesse um sentido de planejamento abrangente para ela.

A economia concentrada em poucas cidades, com trocas externas mais relevantes que as trocas internas, constituía uma rede urbana sem um caráter nacional. Ao contrário, essa apresentava um viés bastante polarizado, internamente desconectado e concentrado no litoral. Isso porque "as especializações regionais em matérias-primas de exportação garantiam sua vinculação aos portos e ao mundo. Mas a busca de uma integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes" (Santos e Silveira, 2006, p. 38). Portanto, a hierarquia urbana existente estava mais condicionada aos aspectos político-administrativos, como a arrecadação de impostos.

No âmbito regional, os próprios investimentos em projetos ferroviários não estavam isentos de um forte caráter especulativo, seguindo a lógica de valorização do capital fictício. Parte considerável da lucratividade das ferrovias construídas no período estava relacionada ao momento da construção, por conta da captação de recursos nos mercados financeiros e dos subsídios governamentais oferecidos. Na maior parte das vezes, a incorporação das terras no entorno dos projetos era mais rentável do que o próprio empreendimento (Lanna, 2012).

Nesse contexto, o padrão de produção do espaço no período estava condicionado pela acumulação rentista. Os investimentos fragmentados criavam infraestruturas radiais, ligando as áreas

de produção primária aos portos, tendendo, dessa maneira, a reforçar o padrão de economias de arquipélago com uma rede urbana pouco desenvolvida e desintegrada. As principais cidades se desenvolviam em função das atividades financeiro-mercantis associadas à exportação-importação. Os espaços urbanos e regionais eram objeto de investimentos especulativos que seguiam uma lógica financeirizada, com intervenções urbanísticas pontuais que não tratavam as cidades como uma totalidade. A produção do espaço visava, antes de tudo, a extração de rendas.

Transição e enfraquecimento das relações de dependência (1930-1955)

Os cerca de 30 anos, entre as duas grandes guerras envolvendo as potências mundiais do século XX (1914 – 1945), pode ser considerado como um período de caos sistêmico, um momento em que a potência declinante já não tem mais condições de exercer sua liderança, mas uma nova ordem mundial e uma nova hegemonia tampouco se impuseram. Esse período de transição hegemônica no sistema mundial, que ganha força a partir da década de 1930, marcou também a passagem da fase de expansão financeira do ciclo britânico para a fase de expansão material do ciclo estadunidense. Um período que gradativamente enfraqueceu a Grã-Bretanha em sua posição de país central nas relações de dependência com a América Latina e com o Brasil, permitindo certo grau de autonomia relativa dos países da região, que puderam, em alguns casos, ensaiar projetos nacionais próprios, no interesse de seus grupos dominantes internos (Quijano [1968] 1978).

A Revolução de 30 instaura um novo bloco de poder no Brasil. O desenvolvimento industrial liderado pelo Estado é levado adiante como eixo material fundamental do projeto de formação da nação. Nesse contexto estão a criação da legislação trabalhista, a consolidação da burocracia estatal e o protagonismo do Estado na construção das indústrias de base. É nesse momento que Celso Furtado identifica um "deslocamento do centro dinâmico da economia", ou seja, é quando o comando do processo de acumulação

começa a se realizar internamente no país e as demandas domésticas passam a pautar o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse contexto, a economia nacional terá seu direcionamento e ritmo de desenvolvimento comandados pelo Estado e pela burguesia nacionais.

É, portanto, a partir desse período que o país impulsiona sua integração territorial. São Paulo começa a se destacar como metrópole econômica, com base num diversificado parque industrial. As necessidades da industrialização e da unificação do território levaram à extinção das barreiras alfandegárias interestaduais e aos esforços para a construção de uma rede integrada de transportes, começando pelas regiões sudeste e sul, que pudesse promover a circulação das mercadorias e da força de trabalho, indicando a formação de um mercado nacional.

Porém, encerrada a guerra, a situação sistêmica mundial muda. Os Estados Unidos emergem como potência capitalista hegemônica e – enquanto davam prioridade para os teatros centrais da disputa geopolítica na Europa e leste asiático – estabelecem uma nova diretriz para o desenvolvimento na América Latina.

Dependência industrial (1955-1979)

O fim da Segunda Guerra Mundial estabelece uma nova ordem mundial. Um mundo dividido entre duas "superpotências" militares – Estados Unidos e União Soviética – que iriam se confrontar pelos 45 anos seguintes na chamada Guerra Fria. O lado capitalista do sistema interestatal, hegemonizado pelos EUA, é organizado a partir dos objetivos da Doutrina Truman de contenção do poder soviético e desenvolvimento capitalista para o "mundo livre". Uma nova via de desenvolvimento baseada na produção fordista e nas políticas de viés keynesiano vai sedimentar o caminho para um novo ciclo sistêmico de acumulação. É o início da fase de expansão material liderada pelos Estados Unidos.

Nessa fase, tiveram papel de destaque as empresas multinacionais. Empresas com forte integração vertical, com sede nos países centrais – EUA, Europa Ocidental, Japão – e que se expandiram em direção a uma série de países por meio do estabeleci-

mento de suas firmas filiais. O poder monopólico/oligopólico de tais empresas foi tão expressivo no período que suas transações intrafirmas, ou seja, dentro de suas próprias estruturas corporativas, chegaram a alcançar 50% do comércio mundial no fim dos anos 1980 (Arrighi, 2012). Por meio do investimento direto produtivo em outros países, essas empresas conseguiam transferir setores inteiros de economias estrangeiras, especialmente na periferia, para o controle de agentes capitalistas sediados nos países centrais. Nesse período, a forma preferencial dos ajustes espaço-temporais em nível sistêmico passava pela atuação dessas empresas.

É associada a esse movimento, portanto, que se desenvolve a nova forma histórica de dependência no Brasil: uma forma, que chamamos aqui de dependência industrial, dado que estava fundada na abertura do mercado interno para a atuação das firmas multinacionais em setores produtivos importantes e de ponta da economia nacional, em que os capitais estrangeiros passaram a ter o controle produtivo e tecnológico. O mecanismo de transferência de valor típico foi dado pela remessa de lucros das empresas filiais para suas sedes. Desse modo, o processo de industrialização passa a ser comandado a partir do exterior, não mais pela burguesia e pelo Estado nacionais. Esse fato é destacado por Paulani (2013), que aponta que, durante essa fase, o Brasil é um destino preferencial dos capitais excedentes deslocados pelos países centrais. Processo que vai proporcionar a instalação de setores industriais avançados, que retornavam para a circulação internacional o excedente obtido internamente e que, em função de suas necessidades, determinavam o processo de acumulação nos setores mais dinâmicos da economia nacional.

Oliveira (1978) refere-se a esse momento como a "Restauração Kubitschek", porque, a partir do governo de Juscelino (1956-61), a economia brasileira é aberta aos ajustes espaço-temporais das economias centrais, mediante a participação do capital estrangeiro no processo de acumulação industrial no interior do espaço econômico nacional. Mais do que isso, as empresas multinacionais tiveram uma série de incentivos de todos os tipos, como mercados de atuação protegidos, fornecimento de insumos básicos

por meio das empresas estatais brasileiras, assim como incentivos fiscais. Em suma, o Estado brasileiro funcionou como potencializador da acumulação estrangeira privada. O que significou, antes de tudo, o fim do projeto nacional ensaiado a partir de 1930.

O impulso industrial renovado a partir do pós-guerra e, especialmente, a chegada dos investimentos estrangeiros, consolidam São Paulo como a grande metrópole e centro industrial do Brasil. A expansão da industrialização demandava um maior desenvolvimento dos transportes e das comunicações no sentido de integrar o país, ampliar o mercado interno e o alcance territorial da economia nacional. A industrialização era o eixo articulador do território e o desenrolar do processo levou ao surgimento de importantes cidades no interior do país.

> (...) a construção de Brasília, com suas interligações com o resto do território, juntamente com o Plano de Metas e as legislações destinadas a suprimir entraves ao intercâmbio entre estados, tiveram um papel importante na criação de certa unidade nacional, devido à superposição entre unificação do território e unificação do mercado (Santos e Oliveira, 2006, p. 252-3).

A unificação do território e dos mercados favoreceu a região mais modernizada do país, que pôde se impor competitivamente frente aos centros regionais em suas próprias áreas de influência. Isso conduziu a uma reconfiguração da rede urbana que passa então a refletir essas novas hierarquias com uma estrutura polarizada de tipo centro-periferia interna ao país. As antigas diferenciações regionais convertem-se definitivamente em desigualdades.

A promoção das condições gerais da acumulação industrial também determinou a produção do espaço urbano, mas de uma forma específica e diversa do que a luta de classes impunha nos países centrais. No período, os espaços urbanos serviram como elemento amortizador das contradições e conflitos do processo de industrialização e funcionaram como fronteiras abertas aos contingentes populacionais sem precedentes que eram expulsos do campo. Como forma de assentar essa grande quantidade de

migrantes, a terra foi parcialmente desmercantilizada nas periferias das cidades brasileiras (Ribeiro, 2018). Essa população, por sua vez, teve um papel indispensável na acumulação industrial, seja como força de trabalho produtiva, como prestadores de serviços básicos que ajudavam a rebaixar os salários, seja na condição de exército industrial de reserva.

A desmercantilização parcial da terra nas periferias e favelas criou uma dualidade legal da questão fundiária nas cidades brasileiras. Por um lado, para as camadas médias e altas, havia a regulação do mercado fundiário e a propriedade imobiliária legalizada; por outro, na maior parte do espaço urbano, vigorava a informalidade na posse da terra e a precariedade no "direito à cidade", o que implicava em insegurança jurídica, vulnerabilidade frente às remoções e exposição exacerbada aos riscos ambientais.

Dependência rentista (1980-1994)

A fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense começou a perder força já no fim dos anos 1960. A competição crescente principalmente das empresas japonesas e alemãs com as corporações estadunidenses começou a pressionar as taxas de lucro nas atividades produtivas e comerciais. A economia mundial caminhava para uma crise de superacumulação de capitais. Assim como em outros momentos históricos, os agentes que lideravam o processo de expansão capitalista pouco a pouco se abstiveram de reinvestir seus capitais na expansão material. As empresas estadunidenses – e depois as suas concorrentes – tenderam a reter seus fluxos de caixa em mercados *offshore*. A crise sistêmica se instala no início da década de 1970 e vai culminar no choque dos juros de 1979, indicando uma mudança abrupta da política monetária dos EUA. Mudança que assinala tanto a emergência do neoliberalismo quanto o início de uma nova fase de expansão financeira da economia mundial, com a retomada da hegemonia estadunidense – agora a partir das altas finanças – uma vez que o aumento radical das taxas de juros atraiu a maior parte da liquidez mundial para os mercados financeiros desse país. Para a periferia do mundo, isso significou uma escassez repentina de capital e um maior custo na rolagem de suas dívidas

externas, que vinham se acumulando estimuladas pelo capital barato da década anterior. A "crise da dívida" atinge a periferia em cheio. O Brasil, especialmente impactado, experimenta a década de 1980 como a "década perdida". Com maior poder de pressão e de barganha, os agentes capitalistas e governamentais estadunidenses impuseram uma abertura financeira generalizada na economia mundial, no que ficou conhecido como o "Consenso de Washington" e que tornou os EUA o entreposto financeiro do mundo – tendo seu quartel general em *Wall Street*.

> Aproveitando as dificuldades financeiras de muitos países de baixa e média renda, as agências do Consenso de Washington convidaram-nos a abandonar as estratégias estatistas e introspectivas até então defendidas pela teoria do desenvolvimento. Convidaram-nos a agir, em vez disso, usando as regras de um jogo completamente diferente – ou seja, abrir suas economias nacionais aos ventos frios da intensificação da concorrência do mercado mundial e a superar outros países, concedendo às empresas capitalistas a maior liberdade possível de movimento e ação (Silver e Arrighi, 2014, p. 22).

Seguindo o argumento de Paulani (2013), nesse primeiro momento da expansão financeira do ciclo estadunidense, o Brasil assume uma inserção passiva na dinâmica da financeirização, transferindo elevados montantes de capital para o exterior por meio do pagamento de juros e de compromissos financeiros em geral, o que configurou uma forma de dependência rentista.

Paulani (2022) explica que a moratória da dívida em 1987 havia afastado o Brasil dos fluxos de capital circulante internacional. Essa situação é transformada a partir das políticas econômicas que os governos brasileiros adotaram na primeira metade dos anos 1990 e que culminaram com o Plano Real. A partir de então, a abertura da economia ao livre fluxo de capitais e a adesão aos ditames da globalização e do neoliberalismo reposicionam o país no circuito internacional de valorização financeira e inauguram o momento de inserção ativa do Brasil na

financeirização que, para a autora, consolida o país como "plataforma de valorização financeira".

Dependência rentista-neoextrativista (1995-hoje)

A segunda metade dos anos 1990 marca o início de dois importantes processos que vão definir nossa forma de dependência assim como os padrões de produção do espaço até os dias atuais. Esses processos são o rentismo e o neoextrativismo.

A inserção ativa na financeirização e a conversão do país em plataforma de valorização financeira marcam o rentismo. Fiori (1995) argumenta que a globalização, ou seja, os avanços nos setores de tecnologias da informação e comunicação associados às políticas de desregulamentação internacional dos mercados de capitais, foi resultado da retomada do projeto liberal-conservador e trouxe uma mudança qualitativa para o sistema mundial. Essa mudança, marcada pela reestruturação e relocalização da produção mundial, teve como consequência a transferência do eixo da economia mundial do Atlântico para o Pacífico. Mais importante para nós, foi o aumento das desigualdades centro-periferia, na medida em que o controle dos novos processos tecnológicos ficou ainda mais concentrado nos poucos países posicionados no topo da economia mundial. Paulani (2022) acrescenta que para identificarmos os mecanismos de transferência de valor nas novas relações de dependência, além dos pagamentos rentistas vinculados aos investimentos financeiros, devemos também observar que o controle tecnológico é apropriado como mercadoria pelas corporações dos países centrais. Assim, a propriedade das mercadorias-conhecimento e também das marcas garante a certas empresas capitalistas um monopólio que é convertido em renda no comércio mundial. Ou seja, o preço de uma mercadoria com um conteúdo monopólico de conhecimento ou marca é formado a partir de seu valor (tempo de trabalho socialmente necessário), mas também, e cada vez mais importante, pela renda obtida através da propriedade desses elementos monopólicos. Nesse sentido, o rentismo ganha ainda mais destaque como elemento definidor das relações de dependência atuais.

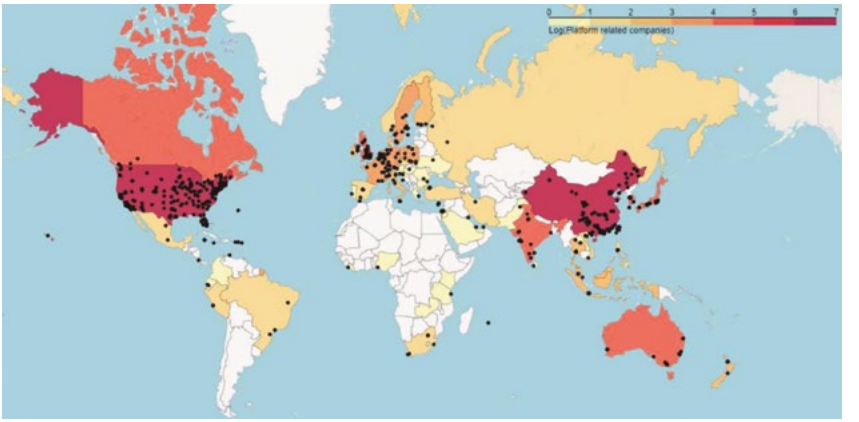
Por outro lado, entendemos ser fundamental adicionar mais uma dimensão constitutiva da forma histórica de dependência contemporânea: a dimensão do neoextrativismo. Svampa (2019), por exemplo, indica que a passagem para o século XXI marcou um momento de transformação para as economias latino-americanas. Transformação que esteve associada à forte ascensão da China como potência econômica e gradativamente como principal parceira comercial dos países da região. As fortes demandas chinesas por matérias-primas elevaram o preço dos produtos primários nos mercados internacionais, levando ao que ficou conhecido como *boom das commodities* na primeira década do século XXI. Nesse contexto, muitos governos de viés desenvolvimentista estimularam o desenvolvimento dos setores extrativos de suas economias como forma de obtenção de divisas e, em alguma medida, para implementar políticas sociais redistributivas. De qualquer forma, esse modelo extrativista pode ser visto como uma continuidade da longa história do extrativismo nos países latino-americanos, uma história de inserção subordinada na economia mundial, de "especialização interna e dependência externa".

> O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, bem como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Caracteriza-se pela orientação para a exportação em larga escala de bens primários, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, entre outros), bem como produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). Definido desta forma, o neoextrativismo designa algo mais do que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, pois inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes hidrelétricas e outras obras

> de infraestrutura - hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros –, até a expansão de diferentes formas de monoculturas ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, da sobrepesca ou das monoculturas florestais (Svampa, 2019, p. 21-2, tradução nossa).

Além disso, entendemos também que a noção de neoextrativismo pode ser ampliada para capturar as novas formas de extração que envolvem as grandes corporações de tecnologia – as *Big Techs* – e suas plataformas digitais proprietárias. Através da mineração de dados, empresas sediadas nos países centrais conseguem extrair, armazenar e analisar enormes volumes de informações que servem de base para atividades de extração de valor no mercado interno dos países onde atuam. O mercado publicitário é, talvez, o exemplo mais conhecido. Entretanto, esses dados também são usados em um conjunto crescente de áreas como a gestão empresarial, a segurança pública, saúde individual e coletiva etc., permitindo a extração de valor de setores inteiros das economias nacionais. Além disso, há uma série de empresas que atuam por meio de economias de plataforma que extraem rendas de um grande conjunto de atividades, desde o comércio varejista via *marketplaces* digitais (Amazon), transporte público e entregas (Uber), locação de imóveis (AirBnB), dentre outros. Por fim, com um impacto crescente na extração de valor da economia brasileira, há as empresas de apostas – as chamadas *bets* – muitas delas com sedes em paraísos fiscais. O mapa a seguir (Figura 2) identifica a distribuição global das principais empresas que operam com base em plataformas digitais, iluminando o caráter desigual e concentrado de sua localização nos principais países da economia mundial.

Figura 2 – Concentração das empresas de plataforma por país e localização das cidades onde essas empresas foram identificadas



Fonte: Silva Neto, Chiarini e Ribeiro (2022).

Enfim, assim como apontamos a associação do extrativismo com o rentismo na forma histórica de dependência característica do fim do século XIX e início do XX – fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico –, o neoextrativismo atual também deve ser em parte entendido como um processo associado às transferências rentistas de valor da economia brasileira para a dos países dominantes. A exportação de produtos primários foi a "solução" encontrada por sucessivos governos brasileiros para a obtenção de divisas internacionais, fortalecendo os setores extrativos da economia desde o final do século XX até os dias de hoje. Nesse sentido, como desenvolvimento da forma imediatamente anterior, definimos como rentista-neoextrativista a forma atual de dependência, de maneira a demarcar as especificidades contemporâneas e distingui-la de formas pregressas.

O padrão de produção do espaço característico da atual fase de expansão financeira é bastante diferente do período da expansão material estadunidense e da forma de dependência industrial. Já nos anos 1980, como efeito da crise, há uma queda abrupta do investimento estatal em infraestruturas visando a integração do território nacional. Os investimentos vão adquirindo um viés pontual, de preferências em setores e

locais que apresentavam potencial exportador. Isso vai reconfigurar as estruturas produtivas regionais, na medida em que cada parte do território irá se integrar de forma específica e mais direta às cadeias de mercadorias internacionais, reforçando especializações e tendendo a fragmentar o espaço e a economia nacionais.

> Ou seja, especificamente para o período posterior a 1980, quero salientar o papel que assumiu a inserção pontual da economia brasileira em alguns segmentos do comércio internacional. Saliento este fato exclusivamente porque estas foram as poucas atividades dinâmicas do período e, também, porque iriam beneficiar diferenciadamente as diversas regiões do país (...) (Pacheco, 1998, p. 228).

O enfraquecimento da capacidade de coordenação econômica e de investimentos do governo federal vai levar a iniciativas descentralizadas de entes subnacionais no sentido de atrair capitais circulantes, fomentando uma "guerra de lugares" por investimentos localizados e desfazendo as solidariedades inter-regionais que haviam moldado o território no período anterior. Na medida em que o desenvolvimento industrial brasileiro não conseguiu acompanhar competitivamente os avanços da terceira e da quarta revolução tecnológica, a indústria brasileira foi perdendo capacidade de exportação e, com a abertura comercial dos anos 1990, perdendo o próprio mercado interno, fatores que foram determinantes para o processo de desindustrialização. A especialização em produtos de baixo valor agregado, "intensivos em natureza", fortaleceu a tendência de reprimarização da pauta de exportações e favoreceu as especializações com nexos extrovertidos que tendem, agora, à desintegração do espaço nacional.

> Com a globalização são instalados numerosos nexos extravertidos, na medida em que, havendo a política econômica deixado de privilegiar o mercado interno, a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva

> que vai privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda. (...) Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial (Santos e Silveira, 2006, p. 254).

Em relação à produção do espaço urbano destacam-se processos como a financeirização da produção imobiliária e das políticas habitacionais, a produção e gestão financeirizada ou neoliberal das infraestruturas e dos serviços públicos, a gentrificação e a renovação urbanas, a mercantilização das cidades, a governança urbana neoliberal, o empreendorismo urbano como estratégia de gestão e de planejamento num contexto de reescalonamento da competição pelo capital circulante, resultando num espaço tendencialmente fragmentado e desarticulado. Processos que conformam um padrão de produção do espaço em que o ambiente construído é, antes de tudo, um objeto da acumulação capitalista. Uma acumulação que é baseada na apropriação do valor e na lógica especulativa de funcionamento do capital fictício.

O quadro a seguir busca esquematizar e sintetizar as relações entre as fases dos ciclos sistêmicos de acumulação, os modos de funcionamento do capitalismo, as formas históricas de dependência e os padrões de produção do espaço no Brasil.

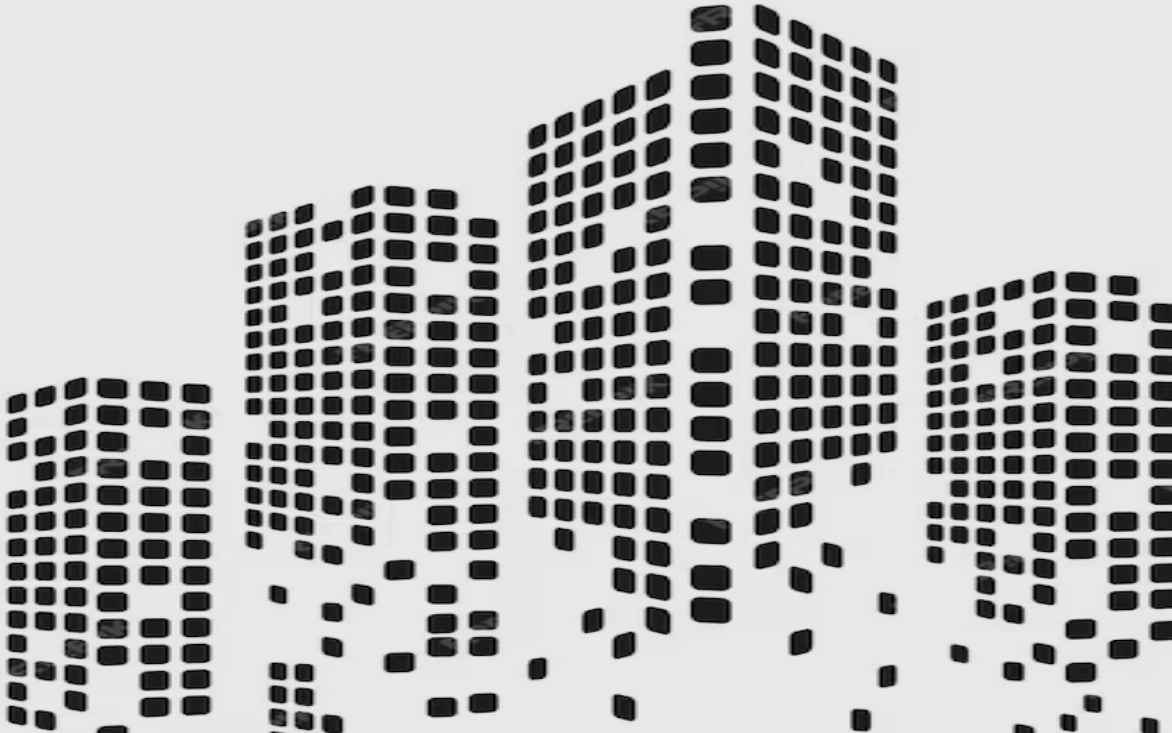
Quadro 1 – Padrões de produção do espaço no Brasil e formas históricas da dependência

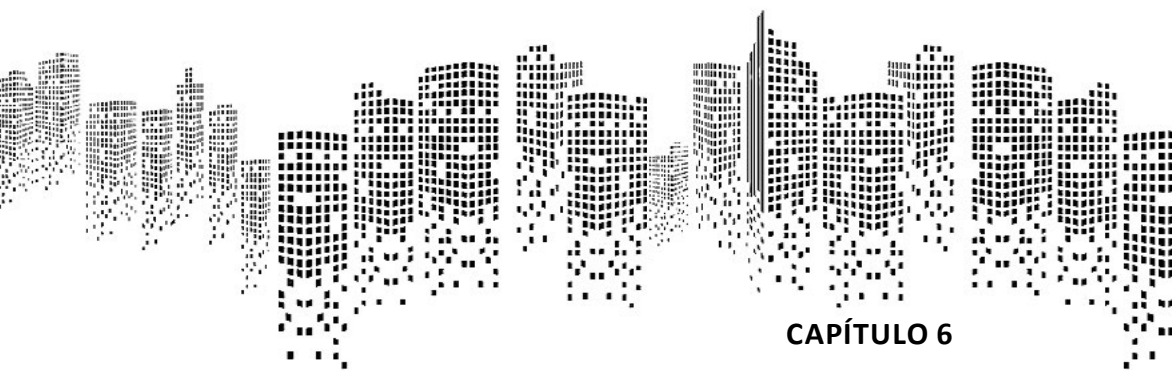
Período	Fase do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Forma histórica da dependência (canais de transferência de valor + inserção do Brasil na economia mundial)	Padrões de produção do espaço no Brasil (aspectos dos ajustes espaço-temporais)
Fim do século XIX – 1930	Expansão financeira do ciclo britânico	**Dependência rentista-extrativista** • Plataforma de valorização financeira • Economia primário-exportadora	**Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas** • Investimentos especulativos na produção de capital fixo (ferrovias, projetos de renovação urbana, 'embelezamento') • Acumulação por apropriação-despossessão (mercantilização, privatização dos serviços públicos urbanos) • Urbanização de 'arquipélago'; rede urbana pouco desenvolvida, voltada para o exterior
1930 – 1950	Caos sistêmico	**Afrouxamento/deterioração das relações de dependência** • Desenvolvimento para dentro • Industrialização por substituição de importações	**Investimentos com capital nacional/ estatal para criar as condições gerais de produção** • Retenção de uma maior parcela do excedente • Integração do território • Formação do mercado nacional
1950 –1970	Expansão material do ciclo estadunidense	**Dependência industrial** • Remessas de lucros industriais • Internacionalização do mercado interno	**Investimentos na produção do espaço visam aumentos de produtividade** • Ajuste espacial dos países centrais via Investimentos produtivos diretos -> espaço de expansão do modo de produção capitalista e de suas relações sociais (processo que criou países 'semi- periféricos') • Aumento da integração do território (via divisão espacial do trabalho na escala nacional) • Desenvolvimento do mercado (e economia) nacional (construção das redes técnicas/ infraestruturas produtivas) • Rede urbana hierarquizada e voltada para dentro; intensificação da urbanização • Desmercantilização parcial da terra, do trabalho e do dinheiro
Início dos anos 1980 – 1995	Expansão financeira do ciclo estadunidense	**Dependência rentista** • Inserção passiva na financeirização (demanda por empréstimos internacionais em tempos de recessão e crise mundial)	**Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas** • Abertura dos espaços urbanos para investimentos especulativos • "Guerra de lugares" • Acumulação por apropriação-despossessão (mercantilização, privatização de serviços públicos e infraestruturas) • Financeirização da produção imobiliária e de infraestruturas • Fragmentação do território (e do espaço econômico), especialização produtiva • Espaço nacional reconfigurado em torno do extrativismo – reprimarização/ desindustrialização – e dos mercados internacionais (construção de um espaço extrovertido, voltado para fora) • Crescimento urbano nas áreas do extrativismo; crise urbana nas antigas metrópoles industriais
1995 - Hoje	. . . Caos sistêmico (?)	**Dependência rentista-neoextrativista** • Inserção ativa na financeirização • Plataforma internacional de valorização financeira • Economia primário-exportadora • Neoextrativismo, rentismos, economias de plataforma • Reperiferização	

Fonte: Elaboração própria.

2.

Dinâmicas demográficas, econômicas e imobiliárias na nova urbanização dependente





CAPÍTULO 6

Novo regime demográfico e nova dependência: que relações?

Érica Tavares
Guilherme Vasconcelos Pereira
Ana Beatriz Xavier

Introdução

Ao longo do século XX, o Brasil experimentou a conformação de várias aglomerações urbano-regionais que se configuraram como grandes metrópoles no sistema urbano. A urbanização associada à industrialização imprimiu padrões sociodemográficos de concentração, crescimento populacional e pressão demográfica sobre a infraestrutura e serviços urbanos na formação desses territórios que, apesar das expressivas desigualdades, também se tornaram lócus do poder econômico, político e cultural no cenário nacional. Em sequência, também se verificou a formação de um complexo e heterogêneo sistema urbano ainda no bojo do intenso crescimento populacional e um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos.

Já no século XXI, a inserção periférica e subordinada do Brasil na economia internacional a partir da reprimarização, com reforço do modelo econômico primário-exportador, da desindustrialização e da financeirização, fez surgir dinâmicas de urbanização conformadoras de novas territorialidades urbano-regionais que podem ser lidas na perspectiva de uma nova urbanização dependente, na lógica rentista, extrativista e dis-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_006

persiva. As economias extrativistas e do agronegócio vêm se consolidando como padrões de acumulação "novos" no Brasil, produzindo intensos efeitos espaciais, entre eles, a fragmentação do território nacional, onde as cidades tendem a se formar ou se adensar em torno de *clusters*, já que essas lógicas de acumulação não promovem conexão territorial das atividades produtivas e do trabalho.

No desenvolvimento capitalista contemporâneo, as geografias da urbanização são cada vez mais desiguais, em distintas escalas territoriais – seja nas relações interestatais, entre territorialidades regionais ou mesmo na conformação dos sistemas urbanos no interior dos países. Nesse contexto em que o espaço é explorado intensamente como gerador de rendas e fonte de recursos das mais variadas ordens, como entender os efeitos da expansão do capitalismo sobre o espaço construído? Como esse processo se manifesta na periferia do capitalismo? Como cada população local reage a esta dinâmica e (re)define suas estratégias de localização no espaço? Como as condições de reprodução dessa população voltam a impactar a estrutura urbana?

O debate sobre a reconfiguração socioterritorial e a redistribuição populacional no Brasil se acentuou com os novos dados do Censo Demográfico de 2022, trazendo questões sobre quais territórios têm experimentado transformações ligadas a esse novo cenário – como o crescimento de atividades econômicas e de população em determinados territórios, aumento da circularidade de pessoas, bens, recursos e, inclusive, novas coalizões territoriais de poder, se considerarmos a dimensão sociopolítica dessa possível reconfiguração. Este texto busca analisar as mudanças na distribuição populacional brasileira no século XXI entre os clássicos territórios metropolitanos brasileiros e os territórios na escala intermediária da hierarquia urbano-regional diante da consolidação do novo regime demográfico (Camarano, 2014). Pretende-se suscitar questões sobre as tendências sociodemográficas atuais e futuras, refletindo sobre quais seriam os possíveis determinantes do crescimento ou redistribuição da população no cenário da nova urbanização dependente.

As possíveis hipóteses seriam que as mudanças populacionais estariam ligadas a um elemento fundamental dessa urbanização que é a conformação de novas territorialidades urbano-regionais ligadas à constituição de atividades intensamente extrativistas, como as regiões que concentram atividades ligadas ao agronegócio, mineração, atividades petrolíferas e portuárias (Melo, Cardoso, 2016; Castriota, 2024; Pochmann, 2023). Outra vertente explicativa é a de que as mudanças se deveriam mais ao próprio regime demográfico, uma vez que os territórios metropolitanos historicamente são os primeiros a apresentar as tendências de redução da fecundidade, diminuição dos ritmos de crescimento e envelhecimento populacional, pela própria matriz sociocultural e dinâmica societária desses espaços (Tavares, 2013; Camarano, 2014). Ao passo que territórios "do interior" tenderiam a apresentar essas características em momento posterior. Essa relação ainda é afetada pela mobilidade no espaço, que pode imprimir dinâmicas distintas de variação populacional. De todo modo, também é possível supor que há uma combinação desses processos.

Para tanto, as territorialidades foram captadas a partir da hierarquia urbano-regional do IBGE (2018) no estudo sobre regiões de influência de cidades, analisando indicadores sociodemográficos das últimas décadas, especialmente entre 2010 e 2022. É fundamental assumir aqui o reconhecimento de que as respostas dependem de evidências mais densas, uma vez que os dados disponíveis apresentam diversas limitações, principalmente em termos da temporalidade necessária, mas também em termos das divisões territoriais e agregações de variáveis-chave. Entretanto, o objetivo é traçar um panorama da dinâmica populacional nesses territórios buscando identificar as similaridades e diferenças que vêm apresentando a partir das mudanças na dinâmica da urbanização contemporânea.

O texto está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira visa discutir as novas dinâmicas da urbanização brasileira em seu caráter dependente, considerando o país como parte da periferia do sistema capitalista e acionando concepções relativas à urbanização extensiva e ao neoextrativismo. A segunda seção já busca dialogar com a demografia, focando na relação

entre a dinâmica urbana e a demográfica. A seção seguinte analisa as variações populacionais considerando os diferenciais entre territórios metropolitanos e as demais aglomerações urbano-regionais. Por fim, e de forma complementar, são analisadas as dinâmicas econômicas e populacionais recentes em regiões selecionadas que são polarizadas por capitais regionais no Brasil.

Novas dinâmicas da urbanização e seus efeitos na rede urbana

Por muito tempo, as análises sobre a urbanização brasileira apresentaram como pressuposto, implícita ou explicitamente, a perspectiva do crescimento das cidades e regiões urbanas, em termos de expansão urbana e incremento populacional. O processo de urbanização aliado à industrialização, no Brasil e em vários países da América Latina durante o século XX, foi extensamente investigado sob essa lente de análise que associa a transição urbana e a transição demográfica (Silva, Monte-Mór, 2010; Tavares, 2013; Castiglioni, 2020). Com as elevadas migrações do campo para a cidade em meados do século XX e o intenso crescimento populacional "pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização e a metropolização" (Brito; Souza, 2005, p. 50).

A relação entre urbanização, industrialização, dinâmica populacional (Faria, 1991; Singer, 1977) e as concepções sobre o desenvolvimento sempre estiveram presentes nas leituras sobre a constituição do capitalismo na periferia do sistema mundo, cujas marcas mais centrais revelavam, e ainda revelam, a dependência latino-americana (Quijano, 1978; Castells, 1973). Essa dependência se manifesta em como as estruturas e forças internas dessas sociedades direcionam os rumos do desenvolvimento a partir dos interesses dominantes das sociedades desenvolvidas (Quijano, 1978), sem perder de vista que as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão no bojo do processo histórico de aprofundamento do capitalismo em nível mundial (Frank, 1966). Aliada a esse processo, a relação entre população

e desenvolvimento no Brasil, tão discutida nos estudos urbanos e demográficos entre meados do século XX, passava pela tríade urbanização – industrialização – migrações, indicando a relevância da mobilidade do trabalho para a constituição das relações de assalariamento visando o crescimento da força de trabalho e de consumo urbana, que se traduziu no intenso crescimento demográfico urbano (Faria, 1991). Nesse período, a demografia brasileira era marcada por altas taxas de fecundidade e diminuição da mortalidade; elevada concentração populacional; altas taxas de crescimento populacional e intensas migrações, sobretudo entre o campo e a cidade.

No final do século XX, o Brasil já experimentava os indícios de uma desaceleração do crescimento populacional, sobretudo nas áreas que mais haviam crescido de início – exemplo clássico é a capital Rio de Janeiro que já dos anos 1980 para os anos 1990 apresentava uma considerável redução nos ritmos de crescimento populacional. Com as transformações econômicas, mudanças no emprego, reestruturação produtiva, aprofundamento da agenda neoliberal etc., as dimensões e características da relação entre o urbano, o metropolitano, o industrial e o demográfico já não eram as mesmas.

No século XXI, e não apenas no Brasil, nota-se cada vez mais que, para captar as transformações urbanas socioespaciais contemporâneas em todo o mundo, é preciso operar sob velhas e novas conexões entre a economia, a sociedade e o espaço. Assim, a captura do urbano como instância de geração de valor e esfera para ampliação do lucro se acentua no século XXI figurando uma nova urbanização dependente, na lógica rentista-extrativista. Mas olhar para a dinâmica da população nessas transformações ainda é se perguntar: Como a sociedade responde a esse processo? Como (re)define suas estratégias de localização? Como as transformações demográficas também imprimem mudanças no espaço e na economia?

O "aumento da população urbana", como característica básica da urbanização medida comumente por estudiosos da população e do urbano, vai perdendo o significado totalizante que apresentava anteriormente para marcar o fenômeno. Assim,

novas concepções buscam dar conta da transformação urbana para além das tradicionais áreas densamente urbanizadas ao redor do mundo, como urbanização planetária (Brenner, 2018), urbanização logística (Arboleda, 2018), urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994), e mesmo a concepção sobre metropolização do espaço, como fase mais avançada da urbanização (Lencioni, 2017). Boa parte dessas reflexões estão bastante ancoradas nos estudos de Lefebvre (1999) sobre a sociedade urbana e os processos de implosão/explosão urbanos.

Ao tratar sobre a urbanização e suas paisagens operacionais, Brenner argumenta, por exemplo, que o espaço urbano experimenta um aumento sem precedentes de investimentos em infraestrutura e serviços relacionados, privatização de recursos ambientais (como terra e águas), novas estratégias de planejamento territorial e mudanças regulatórias, geralmente sob a coordenação de atores e instituições transnacionais (Arboleda, 2015; Brenner, 2018). São atividades que vão "desde a aceleração do agronegócio e do estabelecimento de enclaves na terra rural até as novas ondas de investimento em infraestrutura de grande escala (relacionadas à logística, extração, geração de energia, turismo e gestão ambiental)" (Brenner, 2018, p. 16-17). Tal como se verifica no Brasil, boa parte dessas ações são respostas especulativas às necessidades de produção de commodities e sua comercialização, provocam o crescimento de aglomerações urbano-regionais ao redor do mundo, que se conectam aos mercados globais, porém nem sempre integradas aos sistemas urbano-regionais nacionais. Assim, a urbanização não se refere mais à expansão das grandes cidades do capitalismo industrial ou dos centros de produção metropolitanos, nem a contínuo crescimento populacional. Ao reforçar as indicações de Lefebvre (1999), por exemplo, Brenner (2018) afirma que:

> [...] esse processo se desenvolve agora crescentemente através de alongamentos desiguais do "tecido urbano", composto de diversos tipos de padrões de investimento, espaços para assentamentos, matrizes de utilização da terra e redes de infraestrutura ao longo de toda economia mundial. A urbanização ainda se manifesta na massiva expansão continuada

> das cidades, cidades-região e megacidade-regiões, mas igualmente vincula-se à transformação socioespacial de diversos assentamentos urbanos menos densamente aglomerados que estão, através de redes de infraestrutura interurbanas e intermetropolitanas constantemente adensadas, sendo cada vez mais estreitamente interligados aos principais centros urbanos (p. 34-35).

Assim, as novas geografias da urbanização não se restringem a um tipo de espaço único, em contiguidade ou integração espacial bem definidas, entretanto, se tornam uma condição fundamental para as novas faces do processo de acumulação do capital, interferindo na regulação da vida política e econômica e na reprodução das relações sociais cotidianas (Brenner, 2018), no bojo das disputas e interesses econômicos e espaciais. Na medida em que há essa extensão e o urbano não se restringe a uma espacialidade específica, a dinâmica da população nesse espaço também é ressignificada, sobretudo através de seus movimentos múltiplos e heterogêneos.

O caráter extensivo da urbanização remete a um processo que se estende para além das cidades e carrega virtualmente as relações capitalistas para todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais "sempre por meio de densas redes de relações com outros lugares, territórios e escalas, incluídos os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios à condição urbana (Brenner, 2018, p. 290). A urbanização extensiva é "a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até às diversas periferias do mundo" (Monte-Mór, 1994, p. 3).

A urbanização se expande muito mais para atender às demandas do capital, aos fluxos da produção e muito menos às necessidades da população. Nessa linha, os espaços de extração dos recursos naturais assumem morfologias próprias para o desenvolvimento do capital (Arboleda, 2015), transformando a escala e força da produção do espaço, incorporando territórios antes pouco integrados ao capitalismo global e produzindo significativos impactos sobre o

ambiente, a economia, a mobilidade humana, as relações sociais e as práticas cotidianas. Assim, a trajetória da urbanização é redefinida por grandes empreendimentos logísticos, empresas de mineração, exploração petrolífera ou pelo agronegócio e seus efeitos sobre a dinâmica populacional, como veremos.

A relação do urbano com as operações de extração de recursos é cada vez mais evidente no Brasil. Apesar de muitas destas operações estarem ocorrendo em espaços não essencialmente relacionados ao dinamismo urbano metropolitano clássico, há uma vinculação com as condições urbanas herdadas e os ritmos de desenvolvimento das aglomerações urbanas e regionais. O que nos leva a pensar que toda esta estrutura e operações decorrentes são estrategicamente essenciais para as novas faces da urbanização dependente, articuladas pelo rentismo e pelo extrativismo, ligadas à manutenção da subordinação dos países periféricos às determinações econômicas definidas no centro no contexto do capitalismo financeirizado (Belluzzo, 2021). Tal subordinação se dá através de processos contraditórios que inserem os países na dinâmica dos mercados globais, porém sob novos mecanismos materiais e imateriais de extração de rendas e recursos, com efeitos socioterritoriais mais complexos e desiguais. A reprimarização das economias dependentes e a lógica do neoextrativismo são elementos fundamentais, onde as atividades primário-exportadoras assumem novo patamar, assim como produzem efeitos mais intensos (Mezzadra; Neilson, 2015; Ribeiro et al., 2020; Ribeiro, Matela, Diniz, 2024; Paulani, 2013) e reorganizam as áreas urbanas e rurais, além de promoverem uma redistribuição da população nestes territórios.

A concepção do neoextrativismo (Gudynas, 2012; Svampa, 2019; Vitte, 2020; Castriota, 2024) também tem contribuído para aprofundar a compreensão da atuação das atividades extrativas no território para além da extração dos recursos naturais, mas considerando as conexões entre diferentes operações de extração por parte do capital. “É nesse sentido que se fala do neoextrativismo, apontando que as interconexões entre extração, logística e finanças permitem que todo um conjunto de operações do capital seja identificado como operações de extração” (Ribeiro et al.,

2020, p. 47). Nessas abordagens, vemos como as operações do capital submetem a realidade social, territorial e política, assim como o cotidiano dos lugares aos ditames da economia global. Assim, a população também vai redefinir suas territorialidades e suas estratégias de localização no espaço.

Os estudos analisam justamente os impactos das atividades extrativas sobre os territórios em que se desenvolvem, em termos da dinâmica econômica, mas também revelando as contradições decorrentes desse extrativismo não apenas dos recursos naturais, que por si só já traz inúmeros problemas, mas de toda essa operação de extração dos sentidos e significados dos lugares (Melo, Cardoso, 2016; Castriota, 2024). Nesse ínterim, as áreas de exploração petrolífera, as regiões do agronegócio, os territórios da urbanização logística e os espaços da mineração, geralmente fora dos clássicos limites metropolitanos, se tornam alvo de intervenções e de atração populacional. Assim, como a demografia se relaciona com esse processo? As mudanças no crescimento populacional e na redistribuição da população no país se devem a essas novas dinâmicas ou a novos regimes demográficos em curso? Como ficam os territórios metropolitanos e os territórios que vão se tornando alvo dessas novas dinâmicas de acumulação capitalista?

O papel da dinâmica demográfica

A estrutura urbano-regional nacional se torna ainda mais complexa. No caso do Brasil, Faria (1991), ao tratar sobre os 50 anos da urbanização brasileira àquela época, já havia indicado que nosso processo de urbanização concentrou, por um lado, grandes contingentes populacionais em um número reduzido de metrópoles e grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, outros espaços metropolitanos, capitais regionais e sub-regionais. Por outro lado, alimentou o crescimento da população urbana de um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos, gerando um heterogêneo sistema urbano e complexo padrão de divisão territorial do trabalho (Faria, 1991, p. 105).

Já em pleno século XXI, e após cerca de 80 anos de urbanização, experimentamos uma conformação ainda mais desafia-

dora para ser compreendida. Tratar sobre qualquer território subnacional nessa nova dinâmica da urbanização depende de considerá-lo em relação aos demais territórios constituídos. Ao mesmo tempo que espaços não-metropolitanos crescem e se tornam alvo da urbanização dependente, a padronização e difusão dos processos socioespaciais característicos da metrópole acompanha os empreendimentos extrativistas e se expande para esses territórios: a lógica dos grandes complexos imobiliários, financeiros e comerciais, das infraestruturas logísticas, dos condomínios fechados, do consumo padronizado e direcionado, das grandes redes de comércio e serviços etc. Isso não significa que a dispersão urbana e o capital financeiro não existissem anteriormente, mas que, "no bojo dos movimentos de ambos, agora, estabelecem-se relações que são estruturantes colocando esses elementos — dispersão e finanças — como hegemônicos sobre as demais formas do urbano e do capital" (Lencioni, 2015, p. 7).

Verifica-se, assim, o fenômeno da explosão urbana (nos termos lefebvrianos) após um intenso processo de implosão. Seria a difusão do fenômeno metropolitano para todo o território nacional, ao mesmo tempo que os clássicos espaços metropolitanos e grandes cidades sofrem consideráveis mutações internamente.

Nossa suposição é a de que as novas dinâmicas da urbanização imprimem considerável reconfiguração das aglomerações urbano-regionais, potencializadas pelos territórios dos extrativismos, e desafiam os estudos sobre a metropolização do espaço. Algumas leituras sobre o Brasil impulsionadas, sobretudo, pelos resultados do Censo 2022 discutem as mudanças. De fato, a diminuição dos ritmos de crescimento populacional nas metrópoles é notória, assim como o aumento da população nos níveis intermediários da hierarquia urbano-regional. E é justamente nestes níveis que estão as regiões de crescimento populacional acentuado (com variação acima de 25% entre 2010 e 2022) – em geral ligadas à lógica da economia extrativista ou do agronegócio. Entretanto, cabe questionar se essa dinâmica é indício de "desmetropolização" – em associação à desindustrialização nacional

e reprimarização pelo modelo econômico primário-exportador (Pochmann, 2023; Soldatti, 2024) – que favoreceria o *hinterland* do país, ou se não seria a própria expansão do fenômeno metropolitano, que faz com que novos espaços sejam englobados no processo de metropolização, porém sob novas lógicas, como a da dispersão e finanças (Lencioni, 2017). Ribeiro, Matela e Diniz (2024, p. 321) refletem a respeito:

> Ao mesmo tempo, à dominação rentista-financeira se associa a dimensão extrativista do processo de reafirmação da condição periférica. Trata-se, nesse caso, da conexão direta de várias escalas e regiões geográficas a operações de grandes capitais globais, que, controlando circuitos logísticos e financeiros, e não necessariamente a esfera da produção, inserem economias locais e regionais do Brasil em longas e complexas cadeias de valor. Cadeias voltadas, sobretudo, para suprir as necessidades das economias centrais, desmantelando a sinergia da divisão territorial/regional do trabalho criada durante a industrialização. Estamos, aqui, referindo-nos, por exemplo, à inserção do *hinterland* do País nos circuitos produtivos-extrativistas do agronegócio e dos recursos energéticos e minerais.

Em que pese a intensidade das transformações econômicas e territoriais em curso – e caráter extrativista, rentista e extensivo – e o modo como afetam a hierarquia urbano-regional, a dinâmica demográfica e suas componentes também precisam ser consideradas nesse debate sobre reconfiguração da estrutura urbano-regional e população. Segundo Silva e Monte-mór (2010):

> À compressão de processos sociais da contemporaneidade urbana se ajusta, portanto, a sincronia desconcertante das mudanças demográficas, de modo especial das sociedades periféricas. A coexistência de tempos e processos revela-se nos diversos níveis e estágios conviventes de organização parcial das dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, iniciadas e reiniciadas de modo constante, mas também quase sempre inconclusas (p. 8).

Tavares (2013) aponta que a relação entre demografia e urbanização é histórica, em que a demografia não é apenas uma ilustração do que acontece no urbano. Ao mesmo tempo que a sociedade responde às mudanças econômicas, suas estratégias de reprodução social também interferem no território: quantidade de filhos, formação de novas famílias, arranjos familiares, decisões sobre a localização ou relocalização territorial, busca por oportunidades de educação e trabalho, busca por lugares mais aprazíveis, fuga de espaços com alta densidade populacional que agregam os signos da potencialidade do urbano, mas também de suas mazelas, são dimensões que precisam ser consideradas. Esses e outros elementos entram na lista de possíveis dimensões explicativas para os processos relativos à redistribuição da população no sistema urbano-regional, nem sempre fáceis de captar através dos dados, seja devido à temporalidade necessária, às desagregações territoriais ou mesmo à disponibilidade de informações que envolvem dimensões tão diversas de caráter objetivo e subjetivo. Por ora, apesar das limitações para responder as questões, nos permitimos levantar a discussão e traçar aspectos que precisam ser considerados.

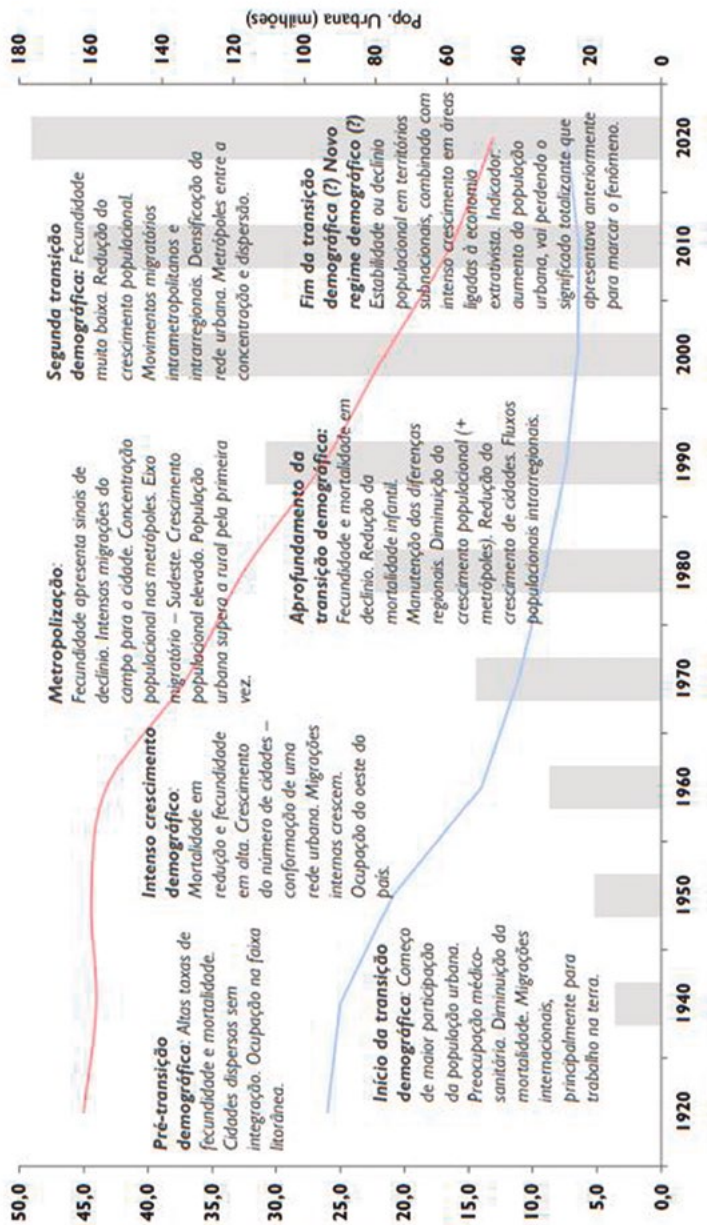
Além das mudanças relativas à inserção do país na economia global e seus efeitos nos territórios subnacionais, o aprofundamento da transição demográfica[45] no Brasil é crucial nas questões aqui suscitadas para pensar sobre as alterações populacionais na estrutura urbano-regional no cenário da urbanização dependente. A transição demográfica foi um processo bastante analisado no campo de estudos da demografia e é fundamental para entender as transformações socioespaciais suscitando o debate clássico sobre a relação entre população e desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, experimentaram mudanças demográficas profundas de meados do século XX até os dias atuais. A redução acelerada da fecundidade e o aumento da esperança de vida foram dois elementos fundamentais desse processo. Como analisa Camarano (2014), "nasce menos gente e vive-se mais" – dois processos inter-relacionados. O envelhecimento é a consequência mais evidente dessa dinâmica, mas também o declínio populacional.

Assim como Reher (2011 apud Camarano, 2014) indica que nos países em desenvolvimento a queda da fecundidade e da mortalidade ocorreu sem uma transformação profunda das sociedades e, sem o atendimento das necessidades sociais básicas, a elevada desigualdade social também retardou o aproveitamento da transição demográfica e sua relação com as políticas públicas (Camarano, 2014, p. 54). O "bônus demográfico", por exemplo, é visto como uma janela de oportunidades ou o momento da transição demográfica em que há um crescimento da população em idade ativa, simultaneamente a um declínio do crescimento de jovens e a um percentual ainda reduzido de idosos. Seria o momento ímpar de uma sociedade aproveitar essa estrutura etária e oferecer boas condições de educação (para uma juventude não tão crescente) e empregos em quantidade e de qualidade (para uma população adulta mais robusta). No caso do Brasil, esse bônus foi bastante tratado pela demografia entre finais do século XX e início do século XXI. Entretanto, alguns pesquisadores já colocam que não soubemos aproveitar esta oportunidade (Alves, 2024).

Enquanto isso, a mudança na composição da força de trabalho é evidente. Há um claro processo de envelhecimento, feminização e qualificação da população em idade ativa em um mercado de trabalho mais tecnológico e digital (CEPAL, 2023). Além disso, a clássica relação entre mobilidade espacial e mercado de trabalho também se transforma em relação aos sentidos, fluxos e significados sociais. Há uma pluralidade de origens e destinos, uma fragmentação dos fluxos migratórios em meio a novos destinos nas aglomerações urbano-regionais, áreas de atração potencializadas por grandes empreendimentos extrativistas, áreas de emigração e áreas de circularidade migratória (Cunha, 2002; Brito, Souza, 2005; Rigotti, 2008; Tavares, 2013). O gráfico 1 busca atualizar a análise desenvolvida por Tavares (2013) sobre esse processo de transição urbana e novo regime demográfico no Brasil, sem obviamente esgotar todas as nuances subjacentes.

Gráfico 1 – Transição urbana e novo regime demográfico no Brasil – 1920/2020



Fonte: Merrick e Graham (1981); Séries estatísticas IBGE; Divisão de População das Nações Unidas; Censos Demográficos IBGE; Tavares (2013).

Como a dimensão territorial e as diferenças demográficas entre os níveis da hierarquia urbano-regional no país são nosso objeto, é fundamental pontuar que, no século XXI, as tendências indicam que os países do Sul Global entram massivamente em um novo regime demográfico (CEPAL, 2023), porém ainda apresentando expressivas desigualdades em seus territórios. Nossa questão é justamente analisar se tais diferenças também contribuem para entender as novas dinâmicas da urbanização dependente tratadas anteriormente. Afinal, em uma mesma cidade podemos ter um padrão de envelhecimento em bairros com melhor infraestrutura e população com maiores condições socioeconômicas semelhante à de países como a Suécia, ao passo que em outros bairros periféricos ainda seja possível observar uma estrutura etária mais jovem e maior fecundidade. No Brasil, durante as últimas décadas, em regiões metropolitanas (RMs), o padrão demográfico das capitais, apesar de suas diferenças internas, geralmente é mais envelhecido do que nas cidades do entorno. Essas diferenças também ocorrem entre os níveis da hierarquia urbano-regional, pois no total de uma RM é comum uma transição demográfica mais avançada em relação às cidades do interior. Ou seja, as escalas territoriais, como centros urbanos e periferias, capital e entorno, metrópole e interior, tendem a manifestar diferenças entre os estágios da transição demográfica, revelando distintos regimes demográficos. Apesar disso, é notório que em todo lugar ocorre diminuição do número de filhos, famílias mais reduzidas, pluralidade de arranjos domiciliares, envelhecimento populacional e atualmente já é possível observar uma reacomodação da população nas metrópoles e seu entorno. Isso significa que os espaços polarizados pelas metrópoles tendem a reduzir os diferenciais em termos de fecundidade e níveis de envelhecimento.

> O período atual é marcado pela redução das diferenças entre os níveis dos indicadores dos processos de transição, decorrentes da redução conjunta dos componentes do crescimento demográfico. As previsões apontam para a continuidade da tendência de convergência dos processos, anunciada nas últimas décadas, com a urbanização atingindo, em algumas

> áreas, níveis próximos do ponto de saturação estimado, e já situados na fase pós-transicional nos estados com processos transicionais mais avançados (Castiglioni, 2020, p. 24).

Enquanto as metrópoles eram o lócus central do desenvolvimento e da urbanização, assim como da transição demográfica – devido à sua diversidade econômica, inserção no mercado de trabalho e difusão de novos valores culturais e comportamentos sociais relativos à reprodução ligados à escolarização e trabalho – atualmente as demais aglomerações urbano-regionais se inserem cada vez mais nessa dinâmica. Os municípios pequenos, por exemplo, também apresentam considerável índice de envelhecimento e redução nos ritmos de crescimento populacional, possivelmente pela saída de pessoas em idade economicamente ativa, o que implicaria também em menos crianças (que acompanham esse grupo) e menos nascimentos (IBGE, 2022).

Portanto, é plausível supor a relação entre a nova urbanização dependente e as transformações no sistema urbano-regional, associadas às mudanças demográficas no Brasil e no mundo. Se as metrópoles e seus entornos estão mais envelhecidos e com baixo crescimento populacional, assim como os pequenos municípios no Brasil, quais as diferenças entre essas regiões e os espaços intermediários da hierarquia urbano-regional? Tais diferenças se devem às novas dinâmicas da urbanização atreladas à inserção subordinada e dependente do país na dinâmica econômica global ou aos ritmos distintos da dinâmica demográfica? Ou esses fenômenos se dão em conjunto? Mais do que respostas, os dados que trazemos aqui buscam fundamentar a elaboração de perguntas e hipóteses que possam ser mais bem investigadas futuramente, especialmente quando dados mais consolidados, atualizados e abrangentes sobre fecundidade, mortalidade e migrações puderem ser explorados nessa escala territorial.

Dinâmica populacional e suas expressões na hierarquia urbano-regional

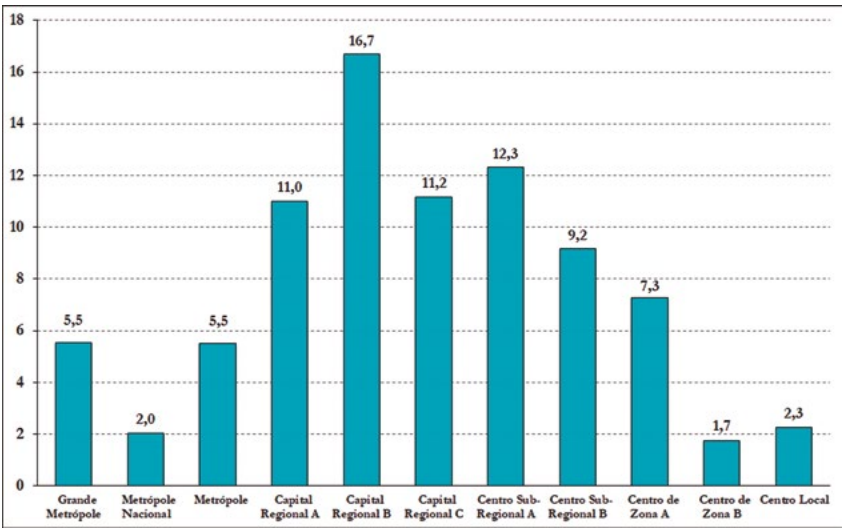
A análise aqui empreendida é de caráter quantitativo e considera a hierarquia urbano-regional do Brasil a partir do estudo do IBGE sobre Regiões de Influência de Cidades (IBGE, 2018). Neste estudo, as territorialidades do país se dividem em metropolitanas e não-metropolitanas. O nível metropolitano abarca a Grande Metrópole Nacional (São Paulo), as Metrópoles Nacionais (Rio de Janeiro e Brasília) e as Metrópoles (demais áreas metropolitanas do país). Os níveis seguintes da hierarquia urbana podem ser considerados intermediários e envolvem as Capitais Regionais A, B e C, assim como os Centros Sub-Regionais A e B (que abrangem várias aglomerações urbano-regionais polarizadas por cidades de porte intermediário no país). Os demais níveis envolvem centralidades e demais municípios com influência mais restrita, são os Centros de Zona A e B e os Centros Locais. Para facilitar a visualização dos dados, em boa parte deste texto, utilizamos estas categorias de forma agregada, agrupando o nível metropolitano em uma única categoria e reunindo as que se dividem em A, B e C na categoria geral, analisando da seguinte forma: 1) Metrópoles; 2) Capitais Regionais; 3) Centros Sub-Regionais; 4) Centros de Zona; e 5) Centros Locais.

Para esses níveis territoriais foram analisados basicamente os indicadores demográficos relativos à população em números absolutos e relativos e à estrutura etária, a partir dos censos do IBGE segundo as territorialidades (1991-2022). Para fundamentar nossa reflexão, também recorremos a indicadores econômicos relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB), valor adicionado bruto (VAB), inserção em setores de atividade, principais atividades econômicas e dados sobre migração. Devido aos limites do texto, estes últimos dados estão explicitados somente para regiões selecionadas (próxima seção), mas foram importantes para compor a reflexão para os níveis da hierarquia urbana.

Realmente os municípios/aglomerações na escala intermediária da hierarquia urbana estão com ritmo de crescimento populacional mais acentuado. Se tomarmos a variação percentual da população somente de 2010 a 2022 por níveis territoriais desagregados, as metrópoles (nível superior da hierarquia), os centros de zona e centros locais (nível inferior) tiveram variação menor em relação às capitais regionais e centros sub-regionais (nível intermediário). No nível metropolitano, as metrópoles nacionais – metrópoles do Rio de Janeiro (RMRJ) e Brasília (RMB) são as que menos crescem, o que certamente tem maior influência da RMRJ. O agrupamento que mais cresce em conjunto é o das Capitais Regionais, especialmente as aglomerações classificadas como Capitais Regionais de nível B, entretanto, os Centros Sub-Regionais não ficam tão para trás. Ou seja, a medida em que diminui a posição das aglomerações na hierarquia urbano-regional aumenta a variação populacional, porém, nos níveis mais inferiores a variação populacional também foi mais reduzida entre 2010 e 2022.

A questão que levantamos é: o que ocorre nestes territórios que explica esse crescimento? Essa dinâmica é resultante do regime demográfico diferenciado entre os territórios relacionados à composição etária pela fecundidade e mortalidade? Ou está ligada às migrações regionais direcionadas mais a esses espaços enquanto metrópoles e cidades menores perdem população? Respostas específicas sobre tais questões dependerão da disponibilização e análise de dados mais recentes, como os do Censo Demográfico de 2022.

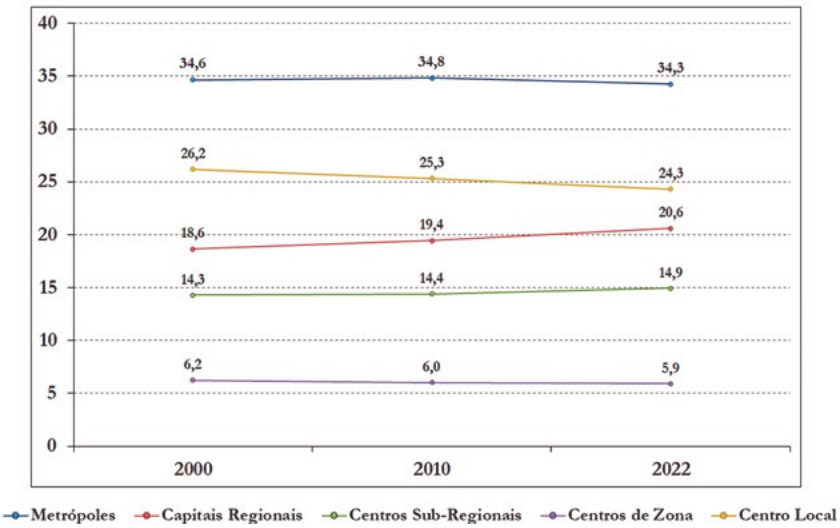
Gráfico 2 – Variação percentual (%) da população por nível territorial (2010-2022)



Fonte: Censos Demográficos (2010-2022) e REGIC (2018) – IBGE.

Apesar das diferenças internas nos níveis territoriais, todos os níveis apresentaram crescimento em números absolutos e, embora as capitais regionais tenham crescido 4,7 milhões de pessoas entre 2010 e 2022 e as Metrópoles 3,3 milhões, é justamente esse nível metropolitano que ainda abrange significativa parcela da população total do país combinando volume absoluto e participação. A análise sobre a evolução da participação percentual no total populacional do país por nível territorial revela uma estabilidade dessa participação entre os níveis da hierarquia urbana (gráfico 3), indicando a permanência da participação de população no nível metropolitano segundo o REGIC (IBGE, 2018). Estudo de Moura (2024) também confirma a importância das metrópoles: "o avanço da metropolização não se limita ao perímetro interno dessas, mas configura arranjos espaciais expandidos, contínua e descontinuamente, portanto, mais complexos à implementação de políticas públicas [...]" (2024, p. 1).

Gráfico 3 – Evolução da participação (%) no total populacional do país por nível territorial (2000-2022)

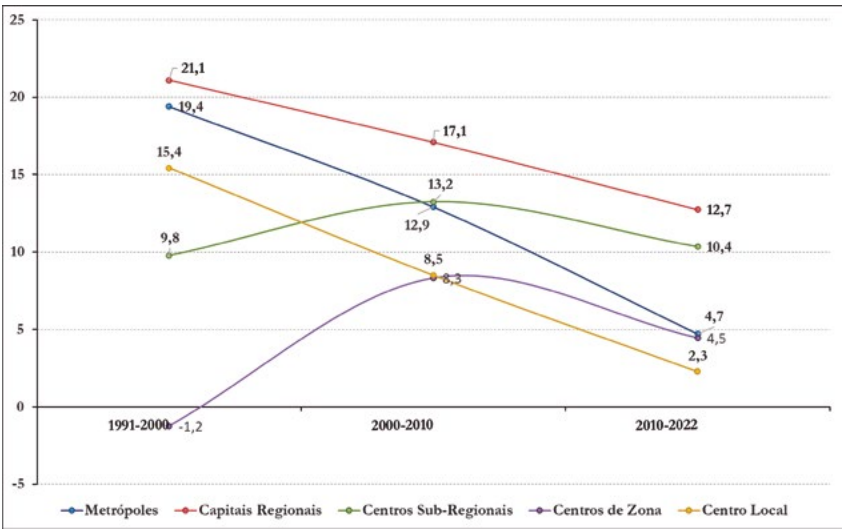


Fonte: Censos Demográficos (2000-2022) e REGIC (2018) – IBGE.

Apesar da complexidade de analisar esse recorte para os anos 1990 devido às inúmeras emancipações de municípios que ocorreram no período, além do afastamento do marco temporal dos dados que geraram a hierarquia urbana utilizada aqui como classificação dos espaços (basicamente de 2010), se observarmos apenas a variação percentual desde 1991 veremos que as configurações do que seriam as posteriores metrópoles e capitais regionais já mostravam declínio enquanto os centros sub-regionais e centros de zona mostravam aumento. Entretanto, de 2010 em diante todos os níveis apresentaram queda (gráfico 4).

Assim, é bem possível que os diferentes momentos da transição demográfica também expliquem as diferenças, associados a dinâmicas migratórias. De todo modo, a tendência é de redução nos ritmos de crescimento populacional em todos os níveis da hierarquia urbana, provavelmente pela redução da fecundidade. Isso implica que podemos supor que há um regime demográfico geral em curso, ao mesmo tempo que há diferentes regimes demográficos segundo as escalas territoriais.

Gráfico 4 – Variação percentual (%) da população por nível territorial (1991-2022)



Fonte: Censos Demográficos (1991-2022) e REGIC (2018) – IBGE.

As diferenças na estrutura etária nos permitem uma *aproximação* aos possíveis regimes demográficos presentes nos diversos territórios. Conforme demonstra o gráfico 5, a diminuição do número de crianças e jovens é geral, porém é menos intensa nas capitais regionais e centros sub-regionais, ao passo que os grupos etários em idade mais avançada são os que apresentam maior ritmo de crescimento – sugerindo uma queda acentuada da fecundidade em todos os espaços, mais intensa ainda nas metrópoles – evidências claras do envelhecimento populacional. Já a redução desse público mais jovem nos centros de zona e centros locais é maior que nas metrópoles, o que pode ser não apenas redução do número de filhos, mas reflexo da saída de pessoas em idade ativa (PIA) desses espaços, além dos filhos que os acompanham e os que "deixam de nascer" na localidade de origem.

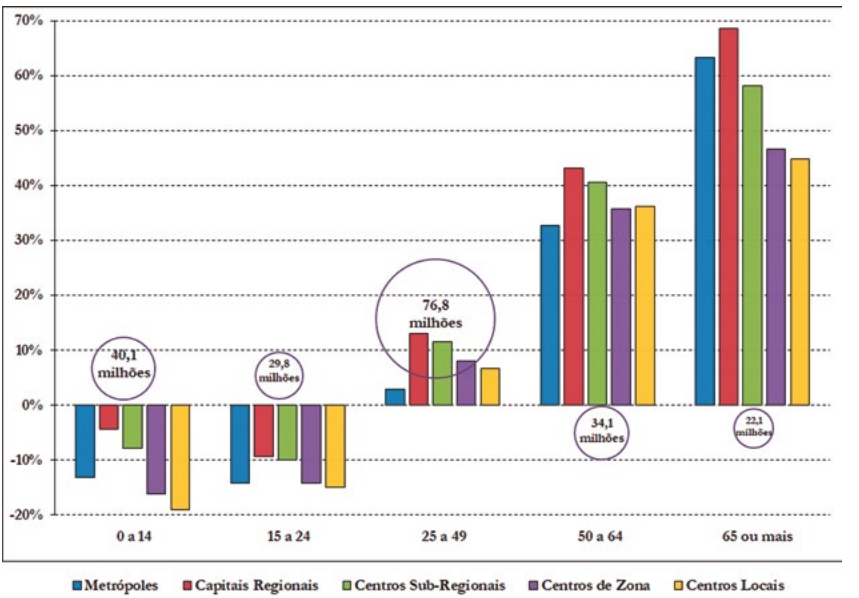
Nessa divisão etária, o maior grupo é o da PIA adulta (25 a 49 anos) que abrange 38% da população do país em 2022 (76,8 milhões de pessoas). O aumento desse grupo é mais acentuado nos níveis intermediários da hierarquia urbana, sendo que nas metrópoles é bem reduzido. Ou seja, essa população em idade ativa em breve poderá decrescer também, especialmente nas metrópo-

les. Como já referenciado, estudo da CEPAL (2023) sobre as tendências e a composição da força de trabalho na América Latina mostra significativo envelhecimento da força de trabalho, aliado à feminização e maior escolarização da população em idade ativa.

O aumento da PIA madura (50 a 64 anos) é ainda maior que a adulta, sendo mais intenso também nos espaços intermediários. Esse grupo abarca 34,1 milhões de pessoas e 17% da população. Esse aumento da PIA pode ser resultado da própria dinâmica intergeracional (que agora favorece os grupos em idade mais avançada em todo o país). A diferença para os níveis intermediários pode se dar tanto pela própria transição demográfica (que vai avançando pelos territórios), quanto pela migração para estes lugares.

Os idosos, embora ainda sejam o menor grupo entre essas faixas etárias, com 22,1 milhões de pessoas em 2022 (11% da população), são os que crescem de forma mais intensa e apresentam as maiores variações em todos os níveis da hierarquia urbana – mais acentuadas nas capitais regionais, em seguida nas metrópoles.

Gráfico 5 – Variação percentual (%) da população segundo estrutura etária (2010-2022) e porte populacional (2022) por nível territorial



Fonte: Censos Demográficos (2010-2022) e REGIC (2018) – IBGE.

Assim, para as regiões que ainda apresentam um crescimento populacional expressivo, é bem possível que tal crescimento esteja atrelado às migrações – potencializadas por dinâmicas econômicas específicas que promovem circularidade de população, como as atividades extrativistas e o agronegócio, na lógica que analisamos anteriormente.

A tese a respeito da migração como um dos elementos fundamentais a determinar a redistribuição da população no território já é amplamente difundida (Brito, Souza, 2005; Silva, 2013), sobretudo em razão da tendência apresentada no gráfico 4 de redução dos ritmos de crescimento populacional em todo o país e das taxas de fecundidade. Ao mesmo tempo, as diferenças regionais em termos de variação populacional se devem aos distintos regimes demográficos ainda presentes no vasto território brasileiro e aos movimentos populacionais entre as regiões.

Ainda não temos dados recentes e atualizados sobre as migrações no Brasil, embora os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022 tenham suscitado inúmeros debates a respeito. De todo modo, é evidente que algumas porções do território vêm apresentando ritmos de crescimento bastante acentuado, especialmente as regiões polarizadas por capitais regionais. Nesses casos, a vinculação com a implantação de grandes empreendimentos, projetos de investimentos e atividades ligadas à extração de petróleo, agronegócio, mineração, infraestrutura e logística pode ser expressiva, como se verá a seguir.

Os territórios do neoextrativismo: um estudo exploratório

Como nosso interesse também é analisar e levantar hipóteses sobre os efeitos dos empreendimentos extrativistas sobre a configuração urbano-regional do país, selecionamos quatro regiões do país dinamizadas nas últimas décadas por atividades características do processo de urbanização dependente no Brasil, ou seja, os territórios do agronegócio, do petróleo, da logística e da mineração. Para esses casos, foi realizada uma análise bibliográfica de estudos e pesquisas que trabalharam sobre

as regiões selecionadas e um levantamento de informações quantitativas e qualitativas.

Optamos por considerar aqui a nova regionalização do IBGE referente às regiões geográficas intermediárias e imediatas por englobar todos os municípios do país na divisão regional e, concomitantemente, considerar as novas relações, funções e complementariedades existentes no território. O estudo reflete o esforço por uma divisão regional em que "as unidades identificadas tenham coerência interna e um certo grau de permanência de seus atributos constitutivos [...], ao mesmo tempo em que reflitam sua relação externa em direção a um mundo que se articula e se transforma por meio de diversas redes" (IBGE, 2017, p. 6).

Entre as 20 regiões imediatas (RGI) que mais cresceram em termos de população no país de 2010 a 2022, foram selecionadas as regiões imediatas de Parauapebas, no Pará; as regiões imediatas de Sorriso e Sinop, no Mato Grosso; a região imediata de Joinville, em Santa Catarina; e a região imediata de Macaé-Rio das Ostras, no estado do Rio de Janeiro – como exemplos proeminentes dessas transformações (quadro 1).

A Região Imediata de Parauapebas fica na região dos Carajás, localizada no estado do Pará, destaca-se pela exploração mineral, sendo fortemente impactada por projetos extrativos e logísticos como a Mina de Carajás, a Estrada de Ferro e o Projeto Grande Carajás (Castriota, 2024, p. 5). A região é polarizada por Parauapebas, capital regional C na hierarquia urbano-regional (IBGE, 2018), e sua população cresceu significativamente, apresentando um aumento de 70% entre 2010 e 2022, alcançando 391.645 habitantes. Este crescimento populacional pode ser relacionado à expansão urbana e à intensa migração atraída pelos projetos da empresa Vale, que desempenha um papel central no desenvolvimento econômico e populacional da região. Diversos estudos trataram sobre o intenso fluxo migratório em direção à região em razão dos projetos extrativistas, assim como os controversos efeitos sobre o território e a dinâmica social (Melo, Cardoso, 2016; Castriota, 2024). Os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás vem manifestando significativo aumento do PIB, chegando a apresentar, em 2021, o segundo e o terceiro maior PIB da região Norte.

Por outro lado, no Mato Grosso, as regiões de Sinop e Sorriso ilustram o impacto do agronegócio na realidade local. Sorriso se apresenta como o maior exportador de soja do Brasil, contribuindo com 14% da produção nacional. A região apresenta uma variação significativa no PIB, com crescimento de 242% em Sorriso e 153% em Sinop entre 2010 e 2021. Quanto à variação populacional, a região de Sorriso cresceu 67% e a região de Sinop cresceu 37% entre os censos demográficos de 2010 e 2022. Esses municípios se destacam não apenas pela produção agrícola, mas também pela infraestrutura voltada ao suporte da manutenção e ampliação da indústria do agronegócio, através da oferta de serviços especializados e uma forte interligação entre as empresas. Desse modo, a lógica da urbanização incorpora a cidade na produção e reprodução do capital agropecuário, atuando como apoio ao processo produtivo e atendimento das suas necessidades (Faria et al., 2023; Von Dentz, 2019).

A RGI de Joinville, polarizada pelo município que lhe dá o nome – considerado capital regional B localizada ao norte do estado de Santa Catarina – tem como uma de suas principais características econômicas as atividades portuárias e a forte concentração de pequenas e médias empresas industriais. Ressalta-se que o perfil de movimentação nessas estruturas portuárias é distinto, enquanto no Porto Organizado de São Francisco do Sul, administrado pela companhia estadual SC-Parcerias S/A (SC-PAR, 2024), tem destaque a exportação de grãos, como milho e soja, importação de fertilizantes e cabotagem de lâminas metálicas, no Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul, de uso exclusivo da Petrobras circula exclusivamente óleo e derivados, já no TUP-Itapoá a principal movimentação é de carga conteinerizada, sobretudo alimentos para exportação (ANTAQ, 2024). O caso da RGI de Joinville apresenta uma característica específica, a diversidade de atividades industriais já estabelecidas concomitante ao abrigo de estruturas portuárias voltadas à circulação de produtos primários. A soma de fatores torna a região um caso distinto, aliando atividades da indústria de transformação e circulação de commodities. Nesse cenário, entre 2010 e 2022, a população da região cresceu 26%, impulsionada pela operação

de empreendimentos portuários. O PIB da região também teve uma variação positiva de 22% entre 2010 e 2021, refletindo a expansão econômica local.

Por fim, destacamos o caso da região Norte do estado do Rio de Janeiro, em especial a área relativa à região imediata de Macaé – Rio das Ostras, que apresenta a dinâmica do neoextrativismo atrelada à indústria do petróleo e gás, chegando a ser considerada um "enclave local" (Cruz, Tavares, 2024). Diferente das demais, a referida região enfrentou uma retração econômica significativa nos últimos anos, com uma variação negativa de -36% no PIB entre 2010 e 2021. Esse declínio pode ser atribuído à volatilidade dos preços do petróleo e à dependência econômica regional das atividades de extração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos. A economia regional sofreu com significativos baques nos últimos anos, principalmente após 2014, quando os preços do barril de petróleo caíram pela metade com a mudança no perfil de investimentos da Petrobras, privilegiando a exploração na camada pré-sal, localizada na Bacia de Santos (Cruz, Tavares, 2024). Apesar deste cenário, foi possível notar uma variação populacional positiva de 26%, indicando que, embora tenha ocorrido forte retração econômica, a região atraiu, e ainda atrai, um considerável quantitativo populacional. Novos empreendimentos instalados na região no período, como o Porto do Açu, em São João da Barra, desempenham papel relevante na economia da região, especialmente quanto à relação "porto-petróleo", com o empreendimento do Açu fornecendo apoio às atividades *offshore* e servindo como plataforma de exportação de commodities, como o petróleo (Moraes, 2024).

As 20 regiões imediatas que mais cresceram no país de 2010 a 2022 – a maioria apresenta atividades ligadas ao agronegócio, assim como aos grandes investimentos na área da mineração, petróleo, infraestrutura e portos – tiveram um incremento populacional de cerca de 2,2 milhões de habitantes (1,1% da população total do país em 2022). Mas as dinâmicas são heterogêneas. Por exemplo, um município inserido na lógica da urbanização logística-portuária, como Itapoá, que experimenta um crescimento populacional exacerbado de mais de 100% em aproxima-

damente uma década, passa de quase 15 mil habitantes em 2010 para 30 mil em 2022. Esse quantitativo, na escala local é expressivo, mas na dinâmica da urbanização do país nem tanto. Já o caso de Parauapebas é emblemático – em 2010 possuía 153.908 habitantes e em 2022 já apresentou uma população residente de 266.424 pessoas, um aumento de 73%. Há vários outros municípios com situação semelhante entre cidades pequenas e médias. Tais mudanças são expressivas na escala local-regional, mas ainda precisam ser mais bem investigadas na dinâmica urbano-regional em nível nacional.

Quadro 1 – Regiões do extrativismo no Brasil – regiões imediatas selecionadas

RGI Parauapebas – PA	**RGI Sorriso / RGI Sinop – MT**
Hierarquia: Parauapebas – Capital Regional C	Hierarquia: Sinop – Capital Regional C
Projetos extrativos e logísticos - **mineração**	Avanço do **agronegócio** no MT e outras UFs
PIB variação: 167% (2010-2021) [Parauapebas e Canaã dos Carajás - 2º e 3º maior PIB da região Norte]	PIB variação: RGI Sinop – 153%; RGI Sorriso – 242% (2010-2021)
	[Sorriso: maior município exportador de soja]
POPULAÇÃO variação: 70% (2010-2022)	POPULAÇÃO variação: RGI Sorriso – 65% / RGI Sinop – 37% (2010-2022)
MIGRAÇÃO: Municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás - altas taxas imigratórias (2005-2010)	MIGRAÇÃO: Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Nova Ubiratã - altas taxas imigratórias (2005-2010)
RGI Joinville – SC	**RGI Macaé - Rio das Ostras - SC**
Hierarquia: Joinville – Capital Regional B	Hierarquia: Macaé – Capital Regional C
Projetos de **infraestrutura** e **portos** para exportação de produtos primários; clusters ligados à indústria eletro-metal-mecânica	Exploração e produção de **petróleo** e gás. [**Complexo portuário** no arranjo de Campos dos Goytacazes - São João da Barra]
PIB variação: 22% (2010-2021)	PIB variação: -36% (2010-2021)
POPULAÇÃO variação: 26% (2010-2022)	POPULAÇÃO variação: 26% (2010-2022)
MIGRAÇÃO: Municípios de Balneário Barra do Sul, Araquari e Itapoá - altas taxas imigratórias (2005-2010)	MIGRAÇÃO: Rio das Ostras - alta taxa imigratória (2005-2010) [município com maior crescimento populacional no Censo 2010]

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (2010-2022); REGIC (2018); PIB (2010-2021).

A análise das regiões polarizadas por capitais regionais no Brasil revela dinâmicas econômicas e sociais distintas, entretanto, com um forte elemento em comum: a influência das atividades extrativistas e agronegócio na estrutura populacional. Enquanto regiões como Parauapebas e Sorriso têm se beneficiado do crescimento impulsionado por setores específicos como mineração e agronegócio, as regiões de Joinville e Norte Fluminense têm seu crescimento impulsionado respectivamente pela dinâmica portuária e indústria de petróleo, gás e, na última década, pela logística de exportação de recursos naturais, enfrentando desafios econômicos decorrentes da dependência do neoextrativismo. Na linha analítica aqui empreendida, fica bastante indicativa a relação entre os grandes empreendimentos e os efeitos na dinâmica populacional.

Considerações finais: novo regime demográfico ou nova dinâmica territorial?

A estrutura urbano-regional brasileira e a dinâmica populacional no território certamente vêm sendo afetadas pela nova urbanização dependente e suas lógicas extensiva, extrativista e rentista. Os mecanismos que essas relações estabelecem e o dimensionamento de seus efeitos ainda são um campo aberto para investigação.

Nossa hipótese é a de que a reestruturação urbano-regional em termos da dinâmica populacional deve considerar tanto a expansão das atividades extrativistas (agronegócio, mineração, atividades petrolíferas e portuárias) como os regimes demográficos distintos que os diferentes territórios ainda experimentam, embora haja uma tendência demográfica geral de envelhecimento e mesmo de declínio populacional (IBGE, 2024), já evidente em certas regiões de urbanização mais consolidada.

No caso da expansão das atividades extrativistas, próprias da nova urbanização dependente, podemos supor que a lógica territorial tem sido a de dinamizar as aglomera-

ções urbano-regionais em nível intermediário na hierarquia urbana ou de elevar certas regiões a esse patamar, ao mesmo tempo que se tornam lócus da especialização produtiva, evidenciando o caráter extensivo dessa urbanização, imprimindo novos contornos e mecanismos ao processo de metropolização do espaço.

No que tange às mudanças populacionais, tanto em termos da estrutura demográfica quanto em termos da mobilidade, é importante reafirmar que toda análise precisa considerar as dimensões espaciais e temporais, ou seja, é preciso olhar a dinâmica populacional pretérita segundo diferentes escalas da urbanização regional. Por exemplo, se olharmos somente a última década intercensos, as Capitais Regionais e os Centros Sub-Regionais apresentam maior crescimento e alguns espaços metropolitanos "perdem" população – isso é o que mais foi veiculado na mídia. Mas ao longo do tempo – considerando décadas passadas – em todos os espaços estão diminuindo os ritmos de crescimento populacional.

Assim, o crescimento populacional das regiões na escala intermediária da hierarquia urbano-regional brasileira pode ser bastante heterogêneo, assim como a redução dos ritmos de crescimento nas metrópoles, em razão da estrutura demográfica pretérita, o que afeta bastante a composição e a variação populacional atual.

Neste capítulo, não foi possível incorporar, por uma série de razões de ordem metodológica e disponibilidade de dados, dados sobre as componentes demográficas, como fecundidade, mortalidade e migração – o que será importante analisar posteriormente. Mas já é sabido que não se pode desconsiderar que a dinâmica migratória em escala urbano-regional vem se confirmando como fundamental para a análise das tendências populacionais. De todo modo, é importante ressaltar que as diferenças acentuadas relativas à variação populacional percentual devem ser relativizadas em relação ao quantitativo absoluto do contingente populacional, pois há "permanências" capitaneadas pelas metrópoles.

Em termos da transição, as próximas décadas tendem a uma estabilidade e/ou decrescimento populacional na grande escala.

É bem possível que, nesse cenário, a urbanização extrativista siga imprimindo significativas alterações na escala local, mas em que medida isso realmente afetará uma redistribuição populacional no país ainda é algo a se analisar. No cenário atual, essa "redistribuição" em termos de participação deve ser bastante afetada pela própria dinâmica demográfica. Assim, podemos apontar que os processos em curso relativos à consolidação de um novo regime demográfico no Brasil e ao aprofundamento da nova urbanização dependente são essenciais para a leitura da dinâmica socioterritorial do país.

CAPÍTULO 7

Desindustrialização nas metrópoles brasileiras[46]

Marcelo Gomes Ribeiro

Introdução

O presente artigo discute o fenômeno da desindustrialização nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Esses espaços se constituíram historicamente como *loci*, por excelência, da concentração da produção manufatureira ocorrida no país na segunda metade do século XX. A análise realizada toma como referência o período das duas primeiras décadas do século XXI, quando o fenômeno da desindustrialização já tinha se configurado de modo mais evidente nos debates acadêmico e público e apresentado explicitamente seus efeitos territoriais. Assim, argumenta-se que o processo de desindustrialização brasileiro é fundamentalmente um fenômeno metropolitano em razão de ocorrer sobretudo nas principais regiões metropolitanas, aquelas reconhecidas como metrópoles (REGIC/IBGE, 2020).

O objetivo deste trabalho é apresentar a análise da estrutura produtiva da indústria de transformação[47] das principais regiões metropolitanas brasileiras *vis-à-vis* sua inserção nacional, de modo a obter uma compreensão mais efetiva das características territoriais em que se manifesta esse fenômeno. Também se buscou identificar os ramos de atividade industrial mais determinantes para a ocorrência do processo de desindustrialização metropolitano do país, considerando que o comportamento dos diversos

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_007

ramos da produção manufatureira não seja homogêneo. Assim, com base na análise da desindustrialização, são postos em tela os processos de "interiorização" que caracterizam alguns ramos manufatureiros. Ainda, caracterizam-se as metrópoles em que esse processo de desindustrialização é mais frequente e os ramos de atividade econômica em que isso se verifica.

A análise da desindustrialização nas metrópoles do Brasil é relevante pela sua importância como aglomeração populacional, e em razão de serem espaços significativos para o funcionamento da dinâmica econômica nacional diante de seu papel articulador das relações econômicas que estabelecem com o "interior" do país e com o resto do mundo. Até a década de 1970, inclusive, a atividade industrial manufatureira concentrava-se em algumas dessas regiões metropolitanas – São Paulo e Rio de Janeiro, particularmente –, e, mesmo com o processo de desconcentração industrial ocorrido nas últimas décadas do século XX, aquelas metrópoles e outras que desde então se constituíram continuaram relevantes como espaços de concentração industrial. Porém, como a desindustrialização continuou avançando no país, sobretudo depois da crise internacional de 2008, é necessário pôr em escrutínio esse processo nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Por se configurarem como os mais importantes aglomerados populacionais, a desindustrialização nesses espaços empobrece a diversidade de atividades econômicas, reduz a articulação econômica territorial com o interior e com o resto do mundo e gera consequências sociais graves, na medida em que reduz as oportunidades de emprego e de acesso à renda.

Neste artigo, são utilizados dados públicos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes às Contas Regionais e ao PIB Municipal – em nível nacional e metropolitano, no período de 2002 a 2020 –, além de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), em nível nacional, e outros pertinentes a ela relativos a uma tabulação especial solicitada ao IBGE, em nível metropolitano, dos anos de 2007 e 2019. Tais indicadores, pautados nas bases de dados mencionadas, dizem respeito ao Produto Interno Bruto (PIB), ao Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor industrial e ao Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação. Com este último indica-

dor, é realizada a análise por ramos de atividades da indústria de transformação para as metrópoles consideradas neste artigo. Esses ramos, por sua vez, são classificados segundo o nível de intensidade tecnológica, de acordo com a formulação feita pela EUROSTAT (EUROSTAT, *s.d.*).

O artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o debate mais recente acerca da desindustrialização brasileira, problematizando o papel das metrópoles nesse processo. Na terceira seção, são elencados os aspectos metodológicos que sustentam a análise realizada. Na quarta, evidenciam-se os resultados e é feita a análise da desindustrialização metropolitana no Brasil. Na quinta, como considerações finais, são sumariados os principais resultados apresentados e as principais conclusões obtidas num esforço interpretativo das consequências da desindustrialização para as metrópoles e para o país.

A desindustrialização brasileira e o papel das metrópoles

O debate internacional sobre o fenômeno da desindustrialização focou, inicialmente, os países de economia avançada, diante do fato de terem sido os primeiros a apresentar redução da participação do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB e redução da participação do emprego manufatureiro no emprego total. Neles, o estágio de reversão da participação manufatureira no emprego se efetivou quando se alcançavam níveis elevados de renda *per capita*, configurando um processo de desindustrialização próprio de economias maduras, decorrente da modernização da atividade econômica e caracterizado pela ampliação das atividades de serviços intensivas em conhecimento no emprego e no PIB (Tregenna, 2016).

Os países em desenvolvimento manifestaram o fenômeno da desindustrialização em período posterior às nações desenvolvidas. No entanto, quando a desindustrialização ocorreu em tais países, as respectivas economias ainda não tinham alcançado maturidade produtiva, em face de, naquele momento, os níveis

de renda *per capita* serem mais baixos do que os verificados nos países de economia avançada e sem que o setor de serviço apresentasse nível elevado de intensidade de conhecimento, como consequência de uma atividade econômica moderna (Tregenna, 2016; Morceiro; Guilhoto, 2019). Como a indústria manufatureira tende a se caracterizar por economias estáticas e dinâmicas de escala, por concentrar o progresso técnico, por provocar efeitos de encadeamento a montante e a jusante nas cadeias produtivas e por apresentar maior elasticidade-renda da demanda (Hiratuka; Sarti, 2017), as consequências da desindustrialização em países que não constituíram suficientemente economias maduras podem ser negativas tanto para o crescimento econômico como para a geração de empregos. Além disso, no setor industrial, por concentrar empregos de maior qualificação e semiqualificação – e, portanto, de maior remuneração –, a desindustrialização pode provocar aumento da desigualdade de renda (Tregenna, 2016).

As evidências do processo de desindustrialização brasileiro começaram a ser observadas na década de 1980, quando se configurou o esgotamento da política de substituição de importações – característica do processo de industrialização do país. Foi a partir desse período que se constatou a queda da participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB nacional. Esse comportamento se acentuou nos anos 1990 em decorrência da abertura comercial e financeira da economia e, posteriormente, das políticas macroeconômicas de caráter ortodoxo que foram implantadas em meados dessa década, em adição àquelas que ficaram conhecidas como tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário), a partir de 1999. Todas essas políticas contribuíram para o processo de reestruturação produtiva da indústria brasileira e, por conseguinte, para a redução do peso da indústria de transformação na economia nacional (Cano, 2012).

Nos anos 2000, em virtude da manutenção do tripé macroeconômico e da expansão da economia chinesa, o Brasil aumentou suas exportações de produtos primários – agrícolas e minerais –, ao mesmo tempo que ampliou as importações de produtos manufaturados. Embora, a partir de 2002, tenha alcançado o superávit na balança comercial e elevado o crescimento econômico, houve

algumas consequências econômicas, como a reprimarização da pauta exportadora brasileira, caracterizada como especialização regressiva, e a intensificação do processo de desindustrialização, explicado pelo que se convencionou chamar de *doença holandesa*[48] (Cano, 2012; Bresser-Pereira; Gala, 2010).

Explicações contrárias têm ensejado o debate sobre a existência e as causas da desindustrialização brasileira e alimentado contribuições metodológicas importantes para a compreensão desse fenômeno (Bonelli; Pessôa, 2010; Bonelli; Pessôa; Matos, 2013; Morceiro, 2021). Esses avanços metodológicos têm contribuído para o melhor entendimento do processo de desindustrialização, em especial para as análises realizadas em nível nacional, tendo em vista que, a partir da crise internacional de 2008, a literatura especializada passou a convergir para a sua ocorrência (Maia, 2020). Apesar disso, as explicações causais ainda se configuram como pontos de discordância, acima de tudo entre aquelas de caráter estrutural e conjuntural da desindustrialização, ou, igualmente, entre as explicações que conferem maior ênfase aos aspectos internos do país e às relações com o comércio exterior, a despeito de ninguém considerar a existência de uma única explicação para um fenômeno tão complexo.

Embora esse campo de discussão tenha progredido consideravelmente, a análise do perfil setorial da indústria de transformação, diante dos padrões de mudanças técnicas, tem ocorrido apenas no período mais recente. Ao analisar a participação de treze ramos manufatureiros no PIB do Brasil, a preços constantes, Morceiro e Guilhoto constataram, em análise realizada para o período de 1970 a 2016, que a desindustrialização no país "ocorre de modo heterogêneo entre os setores da indústria de transformação" (2019, p. 22). Os setores intensivos em trabalho e supridores de necessidades básicas foram os primeiros a se desindustrializar, o que condiz com o esperado, na medida em que esse fenômeno tende a se efetivar quando a renda *per capita* se eleva até determinado nível. Alguns setores intensivos em tecnologia e conhecimento posteriormente apresentaram processo de desindustrialização, mas em nível de renda *per capita* não tão elevado na comparação com os países desenvolvidos, o que pode sugerir que sua

ocorrência seja prematura. Outros setores intensivos em tecnologia e conhecimento, apesar da não reversão de sua participação no PIB, não demonstraram crescimento robusto de sua atividade. Desse modo, fica evidenciado que a análise da desindustrialização precisa levar em conta os diferentes setores manufatureiros, pois sua ocorrência pode acarretar consequências distintas social e economicamente.

A despeito disso, pouca atenção tem sido dada à dimensão territorial do processo de desindustrialização, especialmente referente aos contextos das metrópoles mais relevantes do Brasil[49], que foram os principais *loci* do processo de industrialização nacional, sobretudo nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O processo de industrialização brasileiro concentrou-se no estado de São Paulo, com centralidade na Área Metropolitana que envolve sua capital, que, em 1970, representava 44% do VTI da indústria manufatureira nacional. Embora a Área Metropolitana do Rio de Janeiro tenha menor participação, juntas elas correspondiam a mais de 50% do VTI da indústria de transformação do país, em 1970 (Cano, 1988; Diniz; Crocco, 1996). Mais de 80% do VTI da indústria de transformação era gerado no Sudeste, o que permite perceber o baixo dinamismo industrial das demais regiões brasileiras; mesmo assim, algumas cidades que aglomeravam parcela importante da população também se constituíam como relevantes centros industriais regionais.

A partir da década de 1970, efetivaram-se o processo de desconcentração econômica, em geral, e o manufatureiro, em particular, no Brasil. Esse movimento recebeu explicações distintas em cada período econômico. Nos anos 1970, em que o país apresentou taxas elevadas de crescimento econômico, a desconcentração ocorria de forma virtuosa, tendo em vista que todas as regiões cresciam e em ritmo mais acelerado do que o do estado de São Paulo e sua Área Metropolitana. Na década de 1980, que se caracterizou como a primeira década perdida, ela foi interpretada como algo espúrio, pois a maior parte das regiões brasileiras reduziu o crescimento – com exceção dos estados que se constituíram com fronteira agrícola –, o que se deu de modo mais intenso, também, no estado de São Paulo. Na década seguinte, a desconcentração assumiu novo

caráter, decorrente das políticas econômicas neoliberais, momento em que ocorreu a abertura comercial na perspectiva de enfrentar a competitividade do mercado internacional (Cano, 2007).

O processo de desconcentração econômica contribuiu para a consolidação da metropolização de alguns centros urbanos regionais que já despontavam populacional e economicamente desde a década de 1960, além de servir para a constituição de novas centralidades urbanas nesse processo de metropolização do país.

Já em meados da década de 1970, o Governo Federal institucionalizou as primeiras nove regiões metropolitanas do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém (Davidovich, 2004). Passados quase cinquenta anos, como resultado de estudos sobre a rede urbana brasileira, o IBGE classificou quinze arranjos populacionais do país sob a denominação de metrópole, em face de sua influência na articulação de outras cidades da rede urbana, "considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades" (REGIC/IBGE, 2020, p. 11). Essas metrópoles ocupam o topo da hierarquia de nossa rede urbana. Além das noves regiões metropolitanas citadas, foram consideradas metrópoles os aglomerados de Brasília, Goiânia, Manaus, Grande Vitória, Florianópolis e Campinas. Portanto, essas quinze metrópoles constituem-se atualmente como os mais importantes centros urbanos brasileiros.

Se, há algumas décadas, as primeiras metrópoles do país foram *loci* da concentração da produção manufatureira, ao considerar a continuidade do processo de desindustrialização nacional, principalmente no período mais recente, torna-se importante avaliar esse fenômeno nas atuais metrópoles existentes no Brasil.

Procedimentos metodológicos

A avaliação do grau de industrialização ou de desindustrialização pode ser realizada de várias maneiras. Porém, os principais indicadores utilizados apontados pela literatura especializada referem-se à participação do valor adicionado da indústria de

transformação sobre o PIB e à participação desse setor produtivo no emprego total. No caso de países de renda média, que experimentam a desindustrialização prematuramente, os dois indicadores são relevantes para a análise desse processo (Tregenna, 2009). Neste trabalho, contudo, vamos tratar da desindustrialização com base na participação do valor adicionado da indústria manufatureira no PIB e, em adição, vamos analisar em detalhe a particularidade das metrópoles brasileiras pelo VTI da indústria de transformação, considerada *proxy* do valor adicionado.

Para tanto, utilizamos uma tabulação especial[50] do VTI, apoiando-nos na Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para as principais regiões metropolitanas existentes no país, contemplando o período de 2007 a 2019. O IBGE não divulga os dados do VTI se, na Divisão CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas] 2.0, houver menos de três unidades locais em determinada região metropolitana. Esses dados só são divulgados quando há três ou mais unidades locais nessa divisão. Para os ramos da indústria de transformação, essa situação ocorreu, mas em pequena proporção, pois dados de somente 0,62% das unidades locais não foram disponibilizados, em 2007, e apenas 0,67%, no ano de 2019. Portanto, os resultados apresentados compreendem quase a totalidade das unidades locais das regiões metropolitanas.

Com a possiblidade de analisar a indústria de transformação desagregada por Divisão CNAE 2.0, que compreende 24 categorias, na perspectiva de construir a síntese da análise realizada, resolvemos organizá-las segundo o nível de intensidade tecnológica, com base na classificação feita pela EUROSTAT (EUROSTAT, *s.d.*), que define: (i) as indústrias de alta intensidade tecnológica; (ii) as indústrias de média-alta intensidade tecnológica; (iii) as indústrias de média-baixa intensidade tecnológica; (iv) as indústrias de baixa intensidade tecnológica. Isso foi possível porque as categorias da Divisão CNAE 2.0 são compatíveis com a classificação internacional de atividades econômicas, também usadas pela EUROSTAT.

Na análise das regiões metropolitanas, foi realizado o deflacionamento do VTI mediante o uso do IPA-DI (Índice de Preços

ao Produtor Amplo – Disponibilidade Interna), da Fundação Getulio Vargas, considerando que esse índice mensura as variações médias dos preços recebidos pelos produtores domésticos na venda de seus produtos, tanto do setor agropecuário como do setor industrial. Portanto, a nosso ver, trata-se de um deflator mais adequado para a correção monetária do VTI da indústria de transformação.

Apesar de o VTI ser considerado *proxy* do VAB, há diferenças entre eles. O primeiro corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e os Custos com as Operações Industriais (COI). O segundo é relativo, por sua vez, à diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI). Ocorre que o CI incorpora mais elementos de custos do que os COI, o que explica o fato de o VTI, normalmente, apresentar valores mais elevados do que o VAB. Como dispomos somente dos dados do VTI para a análise metropolitana, vamos antes estabelecer comparações em nível nacional entre ele e o VAB exatamente para demonstrar a relação existente entre esses dois indicadores de valor agregado.

Foram levadas em conta, neste trabalho, as regiões metropolitanas que correspondem às metrópoles do país identificadas no estudo feito pelo IBGE denominado *Regiões de Influências das Cidades*, de 2018, também conhecido como REGIC (REGIC/IBGE, 2020). Por meio desse estudo da rede de cidades brasileiras, o IBGE busca estabelecer uma hierarquização entre elas, o que possibilitou definir quinze arranjos populacionais com características metropolitanas, por exercerem influência nas demais cidades de todo o território nacional. São eles: São Paulo (a grande metrópole nacional), Rio de Janeiro e Brasília (metrópoles nacionais), Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Salvador, Grande Vitória e Manaus (metrópoles regionais). Como as regiões metropolitanas com que estamos trabalhando correspondem àquelas que são consideradas metrópoles, neste artigo utilizamos como sinônimos os termos principais regiões metropolitanas e metrópoles, sempre nos referindo aos arranjos populacionais mencionados acima.

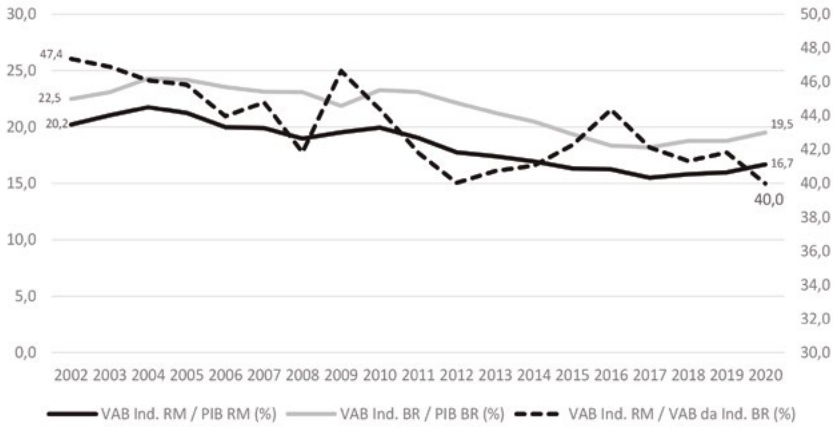
Resultados e análise

Desindustrialização metropolitana e desindustrialização nacional

A participação do VAB do setor industrial sobre o PIB nas principais regiões metropolitanas e no Brasil como um todo, demonstrada no Gráfico 1, a seguir, evidencia que: (i) a participação do setor industrial no PIB é maior no Brasil do que nas principais regiões metropolitanas; (ii) a trajetória de comportamento da indústria metropolitana é semelhante à da indústria nacional; (iii) apesar da pequena recuperação ocorrida nos últimos anos da série histórica, tem havido, desde o começo da segunda década do século XXI, redução mais intensa da participação do VAB sobre o PIB, o que corrobora a diminuição do setor industrial no produto das regiões metropolitanas e do país. Essas constatações sugerem que essa diminuição nas principais regiões metropolitanas é responsável pela queda no Brasil como um todo, principalmente diante do mesmo comportamento das curvas de participação do VAB industrial sobre o PIB nas metrópoles e no país. Isto é, quando o crescimento da participação industrial ocorre nas metrópoles, isso se estende em âmbito nacional; quando ocorre queda dessa participação nas regiões metropolitanas, ela também ocorre nacionalmente.

As metrópoles brasileiras têm diminuído sua participação no VAB industrial do país, conforme o Gráfico 1, pois a participação, em 2002, era de 47,4% e passou, em 2020, para 40% – uma queda de 7,4 pontos percentuais em duas décadas. Essa constatação demonstra que as metrópoles brasileiras têm perdido o protagonismo na produção industrial brasileira. Somada à constatação anterior – de que as curvas da participação do VAB industrial sobre o PIB são semelhantes nas metrópoles e no Brasil –, evidencia-se que o processo de desindustrialização – medido pela participação do VAB industrial no PIB – se caracteriza como um fenômeno metropolitano e foi a desindustrialização dessas regiões que, pelo menos na última década, provocou a desindustrialização nacional.

Gráfico 1 – Participação do VAB do setor industrial sobre o PIB das principais regiões metropolitanas e do Brasil e participação do VAB industrial das principais regiões metropolitanas no VAB industrial do Brasil – 2002 a 2020 (em %)



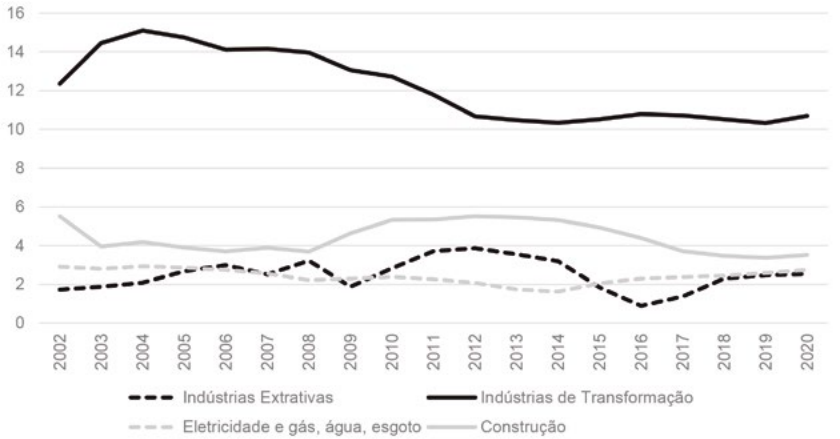
Fonte: PIB Municipal, IBGE (2002 a 2020, [*s.d.*]).

No Gráfico 2, está exposta a participação do VAB dos quatro setores industriais brasileiros no PIB do país: indústrias extrativas, indústrias de transformação, construção, eletricidade e gás, água, esgoto. Apesar das oscilações de aumento ao final da primeira década e de queda na metade da segunda, as indústrias extrativas e da construção apresentaram menores participações no PIB nacional. É mais reduzida, ainda, a participação do setor de eletricidade e gás, água, esgoto, sempre abaixo de 3%. A participação das indústrias de transformação do VAB no PIB, ao contrário, constantemente revela patamares de dois dígitos. Não obstante, foi o setor da indústria que sofreu a maior queda: em 2004, quando alcançou a maior participação, os registros foram de 15,1%; em 2019, ano em que se constatou a menor participação, foram da ordem de 10,3%, quase 5 pontos percentuais de queda. Esses resultados demonstram, portanto, que as indústrias de transformação foram as que mais contribuíram para a redução da participação do VAB industrial no PIB nacional.

Assim, ao considerarmos que a desindustrialização recente brasileira é, sobretudo, um fenômeno metropolitano e que esse processo tem ocorrido notadamente nas indústrias de transfor-

mação, torna-se necessário avaliar de modo mais detalhado as atividades produtivas da indústria de transformação nas principais regiões metropolitanas do país.

Gráfico 2 – Participação do VAB setorial da indústria no PIB brasileiro – 2002 a 2020 (em %)



Fonte: Contas Regionais, IBGE (2002 a 2020, [*s.d.*]).

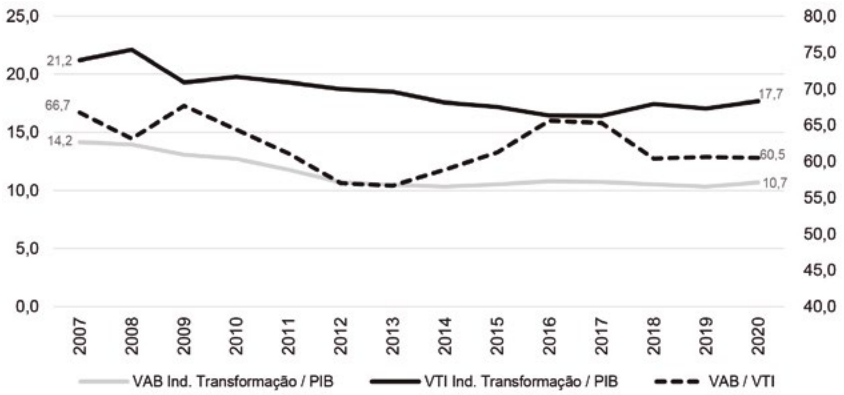
Desindustrialização metropolitana-nacional e interiorização

Para aprofundarmos a análise do processo de desindustrialização nas regiões metropolitanas, pautando-nos nos ramos de atividades econômicas da indústria de transformação, será necessária a utilização de outra base de dados – diferente das Contas Nacionais –, com disponibilidade de dados desagregados por esses ramos produtivos na escala metropolitana. A base em questão se refere à tabulação especial de dados da PIA, solicitada ao IBGE. Por esse motivo, antes de adentrarmos a análise das regiões metropolitanas, vamos relacionar o comportamento do VAB e do VTI da indústria de transformação em nível nacional, tendo em vista a relação existente entre eles, mesmo que em patamares monetários distintos.

O Gráfico 3 apresenta as evoluções da participação do VAB da indústria de transformação e da participação do VTI da indústria de transformação em relação ao PIB nacional,

no período[51] de 2007 a 2020. Ambas as curvas demonstram comportamento de queda desde o final da primeira década do século XXI, voltando a registrar pequena elevação ao final da série histórica, sem, contudo, atingir o mesmo patamar do período anterior. A queda de participação no PIB tanto do VAB como do VTI da indústria de transformação revela a ocorrência do processo de desindustrialização brasileira (Tregenna, 2009), em face da redução relativa da produção manufatureira para a composição do produto do país.

Gráfico 3 – Participação do VAB da indústria de transformação no PIB, participação do VTI na indústria de transformação no PIB e participação do VAB da indústria de transformação no VTI da indústria de transformação do Brasil – 2007 a 2020 (em %)

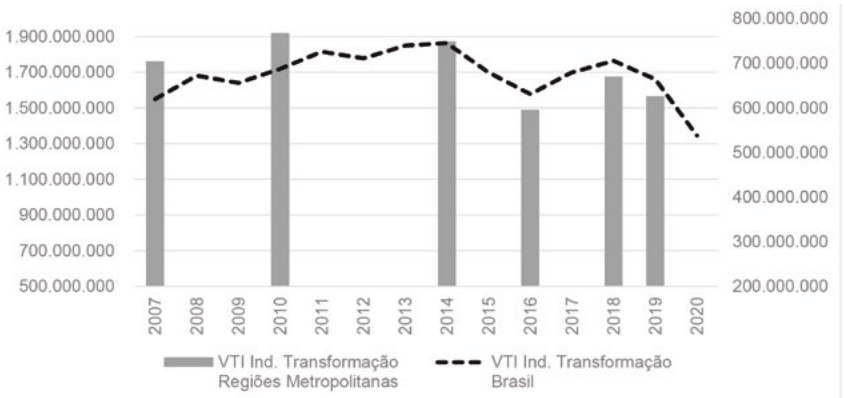


Fonte: Contas Regionais, IBGE. Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE (2007 a 2020, [*s.d.*]).

Além disso, a relação entre o VAB e o VTI apresenta variação relativamente baixa, pois a menor participação do primeiro sobre o segundo foi de 56,7%, e a maior foi de 67,7%, ou seja, uma amplitude de apenas 11 pontos percentuais. Essa diferença decorre da incorporação, no primeiro, de custos não operacionais que estão ausentes no segundo – vale destacar que tais custos podem ser influenciados pela variação cambial do país. De todo modo, considerando que a diferença de variação entre esses dois indicadores seja relativamente baixa, o VTI pode ser utilizado como *proxy* do valor adicionado, na ausência do VAB, especialmente para a análise subnacional em que há maior carência de dados desagregados das contas nacionais.

Embora tenham ocorrido oscilações no montante do VTI da indústria de transformação brasileira, em valores reais, entre 2007 e 2020, o resultado de todo o período foi de redução, com queda de R$1,55 bilhão, em 2007, para R$1,35 bilhão, em 2020, mesmo tendo atingido R$1,86 bilhão no ano de 2014, seu patamar mais elevado, conforme demonstra o Gráfico 4. A queda em 2020 foi intensificada pelos efeitos da pandemia da Covid-19, uma vez que o patamar registrado em 2019, já em queda em relação ao ano anterior (2018), era um pouco mais elevado do que o que foi verificado no começo da série histórica – em 2019, o VTI da indústria de transformação foi de R$1,66 bilhão, aumento de 7,1% diante de 2007, mas queda de 10,9% na comparação com 2014. Isso é demonstrado pela estagnação da produção industrial manufatureira do Brasil, que se expressa na redução relativa de sua participação no PIB do país, como vimos antes.

Gráfico 4 – VTI da indústria de transformação, a preços constantes* – Brasil e principais regiões metropolitanas – 2007 a 2020



Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE.
Tabulação especial para as regiões metropolitanas.

Nota: * Corrigido pelo IPA-DI/FGV, em valores de 2020.

Para as principais regiões metropolitanas do país, o VTI da indústria de transformação apresentou queda de 11,2% entre 2007 e 2019. Se considerarmos o período mais recente, entre 2014 e 2019, a perda foi de 16,5%, o que demonstra relativo esvaziamento produtivo nas metrópoles brasileiras, possivelmente decorrente do efeito conjugado da redução da produção industrial nacional localizada nas metrópoles e da interiorização da produção industrial manufatureira. Este último fenômeno corresponde aos processos de deslocamento de atividades produtivas das metrópoles para outras áreas do Brasil, em cidades médias ou pequenas da rede urbana brasileira, motivo pelo qual não se verifica o mesmo comportamento de queda do VTI desses ramos no país como um todo.

A redução do VTI da indústria de transformação das principais regiões metropolitanas, em valores reais, contribuiu para a queda de sua participação no VTI da indústria de transformação nacional, tendo em vista que, entre 2007 e 2019, ela passou de 45,4% para 37,6%, como pode ser observado na Tabela 1. Reduziu-se, com isso, sua concentração na produção manufatureira brasileira. Trata-se de uma desconcentração metropolitana perversa, pois decorre da redução da sua produção – medida pelo VTI. A situação é ainda mais dramática para as metrópoles porque esse comportamento tem ocorrido em todos os Níveis de Intensidade Tecnológica, embora haja diferenças entre eles, além de diferenças internas em cada um deles, como veremos a seguir.

Os ramos industriais de alta intensidade tecnológica são aqueles em que as metrópoles brasileiras ainda apresentam elevada concentração produtiva. Apesar disso, no período entre 2007 e 2019, ocorreu redução da participação metropolitana em 4,6 pontos percentuais. Nesses ramos, houve queda da produção, em valores reais, no país e nas principais regiões metropolitanas, tendo sido relativamente mais intensa nesse último contexto espacial. Isso demonstra que tem ocorrido explícita redução da produção nacional em virtude da diminuição ocorrida nas metrópoles. Nelas, a variação real do VTI no período foi negativa para os dois ramos industriais desse

nível de intensidade tecnológica, mas foi negativa em âmbito nacional somente para o ramo da fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (–16,1%), pois apresentou pequena variação positiva no ramo da fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+3,9%).

No nível de média-alta intensidade tecnológica, houve redução da concentração da produção metropolitana, medida pelo VTI em valores reais, e variação real negativa no país e nas regiões metropolitanas. Portanto, nos ramos industriais que compõem esse nível de intensidade tecnológica, também tem ocorrido redução da produção nacional, resultante, principalmente, da diminuição da produção metropolitana. Com exceção do ramo da fabricação de produtos químicos, cuja variação foi positiva nacionalmente e negativa nas metrópoles, todos os demais ramos desse nível tecnológico tiveram variação negativa no país e nas principais regiões metropolitanas. Somente para os ramos da fabricação de produtos químicos e da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, a participação das metrópoles ficou, em 2019, acima de 50%. A despeito de a produção nas metrópoles ser, ainda, maior que 50% para o conjunto do referido nível tecnológico, em três ramos industriais essa participação já está abaixo de 40% – fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (37,1%), fabricação de máquinas e equipamentos (38,2%) e fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (37,7%).

A queda da participação metropolitana no VTI nacional, nos ramos produtivos de média-baixa intensidade tecnológica, foi de 43,5% para 37,6%, entre 2007 e 2019. Isso pode ser explicado pela variação negativa de 3,8% do VTI metropolitano no período em tela, quando a indústria nacional apresentou variação positiva de 11,2%. Demonstra-se, dessa maneira, que a desindustrialização nesse nível de intensidade tecnológica ocorreu, em geral, concomitantemente ao processo de maior interiorização produtiva. Contudo, o comportamento entre os ramos que compõem esse nível tecnológico não foi homogêneo, enquanto os ramos da fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis e da manutenção, reparação e instalação de máquinas e equi-

pamentos experimentaram variação positiva nas metrópoles e no país – muito mais neste do que naquelas. Houve variação negativa nas metrópoles para todos os demais ramos produtivos e ela foi mais intensa no ramo da metalurgia (–33,7%) e na fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (–27,3%).

Em geral, os ramos industriais de baixa intensidade tecnológica já apresentavam baixa participação metropolitana no VTI nacional, a qual se reduziu ainda mais: de 30,6%, em 2007, para 24,3%, em 2019. Houve queda de 5,1% na variação do VTI metropolitano e aumento de 19,2% no VTI nacional. Também nesse nível de intensidade tecnológica tem ocorrido, em geral, desindustrialização metropolitana concomitantemente ao processo de maior interiorização produtiva. Mesmo assim, em quatro dos onze ramos produtivos desse nível tecnológico se verificou variação positiva das metrópoles entre 2007 e 2019, com expressão mais significativa na fabricação de produtos diversos (22,6%) e na fabricação de produtos alimentícios (14,6%), a despeito da variação inferior ao registrado no país como um todo. O ramo de confecção de artigos do vestuário e acessórios foi o único em que a variação do VTI metropolitano foi maior do que o registrado no Brasil.

De modo geral, têm ocorrido redução na produção industrial nos ramos de alta e média-alta intensidades tecnológicas e crescimento nos ramos de média-baixa e baixa intensidades tecnológicas. Portanto, constata-se a efetivação de um processo de desindustrialização nos segmentos produtivos mais avançados, ao passo que são aqueles menos avançados que ainda conseguem segurar a produção manufatureira nacional. No entanto, nas principais regiões metropolitanas, o processo de desindustrialização tem se desenvolvido em todos os níveis de intensidade tecnológica. Nos de maior intensidade tecnológica, em que as metrópoles ainda apresentam concentração industrial, seu comportamento tem contribuído para a desindustrialização nacional. Nos de menor intensidade, em que a concentração já era maior no interior, o processo de desindustrialização metropolitano tem sido acompanhado do avanço de sua interiorização. De todo modo, é nos espaços metropolitanos que o processo de desindustrialização vem se concretizando de maneira mais acentuada, em todos os níveis de intensidade tecnológica.

Tabela 1 – Participação do VTI das principais regiões metropolitanas em relação ao VTI do Brasil e variação real do VTI entre 2007 e 2019, segundo o Nível de Intensidade Tecnológica e a Divisão CNAE 2.0 da Indústria de Transformação – 2007 e 2019 (em %)

Código	Nível de intensidade tecnológica/ Divisão CNAE 2.0	Valor da Transformação Industrial*			
		RM/BR		Variação real 2007-2019	
		2007	2019	BR	RM
	Alta intensidade tecnológica				
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	84,0	73,4	3,9	–9,2
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	70,9	71,8	–16,2	–15,2
Subtotal		**77,3**	**72,7**	**–6,5**	**–12,0**
	Média-alta intensidade tecnológica				
20	Fabricação de produtos químicos	64,5	55,1	10,9	–5,3
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44,8	37,1	–5,1	–21,4
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	46,3	38,2	–5,4	–21,8
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	63,8	58,2	–24,9	–31,6
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	53,0	37,7	–28,3	–49,0
Subtotal		**58,3**	**50,1**	**–9,2**	**–22,0**
	Média-baixa intensidade tecnológica				
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	48,1	40,2	34,6	12,6
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	56,8	48,2	13,6	–3,7
23	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	40,3	34,0	–3,3	–18,4
24	Metalurgia	29,8	27,4	–28,0	–33,7
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	43,4	33,8	–6,9	–27,3
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	46,2	30,3	67,1	9,8
Subtotal		**43,5**	**37,6**	**11,2**	**–3,8**
	Baixa intensidade tecnológica				
10	Fabricação de produtos alimentícios	21,5	17,5	40,1	14,6
11	Fabricação de bebidas	62,2	45,8	9,0	–19,8
12	Fabricação de produtos do fumo	2,2	0,0	–34,7	–
13	Fabricação de produtos têxteis	42,0	34,4	–13,2	–28,8
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	22,1	22,3	8,4	9,4
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	31,3	27,1	1,6	–12,1
16	Fabricação de produtos de madeira	18,1	12,8	–5,7	–32,9
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	33,7	29,3	15,7	0,4
18	Impressão e reprodução de gravações	57,9	51,9	–30,8	–38,0
31	Fabricação de móveis	22,6	18,2	22,5	–1,4
32	Fabricação de produtos diversos	45,3	40,3	38,1	22,6
Subtotal		**30,6**	**24,3**	**19,2**	**–5,1**
	Total	**45,4**	**37,6**	**7,1**	**–11,2**

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE (2007 e 2019, [*s.d.*]).
Tabulação especial para regiões metropolitanas.
Nota: * Corrigido pelo IPA-DI/FGV em valores de 2020.

Desindustrialização segundo a contribuição de cada metrópole

Vimos que a variação real do VTI da indústria de transformação das principais regiões metropolitanas do país foi de –11,2%, demonstrando a redução da produção da atividade manufatureira metropolitana. Essa redução aconteceu em todos os níveis de intensidade tecnológica, em patamares diferentes, porém foi mais elevada nos ramos industriais de média-alta e alta intensidades tecnológicas, que são aqueles em que as metrópoles apresentaram, em geral, concentração da produção no país. Diante do exposto, a questão que desponta diz respeito à identificação das regiões metropolitanas que mais decisivamente contribuíram para a redução do VTI em cada nível de intensidade tecnológica.

Para buscar essa resposta, foi calculada a participação de cada região metropolitana no nível de intensidade tecnológica dos anos de 2007 e de 2019, tendo como base de referência o total de 2007, em valores reais[52]. Na sequência, estabeleceu-se a diferença da participação de cada região metropolitana entre 2019 e 2007, o que permitiu verificar qual metrópole contribuiu para a redução do VTI em cada nível de intensidade tecnológica, quando o resultado foi negativo, e qual contribuiu para contrabalancear a redução do VTI, quando o resultado foi positivo, conforme se vê na Tabela 2.

Assim, foi possível observar que, no nível de alta intensidade tecnológica, a produção industrial estava concentrada, em 2007, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Manaus, Campinas, Rio de Janeiro e Curitiba, correspondendo a 91,9% do VTI metropolitano. A variação do VTI dessas metrópoles verificado em 2019, em relação a 2007, foi de –11,5%, apesar de Campinas ter apresentado variação positiva nesse grupo. Também houve variação positiva das metrópoles de Belo Horizonte e de Brasília. Embora Brasília, Belo Horizonte e Campinas, principalmente, tenham elevado sua participação no período, o resultado foi a redução de 12% do VTI metropolitano nesse nível de alta intensidade tecnológica. Portanto, o resultado negativo deveu-se, sobretudo, ao desempenho de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus.

No nível de média-alta intensidade tecnológica, a produção industrial, em 2007, estava concentrada em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Manaus e Rio de Janeiro, correspondendo a 97,2%. Esse conjunto de metrópoles apresentou variação de –25%, na comparação de 2019 com 2007, apesar de Curitiba ter exibido pequena variação positiva nesse grupo. Além de Curitiba, as metrópoles de Recife, principalmente, e de Fortaleza tiveram variação positiva, contribuindo para que a redução do VTI metropolitano, no período, fosse de 22%.

No nível de média-baixa intensidade tecnológica, em que a queda no VTI metropolitano foi menor – de apenas –3,8% –, o resultado foi decorrente da redução da participação de São Paulo, Curitiba, Salvador, Campinas, Grande Vitória e Porto Alegre. No entanto, o Rio de Janeiro teve crescimento expressivo, seguido de Belo Horizonte, contribuindo para contrabalancear o comportamento de queda. Nesse nível de intensidade tecnológica, a metrópole de São Paulo perdeu a dianteira para o Rio de Janeiro e ficou em segundo lugar na geração de VTI. Ambas são seguidas por Campinas, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, considerando aquelas de maior participação no setor.

No nível de baixa intensidade tecnológica, a redução se deu, principalmente, na metrópole de São Paulo. Também contribuíram para essa queda, mas em menor medida, as regiões metropolitanas de Manaus, Campinas, Grande Vitória e Belo Horizonte. Todas as demais mostraram aumento, apesar de não ter sido elevado em nenhuma delas. As metrópoles mais relevantes na geração de VTI, nesse nível de intensidade tecnológica, continuam sendo São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus, Curitiba, Campinas, Fortaleza, Recife, Goiânia e Belo Horizonte.

Tabela 2 – Participação da região metropolitana por nível de intensidade tecnológica no VTI no conjunto das principais regiões metropolitanas do Brasil (2007 e 2019) e diferença da participação entre 2019 e 2007 (em %)

Região Metropolitana	Nível de Intensidade Tecnológica												Total		
	Alta			Média-alta			Média-baixa			Baixa					
	2007	2019 (*)	Diferença (2019-2007)	2007	2019 (*)	Diferença (2019-2007)	2007	2019 (*)	Diferença (2019-2007)	2007	2019 (*)	Diferença (2019-2007)	2007	2019 (*)	Diferença (2019-2007)
Manaus	21,1	20,0	–1,1	5,8	4,0	–1,7	2,1	2,4	0,3	9,8	8,6	–1,2	6,8	5,9	–0,8
Belém	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	1,8	1,7	–0,1	0,4	0,5	0,0
Fortaleza	0,6	0,2	–0,4	0,6	1,0	0,5	0,5	1,6	1,1	5,9	7,1	1,2	1,6	2,4	0,8
Recife	0,2	0,2	0,0	1,7	4,7	3,0	1,3	1,5	0,2	4,0	5,2	1,3	1,9	3,3	1,4
Salvador	1,7	0,2	–1,5	8,2	5,3	–2,9	14,2	10,5	–3,7	1,7	2,4	0,6	8,3	6,0	–2,3
Grande Vitória	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	4,6	2,4	–2,2	1,7	0,9	–0,8	2,0	1,1	–0,9
Belo Horizonte	1,6	3,0	1,4	9,2	4,3	–4,9	5,8	8,7	2,9	4,5	4,0	–0,5	6,3	5,6	–0,7
Rio de Janeiro	7,3	5,7	–1,6	5,0	4,9	–0,1	17,4	29,4	12,0	7,8	8,7	0,8	10,1	14,3	4,2
Campinas	16,7	20,3	3,7	11,3	10,8	–0,5	14,4	11,9	–2,4	8,3	7,2	–1,1	12,3	11,4	–0,9
São Paulo	41,4	33,2	–8,2	40,1	24,8	–15,3	23,2	15,9	–7,3	30,8	22,7	–8,1	32,4	22,0	–10,3
Curitiba	5,4	1,2	–4,2	9,1	10,0	0,9	11,7	7,8	–3,9	7,6	7,9	0,3	9,4	8,0	–1,4
Florianópolis	0,4	0,5	0,1	0,0	0,2	0,2	0,3	0,5	0,2	0,8	1,0	0,2	0,3	0,5	0,2
Porto Alegre	2,8	1,7	–1,1	8,5	7,1	–1,4	3,8	2,7	–1,0	10,2	11,4	1,2	6,6	5,9	–0,7
Goiânia	0,7	0,4	–0,3	0,1	0,3	0,2	0,3	0,4	0,1	3,3	4,2	0,9	0,9	1,2	0,2
Brasília	0,1	1,3	1,2	0,2	0,2	0,1	0,4	0,3	–0,1	1,6	1,9	0,3	0,5	0,7	0,2
Total	100,0	88,0	–12,0	100,0	78,0	–22,0	100,0	96,2	–3,8	100,0	94,9	–5,1	100,0	88,8	–11,2

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE. Tabulação especial para as regiões metropolitanas.
Nota: * Os valores de cada região metropolitana do ano de 2019 foram divididos pelo total de 2007 e multiplicados por 100 para serem expressos em percentual.

No cômputo geral, oito metrópoles apresentaram redução da variação do VTI em 2019 em relação a 2007, correspondente a 18,2%. Porém, somente a metrópole de São Paulo foi responsável pela queda de 10,4%, seguida por Salvador (–2,3%) e Curitiba (–1,4%), principalmente. Por outro lado, sete metrópoles mostraram crescimento na variação do VTI de 2019 na comparação com 2007, correspondente a 7,0%. Contudo, apenas a metrópole do Rio de Janeiro aumentou 4,2%, seguida por Recife (+1,4%) e por Fortaleza (+0,8), principalmente. Isso significa que a variação negativa do VTI esteve concentrada em São Paulo, mesmo havendo relativa diversificação entre as metrópoles que tiveram redução, e que a variação positiva esteve concentrada no Rio de Janeiro, também com relativa diversificação entre as metrópoles que cresceram.

O resultado geral, como vimos, foi a redução em 11,2% do VTI da indústria de transformação do conjunto das metrópoles brasileiras. Portanto, apesar da variação positiva, sobretudo das metrópoles mencionadas, pode-se afirmar que o processo de desindustrialização continuou avançando nesses espaços, especialmente nos ramos de mais elevada intensidade tecnológica, que são aqueles concentrados nas metrópoles e que têm colaborado para o processo de desindustrialização nacional.

Considerações finais

Neste trabalho, podem ser enunciadas três constatações principais sobre o fenômeno da desindustrialização analisado por meio do valor da transformação industrial. A primeira é de que a desindustrialização brasileira é fundamentalmente um fenômeno metropolitano, o que tem provocado relativo esvaziamento produtivo nas principais regiões metropolitanas do país. A segunda evidencia o fato de ela acontecer notadamente nos ramos de atividade econômica de mais elevada intensidade tecnológica (média-alta e alta), que são concentradas nas metrópoles, ao passo que nas de menor intensidade tecnológica sua ocorrência se verifica somente nas metrópoles, e não no país. A terceira enfatiza o comportamento heterogêneo da desindustrialização entre as princi-

pais regiões metropolitanas, algumas das quais tiveram resultados divergentes como manifestação desse fenômeno.

O relativo esvaziamento produtivo das metrópoles brasileiras, como decorrência do processo de desindustrialização, pode enfraquecer seu papel articulador na dinâmica econômica nacional, tanto em relação ao "interior" do país como ao resto do mundo, e fragilizar o desempenho interno de suas atividades econômicas com consequências negativas no que se refere à geração de emprego e à distribuição de renda, especialmente por se configurar como espaços de concentração populacional. Como as principais metrópoles brasileiras se constituíram no bojo do processo de industrialização e a produção manufatureira demonstrou ser uma atividade econômica importante para a articulação territorial regional e nacional, o processo de desindustrialização metropolitano provoca alterações e modifica o papel das metrópoles na rede urbana do país. Diante do fato de a atividade manufatureira apresentar elevada elasticidade-renda da demanda, perde-se também a capacidade de dinamização das atividades econômicas pela indústria de transformação, reduzindo, com isso, o emprego de maior remuneração (Morceiro; Guilhoto, 2019).

A constatação de que a desindustrialização brasileira tem ocorrido sobretudo nos ramos tecnológicos mais avançados gera grande preocupação, em face da função dinamizadora e de encadeamento exercida por tais ramos industriais. Essa característica decorre do papel irradiador dessas atividades a montante e a jusante das cadeias produtivas em que estão inseridas no território em que se estabelecem, contribuindo, também, para alavancar o desenvolvimento de atividades econômicas do setor de serviços, em especial daquelas mais intensivas em conhecimento. À medida que o processo de desindustrialização brasileira avança nesses ramos produtivos, perdem-se os efeitos dinamizador e de encadeamento e, portanto, os empregos de maior qualificação industrial e de maior remuneração. Ademais, verifica-se a perda de competitividade no comércio internacional dos produtos manufaturados de maior valor agregado (Bresser-Pereira; Gala, 2010).

Significa, por sua vez, que o país tem avançado em uma nova fase de sua condição de dependência, ao contrário do

momento em que havia se industrializado (Santos, 1998). Naquele momento, o processo de industrialização ocorreu com a participação efetiva do capital privado estrangeiro, mas também do capital privado nacional e do capital estatal, este último em vários ramos produtivos de alta composição do capital e, por isso mesmo, de características monopolistas (Singer, 2012). Na fase atual, que acontece num momento em que o capital estatal já não tem grande participação na indústria de transformação devido ao processo de privatização que ocorreu na década de 1990, o que se vê é a perda de controle do país sobre o dinamismo das forças produtivas internas, pois são os ramos mais dinâmicos da manufatura – aqueles com maior capacidade de encadeamento – que apresentam sinais de redução.

No entanto, a desindustrialização nas metrópoles brasileiras tem ocorrido também nos ramos produtivos de menor intensidade tecnológica, em geral mais intensivos em trabalho e supridores de produtos básicos, mas de emprego de menor exigência de qualificação. Isso tem como consequência a redução do emprego industrial em espaços de elevada aglomeração populacional, afetando, sobretudo, a população que compõe a força de trabalho de menor qualificação e contribuindo, por conseguinte, para o aumento da desigualdade de renda nesses espaços, uma vez que a remuneração do trabalho manual dos setores industriais tende, em média, a ser melhor que a das atividades do setor de serviços. Os ramos industriais de menor intensidade tecnológica têm aumentado sua participação no interior do país, o que significa que a desindustrialização metropolitana desses ramos produtivos acarreta a interiorização industrial principalmente em direção às cidades médias brasileiras.

Esse comportamento dos ramos de menor intensidade tecnológica traduz, em certa medida, a vinculação da manufatura identificada como agroindústria (fabricação de produtos alimentícios, de bebidas, de produtos têxteis, entre outros) ao agronegócio brasileiro, que é o setor responsável pela reprimarização da pauta exportadora do país ao lado setor da extração mineral. A reprimarização da pauta exportadora torna o país dependente de divisas internacionais e a sua internalização não conduz, necessariamente,

a um processo de desenvolvimento econômico, porque se faz com enorme concentração de renda (Bresser-Pereira; Gala, 2010). Além disso, essa reprimarização passa a requer, cada vez mais, a importação de insumos e máquinas e equipamentos agrícolas para poder viabilizar a sua realização, tendo em vista o avanço da desindustrialização que ocorre nos ramos de maior intensidade tecnológica.

Além das diferenças na desindustrialização setorial metropolitana, há diferenças entre as metrópoles. Se considerássemos a variação do VTI total da indústria de transformação, a desindustrialização seria observada sobretudo nas metrópoles de São Paulo, Salvador e Curitiba e em menor intensidade nas de Campinas, Manaus, Grande Vitória, Belo Horizonte e Porto Alegre. Por outro lado, Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza contrabalanceariam a variação negativa na produção manufatureira metropolitana. Contudo, quando a análise leva em conta a variação do VTI pelos ramos produtivos segundo o nível de intensidade tecnológica, somente Recife e Florianópolis não apresentaram variação negativa em nenhum deles (observados de forma agregada). Todas as demais metrópoles tiveram variação negativa em algum dos níveis de intensidade tecnológica, demonstrando que esse fenômeno ocorre em quase todas as regiões metropolitanas do país.

Entretanto, como o processo de desindustrialização tem provocado maior preocupação no tocante aos níveis de mais elevada intensidade tecnológica, em razão de se concentrarem nas metrópoles e de terem contribuído para a desindustrialização do país, é possível verificar que a desindustrialização ocorre, principalmente, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus, ao considerar os ramos de alta intensidade tecnológica, e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Manaus e Rio de Janeiro ante os ramos de média-alta intensidade tecnológica. Essas são as metrópoles com os maiores pesos no VTI total da indústria de transformação metropolitana – de 92,2%, em 2007, para 89,2%, em 2019. Apesar de relativamente se tratar da mesma participação, é nessas metrópoles que tem ocorrido com maior profundidade o processo de desindustrialização, notadamente nos níveis de mais elevada intensidade tecnológica.

A análise que realizamos sobre a desindustrialização metropolitana foi feita com base na variação do VTI de 2019 em relação ao de 2007, com a constatação de uma queda de 11,2% nesse período. Porém, contrapondo a variação do VTI de 2019 à de 2014, quando a produção manufatureira foi mais elevada do que em 2007 (conforme o Gráfico 4, acima), observa-se que a variação teria sido de –16,5%. Esse resultado é decorrente da variação de –11,9%, no nível de alta intensidade tecnológica, de –25,6%, no de média-alta, de –7,8%, no de média-baixa, e de –17,4%, no de baixa intensidade tecnológica. Portanto, em geral, trata-se de reduções maiores do que o verificado perante 2007. Na verdade, foi no período de 2014 a 2019 que se tornou mais agudo o processo de desindustrialização metropolitana no século em curso, pois de 2007 a 2014 houve relativo crescimento industrial. Desse modo, a constatação de que a variação do VTI metropolitano de 2019 em relação a 2007 é negativa e no patamar de 11,2% demonstra que o nível da produção manufatureira metropolitana retroagiu com muita intensidade nos últimos anos.

CAPÍTULO 8

O circuito imobiliário na América Latina: dependência, neoliberalismo e ditadura no Chile[53]

VITOR HUGO TONIN

Introdução

Estima-se que 45% das famílias da América Latina e do Caribe não têm uma moradia digna, enfrentando problemas que variam desde a qualidade da moradia até a falta de infraestrutura adequada (BID, 2024). Diante desse cenário, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros organismos multilaterais têm-se mobilizado para analisar e propor soluções para os problemas habitacionais. Um estudo do Banco, elaborado por Domínguez et al. (2017), salienta que, apesar da complexidade, a questão pode ser resumida da seguinte forma: "a valorização da moradia acima da capacidade de pagamento de um setor importante da população, a partir dos interesses dos agentes privados intervenientes no negócio imobiliário".

Embora esse fenômeno seja observado mundialmente, na América Latina existem causas estruturais que agravam essa disparidade. Os autores elencam três delas: problemas dos usuários finais, dos incorporadores imobiliários e do mercado financeiro. Os usuários enfrentam baixa capacidade de pagamento e dificuldades em comprovar renda, exacerbadas pela pobreza e informalidade laboral, afetando até mesmo famílias de renda média e

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_008

alta. O mercado financeiro na região é caracterizado por uma aversão ao risco, que resulta em um financiamento limitado ao setor imobiliário, com prazos curtos e altas taxas de juros. Os incorporadores, por sua vez, tendem a financiar seus projetos apenas com recursos próprios, direcionando a produção para os setores de alta renda. Para enfrentar esses desafios, os autores propõem políticas específicas: alocação de recursos de longo prazo para o financiamento imobiliário, subsídios para usuários e um sistema de crédito ponte para incorporadores. Eles defendem uma estratégia de Estado facilitador, em contraste com a abordagem já experimentada de Estado construtor e financiador, que não conseguiu resolver o déficit habitacional devido a limitações de recursos e gestão.

O Chile é apontado como um exemplo positivo dessa estratégia, onde o Estado atua como facilitador no acesso à moradia. Os números que o país apresenta são considerados os mais avançados na matéria. O crédito no país representa 70% do PIB e somente o crédito hipotecário corresponde a 25%, muito acima dos demais países da região (no Brasil é 9%, por exemplo). A produção imobiliária que em 1982 era de 2,8 milhões de m² atingiu mais de 22 milhões de m² em 2015. As grandes incorporadoras chilenas já ocupam espaços em outros ramos da economia além de operar em outros países da América Latina. O déficit habitacional quantitativo que ultrapassava 1 milhão de domicílios no final dos anos 1980 foi reduzido para menos de 400 mil em 2015, se tornando o único país a reduzir o déficit habitacional (Salas Serrano, 2002).

A virtude do modelo chileno, que sustenta a sua divulgação internacional, reside na capacidade de conciliar e dirigir num sentido comum os diversos interesses, inclusive os mais contraditórios, envolvidos no circuito imobiliário, a chamada aliança virtuosa entre Estado e agentes privados (*ibidem*). Finalmente um país subdesenvolvido teria mostrado ao mundo ser possível promover a produção imobiliária privada e ao mesmo tempo resolver o problema da moradia dos mais pobres, em democracia. É isso que fez do modelo chileno um caso de sucesso divulgado mundo afora.

Este trabalho busca questionar essa versão amplamente difundida. A hipótese central é que as transformações capitalistas promovidas no circuito imobiliário podem aumentar, sim, a capacidade de produção imobiliária, incluindo a oferta de moradias, mas, ao mesmo tempo, aprofundam a exclusão habitacional e urbana. Essa hipótese desafia o senso comum baseado na tradicional lógica convencional entre oferta e demanda com abordagens institucionalistas que buscam apenas corrigir distorções de um mercado imperfeito, sem antes investigar as causas dessas imperfeições. O objetivo principal é verificar se o modelo de circuito imobiliário neoliberal inaugurado no Chile conseguiu solucionar o problema da exclusão habitacional e urbana naquele país. Apesar de suas especificidades, o estudo do caso chileno revela traços gerais da moradia na América Latina, pois trata-se de uma particularidade dentro da totalidade.

A exposição está dividida em outras quatro seções. A próxima seção visa construir o marco teórico metodológico necessário para analisar criticamente a produção capitalista do espaço nas cidades latino-americanas. Também apresenta, a partir dele, uma metodologia analítica que viabilize sua aplicação em distintos países da América Latina. Em seguida, aplicamos o esquema teórico e a metodologia desenvolvida no estudo do circuito imobiliário neoliberal chileno. Devido ao largo recorte histórico que o objeto de pesquisa exigiu (1982-2018), houve a necessidade de periodizar em dois ciclos de acumulação. Assim, enquanto na terceira seção são analisadas a gênese e evolução do modelo de circuito imobiliário durante o primeiro ciclo de acumulação (1982-2002), a quarta seção aborda o segundo ciclo de acumulação (2003-2018), que apresenta mudanças qualitativas, mas ainda dentro do mesmo modelo, revelando estagnação e desafios na continuidade da reprodução do circuito. Por fim, na última seção, apresentaremos uma síntese das conclusões alcançadas sobre o circuito imobiliário chileno, ressaltando os traços estruturais que podem ser generalizados para a América Latina.

Nos labirintos da cidade latino-americana: para uma teoria do circuito imobiliário na América Latina

Cidade, como entendê-la? A cidade é um fenômeno simultaneamente espacial, humano, econômico, ideológico, estético e social. É uma síntese de múltiplas determinações, para compreendê-la, é imprescindível adotar um método que torne inteligível sua aparente caoticidade. Portanto, a cidade é um desafio epistemológico. E para vencê-lo é necessária uma teoria. Mas não uma teoria que simplifique e esquematize demasiadamente, nem uma teoria importada que, por ser informada por uma realidade diferente, acaba se desviando da realidade concreta latino-americana.

Para isso, são necessários dois recursos metodológicos: primeiro, partir da história, principalmente do processo histórico concreto de divisão social do trabalho, pois a cidade é expressão espacial dele (Brandão, 2007; Singer, 1977). O segundo desafio metodológico é saber analisar o processo histórico em diferentes níveis de abstração, localizando em quais deles se encontram as diferentes determinações e facetas do fenômeno urbano, identificando a estrutura hierárquica de determinação-sobredeterminação entre elas.

Lefebvre (2011) já pontuava a necessidade de pensar a cidade a partir das ordens próxima e distante, ressaltando a relação dialética e de sobredeterminação entre elas. Neste trabalho utilizam-se quatro níveis de análise mais abstratos antes de chegar no urbano: o "modo de produção" engloba os elementos teóricos que definem a organização da produção e reprodução da vida social descritas por Marx. Ocorre que um desses modos de produção, o capitalista, em seu desenvolvimento histórico, criou uma nova dimensão de análise: o "sistema mundial", que abrange fenômenos como mercado mundial, divisão internacional do trabalho, imperialismo, neoliberalismo, dependência e movimentos cíclicos do capitalismo global. O "padrão de reprodução do capital" é um desdobramento do desenvolvimento do sistema mundial capitalista, já que esse se reproduz de forma desigual no espaço e no tempo (Osório; Luce;

Ferreira, 2012), que, por sua vez, se concretiza nas formações socioespaciais, nível de análise mais sensível ao senso comum, por abarcar fenômenos tão concretos quanto os Estados nacionais, suas classes e frações de classes na política do país (Aruto, 2015).

É nesse quadro analítico que o tema deste estudo se apresenta com mais duas mediações necessárias, isto é, dado o i) modo de produção e ii) o sistema mundial, em um determinado iii) padrão de reprodução do capital a iv) formação socioespacial deve ser articulada às explicações do v) processo de urbanização e vi) produção imediata do espaço construído. Logo, as contradições urbanas derivadas da produção social do espaço − último elo da cadeia de mediações − são fruto de um processo histórico que deve ser analisado mediando todos esses níveis de abstração. Cabe investigar em qual nível de abstração reside uma determinação específica que influencia na cidade e como essa determinação se conecta com as contradições urbanas por meio dessa imbricada rede de conexões transversais. Neste trabalho, particularmente, analisa-se a vi) produção imediata do espaço construído na iv) formação socioespacial dependente chilena, país que compõe o (ii) sistema mundial neoliberal[54] (i) capitalista no atual (iii) padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP),[55] cujos traços históricos que definem suas particularidades podem ser comuns ao circuito imobiliário nos demais países latino-americanos.

Para compreender essa particularidade chilena e seu alcance teórico propõe-se uma esquematização da categoria de circuito imobiliário considerando as características concretas das formações socioespaciais dependentes latino-americanas, que se definem por: i) a relação de trabalho, configurada historicamente como superexploração da força de trabalho ; e ii) a relação com a terra, da qual derivam as rendas fundiárias e imobiliárias tão importantes nesses países marcados historicamente pelo rentismo patrimonial.

Entende-se superexploração da força de trabalho como a construção histórica realizada pelas classes dominantes locais para conjugar a transferência de excedente em direção aos países imperialistas com acumulação interna de mais-valia. Isto é, em vez de enfrentar as burguesias estrangeiras, as classes dominantes

locais criaram mecanismos internos de compensação das perdas internacionais de valor. Os diferentes mecanismos que compõe a superexploração da força de trabalho concorrem para que o preço pago pela força de trabalho (salário) seja estruturalmente inferior ao seu valor. Isto é: que os salários sejam insuficientes para satisfazer as necessidades historicamente dadas de recuperação média do desgaste físico e mental da força de trabalho (Carcanholo, 2013; Marini, 2005). Isso, por sua vez, exige um exército de reserva suficientemente elevado para repor o desgaste prematuro da força de trabalho nacional.

A outra característica estrutural que se apresenta no capitalismo dependente se origina da importância que a propriedade da terra adquire como reserva de valor e fonte de apropriação de renda sustentando parte importante das burguesias locais em sua associação com as homólogas estrangeiras. Na medida em que o capital estrangeiro domina as cadeias industriais de valor e, em última instância, as finanças, as burguesias locais se atrincheiraram no setor mercantil e fundiário cujo domínio resulta e exige permanente controle do poder a nível local. A propriedade privada da terra passa a ter uma importância decisiva no ciclo de reprodução do capital dependente.

Por isso as revoluções burguesas latino-americanas não tiveram a reforma agrária como uma de suas tarefas históricas, diferente dos processos revolucionários europeus. Essa ausência da reforma agrária é expressão política da importância da renda fundiária na reprodução do capitalismo dependente. Mas o que isso tem a ver com o circuito imobiliário? São justamente essas relações sociais de propriedade no território rural que serão a base da urbanização latino-americana. Por consequência, a importância econômica das relações de poder sobre o território também se fará presente nas cidades provocando uma mudança qualitativa no circuito imobiliário dos países dependentes em comparação com os países centrais. Isto é, no capitalismo dependente, a propriedade fundiária não é uma barreira antagônica ao desenvolvimento e à expansão do capital imobiliário e da construção civil, mas sim um elemento estruturador que será apropriado, ressignificado e potencializado como objeto da concorrência capitalista imobiliária.

Essas duas características situam o circuito imobiliário latino-americano em duas dimensões: na dimensão econômica, a produção imobiliária se torna órbita de realização e valorização da mais-valia extraordinária acumulada no setor agromineral exportador (Aruto e Tonin, 2015) e, nas dimensões social e política, o imobiliário serve, de um lado, como espaço de acomodação das burguesias locais historicamente mercantis e rentistas e, de outro lado, como produtor de exclusão habitacional e urbana das grandes maiorias populacionais (Cano, 2011; Lessa, 1981; 1985; Lessa e Dain, 1998; Pereira, 2016).[56]

O circuito imobiliário é uma categoria específica do nível de análise urbano que articula o local com o nacional na produção do espaço. Articula também o urbano ao processo de urbanização, à formação socioespacial e ao padrão de reprodução do capital, pois é na lógica de reprodução do circuito imobiliário, cuja expressão mais evoluída é um tipo específico de capital, a saber, o capital de incorporação (Ribeiro, 1997; Topalov, 1979, 1984) que se articulam todas as variáveis historicamente consolidadas do espaço urbano.

Para a exposição do circuito imobiliário utiliza-se a expressão marxiana do ciclo do capital. Ela é útil para analisar, passo a passo, as diferentes etapas do movimento do capital sobre o espaço construído e permite identificar um padrão de reprodução do capital no imobiliário ou como se prefere chamar neste trabalho: um modelo de circuito imobiliário na América Latina.[57]

$$D - M\frac{MP}{FT} \ldots P \ldots M' - D'$$

Na primeira fase de circulação (D-M), identificamos que o capital-dinheiro inicial que se aventura no setor imobiliário origina-se historicamente de setores econômicos fundiários e mercantis. Esse capital originário, historicamente formado na rentabilização do patrimônio (escravista ou fundiário), busca maximizar os lucros por meio da apropriação das rendas fundiárias e imobiliárias. O foco é criar projetos de máxima rentabilidade, direcionados a consumidores de alta renda, aproveitando as rendas imobiliárias geradas pela valorização do solo urbano.[58]

Essa característica é potencializada na atual fase neoliberal, na medida em que o capital fictício impulsiona a concentração e centralização de capitais. Capitais incorporadores de maior magnitude têm maior capacidade de investimento e, portanto, de modificar o tecido urbano a fim de alterar as relações sociais em um determinado ponto da cidade para extrair maiores sobrelucros de localização derivados dos efeitos úteis de aglomeração (Ribeiro, 1997). Ademais, identifica-se também na atual fase do sistema mundial, a penetração de capitais estrangeiros nos circuitos imobiliários das economias dependentes, reproduzindo na produção imediata do espaço a histórica associação entre as burguesias latifundiárias e urbanas nacionais com as burguesias estrangeiras (Fernandes, 1987).

A oferta de projetos habitacionais acessíveis à baixa renda é limitada não pela escassez física de terras, mas por essa dinâmica de concorrência que prioriza a produção de localizações mais caras. O elevado preço da terra, causado pela busca por sobrelucros de localização (Topalov, 1979, 1984; Jaramillo, 2010), se torna dialeticamente uma causa. Assim, o grande capital de incorporação tende a se concentrar em produtos para setores de alta renda, enquanto o orçamento público se torna crucial para ofertar à média e baixa renda.

O volume de investimento inicial que entra no circuito imobiliário em países dependentes é influenciado pelo ciclo econômico nacional, que é determinado no PRCEEP pela dinâmica do setor exportador. Nesses países, o *capital switching* (Harvey, 2005) ocorre quando há sobreacumulação no setor exportador. A dinâmica exportadora, geralmente baseada na agropecuária ou mineração, gera capital sobreacumulado que busca novas oportunidades de investimento no setor imobiliário. Logo, a instabilidade típica dos ciclos econômicos sustentados pela exportação afeta diretamente o setor imobiliário tornando-o instável e pró-cíclico – exceto quando é instrumento de políticas econômicas contracíclicas. Além disso, nessa primeira fase do circuito imobiliário, o capital inicial não apenas compra a terra, define a localização e o tipo de produto a ser construído; é aqui também que adquire força de trabalho. A superexploração se expressa numa mão de obra de baixo custo e qualificação, impactando a forma como se estrutura a fase seguinte da produção.

Nos países dependentes, a segunda fase do circuito imobiliário (...P...), a fase da produção, se caracteriza pela convivência de formas avançadas de produção com as formas mais arcaicas possíveis, ou melhor dizendo, por uma radicalizada heterogeneidade de composições orgânicas de capital, dadas as vantagens que a abundante oferta de mão de obra a preços baixos confere à utilização intensiva de mão de obra. A convivência de formas avançadas de produção com métodos artesanais amplia as diferenças de produtividade, mas mantém, na média do setor, uma baixa produtividade, já que se trata de um ramo de base fundiária. Nessa etapa, o neoliberalismo também atua como potencializador na medida em que permite o surgimento de grandes conglomerados empresariais que atuam no imobiliário seja através da abertura de capital ou de associações entre fundos de investimento, fundos de pensão etc, com as incorporadoras (Rufino, 2020).

Como resultado desse processo, não somente uma menor produtividade média e um maior tempo de rotação, mas também uma maior disparidade das margens de lucro entre os distintos capitais envolvidos no setor resulta num maior escopo da equalização (perequação) das taxas de lucro. Isto é, a produtividade do capital de maior composição orgânica é muitas vezes superior à do capital mais atrasado, do qual se apropria de parte da mais-valia. Mas essa defasagem não conflui necessariamente na destruição ou incorporação do pequeno pelo grande, como em qualquer outro setor capitalista que não seja de base fundiária. Inclusive entra também nessa equalização a autoprodução oriunda da necessidade de o trabalhador superexplorado construir sua própria casa nos interstícios do seu tempo de trabalho. Uma vez pronta, essa casa autoconstruída, se subordina à circulação mercantil e adquire preço. Esse preço tem como base o tempo de trabalho abstrato de sua construção que foi o mais elevado possível em virtude da precariedade dessa construção (Pereira, 1985, p. 149).

Existe assim uma ampla margem para apropriação de lucro extraordinário da produção por parte dos capitais médios e mais avançados promovendo a possibilidade de que a construção em si seja terceirizada para empresas empreiteiras subcontratadas, cujo lucro apropriado é apenas uma cota parte do lucro indus-

trial total produzido por ela, uma vez que é dividido com o capital que coordena todo o processo, o capital de incorporação. Mesmo sendo apenas uma cota parte, se a terceirizada estiver numa das linhas mais avançadas da equalização, o lucro apropriado por ela pode ser igual ou até superior ao lucro apropriado por outros capitais localizados nas faixas mais atrasadas da equalização da taxa de lucro. Assim, uma das características do setor imobiliário no país dependente é a tendência de os capitais mais avançados terceirizarem a produção, esquivando-se da parte mais conflitiva do processo. Muitas empreiteiras se tornam apenas gestoras de passivos trabalhistas. A disparidade entre as margens de lucro dentro do setor de construção, típicas de um setor de base fundiária em países com vigência do regime de superexploração, reforça essa tendência. Assim, todos os capitais ganham com a baixa produtividade e maior tempo de produção: uns mais outros menos.

Por fim, na terceira fase, de realização (M´-D´), o circuito imobiliário no capitalismo dependente caracteriza-se pelo profundo divórcio entre os preços dos produtos imobiliários ofertados no mercado formal e a capacidade de pagamento da ampla maioria da população submetida ao regime de superexploração. É nessa etapa que se encontra nitidamente a contradição principal do circuito imobiliário nos países dependentes: os altos preços, resultado do caráter rentista da produção, e a exclusão, fruto da dimensão miserável a que é submetida à força de trabalho sob domínio da superexploração.[59] A espoliação urbana é, portanto, uma das formas concretas da superexploração: é a forma espacial da superexploração da força de trabalho urbana, pois expressa "no nível do espaço, a segregação imperante no âmbito das relações econômicas" (Kowarick, 1993, p. 34). Logo, o chamado problema habitacional só será equacionado se observadas "as condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente as condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora" (Kowarick, 1993, p. 62).

Essa análise teórica fundamenta a hipótese do caráter especulativo, rentista e excludente da produção urbana nos países dependentes: "analisada com mais profundidade a forma como o espaço urbano é integrado à reprodução do capital percebemos

que a contradição somente cíclica nos países centrais adquire um caráter estrutural nos países periféricos" (Pereira, 2016, p. 131). Caráter esse que foi radicalizado pela "financeirização da produção do espaço [que] só veio intensificar a polarização [entre preço e valor]. (...) Os preços de mercado tendem a aumentar em face da possibilidade de crédito, subsídio público e da própria instrumentalização financeira do produto imobiliário para obtenção de renda" (Pereira, 2017, p. 197–198).

O circuito imobiliário é uma categoria localizada no último nível de abstração da análise urbana. É imprescindível uma caracterização dos demais níveis de abstração e como eles se relacionam com o circuito imobiliário. Foi isso que se buscou fazer nesta primeira seção: demonstrar como o modo de produção, o sistema mundial, as relações de dependência, o padrão de reprodução do capital na região, o Estado e sua política na conjuntura constituíram um circuito imobiliário específico dos países dependentes. Cabe agora utilizar essa teoria como marco analítico. Para isso evidentemente é necessário estabelecer um recorte histórico e uma escala de análise.

Dado o objetivo deste estudo, para investigar o circuito imobiliário chileno que foi transformado em modelo de sucesso e exportado como solução para os demais países da América Latina, a escala de análise privilegiada foi a nacional. Isso fez com que muitas diferenciações a nível regional e local fossem abstraídas. Além de definir a escala, o objetivo da pesquisa também define o recorte histórico. Assim, o estudo de caso exige que a pesquisa comece na ditadura militar. Nesse estudo, percebeu-se que a primeira década da ditadura foi de um circuito imobiliário errático e de experimentações. Assim, esse período foi considerado um antecedente cujas experiências pavimentaram a gênese e a marcha definitiva do novo modelo de circuito imobiliário que se inicia a partir da crise econômica de 1982. O período analisado é marcado por dois ciclos de acumulação bem definidos. Isto é, dois períodos históricos, demarcados na imagem abaixo, que foram divididos para identificar as permanências e mudanças e que são objeto de análise nas próximas duas seções.

Figura 1 – Licenças de edificação no Chile, em m², 1982-2018.



Fonte: INE. Elaboração do autor.

Gênese e primeiro ciclo do modelo neoliberal do circuito imobiliário dependente chileno

Dois momentos distintos do circuito imobiliário chileno antecederam o nosso objeto de análise: o primeiro, até 1959, marcado por taxas aceleradas de urbanização e pela passagem da produção rentista para a produção imobiliária pequeno-burguesa, que cria as condições e as contradições responsáveis pelo salto de qualidade na produção imobiliária.[60] A partir de 1959 inaugura-se uma nova fase com o surgimento do capital de incorporação chileno apoiado no *Sistema Nacional de Ahorro y Préstamos* (SINAP) e na política pública habitacional.[61]

A instabilidade promovida pelas forças oposicionistas e o golpe de 1973, protagonizado pelas forças armadas e pelos setores empresariais, jogaram o circuito imobiliário numa grave recessão. Sem programa, a principal política pública inicial da ditadura foi a repressão aos movimentos de moradia, a perseguição às lideranças de oposição e o fechamento do regime político. No entanto, as condições necessárias para a reprodução ampliada no setor imobiliário já estavam postas. Do ponto de vista demográfico, a urbanização já havia avançado sobre a maioria da população e a macrocefalia urbana, base da metropolização, já havia sido iniciada. A casa própria já era forma de morar para mais da metade da população, apresentando rápido avanço sobre as outras formas.[62] Portanto, já estava legitimada a intervenção do Estado como forma de solucionar o déficit habitacional e o modelo da casa própria como forma de morar. Dois importantes pré-requisitos para o desenvolvimento do circuito imobiliário. A experiência do modelo de *Saving and Loans* no financiamento privado, juntamente com o desenvolvimento do capital de incorporação, completam o quadro. Quando a ditadura chilena tiver um novo projeto para o setor, encontrará as condições necessárias já estabelecidas.

Após a crise de 1982, inicia-se uma condução macroeconômica "neoliberal heterodoxa" para administrar o novo PRCEEP,[63] Na dimensão urbana, essa mudança se expressa na posse do então presidente da Câmara Chilena da Construção (CChC), Modesto

Collados, como ministro de *Vivienda y Urbanismo* (Minvu) e posteriromente como ministro de economia. Nesse contexto, se conjugam fatores que dão origem à nova dinâmica do circuito imobiliário, criando o primeiro ciclo do circuito imobiliário neoliberal. São 14 anos seguidos de crescimento dos pedidos de licença para construir, interrompido apenas pelos efeitos da crise asiática sobre o capitalismo dependente chileno. Nesses 14 anos a produção imobiliária saiu de 2,7 para 14,6 milhões de metros quadrados anuais. Um crescimento médio anual de 13,51%.

A primeira fase desse ciclo, a de recuperação ocorrida entre 1982 e 1987, só foi possível graças a uma conjunção de fatores específicos que atuaram em cada uma das três etapas do circuito imobiliário.[64] Na primeira etapa de circulação (D-M) duas mudanças estruturais foram fundamentais: primeiro, a criação de um mercado privatizado de terras, por meio de uma verdadeira "cruzada pela propriedade"[65] que reprimiu – e até exterminou – os movimentos de luta pela terra no campo (ocupações de sem-terra) e na cidade (ocupações urbanas), setores mais radicalizados da base de sustentação do governo Allende; reverteu os programas de reforma agrária anteriores (Vasconcelos, 2020); titulou milhares de propriedades (inserindo-as assim no mercado) e flexibilizou as normas urbanísticas[66] ampliando o espaço de atuação do capital incorporador. A liberalização da regulação da terra urbana em um contexto de crise e de queda de preços dos insumos permitiu que as incorporadoras adquirissem grandes áreas de terra nas periferias urbanas: "durante lo más profundo de la crisis económica de inicios de los años ochenta, los empresarios compraron grandes paños de terreno en lo que era entonces la periferia de Santiago" (Rodríguez; Sugranyes, 2005, p. 60).

A segunda foi uma reforma trabalhista que não somente retirou direitos, barateando imediatamente a força de trabalho, mas desorganizou o sistema sindical anterior promovendo o formato liberal de sindicato por fábrica. Com isso, passada a repressão inicial, os sindicatos não teriam rápida retomada de organização e de lutas por direitos e salários.[67] A atuação nessas duas frentes redimensiona justamente as principais determinações do circuito imobiliário em países dependentes: a relação com o trabalho e com a terra.

Ainda nessa etapa do circuito (D-M), algumas correções cíclicas e conjunturais ocorreram nos mercados de trabalho, de terras e de insumos com a brutal recessão econômica de 1982. Isto é, barateou-se ainda mais a mão de obra, em razão do aumento gigantesco do exército industrial de reserva de desempregados pela crise; o mercado de terras se viu extremamente sobreofertado, o mesmo ocorrendo com o mercado de insumos; enquanto o Estado corria para socorrer as construtoras ameaçadas de insolvência, que tiveram, assim, capital dinheiro necessário para retomar as obras paradas em um contexto de baixos preços de elementos do capital constante e variável.[68]

A fase da produção (...P...), além do crescimento quantitativo já relatado, se caracterizou pela diminuição radical da participação pública no total da produção imobiliária, ampliando, assim, a esfera privada e mercantil de acumulação imobiliária. No segmento de moradias, houve a extinção quase completa dos mecanismos estatais de produção direta, com o Estado passando a atuar por meio de serviços e editais de fomento.[69] O setor privado ocupa esse espaço, assumindo praticamente a totalidade da produção de moradias que, ademais, foi incentivada pelo Estado, que passou a direcionar grandes recursos para a contratação de moradias produzidas no setor privado e para a política de subsídios à demanda. Ou seja, o Estado ao mesmo tempo alargou a esfera da produção privada e garantiu a sua realização. Por consequência, a produção de moradias elevou sua participação no total de espaço construído no país, representando 73% do total, em 1985.

A mencionada política de subsídio à demanda localiza-se na terceira fase do circuito imobiliário, M´- D´. É a primeira grande experiência de subsídios à demanda e − dada sua perenidade e aceitação − tornou-se uma medida estruturante do circuito imobiliário neoliberal. Ela se tornou a "joia da coroa" do modelo chileno por supostamente viabilizar a realização mercantil da mercadoria habitação, em países com superexploração da força de trabalho. Teria assim resolvido o divórcio estrutural entre o preço das moradias e o salário dos trabalhadores.

A política combina três elementos: poupança familiar, crédito e subsídio do Estado, que se popularizou como sistema ABC (*ahorro, bono y credito*). Esse sistema faz parecer que o Estado é apenas um auxiliar na realização da mercadoria habitação, colocando o indivíduo como protagonista já que exige poupança e dívida. Com isso a ditadura promove uma radical alteração do lugar ideológico ocupado pela moradia. Ela deixa de ser considerada um direito e passa a ser considerada uma mercadoria qualquer, cujo acesso se dá exclusivamente pelo mercado. Pode-se dizer que essa privatização a nível ideológico foi fundamental para a privatização e alargamento de todas as esferas em que circula a mercadoria imobiliária. Se a moradia é uma mercadoria como outra qualquer, cabe aos consumidores comprarem dos produtores, e não a obter do Estado.

O que pouco se fala é que a participação da poupança prévia é praticamente irrelevante no valor total da moradia e a produção dos conjuntos habitacionais disponibilizados aos subsidiários era inteiramente financiada pelo Estado por meio de licitações. Pouco destaque é dado, também, ao fato de que esses créditos para famílias de mais baixa renda foram realizados praticamente de forma exclusiva pelo Estado: em um primeiro momento, através das próprias Superintendências Regionais (Serviu) do *Ministério de Vivienda e Urbanismo* (MINVU), mas posteriormente pelo único banco que continuou controlado pelo Estado após a devastação privatizadora no sistema bancário chileno, o *BancoEstado*.

Dentro da ideologia neoliberal, todas essas formas de intervenção estatal não são consideradas uma interferência indevida. Ao contrário, toda a intervenção estatal é bem-vinda quando se trata de ampliar, aprofundar ou sustentar circuitos privados de acumulação. Deslocar recursos públicos para financiar demanda das construtoras ou para financiar um sistema de crédito que crie demanda para elas é, na linguagem neoliberal, a correção de externalidades, algo não somente permitido, mas necessário e que passou a ser praticado em políticas e normas a partir da crise de 1982 (MINVU, 1985 apud Rivas, 2017, p. 233). Segundo dados oficiais entre 1982 e 1987, foram construídas em todo país um total de 285 mil e 460 moradias (Fonte: MINVU; INE).

Considerando que, no mesmo período, 231 mil 855 moradias tiveram algum tipo de financiamento público, conclui-se que o Estado financiou direta (contratações) ou indiretamente (subsídio à demanda), total ou parcialmente, 81% da demanda total de moradias do período.[70] Ou seja, sob a designação de subsídios foi realizado um gigantesco aporte de recursos públicos no circuito imobiliário, responsável não somente pela reativação do circuito imobiliário após a crise, mas também se tornando um pilar estrutural do modelo de circuito imobiliário neoliberal no capitalismo dependente.

Em outro segmento do mercado, a demanda das famílias de média e alta renda foi reativada também graças à intervenção estatal no mercado crédito. Na dimensão conjuntural, diante da crise de 1981, o Estado ofereceu subsídio hipotecário implícito ao renegociar os créditos ativos no chamado sistema 20 por 8 (20 anos de prazo a 8% de juros). Ocorre que esses créditos 20 por 8, fundamentais para destravar a venda dos estoques de habitação acumulados nas incorporadoras, eram comprados pelo Banco Central com recursos captados a 12% de juros e com prazo de 12 anos. Considerando que o Banco Central autorizou 20 mil operações desse tipo, o custo total estimado dos subsídios no crédito hipotecário seria de 7 milhões e 200 mil UFs que beneficiaram diretamente as incorporadoras e as famílias de média e alta renda.

De forma estrutural, a privatização dos fundos operados pelo SINAP direcionou um gigantesco volume de capital dinheiro para os bancos privados, que, ademais, passaram por um processo de concentração e centralização bancária com as reformas institucionais liberais. Os artífices da política neoliberal acharam que assim esses recursos seriam canalizados naturalmente para o crédito imobiliário, criando um instrumento hipotecário que poderia ser revendido no mercado secundário (bolsa de valores). Esse instrumento, chamado Letra Hipotecária (LH), deveria substituir com mais eficiência os antigos VHRs (Valores Hipotecários Reajustáveis), pois, diferente desses, poderia ser utilizado para captar recursos na bolsa de valores, mesmo que o lastro continuasse no passivo dos bancos.[71]

Entretanto, o alto prazo de liquidação e a relativamente baixa taxa de remuneração que caracterizam o crédito hipotecário não atraíram investidores para as LHs, mesmo com o governo obrigando o Banco Central a entrar como equalizador do preço de face dessas letras. Foi necessário então que o Estado, novamente ele, por meio do Banco Central, comprasse, inicialmente Letras Hipotecárias, tentando com isso estimular o mercado secundário de LHs. O problema de financiamento hipotecário só foi resolvido com a criação do *funding* de longo prazo resultante da privatização dos fundos semipúblicos de pensão, cuja regulamentação imprimia um perfil de investimento altamente conservador, e por isso direcionaram grande parte de seus recursos durante toda a década de 1980 e 1990 para a compra de LHs. Em resumo, o vácuo deixado pela destruição do SINAP não foi ocupado por bancos privados livres de regulação e com autorização para múltiplas ações, nem por instrumentos securitizados a serem revendidos em um mercado, pulverizados por investidores pessoas físicas com acesso ao mercado financeiro. Foi a intervenção do Estado, via Banco Central e fundos de pensão privatizados (AFPs), quem criou um *funding* que oferecesse liquidez às LHs, um instrumento de titularização muito mais simples que a securitização.

Mesmo com todo o esforço estatal, a saber, até 75% do preço da moradia subsidiado, poupança inicial e garantia de venda e de preço mínimo para as LHs − o mercado privado de crédito não se interessava em financiar a baixa renda. Contudo, como já mencionado, o neoliberalismo não é contra a intervenção de Estado, como geralmente se confunde, desde que seja para fortalecer os circuitos privados de acumulação. Por isso, o governo neoliberal, diante do desinteresse do mercado de crédito privado, criou linhas públicas de crédito que eram operadas pela superintendência do MINVU. Até janeiro de 1989 haviam sido contratados 300 mil empréstimos na carteira MINVU (MINVU, 1990). Para comparar, no mesmo ano havia cerca de 150 mil empréstimos vigentes por meio de Letras Hipotecárias no mercado privado (MINVU, 1989b, p. 17). Fica evidente, portanto, que não fosse o crédito público, o circuito imobiliário não teria tido o mesmo impulso

e o modelo chileno nunca teria alcançado as dimensões atuais. O mercado privado de crédito não se interessou por emprestar recursos às famílias de baixa renda, não obstante todas as modificações estruturais neoliberais promovidas pelo Estado. A "baixa renda" em países subdesenvolvidos não é sujeito de crédito hipotecário como alguns mistificadores do modelo chileno divulgam.

Durante o período de recuperação, tem-se, em síntese, o seguinte modelo de circuito imobiliário gestado e em plena marcha para a expansão: a ampliação da oferta de terra mercantilizada, pronta para ser utilizada como insumo na produção e mercado de força de trabalho mais flexível e com menos custos de contratação, devido a reforma trabalhista. Se o Estado se retirou da produção direta, atuou para garantir a criação da demanda para a produção imobiliária privada com a criação do programa de subsídios habitacionais e com contratação direta de moradias. Temos, por fim, um novo sistema de financiamento hipotecário viabilizado pela estabilização monetária, pela privatização do Sinap em favorecimento dos bancos privados, da criação de novos instrumentos financeiros, da privatização dos fundos semipúblicos de aposentadoria, da intervenção no sistema bancário garantindo a liquidez das LHs e da criação da carteira de créditos Serviu.

Essas transformações estruturais já estavam esboçadas − algumas até haviam sido iniciadas − antes da crise de 1982. No entanto, é com a crise que as estruturas antigas são eliminadas definitivamente e o novo modelo inicia sua marcha plena de funcionamento. O novo modelo de circuito imobiliário se revela plenamente quando esses novos fatores são forçados a agir durante a recuperação e expansão do primeiro ciclo. E eles agiram. Sustentaram os primeiros cinco anos de recuperação, e, em 1988, quando o volume de metros quadrados licenciados pelo circuito imobiliário ultrapassa o recorde anterior de 6,1 milhões de m², inicia-se uma fase de expansão do circuito imobiliário que durará nove anos. Após resgatar o circuito imobiliário das cinzas, o novo modelo demonstrará toda sua potência de acumulação nesse período de expansão que perdura quase uma década (1988-1996) e que deixa como novo patamar recorde a produção anual de 14,9 milhões de m² de espaço construído.

Esse período de expansão (1988-1996) do primeiro ciclo de acumulação do circuito imobiliário neoliberal dependente é marcado politicamente pela derrota do governo ditatorial no plebiscito de 1988 e na campanha presidencial de 1989. Não obstante, a *Concertación*, bloco político vitorioso, redobra a aposta no modelo imobiliário neoliberal. Sem alterar as bases do legado da ditadura, o novo governo buscou atrair para dentro da institucionalidade as demandas sindicais e sociais. Para isso, precisou ampliar a capacidade de financiamento do Estado, ampliando a carga tributária sobre o consumo. Nesse sentido, o circuito imobiliário assume centralidade seja pela sua contribuição na economia chilena, seja por sua importância na mediação dos conflitos sociais junto aos movimentos de moradia. Esse contexto de hegemonia do modelo neoliberal, com altas taxas de crescimento econômico em uma democracia restringida, mas com impulso de políticas sociais subsidiárias sustentou a *golden age* do circuito imobiliário neoliberal.

As mudanças estruturais da primeira etapa do circuito imobiliário (D-M), estabelecidas na década anterior, continuaram presentes: as condições favoráveis de um mercado de trabalho e de terras flexíveis foram mantidas. A diferença agora é que as construtoras e incorporadoras já estavam recuperadas e retomaram certa capacidade de investimento autônomo repercutindo na diversificação de produtos imobiliários no período. A recuperação do sistema bancário e o crescimento dos ativos sob a administração de investidores institucionais buscando por novas fontes de rendimento disponibilizaram maior quantidade de capital dinheiro para o financiamento das construtoras e incorporadoras. Esse crescimento foi possível devido a uma novidade institucional desse período: a promulgação da Ley General de Fondos, de 1989, que possibilitou a criação de Fundos de Investimento Imobiliário capazes de captar recursos do público em geral, mas principalmente dos investidores institucionais que podiam, assim, investir no circuito imobiliário. Metade dos 10 fundos criados nos primeiros três anos destinaram-se a canalizar recursos das Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs) e das Companhias de Seguros (CS) para o circuito imobiliário (Pineda, 2011, p. 9). Em resumo, a facilidade de circulação de terra e trabalho e o

aumento de capital dinheiro disponível para adentrar no circuito imobiliário são fatores que concorreram para ampliar e acelerar o investimento no circuito imobiliário.

Na fase de produção (...P...), a dinâmica do circuito imobiliário no período de expansão mostra uma leve diminuição relativa da edificação de moradias e um crescimento da importância do comércio, enquanto as atividades de serviço mantêm sua participação estagnada e a indústria reduz sua participação relativa. Essa dinâmica da demanda capitalista por construção de espaço urbano indica três elementos. Primeiro, que se trata de uma fase de expansão do capitalismo, na qual os investimentos privados elevam sua demanda por espaço construído. Segundo que, entre eles, as atividades comerciais apresentam um crescimento mais acelerado, denotando uma economia urbana mais dependente dessa esfera de acumulação do que da indústria e dos serviços. Por fim, mostra que os capitais construtores e incorporadores encontram-se com caixa ou com acesso a crédito bancário para responder a esse tipo de demanda. Com isso, o circuito imobiliário diminui levemente sua dependência relativa de produção de moradias em que, como vimos, a ação do estado tem papel fundamental.

É a forma como o Estado, dirigido pela *Concertación,* atua na terceira fase do circuito (M´- D´) que demonstra a hegemonia do modelo neoliberal. Com o intuito de responder à forte demanda social por moradias originada pelos movimentos sociais, os governos da *Concertación* redobram a aposta no modelo ABC, com o que ficou conhecido como política de prevenção a ocupações (Castillo; Forray, 2014).[72] São marcas dessa fase a criação dos primeiros programas que dispensavam a tomada de crédito pelo beneficiário e o aumento dos subsídios, tanto em número de unidades (678 mil nesse período, com uma taxa de cobertura de 70,5% de novas casas subsidiadas), quanto em volumes financeiros.[73]

O crédito público, operado diretamente pelo MINVU ou pelo *BancoEstado*, continuou sendo a única forma das famílias de baixa renda acessarem programas que ainda tinham essa exigência, já que a banca privada não era acessível a essa demanda.[74] O crédito privado apresenta forte expansão no período. A variação

anual do estoque apresentou taxa média anual de 31%. Com isso, as colocações para moradia, que representavam 9,8%, passaram para 14,7% do total de crédito do país e de 5% para 8% do PIB chileno, entre 1988 e 1996. A operacionalização do crédito imobiliário não foi feita de forma homogênea entre as instituições financeiras. Houve uma nítida segregação entre os bancos, principais instituições emprestadoras: os bancos privados financiando as classes médias e altas e, o único banco público, financiando os setores de renda média para baixo.

Para financiar a expansão do crédito privado, o sistema bancário continuou vendendo as LHs no mercado secundário. A demanda de investidores institucionais por esses títulos continuou sendo essencial para a expansão do crédito hipotecário para moradia por parte dos bancos privados. Mas também tentou-se avançar no processo de securitização do crédito hipotecário. Em 1986, foram criados dois instrumentos: os mútuos hipotecários não endossáveis (MNHEs) e os mútuos hipotecários endossáveis (MHE), sendo este último podendo ser repassado das instituições originadoras para outras instituições, inclusive securitizadoras. Entretanto, mais de uma década depois, os MHEs representavam apenas 17% do total do *funding* hipotecário do país e de forma não securitizada, já que o mecanismo do endosso permite a venda direta, evitando os custos de securitização. Nesse caso, o principal comprador de MHEs, até esse período, foram as Companhias de Seguro (CS) que em 1997 detinham 31% do total dos MHEs, ficando atrás apenas dos bancos que eram os próprios originadores.[75]

Esse período de expansão exuberante do circuito imobiliário não foi um fator isolado na economia chilena. Foi parte de um período expansionista geral do capitalismo chileno que promoveu a euforia e otimismo com o processo de transição chilena e transformou o país no modelo de sucesso neoliberal a ser divulgado por todo o mundo. As altas taxas de crescimento do PIB, o superávit fiscal, a redução da inflação e do desemprego, a estabilidade democrática e a travessia pela crise mexicana de 1994 sustentaram essa euforia. Se de um lado do globo haviam os chamados tigres asiáticos (Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan), o Chile era considerado o jaguar da América Latina.

Em 1997, quando irrompe a crise financeira nos tigres asiáticos, o Chile também é afetado. A crise asiática impactou a economia chilena por dois canais principais. O primeiro foi a reversão da liquidez internacional, que resultou em uma redução significativa da oferta de capital externo, caindo de 7,9% do PIB em 1996-1997 para apenas 2,4% em 1998, com um egresso líquido de 1,2% em 1999. Adicionalmente, houve uma fuga de capitais residentes promovida pelos fundos de pensão que durante a crise adotaram uma postura pró-cíclica, resultando em uma fuga equivalente a 4,8% do PIB entre 1998 e 1999. O segundo canal foi a queda nos preços de exportação, especialmente do cobre, que viu seu índice de preços cair de 120 para 80 pontos entre 1996 e 1998. Com tudo isso, houve uma redução drástica na taxa de crescimento do PIB chegando, inclusive a uma contração de 0,75% em 1999. O desemprego, que havia atingido seu nível no final de 1997 (5,2%), mais que dobrou em 1999 (11,8%), permanecendo próximo dos 10% até 2004.

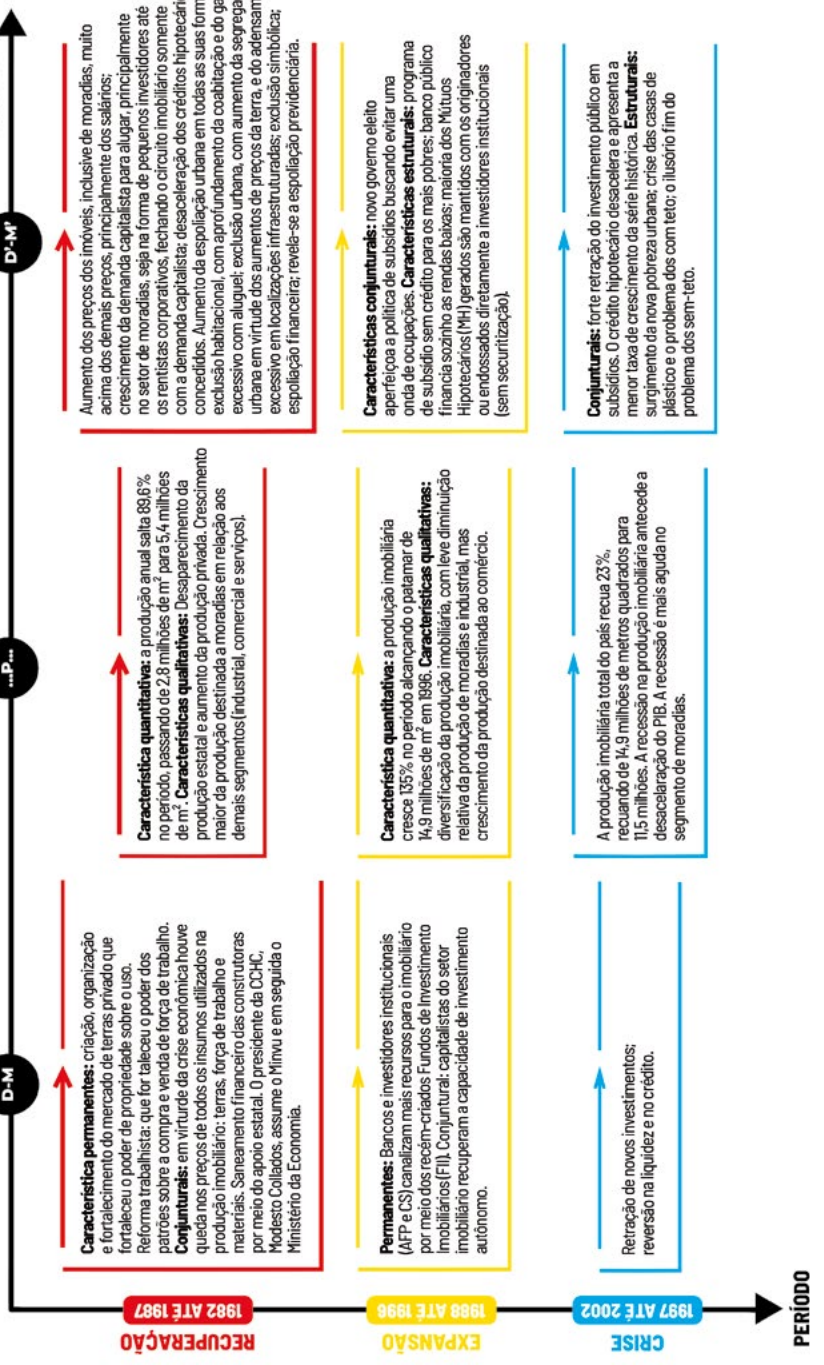
Nesse contexto, as construtoras e incorporadoras retraem o investimento em novas construções e o circuito imobiliário chileno a partir de 1997 entra num período de seis anos de recessão. Considerando todo o período, a produção imobiliária total do país, indicada pelas novas licenças para construir, recua 23%. Do pico de 14,9 milhões de metros quadrados atingidos em 1996 regride para 11,5 em 2002. As licenças destinadas a novas moradias apresentam a queda mais acentuada. Do pico de 9,8 milhões de metros quadrados em 1996 regride para 6,8 milhões em 2002 (-30%). Com isso, a produção destinada à moradia recua não somente em números absolutos, mas também em participação relativa saindo dos 72,1% para 65,6% do total. O financiamento público de moradias também apresenta contração no período, quando comparados com o período anterior. Após ultrapassar o patamar de 80 mil unidades financiadas anualmente com subsídios ou contratação direta em 1992, cai para baixo desse valor pela primeira vez em 1997 e embora esboce uma reação no biênio 1998-1999, volta a cair nos anos 2000-2002.

Junto à crise econômica geral, aparecem as primeiras fissuras sociais no modelo de circuito imobiliário. E essas fissuras aparecem inicialmente, justamente no elo mais frágil desse circuito: da popu-

lação beneficiada pelo subsídio. Em 1997, apartamentos novos do conjunto habitacional El Volcán foram alagados por infiltração da chuva e tiveram que ser literalmente embalados por plástico nylon, o que lhe rendeu o nome da crise das casas de plástico.[76] Esse acontecimento dramático trouxe à tona o lado obscuro da política habitacional (Ducci, 1997). Se o modelo de circuito imobiliário chileno era divulgado como caso de sucesso por ter conseguido reduzir o déficit habitacional,[77] criando ilusão de que estaria resolvendo o problema dos sem-teto, a falta de qualidade construtiva, o pequeno tamanho das unidades, a ausência de serviços básicos, problemas de desenho, o adensamento excessivo e ausências de serviços urbanos dos conjuntos criaram o problema dos "com teto".[78]

Em resumo, ao final do primeiro ciclo de acumulação do novo circuito imobiliário se confluíram duas crises: uma crise de acumulação do próprio circuito, em virtude dos efeitos da crise asiática sobre toda a economia chilena; e uma crise habitacional, a primeira do modelo de circuito imobiliário. A questão habitacional havia se deslocado do problemas dos sem-teto, das *callampas*, das *tomas* e dos *campamentos* expressados no déficit habitacional para o problema dos com teto, caracterizado pela profunda segregação urbana e todos os seus efeitos perversos como a formação de novos guetos, o aumento do tempo de deslocamentos, a dificuldade em acessar serviços públicos; pela péssima qualidade física das habitações gerando problemas de salubridade e de adensamento excessivo; e, por fim, no problema dos devedores habitacionais. Todas essas manifestações de exclusão urbana ampliam o desgaste físico e mental dos moradores e trabalhadores, revelando a potência analítica da categoria de espoliação urbana. Em outras palavras, o circuito imobiliário chileno elevou a produção e o consumo de casas excluindo os moradores do direito à cidade e da moradia digna, ou seja, ampliando a espoliação urbana, forma espacial da superexploração da força de trabalho.

Figura 2 – Sínteses das transformações ocorridas no primeiro ciclo do circuito imobiliário. Elaboração do autor.



Segundo ciclo: atualização, esgotamento e nova estratégia de acumulação

O segundo ciclo de acumulação do circuito imobiliário neoliberal e dependente (2002-2018) é marcado por três fases: recuperação (2003-2004), de expansão (2005-2015) e de esgotamento (2016-2018). Durante a crise do primeiro ciclo, a demanda capitalista por espaço construído caiu 23% (1996-2002). Mas o tempo de recuperação é rápido: em apenas dois anos (2003-04) a demanda por espaço construído já se recupera e supera o recorde anterior de 1996. Em 2004, o volume total demandado foi de 16 milhões de metros quadrados.

Importante notar que o circuito imobiliário se recupera antes da economia em geral. Isso se deve a alguns elementos importantes que compõem o ciclo. Na primeira etapa (D-M), as construtoras não estavam quebradas e insolventes como ocorreu na crise de 1982. Por isso, quando é implementado o Balanço Fiscal Estrutural (2001),[79] sinalizando a retomada dos investimentos públicos em habitação, as incorporadoras reagem rapidamente, aproveitando, ademais, a correção cíclica nos preços de força de trabalho e de insumos promovidas pela crise. Essa retomada dos investimentos públicos no setor habitacional se deu com uma nova roupagem: em crise desde a popularização do problema dos *con techo*, a política de subsídio é renovada com o lançamento da Nova Política Habitacional (NPH), prometendo maior cuidado e seletividade nos projetos, bem como programas específicos e adicionais para melhoramentos e qualificação. Na prática, são ampliados os programas de subsídio integral (sem exigência de crédito) e são oferecidas garantias estatais aos bancos privados que concederem crédito habitacional para a baixa renda. Ambas as medidas viabilizam o fim de novas concessões de créditos Serviu.

Com nova legitimidade, as construtoras retomam os projetos para a baixa renda e os gastos com subsídios se elevam. O número total de moradias subsidiadas (incluindo melhoramentos, reformas e ampliação) efetivamente pagas saltou de 50,1 para 74,1 mil unidades. Um crescimento de 48% entre 2001 e 2004. Em recursos orçamentários, o gasto com subsídios totais prati-

camente dobrou no mesmo período, passando de 5,9 para 11,5 milhões de UFs (Fonte: MINVU). Diante desse cenário, e agora com garantias estatais, o crédito hipotecário também reage e estimula a reativação do circuito imobiliário. Após atingir o ponto mais baixo de toda série histórica em 2001 (7,4%), volta a apresentar crescimento nas taxas de variação anual do estoque até atingir 21,6% de crescimento em 2004.

Após a recuperação, inicia-se uma fase de expansão até 2007, quando a demanda atinge os 19 milhões de m². Essa fase de expansão é interrompida momentaneamente pelos efeitos da crise de 2008 e pelo terremoto de 2010. Nesses três anos o volume demandado recuou 30,9% e alcançou um volume inferior ao primeiro ano do ciclo (2003). Todavia, foi mais que recuperado em apenas um ano: em 2011, quando políticas macroeconômicas anticíclicas de combate aos efeitos da crise de 2008 se juntaram às políticas de reconstrução pós terremoto, o volume demandado por espaço construído saiu dos 13,3 milhões para 19,6 milhões, um crescimento de 47% em apenas 12 meses. Essa fase de expansão continua até 2015, quando a demanda por volume construído atinge o ponto máximo de 22,2 milhões de metros quadrados a construir.

O período de expansão do circuito imobiliário foi retroalimentado pelo crescimento econômico liderado pelo chamado superciclo das commodities, que marcou toda a região latino-americana (Brandão; Vogt, 2020; FFrench-davis, 2018). O crescimento econômico pavimentou o caminho para mudanças importantes no circuito imobiliário. Na fase de circulação (D-M), houve um aumento de capitais canalizados para o circuito imobiliário por meio da reforma promovida no mercado de capitais em 2001, que criounovos mecanismos e dispositivos legais amplamente utilizados pelos capitais imobiliários. A abertura de capital por construtoras, a reformulação institucional dos Fundos de Investimentos Imobiliários, a atuação dos investidores institucionais (AFPs e CSs) e a conformação de Family offices permitiram a ampliação dos fluxos de capital dinheiro destinados ao circuito imobiliário num processo de acoplamento das finanças ao circuito imobiliário (Pineda, 2011, p. 7).

O aumento do fluxo de capital dinheiro ao circuito imobiliário por meio da abertura de capitais, dos fundos imobiliários (FIIs), dos investidores institucionais e do capital bancário, só ocorre se o circuito imobiliário demonstrar capacidade de fornecer-lhe uma rentabilidade igual ou superior à média da rentabilidade dos demais ramos da economia chilena. Para isso, é fundamental a renda imobiliária (superlucros de localização) oriunda principalmente da gestão das propriedades urbanas. Ou seja, o aumento da magnitude dos capitais concorrendo no circuito imobiliário aprofunda a disputa pelo controle (e produção) de localizações geradoras de rendas imobiliárias, o que acaba por estimular a elevação dos preços das propriedades. Nesse sentido, para ampliar a rentabilidade do circuito imobiliário na margem ou para acelerar a velocidade de sua rotação são fundamentais novas rodadas de flexibilização das normas urbanísticas e a ascensão do empreendedorismo urbano.[80]

Esse movimento aumenta a demanda por terra urbana, ampliando o poder da propriedade privada e de apropriação de rendas imobiliárias que são ainda mais alimentadas por um processo de desvalorização do trabalho nas fases de planejamento e projeto, em virtude das transformações tecnológicas e da capacidade das incorporadoras em internalizar essas transformações. Por fim, o processo de centralização e concentração de capitais incorporadores possibilita a sua expansão para além das fronteiras chilenas. O circuito imobiliário chileno passa a exportar seus grandes capitais para explorarem o imobiliário em outras fronteiras nacionais.

Na fase de produção (...P...), além da expansão quantitativa já mencionada, destaca-se no setor habitacional, a sua capacidade anticíclica (2001, 2008 e 2011), a retomada relativa da produção pública e a expansão da forma apartamento.[81] Nos outros segmentos destacam-se: a chamada *urbanización del retail* (Simone, 2018), expressa no crescimento da produção voltada aos comércios, fortemente impulsionada pelos fundos imobiliários de renda de aluguel, e a manutenção da baixa participação com tendência de queda da indústria em geral e, particularmente, da indústria de transformação, consoante com o atual padrão de reprodução do

capitalismo dependente. Esse período é marcado também pela estagnação da produtividade no canteiro com aprofundamento da superexploração da força de trabalho e pelo aprofundamento da estrutura de concorrência baseada na heterogeneidade de composição orgânica dos capitais (Matrix Consulting, 2020).

A realização das mercadorias produzidas nesse período (M´-D´) foi impulsionada por novos investimentos públicos. Primeiro, sob o comando do governo de Michelle Bachelet, a NPH é atualizada. Essa "Novíssima" Política Habitacional prometia aprofundar programas que solucionassem o problema qualitativo, isto é, uma radicalização no enfrentamento ao problema dos com teto, por meio do aumento de subsídios para projetos arquitetônicos urbanísticos melhorados, ampliando assim o volume de subsídios totais. Entretanto, com a crise de 2008 e o terremoto de 2010, as políticas públicas voltam a priorizar o aumento de unidades habitacionais, sempre justificada no combate ao déficit quantitativo, agora sob a direção do primeiro presidente de direita eleito democraticamente desde 1958, Sebastián Piñera. Assim, os subsídios pagos saltam de 71,6 mil em 2005 para 183,4 mil em 2015. Em valores, o gasto fiscal com subsídio triplica, saindo de 13 milhões e 123 mil para 39 milhões 445 mil UFs no mesmo período. O crédito imobiliário também se expande: a variação média anual de crescimento do estoque de crédito hipotecário fica em 15,3% entre 2005 e 2015, alcançando 26,3% do total de crédito no país e ultrapassando a marca de 20% do PIB. Esse crescimento quantitativo ocorre com diminuição dos instrumentos de titularização utilizados nos anos 1990, ou seja, diminui a importância de LHs por meio do aumento dos mútuos hipotecários em grande parte não endossáveis ou mantidos no balanço dos bancos originadores. Revela-se, portanto, o fracasso da securitização como forma de expansão do crédito hipotecário chileno.

Nesse período de expansão surge uma nova demanda que irá estimular a realização das mercadorias imobiliárias (M´-D´). Essa demanda não está interessada em realizar o valor de uso das edificações que compra, mas sim em rentabilizá-las. Ela se inicia primeiramente nos mercados de escritórios, comércios e serviços, por parte de capitais específicos criados para comprar e alugar imó-

veis, como fundos de investimento imobiliário. Esse movimento é seguido por investidores familiares no mercado residencial, apelidados de investidores formigas, que passam a acessar a compra de imóveis novos para receber a renda de aluguel. Evidentemente, esse fenômeno também só será bem-sucedido se encontrar uma procura por imóveis para alugar. Essa procura, a princípio, está localizada nas grandes cidades, principalmente na Região Metropolitana de Santiago, em localizações bem servidas de infraestrutura urbana e restrita a segmentos específicos emergentes na sociedade chilena como jovens solteiros e casais sem filhos e com remuneração suficiente para arcar com esses custos de aluguéis.

Entre 2011 e 2019, a participação dos investidores formigas saltou de 17% para 49% do total de apartamentos comprados e houve um desacoplamento dos preços de moradias para residência e para renda de aluguel que passou de 1 para 7 UF por metro quadrado no mesmo período (Señoret et al., 2020). Segundo o Banco Central, o número de domicílios de proprietários com investimento em outro imóvel saltou de 10% para 16% entre 2011 e 2017, sendo que menos da metade deles estão alavancados com crédito hipotecário (BCCH, 2019, p. 57) e 60% dos domicílios que compram uma segunda moradia com crédito hipotecário têm por objetivo a renda de aluguel (BCCH, 2018). Em 2018, a rentabilidade bruta da operação de comprar para alugar no Chile era de 6%. Em 2012, havia chegado a 8%. Bem acima da taxa de juros hipotecárias do país e da média rentabilidade bruta desse tipo de operação nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ambas em 4% (BCCH, 2018, p. 54).

Esse movimento dos investidores formigas é rapidamente seguido pelo capital incorporador que passa a atuar também na construção, venda (ou compra) de edifícios residenciais inteiros destinados ao aluguel. São os chamados edifícios multifamiliares, cujo modelo, iniciado em 2008, alcança em 2018, 42 edifícios e mais de 10 mil unidades habitacionais projetadas (BDO, 2021). Esse tipo de investimento rentabilizou a 6,8% aa entre 2014 e 2019, acima da rentabilidade média da Bolsa de Valores de Santiago, de 5,6% aa (Emol, 2019).

Essa nova lógica de produção e consumo do espaço urbano se desenvolve no momento de estagnação econômica do PRCEEP em toda a América Latina, o que irá afetar também a produção imobiliária chilena. A partir de 2015, o volume demandado por espaço para construir começa a expressar os limites do modelo, num movimento claramente estagnacionista depois do forte recuo de 30% em 2016. Essa estagnação quantitativa, entretanto, só é compreendida plenamente quando analisada qualitativamente. Ela tem suas causas macroeconômicas, notadamente o fim do superciclo das commodities, mas também tem suas causas endógenas. A elevação dos preços das propriedades, causada por uma dinâmica de acumulação que fortalece o poder de monopólio dos proprietários e dos incorporadores inviabiliza a continuidade do modelo baseado na produção em larga escala direcionada às famílias superexploradas, proprietárias, endividadas e/ou subsidiadas. Isso porque o preço dos imóveis está "por las nubes" e os subsídios já não alcançam para comprar uma casa.[82]

A lógica emergente da produção para locação resolve esse impasse criado pela própria dinâmica de acumulação do circuito imobiliário neoliberal e dependente. O consumidor final, que realizaria o valor de uso do imóvel, não interessa mais como comprador, mas como locador. O circuito imobiliário passa a depender menos da realização destinada aos consumidores finais, pois pode contar com a demanda de investidores para o aluguel, o que se expressa também na desaceleração da concessão do crédito hipotecário. A sanha desse capital para locação, todavia, irá pressionar ainda mais os preços dos imóveis tornando cada vez mais difícil e desestimulante a lógica anterior destinada a setores de baixa e média renda. Em síntese, com a expansão das taxas de lucro de sua principal estratégia de acumulação anterior obstaculizadas, o circuito imobiliário entra em um transe, que ainda está em processo e cujas características de sua superação não estão plenamente definidas, mas que apontam para uma nova estratégia de acumulação baseada no aumento da margem de lucros, inflado por rendas imobiliárias das propriedades, adquiridas por investidores − pequenos ou corporativos − que destinam os imóveis ao aluguel.[83]

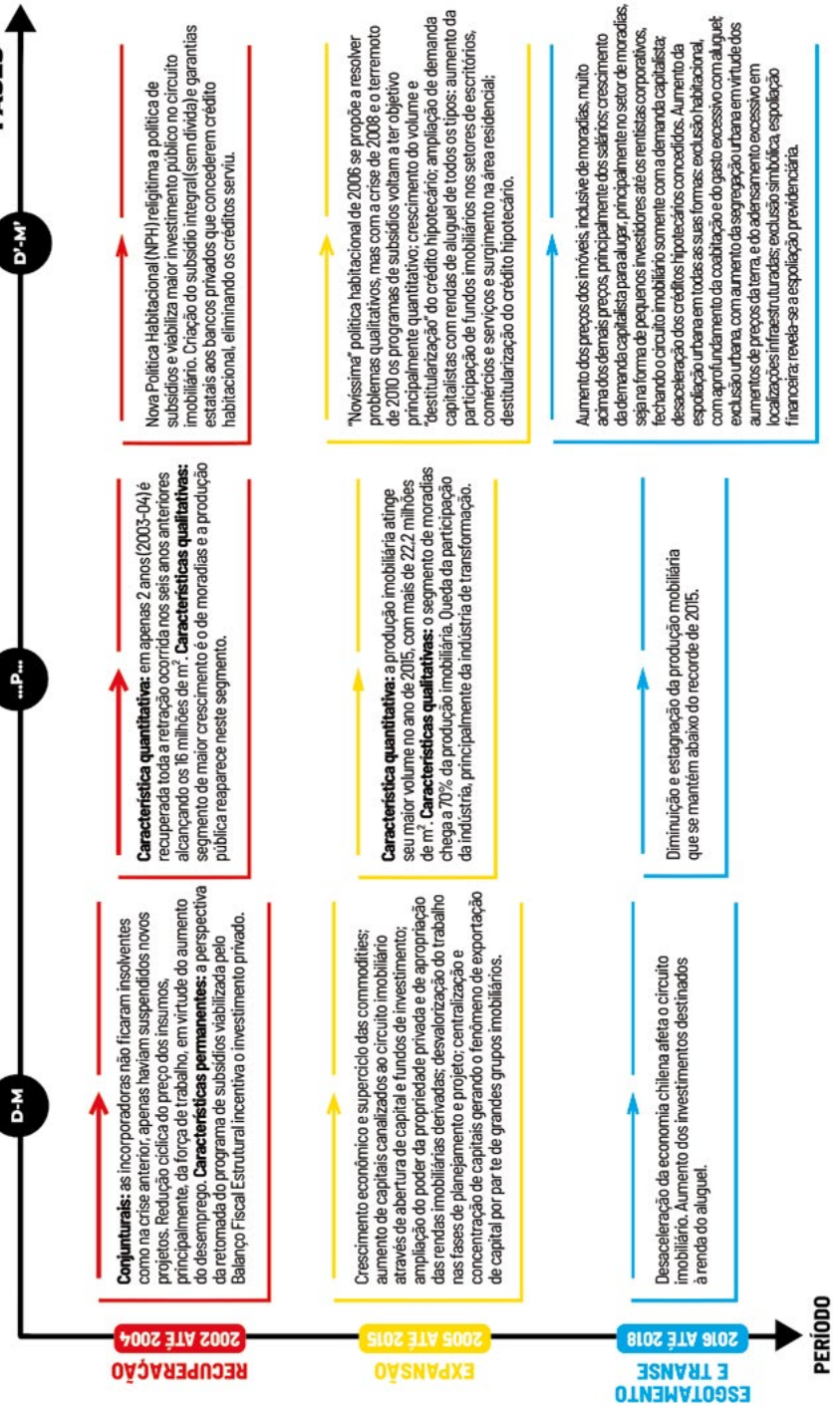
Essa possível transição da lógica do modelo de circuito imobiliário neoliberal é atravessada pelo retorno dos sem-teto e pelo aprofundamento de todas as formas de espoliação urbana. Os " sem-teto" retornam à pauta, já que o déficit habitacional quantitativo e qualitativo cresce entre 2015 e 2017, alcançando 1 milhão e 808 mil domicílios, 31% dos domicílios no país. Até então, o cálculo do déficit habitacional no Chile não considerava o gasto excessivo com aluguel. Em um levantamento recente que buscou medir esse componente, verificou-se que, em 2015, 8,8% dos domicílios (417.658) estavam nessa situação. Em 2017, esse número cresceu 28,4%, alcançando 536.439 domicílios, o que representa 10,6% dos domicílios urbanos (MDS, 2017). Outra expressão do agravamento mais absoluto do problema habitacional no seio do "modelo de sucesso" de circuito imobiliário é o aumento expressivo do número de *campamientos*. Segundo pesquisa realizada pelo MINVU, entre 2011 e 2018, o número de acampamentos passou de 657 para 802, um crescimento de 22%. enquanto o número de famílias morando nesses acampamentos saltou de 27.378 para 47.050, uma taxa de 71,8% de crescimento.

Além dessa dimensão absoluta de exclusão habitacional, existe aquela que chamamos de dimensão urbana de exclusão habitacional, em que o acesso à casa não é acompanhado de acesso à cidade. O MINVU e o MDS (Ministerio del Desarrollo Social) estimam que em 2017, 22,5% dos domicílios, o que representa 3 milhões 501 mil 338 moradores nas cidades chilenas, localizam-se em bairros marginais, assentamentos precários e moradia inadequada, portanto fora da meta11 dos Objetivos Desenvolvimento Social (ODS) Agenda ONU 2030.[84] Além disso, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base em uma amostra de 63 comunas (bairros), em 60,3% delas o tempo de deslocamento no transporte público no horário de pico da manhã se situa entre 90 e 140 minutos. Apenas 15 das 63 comunas conseguiram atingir o indicador de qualidade definido em 60 minutos máximo para essa viagem.[85] Essa exclusão habitacional e urbana, evidentemente, trará impactos na dimensão subjetiva dos mora-

dores, no que podemos chamar de exclusão simbólica, que se expressa na falta de pertencimento à comunidade urbana por parte do trabalhador excluído, o que gera uma ausência de identidade desse trabalhador com a cidade. Essa é, sem dúvida, a expressão última da negação do direito à cidade. A cidade, essa gigantesca massa de valor de uso produzida coletivamente com o interesse de promover o encontro entre as pessoas está a oprimir, excluir e isso é sentido, interpretado e marcado subjetivamente.

Essas são pelo menos três formas aparentes da espoliação urbana que, por sua vez, é a expressão espacial da superexploração da força de trabalho no circuito imobiliário chileno. Entretanto, viu-se que esse circuito se estruturou sobre dois outros mecanismos de espoliação do trabalhador chileno. O primeiro deles é a espoliação da dívida, já que o crédito foi fortemente estimulado para alcançar todos os estratos de renda no país. O resultado desse processo de baixos salários e endividamento alto é que 65% dos domicílios com alguma dívida se encontram "superendividados", o que representa 29% do total de domicílios no país (Pulgar; Corradi; Lemus, 2021). O endividamento total, do qual o endividamento hipotecário representa 55%, é uma fonte grave de violação do fundo de consumo do trabalhador chileno. O segundo mecanismo é o da espoliação previdenciária. Após anos de apologia nacional e internacional ao sistema privatizado de pensões, a primeira geração de aposentados do modelo se apresenta como uma grave crise social: dos 980 mil aposentados chilenos ao final de 2019, quase 80% receberam um benefício menor que o salário-mínimo de 301 mil pesos. Metade desses aposentados recebeu uma pensão equivalente a 202 mil pesos chilenos, 67% do salário-mínimo, que ainda assim só foi alcançada graças ao Aporte Provisional Solidário do Estado, pois, do contrário o valor recebido seria de 145 mil pesos chilenos, menos da metade do salário-mínimo (Fonte).

Figura 3 – Síntese das transformações ocorridas no segundo período do circuito imobiliário. Elaboração do autor.



Conclusões

A análise de 35 anos de circuito imobiliário chileno revela, em primeiro lugar, a potência analítica da teoria crítica do circuito imobiliário. Demonstrou-se ser possível construir um esquema teórico historicamente determinado e em um nível intermediário de abstração capaz de analisar a produção capitalista do espaço urbano nos diferentes países da América Latina, mas sem predeterminá-la. Com flexibilidade suficiente para se adaptar às diferenças existentes em cada país. Por meio dele, pode-se realizar comparações e encontrar potenciais soluções para o problema da moradia; ou, ao menos, afastar as falsas soluções colocadas pelas classes dominantes.

A análise concreta a partir dessa teoria confirmou a hipótese central de que as transformações capitalistas no circuito imobiliário intensificam tanto a capacidade produtiva quanto a exclusão habitacional. De fato, a capacidade produtiva imobiliária foi potencializada no Chile, chegando a decuplicar, e, junto com ela, multiplicou-se também o caráter rentista da dinâmica imobiliária. A concentração e centralização de capital no setor aprofundaram a concorrência entre os capitalistas por terrenos urbanos que geram superlucros de localização. A capacidade desses grandes capitais de disputar o espaço urbano e de transformá-lo, visando a geração de superlucros, acabou encarecendo a principal matéria-prima do circuito imobiliário: a terra. E, com isso, o modelo de circuito imobiliário, considerado um *case de sucesso*, criou a sua própria contradição: os preços dos terrenos insuflados pela demanda do capital incorporador atingem um nível que inviabiliza a manutenção de taxas de lucros crescentes, obstaculizando a reprodução ampliada do capital sob a lógica hegemônica do modelo inaugurado em 1982, qual seja, a lógica sustentada na produção de imóveis baratos para proprietários privados endividados e/ou subsidiados.

Não há mais terrenos disponíveis para oferecer imóveis nos preços admitidos pela política habitacional, principalmente nos grandes centros urbanos responsáveis pela maior parte da produção habitacional; e, tampouco. há aceitação social para uma

nova rodada de ampliação de subsídios e de teto dos preços dos imóveis. Como dizia Marx: até quando a sociedade está disposta a ceder parte da riqueza socialmente criada para sustentar a propriedade privada da terra? Finalmente, o modelo de circuito imobiliário parece encontrar os limites criados pela sua própria lógica de expansão. Incapazes de colocar para circular imóveis acessíveis à população subsidiada, o setor entrou em transe, vislumbrando a possibilidade de realizar-se não mais por meio de proprietários, mas de locatários.

Além desse objetivo principal, atingiram-se também os objetivos específicos relativos ao papel que o circuito imobiliário passa a ocupar dentro do novo padrão de reprodução do capital e o papel que o Estado e o sistema financeiro cumprem para a fundação e evolução desse circuito imobiliário. Não fosse a ação do Estado, o antigo Sinap não teria sido substituído pelas Letras Hipotecárias, uma titularização simples, que somente se estabeleceu graças à demanda criada pelo próprio Estado, primeiro com o Banco Central, depois via privatização dos fundos de pensão. Demonstrou-se também que, mesmo com esse apoio estatal, o sistema financeiro não atendeu à demanda de crédito dos setores de baixa renda. Por isso teve que ser criada uma carteira de crédito público operada diretamente pelo Estado. Ainda assim, a ampliação do atendimento das necessidades de moradia de estratos de baixa renda só se efetivou com o Estado pagando diretamente até 100% do preço final da moradia por meio de um sistema de subsídios que combinava o *voucher* e a licitação de moradias sociais. Ou seja, apesar de toda propaganda ideológica privatista, o modelo de circuito imobiliário revelou-se extremamente dependente do Estado e do orçamento público.

A análise do famigerado modelo de financiamento imobiliário chileno revelou que o mercado secundário de hipotecas nunca ultrapassou o patamar de uma titularização limitada, e, mesmo assim, entrou em declínio sendo paulatinamente substituído pelo simples financiamento bancário com capital próprio. O sistema de securitização hipotecária é hoje marginal. A propaganda difundida desse modelo oculta principalmente que a abrangência do financiamento hipotecário só foi alcançada pela privatização

forçada do sistema de pensões que prometia o paraíso aos futuros aposentados. Por fim, o modelo difundido de financiamento também oculta que muitos bancos privados nunca assumiram o risco de financiar moradias para as rendas mais baixas, o que acabou ficando a cargo quase exclusivamente do único banco público existente no país ou do subsídio integral do Estado.

Apesar do complexo e pujante crescimento da capacidade de produção imobiliária chilena, as condições de espoliação urbana e superexploração da força de trabalho continuaram se reproduzindo e até se aprofundaram. Cidades cada vez mais segregadas, moradias menores e de piores qualidades construtivas, mas afastadas dos grandes centros aprofundaram ainda mais problemas de deslocamento, habitabilidade e convivência social. O problema do sem-teto, que aparentemente estava endereçado, retorna com proliferação de acampamentos, gastos excessivos com aluguéis de famílias de baixa renda, coabitação e adensamento excessivos. Não obstante, muitas dessas famílias ainda sofrem financeiramente com o endividamento excessivo e com uma velhice incerta diante do modelo de pensões privatizadas. O modelo de circuito imobiliário, ao se apoiar na lógica do capital incorporador, não apenas falhou em atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda, mas também promoveu uma dinâmica de segregação e exclusão, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e precariedade.

A crise urbana e de moradia que vive atualmente o Chile, é o resultado direto do modelo de circuito imobiliário neoliberal "realmente existente". Originado nos momentos mais duros da ditadura, colocado em plena marcha após a crise de 1982, aprofundado após a redemocratização (tornando-se um modelo divulgado e promovido nos demais países da América Latina), atualizado com as novas políticas habitacionais em 2002 e 2006 e que agora mostra sinais de esgotamento e transição. Essa crise não é uma externalidade ou um efeito inesperado. É resultado de um circuito imobiliário estruturado pelo fortalecimento e concentração da propriedade capitalista da terra e pela superexploração da força de trabalho. Nessas condições estruturais, o aumento da capacidade produtiva de ambiente construído gera, ao mesmo tempo, o aumento

da espoliação urbana em todas as suas dimensões de exclusão. Por mais diacrônicos e variados que seus resultados possam se expressar, o estudo do caso chileno confirma nossa hipótese que parece ser uma lei geral do circuito imobiliário em países dependentes. Essa espoliação é parte do processo de valorização da propriedade urbana no capitalismo dependente, sob a qual se assentou o modelo de circuito imobiliário chileno. No atual período de esgotamento do modelo, confluem-se duas contradições do modelo de circuito imobiliário neoliberal: a contradição que obstaculiza a reprodução ampliada do capital e a contradição estrutural que recoloca o problema da moradia e da cidade.

Por fim, as descobertas deste trabalho não se limitam ao contexto chileno, mas oferecem lições valiosas para outros países da América Latina que buscam soluções para questões habitacionais. A experiência chilena deve servir de alerta contra a adoção acrítica de políticas inspiradas em modelos que não enfrentam as contradições estruturais do capitalismo dependente. É urgente que os países da região adotem abordagens mais inclusivas e equitativas priorizando os direitos à moradia e à cidade, para evitar a perpetuação de um sistema que favorece a acumulação de capital em detrimento das necessidades da população.



CAPÍTULO 9

Os agentes da construção civil, do mercado imobiliário e das finanças rumo a um campo ampliado da financeirização urbana nas cidades "fora do radar"[86]

Lúcia Zanin Shimbo

Introdução

A integração entre o setor imobiliário e o mercado de capitais tem impulsionado mudanças estruturais nos processos de urbanização do Brasil não apenas na principal metrópole do país, São Paulo, mas também em cidades consideradas mercados secundários ou "fora do radar" pelos investidores financeiros. De acordo com uma literatura brasileira relevante, elas são frequentemente referidas como "cidades médias", ou como "capitais regionais", em função das Regiões de Influência das Cidades, conforme designadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Essas cidades fazem parte da estratégia de escala nacional adotada por investidores financeiros, gestores de ativos e incorporadores imobiliários que buscam a diversificação geográfica dos investimentos e, consequentemente, a mitigação de riscos. Nesse contexto, as principais cidades do interior paulista experimentaram uma intensa produção imobiliária, especialmente para uso residencial, levando a uma "superprodução" ou a um aumento excessivo da construção habitacional (no inglês, a pala-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_009

vra *overbuilding* é mais precisa nesse sentido) nas duas primeiras décadas do século XXI. Além da incorporação residencial, os galpões de logística se multiplicaram ao longo das principais rodovias que cruzam o estado de São Paulo. A maioria desses galpões, juntamente com os principais shopping centers dessas cidades, faz parte dos portfólios de ativos de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Como exemplo, Ribeirão Preto, uma das "cidades do agronegócio" brasileiro (Elias & Pequeno, 2015) desempenha um importante papel econômico em São Paulo, sendo o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Apesar do seu dinamismo econômico e imobiliário, a cidade apresenta desigualdades socioeconômicas (refletidas num Índice de Gini inferior à média do estado) e socioespaciais estruturais, marcadas por uma divisão histórica norte-sul, na qual o norte é mais pobre e o sul é mais rico.

A superprodução de habitação tem sido conduzida por grandes empresas nacionais, a maioria de capital aberto, e regionais, de capital fechado. Esse crescimento é visível na paisagem, onde milhares de casas térreas e torres de apartamentos fazem fronteira com bairros já consolidados, plantações agrícolas ou áreas de proteção ambiental. Paradoxalmente, o número de favelas também aumentou na cidade e uma parcela significativa das dívidas dos compradores dessas casas ou apartamentos foi transformada em títulos financeiros por meio de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). As fronteiras da financeirização urbana expandiram-se através dos portfólios de ativos de FIIs e CRIs, juntamente com a superprodução de habitação, encontrando simultaneamente limites e conflitos locais.

A expansão dessas fronteiras permanece articulada à movimentação do valor na produção do espaço, um conceito já identificado por vários autores da economia política crítica (notadamente Henri Lefebvre e David Harvey), e que tem sido atualmente renovado através da combinação de processos de acumulação e capitalização (Pereira & Shimbo, 2023).

A acumulação implica a produção de mais-valor através de uma exploração direta do trabalho na produção imediata e centra-se na utilização do trabalho para a geração de riqueza e de

novos valores de uso. O processo de acumulação emprega vários instrumentos de valorização para aumentar a produtividade e aumentar os lucros. Esses instrumentos podem incluir inovações tecnológicas que racionalizam a produção ou estratégias que intensificam a produção de trabalho com o objetivo de maximizar a criação de mais-valor, que, por sua vez, alimenta uma acumulação mais ampla de capital. A capitalização, o segundo processo, captura o mais-valor social tirando partido da propriedade privada e se beneficiando das condições gerais de produção. Ao contrário da acumulação, que produz ativamente o mais-valor, a capitalização captura e monetiza o valor-social existente, conduzindo a uma valorização fictícia dos ativos. Apoia-se principalmente em instrumentos, aqui denominados como instrumentos de capitalização, para capturar ganhos futuros sobre títulos de propriedades imobiliárias e mobiliárias. Os instrumentos permitem a extração de rendas da propriedade fundiária ou a cobrança de juros sobre a propriedade do dinheiro. Por conseguinte, a capitalização desempenha um papel crucial no processo global de geração de riqueza, apesar de não produzir diretamente mais-valor. Em vez disso, captura e redistribui valor dentro do sistema econômico mais amplo, facilitando o ciclo contínuo de acumulação (Pereira & Shimbo, 2023).

Este capítulo apresenta um quadro analítico para a compreensão dos instrumentos e estratégias de acumulação e capitalização adotados na transformação dos territórios e das cidades. Combina a perspectiva crítica da economia política urbana com a abordagem sociológica da operacionalização desses instrumentos nas práticas profissionais e nos estudos da geografia que mapeiam as desigualdades socioespaciais. A noção de instrumentos é também considerada à luz do conceito de "governar por instrumentos" desenvolvido na sociologia política (Lascoumes & Gales, 2007). A multiplicidade de atores, tais como proprietários de terras, construtores, incorporadores imobiliários, consultores, gestores de ativos e municipalidades, e a diversidade de processos que envolvem a exploração do trabalho na indústria da construção e a captura de rendas, regida principalmente por expectativas futuras de retornos financeiros, e as coalizões políticas, também são consideradas.

O argumento a ser desenvolvido é que tanto os processos de acumulação como de capitalização, impulsionados por atores do setor imobiliário e do mercado de capitais, requerem duas estratégias espaciais principais para atuação nas cidades médias.

O primeiro é a superprodução de habitação, que exige coalizões políticas locais robustas, financiamento semipúblico e securitização de dívidas, bem como estratégias de produção que misturam mecanismos tradicionais de captura de rendas fundiárias com sistemas de gestão da produção avaliados através de instrumentos financeirizados. O modelo permite que as empresas atuem em escala nacional e exerçam influência em nível local, profissionalizando os mercados locais e impactando os incorporadores imobiliários regionais. A segunda estratégia consiste na distribuição e dispersão dos investimentos em Fundos de Investimentos Imobiliários lastreados em imóveis de galpões logísticos e shopping centers.

Ambas as estratégias permitem que cidades que anteriormente estavam "fora do radar" dos investidores e gestores de ativos entrem literalmente no panorama de investimentos. As estratégias contribuem para a expansão das fronteiras da financeirização urbana em escala nacional. Particularmente no que diz respeito à construção excessiva de habitação, os conflitos fundiários locais persistem e se agravam, pois as famílias de baixa renda continuam desassistidas e as ocupações e remoções urbanas aumentam.

Este texto resume os principais resultados de um projeto de pesquisa intitulado "O novo valor dos territórios urbanos: os papéis concorrentes das autoridades locais, dos avaliadores de imóveis públicos e dos consultores imobiliários", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp - Brasil) e pela Universidade de Lyon (Université de Lyon; UdL - França). Uma pesquisa qualitativa multimétodos com foco na cidade de Ribeirão Preto (SP) foi realizada pela equipe brasileira de dezembro de 2020 a novembro de 2023 (Shimbo, no prelo) e foi complementada por pesquisas anteriores sobre incorporadores imobiliários de capital aberto (Shimbo, 2019; Shimbo et al., 2022; Shimbo & Baravelli, 2022; Shimbo, 2020) e por trabalhos teórico-analíticos (Pereira & Shimbo, 2023).

O primeiro método envolveu pesquisa de campo junto a incorporadoras imobiliárias, poder público e movimentos sociais em Ribeirão Preto e incluiu entrevistas e observações. Além disso, foram realizadas entrevistas com agentes do mercado financeiro e imobiliário que administram ativos financeiros com imóveis localizados fora da cidade de São Paulo. O segundo método utilizou a análise de bases de dados secundários geradas por empresas privadas (por exemplo, a pesquisa imobiliária realizada pela Geoimóvel) e órgãos públicos (como o IBGE). O terceiro método adotado foi a pesquisa documental em documentos primários de empresas construtoras e incorporadoras (ex.: relatórios de empresas de capital aberto), da prefeitura de Ribeirão Preto (leis, decretos, planos), do poder judiciário (processos relacionados a conflitos fundiários), entre outros.

O quadro analítico proposto articula caraterísticas das estratégias espaciais e seus respectivos resultados socioespaciais. Esse par analítico é analisado por três dimensões primárias, a saber, política, financeira e produtiva. Cada dimensão é caracterizada por categorias analíticas comuns, que se referem aos atores, estratégias e instrumentos. A Tabela 1 resume esse quadro.

Tabela 1 – Quadro analítico proposto.

Estratégias espaciais					
Resultados socioespaciais					
Dimensões analíticas	Política		Finança		Produção
	Nível setorial	*Nível local*	*Produção*	*Consumo*	
Atores					
Estratégias					
Instrumentos					

Após a introdução, a primeira parte deste capítulo apresenta a estratégia espacial centrada na superprodução de habitação à qual se aplica o quadro analítico proposto. A segunda parte discute a estratégia de diversificação ou dispersão geográfica dos portfólios de ativos para diluir os riscos de se operar em mercados considerados fora do radar, relacionados ao segmento imobi-

liário comercial. Por último, são apresentadas algumas considerações finais e uma agenda de pesquisa futura.

Da terra rural à incorporação imobiliária: processos de acumulação e capitalização na superprodução de habitação

O aumento significativo da produção voltada para o segmento econômico tem sido demonstrado em diversos estudos sobre financeirização urbana no Brasil (Klink & Souza, 2017; Royer, 2014; Sanfelici & Halbert, 2016). Também conhecido como "habitação social de mercado", o segmento surgiu no Brasil no início dos anos 2000, impulsionado por construtoras e incorporadoras imobiliárias com o objetivo de produzir moradias com preços dentro do limite máximo do crédito habitacional, com taxas de juros reduzidas. No entanto, ele não se alinha totalmente com as formas históricas de habitação social no Brasil, criando uma "zona intermediária híbrida" (Shimbo, 2012), e caracterizou-se pela produção massiva em larga escala e pela padronização da habitação que, por sua vez, são aqui consideradas uma estratégia espacial.

Em Ribeirão Preto, o segmento econômico foi responsável por quase 50% dos lançamentos imobiliários entre 2006 e 2021, totalizando 47.371 unidades, contribuindo tanto para a expansão da urbanização extensiva, por meio de empreendimentos residenciais horizontais, quanto para a intensificação da urbanização, por meio da verticalização das edificações.

Os resultados socioespaciais locais dessa produção massiva incluíram mudanças no uso do solo, ampliação e adensamento do processo de urbanização, juntamente com a monofuncionalidade dos bairros, o aumento dos conflitos fundiários e a remoção de favelas. Além disso, o endividamento das famílias de baixa e média renda aumentou.

Em relação ao uso do solo, os loteamentos tiveram uma expansão significativa de 2006 a 2021, totalizando 17,6 milhões de metros quadrados, que transformou terras rurais ou desocu-

padas em lotes urbanos. Ribeirão Preto passou a ser o segundo município do estado de São Paulo com maior número de aprovações de loteamentos, excluindo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em relação aos conflitos fundiários, o número de unidades em assentamentos precários dobrou entre 2010 e 2020. As famílias de menor renda não foram atendidas pelo segmento econômico; no entanto, processos judiciais de reintegração de posse embasaram a "política de remoção de favelas" no município, resultando em frequentes decisões favoráveis ao despejo de famílias residentes em assentamentos precários. Tais decisões foram baseadas em argumentos relacionados ao tempo de ocupação, à compreensão do direito de propriedade privada e aos riscos e danos ambientais. Simultaneamente, e com mais força a partir de 2017, quando foi promulgada a lei federal de regularização fundiária rural e urbana, foram promovidos processos administrativos de regularização fundiária em alguns assentamentos. Outro fator importante que impulsionou esses processos foi a mobilização das famílias e dos movimentos sociais, demonstrando que a resistência ainda existe e é necessária para reverter a produção do espaço baseada apenas no valor de troca e, ao contrário, promover o valor de uso da moradia e a função social da propriedade (Garcia & Aguiar, no prelo).

A Tabela 2 resume as principais caraterísticas da superprodução de habitação e os seus resultados socioespaciais.

Tabela 2 – Principais características das estratégias espaciais e resultados socioespaciais relacionados com a excessiva construção de habitações.

Estratégias espaciais	Produção em grande escala Produção massiva Padronização
Resultados socioespaciais	Mudanças no uso do solo: de rural para urbano Homogeneização do uso do solo Processos de urbanização intensiva e extensiva Aumento dos conflitos fundiários e da remoção das favelas Aumento do endividamento das famílias

Política

A superprodução de habitação tem sido facilitada por políticas públicas, regulamentos e coalizões políticas, tanto em nível nacional como local, implementados desde a década de 1990.

A política habitacional brasileira tem favorecido a aquisição da casa própria desde suas origens, no início do século XX. O volume de financiamento habitacional proveniente das duas principais fontes de recursos para aquisição da casa própria no país aumentou exponencialmente no início do século XXI. De acordo com Royer (2016), esses recursos "parafiscais" ou "paraestatais" são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (Royer, 2016).

O aumento dos financiamentos pelo FGTS teve início com o programa Carta de Crédito (1995), que foi um divisor de águas na política habitacional. O programa proporcionou aos consumidores acesso direto ao financiamento da casa própria, seja para imóveis novos ou usados, pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Embora inicialmente destinado a atender os grupos de menor renda, o FGTS acabou se tornando o principal instrumento de financiamento para os setores de média-baixa e média renda. Em termos práticos, permitiu que incorporadores imobiliários privados captassem seus recursos para produzir novas unidades habitacionais, beneficiando-se principalmente do segmento econômico (Shimbo, 2019).

Esse modelo foi aprimorado com o lançamento do programa "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV) em 2009, no final do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. O programa foi formulado "a quatro mãos", ou seja, com grandes construtoras e a CAIXA (Shimbo, 2012). Quanto aos atores, foi desenvolvido pelo Ministério da Fazenda em colaboração com representantes dessas empresas, organizados principalmente em associações empresariais regionais ou sindicatos patronais e por meio de uma representação mais ampla, ou seja, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A criação da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) em 2013 formalizou uma nova organiza-

ção empresarial dentro do setor, criando uma coalizão política nacional. Originalmente formada pelas maiores incorporadoras de capital aberto ou ligadas ao capital financeiro, a ABRAINC desempenhou um papel vital na concepção e execução do MCMV (Rufino, 2019).

Desde a sua fundação, a ABRAINC tem desempenhado um papel de destaque na discussão e aperfeiçoamento dos marcos legais relacionados à propriedade imobiliária e à legislação urbanística, na organização do financiamento imobiliário, na revisão do MCMV e no tratamento das relações de trabalho no setor (Rufino, 2019).

Apesar de demonstrar forte preocupação com o custo do financiamento habitacional e a austeridade exigida pelos investidores internacionais, um Comité Técnico dentro da Associação aborda questões sobre a construção de habitações. Desde 2018, esse Comitê é particularmente ativo na revisão das normas técnicas brasileiras de construção, regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a série de normas de desempenho para edifícios residenciais (Shimbo, 2020).

Enquanto os grandes incorporadores imobiliários de capital aberto se concentram no nível nacional, os locais e regionais formam coalizões robustas com os poderes executivo e legislativo no nível local para influenciar mudanças na legislação urbana. Em Ribeirão Preto, a grande escala de empreendimentos habitacionais é alcançada a partir da estrutura fundiária da cidade, concentrada nas mãos de poucos grandes proprietários.

Na zona sul do município, os incorporadores imobiliários estabelecem parcerias financeiras com os grandes proprietários de terra para planejar a ocupação a longo prazo de terrenos extensos para a construção de habitações de alto e médio padrão. Em seguida, contratam serviços de arquitetura e de urbanismo para elaborar um "master plan", especificando os usos do solo, as redes viárias e o gabarito dos edifícios.

Os incorporadores imobiliários se articulam com as autoridades municipais para defender a aprovação de leis complementares que alargam o perímetro urbano e as zonas de expansão urbana. Como resultado dessa coalizão, a área urbana do municí-

pio aumentou 88% entre os dois Planos Diretores aprovados em 2013 e 2018.

Os incorporadores também trabalham com os cartórios para registrar os usos do solo e os indicadores de zoneamento urbano de determinados lotes, incluindo a incorporação de áreas destinadas ao uso público, que são posteriormente privatizadas. Por fim, utilizam sua coalizão com as prefeituras para aprovar decretos ou leis municipais complementares que autorizam a conversão de loteamentos urbanos em condomínios fechados (Zamboni et al., no prelo).

Zamboni, Scussel e Horiquini (no prelo) consideram os master plan de grandes áreas urbanas, as leis complementares sobre as zonas de expansão urbana, especificação de projetos de loteamentos e os decretos ou leis complementares sobre habitacionais fechamento de loteamentos como os componentes fundamentais da "instrumentação" da política urbana (Lascoumes & Gales, 2007). Tais instrumentos efetivamente moldam e produzem a cidade e, governados por meio da coalizão entre incorporadores e prefeitura, são totalmente contrários aos princípios democráticos de planejamento urbano, de participação popular e da função social da propriedade preconizados pelo Estatuto das Cidades no âmbito federal.

Na zona norte, a produção em larga escala de moradias para o segmento econômico facilitou o desenvolvimento de projetos com até 7.000 unidades. Nesse caso, a relação do incorporador com a prefeitura municipal concentrou-se na obtenção da lista de famílias cadastradas no MCMV e na flexibilização da legislação urbanística, transformando a área rural em nova fronteira imobiliária. Grandes glebas de terra foram então adquiridas por meio de parcerias financeiras com proprietários rurais (Garcia et al., no prelo).

Em resumo, as estratégias para promover a superprodução da habitação em cidades médias como Ribeirão Preto envolveram lobby federal na formulação do MCMV e de normas técnicas, impulsionado por grandes incorporadores e por sua principal associação empresarial (a ABRAINC). Em nível local, coalizões entre a prefeitura, cartórios e incorporadores imobiliários foram formadas para

alterar a legislação urbana. O quadro 3 resume os atores, as estratégias e os instrumentos adotados tanto em nível setorial como local.

Tabela 3 – Atores, estratégias e instrumentos presentes na dimensão política.

	Política	
	Nível setorial	*Nível local*
Atores	ABRAINC, ABNT e incorporadores nacionais	Município, cartórios, proprietários fundiários locais e incorporadores imobiliários locais e regionais
Estratégias	Lobby federal Formulação do programa habitacional (MCMV) Elaboração de normas técnicas de construção	Coalizões locais Alterações na legislação urbanística Parcerias entre proprietários e incorporadores
Instrumentos (governança local)		Planos Diretores, leis complementares e decretos Master plans de zonas urbanas

Finança

A produção em massa de moradias se beneficiou de estratégias de financiamento da produção e do consumo. O financiamento da produção envolveu a captação de capital por meio de empréstimos do FGTS, ofertas públicas de ações ("initial public offerings" - IPOs) e securitização de dívidas, como Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Em relação ao consumo, o MCMV facilitou o crédito habitacional para famílias de renda média-baixa, garantindo a demanda para essa produção.

O boom das atividades imobiliárias, impulsionado pelos IPOs de grandes construtoras e incorporadoras e pelo programa habitacional que impulsionou o setor (MCMV) provocou importantes debates no Brasil a partir dos anos 2000 (Shimbo, 2020).

Do ponto de vista da economia política, a maioria dos estudos tem analisado as mudanças na relação entre o mercado de capitais e o setor imobiliário, com foco principalmente na estrutura de capital das empresas de capital aberto e suas estratégias de negócios em escala nacional, com particular ênfase no mercado residencial, que passou por transformações estruturais significativas entre 2009 e 2014 (Shimbo & Sanfelici, 2023).

O potencial impacto negativo da crise financeira internacional de 2008 sobre o setor imobiliário brasileiro foi postergado devido ao caráter anticíclico da capitalização das empresas no setor imobiliário e do MCMV, o que garantiu um crescimento positivo do Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil até 2013.

Até 2010, as 25 empresas listadas no setor de construção civil no mercado de capitais paulista (B3, antiga Bovespa) haviam levantado mais de US$ 20 bilhões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006). Como exemplo, a MRV, uma das maiores incorporadoras imobiliárias do país, usou o capital levantado em seu IPO para aumentar seu capital de giro, financiar empreendimentos habitacionais em andamento e para adquirir terrenos adicionais para seu banco de terrenos (Shimbo, 2019).

No entanto, a recessão econômica de 2014 no país marcou o início de um segundo período em que as variações do PIB na construção civil tornaram-se negativas, levando a um declínio nas atividades do setor até 2018 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019) e a uma retração imediata nos lançamentos de imóveis particularmente residenciais. A dependência de recursos paraestatais tornou-se ainda mais significativa, uma vez que as empresas especializadas no MCMV tiveram maior sucesso no período imediato pós-crise (Mioto & Penha Filho, 2019).

Apesar de ser um programa de aquisição da casa própria, o MCMV oferece duas modalidades diferentes com base na faixa de renda e na fonte de recursos dos beneficiários. A primeira corresponde à habitação social, destinada a famílias de renda muito baixa, e é quase totalmente subsidiada por recursos orçamentários, enquanto a segunda atende ao segmento econômico, financiando famílias de renda média-baixa por meio do FGTS. Foram financiadas 5,5 milhões de unidades no país entre 2009 e 2017, sendo 34% destinadas à primeira modalidade e 66% à segunda (Shimbo et al., 2022). Em Ribeirão Preto, o MCMV financiou 38% do total de lançamentos imobiliários, dos quais 35,5% concentrados no segmento econômico e apenas 2,5% em habitação social.

Após a recessão, o número total de contratos de financiamento pelo MCMV foi reduzido; no entanto, aqueles relacionados ao segmento econômico aumentaram. Ocorreu um reposiciona-

mento interno entre as empresas de capital aberto que atuavam no segmento econômico, uma vez que muitas o deixaram, enquanto outras permaneceram especializadas nele ou restringiram a localização de seus empreendimentos, o que levou a uma redução e maior concentração no número de empresas que atuam nesse mercado. Em 2010, doze incorporadores de capital aberto estavam ativos no segmento econômico, mas em 2016, esse número havia diminuído para apenas cinco. Além disso, o número de empresas imobiliárias e da construção listadas na B3 diminuiu em 2019 (Shimbo, 2020).

Se, na primeira fase, durante o boom imobiliário do início dos anos 2000, as estratégias de alavancagem de recursos de grandes incorporadoras e construtoras se centravam na abertura de capital na bolsa de valores, na segunda fase, a partir da recessão de 2014, elas foram diversificadas. Um complexo sistema de extração de rendas que vincula a produção e o consumo de habitação foi implantado por meio da emissão de títulos financeiros lastreados em dívidas conhecidas no país como Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Novamente, o caso da MRV é um exemplo paradigmático (Abreu, no prelo).

A empresa utiliza de sua expertise de atuação em diversas cidades brasileiras, que conta com agentes locais que viabilizam a produção e a comercialização dos empreendimentos habitacionais, para compor um portfólio de ativos da empresa em escala nacional. Ou seja, por meio de uma estratégia diversificada de endividamento, a empresa tem estruturado tanto operações de securitização a partir de debêntures lastreadas em empreendimentos, nas quais o sucesso de venda dos empreendimentos garante a rentabilidade do título, quanto se vale da reunião de dívidas provenientes do crédito imobiliário dos consumidores que adquiriram unidades em cada um dos seus empreendimentos, localizados em diferentes cidades, e as empacota numa única emissão de CRI. Trata-se de um sistema complexo de extração de rendas que une as pontas entre a produção e o consumo da habitação, diluindo-se os riscos da operação financeira lastreada no portfólio de ativos. A distribuição espacial entra como estratégia fundamental de capitalização desses investimentos. Abreu (no

prelo) coloca que a integração espacial é um elemento chave da securitização (Abreu, no prelo).

Entre 2011 e 2023, a MRV emitiu 34 títulos securitizados lastreados em crédito habitacional no país e, em 20 dessas operações, emitiu títulos de dívida para captar recursos para a construção de pelo menos 232 projetos. As 14 emissões restantes tiveram origem nos contratos de financiamento estabelecidos entre a empresa e os compradores de imóveis (Abreu, no prelo).

A MRV foi responsável por 30% de todos os empreendimentos habitacionais financiados pelo MCMV em Ribeirão Preto, totalizando 4457 unidades entre 2010 e 2020 (Corrêa, 2021). Concomitantemente, 17 operações de securitização captaram recursos para a construção de 12 empreendimentos (Abreu, no prelo) entre 2011 e 2023 na cidade.

Em relação ao financiamento da produção, as incorporadoras de capital aberto capitalizam rendas derivadas de várias fontes provenientes da propriedade do dinheiro (por exemplo, empréstimos do FGTS), de ações (via IPO) e de títulos de dívida (CRIs). A Tabela 4 resume os atores, estratégias e instrumentos de capitalização envolvidos na produção em massa de habitação.

Tabela 4 – Atores, estratégias e instrumentos na dimensão financeira.

	Finanças	
	Produção	*Consumo*
Atores	CAIXA, investidores, acionistas e incorporadoras	CAIXA e as incorporadoras imobiliárias
Estratégias	Empréstimos do FGTS IPO CRIs	Programa habitacional: MCMV
Instrumentos financeiros	Capitalização: Propriedade de dinheiro (por exemplo, empréstimos do FGTS) Propriedade de ações (por exemplo, IPO) Propriedade de títulos de dívida (por exemplo, CRIs)	

Produção

Em termos da produção, proprietários fundiários locais e incorporadores nacionais e locais firmaram parcerias financeiras para facilitar a aquisição de terras para empreendimentos habitacionais. As estratégias de produção incluíram integração vertical em todos os estágios de incorporação imobiliária, práticas de hipergestão e padronização. Essas estratégias empregaram instrumentos de valorização, ligados ao maior controle sobre o trabalho nos canteiros de obras e na cadeia de suprimentos, e instrumentos de capitalização por meio da renda fundiária. Combinadas com as estratégias de financiamento descritas anteriormente, elas aumentaram os ganhos financeiros no nível corporativo.

Shimbo e Baravelli (2022) desenvolveram a noção de "hipergestão da produção" para ilustrar o aumento dos níveis de controle exercido pelas empresas de construção e incorporadoras imobiliárias, tanto verticalmente, dentro de suas cadeias de suprimentos e de serviços, quanto horizontalmente, por meio da coordenação setorial entre empresas de mesmo porte e entre elas e o Estado. Enquanto o nível setorial foi discutido nas seções anteriores sobre política e finança, esta parte focaliza a produção de valor stricto sensu. Aqui, os instrumentos de valorização são evidentes por meio do maior controle sobre a produtividade do trabalho e do monitoramento por meio de indicadores de avaliação financeirizados.

Sanfelici e Halbert (2016) analisaram a forma como uma convenção sobre o valor centrada no crescimento rápido foi coproduzida e compartilhada entre incorporadoras imobiliárias, bancos de investimento, analistas financeiros e gestores de ativos durante o período inicial do boom imobiliário. Métricas de crescimento, como banco de terras, valor geral de vendas e lucros, foram usadas para atrair investidores estrangeiros em busca de oportunidades alternativas de investimento via compra de ações após a crise financeira de 2008 (Shimbo & Bardet, no prelo).

Na segunda fase, após a recessão econômica pós-2014 no Brasil, os números indicando a viabilidade financeira das

empresas e dos empreendimentos imobiliários ganharam destaque. Métricas como Valor Presente Líquido (VPL), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Taxa Interna de Retorno (TIR) passaram a ser centrais para a avaliação financeirizada, conforme denominada por Chiapello (2015).

Em particular, a avaliação financeirizada, juntamente com a regulamentação da governança corporativa específica para empresas de capital aberto e seus princípios de transparência contábil, tiveram uma influência notável no nível interno de controle da empresa (Shimbo & Bardet, no prelo). Como exemplo, o VPL é utilizado para medir os custos de construção: "para além da aferição de custos passados (numa perspectiva da contabilidade convencional), há a projeção dos ganhos futuros (no caso, na relação entre entradas e saídas, contando com o pagamento de fornecedores a longo prazo)" (Shimbo & Baravelli, 2022, p. 14).

Em relação à MRV, a produção em massa de habitação pode ser demonstrada por seus números operacionais. Entre 2006 e 2022, a empresa lançou 520.000 unidades habitacionais e, desde 2017, a média anual de lançamentos oscilou entre 30.000 e 40.000 unidades, espalhadas por 160 cidades em todo o país. Essa produção nacional é organizada em dois comitês regionais principais e impulsionada por estratégias de produção de padronização e de hipergestão (Machado & Shimbo, no prelo).

Ribeirão Preto foi uma das primeiras cidades a fazer parte do processo de expansão da MRV para além de sua sede em Belo Horizonte, em meados da década de 1990. Com quase 18.000 unidades lançadas, correspondendo a 18% do total, foi recordista de lançamentos residenciais na cidade até 2020. Embora a produção tenha se concentrado em unidades residenciais verticais, mais recentemente ela se diversificou em loteamentos e unidades residenciais horizontais, localizadas cada vez mais distantes, reforçando assim a fragmentação do espaço em descontinuidade com áreas urbanas consolidadas. Outra tendência é o aumento da escala dos empreendimentos habitacionais, com muitas unidades concentradas em poucos

empreendimentos horizontais e verticais. Essa tendência é ilustrada pelo número médio de unidades em cada empreendimento: 61 em 2004, 170 em 2008 e cerca de 700 em 2014. Em casos extremos, alguns conjuntos habitacionais agora contêm até 7.000 unidades (Shimbo, 2020).

A MRV aplica os princípios da construção enxuta em seus canteiros de obras. As etapas da obra são divididas em infraestrutura, estrutura e acabamento, com centros de distribuição de materiais e kits de instalação estabelecidos para cada etapa para garantir um fluxo just-in-time. Além de seguir os princípios da construção enxuta, potencializada pela contratação de consultores especializados, a MRV implementa a hipergestão da produção (Shimbo & Baravelli, 2022). Tais práticas estendem os níveis de controle para além do canteiro de obras, atingindo até mesmo fornecedores industriais. Por exemplo, um fornecedor de tintas nos EUA foi contatado para definir um pigmento específico para ser utilizado exclusivamente pela MRV. A produtividade média é a construção de 5 casas por dia para empreendimentos horizontais (Machado & Shimbo, no prelo).

Apesar dessas inovações na produção habitacional, a repetição generalizada da padronização, as localizações cada vez mais distantes das áreas urbanas consolidadas e o tamanho crescente dos empreendimentos contribuem para uma morfologia urbana homogênea e intensificam os processos de fragmentação socioespacial. Shimbo e Baravelli (2022) argumentaram que tais elementos resultam em uma "construção sem urbano", uma vez que os atributos essenciais para a qualidade da vida urbana não são considerados nesse modelo de produção, que se concentra principalmente no valor temporal do dinheiro (Weber, 2021).

A Tabela 5 resume as estratégias e instrumentos utilizados na produção em massa de habitação.

Tabela 5 – Atores, estratégias e instrumentos presentes na dimensão da produção.

	Produção
Atores	Proprietários de terras locais Incorporadoras imobiliárias nacionais Incorporadoras imobiliárias locais
Estratégias	Aquisição de terrenos por meio de parcerias financeiras Verticalização da incorporação imobiliária Hipergestão da produção Padronização
Instrumentos financeiros	Valorização: Lucro Capitalização: Renda fundiária Propriedadede dinheiro (por exemplo, empréstimos do FGTS) Propriedade de ações (por exemplo, IPO) Propriedade de títulos de dívida (por exemplo, CRIs)
Instrumentos de avaliação	Valor Presente Líquido (VPL) para o controle de custos de construção Taxa Interna de Retorno (TIR) para análises de viabilidade de empreendimentos habitacionais Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) para avaliação da empresa

Do imobiliário comercial aos ativos financeiros: processos de capitalização em portfólios de FIIs

Além da superprodução da habitação, para que os investimentos imobiliário-financeiros sejam viáveis em escala nacional − particularmente em cidades como Ribeirão Preto − a estratégia espacial deve diversificar ou dispersar geograficamente os portfólios de ativos para mitigar os riscos associados às operações em mercados considerados fora do radar.

Em relação ao imobiliário comercial, a estratégia espacial não apenas diversifica ou dispersa geograficamente os portfólios de ativos, mas também prioriza segmentos específicos, como logística e shopping centers. No segmento de logística, os investidores financeiros focam na proximidade de grandes centros urbanos, rodovias e concentrações pré-existentes de galpões, enquanto nos shopping centers, priorizam a proximidade com cidades com alta demanda

de consumo. Essa abordagem adota uma escala regional de análise ao contrário dos critérios de escolha para imóveis em mercados considerados "core", que enfatizam a escala intraurbana, na qual fatores como endereço e até mesmo número de andares do edifício são cruciais na tomada de decisões (Magnani, no prelo).

Conforme já identificado por Sanfelici e Magnani (2023), a pesquisa realizada em Ribeirão Preto confirmou que os atores financeiros que investem em cidades fora do radar são aqueles mais inclinados a investir em ativos imobiliários não tradicionais, como, por exemplo, as *property companies* e os FIIs.

As *property companies* empregam estratégias de investimento mais arriscadas e diversificadas, visando segmentos como shopping centers e geografias menos seletivas, incluindo, portanto, as cidades de médio porte. Já os FIIs incorporaram recentemente nichos imobiliários e locais específicos para atrair investidores interessados em classes de ativos alternativos (por exemplo, hospitais, universidades, hotéis e logística) e em metrópoles secundárias e cidades de médio porte. Tanto as *property companies* quanto os FIIs exigem expertise interna e redes sociais para tomar decisões quanto ao investimento em cidades como Ribeirão Preto (Sanfelici & Magnani, 2023). Caso contrário, a falta de conhecimento sobre o mercado imobiliário local, a fragilidade das redes sociais e a dificuldade em estabelecer coalizões locais dificultam a estratégia espacial de diversificação geográfica dos ativos do portfólio (Magnani, no prelo).

Uma análise da cidade de Ribeirão Preto identificou quatro propriedades pertencentes a quatro FIIs diferentes, a saber, três galpões de logística e um shopping center. O principal instrumento de capitalização nesse caso é a renda gerada pelo aluguel de áreas comerciais dentro dessas carteiras.

A estratégia de diversificação geográfica é notável nesses quatro FIIs, uma vez que 66,13% estão localizados no Brasil Metropolitano, enquanto 33,87% estão situados no Brasil não metropolitano, de acordo com a classificação REGIC (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020). Além disso, as capitais regionais, incluindo Ribeirão Preto, se destacam por responderem, juntas, por mais de 16% dos imóveis dessas carteiras (Leite, no prelo).

A decisão de destinar capital a esses imóveis específicos em Ribeirão Preto é tomada levando em consideração as teses de investimento que regem o fundo de investimento que adquiriu e/ou desenvolveu esses imóveis. Leite (no prelo) argumentou que uma abordagem multiescalar é necessária e deve considerar a estratégia geral da carteira de ativos do fundo, abrangendo tipos/usos, objetivos e tolerância ao risco, características espaciais como acessibilidade, demanda local e perspectivas de valorização, e o contexto macroeconômico, incluindo tendências demográficas, políticas de desenvolvimento urbano e ciclos imobiliários (Leite, no prelo).

Considerações finais

A pesquisa realizada em Ribeirão Preto revelou que a incorporação imobiliária recente em cidades muitas vezes negligenciadas pelos investidores financeiros foi impulsionada por uma combinação de fatores históricos e estruturais relacionados aos processos de urbanização brasileiros (por exemplo, busca contínua de rendas fundiárias, exploração de mão de obra na indústria da construção e influência de coalizões políticas locais na regulação urbana) e de processos mais amplos de capitalismo financeirizado. Além do foco nos ganhos financeiros, tal acumulação capitalista tem estreita relação com os espaços urbanos (Guironnet & Halbert, 2023).

Este capítulo teve como objetivo contribuir para a escola de financeirização urbana brasileira, que tem sido moldada por duas ondas de estudos que refletem os ciclos políticos e econômicos do país, influenciando os períodos de boom e crise no setor imobiliário. A primeira onda caracterizou a financeirização como um grande processo de transformação estrutural no mercado imobiliário durante o período de boom de 2009 a 2014. O capítulo abordou as questões exploradas pela segunda onda de estudos, que surgiu após a recessão econômica de 2014. Esse período testemunhou um declínio inicial da atividade imobiliária, seguido por uma rápida recuperação com um avanço contínuo da financeirização urbana e a introdução de novos instrumentos financeiros relacionados ao setor imobiliário. Além do mercado residencial,

essa segunda onda também examinou outros setores econômicos, bem como outros segmentos do mercado imobiliário e novas geografias, refletindo a expansão e diversificação dos processos de financeirização urbana (Shimbo & Sanfelici, 2023).

No que diz respeito à questão central do projeto que originou este capítulo, ou seja, a produção de valor nos espaços urbanos, os resultados da pesquisa indicam que a especulação sobre o futuro, que sempre foi central para a extração de renda fundiária e fundamental para qualquer atividade produtiva, se manifesta cada vez mais tanto na construção real de edifícios e cidades quanto em formas abstratas, como nos títulos financeiros. Como afirma Francisco de Oliveira (1979), é preciso ir além da "especulação fácil sobre a especulação" que considera a especulação imobiliária como uma mera atividade improdutiva (Oliveira, 1982).

O uso de instrumentos de capitalização de rendas (fundiária, imobiliária e financeira) e de avaliação financeirizada aumenta nesses processos de produção do espaço, sem deixar de contar com a criação fundamental de valor que, no ramo da construção, se baseia no maior controle sobre a exploração do trabalho no canteiro de obras. Por um lado, a especulação leva à construção excessiva da "habitação social de mercado", que não necessariamente se alinha com a demanda real. As necessidades habitacionais estão concentradas nas famílias de renda muito baixa, que não são atendidas por esse segmento. Os conflitos fundiários persistem e se aprofundam, enquanto os assentamentos precários continuam a crescer. Por outro lado, a especulação transforma propriedades imobiliárias e dívidas em ativos financeiros, facilitando a expansão geográfica e a extração de diferenciais de renda em escala nacional.

Possíveis pesquisas futuras podem envolver o arcabouço analítico proposto neste capítulo, que integra estratégias espaciais e efeitos socioespaciais, englobando política, finança e produção, aplicando-o em veículos de investimento como os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Essa abordagem permitirá uma análise da financeirização urbana dentro de um contexto geográfico mais amplo, na medida em que, em geral, esses instrumentos financei-

ros tendem a se homogeneizar entre os diferentes mercados de capitais. Por exemplo, ao estender a análise para além do nível nacional para abranger regiões inteiras, como a América Latina, essa perspectiva ampliada contribuirá para uma compreensão mais sutil de como os instrumentos financeiros, cada vez mais parecidos entre si, interagem com fatores espaciais e socioeconômicos locais e regionais.

CAPÍTULO 10

Capitalismo dependente e produção social do espaço na cidade do Rio de Janeiro: possíveis transformações na "sagrada aliança"

Erick Omena
Breno Serodio
Utanaan Reis Barbosa Filho
Lucas Gregório

Introdução

O caráter dependente da formação social brasileira em relação ao centro do capitalismo mundial tem historicamente suscitado conhecidas consequências para a dinâmica social interna, como a superexploração dos trabalhadores (Marini, 2017; Bambirra, 2013; Martins, 2013), a criação de desigualdades e marginalidades extremadas (Oliveira, 2003; Gonzalez, 2020; Canettieri, 2020) e a aversão exacerbada a práticas democratizantes e igualitárias por parte das classes dominantes (Fernandes, 1973; Miguel, 2022). Concomitantemente, a influência da condição dependente também foi sentida no padrão de desenvolvimento urbano. Para Milton Santos, o fato de as cidades dos países periferizados, incluindo as brasileiras, terem surgido para "servir a interesses distantes" (2021, p. 109) fez com que essas tendessem a estabelecer relações descontínuas com seus entornos imedia-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_010

tos, dificultando uma divisão territorial do trabalho mais racional e eficiente, o que não aconteceu nos espaços urbanos dos países de capitalismo avançado, onde as conexões dentro da rede urbana nacional e entre campo e cidade são mais fluidas. Porém, esse e outros problemas se conformam de forma variada, processual e em constante conexão com as diferentes fases históricas do capitalismo.

Reflexões similares deram suporte a elucubrações importantes sobre as peculiaridades da chamada urbanização dependente na América Latina, em especial sobre a relação entre as transformações da dependência latino-americana no pós-guerras e fenômenos urbanos específicos, como o rápido crescimento das cidades sem uma proporcional correspondência do avanço das estruturas produtivas locais e o consequente aumento da marginalidade urbana (Quijano, 1978; Guimarães, 1982 [2008]; Castells, 1983, Singer, 2010). Contudo, ainda são poucos os estudos que engendram esforços de compreensão dos nexos da urbanização dependente estendo-os para outros momentos históricos, em especial para a contemporaneidade, de forma a refletir holisticamente sobre mudanças nos padrões de desenvolvimento urbano (Ribeiro et al., 2024).

A análise das relações entre a produção do urbano e a dependência de uma dada formação socioeconômica passa por destacar as peculiaridades dos processos históricos que reformulam o seu capitalismo dependente e suas consequências urbanas. Chamando a atenção para a importância dessa formulação e sua aplicação na América Latina, Quijano (1978, p. 46) entende que "o perfil e a estrutura dos setores urbanos da sociedade são regidos pelas modalidades específicas das relações de dependência em cada país" do continente desenvolvendo-se "conforme as tendências já estabelecidas anteriormente", tendo em vista, ainda, que "as mudanças no sistema de articulação das diversas zonas e localidades de um país na dependência, perante novos recursos de grande demanda no mercado internacional, introduzem mudanças nesse perfil". Além disso, estudos recentes sobre a "urbanização planetária" contemporânea argumentam que para entendê-la é "urgente decifrar a interação entre a urbanização e os padrões

de desenvolvimento espacial desigual" para além das análises usualmente circunscritas às tradicionais delimitações da cidade (Brenner, 2018, p. 295).

Tendo em vista a necessidade de preenchimento dessas lacunas, o presente texto tem como objetivo geral contribuir com estudos que busquem respostas para a seguinte pergunta: como a condição dependente brasileira vem modificando a economia política do desenvolvimento urbano brasileiro, sobretudo no que se refere à caracterização dos agentes dominantes protagonistas dos processos históricos de construção das cidades? Mais especificamente, o objetivo aqui é de melhor compreender se, e em que medida, as reformulações mais recentes da condição dependente brasileira em um contexto de avanço do neoliberalismo e da financeirização estão propiciando uma maior participação do capital estrangeiro na produção social do espaço urbano e na acumulação urbana do país, gerando assim uma nova fonte de remessas de lucros para o exterior e, logo, de aprofundamento da dependência brasileira.

Essa última indagação ganha especial importância ao se considerar as características historicamente consolidadas da "sagrada aliança" entre a burguesia nacional e capitalista internacional que, ao se associarem no pós-guerra, estabeleceram acordos de divisão das esferas de acumulação realizada em território brasileiro, mediados pelo Estado, em que o capital estrangeiro estaria desde então limitado aos ganhos oriundos da indústria mais tecnologicamente avançada de bens de consumo durável e de bens de capital, enquanto o capital nacional teria sua atuação focada nos demais setores, com o setor imobiliário e de produção das cidades assumindo importante função na manutenção de seus superlucros (Lessa e Dain, 1982). Assim, o foco da investigação aqui desenvolvida recai sobre a seguinte questão específica: estaria a neoliberalização e a financeirização da produção das cidades alterando os tradicionais termos daquela "sagrada aliança", e, portanto, da própria relação entre dependência e produção das cidades, ao torná-las cada vez mais fonte de remessas de lucro para o exterior?

A resposta para a pergunta acima é construída a partir de um estudo de caso sobre o Programa Reviver Centro, tido como o mais recente grande projeto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Lançado em 2021 pela prefeitura como instrumento de revitalização do centro histórico carioca no contexto pós-pandemia de Covid-19, o programa prevê a utilização de mecanismos flexibilizadores de legislação urbanística e fomentadores da especulação financeiro-imobiliária para atrair novos investidores à região. Esses contornos garantem um objeto bastante atual e que propicia a potencial captura de possíveis tendências recentes da economia política da urbanização no país, ainda que esteja longe de dar conta da realidade urbana nacional como um todo.

O texto está dividido em mais cinco seções para além desta introdução. Nas três primeiras, são utilizadas informações disponibilizadas pela literatura especializada para melhor caracterizar os protagonistas históricos da produção do espaço urbano carioca e suas relações com os diferentes estágios do capitalismo dependente nacional, com especial foco na fase mais recente de dominação imperialista mais financeira do que industrial, inaugurada com o neoliberalismo nos anos 1980. Na sequência, são apresentados dados e informações qualitativas e quantitativas sobre o Programa Reviver Centro e seus antecedentes conjunturais mais imediatos, em documentos públicos pela prefeitura e outras instituições, de modo a identificar, sobretudo, as principais empresas responsáveis pelos seus empreendimentos, considerando suas origens setoriais, geográficas e sociais. Por último, utiliza-se o conjunto das informações trabalhadas anteriormente de modo a contrastar o arranjo de agentes capitalistas dominantes no Reviver Centro com aqueles que se destacavam no setor imobiliário e da construção em fases precedentes do capitalismo dependente brasileiro. Isso permite formular conclusões preliminares sobre a indicação de possíveis transformações em curso, tanto no perfil dos agentes produtores do espaço urbano à luz dos seus antecedentes históricos, quanto no papel desempenhado pela própria produção do urbano nas reconfigurações da dependência brasileira.

Dominação capitalista-comercial e as origens da "sagrada aliança"

O sociólogo Manuel Castells defendia que o avanço nos estudos sobre a urbanização dependente exige a consideração de ao menos três tipos de dominação, em geral associados a diferentes fases do capitalismo mundializado: (i) a dominação colonial, que tem por objetivo a administração direta da exploração intensiva dos recursos e a afirmação de soberania política pelos colonizadores; (ii) a dominação capitalista-comercial, que ocorre com base nas desigualdades dos termos de troca no mercado internacional; e (iii) a dominação imperialista industrial e financeira, que ocorre a partir de investimentos diretos na indústria local, investimentos especulativos e o recebimento de pagamentos de serviços de dívida (Castells, 1983). Nesse sentido, pretende-se, aqui, seguir as proposições de Castells como base estruturante do texto, com foco na dominação imperialista financeira recrudescida pelo regime neoliberal de acumulação, ainda que lançando mão de um breve preâmbulo para exploração da fase anterior de dominação capitalista-comercial, que é o contexto em que se origina a "sagrada aliança".

Mesmo com a emancipação político-administrativa, as características primordiais da economia colonial e da sua relação com o capitalismo mundial em expansão foram mantidas ao longo de todo o século XIX. O Brasil continuava sendo uma "imensa retaguarda rural para os mercados urbanos europeus" (Reis Filho, 2000, p. 87), baseada na opção pela monocultura escravista latifundiária voltada para a exportação e em uma estrutura social muito desigual e dicotômica. Entretanto, o aprofundamento essa tendência gerou efeitos inesperados importantes no desenrolar dos 1800, que posteriormente transformariam aquela mesma condição inicial, bem como afetariam o desenvolvimento urbano do país.

Tais mudanças começaram a ocorrer não apenas a partir da chegada e estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, motivada por conflitos geopolíticos na Europa, mas principalmente com a quebra do monopólio comercial português após a abertura dos portos à Inglaterra, em 1810, e a pos-

terior formalização do fim da condição colonial brasileira, em 1822. O caráter transformador dessas novidades, que por si só já expandiam substantivamente os limites coloniais das trocas com o comércio internacional, foi potencializado por um contexto histórico propício: a revolução industrial na Europa impulsionava a demanda pelos produtos agrários exportados pela América Latina, ao mesmo tempo em que estimulava o consumo de bens industrializados importados nos países latino-americanos (Marini, 2017).

A intensificação das exportações de café e açúcar e da importação de bens industrializados demandava a modernização da infraestrutura de transportes e comunicação que conectava as áreas produtoras e consumidoras ao mercado externo. A partir da década de 1840, foram realizados investimentos significativos nas estradas próximas ao litoral sudestino com o intuito de otimizar a passagem de carros e diligências de tração animal com maior capacidade de carga, agilizando assim a conexão do interior com os portos das cidades principais. Nas décadas seguintes, dissemina-se a implementação das linhas ferroviárias, que privilegiavam a comunicação das áreas produtoras com os grandes portos.

Tal modernização foi estimulada pela convergência de interesses de agentes capitalistas externos e internos. De um lado, interessava aos fabricantes europeus e estadunidenses de diligências e de equipamento ferroviário a absorção de seus produtos no Brasil. De outro, também interessava aos latifundiários brasileiros acelerar a circulação de suas mercadorias agrárias exportadas e de novos bens industrializados importados para consumo próprio (Reis Filho, 2000).

O enriquecimento da elite cafeeira e açucareira resultante desse processo de modernização e expansão econômica gerou não só uma classe de "proprietários rurais com exigências urbanas" (Reis Filho, 2000, p. 97), como também o crescimento da população trabalhadora nas principais cidades, que cada vez mais estava inserida em relações de trabalho assalariadas e, portanto, no mercado de consumo interno, sobretudo após a abolição da escravatura, em 1888. Além disso, a criação de nova infraestrutura e serviços urbanos voltada ao atendimento destas novas exigências − incluindo sistemas de transporte intraurbano, de ilumi-

nação pública, de fornecimento de água e saneamento e de provisão habitacional − foi capitaneada por empresários estrangeiros, em associação com empresários locais e representantes governamentais. Consequentemente, as decisões de investimento tomadas por esses agentes e suas alianças conformaram decisivamente a disposição territorial das grandes cidades brasileiras.

Nesse sentido, o caso do Rio de Janeiro é emblemático. Enquanto o capital nacional se concentrava em investimentos nas exportações de café, o capital estrangeiro rapidamente se apoderou dos novos serviços públicos urbanos da cidade que surgiram no bojo do crescimento econômico nacional. Essas companhias exerceram papel fundamental na conformação da configuração socioespacial da cidade ao decidirem quais áreas seriam atendidas por seus serviços e infraestrutura, impactando assim decisivamente a dinâmica de valorização da terra e de estratificação social do território.[87] As empresas responsáveis pela expansão do sistema intraurbano de transporte de passageiros foram particularmente influentes na definição dos vetores de expansão urbana. A criação dos bairros até hoje mais afluentes, como Copacabana, Ipanema e Leblon, foi notoriamente planejada pela ação das empresas estrangeiras responsáveis pelos bondes e saneamento em conluio com latifundiários brasileiros detentores de terras até então inexploradas na região (Abreu, 2022; Correa, 1989).

Enquanto isso, as áreas mais desprovidas de infraestrutura do subúrbio carioca começavam a ser ocupadas em decorrência de outras operações planejadas. Por um lado, a Reforma Pereira Passos (1902-1906) promoveu uma série de transformações viárias no centro da cidade, sobretudo para agilizar o fluxo de mercadorias importadas e exportadas que chegavam e saíam do porto, às vezes alargando ou destruindo vias existentes, às vezes criando novas avenidas. Isso incluiu remover habitações populares sob o pretexto de modernizar e sanear a região, destruindo cortiços e expulsando a população mais pobre do centro.

Ao mesmo tempo, os caminhos traçados pelas linhas férreas recém-implementadas, dentre elas aquelas criadas pela inglesa Leopoldina Railway, passaram a conectar mais rapidamente áreas sem infraestrutura urbana – isto é, mais baratas – ao centro da

cidade, onde se concentravam as principais oportunidades de trabalho no comércio e na então nascente indústria. Essa nova conexão não só facilitou a migração dos mais pobres para o subúrbio, mas também o direcionamento de investimentos estrangeiros para a implementação de grandes plantas industriais na região, como a da estadunidense General Electric, em 1921. Tais investimentos, por sua vez, foram decisivos para atração de mão de obra, reforçando a tendência de construção de habitações populares às margens da linha férrea (Abreu, 2022).

Assim, em resumo, o período que sucede o fim do monopólio colonial é caracterizado pelo aprofundamento da dependência brasileira através da manutenção de uma economia ainda predominantemente monocultora produtora de bens primários para exportação e importadora de bens industrializados. E, portanto, ainda marcado fundamentalmente pela dominação comercial capitalista, pelas desigualdades dos termos de troca no mercado internacional e suas desvantajosas consequências. Entretanto, a expansão urbana gerada pelo crescimento dessa economia, com a gestação e desenvolvimento da estrutura produtiva e comercial cafeeira, abriu inéditas frentes de acumulação para o capital estrangeiro em território brasileiro, criando espaço para o embrião de uma outra dimensão da dependência, isto é, da dominação imperialista industrial, relacionada à remessa de lucros e dividendos para o exterior.

Embora ainda ocorrendo de forma relativamente incipiente, essa penetração do capital internacional na economia brasileira do século XIX e do início do século XX se dá em um contexto de expansão imperialista, então em curso também em países vizinhos (Lenin, 2021). Mas, ao menos no Brasil, isso acontece de forma articulada e hegemonizada pelas classes dominantes locais e seu "complexo mercantil", que estava focado nas atividades agrárias, comerciais e bancárias. Nesse novo contexto, tal complexo firmou pacto com os capitalistas internacionais, de modo a demarcar uma divisão social dos investimentos − e dos lucros − baseada na origem geográfica do capital, onde os capitais nacionais eram "dominantes em órbitas de capital não-industrial", enquanto as "filiais internacionais" lideravam o "circuito industrial" (Lessa e

Dain, 1982, p.254). Pode-se incluir neste último circuito também a implementação de infraestrutura avançada e de modernos serviços urbanos nas principais cidades do país, conforme demonstrado anteriormente.

Portanto, na origem histórica desta "sagrada aliança", que será crucial para a organização do capitalismo dependente brasileiro em fases posteriores, a produção das cidades brasileiras cumpre papel importante. No seu aspecto mais moderno e tecnologicamente avançado, foi inicialmente liderada pelo capital estrangeiro, ainda que em aliança com os proprietários de terra urbana e comerciantes imobiliários locais. Contudo, conforme será visto mais adiante, essa divisão social dos investimentos será reconfigurada de acordo com as novas exigências e condições históricas que surgirão, bem como o próprio papel desempenhado pela produção do urbano nestes rearranjos.

Dominação imperialista industrial-financeira e a reconfiguração da "sagrada aliança"

O período histórico entre 1930 e o fim da segunda grande guerra é marcado pelo inédito protagonismo da indústria nacional, impulsionado pela crescente demanda por bens industrializados, que antes eram importados. Essa importação teve sua entrada no país constrangida não apenas pela crise e pelas guerras internacionais, mas também por uma política cambial desestimulante, acompanhada por uma política de desenvolvimento que canalizava os recursos gerados pelas exportações cafeeiras para o fortalecimento do capital industrial brasileiro (Furtado, 1959; Paulani, 2012).

Do ponto de vista das relações com o capital estrangeiro, essa dinâmica alavancou a temporária suspensão dos termos da "sagrada aliança" e do seu pacto, com o avanço do Estado e do capital nacional em órbitas de acumulação antes dominadas por capitalistas internacionais (Lessa e Dain, 1982). Do ponto de vista das relações internas de classe, tal reconfiguração levou a uma perda relativa de poder da oligarquia cafeeira, que temporariamente enfraquecida pelas intempéries do mercado mundial, pre-

cisou ceder espaço tanto para a emergente burguesia industrial nacional quanto para o proletariado urbano e para a classe média que se proliferavam nas principais cidades. A ascensão do setor industrial à condição de carro-chefe da economia nacional transformou a paisagem das principais cidades com suas fábricas e infraestrutura de apoio, incluindo o transporte e habitação voltados para as massas.

Porém, ainda que atenuadas, as relações de dependência persistiam, uma vez que o desenvolvimento mantinha como pedra fundamental a canalização dos recursos gerados pelas exportações de café que, por sua vez, ainda estavam submetidas às condições desfavoráveis dos termos de troca e às incontroláveis flutuações de preço do mercado internacional. Com o fim da Segunda Guerra e o rastro de destruição deixado na economia dos países europeus, os capitalistas oligopolistas do centro começaram a buscar formas alternativas de combater seus problemas de sobreacumulação fora dos territórios europeus, especialmente por intermédio de novas frentes de investimentos na periferia global mais industrializada (Paulani, 2012).

Com isso, o capital oligopolista de origem internacional assume a dianteira do processo de acumulação no país ao concentrar seus investimentos nos setores de mais alta produtividade, ou seja: na indústria de bens de consumo durável e de bens de capital, contribuindo para o fortalecimento da industrialização nacional. Já a burguesia nacional cedeu espaço e deixou de liderar o crescimento econômico, ainda que preservando para si os demais setores, incluindo os de menor complexidade tecnológica da indústria de bens de consumo não-durável. Nessa configuração, o Estado brasileiro se encarregou de baratear os bens intermediários necessários à expansão da indústria avançada por meio da estatização de serviços como o fornecimento de energia elétrica, combustíveis e produção mineral.

A oligarquia cafeeira continuava com força política substantiva, na medida em que os recursos oriundos das agroexportações ajudavam a manter um certo equilíbrio macroeconômico frente às perdas cada vez maiores com as remessas de lucro para o exterior. Em contrapartida, o proletariado tendia a perder forças, sobre-

tudo no contexto ditatorial, uma vez que o consumo interno de bens de consumo durável e de capital, voltado para a classe média e alta, ganhava importância em detrimento do consumo popular de bens de consumo não-durável, ocasionando crescente repressão às suas reivindicações e mobilizações políticas (Marini, 2012).

O avanço da produção de bens de consumo durável, em especial aqueles oriundos da indústria automobilística e de seus associados, foi determinante para imprimir uma inédita dimensão urbana às cidades brasileiras. Desta vez, coube ao empresariado nacional a tarefa de implementação da infraestrutura urbana de apoio à expansão da produção multinacional e consumo de automóveis, ônibus e caminhões. Com efeito, o capital nacional se fortaleceu de modo particularmente expressivo através da expansão da construção civil e do setor imobiliário, subsidiada por estreitas conexões com representantes do poder público. Conformava-se, assim, um processo de acumulação excepcional que gerou algumas das maiores e mais lucrativas companhias nacionais do século XXI, como Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Correa (Campos, 2017).

Na perspectiva de Lessa e Dain (1982), tal configuração refletia exigências constitutivas de uma das "cláusulas" da "sagrada aliança", mediada pelo Estado no capitalismo associado do pós-guerra, que definia que o capital nacional atuante nas órbitas não-industriais não poderia ter margens de lucros menores do que aquelas reservadas ao capital estrangeiro aplicado no setor industrial mais avançado. Sendo assim, a cidade se torna "lócus de operações de lucros hipertrofiados dos capitais não-industriais" (Lessa e Dain, 1982, p. 262-263) com o circuito imobiliário ocupando uma posição estratégica para a coordenação desta cláusula. Em síntese, o Estado busca sancionar a hipertrofia dos lucros do capital imobiliário e liberar o caminho para a sua sistemática operação especulativa. Logo, a produção do urbano fica, em definitivo, nas mãos de um grupo restrito de capitalistas brasileiros (Campos, 2017).

Nesses emaranhados de forças políticas e processos socioespaciais, os reflexos na dinâmica urbana do Rio de Janeiro foram substanciais. Em um ambiente macroeconômico de alta inflação e com a expansão viária atingindo locais antes de difícil acesso, os deten-

tores de terras nas áreas mais próximas do núcleo metropolitano retiveram seus terrenos vagos por algum tempo em jogadas de especulação fundiária que valorizavam seus ativos, ao mesmo tempo que empurravam as populações mais pobres para os limites da periferia extrema da metrópole, engendrando problemas habitacionais e de mobilidade urbana até hoje não resolvidos (Abreu, 2022).

De maneira similar ao que ocorria na escala nacional, algumas empreiteiras e incorporadores locais que surgiram no início desse período prosperaram durante as décadas seguintes, se consolidando como agentes dominantes da produção do espaço urbano carioca. Por exemplo, a Carioca Engenharia, fundada em 1947, esteve envolvida nas obras de ocupação das áreas suburbanas, posteriormente atuando como protagonista de outras nos bairros da Zona Sul e na sua extensão, incluindo a urbanização do Leblon, da Lagoa e da Barra da Tijuca, além de assumir obras viárias de grande escala, como parte da Ponte Rio-Niterói (Carioca Engenharia, 2024). A construtora Carvalho Hosken, fundada em 1951, iniciou suas atividades no Centro e na Zona Sul, para depois se especializar em múltiplas operações imobiliárias envolvendo a especulação com grandes terrenos e a construção de empreendimentos de larga escala na Barra da Tijuca (Carvalho Hosken S/A, 2024).

Fica evidente que, em um contexto de predomínio da dominação imperialista-industrial baseada em investimentos diretos e na remessa de lucros para o exterior, a nova repartição do processo de acumulação no território brasileiro entre capitais multinacionais e nacionais do pós-guerra recolocou em definitivo a produção do espaço urbano na esfera de influência do empresariado nacional, fortalecendo-o com superlucros subsidiados pelo Estado e facilitados por sua associação subordinada aos negócios industriais do capital estrangeiro.

Neoliberalização e a dominação imperialista cada vez mais financeira e menos industrial

Mais uma vez, guinadas político-econômicas decisivas na escala mundial, ocorridas ao longo da década 1970, mudaram o curso da economia e da sociedade brasileira. Enfrentando outra

crise de sobreacumulação, os países centrais do capitalismo global intervieram de forma drástica nos mecanismos de funcionamento de suas economias e na relação destas com o restante do mundo. Em um contexto que combinou o abandono do padrão monetário internacional lastreado pela equivalência do dólar ao ouro, o aumento repentino dos preços do petróleo no mercado internacional e a elevação de inflação e desemprego nas economias ricas, os governos estadunidense e britânico abandonaram as práticas keynesianas de sustentação da demanda agregada, preconizando a desregulamentação dos mercados internos e externos. Estabeleceu-se um padrão de acumulação cada vez mais baseado na dominação da finança capitalista perante os demais setores, em que a forma de capital que se valoriza a partir de aplicações financeiras se torna a que "tem condição de comandar as formas e o ritmo de acumulação" (Chesnais, 2002, p. 02). Notoriamente, a taxa básica de juros norte-americanos é reajustada, saltando de 6% para 20%, entre 1976 e 1980, com os EUA rapidamente sugando os estoques mundiais de capital de modo a resolver os desequilíbrios e a estagnação interna (Pochmann, 2016).

No Brasil, até então em processo de aprofundamento da industrialização e altamente dependente de importações de petróleo e capital, a crise mundial de 1973 foi inicialmente combatida com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, caracterizado por investimentos públicos em infraestrutura e subsídios industriais que buscavam sustentar o crescimento econômico. Porém, a iniciativa foi bancada com empréstimos estrangeiros, cujo pagamento foi inviabilizado na medida em que os juros internacionais rapidamente subiam; a dívida externa saltou de 7,4% do PIB, em 1973, para 17,2%, em 1979 (Pochmann, 2016). Já na década de 1980, a situação se agrava e o Fundo Monetário Internacional (FMI) intervém ao exigir como condição da liberação de novos recursos um "ajuste exportador", consubstanciado em medidas que preconizavam o estímulo às exportações de commodities acompanhado da restrição às importações e ao consumo interno, com o objetivo de gerar superávits comerciais a serem utilizados como garantia de pagamento dos credores estrangeiros. Tais ações resultaram em novos desequilíbrios e forte pro-

cesso inflacionário, inibindo o setor industrial ao recolocarem o mercado externo de produtos primários como principal motor da economia nacional em detrimento do mercado interno, iniciando um longo processo de desindustrialização e reprimarização, além da pauperização dos trabalhadores.

Com vistas à solução do problema inflacionário e da estagnação, a política macroeconômica elaborada a partir dos anos 1990 buscou uma inserção mais ativa do país nos circuitos da globalização financeirizada, priorizando a atração de capital internacional através do estabelecimento de altíssimas taxas de juros, da promoção de privatizações e da desregulamentação da entrada e saída de capital, oferecendo assim condições excepcionais de acumulação para capitalistas estrangeiros e nacionais (Paulani, 2012; Pochmann, 2016). No século XXI, o processo de financeirização brasileiro ganha dimensão massificada, marcado por práticas de vanguarda que criaram espaços de revalorização do capital financeiro através do avanço das políticas sociais, em especial daquelas ligadas aos setores de saúde, educação, previdência e assistência social (Lavinas et al, 2017).

A colaterização dessas políticas incluiu tanto a paulatina precarização de serviços hospitalares e das aposentadorias para a expansão do mercado de planos de saúde e de previdência complementar quanto o crescimento da oferta de crédito estudantil, voltado para o ensino superior privado, e de serviços bancários impulsionados pelas políticas de transferência de renda aos mais pobres e pela regularização de empréstimos consignados (Lavinas et al., 2017). Além disso, o estabelecimento de regras fiscais austeras que inibem os investimentos públicos e priorizam a geração de superávits primários garantiram a constante remuneração dos credores da dívida pública. Tendo em vista as características descritas, esta nova fase da dependência se aproxima muito mais da subordinação brasileira a um sistema de dominação imperialista mais financeira e menos industrial, ainda que combinada com o reforço dos tradicionais mecanismos de dominação capitalista-comercial.

Nesse cenário de reprimarização e financeirização, as implicações para o desenvolvimento urbano brasileiro são diversas.

De um lado, o agressivo avanço do agronegócio exportador tem produzido reestruturação urbana e regional no interior, com a criação de regiões produtivas agrícolas subordinadas a um "modelo de produção agropecuária preconizado com a globalização" (Elias, 2011, p. 153), destruidor dos biomas, enquanto a expansão da mineração exportadora tem impactado negativamente a vida de comunidades tradicionais e o ambiente rural e de cidades médias e pequenas através de um autoritarismo neoextrativista (Castriota, 2024). Por outro lado, as cidades sem inserção clara nas novas relações com o mercado mundial, sobretudo aquelas padecendo do processo de desindustrialização e das políticas de austeridade restritivas ao investimento público, são incentivadas a adotar o chamado empresariamento urbano (Harvey, 1996) – isto é, práticas empresariais de governança que transformam o espaço urbano em mercadoria para atrair investimentos em turismo, entretenimento e negócios imobiliários (Vainer, 2000). Nas principais metrópoles, a financeirização tem promovido uma nova modalidade de especulação imobiliária, com alguns investimentos realizados de acordo com os parâmetros e as expectativas típicos de uma lógica de valorização financeira, e que, portanto, abre portas para conexões mais estreitas entre o capital fictício e o capital imobiliário (Fix, 2011; Rolnik; 2019; Klink e Stroher, 2017).

Se o empresariamento urbano tem por base sobretudo a organização de eventos efêmeros de diferentes naturezas e ordens de grandeza, a financeirização urbana-imobiliária vem se reproduzindo a partir de cinco principais artifícios: 1) crescente oferta de crédito imobiliário (Rolnik, 2019; Fernandez e Aalbers, 2020), 2) crescente oferta de ações de construtoras e incorporadoras imobiliárias na bolsa de valores (Shimbo, 2016; Shimbo e Baravelli, 2022), 3) disseminação de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) (Pereira, 2017; Sanfelici e Halbert, 2018; Kalinoski e Prokopiuk, 2023); 4) negociação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) no mercado de títulos mobiliários (Torres et al., 2022) e 5) financiamento de grandes Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) através da emissão de títulos mobiliários vinculados à permissão de se construir imóveis além dos limites urbanísticos existentes, usual-

mente na forma de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) (Klink e Stroher, 2017; Stroher, 2019).

Contudo, as múltiplas frentes da financeirização urbana-imobiliária brasileira avançaram de maneira relativamente restrita, em especial se considerado o seu ritmo em comparação com experiências similares desenvolvidas nos países centrais e mesmo em países periféricos. Embora iniciativas governamentais de grande amplitude, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tenham buscado colaterizar as políticas habitacionais através do aumento expressivo do crédito imobiliário no país, a razão entre o volume desse tipo de crédito e o PIB brasileiro ainda continua abaixo dos 10%, isto é, bem distante dos índices registrados, em 2019, para diversos países como Reino Unido (127%), Canadá (57%), França (51%), ou mesmo Chile (27%) e África do Sul (19%) (HelgiLibrary, 2024). Além disso, o movimento de abertura de capital na bolsa de valores registrado no início do século XXI por parte das principais construtoras e incorporadoras retrocedeu substantivamente após a crise da última década (Shimbo e Bavarelli, 2022).

Mesmo a notável disseminação dos FIIs e CRIs como alternativas de financiamento imobiliário ainda esteve longe de superar as tradicionais fontes de financiamento subsidiado – isto é, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) –estabelecidas pelo antigo Sistema de Financiamento Habitacional (Pereira, 2017). O mercado de FIIs e seus ativos ainda estão bastante concentrados na cidade de São Paulo, em especial no seu seleto mercado corporativo e habitacional de alto padrão (Sanfelici e Halbert, 2018; Kalinoski e Prokopiuk, 2023). Por último, mas não menos importante, a maioria das OUCs financiadas com CEPACs no país apresentaram nível de comercialização de títulos muito abaixo do potencial ofertado (Klink e Stroher, 2017; Neto, 2021).

Esse estado de coisas é resultado de limitações estruturais impostas tanto pelo modelo de financiamento habitacional subsidiado quanto pelo modelo de financeirização subordinada adotado no Brasil (Fernandez e Aalbers, 2020; Raposo; Almeida Filho e Amaral, 2021), que ao praticar uma das mais altas taxas de juros do mundo visando capturar a crescente liquidez do capi-

tal estrangeiro oferece retorno muito maior e mais seguro para aplicações realizadas em títulos da dívida pública e crédito direto ao consumidor do que em FIIs, CRIs e CEPACs (Pereira, 2017; Klink e Stroher, 2017).

O relativo desinteresse nesses produtos por parte do mercado financeiro estaria criando uma peculiar financeirização urbana-imobiliária sem investidores financeiros (Stroher, 2019), com a maior parte de investimentos em FIIs, por exemplo, ainda pulverizados, pois são provenientes de milhares de pessoas físicas (Mendes, 2018). Na verdade, as empresas predominantes na produção do espaço urbano brasileiro, no início do século XXI, continuam sendo as construtoras e incorporadoras imobiliárias oligopolistas nacionais de capital fechado estabelecidas no pós-guerra, ainda que esta condição esteja sendo cada vez mais desafiada, fazendo com que ainda seja cedo para falar na formação de um complexo imobiliário-financeiro brasileiro (Omena, 2024).

As substantivas alterações identificadas nas formas da dependência e na sua articulação com o urbano a partir da década de 1980 se manifestaram de maneira particularmente aguda no Rio de Janeiro. O processo de desindustrialização fluminense foi ainda mais grave do que no resto do país, com a participação da indústria de transformação do Estado no índice de valor de transformação industrial brasileiro caindo de 15,7% para 7,3 %, entre 1970 e 2014, e o percentual da força de trabalho estadual empregada no setor industrial de transformação declinando mais do que no restante do país ao longo do mesmo período (Sobral, 2017). Ao mesmo tempo, a participação dos empregos dos setores da indústria extrativa e petróleo e gás crescia acima da média nacional, em especial no interior do território do Estado. Na busca por reverter a degradação econômica causada pela resultante "estrutura produtiva oca" (Sobral, 2017), as práticas do empresariamento urbano floresceram na cidade do Rio de Janeiro. Passou-se a privilegiar a retomada do crescimento via promoção do turismo, negócios imobiliários, construção civil, comércio e serviços, que seriam impulsionados pela atração constante de diversos megaeventos, com destaque para as Olimpíadas de 2016 e para a Copa do Mundo de 2014.

Operações Urbanas de larga escala capitaneadas por antigos protagonistas da produção do espaço urbano carioca estavam no cerne desse planejamento. Um dos principais exemplos foi a construção da Vila Olímpica e do Parque Olímpico em área de expansão imobiliária de alto padrão, localizadas nas franjas da Barra da Tijuca. A Vila Olímpica consistiu em condomínio de 31 prédios com 18 pavimentos cada erguido pela construtora Carvalho Hosken, em um terreno de 820 mil m² de sua propriedade, para a acomodação dos milhares de atletas competidores durante o evento. O empreendimento de quase R$ 3 bilhões foi viabilizado por mudança na legislação urbanística, que aumentou o limite da região de 12 para 18 pavimentos, além do comprometimento da Prefeitura no processo de urbanização do entorno desses novos prédios. Já o Parque Olímpico foi construído nessa vizinhança pela mesma companhia em consórcio com a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, duas das maiores construtoras brasileiras, em um terreno com mais de 1 milhão de m² de propriedade do governo estadual. O projeto, materializado por uma parceria público-privada com valor estimado em mais de R$ 2 bilhões, concentrou a maior parte da infraestrutura esportiva e de mídia utilizada nos Jogos Olímpicos, com a propriedade de uma grande parcela do terreno público sendo posteriormente transferida ao consórcio de empreiteiras com vistas à sua transformação em novos condomínios de classe média (Magalhães, 2012).

Também o vetor da financeirização urbano-imobiliária e suas contradições se manifestaram de maneira emblemática na realização da Operação Urbana Consorciada da Zona Portuária, conhecida como projeto Porto Maravilha (PM). Anunciado como a maior Parceria Público-privada do país, o PM visa converter cerca de cinco milhões de m² situados no Centro do Rio de Janeiro, historicamente ligados ao setor portuário e às atividades industriais, em uma área concentradora de grandes torres corporativas, empreendimentos habitacionais de alto padrão e espaços turísticos e de entretenimento. Para a viabilização financeira do projeto, foram emitidos CEPACs vinculados a permissões para construção acima do gabarito urbanístico em terrenos específicos, que podem ser negociados como títulos no mercado

financeiro. A construção desse arranjo envolveu uma coalizão de poder liderada pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, que formaram a concessionária Porto Novo S.A. Esta empresa venceu a licitação da PPP e recebeu os quase R$8 bilhões como pagamento às obras viárias executadas e serviços públicos assumidos no escopo institucional-geográfico da intervenção urbana.

A Prefeitura desempenhou papel primordial ao garantir a participação da Caixa Econômica Federal (CEF), administradora do FGTS, como principal investidor da Operação. Após negociações, foi acordado que a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), criada na forma de uma autarquia para representar a prefeitura, realizaria o primeiro leilão público dos CEPACs e a CEF utilizaria R$3,5 bilhões do FGTS para adquirir todos os certificados leiloados, além de assegurar um aporte futuro de R$4,5 bilhões para a PPP. Essa última cifra decorreria da valorização e da revenda dos CEPACs para agentes privados interessados em investimentos imobiliários na região. Para viabilizar institucionalmente o acordo e as consequentes transações financeiras, foram criados dois Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), em 2011: o FIIRP e o FIIPM. O FIIRP, pertencente à CDURP, teve como patrimônio todos os CEPACs, além dos terrenos adquiridos pela prefeitura por meio de desapropriações e permutas. O FIIPM, de propriedade do FGTS, recebeu os R$3,5 bilhões prometidos. Conforme a CDURP integrava o FIIRP com terrenos, o FIIPM adquiria os CEPACs mediante pagamento. Essa dinâmica garantiu à CDURP os recursos necessários para a remuneração do consórcio de empreiteiras e ao FGTS o monopólio da comercialização dos CEPACs, controlando assim o processo e absorvendo toda a valorização imobiliária (Diniz, 2014; Werneck, 2016; Mosciaro, 2021).

Também estão incluídos nessa coalizão os adquirentes de CEPACs e terrenos. Esses agentes, por sua vez, apresentavam interesses mais direcionados a lotes específicos. Destacam-se os fundos estrangeiros de investimento Tishman Spyer e GTIS Autonomy, que juntos detêm a maior parte dos CEPACs já comercializados. Curiosamente, as empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca

Engenharia – isto é, as formadoras da concessionária Porto Novo – também se apresentaram como investidoras imobiliárias e participam de empreendimentos detentores de quase um terço de certificados revendidos pelo FIIPM (Rossi, 2022). Isso significa que essas empreiteiras não só se beneficiaram do contrato da PPP, mas também buscaram aproveitar e contribuir para a valorização imobiliária ao lançar seus próprios empreendimentos na área do projeto. Entretanto, apesar dessas movimentações, apenas 10% do total de 6.436.722 de CEPACs foram revendidos em quase 15 anos de operação (CCPAR, 2024).

Evidencia-se, portanto, que não obstante a guinada representada pelo início do processo de desindustrialização combinado com a reprimarização e a financeirização da economia brasileira, a produção do espaço urbano continuou protagonizada por construtoras e incorporadoras de capital nacional, que vinham se fortalecendo desde o pós-guerra por meio de suas estreitas conexões com agentes do Estado e de sua associação com o capital internacional. Contudo, não se deve perder de vista os sinais de possível abertura desse mercado para novos investidores, incluindo estrangeiros, em função da tendência à maior imbricação entre capital imobiliário e capital financeiro, o que poderá eventualmente reconfigurar as cláusulas da "sagrada aliança" e a própria dependência brasileira. Avanços nesse sentido dependeriam de mudanças estruturais na configuração atual da dominação imperialista financeira a qual o Brasil está subordinado.

O caso do Programa Reviver Centro: antecedentes recentes e possíveis transformações em curso

Essa penúltima seção tem por objetivo verificar se há indícios de que a "sagrada aliança", que tem direcionado o capitalismo dependente brasileiro, esteja passando por alguma reconfiguração diante das transformações mais recentes da relação entre o Brasil e o resto do mundo, em especial quanto à tradicional predominância do capital nacional na produção

das cidades. Para tanto, será analisado o principal programa de desenvolvimento urbano em curso na cidade do Rio de Janeiro na década atual, o Reviver Centro (RC), de maneira a se identificar quem são os agentes capitalistas dominantes em seu processo de implementação e se eles diferem daqueles que historicamente predominaram na produção do espaço urbano carioca e nacional, conforme já visto nas seções anteriores. A análise se vale tanto de estatísticas macroeconômicas que dão conta do ambiente macroeconômico onde o programa vem sendo executado quanto de dados disponibilizados pela prefeitura sobre as licenças concedidas para os empreendimentos desenvolvidos no escopo do programa, através de relatórios mensais. Informações públicas disponibilizadas pela receita federal e pelas próprias empresas também são utilizadas, permitindo uma caracterização mais precisa do perfil dos investidores.

Primeiramente, no âmbito do contexto macroeconômico, percebeu-se uma tendência inédita de quedas sucessivas e ininterruptas da taxa de juros nominais na virada da década de 2010 para a de 2020, que coincide com o momento de elaboração e iniciação do programa. Entre dezembro de 2017 e outubro de 2020 foram registradas as mais baixas medições dessa taxa, considerando sua série histórica iniciada em 1996 (Banco Central do Brasil / BACEN, 2024a). Conforme visto anteriormente, o alto preço de remuneração do capital portador de juros no Brasil esteve no cerne das limitações impostas à plena financeirização urbano-imobiliária desde o início do período de dominação imperialista financeira. Portanto, seria esperado que nesse novo excepcional contexto a assetização dos imóveis se tornasse mais atraente aos capitalistas. E isso de fato parece ter acontecido, como indica o registro do volume de ofertas de quotas de FIIs e de CRIs na bolsa de valores de São Paulo, que apresentou tendência de forte crescimento.

Figura 1 – Taxa de Juros – Selic (BACEN, 2024a).

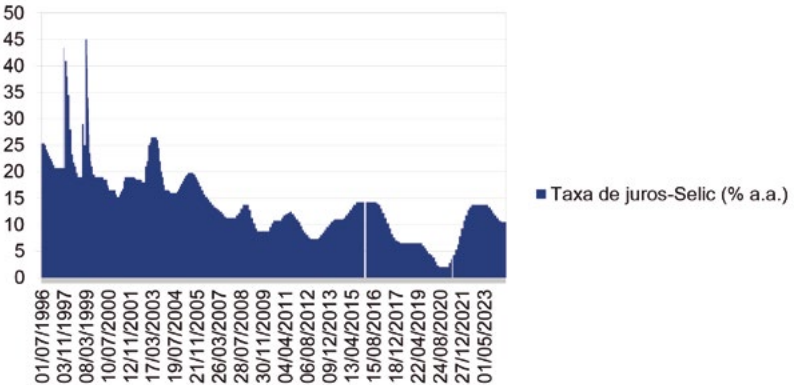


Figura 2 – Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM, em R$ bilhões (CVM, 2024).

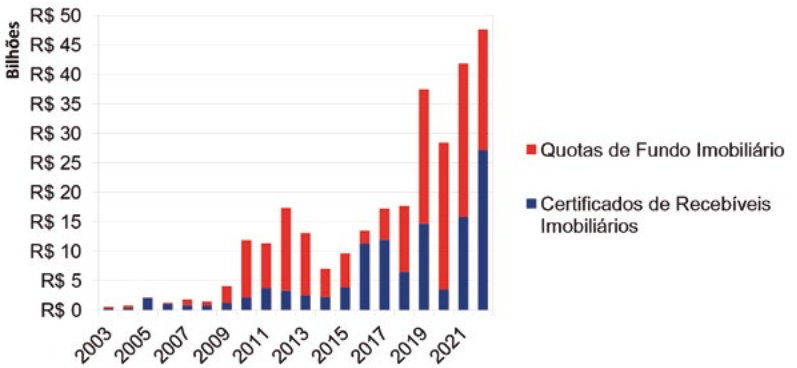
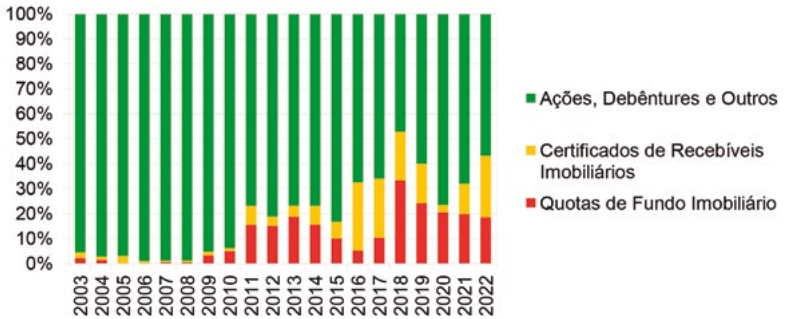


Figura 3 – Participação de CRIs e FIIs nas Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM (CVM, 2024).



Entre 2015 e 2022, o valor somado dos dois tipos de ativos ofertados saltou de quase R$ 10 bilhões para mais de R$ 47 bilhões, fazendo com que passassem a representar mais de 40% das ofertas primárias e secundárias registradas pela Comissão de Valores Mobiliários em 2022 (CVM, 2024). No mesmo período, o número de FIIs listados praticamente triplica. Vale notar que o crescimento relativo e absoluto da comercialização dos ativos financeiro-imobiliários não regrediu mesmo após a breve retomada do aumento da taxa Selic entre março de 2021 e agosto de 2022, demonstrando a resiliência desse tipo de investimento após a expansão substantiva e consolidação do mercado.

Ao mesmo tempo que a aproximação entre capital imobiliário e financeiro parece estar ganhando uma escala sem precedentes no início da década atual, há indicações de crescente internacionalização dos negócios imobiliários e da construção civil. De acordo com dados do Banco Central, dentro de um universo de 47 subsetores, os de construção de edifícios e de serviços de arquitetura e engenharia estão entre os cinco que mais aumentaram suas remessas de lucros para o exterior, entre 2006 e 2023 (BACEN, 2024b).

Figura 4 – Crescimento das remessas de lucro para o exterior por setores (BACEN, 2024b).



Indícios significativos dessas tendências também se apresentam no âmbito da urbanização carioca e de seus grandes projetos urbanos. Com menos de 40% dos apartamentos da Vila Olímpica comercializados após dez anos do fim de sua construção,

a Carvalho Hosken vendeu o empreendimento para o banco de investimentos BTG Pactual, de origem nacional. Estima-se que esta seja a maior transação imobiliária do país em 2024 (Eiras, 2024). Além disso, todos os CEPACs do Porto Maravilha comercializados na década de 2020 − que correspondem a pouco mais de 10% do total revendido pelo FGTS desde o início da operação – foram até agora comprados por apenas duas incorporadoras imobiliárias nacionais com ações ofertadas recentemente na bolsa de valores, isto é, a Cury e a Emccamp (CCPAR, 2024).

É nesse contexto nacional e local de acumulação urbana cada vez mais financeirizada que o RC é planejado e implementado. No início de 2021, o diretor da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (ABADI), Marcelo Borges, alertou que quase metade dos imóveis localizados no centro do Rio de Janeiro estavam desocupados. Esse cenário levou-o a classificar o nível de vacância como inédito e afirmar que "o centro nunca esteve tão vazio". Em resposta a esse quadro, já no primeiro dia do terceiro mandato do prefeito Eduardo Paes, foi criado o Grupo de Trabalho de Requalificação do Centro do Rio, abrangendo as Regiões Administrativas I (Portuária) e II (Centro). Seu objetivo era desenvolver um plano de trabalho de curto prazo para enfrentar os desafios da área. Na visão estratégica-empreendedora do Prefeito e de sua gestão, o centro se apresenta como uma região crucial para o desenvolvimento econômico do município. Assim, o projeto de revitalização voltou ao cerne da agenda política, cuja prioridade foi consubstanciada na criação do RC já em junho de 2021, com o mercado desempenhando um papel fulcral no seu desenho e operacionalização (Rossi, 2024).

Em linhas gerais, o RC visa revitalizar a área central da cidade por meio do aumento de sua densidade habitacional. A Lei Complementar 229/2021, que estabelece os parâmetros da iniciativa, preconiza os seguintes objetivos: i) aumentar a população residente no centro; ii) incentivar a mistura de usos; iii) promover a refuncionalização de edifícios para uso residencial ou misto; iv) criar os programas Moradia Assistida e Locação Social; v) requalificar os espaços públicos; e vi) instituir três distritos especiais — de Conhecimento, de Baixa Emissão e de Vivência e Memória Africana. Para atingi-los, o Programa

oferece um leque diversificado de incentivos aos investidores. Além da flexibilização de restrições urbanísticas do Centro e do oferecimento de incentivos fiscais, destaca-se a utilização de um instrumento em particular: as Operações Interligadas (OIs). As OIs excepcionalmente permitem a transferência de potencial construtivo para outras áreas da cidade, para além dos respectivos limites urbanísticos, tornando-se assim um importante incentivo para construtoras e incorporadoras interessadas em desenvolver empreendimentos em outras localizações mais valorizadas e saturadas do mercado imobiliário local, em especial a Zona Sul. Em troca, está previsto o pagamento de contrapartida financeira ao tesouro municipal a ser destinada a projetos de interesse público no Centro.

Porém, menos de dois anos após o início do Programa, nova legislação foi aprovada com vistas a expandir os benefícios oferecidos e assim acelerar o processo de transformação almejado. A Lei Complementar Nº 264/2023 passou a garantir aos investidores que converterem imóveis comerciais em residenciais ou construírem novos edifícios residenciais em algumas áreas específicas do centro um bônus equivalente a pelo menos 100% da área construída ou reconvertida. Esse bônus pode ser usado em bairros valorizados, como Copacabana, Ipanema, Leme e Tijuca, através da Concessão de Operação Interligada (Rossi, 2024). Sobre a mudança, o prefeito declarou: "a gente quer acelerar a transformação da área. Mas o mercado acenou que precisa de mais incentivos para investir no centro e não só priorizar outras áreas da cidade".[88] conjunto de ações públicas, capitaneadas pela prefeitura e explicitamente aprovadas por representantes de incorporadores imobiliários (Rossi, 2024), tem resultado na proliferação de novos empreendimentos no Centro e na Zona Sul, com a preponderância de alguns agentes específicos, conforme será visto a seguir.

De acordo com os relatórios mensais do programa publicados até o momento, entre junho de 2021 e abril de 2024 foram emitidas 37 licenças permitindo novos empreendimentos no Centro da cidade, seja na forma de novas construções ou de conversões de uso de antigos imóveis, o que equivale à criação de 2.817 uni-

dades residenciais e não-residenciais na região abrangendo uma área construída de 165,5 mil m². Contudo, há uma notável discrepância na dimensão dos empreendimentos licenciados, com 21 deles sendo de pequeno porte (com menos de 30 unidades) e apenas cinco de grande porte (com mais de 200 unidades). Essa desigualdade é reflexo também das distintas ordens de grandeza dos agentes solicitantes de licenças (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024).

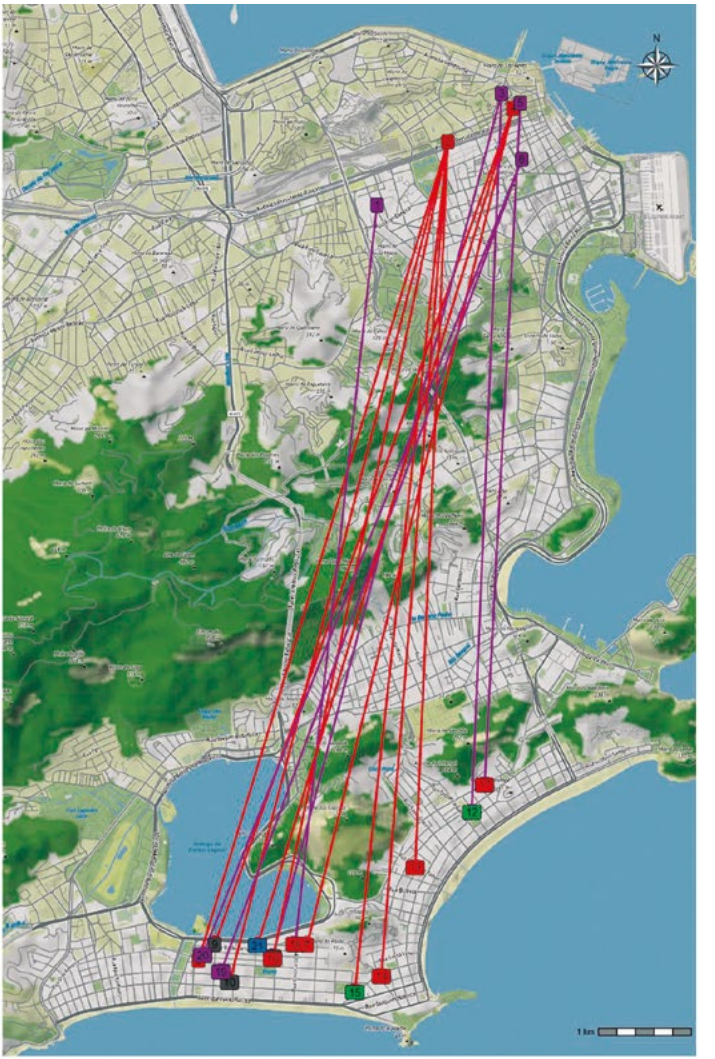
Dois grandes conglomerados capitalistas se destacam nesse cenário: os grupos de gestão de ativos financeiros e imobiliários Opportunity e Brookfield, com o primeiro representado sobretudo pelo FII Opportunity e o segundo pela incorporadora Tegra. Ambos respondem não apenas pelos dois maiores empreendimentos contemplados pelo programa, mas também por um terço do total de 2.817 unidades criadas no centro. Além disso, esses grupos econômicos são detentores de três das seis concessões de operação interligada já aprovadas pela prefeitura para obras no centro, que sozinhas geraram 36.381 m² (71%) dos 50.675 m² já liberados para novas construções na Zona Sul. Embora responsáveis por projetos de menor porte, outras grandes empresas do setor imobiliário, como as incorporadoras MRV e W3, também são detentoras de concessão de OIs já aprovadas.[89] Outros grupos econômicos com estreitas ligações com o mercado financeiro, como o Banco BTG Pactual, a São Carlos Empreendimentos e a Sanca Desenvolvimento Urbano, também possuem participações em projetos de menor porte no Centro contemplados pelo RC, mas que ainda aguardam a aprovação dos seus pedidos de OI (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024).[90]

É importante observar que as concessões de OIs obtidas junto à prefeitura podem posteriormente ser comercializadas pelos seus detentores originais. Isso significa que, eventualmente, outras empresas podem participar do programa ao adquirirem concessões obtidas por terceiros e se tornarem os verdadeiros incorporadores da metragem transferida. Assim, a análise dos reais utilizadores da área transferida para bairros como Copacabana e Ipanema deve ser outro indicativo dos agentes envolvidos na operação.

Nesse âmbito, percebe-se que o FII Opportunity utiliza apenas parte da área extra adquirida, a partir de seus empreendimentos no Centro, em dois novos empreendimentos localizados em Ipanema, revendendo o restante para ao menos outros cinco incorporadores, dentre eles o FII Brix, que também comprou metragem adquirida originalmente pela Tegra para construir um empreendimento em Copacabana (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024). Porém, há indícios de que o Brix seja controlado pelo Opportunity.[91] o que demonstra uma concentração de propriedade e influência ainda maior nas mãos desse grupo. Assim, os dados disponibilizados sobre recepção de OIs revelam o Opportunity não só como o principal consumidor das 15 transferências de área realizadas até o momento, seja através do FII Opportunity ou do FII Brix, como também o principal vendedor de concessões originadas no Centro.

Em seu conjunto, essas informações apontam peculiaridades da economia política do RC. Primeiramente, nota-se que os principais agentes capitalistas envolvidos são altamente financeirizados. O Opportunity, evidenciado aqui como grande protagonista da operação, é um grupo que tem sua origem nos anos 1990 no mercado financeiro e que opera no RC através de seus FIIs. Já o segundo investidor mais importante, o Brookfield Asset Management, controlador da Tegra, é um dos maiores fundos de investimento do mundo, com mais de 900 bilhões de dólares em ativos sob sua gestão. Mesmo as empresas com peso menor no volume de investimentos do programa, como o banco BTG Pactual, Sanca, grupo São Carlos e a MRV, tendem a possuir negócios altamente imbricados com o mercado financeiro, quando não originários daquele setor.

Figura 5 – Operações Interligadas aprovadas pelo Reviver Centro até abril de 2024, com base nas informações do Relatório mensal do programa e da base de CNPJs da Receita Federal (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024).



Empreendimento por filiação corporativa (Filial e Matriz)

1 - Monroe RJ participações (W3 Participações Imobiliárias)
2 - FII Opportunity (Grupo Opportunity)
3 - Parque Rio Nilo Incorporadora (MRV)
4 - FII Opportunity (Grupo Opportunity)
5 - TGRJ-16 Empreendimentos Imobiliários (Tegra/Brookfield)
6 - Gazal Empreendimentos e participações (Rio Decor)
7 - FII Opportunity (Grupo Opportunity)
8 - FII Opportunity (Grupo Opportunity)
9 - Pessoa física
10 - Pessoa física
11 - Pessoa física
12 - THPC (Pivo Participações & Negócios Imobiliários)
13 - FII Brix (Grupo Opportunity)
14 - FII Brix (Grupo Opportunity)
15 - Milka (Interfile BPO e Participações)
16 - FII Brix (Grupo Opportunity)
17 - FII Brix (Grupo Opportunity)
18 - FII Brix (Grupo Opportunity)
19 - Balassiano
20 - Legacy Ipanema
21 - Valente de Oliveira Empreendimentos

Atividade Principal do CNPJ
Atividades de administração de fundos por contrat concessão
Gestão e administração da propriedade imobiliárie
Holdings de instituições não-financeiras
Incorporação de empreendimentos imobiliários
Não identificada

Atividade principal do CNPJ gerador de OI
Atividades de administração de fundos por contrat concessão
Incorporação de empreendimentos imobiliários

Isso demonstra um avanço da financeirização dos agentes em relação aos grandes projetos que antecederam o RC no Rio de Janeiro. No Porto Maravilha, grandes fundos de investimentos, como a Tishman Spyer, desempenharam um papel relativamente secundário frente ao protagonismo das tradicionais construtoras, como a Odebrecht, a OAS e a Carioca Engenharia, ainda que com considerável relevância como adquirente de CEPACs. No Parque Olímpico e na Vila Olímpica, houve a liderança da Carvalho Hosken, uma tradicional incorporadora e construtora local, em parceria com a Odebrecht e a Andrade Gutierrez. Mais uma vez, são agentes privados que dominam o negócio de produção das cidades brasileiras e do Rio de Janeiro há décadas, com grande parte do controle acionário nas mãos de poucas famílias. Ao mesmo tempo, o próprio desdobramento desses projetos na década de 2020 corrobora a indicação de uma mudança em curso, uma vez que a Vila Olímpica foi adquirida pelo BTG Pactual e o Porto Maravilha passou a contar com a atuação mais incisiva da Cury, uma incorporadora de capital aberto e com alto grau de financeirização.

Além disso, os dados sobre o RC proveem evidências de avanço no processo de internacionalização do capital voltado à acumulação urbana-imobiliária no Rio de Janeiro. Primeiramente, porque o segundo maior empreendimento do RC é capitaneado pela Brookfield, um conglomerado de origem canadense com investimentos em mais de 30 países. Nesse sentido, é particularmente relevante o fato de o conglomerado ter a origem da sua expansão capitalista exatamente nos negócios de provisão de serviços urbanos, como fornecimento de energia e transportes, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro a partir do fim do século XIX, ou seja, em um momento em que houve abertura para que o capital estrangeiro gerasse lucros em território nacional a serem remetidos aos países centrais do capitalismo global em expansão. Os negócios imobiliários do conglomerado no Brasil só se iniciam efetivamente em maior escala nos anos 1990, através da criação de FIIs. Sua atuação mais incisiva no setor somente começa a acontecer a partir do início do século XXI, com a criação da Brookfield Incorporações, que em 2017 se transforma na Tegra incorporadora, detentora do empreendimento Skylux no RC e da OI a ele relacionada. Esse avanço do

capital estrangeiro sobre uma esfera de acumulação que não era incialmente de sua alçada, mas das campeãs nacionais, é especialmente simbolizado pela sua recente aquisição de diversos negócios e ativos historicamente detidos pelos antigos agentes dominantes na produção do espaço urbano carioca, como a Odebrecht (Melo, 2018). Adicione-se a esse quadro o fato de que a ausência dos agentes nacionais tradicionais não se sente apenas no âmbito do RC, mas na cidade como um todo, pois o volume de pagamentos feitos pela prefeitura do Rio de Janeiro entre 2017 e 2023 para empresas como Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Carioca Engenharia e Carvalho Hosken apresentam quedas abruptas quando comparados com os valores pagos no período anterior, entre 2008 e 2016.[92,93]

Por último, cabe lembrar que a própria financeirização da produção imobiliária local, emblematicamente representada pela predominância dos FIIs do Opportunity, tende a abrir as portas para a penetração do capital internacional no setor imobiliário. Isso porque a multiplicidade de fontes de financiamento permitida pela utilização de FIIs e outros instrumentos financeiros semelhantes dificulta o controle dessa esfera de acumulação e das origens geográficas do capital empregado por parte do Estado.

Conclusão

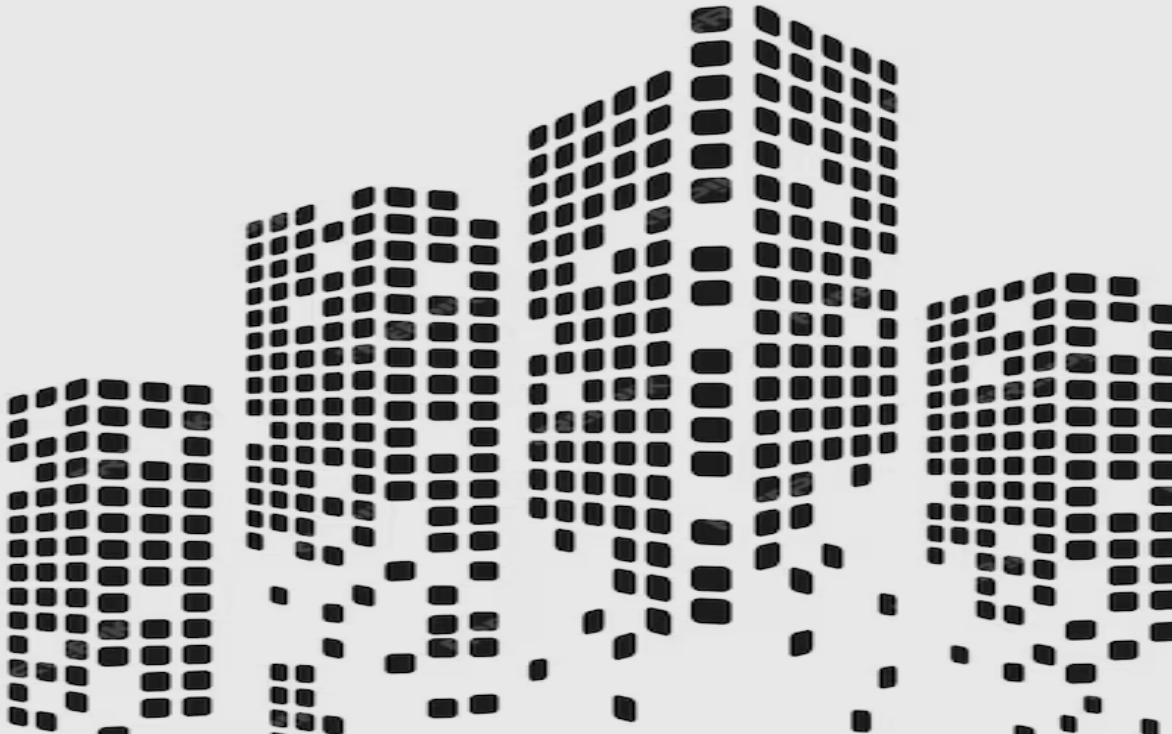
Após explorar o estudo de caso focado no Reviver Centro e contrastar as informações levantadas com aquelas provenientes da literatura especializada sobre os principais agentes historicamente dominantes na produção do espaço urbano carioca e brasileiro é possível responder a pergunta que norteou o presente estudo. Há diversos indícios de que o processo de neoliberalização e financeirização da produção das cidades está alterando os termos da "sagrada aliança" capitalista entre capital nacional e internacional e sua partilha da acumulação em território brasileiro, colocando cada vez mais não apenas agentes do mercado de capitais no papel de protagonistas da produção das cidades, até então relativamente alheios aos negócios urbano-imobiliários, mas também recolocando capitalistas internacionais nessa posição.

Em resumo, as evidências que apontam nesse sentido são as seguintes: avanço da participação dos FIIs e CRIs na economia brasileira casado com tendência à relativa queda das taxas de juros, avanço acelerado das remessas de lucros para o exterior originárias do setor de construção de edifícios, assunção de grandes conglomerados internacionais e nacionais altamente financeirizados a posições de liderança no principal grande projeto urbano do Rio de Janeiro na década de 2020, como a Brookfield Asset Management e o Opportunity; e maior entrada de múltiplos agentes diretamente ligados ao mercado financeiro no mercado imobiliário local, como o BTG Pactual, a MRV, a São Carlos e a Cury, não só através do Reviver Centro como da participação no desdobramento de grandes projetos urbanos anteriores, como a Vila Olímpica e o Porto Maravilha. Some-se a isso a inédita ausência de agentes tradicionais como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a OAS, a Carioca Engenharia e a Carvalho Hosken, não só no Reviver Centro, como nos contratos firmados com o poder público local.

Portanto, o Reviver Centro exemplifica uma provável reconfiguração da dependência brasileira, em que o espaço urbano deixa de ser um reduto quase exclusivo dos capitais nacionais, abrindo-se ao capital financeiro globalizado. Esse movimento pode estar indicando uma nova fase, marcada pela internacionalização do capital urbano e pela intensificação da lógica especulativa financeira sobre a cidade, refletindo assim uma potencial transformação da "sagrada aliança" em um contexto de neoliberalismo financeirizado e gerando possíveis implicações para o futuro da política urbana brasileira, ainda a serem investigadas. Faz-se necessário, assim, realizar outros estudos sobre o desenrolar desse processo, tanto em outras cidades brasileiras, quanto no próprio Rio de Janeiro, para tecer conclusões mais assertivas.

3.

Dependência e aglomerações neoextrativistas



CAPÍTULO 11

Agronegócio e urbanização dependente no Brasil

DENISE ELIAS

Introdução

O presente capítulo se alicerça em algumas teses interligadas e complementares que defendemos. A tese central é a de que o agronegócio é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, e promove urbanização e (re)estruturação urbano-regional em várias partes do país.

Uma segunda tese é a de que a urbanização promovida pelo agronegócio é uma urbanização corporativa fragmentada e, assim, um dos signos da forma subordinada e dependente como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho. As evidências estão nas formas de usos extremamente predatórias do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio, que culminam com a fragmentação do território e com a formação de regiões produtivas extremamente especializadas na produção de commodities, agrocombustíveis e alimentos processados.

A formação de cidades especializadas no atendimento às demandas de produtos e serviços modernos para o agronegócio é a chave explicativa da terceira tese, uma vez que defendemos que é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Entendemos que isso está entre os vetores de incrementos não só da economia urbana nas áreas de fronteira agrícola, mas também pode

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_011

ser apontado como fator causal tanto da formação, quanto da (re) estruturação de várias cidades, de muitas novas e complexas relações campo-cidade, assim como do incremento da urbanização, da mesma forma que com a formação de novas regionalizações.

Associados aos processos supracitados, concomitantemente à macrourbanização e à metropolização no Brasil, difundem-se e crescem também as cidades de porte médio e as cidades pequenas, como tão bem vêm mostrando os dados do Censo Demográfico de 2022, tornando muito mais complexa a rede urbana, uma vez que aumentam tanto os fatores de dispersão, quanto os de concentração econômica. Assim sendo, desde os anos 1980, temos uma remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano.

Para consecução do presente capítulo, baseamo-nos em pesquisas realizadas nos últimos anos, que tiveram como objetivos principais o reconhecimento de determinados processos, tais como: a reestruturação produtiva da agropecuária; as especializações territoriais produtivas inerentes ao agronegócio; a dinâmica das novas relações campo-cidade nas áreas de difusão do agronegócio; a dinâmica de (re)produção dos espaços urbanos não metropolitanos inseridos em áreas de difusão do agronegócio; as relações entre a economia urbana e as novas funções exercidas pelas cidades, lócus da gestão do agronegócio em regiões de expansão desse segmento econômico; a urbanização corporativa e o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas regiões produtivas e cidades do agronegócio.

Importante dizer que isso não significa expor os resultados individuais de tais pesquisas, mas buscar apresentar reflexões de síntese à luz das mesmas, sendo que algumas já estão, em parte, registradas em papers de eventos científicos, artigos publicados em periódicos científicos e mídias digitais, capítulos de livros e livros.

Como metodologia para a realização das pesquisas supracitas, adotamos os procedimentos clássicos de uma pesquisa científica nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, como pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de dados estatísticos; organização de hemerotecas segundo temas e processos de interesse e sempre tendo na realização de trabalhos de campo um procedimento basilar. Os trabalhos de campo realizados em diferentes momentos e em

diversas áreas de difusão do agronegócio em várias regiões do Brasil foram imprescindíveis para as interpretações aqui elencadas.[94]

O capítulo está dividido em cinco partes. A primeira busca apresentar, de forma muito sintética, alguns dos pressupostos e agentes hegemônicos do que aqui é compreendido como agronegócio. Isso nos parece importante, considerando o caráter polissêmico da própria palavra agronegócio. Já a segunda parte discute alguns dos mais impactantes processos socioespaciais associados ao agronegócio no Brasil, notadamente com impactos nas relações sociais de produção na agropecuária, no meio ambiente e na urbanização da sociedade e do território.

A análise da fragmentação do território e da formação de regiões produtivas especializadas inerentes ao agronegócio são o foco na terceira parte do capítulo. O elemento central de análise da quarta parte do capítulo recai sobre o que chamamos de cidades do agronegócio e se associa à tese que defendemos de que é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. A quinta e última parte apresenta um pequeno ensaio do que interpretamos como algumas velhas e novas faces da dependência.

Agronegócio: alguns pressupostos e agentes hegemônicos

A palavra agronegócio passou a ter uso corrente no Brasil, especialmente desde o início do século XXI, até mesmo pelos veículos da chamada grande mídia e pela população em geral.[95] Dado seu caráter polissêmico, carregado de ideologias e mitos, compreendemos como importante, mesmo que muito brevemente, recordar em quais pilares se ancora. Para isso voltamos à meados da década de 1960, quando alguns de seus sustentáculos começaram a ser edificados no Brasil, em plena Ditadura Militar, e iniciaram-se algumas importantes transformações da agropecuária. Desde então e cada vez mais, tal atividade ancora-se no mesmo tripé destrutivo que sustenta o capitalismo no período histórico atual, qual seja: uma permanente reestruturação produtiva, o neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro.

Isso indica, entre outros, que a agropecuária passou a ser calcada na utilização intensiva de ciência, tecnologia e informação como forças produtivas, com a adoção de pacotes tecnológicos (químicos, mecânicos, biotecnológicos, informacionais, serviços modernos etc.), com a difusão de um padrão estandardizado de produção, visando o aumento da produção e da produtividade, assim como novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital e para a realização da mais-valia mundializada na agropecuária (Elias, 2003).

E tudo isso regulado por relações de produção, distribuição e consumo globalizados, visando, em especial, não a produção de alimentos para a população do país, mas a produção de mercadorias, notadamente commodities agrícolas (soja, açúcar, algodão, milho, carnes processadas etc.), agrocombustíveis e alimentos industrializados, cada vez mais ultraprocessados, em grande parte, voltados à exportação, com crescente destaque para a China nas duas últimas décadas.

Como resultado, temos um modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária, que se convencionou chamar de agronegócio, que correlaciona as condições do país em face dos imperativos da ordem global hegemônica, cujo objetivo principal é a obtenção de lucro e de renda da terra.

Podemos dizer que o agronegócio é uma produção em rede, que interliga a agropecuária à indústria, aos serviços e produtos modernos. Um conjunto de atividades e agentes que se dão em simbiose, tais como produção de suprimentos à agropecuária (indústrias química, mecânica, farmacêutica, de sementes, entre outras); serviços financeiros (bancos, bolsa de valores, fundos de investimento etc.); pesquisa agropecuária (Embrapa, empresas de pesquisa estaduais etc.); assistência técnica de várias naturezas; transformação da produção agropecuária (agroindústria alimentar); armazenamento (silos e armazéns); transporte de cargas (rodoviário, marítimo, fluvial); publicidade e marketing para construção de uma ideologia favorável ao agronegócio; agtechs

- startups voltadas ao agronegócio (serviços de soluções digitais, ferramentas de automação, inteligência artificial etc. que em 2021 já somavam cerca de 1500 empresas no país); distribui-

ção de mercadorias alimentares no varejo (supermercados, atacarejos, por exemplo) etc. É difícil compreender o agronegócio sem considerar essa totalidade, o que evidencia, entre outros, que os estudos sobre o tema precisam ser intersetoriais e multiescalares.

Por outro lado, é fundamental conhecer os agentes hegemônicos do agronegócio: grandes empresas e corporações transnacionais, de vários segmentos, tais como de produção de frutas *in natura* (Del Monte, Agrícola Famosa etc.); de alimentos ultraprocessados (Cargill, Nestlé, Unilever, Bunge, Danone, M. Dias Branco etc.); carnes processadas (BRF, JBS, Aurora, Copacol, Globoaves); agroquímicas (Bayer, Basf, Dupont, Syngenta etc.); fumageiras (Philip Morris, Souza Cruz); esmagadoras de soja e tradings (Bunge, Cargill, ADM, Luis Dreyfus, Cofco Internacional); madeira, celulose e papel (Suzano); agroenergia (Copersucar, Raízen, Cosan); redes de supermercados (Carrefour, GPA, Cencosud, SDB Comércio de Alimentos Ltda, Irmãos Muffato); empresas do sistema financeiro por meio de vários de seus instrumentos (bancos, fundos de investimentos, bolsa de valores etc.), entre tantas outras.[96]

As grandes empresas e corporações transnacionais notabilizam-se, entre outros, pela grande quantidade de matéria-prima que movimentam e processam; pela capacidade produtiva instalada; pela atuação em diferentes escalas geográficas; pelo poder que têm de impor suas demandas de logística, incentivos fiscais etc. ao Estado; pela diversidade de atividades econômicas que exercem, caracterizando-se por serem multifuncionais; pelo exercício de lobby junto às diferentes instâncias de poder, tais como no Congresso Nacional; pela grande quantidade de terras que controlam, muitas vezes através de processos de grilagem; por impactos devastadores ao meio ambiente etc.

Não podemos deixar de indicar os proprietários de terras, especialmente médios e grandes, e o Estado como agentes basilares do agronegócio. O Estado foi e continua sendo imprescindível para as metamorfoses da agropecuária e para a consolidação, crescimento e difusão do agronegócio por todo o território brasileiro. Como destacou Delgado (1985), isso se

deu de várias formas, tais como através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas) e de políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a reestruturação do setor. Juntos Estado, proprietários de terras e corporações transnacionais compõem uma verdadeira tríade que tece as teias do agronegócio no Brasil.

Processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio

A difusão do agronegócio promove um conjunto grande de processos socioespaciais no Brasil, nas últimas décadas. Na presente seção, destacaremos alguns entre os que mais impactam as relações sociais de produção na agropecuária, o meio ambiente e a urbanização da sociedade e do território.

Começamos com dois processos que se deram paralelamente no país: de um lado, a aceleração da reestruturação produtiva da agropecuária, com a consequente transformação das forças produtivas do setor, que diminuem continuamente a necessidade da mão de obra para a agropecuária e aperfeiçoam as formas de apropriação e superexploração da natureza. Por outro lado, a revolução dos transportes e das comunicações, que promovem a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994, 1996), possibilitando o aumento da fluidez territorial e informacional dos lugares (Santos, 1996).

Entre as consequências que nos interessam aqui destacar, tivemos a intensificação da produção agropecuária nas áreas já ocupadas com a agricultura empresarial, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Em simultâneo, viabilizou-se a utilização de terras em áreas que até então se mostravam pouco rentáveis para a reprodução ampliada de capital na agropecuária, viabilizando a ocupação produtiva pelo agronegócio nos locais que Milton Santos (1988, 1993) chamava de exército de lugares de reserva.

Isso significou uma grande dispersão espacial do agronegócio por todo o território nacional, com a ocupação de muitas novas extensões de terras, com o crescimento das fronteiras agrícolas em todos os biomas do país. Inicialmente, nos Cerrados. Mas, a partir dos anos 1990, em todo o território nacional, incluso no Semiárido e na Amazônia, onde hoje o agronegócio aparece como pontos ou manchas.

As metamorfoses nas formas de uso e ocupação do espaço foram devastadoras, com a substituição de matas, florestas, áreas de proteção permanente, reservas indígenas, áreas de produção de alimentos da cesta básica dos brasileiros (arroz, feijão, mandioca etc.), terras públicas e devolutas etc. por grandes monocultivos de commodities *e áreas de pastagem*. Crescentemente, as vocações naturais dos lugares vão dando lugar às imposições econômicas das corporações.

Como destacou Oliveira (2010, 2016), sob o capitalismo monopolista mundializado, a agropecuária estrutura-se a partir da formação das empresas monopolistas que controlam a produção agropecuária mundial. Essas se articulam em especial através de dois processos territoriais: a territorialização das corporações e a monopolização do território pelas corporações.

No primeiro caso, as próprias corporações são responsáveis pela realização da produção, enquanto no segundo controlam a produção através de diferentes mecanismos, garantindo que os produtores transfiram a elas não só a produção a baixos preços, mas também grande parte da renda da terra.

Podemos também utilizar Martins (1981) que indicava a existência tanto da sujeição real, quanto da sujeição formal. Nesta segunda situação, os agricultores ao invés de expulsos ou expropriados, permanecem produzindo na terra, mas efetivamente grande parte da renda da terra é transferida para as empresas e as corporações agroindustriais que dominam a produção através de diferentes mecanismos de subordinação. Entre os casos emblemáticos no Brasil podemos citar o da avicultura, da produção de fumo, da pecuária leiteira, entre outras etc. Ou será que alguém imagina que as milhões de galinhas abatidas pela BRF provêm de granjas próprias?

Naturalmente, a territorialização das corporações do agronegócio no espaço agrário e a monopolização deste espaço por tais corporações não se dão sobre o nada, mas sobre formações socioespaciais (Santos, 1977) repletas de vida, de história, de saberes e fazeres seculares. Dessa forma, tais processos se dão através de muitos assassinatos, expulsões, grilagens, expropriações, conflitos por terra e por todos os bens naturais que ela possui (água, minérios, biodiversidade).

Infelizmente, a violência e os conflitos no campo são um traço estrutural da sociedade brasileira e continuam a ocorrer até os dias atuais. São muitos os casos que podem ser citados, mas ficamos com os recentes e violentos ataques com armas de fogo sofridos em 2024 pelos indígenas Guarani-Kaiowás em disputa por território em Dourados (MS), que ocorrem há pelo menos quatro décadas de forma frequente. Lembrando Francisco de Oliveira (2013), no Brasil a 'modernização' se alimenta do atraso.

Tudo isso evidencia, entre outros aspectos, que a difusão do agronegócio se dá com a desterritorialização (Haesbaert, 2004) de milhões de pequenos agricultores, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e uma extensa gama de povos originários, culminando em metamorfoses profundas nas relações sociais de produção no campo. Despossuídos dos principais meios de produção, só resta à grande parte dos desterritorializados do agronegócio tentar vender sua força de trabalho para buscar o básico da sobrevivência, no campo ou na cidade.

Os ditames que regem o atual padrão produtivo rebatem de forma inconteste no modo de realização, organização e gestão do trabalho nas atividades agropecuárias e no crescente uso da força de trabalho assalariado na atividade agropecuária, realidade ainda pouco presente até os anos 1970. Concomitante às mudanças das relações sociais de produção, dá-se também o acirramento da divisão social do trabalho.

Constitui-se ainda um mercado de trabalho agrícola formal que, em um extremo, possui o trabalhador braçal, ao qual só restou a própria força de trabalho, e que passa a residir na cidade, em geral em suas áreas mais periféricas e desassistidas. Seria o que Santos (1988, 1993) chamou de trabalhador agrícola não rural,

que trabalha no campo e mora na cidade e realiza movimentos pendulares entre local de moradia e local de trabalho. Cada dia mais, esse trabalhador tem um trabalho precário e apenas em alguns momentos do ano, a depender das demandas da produção. Na outra ponta desse mercado de trabalho associado ao agronegócio temos o trabalhador extremamente especializado que atende às exigências crescentes de produtos e serviços ultramodernos. Esse trabalhador também reside nas cidades.

Tais processos foram determinantes para novas dinâmicas demográficas no Brasil, especialmente desde os anos 1970, com um muito forte êxodo rural, com significativos contingentes de população rural migrando para as cidades. Somente nas décadas de 1960 e 1970, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram o campo no Brasil. Em parte, esses são os excluídos, os expropriados, os expulsos como resultado da reestruturação produtiva da agropecuária, das mudanças das relações sociais de produção e da difusão do agronegócio.

Num primeiro momento, os movimentos migratórios eram inter-regionais, do campo e cidades menores para as principais metrópoles do país, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, desde meados dos anos 1980, o movimento migratório se dirige também para cidades menores, especialmente cidades de porte médio, e muitas vezes a migração é intrarregional.

Parte desse movimento migratório é realizada, desde esse segundo momento, também por trabalhadores especializados, de origem e vivências urbanas, e não é incomum que realizem o que Santos (1993) destacou como um movimento de migração descendente, ou seja, da cidade maior para uma cidade menor, tal como da metrópole para cidades médias. Em geral estes são os trabalhadores especializados para atender às demandas do agronegócio: o engenheiro geneticista, o veterinário, o piloto de aviação agrícola, o especialista em sementes, o expert em fertilizantes, o vendedor de agrotóxicos, os técnicos das *agtechs*, entre tantos outros. Registramos aqui que entendemos essa divisão social e territorial do trabalho associada ao agronegócio como um dos principais vetores de inúmeras e complexas relações campo-cidade no Brasil que se processam desde a década de 1980.

Lembremos que tudo isso se dá ao mesmo tempo em que a superexploração do trabalho (como nos frigoríficos, no corte de cana etc.) e mesmo com resquícios de trabalho escravo em todo o país, incluso em grandes empresas e corporações do agronegócio, como noticiado todos os anos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quando divulga a lista suja dos empregadores autuados por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Todos os processos supracitados serviram também para a diminuição da importância da terra de trabalho e aumento do seu papel como terra de negócio, como nos falava Martins (1980), e hoje em dia cada vez mais como ativo financeiro, com incremento da financeirização da agricultura desde o início do século XXI.

Urbanização corporativa e fragmentada

Na presente seção temos como objetivo principal demonstrar algumas teses complementares totalmente interligadas que defendemos. A primeira é a de que o agronegócio é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, promovendo a urbanização e a (re)estruturação urbano-regional em várias partes do país (Elias, 2003a, 2022b). Uma segunda é a de que, levando em consideração os usos extremamente predatórios do território pelo agronegócio, a urbanização que promove é responsável pela fragmentação do território nacional, com a formação de regiões produtivas extremamente especializadas na produção de commodities, agrocombustíveis ou alimentos processados (Elias, 2006). Uma terceira tese totalmente inerente às anteriores é a de que comprovado está que a urbanização que o agronegócio promove é uma urbanização calcada em interesses das grandes empresas e corporações e que, portanto, podemos dizer que é uma urbanização corporativa e uma das evidências da forma subordinada e dependente que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho do segmento.

Para desenvolver a seção, adotamos a estratégia de análise a partir dos processos de fragmentação do território e de formação de regiões produtivas especializadas, uma vez que concordamos com Santos (1996) para quem a divisão territorial do trabalho é

uma das categorias analíticas internas do espaço e a região um dos seus principais recortes espaciais, da mesma forma que é por meio do lugar que o mundo pode ser empiricamente percebido e mais bem analisado.

Iniciamos lembrando a noção de produtividade espacial de Santos (1996). Para este autor, os lugares se distinguem por diferentes capacidades de oferecer rentabilidade aos investimentos produtivos. Essa é maior ou menor, em virtude tanto das condições locais de ordem natural e técnica, quanto organizacional (leis, impostos, relações trabalhistas, entre outros). Poderíamos dizer, então, que as distintas condições naturais, somadas às diferentes composições dos sistemas de objetos e sistemas de ação, caracterizariam produtividades espaciais desiguais. [97]

Ainda de acordo com Santos (1979, 1988, 1993, 1996, 2000), a globalização aumentou a dialética entre a ordem global e a ordem local. Assim, a própria globalização econômica produz a fragmentação do território, uma vez que os agentes econômicos hegemônicos atuam de forma extremamente seletiva, ou seja, fazem uso seletivo do espaço, tendendo a buscar os lugares com mais possibilidades de maximizar o lucro e, no caso, melhor extrair a renda da terra, promovendo especializações territoriais produtivas.

Interpretamos que isso explica que, juntamente à dispersão espacial do agronegócio por todo o território brasileiro, tenha se processado um acirramento da divisão territorial do trabalho no segmento, gerando a fragmentação do território e a formação de novos arranjos territoriais produtivos extremamente especializados, aos quais venho chamando de regiões produtivas do agronegócio (Elias, 2006, 2011, 2017b, 2022a,b, 2024).

Diante do exposto, compreendemos que o estudo de tais regiões totalmente associadas às formas de uso do território pelo agronegócio é primordial para nos ajudar a desvelar como se dá a produção do espaço a ele associado, um espaço corporativo. Da mesma forma, nos ajuda a melhor compreender parte da própria economia política da urbanização brasileira dos últimos cinquenta anos. Essa sendo resultado tanto da herança histórica, quanto da economia, da sociedade e do território do agronegócio, consoante particularidades e singularidades do processo geral de urbanização brasileira.

Região produtiva do agronegócio

Explanemos um pouco mais o que chamamos de região produtiva do agronegócio (RPA).[98] Seria um recorte espacial formado por um espaço agrícola extremamente racionalizado e especializado na produção de commodities agrícolas, agrocombustíveis, animais para abate, entre outros, somado a espaços urbanos não metropolitanos (cidades pequenas e cidades médias) com funções especializadas para atender às demandas dessa produção agropecuária e agroindustrial componentes do agronegócio.

Nas RPAs as relações campo-cidade são constantes, complexas, de várias naturezas e intensidades. Os fluxos diários e permanentes de trabalhadores, agrotóxicos, máquinas agrícolas, capital, caminhões de carga etc. entre campo-cidade nas RPAs evidenciam um enfraquecimento da clássica dicotomia campo-cidade. Nessas regiões, parece mais adequado pensar em um continuum, funcionando como uma verdadeira economia de escala,[99] onde a tecnosfera e a psicoesfera, ou seja, a materialidade e a ideologia do agronegócio estão mais desenvolvidas e consolidadas, propiciando maior competitividade aos agentes hegemônicos do agronegócio. [100]

Nas últimas décadas, formaram-se RPAs em todo o território nacional. De maneira geral, são geridas por agentes econômicos exógenos, responsáveis por implantar novos processos econômicos e produtivos, assim como práticas espaciais totalmente associadas aos interesses das empresas e corporações transnacionais do agronegócio e de seus aliados nacionais. Nelas implantam-se sistemas de objetos capazes de conferir maior fluidez ao espaço regional, conectando-o diretamente com os locais de consumo e comando, seja em nível nacional, seja mundial, evidenciando também um verdadeiro curto-circuito da lógica hierárquica clássica da rede urbana.

Posto isso, parece-nos inequívoco que as RPAs constituem regiões onde os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre os meios de produção, as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores, as esferas locais de poder, assim como sobre a produção dos próprios espaços urbanos que as compõem. Isso evidencia que as necessidades das corporações do agronegócio

impactam diretamente não só as formas de produção do espaço agrícola, mas também o espaço urbano e regional.

Importante destacar que a RPA é somente uma parte do território do agronegócio, que se articula diretamente e permanentemente aos centros de poder e consumo em nível nacional e mundial para a acumulação ampliada do capital do agronegócio. Isso indica dizer que nas RPAs as verticalidades, ou seja, as relações extra locais, os interesses externos predominam sobre as horizontalidades, lembrando que, para Santos (1993, 1996), ambas são recortes espaciais do tempo da globalização. Dessa forma, a solidariedade organizacional, ou seja, erigida sob os auspícios dos agentes hegemônicos do agronegócio, prevalece sobre a solidariedade orgânica, aquela localmente e historicamente tecida, que vai sendo, em parte, substituída.

Assim, evidente está que as relações econômicas do agronegócio extrapolam a escala do lugar, da região e mesmo do país, uma vez que seus circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação só se completam associando diferentes lugares do mundo.[101] Faz-se necessário, então, considerar a produção em rede do agronegócio, englobando desde as áreas de produção agropecuária propriamente dita, tais como as nas RPAs, inclusos todos os fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação associados, distribuídos por diferentes países em todos os continentes.

Posto isso, compreendemos que as regiões produtivas do agronegócio nada mais são do que meras regiões do fazer do agronegócio, comandadas por grandes empresas e corporações transnacionais. Se as RPAs são territórios meramente do fazer, óbvio está que há uma dissociação entre elas e os lugares de comando do agronegócio, estes situados notadamente nas metrópoles globais, inclusos na cidade de São Paulo.[102]

Face ao exposto, inequívoco é que as RPAs em nada lembram a forma mais clássica inerente ao conceito de região, à forma como foi por longo período entendida e trabalhada pela Geografia. Na noção clássica de região, essa era dotada de certa autonomia, independente das relações com o restante do país e com o sistema mundial, assim como marcada por certa imobilidade dos fatores de produção, muito fechada em si mesma. Tais características em

nada se assemelham às do que denominamos regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2003a, 2011).

Lembramos ainda que as RPAs, de maneira geral, não obedecem aos limites político-administrativos oficiais, sendo comum uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes unidades da federação (Elias, 2006). Podemos indicar o exemplo hoje mais conhecido de uma RPA, qual seja, o Matopiba, composto por municípios do oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí e partes do Tocantins.

As RPAs devem ser entendidas como regiões funcionais do agronegócio, perpassadas por circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de diferentes *commodities*, cada vez menos resistentes às ingerências dos agentes hegemônicos do agronegócio e aos novos signos do período histórico atual e, assim, um mero lugar para extração de riquezas.[103]

Cidades do agronegócio

A presente seção está alicerçada em tese que defendemos de que é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Para discorrer sobre tal tese, nosso elemento central de análise será sobre o que chamamos de cidades do agronegócio.[104]

Lembremos que uma característica basilar do agronegócio é sua dependência crescente por produtos e serviços modernos e especializados. Isso já indica que o agronegócio não se realiza somente no campo, mas requer relações permanentes e complexas com cidades de diferentes tipos e tamanhos, ou seja, de vários estratos da rede urbana e em diversas escalas geográficas.

Entendemos que podemos falar da existência de uma rede de cidades que participam dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio pelo mundo. As cidades do agronegócio são as cidades mais especializadas no atendimento às demandas do agronegócio e compõem regiões produtivas do agronegócio. São espaços urbanos não metropolitanos que permanentemente estão em interação com os espaços agrícolas extremamente racionalizados que polarizam, assim como com o espaço regional ao qual pertencem.

Seriam um dos elos dessa rede de cidades, no caso o mais subalterno na hierarquia entre as cidades da rede, compondo simples lugares do fazer do agronegócio globalizado. Garantem o atendimento das necessidades mais imediatas para a reprodução do capital do agronegócio, como atividades de gestão local e regional da produção; de produtos e serviços especializados; de mão-de-obra, entre outros. Se são cidades com funções especializadas no atendimento ao agronegócio, isso indica também que as relações com as escalas nacional e internacional são intensas, seja no que tange os mercados consumidores, a gestão global, entre outros.

Segundo Corrêa (2010), a especialização de uma cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas. Assim sendo, como características das cidades do agronegócio concebemos aquelas cujas funções associadas ao agronegócio têm centralidade em suas economias e, assim, constituem-se em elos estruturais de suas relações econômicas, sociais, políticas e territoriais.

Tais especializações das cidades do agronegócio ocorrem porque os agentes hegemônicos do segmento têm poder de impor especializações econômicas e territoriais cada vez mais profundas a esses espaços urbanos não metropolitanos. Em função disso e em virtude de cada *commodity* apresentar necessidades específicas de produtos e serviços (por exemplo, as da soja são diferentes das da cana-de-açúcar, que diferem das do milho que, por sua vez, são distintas das de produção de melão e assim por diante), as cidades do agronegócio são cada vez mais especializadas, a despeito de haver inúmeras similitudes entre elas.

É nas cidades do agronegócio onde residem os trabalhadores agrícolas não rurais; onde estão instaladas as agroindústrias (frigoríficos, esmagadoras de soja, laticínios etc.); onde está parte das indústrias metal-mecânicas voltadas para a agropecuária e a agroindústria; onde estão as lojas de máquinas agrícolas; as empresas imobiliárias rurais; onde ocorrem grandes feiras agropecuárias (Agrishow, Fenasuco, Tecnoshow, Comigo, Expoagro etc.); escritórios de grandes empresas de logística; serviços de consultoria e assistências técnicas variadas (comércio exterior, irrigação, financeira, silagem, fusões e aquisições, formação de agtches etc.).

Tais cidades apresentam importante crescimento tanto do ponto de vista econômico, territorial, quanto demográfico, nas últimas décadas. Algumas cidades com funções fortemente inerentes ao agronegócio são mais antigas e já existiam antes da difusão do agronegócio e encontram-se em permanente processo de (re)estruturação para atender aos interesses da economia e da política do segmento. Santarém (PA), Barreiras (BA), Balsas (MA) e Rondonópolis (MT) são exemplos nesse caso.

Outras, por sua vez, já nascem e crescem como fruto da difusão do agronegócio, do acirramento da divisão social e territorial do trabalho na RPA e das disputas políticas por ele engendradas. A cidade de Luiz Eduardo Magalhães, emancipada no ano de 2000 do antigo distrito do município de Barreiras, na Bahia, é um exemplo para este caso (Elias, 2006). Mas outros vários são possíveis, como algumas das cidades ao longo da BR 163 em Mato Grosso, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, as três sedes de municípios emancipados na segunda metade da década de 1980.

Importante dizer que junto ao agronegócio há uma miríade de outros interesses e processos que ocorrem concomitantemente. O desmembramento do território com a formação de municípios é basilar para a expansão das fronteiras capitalistas e não se encerra com a fragmentação do território, uma vez que a existência do município potencializa, dada sua condição de ente federado, um conjunto de outros processos, tais como estruturação oficial de um poder local (Santos, 2023).[105] Da mesma forma, a própria produção da cidade é um grande negócio, uma vez que reproduz não somente as condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano, mas produz também diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano (Carlos, Volochko, Alvarez, 2015).

À vista disso, quanto mais avançarem as forças capitalistas e mais acirrada estiver a divisão social e territorial do trabalho em uma RPA, maiores as possibilidades da fragmentação de seu território e de a região apresentar cidades com distintos níveis de urbanização e de especialização. Em algumas RPAs observa-se mesmo a existência de certa hierarquia urbana e especialização

funcional entre as cidades que a compõem, sendo que a centralidade urbana principal da região é, em muitos casos, exercida por uma cidade que exerce papéis regionais.

Citemos, por exemplo, o caso da região produtiva do agronegócio polarizada pela cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, indubitavelmente um ícone da economia e do território do agronegócio no Brasil. Ainda em meados da década de 1980, podíamos observar nesta região a existência de diferentes cidades extremamente especializadas, como era o caso de Matão, a 'cidade do suco de laranja', ou Sertãozinho, a 'cidade sucroalcooleira' (Elias, 2003).

Por sua vez, a cidade de Ribeirão Preto, que polarizava amplo espaço agrícola extremamente racionalizado, especializado na produção de algumas importantes *commodities*, além de exercer papéis clássicos de uma cidade com funções regionais, apresentava também centralidade no oferecimento de produtos e serviços modernos voltados ao agronegócio, incluso um escritório regional da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), então a única filial instalada fora da cidade de São Paulo, que rapidamente ganhou destaque nacional, após se instalar na cidade, pelo volume de negócios realizados, especialmente em commodities(Elias, 2003). Dessa forma, consumo consumptivo (Santos, 1988, 1993), inerente às necessidades da população, e consumo produtivo do agronegócio (Elias, 2003, 2022b) movimentam a economia urbana de Ribeirão Preto.[106]

No caso das cidades com papéis regionais que exercem centralidade urbana de RPAs, é comum desempenharem funções clássicas de atendimento às demandas da população, como de saúde, educação e de um conjunto de outros serviços e comércios, que por vezes podem até mascarar a importância do agronegócio na sua própria dinâmica econômica e socioespacial. Ou será que há dúvidas sobre a centralidade do agronegócio para a economia e a produção dos espaços urbanos de cidades como Ribeirão Preto (SP), Uberlândia (MG), Chapecó (SC), Passo Fundo (RS), Sinop (MT), Dourados (MS), Petrolina (PE), Rio Verde (GO), entre outras? (Elias, 2024).

É comum, também, ocorrerem alterações em relação à centralidade urbana exercida na escala da RPA, sendo frequentes as

transferências de liderança entre as cidades. Da mesma forma, não é incomum que a centralidade urbana em uma RPA seja exercida por duas cidades, uma de porte médio e outra menor, como entendemos que é o caso da RPA onde as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA), que comandam ampla região produtiva de grãos nos Cerrados nordestinos, formam a chamada Matopiba (Elias, Pequeno, 2016).

Assim sendo, compõem as regiões produtivas do agronegócio cidades de diferentes níveis de urbanização e de especialização, cidades pequenas e também cidades com papéis regionais, mas todas constituem-se como nós da rede de cidades imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento. Em todas é possível observar, por exemplo, a relação direta e inconteste da economia urbana e da (re)produção do espaço urbano com alguma ou várias das múltiplas atividades inerentes ao agronegócio, sejam agroindustriais, comerciais ou de serviços, inclusos os imobiliários cada vez mais.

As cidades do agronegócio são, por fim, um lugar na cadeia de comando imediato e subalterno da extração das riquezas, da espoliação, em parte exercida pelos próprios agentes locais do agronegócio aliados dos agentes hegemônicos transnacionais. Mas, constituem-se como elos inferiores na hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio globalizado, que reúne das cidades pequenas às cidades globais.

O lugar do comando efetivo do agronegócio se concentra nas principais metrópoles do mundo, o que indica que as cidades globais estão no topo da hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio. É nas cidades globais onde se localizam, por exemplo, as sedes das corporações transnacionais, as matrizes dos fundos de investimento com atuação no setor, as principais bolsas de valores e mercadorias, entre outros (Elias, 2017, 2024).

No Brasil, a cidade de São Paulo é o núcleo da produção moderna, devido a sua maior integração ao sistema de relações globalizadas (Santos, 1990, 1993, 1994b), o que também é válido para o agronegócio. Como exemplo, podemos citar a localização dos escritórios corporativos das 50 maiores empresas do agronegócio no Brasil, uma vez que 50% delas estão localizadas na

cidade de São Paulo (Exame, 2016), tais como nas avenidas Faria Lima e Engenheiro Luiz Carlos Berrini, componentes do principal centro financeiro do país. [107]

Embora seja o epicentro do comando do agronegócio no Brasil, para as corporações transnacionais, a metrópole paulistana é somente um elo subordinado da cadeia de comando dessas corporações, cujos escritórios centrais se localizam em seus países de origem. Isso mostra o quanto os estudos sobre o agronegócio devem ser não só intersetoriais, mas também multiescalares (Elias, 2017).

Assim, a rede de cidades do agronegócio deixa muito evidente em uma ponta as cidades do agronegócio, meras cidades do fazer, da espoliação, da extração das riquezas do povo brasileiro, apesar de todo dinamismo econômico que possam ter; e, no outro extremo, as cidades globais, o efetivo lugar do comando.[108]

Podemos concluir também que as relações do agronegócio se dão provocando um curto-circuito na rede urbana, quebrando completamente os esquemas clássicos de hierarquia urbana válidos até os anos 1980, já que uma pequena cidade do agronegócio no Piauí pode manter relações diretas, por exemplo, com a Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA) ou com a Shanghai Stock Exchange, a maior bolsa da China.

Para finalizar, diríamos que as regiões produtivas e as cidades do agronegócio são especializadas na produção e transformação de commodities agrícolas, com predominância dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da economia e da sociedade do agronegócio. Evidenciam, assim, a produção de espaços corporativos, criados para atender aos interesses dos agentes hegemônicos do agronegócio, que influenciam não só na produção do espaço agrário, mas também na do urbano e regional.

Se de um lado as regiões produtivas e cidades do agronegócio possuem economias muito dinâmicas, de outro elas têm no aumento das desigualdades socioespaciais outros de seus traços basilares, revelando novas faces da pobreza estrutural do Brasil e, efetivamente, o reverso do direito à cidade para todos.

Nas cidades do agronegócio é possível identificar vários processos que se relacionam diretamente à forma desigual

como se dá a urbanização no país como um todo. Reproduzem os mesmos problemas urbanos de todas as demais cidades do país. São exemplos de riqueza cada vez mais concentrada e de pobreza e exclusão cada vez mais difundidas e materializadas em espaços segregados e desiguais, sendo que muitas já nascem segregadas. Desse modo, concluímos que regiões produtivas e cidades do agronegócio são os espaços da exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais.[109]

Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico pode ser considerado como um híbrido formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em permanente movimento. Ainda em conformidade com o mesmo autor, entre as categorias analíticas internas do espaço, temos as formas-conteúdo, sendo que uma forma não tem existência empírica e filosófica se a consideramos separadamente do conteúdo e esse só pode existir juntamente com a forma que o abrigou. Assim, a produção e a reprodução do espaço podem ser vistas como uma sucessão ininterrupta de formas-conteúdo, um traço dinâmico central de sua ontologia.

Consideramos, então, que as regiões produtivas e as cidades do agronegócio são a forma-conteúdo mais acabada da difusão do agronegócio no Brasil. Sendo assim, apreendemos que tais recortes espaciais são possibilidades de analisar, muito claramente, algumas das formas de inserção subordinada do país na economia e no consumo globalizados e, dessa forma, auxiliar-nos a avançar na compreensão de algumas das novas faces da dependência que se processam no Brasil na fase atual do capitalismo.

Isso indica, como explicitamos em outros momentos (Elias, 2002, 2003, 2006, 2022), que a difusão do agronegócio é espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora. Tem gerado ainda mais concentração fundiária, destruição da biodiversidade, concentração de riquezas, incremento da pobreza estrutural e das desigualdades socioespaciais, exacerbado os conflitos no campo, entre tantas outras mazelas.

Agronegócio: novas e velhas faces da dependência

Gostaríamos ainda de citar, mesmo que brevemente, alguns outros aspectos ou consequências inerentes ao agronegócio que avaliamos e que se associam ao que Guilherme Delgado (2012) chamou de um novo ciclo da economia política no Brasil desde os anos 2000.

Um dos que nos parece merecer, ao menos, ser indicado é o que vem sendo chamado reprimarização da economia brasileira. Hoje, grande parte das áreas plantadas no Brasil estão produzindo algumas poucas commodities agrícolas (soja, milho, carnes processadas, algodão, café, açúcar). São tais produtos que predominam na pauta de exportações, em detrimento de produtos industrializados de maior valor agregado. O tema desperta polêmicas entre os estudiosos. Mas independente delas, os impactos negativos são inegáveis para a economia e o território nacionais. Para Cano (2012), a magnitude desse processo fragiliza o país e compromete sua economia, além de contribuir enormemente para uma regressão qualitativa do comércio internacional do Brasil, ao ponto de chegarmos ao que vem se convencionando chamar de reprimarização da pauta de exportações.

A difusão do agronegócio no Brasil reforçou também um traço estrutural da sociedade e do território brasileiros, qual seja, a desigual distribuição da terra, caracterizada por uma estrutura fundiária excessivamente concentrada. E a situação só se agrava, com parte do patrimônio de toda a população brasileira transformando-se em propriedade de grandes empresas, corporações e fundos de investimentos, muitos transnacionais, afastando cada vez mais a terra de cumprir sua função social e ambiental, como consta na Constituição Federal de 1988. Além disso, uma parcela significativa dessa posse se processa de forma extremamente violenta e ilegal através da grilagem.[110]

O acesso privado à terra garantido por lei desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a grilagem, a não realização de reforma agrária e a manutenção dos latifúndios continuam a ser problemas estruturais da sociedade brasileira e determinantes

para a situação econômica, social, política, territorial e de catástrofe ambiental que vivemos hoje no Brasil. E a situação continua a piorar com o incremento da estrangeirização das terras em curso no Brasil. Por meio de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Giovanaz (2021) mostrou que hoje o Brasil possui milhões de hectares de terras agriculturáveis nas mãos de estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, ou empresas brasileiras equiparadas, com sócios estrangeiros. E esses números estão subestimados, já que não contemplam as terras adquiridas por meio de fraudes ou artimanhas jurídicas. [111]

As chamadas áreas de fronteira agrícola ou os lugares de reserva' como mais utilizamos, que vêm sendo ocupados pelo agronegócio mais intensamente nas três últimas décadas, tais como as dos Cerrados nordestinos, da Amazônia e do Semiárido, se destacam entre as grandes aquisições de terras feitas por estrangeiros.[112]

Vivemos, assim, um eterno círculo vicioso que tem sido muito avivado: mais financeirização da agropecuária e mais investimentos estrangeiros implicam em mais grilagem. Tudo isso intensifica a corrida por terras, ampliando a concentração fundiária e os preços das terras. Assim, a terra tende a ser avaliada cada vez mais pelo seu valor de troca e menos pelo seu valor de uso, conforme a clássica formulação desenvolvida por Marx, e cada vez mais vem sendo também transformada em ativo financeiro, para utilizar alguns dos principais preceitos do neoliberalismo bastante em voga.[113]

No Brasil, a terra sempre foi motivo de cobiça, alimentando a grilagem e a violência no campo, ou seja, a questão fundiária está no centro dos muitos e violentos conflitos, no campo e também na cidade. Mas esse processo se acirrou sobremaneira com a financeirização da agricultura e ganhou novos contornos desde o golpe parlamentar que destituiu a Presidenta Dilma Roussef, em agosto de 2016. Nesse momento, os mandatários à frente do executivo federal empoderaram grileiros, madeireiros e garimpeiros, que passaram a agir mais livremente. O legislativo, por sua vez, tem promulgado leis que favorecem os conflitos, facilitando a legalização da grilagem, a financeirização da agricultura, a posse e o porte de armas de fogo pela população, entre outras.

A condição se agravou com a pandemia de Covid-19, decretada em meados de março de 2020, de modo que esses agentes aproveitaram para "passar a boiada"[114] de forma ainda mais efetiva e violenta, aumentando exponencialmente os conflitos no campo, a grilagem de terras públicas, a pistolagem, os assassinatos de militantes de movimentos sociais, ambientalistas, religiosos e indígenas e os incêndios criminosos. Parte da metodologia para a posse ilegal de terras consiste em colocar fogo e ocupar, para depois buscar a regularização fundiária.

Outro aspecto a ser lembrado com o novo ciclo da economia política do agronegócio no Brasil é a metamorfose radical dos padrões de produção e consumo de alimentos e dos hábitos alimentares. Se, ainda na década de 1960, o Brasil tinha um consumo alimentar predominantemente baseado em alimentos *in natura* ou minimamente processados, a partir das décadas de 1980 e de 1990, de forma definitiva, os alimentos industrializados, cada vez mais ultraprocessados, alcançaram um papel predominante na dieta dos brasileiros.

Os impactos na saúde das pessoas são profundos ao promover um sistema alimentar baseado em uma agropecuária calcada em um pacote tecnológico dependente massivamente de sementes transgênicas, hormônios, agrotóxicos (a grande maioria já de uso proibido em países da União Europeia) e por produzir alimentos cada vez mais industrializados ultraprocessados, com níveis crescentes de insumos artificiais. Tudo isso tem aumentado assustadoramente as doenças crônicas não transmissíveis.[115]

Além do problema da qualidade da alimentação, o Brasil se destaca também pela forte concentração econômica existente na produção dos alimentos industrializados, assim como na sua distribuição. A concentração no ramo da agroindústria alimentar está entre as maiores no mundo, uma vez que cerca de 65% das compras de produtos alimentares de uma família são produzidos por somente dez corporações.

No que tange à distribuição dos alimentos, as antigas quitandas, mercadinhos de bairro, feiras livres vêm sendo substituídos pelas redes de supermercados, que hoje respondem por mais da metade do total dos alimentos comercializados nas principais

cidades brasileiras. Conforme o ranking da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2020), quatro redes dominam o mercado brasileiro, sendo que a principal, o Carrefour, controla cerca de 30% do mercado. Portanto, algumas poucas corporações do segmento da agroindústria alimentar e de redes de supermercados cada vez mais definem o que comemos e têm controle quase absoluto sobre os preços dos alimentos.

E no âmago de tudo isso temos o fato de o alimento ser tratado não como um direito social como consta na Constituição, mas como uma mercadoria cujo propósito primordial é auferir lucro. Assim, paralelamente ao crescimento da produção e da produtividade do agronegócio, do aumento da produção de alimentos ultraprocessados, temos o crescimento do número de pessoas sem acesso à alimentação, com o aumento da fome no Brasil, evidenciando que tais processos são faces de uma mesma moeda (Elias, 2021). Atualmente, cerca de metade dos brasileiros vive em situação de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022), uma forma 'elegante' para expressar que as pessoas não conseguem fazer três refeições básicas por dia, apesar de os agentes do agronegócio alardearem que são responsáveis por alimentar o mundo, quando a verdade é que, em função de o lucro ser maior na produção para exportação, deixam de alimentar a população brasileira.[116]

Importante citar também o que Pompeia (2020) chamou de concertação política do agronegócio, que resultou num novo padrão nas relações entre os agentes privados hegemônicos do agronegócio com o Estado, assim como numa nova conformação de ação política. Essa opera não só em ações para a produção em si, mas também naquelas que estruturam a ação política para operar no âmbito de questões mais amplas como a ambiental, a indígena e a trabalhista. Como diz Pompeia, tem-se a concertação como situação na qual agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com vistas a encontrar consensos, uma forma de coalizão para alavancar os objetivos comuns.

Para além das instituições tradicionais, temos à frente dessa concertação política do agronegócio, as corporações do agronegócio e a Frente Parlamentar da Agropecuária, além de um agente importante que resulta dessa concertação, que é o Instituto Pensar

Agro, oficializado em 2011, que formula as políticas e estratégias do agronegócio, incluso da chamada Bancada Ruralista do Congresso Nacional.

Sempre gostamos de lembrar que a Bancada Ruralista do Congresso Nacional compôs cerca de 50% dos votos do impeachment da presidenta Dilma em 2016; da mesma forma que os agentes do agronegócio estão entre os pilares da eleição de Bolsonaro em 2018, assim como representaram um dos sustentáculos de seu governo (ELIAS, 2021).[117]

Por sua vez, defendemos que uma das mais importantes ações da concertação política do agronegócio no Brasil foi a produção da psicoesfera do agronegócio (Elias, 2021a, 2022d, 2023, 2024b), ou seja, a construção de uma ideologia favorável ao mesmo. E a psicoesfera do agronegócio vem obtendo bastante sucesso, produzindo o que temos chamado de mitos do agronegócio que representam verdadeiros nós para que a economia, a sociedade e o território se libertem do mesmo (Elias, 2018, 2021a, 2024b).[118]

Entre os mais difundidos mitos, temos o de que o agronegócio tem compromisso com a construção de um projeto de Nação; de que é responsável pela segurança e soberania alimentar do país; de que é independente do Estado; de que promove distribuição de renda; de que o modelo do agronegócio é o único possível para o país; de que os alimentos ultraprocessados não fazem mal à saúde; de que a ocupação das fronteiras agrícolas é toda feita em bases legais; de que o agronegócio traz paz para o campo; de que ele alimenta o mundo e acabaria com a fome no Brasil; de que é ambientalmente sustentável; de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde do homem e do meio ambiente; de que o agronegócio promove uma urbanização que traz benesses para todos (Elias, 2024b).

Vários agentes da indústria cultural brasileira são atuantes nesse sentido e muitos exemplos na construção desse caminho nas últimas décadas podem ser citados. Mas, indubitavelmente, poucos tiveram o alcance e atingiram tanto sucesso como a gigantesca operação publicitária, lançada em rede nacional de televisão, via Rede Globo de Televisão, intitulada o *Agro é Tech,*

Agro é Pop, Agro é tudo. A campanha foi lançada em meados de 2016 e continua vigente até o momento e tem conseguido efetivamente criar um imaginário favorável ao agronegócio. Parece-nos que uma ação contra hegemônica para descolonizar o imaginário social coletivo seria repetir que o agro é fogo, o agro é veneno, o agro é morte dos povos originários, o agro é fome... (Elias, 2021a, 2023, 2024b).

Assim, entendemos que a psicoesfera do agronegócio, com ampla criação de mitos sobre o mesmo, conseguiu criar o agronegócio como um "produto" que vem sendo consumido por grande parte da população brasileira. Avaliamos que a psicoesfera do agronegócio foi capaz de produzir um consumidor mais-que-perfeito para o agronegócio brasileiro (Elias, 2024b).[119]

Embora seja possível apresentar outros aspectos do novo ciclo da economia política do Brasil que tem no agronegócio um de seus pilares, terminaremos com a corrupção normativa (Elias, 2023, 2024b). Do que se trata: seria um esforço das forças hegemônicas do agronegócio, através de seus representantes no executivo, no legislativo e mesmo no judiciário, que agem no sentido de elaborar e promulgar um conjunto de leis para normatizar e regular muita coisa que até então era ilegal.[120]

Há um conjunto de ações no legislativo que começaram a ser formuladas ainda no governo Michel Temer (31/08/2016 a 31/10/2018) e que foram adiante com Jair Messias Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2022) e seus ministros, principalmente da Agricultura, da Economia e do Meio Ambiente. Podemos citar por exemplo: a desburocratização para a posse e porte de armas de fogo, quase uma autorização para matar, agravando conflitos no campo e nas cidades; o Projeto de Lei (PL) da Criminalização dos Movimentos Sociais (Elias, 2021); a Medida Provisória (MP) 886/2019, que transfere a identificação e demarcação de terras indígenas (TIs) para a alçada do Ministério da Agricultura; o Projeto de Lei (PL) no 191/2020 que autoriza a exploração de mineração, pecuária, recursos hídricos em Terras Indígenas; a transferência do processo de regularização de terras griladas aos municípios, com o programa Titula Brasil. Ademais, a PL da Grilagem (PL 2633/2020), já aprovada pela Câmara dos Deputados – que

versa sobre regularização fundiária que soma um conjunto de processos que já estão incrementando e fortalecendo a grilagem de terras –é praticamente um incentivo às invasões de terra, uma vez que promove a anistia aos invasores, privatiza terras públicas, estimula a continuidade das ocupações ilegais, com enorme potencial de aumentar o desmatamento, como já está acontecendo de forma desastrosa desde 2019 e bate recorde atrás de recorde do número de queimadas na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado, colocando sob risco a existência dos mesmos. Tais PLs e MPs caminham com maior ou menor velocidade. Mas o importante aqui é evidenciar o processo permanente da corrupção normativa.

Considerações finais

Diante de todo o exposto, diríamos que o agronegócio é uma catástrofe para o Brasil, um verdadeiro entrave para avançarmos na construção de um projeto de nação, um obstáculo para a reconstrução e a transformação do país rumo ao amadurecimento da democracia. Compreendemos, assim, o agronegócio como uma evidência importante da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. Sua difusão no país manteve intocados ou mesmo intensificou alguns dos traços estruturais da sociedade brasileira, como as estruturas de poder e o patrimonialismo.

A desconstrução dos muitos mitos criados sobre o agronegócio é urgente, visto que funcionam como verdadeiros nós estruturais da sociedade brasileira e permitem o uso corporativo do território brasileiro livremente pelos agentes hegemônicos do agronegócio, que se apropriam dos bens naturais de toda a população brasileira e os transformam em mercadorias. Assim, o que existe de "moderno" é totalmente fundamentado em velhas e novas formas de apropriação da natureza. Isso corrobora para justificar o termo de neoextrativismo (SYMPA, 2019) ao se explicar a economia política da urbanização brasileira das últimas décadas.

Por tudo até aqui discutido, o tecido social no país está totalmente esgarçado e a exclusão de milhões de brasileiros, o patrimonialismo e a manutenção da cultura do privilégio determinam,

cada vez mais, a forma de as relações sociais se processarem no Brasil, inibindo a construção de relações de reciprocidade e de uma sociedade de direitos. Isso reflete em situações que temos vivenciado em nosso cotidiano, como tensão social, violência e banalização da vida humana.

Precisamos pensar os caminhos possíveis ao enfrentamento da catástrofe que a economia, a política, a sociedade e os territórios do agronegócio vêm promovendo no Brasil. A desconstrução urgente dos mitos do agronegócio é, sem dúvida, um deles, visto que funcionam como verdadeiros nós estruturais da sociedade brasileira no atual período histórico. Inspirados no artigo de Ermínia Maricato (2008), "O nó da terra", pareceu-nos uma boa metáfora afirmar que o agronegócio possui um conjunto de nós que o sustentam e que precisam ser desatados o mais rápido possível.

Considerando as escalas de ação, os aspectos políticos e o alcance espacial das práticas dos agentes hegemônicos do agronegócio no Brasil, diríamos que se faz necessário desatar o nó da terra; o nó do pacto político do agronegócio; o nó da simbiose entre o Estado e os agentes do agronegócio; o nó da psicoesfera do agronegócio; o nó do desmonte, da desconstrução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar; o nó da corrupção normativa; o nó da financeirização da agricultura; o nó do alimento como mercadoria; o nó da concentração econômica com a formação de corporações agroindustriais alimentares e de supermercados; o nó da monocultura e da pecuária intensiva e, naturalmente, o nó da urbanização corporativa e fragmentada e da produção de cidades do agronegócio (Elias, 2021a, 2022d, 2023).

CAPÍTULO 12

Grandes investimentos, dependência e conflitos socioespaciais no território petrolífero: o Estado do Rio de Janeiro

José Luis Vianna da Cruz
Joseane Souza
Denise Cunha Tavares Terra

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro-ERJ vem, desde meados da década de 1990, revertendo um longo período de estagnação e declínio econômico, ocorridos da década de 1970 à de 1990 (OLIVEIRA, 2008, p. 47), quando chegou a perder, em alguns momentos, a segunda posição no ranking dos estados com maior PIB, para o Estado de Minas Gerais. A transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em 1961, a polarização de São Paulo na industrialização, a crise econômica dos anos 1980/1990, produziram um esvaziamento do parque industrial tradicional e o esgotamento da agricultura e da agroindústria tradicionais, punidas por seu baixo nível de modernização e competitividade. A economia fluminense manteve a sua concentração na capital, Rio de Janeiro, e na Região Metropolitana-RMRJ. O parque industrial tradicional consistia, principalmente, na indústria de base e

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_012

de produtos industriais intermediários, assim como de bens não duráveis. No entanto, paralelamente, ao final dos anos 1970 o ERJ iniciou a produção *offshore* de petróleo & gás, que veio a representar quase 90% da produção nacional de óleo, em meados da primeira década do século XXI, no litoral norte, confrontante principalmente com a mesorregião Norte Fluminense-RNF, esvaziada economicamente, com o declínio do ciclo da cana de açúcar.

Além do Complexo extrativista na RNF o estado também possui um dos três maiores complexos petroquímicos do país, na produção de petroquímicos básicos – a REDUC, na RMRJ, criado em 1961. A ele vem se somar um Complexo de beneficiamento de gás natural, o polo GasLub, em construção, também na RMRJ, bem como um complexo da indústria naval, na Baía da Guanabara. Essa teve um período de declínio entre a década de 80 até 2007, quando foi recuperada por uma política federal de encomendas para a indústria petrolífera. Todavia, encontra-se em crise, novamente, desde 2015, dados os problemas enfrentados pela Petrobras, sua maior cliente, e ao desmonte da Política Nacional de Conteúdo Local (Lumbreras, 2020); bem como, ainda, devido à retração do mercado internacional de petróleo, entre 2015 e 2018. O atual governo do Partido dos Trabalhadores (PT) anuncia novas encomendas da indústria petrolífera, para revitalizar o complexo industrial naval. São esses os principais componentes da cadeia da indústria petrolífera no ERJ. A extração petrolífera gerou rendas, em *royalties* e participações especiais, de elevadíssima monta para o Estado do Rio e para uma dezena de municípios privilegiados, particularmente a partir de 1998. A Petrobras detinha o monopólio estatal da exploração e produção, até 1997, quando foi extinto por lei federal.

Paralelamente, a partir da segunda metade da década de 1990 foi implantado um Complexo da Indústria Automotiva, na região Sul Fluminense-RSF, nos municípios de Resende e Porto Real (Silva, 2012; Castelo, 2024). O complexo de E&P de petróleo e gás, na RNF, e o complexo da indústria automotiva da RSF, representam uma relativa descentralização/interiorização da indústria, fora da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) (Silva, 2012).

A partir da segunda metade da década de 2000, um conjunto de Grandes Investimentos-GIs, espalhados por parte do seu território – principalmente no interior – projetados e em operação, vem provocando profundas transformações nas configurações urbano-regionais da dinâmica espacial estadual. Os GIs são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído (Piquet, 1993). Esses investimentos, no ERJ, podem ser tipificados como: i) de infraestrutura urbana: habitação e saneamento, principalmente; ii) de infraestrutura econômica: rodovias, ferrovias, dutos, portos e terminais portuários, e aeroportos, principalmente; iii) industriais: complexo de extração e produção de petróleo e gás-E&P; complexo petroquímico e gás-químico; complexo metalmecânico e siderúrgico; complexo automotivo; e iv) turísticos: infraestrutura e equipamentos urbanos voltados para grandes eventos esportivos internacionais e entretenimento, na capital, Rio de Janeiro. Os investimentos dos três primeiros grupos se dão majoritariamente no interior, fora do município da capital, incluindo municípios da RMRJ (Cruz, 2016).

Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, isoladamente ou em parcerias com o capital privado, e se inscrevem na estratégia de inserção do Brasil na economia internacional. Esta inserção se dá: pela consolidação da produção agropecuária, agroindustrial e mineral, para exportação, com uma pauta variada; pela produção de insumos e bens industriais intermediários; e pela reestruturação e nova rodada de expansão, para a periferia, da indústria automobilística internacional (Cruz, 2016).

A partir dos três primeiros governos do Partido dos Trabalhadores-PT, 2003-2014, o país tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de produtos minerais e agroindustriais. O ERJ vem participando dessa estratégia como corredor de exportações.

A crise internacional de 2008 e a consequente desaceleração da economia mundial, atingiram o país de forma mais dura a partir de 2014, com a queda vertiginosa dos preços internacionais do barril de petróleo e com a desaceleração no crescimento eco-

nômico da China. Isso produziu fortes impactos na cadeia de fornecimento a esse segmento, bem como na demanda internacional pelas principais *commodities* da pauta de exportações. Até então, o Governo Federal implementara um conjunto de políticas anticíclicas, de corte keynesiano, que conseguiram manter estáveis o crescimento econômico, o consumo, o emprego e a renda, através de estímulos ao crédito popular, de políticas de transferência de renda e de aumentos reais do salário-mínimo, de subsídios a segmentos empresariais e de encomendas de governo ao setor privado. O PAC-Programa de Aceleração do Crescimento- I e II, o Bolsa-Família, o Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida-PMCMV e a política de constituição de *players* mundiais pelo BNDES são exemplos.

A crise brasileira desse período atingiu gravemente o ERJ, cuja economia tornara-se altamente dependente da indústria do petróleo – cerca de 33%, em 2014, conforme declaração do secretário estadual Júlio Bueno, em 4/01/2015 (Associação Comercial do Rio de Janeiro-ACRJ, 2015) – e, particularmente, das suas rendas, concentradas no orçamento estadual e em uma dúzia dos seus 92 municípios. Em entrevista ao jornal Valor, no dia 14/05/2015 (p. A14), o governador Pezão disse que, "incluindo estaleiros, fábrica de sonda, toda a cadeia produtiva representa 33% do PIB estadual" (Pessanha, 2015). Com 8,4% da população e 11,2% do PIB do país, o ERJ recebia, em 2008, 75,4% das *rendas petrolíferas,* que consistiam em *royalties* e participações especiais, referentes a um percentual adicional nos poços mais rentáveis (Gobetti, 2011).

Desde 2010, entretanto, a produção do petróleo extraído da camada do pré-sal da Bacia de Santos vem deslocando o centro da produção para o litoral norte de São Paulo-SP, e parte do litoral do ERJ, diminuindo, em parte a participação deste na produção e nas rendas. A partir de 2018 vem ocorrendo gradativa recuperação dos preços internacionais, embora os poços do Norte Fluminense-NF estejam em estágio de maturação, necessitando de investimentos para recuperarem, alguns deles, parte da sua produção, o que vem acontecendo com a venda a petroleiras de médio e pequeno porte e do anúncio de investimentos da Petrobras, ao mesmo tempo que ocorre o descomissionamento dos poços cuja recuperação produtiva se mostra inviável economicamente (ANP, 2024).

Independente da crise mundial que atingiu o país e, no caso particular aqui analisado, o ERJ, há um debate acerca das opções nacionais de políticas e ações voltadas para o crescimento econômico, caracterizadas como constituintes de um modelo de reprimarização da economia, apoiado no extrativismo e na exportação de produtos primários e semi-industrializados, uma forma de integração na DIT que aprofunda a dependência estrutural.

A discussão extrapola as fronteiras nacionais e assume centralidade na discussão internacional sobre o desenvolvimento dos países periféricos, emergentes, de baixa industrialização, dependentes, ou subdesenvolvidos, nas atuais condições da reprodução ampliada do capital à escala global, sob o domínio do capital financeiro especulativo e fictício, que impõe políticas neoliberais, ainda mais concentradoras e centralizadoras, articuladas a restrições dos direitos, da cidadania e da democracia. Os fundos de investimento, quando detêm ativos reais, orientam sua gestão, para além dos lucros, pelo percentual dos dividendos que retornam a seus cotistas; subordinam as atividades produtivas reais ao rentismo (Pessanha, 2019), o que reforça processos de destituição/despossessão/espoliação de meios de produção, de trabalho e de vida (Harvey, 2005).

Capital e tecnologia se concentram cada vez mais e a escala de reprodução é crescentemente global. As consequências geopolíticas se expressam no agravamento de tensões localizadas, orientadas pelos interesses das maiores potências internacionais por fontes de energia, de força de trabalho excedente e de matérias-primas e insumos estratégicos para a acumulação capitalista, desencadeando processos de espoliação considerados como característicos de uma permanente acumulação primitiva, de reposição das condições de produção, pela destituição dos meios de produção e de vida, provocando profundos conflitos sociais, com deslocamentos forçados de populações (Harvey, 2005; Brandão, 2010).

São eles um GI extrativista, o Complexo de Exploração e Produção-E&P *offshore* de Petróleo e Gás da Bacia de Campos e um GI em Infraestrutura de circulação de mercadorias, vinculado ao perfil primário-exportador, o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açu-CLIPA, localizados na mesorregião NF, onde se encontra a Bacia Petrolífera de Campos.

O megaporto do Açu, um porto-indústria, possui suas atividades ancoradas no apoio às atividades de E&P de petróleo e gás *offshore* e na exportação de minério de ferro e de petróleo. Conta com instalações para operar com contêineres e granéis sólidos e líquidos, uma grande retroárea e um DI-Distrito Industrial anexo, constituindo um Complexo de Logística Portuária e de atividades Industriais, embora esta última ainda esteja apenas na fase inicial. Atualmente, amplia sua estratégia de negócios para a transição energética, através de atividades ligadas à utilização do gás natural, da energia eólica e de hidrogênio verde (Porto do Açu, 2024).

Apesar da área de influência territorial dos dois GI estender-se até a RMRJ, este capítulo se atém aos dados sobre o NF, região de influência mais imediata, por sediar os investimentos diretos em capital fixo dos GI em tela. Isto se deve, não somente aos limites de espaço deste capítulo, mas, principalmente, pelo fato de que os dados apontados são suficientes para compreender, a partir de um caso territorialmente delimitado, os impactos socioespaciais e urbano-regionais dos investimentos profundamente vinculados à natureza da participação brasileira no mercado mundial de *commodities*.

A figura 1 apresenta a divisão regional do ERJ, permitindo identificar a RNF, onde se encontram as sedes das instalações territoriais dos dois GIs.

As questões para cujo debate este trabalho pretende contribuir são: i) quais os impactos que o modelo de GI em produção extrativista e em logística portuária, vinculado ao novo padrão de integração internacional da economia brasileira, produzem nas estruturas e dinâmicas socioespaciais locais e regionais? E, ii) Quais as contribuições dessa reflexão para tratar a questão das novas configurações da dependência nos países periféricos?

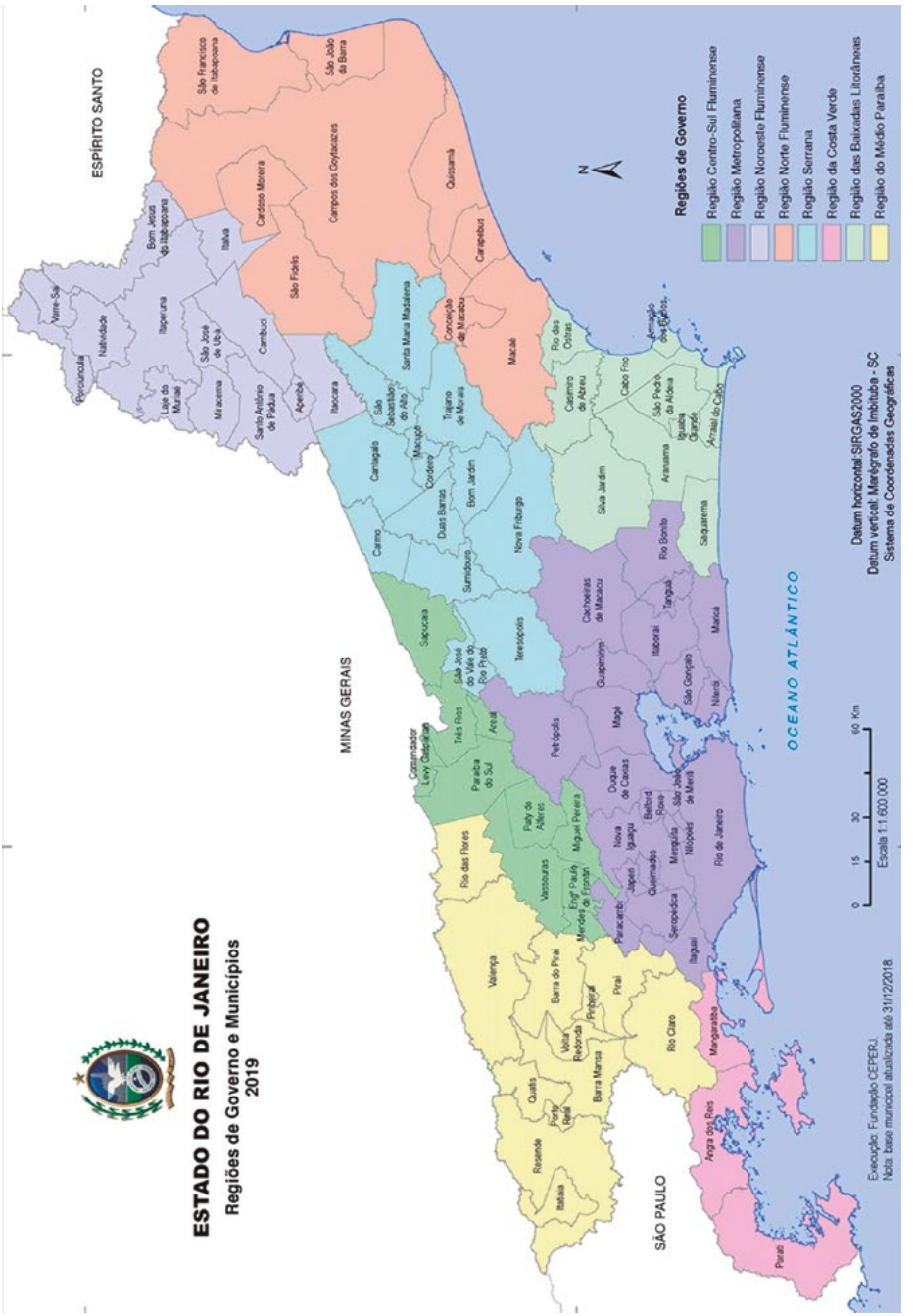


Figura 1 – Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões

Na Seção 2, a seguir, será traçado um breve perfil da dinâmica capitalista contemporânea, no que diz respeito ao papel dos países de capitalismo periférico, detendo-se, no caso da AL, na nova DIT, e, no caso brasileiro, analisado através dos aspectos ligados aos investimentos selecionados. A Seção 3 analisa os casos pesquisados, através de indicadores selecionados e do relato de três casos de conflitos que ilustram a perspectiva de análise adotada. A Seção 4 apresentará uma Síntese Conclusiva, elencando as possíveis contribuições para o debate acerca dos impactos socioespaciais decorrentes da dinâmica do atual padrão de desenvolvimento da economia brasileira.

A nova ordem capitalista e a inserção da periferia: América Latina e Brasil

Após cerca de três décadas de hegemonia neoliberal no comando da economia e da política mundiais, bem como da produção de subjetividades, com variações relativas aos blocos de países europeus, africanos, asiáticos e das Américas, há uma percepção, reforçada por pesquisas e relatórios de instituições multilaterais, de assessoria e consultoria (Pikety, 2014), de que houve um aumento das desigualdades sociais e de renda, a multiplicação dos espaços periféricos inclusive nos países centrais.

Assim como houve um aumento e aceleração da concentração de capitais, uma radicalização e aprofundamento da hierarquia entre nações, um agravamento, em escala mundial, incluindo os países centrais, do desemprego estrutural/tecnológico, da precarização do trabalho, das barreiras às entradas de capitais nos segmentos mais rentáveis e tecnológicos, bem como um crescente descrédito nas instituições e nas regras do jogo democrático, além das perdas dos direitos de cidadania conquistados no âmbito do Bem-Estar Social. Em suma, o saldo de três décadas de globalização é um mundo mais injusto, mais apartado, mais seletivo, mais violento e mais fragilizado politicamente.

Há uma megaconcentração de capitais, subordinados à dinâmica dos capitais fictícios, rentistas, que, agregados em

megafundos financeiros (Pessanha, 2019), respondem pela propriedade dos ativos que regem o ritmo, a direção e o sentido da economia mundial, subordinados à elevação exponencial dos dividendos dos cotistas. Uma das características do comando dos fundos de investimentos é que, através da participação acionária e financeira, conseguem assentos nos Conselhos de Administração das corporações e *holdings* de um mesmo setor, ramo e segmento, resultando no que alguns autores denominam "capitalismo de laços" (Lazzarini, 2011), que neutraliza a concorrência e permite uma nova forma de organização de cartéis. Ocorre a reiteração dos oligopólios e monopólios em segmentos estratégicos para a reprodução ampliada dos capitais, como aponta o Quadro 1.

Quadro 1 – Grandes empresas e participação no mercado mundial*

Setor	Nº de Empresas	% do mercado
Equipamentos Agrícolas	3	69
Farmacêutica	10	69
Computadores pessoais	4	55
Equipamentos de telefonia móvel	3	77
Automóveis	10	77
Aviões comerciais de grande porte	2	100

Fonte: Financial Times *apud* Nolan & Zhang (2010). P Nolan, J Zhang - New Left Review, 2010. Nolan, Peter, and Jin Zhang. "Global competition after the financial crisis." *New Left Review* 64.7-8 (2010): 97-108. *Setores selecionados, 2009

Percebe-se, na Tabela 1, que a concentração na área dos equipamentos agrícolas torna as economias periféricas, como as da América Latina-AL – fortemente apoiadas na exportação de produtos agrícolas – vulneráveis ao controle tecnológico externo às nações, não bastasse o controle das *traders* transnacionais. Ferramentas estratégicas para a acumulação do capital à escala global, como a indústria da computação e da telefonia móvel, também são controladas por poucos grupos.

A adoção, muitas vezes através de imposição – exercida em regimes de Estado de Exceção e de hipertrofia do Poder Executivo nacional (Agamben, 2015) – de políticas de recorte neoliberal, com adaptações nacionais decorrentes das relações

de forças, da história, da cultura e da sociabilidade locais/nacionais, tem sido assimétrica, entre países que sediam os principais capitais e agentes corporativos, de um lado; e, de outro, países sem força para traçarem, com autonomia, políticas de integração soberanas na economia globalizada. Os expedientes neoliberais de flexibilização e desregulação dos regimes fiscal, de produção e de circulação de mercadorias, bem como de retrocesso na provisão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, à escala planetária, promovem uma Divisão Internacional do Trabalho-DIT radicalizada, em termos das especializações produtivas, regressivas nos países dependentes periféricos, ao custo da desindustrialização e de atualização da acumulação primitiva (Brandão, 2010; Harvey, 2005; Ribeiro, 2020), numa atualização dos termos clássicos da dependência.

Os centros nacionais dos capitais financeiros e corporativos especializam-se em indústrias e serviços sofisticados, de alta densidade tecnológica, na economia "limpa", em processos "pós-fordistas" e na "economia do conhecimento", enquanto os países fora dos centros de decisão e de concentração dos capitais especializam-se na produção de bens primários e intermediários – minerais, agroindustriais, siderúrgicos, entre outros; ou, na "indústria suja". O aspecto central a ser considerado nessa ordem econômica é que os segmentos estratégicos são controlados por poucos capitais de escala global refugiados em fundos financeiros de natureza especulativa. As tecnologias mais importantes para a economia capitalista também estão concentradas e controladas pelos fundos de investimento globais. É importante esse registro para se pensar nas possibilidades do desenvolvimento numa ordem em que as nações periféricas estão cada vez mais dependentes em tecnologia e capitais e onde a transferência de valor para os países centrais, por via da superexploração da força de trabalho é ainda mais radicalizada, não só no trabalho precário, mas, ainda em segmentos "modernos", como na indústria automotiva (Castelo *et al.,* 2024).[121]

Na AL, alguns países, na década de 1990, aprofundaram a integração subordinada na ordem neoliberal globali-

zada – desregulando, privatizando, promovendo ajuste fiscal e internacionalizando segmentos internos da agroindústria e da indústria, o que gerou o agravamento das situações históricas de desigualdade social e espacial. Em seguida, houve uma onda de governos, na Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, Chile, Uruguai, Argentina, e em países do Caribe, como El Salvador e Nicarágua, voltados para o que seria a elaboração de um conjunto de políticas "pós-neoliberais" (Sader & GentilI, 1995). Esses governos estavam comprometidos com políticas sociais e de transferência de renda, de recorte distributivo e com formação de *superavit* comerciais, com o aumento da presença do Estado no campo das políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo que não abandonaram políticas com recortes de ajuste fiscal, para cobrir o *déficit* fiscal e pagar os juros da dívida pública, esboçando o que seria um modelo neodesenvolvimentista (Sampaio Jr., 2012), em que a maior presença do Estado se deu também em políticas de desregulação econômica e de privatização dos equipamentos de consumo coletivo.

Coube a esses países, após o processo de desindustrialização e desnacionalização de amplos setores da economia nacional, expandirem a produção de *commodities* minerais e do agronegócio, para exportação (Filgueiras, 2006; Gonçalves, 2012; Sampaio Jr., 2012).

No Quadro 2, pode-se observar que, após um movimento ascendente de participação no PIB mundial, entre 1990 e 2010, houve uma redução do peso das economias latino-americanas e caribenhas, entre 2010 e 2015, quando retornou aos níveis de 1980, anterior ao *boom* das *commodities*. O dado sugere que a nova DIT, que reposiciona esses países como exportadores de produtos primários e industriais de menor densidade tecnológica, reforça o "sistema internacional de trocas desiguais" denunciado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL/ ONU, de Prebisch *et al*. (CEPAL, 1948), ideia retomada pela teoria marxista da dependência.

Quadro 2 – Participação das regiões do mundo no PIB mundial (em %)

Regiões	1970	1980	1990	2000	2010	2015
América do Norte	39,45	28,12	29,14	33,10	25,26	26,56
América Latina e Caribe	5,96	6,93	5,17	6,79	8,18	7,01
Ásia Oriental e Pacífico	13,72	16,17	20,94	24,41	25,40	28,98
Oriente Médio e Norte da África	1,35	3,58	2,41	2,90	4,18	4,24
África Subsaariana	2,08	2,40	1,36	1,10	2,06	2,14
Europa e Ásia Central	34,13	40,76	39,15	29,78	31,73	27,22
Ásia Meridional	2,94	2,14	1,83	1,89	3,19	3,63
Mundo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <databank.bancomundial.org/>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Ao mesmo tempo parece indicar que a desindustrialização ocorrida, com a queda desses bens na pauta de exportação, neutralizou os ganhos com as exportações de *commodities* primárias e semi-industrializadas. Dados da CEPAL confirmam que a participação das exportações de produtos primários, em relação ao total, em países selecionados – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Uruguai e Venezuela – apresentou significativa redução entre 1970 e 2000 e um importante aumento entre 2000 e 2014 (CEPAL-CEPALSTAT, 2015).

Outra face dessa integração internacional subordinada dos países periféricos é a implantação de uma rede de infraestrutura de grande porte, voltada para a otimização dos fluxos das *commodities,* constituindo corredores de circulação de mercadorias que reduzem os custos na relação espaço/tempo, em direção aos territórios-plataforma de exportação. São construídos e operados por empresas privadas – em grande parte com financiamento público, como no caso dos PAC, através do BNDES – na lógica da concorrência pelo controle do comércio mundial por parte dos seus principais protagonistas, como EUA, China, UE e Rússia. Exemplos emblemáticos são a duplicação da capacidade de trânsito e carga do Canal do Panamá; e a ligação entre os países do Pacífico e deles com o Atlântico, por outro canal projetado pela China,

na América Central, dentre outros. (INTELEGO-LATAM, 2013; FERCHEN, 2011; NATBRASIL, 2006; PESSANHA, 2015), assim como o Programa chinês Belt and Road Initiative-BRI (Iniciativa Cinturão e Rota). Tem como *slogan One Belt One Road* (Um Cinturão, Um Caminho); é denominado pela mídia ocidental "A Nova Rota da Seda", remontando ao antigo domínio chinês sobre uma rede de rotas comerciais entre Ásia e Europa, agora expandida para todo o globo (Belt and Road Portal, 2024).

O Brasil vem investindo pesadamente em grandes projetos de infraestrutura, como estratégia - nos Governos de Fernando Henrique Cardoso-FHC, com os Planos Brasil em Ação e Avança Brasil; e nos governos do PT, com o PAC I e PAC II; e, atualmente, com o Novo PAC, articulado com o PNLT-Plano Nacional de Logística, como o de Transporte (PNL 2025), articulando, de forma subordinada, os capitais nacionais aos transnacionais. O ERJ aparece como um território-plataforma estratégico nesse Plano, atravessado pelas infraestruturas dos vetores de exportação, como se verá adiante.

O ERJ como expressão do "caso" brasileiro: petróleo e porto, impactos e conflitos

Os GIs vinculados ao atual padrão de acumulação espalham-se pelo território brasileiro. No Norte, compreendem empreendimentos de geração de energia, viários, portuários, minerais, agropecuários, de exploração florestal; no Nordeste, viários, portuários, minerais, industriais; no Centro-Oeste, de geração de energia, viários, agropecuários; no Sudeste e no Sul, minerais, viários, do agronegócio, industriais, portuários (PAC; PNLT, op. cit.). Os portos e terminais portuários espalham-se de norte a sul, por toda a costa.

Na Figura 2, pode-se constatar que o ERJ está contemplado com investimentos de quase todos os modais de transporte. Pode-se perceber sua posição estratégica no escoamento da produção mineral e agroindustrial do interior do país.

Figura 2 – Mapa dos Investimentos em Transporte, do Plano Nacional de Logística-PNL 2025

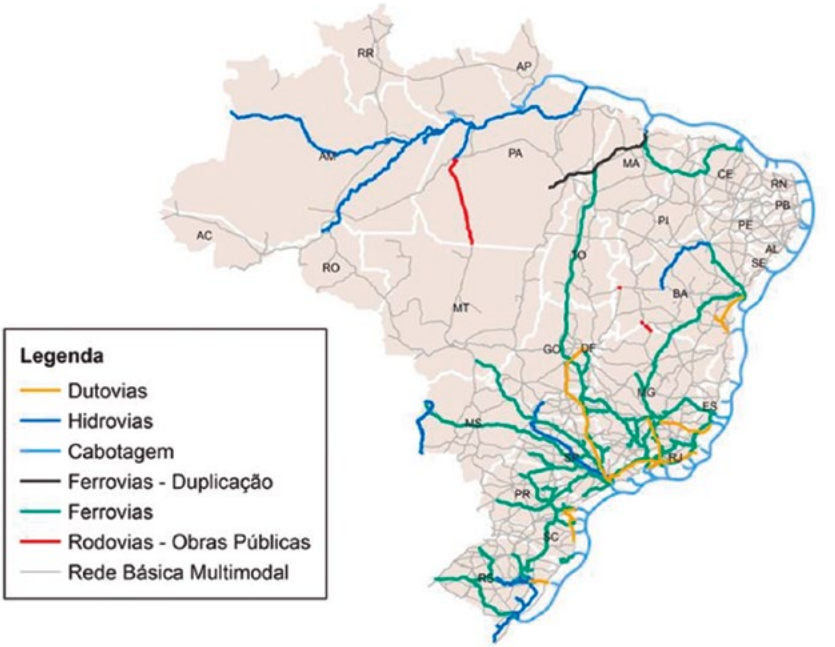


Figura 21: "Rede Básica" Multimodal

Fonte: PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA-PNL 2025

São estruturas desproporcionais em relação às dimensões e capacidade das localidades para suportar seu porte. Há ausência das necessárias intervenções de planejamento e desenvolvimento territorial, urbano e regional, preventivas e mitigadoras dos impactos, em decorrência da natureza das coalizões de interesses multiescalares constituídas, e da adesão passiva de autoridades e populações locais, manipuladas pela propaganda feita pelas mídias, pelos porta-vozes, lideranças, e acadêmicos ufanistas. Ainda assim, dadas as dimensões dos impactos, existem conflitos e resistências, como será apontado adiante.

São investimentos portadores de uma visão puramente mercantil e rentista, pela qual "otimizam" os projetos, no sentido da garantia de que nenhum interesse público, social, coletivo, possa

comprometer as expectativas das taxas de lucro e de retorno de dividendos prometidas pelos controladores. Sustentam-se em renúncia fiscal, subsídios, omissões e cumplicidades dos órgãos públicos de fiscalização em relação aos danos sociais, trabalhistas, urbanos, ambientais, econômicos, culturais e políticos. O território do ERJ é atravessado por GIs viários, portuários, minerais, industriais e de turismo. Grande parte localiza-se fora da capital – Rio de Janeiro – e da RMRJ com destaque para a indústria do petróleo & gás, automotiva e para a infraestrutura de logística viária e portuária.

Os GIs selecionados para análise do caso fluminense são o Complexo de E&P de Petróleo e Gás-E&P e o CLIPA-Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú. O Complexo de E&P na Bacia de Campos tem sua base física de apoio operacional instalada no município de Macaé, na RNF, gerando dezenas de milhares de empregos diretos na Petrobras, até 1997, e nas demais petroleiras, com o fim do monopólio estatal, e nas centenas de empresas fornecedoras de serviços e de equipamentos à produção. Na primeira metade de década de 2010 a produção do ERJ chegou a mais de 80% do total nacional. Com a exploração do petróleo da camada do pré-sal, na Bacia de Santos, sua participação, em 2022, foi de 22,5% do total nacional, contra 74,7% da Bacia de Santos. É um complexo extrativista, não territorializando, na RNF, nenhum investimento da cadeia de beneficiamento industrial, a montante ou a jusante da E&P.

Diversos fatores concorreram para que essa experiência estadual como maior produtor nacional de petróleo viesse a produzir – ao lado dos impactos positivos na geração de trabalho e renda e dos elevados montantes das rendas petrolíferas transferidas aos orçamentos de um pequeno número de municípios – impactos socioespaciais altamente desestruturantes, nas atividades econômicas, no ambiente natural e nas estruturas e dinâmicas urbano-regionais.

Entre os mais importantes para o objetivo deste capítulo figuram: i) a concentração espacial das empresas em um só município – mais, recentemente, estendendo-se para o município de Rio das Ostras – promovendo uma fragorosa implosão urbana, em um curtíssimo período de tempo, em Macaé e em alguns dos municípios

produtores concentradores das rendas. Esses, entre 2000 e 2010, situaram-se entre os municípios de maior crescimento demográfico do país, agravando problemas de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança para a população trabalhadora, apresentando sérios problemas de desigualdades e segregação social no espaço urbano; ii) a configuração de um enclave econômico, na medida em que não se implantaram atividades industriais *upstream* e *downstream*, ou seja, a montante e a jusante das atividades locais de E&P, permanecendo como uma atividade exclusivamente extrativista, incapaz de gerar encadeamentos produtivos; iii) a geração de municípios *petrorrentistas*, ou seja, recebedores de ricas rendas petrolíferas, sem que houvesse crescimento, integração ou diversificação das atividades produtivas, ou planejamento das suas aplicações. Por um lado, esses municípios se tornaram altamente dependentes das rendas petrolíferas, e, por outro, incapazes de desenvolver atividades complementares, ou alternativas, geradoras de fontes diferenciadas de arrecadação própria, preparando-se para o futuro pós-petróleo, que já chegou; iv) incidindo sobre o tópico iii) anterior, monopólio exercido sobre os recursos existentes e os novos recursos, pelas atividades da indústria extrativa regional de petróleo, mobilizando-os, como uma potência centrífuga, para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento, inibindo outras atividades, no que se poderia classificar como uma nova forma de monocultura; v) impactos ambientais negativos de grande monta, com elevados prejuízos para atividades econômicas regionais tradicionais de elevada importância social, como a pesca artesanal, com a restrição das áreas de pesca, a ampliação do perímetro a ela proibido – onde muitas vezes se instalam importantes pesqueiros, devido à rede de tubos submarina, próxima à superfície, causando prejuízos aos barcos pesqueiros, ameaçando a viabilidade da pesca artesanal regional, no médio prazo.

A dimensão rentista da economia regional, dependente das rendas da E&P, traz insegurança, na medida em que não gera integração e encadeamento produtivo, através de atividades industriais a montante e a jusante. Os municípios dependentes das rendas defrontaram-se, entre o final de 2014 e o início de

2018 – quando os preços internacionais voltaram a subir, gradualmente – com a crise, até hoje não superada, da redução drástica e brusca das rendas, calculadas sobre os valores do óleo produzido, e com o declínio amplamente anunciado da produção dos poços, como ilustra o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Evolução das transferências de royalties e participações especiais (em mil reais) da produção petrolífera para os municípios do NF Selecionados

Município	Transferência de royalties e participações especiais (em mil reais, corrigidos pelo IGP-DI)			
	2010	2014	2016	2018
Campos dos Goytacazes	1.718.046	1.605.047	397.863	709.567
Macaé	701.740	732.002	300.230	636.013
São João da Barra	342.933	314.720	101.461	171.698
Total	2.762.719	2.651.769	799.554	1.517.278

Fonte: INFOROYALTIES. Disponível em: https://inforoyalties.ucam-campos.br/

Observa-se, no Quadro 3, que em 2014 os valores repassados, próximos aos de 2010, já refletem a queda da produção, antes da queda nos preços, que ocorre ao final deste ano. Em 2016 a conjunção dos dois fatores reflete o profundo impacto nas finanças municipais. Apesar da recuperação recente, elas não retomarão o período da abundância – 1999-2013 – uma vez que a recuperação de alguns poços é limitada e diante das incertezas sobre a exploração na camada de pré-sal desta Bacia, o que pode ser atestado pelos valores de 2018, quando a recuperação dos preços não foi suficiente para compensar a queda na produção.

Já o Complexo Logístico Portuário e Industrial do Açu-CIPA é um empreendimento da PRUMO Logística, pertencente ao Fundo de Investimento americano EIG (Energy Investment Group). É um megaporto que pode receber alguns dos maiores navios. Opera, principalmente, com exportação de minério de ferro, oriundo do estado de Minas Gerais, que chega ao porto através de um mineroduto de 525 km de extensão, atravessando 32 municípios de 3 estados; com apoio às atividades *offshore* de produção de petróleo e gás da Bacia de Campos; com produção de energia em termelétricas a gás, em eólica e com projetos em

hidrogênio verde; com importação e exportação de minerais, granéis líquidos e sólidos e carnes – ainda em fase inicial, integrando-se no circuito exportador das *commodities* do agronegócio.

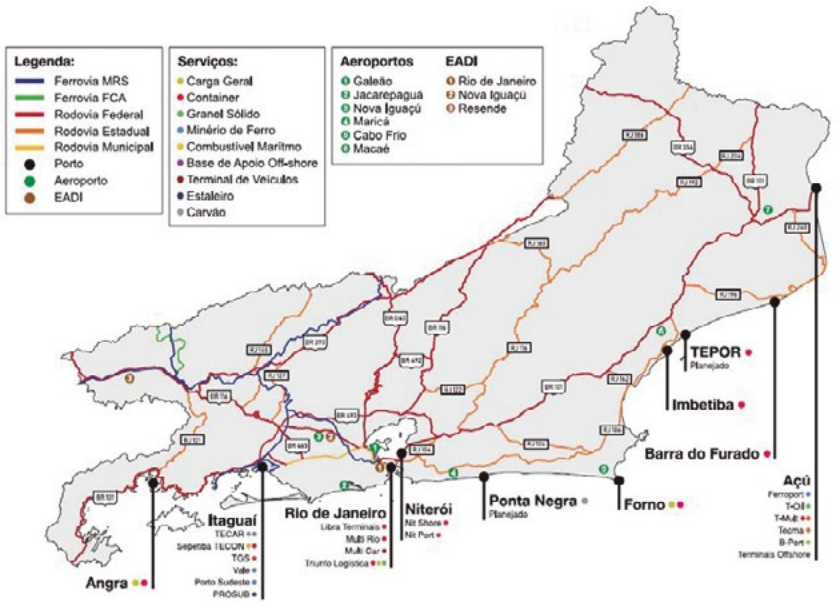
Seu Complexo Industrial consiste numa retroárea, onde predominam *empresas e indústrias de serviços às operações,* ou seja, de baixo índice de transformação e complexidade tecnológica, e um Distrito Industrial-DI, uma grande área tomada – com o uso da força policial pública – de pequenos agricultores e pecuaristas tradicionais, até o presente momento não devidamente indenizados. O DI permanece não-ocupado, há mais de 10 anos, gerando, porém, elevado rendimento financeiro para o Porto, decorrente de pré-contratos de ocupação com empresas que pretendem se instalar no DI. No total, o Complexo abarca uma área equivalente a quase 40% do município de S. João da Barra. Estão previstas as construções de um Corredor Logístico, com ferrovia e rodovia próprios, e de ramais rodoviários e ferroviários integrados às redes nacionais de infraestrutura de exportação de *commodities,* conforme a figura 2 aqui apresentada.

Dentre os seus principais impactos negativos encontram-se: i) deslocamento forçado e violento de centenas de famílias de pequenos produtores agrícolas e agropecuários tradicionais, de um distrito rural do município, para implantação do Distrito Industrial, sem a devida indenização; ii) destruição de lagoas e áreas de restinga fundamentais à preservação e proteção ambientais; salinização do lençol freático, pelo depósito de sedimentos do fundo do mar em terra firme, inviabilizando atividades agropecuárias (Vilani, Cruz e Pedlowski, 2021); iii) inviabilização da pesca artesanal tradicional, devido ao amplo perímetro de operação do porto; iv) configuração de um enclave, como no caso do Complexo de E&P, pelo fato de que a geração contemporânea dos portos não interage com a cidade e com o seu entorno (Monié & Vidal, 2006; Pessanha, 2017). É como uma cidadela isolada no território (Cruz, livro SS).

No entanto, são capazes de exercer um grande poder de atração de força de trabalho, provocando impactos negativos sobre a infraestrutura e a vida urbana, tais como precariedade dos serviços, problemas de moradia, de segregação socioespacial, de mobilidade, de pobreza e violência, como já são observados e

analisados no município de São João da Barra (Pedlowski, *op. cit.*); v) elevada capacidade de mobilização de recursos locais para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento, semelhante ao GI de E&P de petróleo e gás. A Figura 3 ilustra o papel do ERJ com plataforma de exportação, através da rede portos e terminais em operação, em instalação e em projeto.

Figura 3 – Grandes investimentos em logística portuária no ERJ, operando e em realização



Extraído de PEREIRA, Guilherme. Extrativismo e logística na primeira década do Porto do Açu (2014-2024). UENF/CCH, 2024

No que diz respeito à dinâmica urbana, o rápido e intenso afluxo de trabalhadores para o dois GIs provocou uma profunda reconfiguração funcional da rede regional de cidades. As características concentradoras, de enclave e de elevada polarização das estruturas econômicas montadas em Macaé, a partir de 1977 – de apoio à E&P de petróleo e gás – e em S. João da Barra, a partir de 2007 – do complexo portuário – transformaram esses dois municípios, originalmente pequenos e pouco populosos, em polos de trabalho e de atividades empresariais, ainda que restritas aos serviços e às operações.

Campos dos Goytacazes sofreu menos, por ser o maior, o mais antigo polo regional e por possuir a maior, melhor e mais diversificada rede de infraestrutura urbana, de comércio e serviços, embora sem atividade produtiva importante. Está localizado entre os municípios de S. João da Barra e Macaé. É o maior município do estado. Com a derrocada da economia agroindustrial de açúcar e álcool, no final da década de 1980, o ritmo do seu crescimento demográfico só se elevou quando ocorreu a elevação do percentual da produção referente às rendas petrolíferas recebidas pelo município, a partir de 1999. Por ter a maior área confrontante com a Bacia de Campos, figurou, durante muitos anos, como o maior recebedor nacional de rendas do petróleo, o que colocou, artificialmente o seu PIB dentre os maiores do país. Entenda-se: o valor da produção de petróleo e gás é incluído no PIB dos municípios petrorrentistas. No entanto, devido à natureza extrativista da atividade, o que existe são as rendas injetadas nos municípios, instáveis e imprevisíveis, decorrentes de uma atividade finita e vulnerável aos humores de um mercado mundial oligopolizado e à geopolítica internacional.

O Quadro 4 apresenta as populações totais dos municípios selecionados (Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra), do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, em 2000, 2010 e 2022. Também apresenta as taxas de crescimento populacional médio anual para os períodos 2000-2010 e 2010-2022, para todas essas espacialidades. Em primeiro lugar chama à atenção o acentuado declínio do ritmo de crescimento populacional brasileiro: de 1,17% ao ano, no período 2000-2010, para 0,52% ao ano, no período 2010-2022. Este fato deve-se: ao declínio da fecundidade, que, em 2022, era de apenas 1,58 filho por mulher ao final do período reprodutivo[122] (IBGE, 2022); ao aumento da mortalidade, em decorrência da pandemia da Covid-19 (Oliveira, 2022); e ao aumento das emigrações internacionais, em resposta à crise econômica nacional.

O ERJ, por sua vez, que em 2010-2020 cresceu a uma taxa de 1,06% ao ano - inferior à média nacional - apresentou, entre 2010-2022, irrisório crescimento populacional absoluto - de 64.595 habitantes - e uma também irrisória taxa de crescimento - de

0,03% ao ano. Como no caso brasileiro, essa taxa é determinada pelo baixo nível de fecundidade do estado - que em 2022 era de 1,51 filho por mulher ao final do período reprodutivo, abaixo da média nacional, e pelo aumento da mortalidade, em decorrência da pandemia da Covid-19. Em relação às migrações internas, infelizmente ainda não estão disponíveis os dados do Censo de 2022 para analisar o seu impacto sobre o ritmo de crescimento populacional do Estado e dos municípios selecionados.

As taxas de crescimento de Campos dos Goytacazes e de Macaé, que eram, respectivamente, da ordem de 1,31% e 4,55%, entre 2000-2010, declinaram para 0,35% e 1,47%, no período 2010-2022, respectivamente. Semelhantemente, porém escala bastante menor, em São João da Barra o ritmo de crescimento baixou de 1,69%, em 2000-2010 para 0,93%. Porém, mesmo com a redução do seu ritmo de crescimento, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Macaé, apresentaram, entre 2010 e 2020, taxas de crescimento médio anual superiores às do estado e do país. Fica evidente que as diferenças nas dinâmicas, entre os três, decorre diretamente da diferenciação entre os impactos em virtude das conexões de cada um com os GIs. Macaé sentiu, de forma mais drástica, a redução da produção, das rendas e do emprego direto nas empresas de apoio à exploração e produção de petróleo e gás. Em São João da Barra, que teve a menor redução, o declínio das rendas petrolíferas foi compensado, em parte, pela expansão constante do Porto do Açú, através da instalação de empresas e da elevação, ainda que em ritmo vegetativo, do emprego. Em Campos, cuja redução se assemelha proporcionalmente à de Macaé e cuja taxa passa a ser menor que a do país, o declínio só não foi maior porque, embora não sedie as instalações empresariais de nenhum dos dois GIs – ao contrário de Macaé e SJB – o município é beneficiado pela crescente instalação, às margens da BR-101, que atravessa o município, de condomínios logísticos de galpões de apoio à circulação nacional de mercadorias, de grandes shoppings centers e de "atacarejos" e hotéis de bandeiras de grandes redes nacionais e transnacionais. Além disso, vivencia intenso ritmo de construção de condomínios residenciais fechados de classes média alta e alta, além de outros equipamentos e

de infraestruturas vinculadas aos impactos indiretos dos GIs, nos serviços às empresas e aos trabalhadores e gerentes de alta qualificação profissional que transitam pela região, como ressaltam Cruz e Terra (2020, p. 202)

Assim sendo, considerando os municípios selecionados, chama à atenção, no período 2010-2022: (i) a redução acentuada do ritmo de crescimento de todos eles, comparativamente à taxa de crescimento da década anterior; (ii) a permanência de Macaé e de São João da Barra como os municípios de crescimento mais acelerado, com taxas de crescimento médio anual que superam o ritmo de crescimento populacional do ERJ e do Brasil; (iii) a redução da taxa de crescimento populacional de Campos para nível inferior à média nacional.

Quadro 4 – População e Taxa de Crescimento Médio Anual do Brasil, ERJ e Municípios Selecionados do NF (2000-2022)

Municípios selecionados do NF, Estado do Rio de Janeiro e Brasil	População			Taxa de Crescimento	
	2000	2010	2022	2000-2010	2010-2022
Campos dos Goytacazes	406.989	463.731	483.551	1,31	0,35
Macaé	132.461	206.728	246.391	4,55	1,47
São João da Barra	27.682	32.747	36.573	1,69	0,93
ERJ	14.391.282	15.989.929	16.054.524	1,06	0,03
Brasil	169.799.170	190.755.799	203.080.756	1,17	0,52

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022.

Portanto, para a análise deste capítulo destaquem-se, na região produtora de petróleo da Bacia de Campos, a crise internacional dos preços do petróleo (entre 2014 e 2016); a crise política da Petrobras, relacionada à operação lava jato (iniciada em 2014 e encerrada em 2021); e a insolvência fiscal dos municípios produtores de petróleo (devido à redução dos royalties e participações especiais repassados pelo governo federal) como elementos que influenciaram negativamente o comportamento das taxas de crescimento populacional. Além disso, a venda do Porto do Açu, em 2013, e a redução do seu projeto inicial, a qual resultou na demissão de milhares de trabalhadores empregados em suas obras, também são fatores a serem considerados na análise do

comportamento da taxa de crescimento populacional de São João da Barra, especificamente, entre 2013 e 2017, quando a diversificação de suas atividades retomou a estratégia de crescimento.

Como dito anteriormente, as vantagens locacionais de Macaé e a instalação e reativação das atividades do Porto do Açu, em São João da Barra, explicam, pelo menos em parte, o fato desses municípios continuarem apresentando crescimento populacional mais acelerado, em comparação a Campos dos Goytacazes. Este, por sua vez, mantém-se como o maior e mais populoso, destacando-se, no Censo de 2022, como a maior cidade média do Estado do Rio de Janeiro. Cruz e Terra (2020, p.204), consideram que Campos dos Goytacazes, pelo seu porte, localização e infraestrutura de comércio e serviços – é um grande centro de ensino profissional, técnico, sendo um dos maiores centros federais de formação profissional de nível médio e superior do país – vem se reforçando como polo regional, sediando unidades de logística de distribuição de mercadorias e de moradia e de consumo sofisticados.

Segundo Passarelli-Araújo e Souza (2020), os intensos movimentos pendulares de pessoas entre esses municípios indicam haver uma forte integração entre eles, destacando-se Macaé na posição de maior receptor dos pendulares e de maior retentor de sua população. Com base em informações sobre migrações

internas e movimentos pendulares intra e interestaduais, Souza e Terra (2017) apontaram um incipiente processo de metropolização em curso, ao longo de toda a extensão territorial desde Cabo Frio, nas baixadas litorâneas, a São João da Barra, no NF. Já Lencioni (2017) apontou a emergência de uma megarregião, a qual supostamente abarca todos os municípios situados no vetor de conurbação o qual, segundo a autora, se estende de São João da Barra, na Bacia de Campos, até a região produtora de petróleo do pré-sal, em São Paulo. Souza e Frutuozo (2018), por sua vez, consideram que a faixa litorânea de Cabo Frio a São João da Barra vem se destacando, pelo menos desde os anos 1980, como a principal área de expansão urbana do ERJ. Mais recentemente, o *boom* das rendas recebidas pelos municípios do ERJ confrontantes com os poços do pré-sal da Bacia de Santos, beneficiando de

Cabo Frio ao sul do estado, inaugura um novo vetor de dinamização e acrescenta argumentos à tese de Lencioni.

Esses resultados refletem o elevado peso da atividade petrolífera na composição do PIB dessas três concentrações. Esse processo já apresenta impactos desestruturantes da vida urbana, agravados pela ausência de políticas de ordenamento territorial e urbano: ocorre uma elevada concentração e valorização do solo urbano, com construção de imóveis voltados para a locação por parte de empresas e de trabalhadores de média e alta renda, elevando os preços. Em consequência, promove-se um processo crescente de deslocamento forçado de assentamentos urbanos de baixa renda, particularmente das favelas, de áreas destinadas à especulação imobiliária; os novos projetos habitacionais populares distanciam-se cada vez mais das áreas beneficiadas com infraestrutura, particularmente de transporte coletivo, e próximas dos locais de trabalho, dos serviços e do consumo, aprofundando a segregação socioespacial e gerando novas periferias, com o agravamento da desproteção às populações mais pobres, submetidas a regimes de extrema violência.

Em 2018, o IBGE divulgou uma atualização do documento 'Regiões de Influência das Cidades' (REGIC), no qual analisa as relações entre as unidades territoriais brasileiras (Arranjos Populacionais, Concentrações Urbanas e Municípios Isolados), estas definidas no estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2016), com base nas informações sobre a "atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos" (IBGE, 2018, p. 72).

Segundo o referido documento, o Arranjo Populacional (AP) de Campos dos Goytacazes - constituído pelos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, totalizando, possuía, em 2022, 520.124 habitantes - se destaca, na rede urbana brasileira, como uma capital regional tipo C, uma vez que sua região de influência se limita a municípios da própria região NF. A mesma classificação apresenta o AP de Macaé-Rio das Ostras, este com uma população total, em 2022, de 483.943 habitantes. Em 2022, a população total residente nos dois Arranjos Popula-

cionais em questão supera 1 milhão de habitantes, reforçando a sugestão do IBGE (2016) de que esses APs constituem casos especiais a serem acompanhados.

O que se quer destacar é que o processo de apropriação do território pelos grandes capitais nacionais e internacionais se estende às atividades subsidiárias dos GIs, sobrepondo-se aos capitais de médio porte locais tradicionais, esvaziando o controle dos grupos sociais e do poder local sobre as dinâmicas urbana, econômica e de infraestrutura. Prevalece o padrão de "comando de fora das decisões estratégicas" e de controle sobre a dinâmica territorial urbana e regional, a partir de fora e ditado pela dinâmica do mercado, ao sabor da instável, insegura e volátil economia internacional. A pauta das intervenções do Poder Público – local, principalmente, e, em alguns casos, supralocal, como no caso dos benefícios fiscais, das infraestruturas viárias, do deslocamento forçado de populações, da legislação e normas – torna-se a pauta dos interesses dos investimentos das empresas dos GIs. O que reforça a percepção das conexões entre esse processo territorialmente localizado e o aprofundamento da dependência do país, com elementos de neoextrativismo, em tempos de financeirização neoliberal, constituídos pela destituição de meios de trabalho e vida das populações dos países periféricos; pelo diferencial entre os salários pagos na matriz e nas instalações periféricas; pela captura do território, instrumentalizado pela lógica do mercado mundial.

Três casos exemplares ilustram esse processo. O espaço deste capítulo não permitirá uma análise profunda e detalhada. Figuram aqui como ilustrações do poder desestruturante que está na raiz desse modelo.

O primeiro é o das centenas de pescadores artesanais do litoral do NF. Inicialmente prejudicados pela implantação das plataformas marítimas e redes de tubos submarinos de E&P de petróleo e gás, e, desde 2007, pela construção e operação, a partir de 2014, do Porto do Açu. Como a bacia tem mais de 100 mil km², 53 plataformas e mais de 500 poços (O Petróleo, 2018) o perímetro de interdição à pesca é imenso, além dos prejuízos causados aos barcos, em áreas permitidas, por dutos submarinos situados em baixa profundidade. No Açu, por questões de segurança para as

operações, é também muito grande o perímetro, em torno das instalações portuárias, que não pode ser acessado pelos pescadores. Ironicamente formam-se ricos pesqueiros nessas áreas. A licença ambiental exige medidas compensatórias e de mitigação, consideradas insatisfatórias pelos pescadores (Petrobras, 2014).

O segundo caso é o da espoliação de centenas de pequenos produtores de alimentos no 5º Distrito de S. João da Barra, onde se localiza o Porto do Açu. A área expropriada, correspondente a ¼ do município, foi violentamente "desapropriada", em 2007, por um órgão do estado, e repassada à empresa proprietária do Porto para a implantação de um DI-Distrito Industrial, um condomínio de empresas. As famílias foram violentamente expulsas, da noite para o dia, pela força policial militar do estado, sem que tenham sido devidamente indenizadas, conforme atestam pesquisas, documentários, denúncias e processos ainda em curso na Justiça e vários episódios de conflitos. Permanece vazia há mais de 10 anos, rendendo 140 milhões de reais por ano (valores de 2018, segundo Pessanha, 2019) de aluguéis, pagos por empresas como reserva de área, ao Porto, ao preço, por metro quadrado, infinitamente superior ao que foi estimado para as indenizações aos antigos ocupantes. Puro rentismo, gerado pela espoliação de pequenos produtores, cuja luta ainda está em curso, cerca de 15 anos após a expulsão (Costa, 2018).

O terceiro caso é o da Favela da Linha, a maior e mais antiga favela de Campos, cuja grande maioria de moradores foi removida "à força", pela Prefeitura, para um conjunto habitacional popular fora da cidade, com limitada infraestrutura, além de acesso e mobilidade altamente precários, após longa resistência e luta. Para dar lugar à incorporação, pelo mercado imobiliário, da área para construção de condomínios residenciais e conjuntos comerciais e de serviços para famílias de alta renda de trabalhadores de alta especialização e dirigentes das empresas vinculadas aos GIs. A cidade se consolida, graças à sua localização privilegiada, como corredor de transportes, serviços e armazenagem e distribuição de mercadorias – através da instalação de diversos condomínios logísticos de galpões de distribuição de mercadorias – e sede de equipamentos de consumo, hospedagem e alimenta-

ção de grandes redes nacionais e transnacionais. Algumas centenas de moradores ainda residem e resistem na favela, que buscam a regularização fundiária (de Almeida & Cruz, 2021).

A ausência de políticas públicas voltadas para a preservação e fortalecimento de atividades econômicas tradicionais, como nos casos aqui analisados, bem como para a sustentação da economia regional na diversidade de atividades para diminuir a dependência aos dois Grandes Projetos aqui abordados, que possuem diversas características de enclaves e de volatilidade, reflete-se na relativa vulnerabilidade do mercado de trabalho, como se pode observar nos dados sobre a evolução recente do estoque de emprego.

O mercado de trabalho formal de Macaé concentra o emprego direto nas empresas de apoio à E&P de petróleo e gás. Por ocasião da implantação contabilizava cerca de um terço da população de Campos. No auge da produção da Bacia chegou a computar o dobro do número de empregos formais de Campos. Atualmente, com cerca de metade da população ainda mantém um número de empregos formais, em pleno declínio das atividades do Complexo, 20% superior ao de Campos, como se pode observar no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Estoque de Emprego Formal (CLT)

Unidade Geográfica	2013	2017	2019
Campos dos Goytacazes	95.187	84.304	88.020
Macaé	131.112	111.269	105.044
São João da Barra	9.314	6.026	10.942

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: William Passos. Ref. 31/12

As datas escolhidas para a seleção dos números são: 2013, um momento do auge da produção e de preços razoáveis; 2017, um momento da crise recente na produção e de preços em baixa, ainda; e 2019, um momento de recuperação de preços e de interrupção no ritmo de declínio da produção, bem como de investimento na produção de gás e de projetos de recuperação de poços maduros.

Assim sendo, entre 2013 e 2017, todos sofreram perdas. Campos perdeu menos, percentualmente, do que Macaé porque, como já foi apontado, não conta com o registro das empresas instaladas nos sítios dos GIs. Contrariamente, Macaé apresenta

uma maior perda percentual por abrigar as empresas diretamente ligadas à E&P. O maior percentual de perda de empregos formais em SJB pode ser explicado, por um lado, pela inauguração em 2014, das operações do porto, que reduziu um grande número de postos de trabalho vinculados às obras de instalação do Porto e, por outro, pela mitigação da dimensão dessa desmobilização, em 2017, com o aumento do número de empresas vinculadas às operações portuárias. O que parece se confirmar com os dados de 2017-2019. SJB apresenta significativo crescimento, uma vez que o Porto vem realizando contínua e diversificada expansão, seguido por Campos, e que este se beneficia com as interações entre ambos (vide constituição do AP, aqui descrita), com as instalações de infraestrutura comercial, de serviços e de consumo (também já aqui expostas). Já Macaé continua a trajetória de redução do estoque de empregos por CLT em 2019, de 5,5% em relação a 2017 e 20% em relação a 2013, o que pode ser explicado pela condição de dependência de um enclave, sem os fatores de mitigação usufruídos por Campos e SJB. A pequena recuperação de Campos não é suficiente para alcançar os níveis de 2013. Já em SJB o crescimento das atividades do Porto supera os níveis de 2013. Registre-se que a crise nacional de 2015 em diante deve ter influenciado negativamente os números em Campos e Macaé, embora tenha encontrado fatores de mitigação em SJB.

No cômputo geral, a oscilação nos dados de população, das compensações financeiras e do emprego formal aqui expostas, são indicadores das múltiplas vulnerabilidades dos territórios capturados pelos GIs, às permanentes instabilidades e imprevisibilidades das dinâmicas dependentes do padrão exportador de regressão neoliberal, apoiado no neoextrativismo que regem a participação brasileira na Divisão Internacional do Trabalho.

Síntese conclusiva

Buscou-se, através da análise da experiência do Complexo Extrativista de Petróleo e Gás da Bacia de Campos e do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, no norte do ERJ, demonstrar os seguintes pontos, com respeito aos GIs

vinculados ao projeto dependente exportador de *commodities* do país:

- Constituem investimentos que não dialogam ou interagem com os sujeitos sociais e políticos do território do entorno. Compostos, majoritariamente, por capitais transnacionais ligados a Fundos de Investimento, promovem o uso instrumental do território como plataforma de infraestruturas como, no caso estudado, redes de extração e de circulação, armazenagem e transporte de *commodities* de exportação.
- Sua dinâmica depende, por um lado, da lógica da compressão tempo-espaço com vistas a alargar o excedente; e, por outro, do retorno sempre crescente de dividendos para os cotistas dos Fundos envolvidos.
- O que reforça a condição de enclaves territoriais, tanto pela sua lógica operacional, apoiada em elevada e sofisticada densidade tecnológica e fechada, em termos empresariais, a interações com capitais regionais e locais, quanto pela sua lógica instrumental, pela qual qualquer interação local significa obstáculo à otimização da fluidez da relação tempo-espaço, que exige otimização dos recursos e dos fluxos. Daí o projeto do Corredor Logístico, com vias e fontes de energia exclusivas, para o Porto do Açu.
- Os limites à geração de emprego, dado o grau de automação das empresas, somados à repulsão ao encadeamento e integração com atividades econômicas existentes e à criação de um parque industrial com possibilidades de gerar dispersão ou difusão regional da dinâmica econômica, consolidam a condição de enclaves.
- São lugares de passagem e/ou de *hubs*, enquanto nós da rede nacional de transporte, enquanto corredores de exportação dos bens primários, intermediários e semi-industrializados, da pauta exportadora brasileira. Seu comando está situado fora do território e suas decisões são orientadas, em última instância, pelas dinâmicas da economia e da geopolítica mundiais.

- Ainda assim, polarizam os recursos materiais e imateriais locais/regionais, com a geração de negócios ligados ao comércio e serviços de pequena escala e de baixa densidade de capital e tecnologia, subsidiários e de baixo rendimento, ligados à alimentação, hospedagem, transporte, guarda de equipamentos e a profissionais como eletricistas, mecânicos, bombeiros, manutenção de equipamentos de baixa complexidade, dentre outros, que recebem as sobras marginais da riqueza circulante.

No entanto, o espaço urbano-regional é profundamente reconfigurado, dado um conjunto de fatores:

- A intensificação, com amplo envolvimento dos entes municipais regionais, dos deslocamentos pendulares, de pessoas para trabalho, estudo, principalmente, e para consumo e serviços, polarizados pelos municípios aqui destacados, produzem interações e conurbações geradoras de novas composições territoriais de natureza urbano-regional, como os Arranjos Populacionais de Campos dos Goytacazes (que inclui SJB) e de Macaé-Rio das Ostras, que envolve mais 3 municípios da região das Baixadas Litorâneas. Essas interações poderiam sugerir, à primeira vista, vetores de dinamização econômica da região. No entanto, dada a natureza e dinâmica dos investimentos, acima descritos, elas reforçam as polarizações e sobrecarregam as estruturas urbanas dos 3 municípios-polo analisados, aprofundando as desigualdades e as hierarquias regionais.
- A ausência de planejamento do investimento das rendas petrolíferas, por parte dos municípios, no sentido de gerar atividades produtivas alternativas, para se defender tanto da finitude das fontes de petróleo e gás quanto da volatilidade da natureza dos investimentos portuários, é agravada pela omissão das escalas estadual e federal no planejamento do desenvolvimento regional, ainda que no plano da prevenção e mitigação dos impactos urbanos e socioam-

> bientais. Na certa o enfrentamento dessa questão envolve desafios que remetem à complexidade do padrão dependente inerente à estratégia de crescimento econômico do país e suas implicações nas coalizões de interesses que ela mobiliza, definindo prioridades e limites à ação política. As dificuldades na adoção das Diretrizes da PNDR-Política Nacional de Desenvolvimento Regional são evidências dos desafios existentes.

Dados os fatores elencados, relegado aos ventos produzidos pelos GIs, o território é redesenhado pelas Agendas e Pautas dos grandes capitais nacionais e transnacionais interessados nas oportunidades geradas pelas intervenções extrativistas e logísticas. O território é capturado por investimentos em segmentos tais como: condomínios de galpões de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias, grandes equipamentos de *atacarejo* de redes nacionais e capitais transnacionais e shoppings centers de grandes redes nacionais; todos eles instalados às margens da BR-101, em Campos dos Goytacazes. Além de hotéis de bandeira internacional – não só na BR-101 – e grandes incorporadoras e construtoras imobiliárias, abalando profundamente os investimentos pré-existentes de capitais locais e regionais, particularmente no comércio, na construção civil e incorporação imobiliária, com a intervenção de grandes conglomerados imobiliários nacionais.

Em suma, o caso aqui analisado reproduz e agrava, enquanto avança, um passivo de desestruturação ambiental, societal e urbano, aqui apresentados, na esteira de processos de mesma natureza por todo o país, destituidores de meios de trabalho e de vida. Em última instância, considerando-se as imbricações interescalares, guardadas as devidas particularidades e especificidades socioespaciais, constituem dinâmicas estruturais e estruturantes características das novas condições da dependência das economias e sociedades latino-americanas.

CAPÍTULO 13

A Hidrovia Paraguai-Paraná na geopolítica global: dependência, produção do espaço e a retomada dos Estados Unidos da infraestrutura regional crítica sul-americana

Martin Scarpacci

Introdução

Manuel Castells, em seu artigo "A urbanização dependente na América Latina", questiona a generalização do termo "cidades latino-americanas". Em seguida, explica que essas cidades preservam uma "marca comum", uma mesma determinação social, ou seja, o modo de articulação com relação ao colonialismo ibérico inicialmente, e ao imperialismo inglês depois. Em outras palavras, a dependência colonial em suas variantes espanhola e portuguesa, e gradualmente, no contexto de um lento, embora progressivo processo de diversificação regional. Isso é somado ao jogo geopolítico e às transformações na correlação de forças das potências coloniais, dando lugar à dependência do tipo capitalista-imperialista com hegemonia estadunidense. Portanto, com base no estudo do processo histórico, Castells entende que, mesmo sendo os países da região sociedades tão radicalmente distintas, existe "uma especificidade latino-americana na medida em

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_013

que há especificidade regional das relações de dependência no quadro do sistema imperialista" (1973, p. 3).

Um detalhe não menos importante é que a análise da "urbanização dependente" realizada por Castells enxerga as relações centro-periferia desde o Chile, onde nesse momento, o pesquisador Espanhol reside. Mais importante ainda, é que a coletânea é publicada apenas alguns meses antes do golpe de Estado perpetrado por Augusto Pinochet contra o governo democrático e socialista de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Assim, o livro "Imperialismo e Urbanização na América Latina" demonstra os problemas estruturais dessa etapa chilena e latino-americana, além de abordar os temas que preocupavam a academia e as instituições na época. Os capítulos do livro apresentam um balanço do momento que antecede a virada violenta do ciclo sistêmico de acumulação com hegemonia estadunidense, que passa de sua fase produtiva-industrial para a fase especulativa-financeira (Arrighi, 1994), inaugurando assim o período neoliberal. Aqui, é importante sinalizar, que essa virada marca um antes e um depois que ainda não acabou.

No mesmo livro, Hardoy e Moreno (1973) fizeram um diagnóstico observando sintomas e tendências da urbanização dependente latino-americana. Eles analisam a desconexão histórica das elites locais com o resto da sociedade, destacando as diferenças evidentes entre os interesses nacionais e os estrangeiros, e acrescentam que essas diferenças de origem marcaram significativamente tanto a ocupação do território como os modelos sociopolíticos da região. Em outras palavras, os modelos produtivos latino-americanos estruturaram os espaços nacionais, e, para maior detalhe, os autores desagregam as características centrais do processo de urbanização que aqui brevemente revisamos: migração rural-urbana acelerada, industrialização aceitável em alguns lugares e em alguns poucos países, grandes desequilíbrios regionais e a persistência de uma estrutura rural com todas as características do subdesenvolvimento. Destacam também a primazia urbana das capitais e afirmam que as elites dominantes atuam a partir desses centros e promovem seu crescimento através da concentração de capital, poder político e serviços, obstruindo qualquer noção de equidade espacial ou social.

Para Hardoy e Moreno (1973), valida-se um modelo histórico de crescimento urbano vertical, ou seja, concentração de recursos junto com à centralização de decisões vinculadas aos interesses primários-exportadores, cristalizando-se em uma estrutura espacial ordenada de forma heterogênea de acordo com o poder econômico de cada classe social. Ordem que, por sua vez, determina uma característica estrutural da cidade e da sociedade dos países da região, caraterística que Pinto (1976), juntamente com outros autores da CEPAL, define como *heterogeneidade histórico- estrutural latino-americana*. O trabalho de Hardoy e Moreno (1973) destaca também que a residência urbana das elites dominantes se localizou desde o início da colônia nas faixas costeiras marítimas ou fluviais, respondendo aos interesses comerciais estrangeiros e nacionais, e de acordo a essa hierarquia centro-periferia que ordena a persistente divisão internacional do trabalho. Finalmente, o diagnóstico explica que, até agora àquele momento, início da década de 1970, os governos foram incapazes de resolver os problemas urbanos mais urgentes e concluem afirmando que, claro, esses modelos de desenvolvimento que têm favorecido o desemprego e o subemprego agravam o problema da *marginalidade* urbana e rural, tornando-se, assim, impossível para os países latino-americanos escaparem do subdesenvolvimento e da dependência.

É fundamental não perder de vista que o golpe no Chile promovido pelos Estados Unidos é o primeiro de uma saga sangrenta e genocida que marca ao mesmo tempo o fim dos "trinta anos gloriosos" do capitalismo americano, marcando também o fim da sua irradiação desenvolvimentista para a periferia latino-americana. Os Estados Unidos, no centro do sistema mundo (Wallerstein, 2005) moderno colonial (Escobar, 2005) registraram entre 1945 e 1975 um crescimento econômico marcado pelo empoderamento da força de trabalho. Embora, para a periferia latino-americana, no quadro da guerra fria com os movimentos do bloco soviético, somado à influência rebelde exercida pela então jovem revolução cubana (1959), obriga os Estados Unidos a reagirem ativamente para defender o que consideram seu domínio territorial; lembremo-nos, *América para os americanos*, de acordo com a Doutrina Monroe.

Nesse quadro de movimentos e estratégias, a potência norte-americana promove a *Aliança para o progresso*, um programa de ajuda econômica, política e social com os países latino-americanos, executado entre 1961 e 1970. Com a ajuda norte-americana, alguns países da região fortaleceram os seus Estados, construíram infraestruturas de alto impacto, e, por outro lado, com dificuldade, vinham sustentando a aventura da industrialização através da substituição de importações. Desde uma perspectiva progressista, esses quase trinta anos do pós-guerra dão conta do melhor que o capitalismo americano conseguiu dar, tanto no centro, como na periferia, e que, no entanto, segundo a análise dos autores consultados, naquela época, o traço mais notável da região era o da insuficiência (Hardoy e Moreno, 1973).

Contudo, a poderosa explicação da configuração do espaço produzido urbano-rural latino-americano com foco na urbanização dependente da época deixa estabelecidas as bases para compreender o presente, e, portanto, a nova fase da dependência. Esse é o objetivo central de nosso aporte, sustentado naqueles fundamentos teórico-metodológicos, e analisando tanto a conjuntura quanto as relações da política econômica e das mudanças na geopolítica, procuramos decifrar os traços centrais da produção contemporânea e multiescalar do espaço na Bacia do Prata, especialmente na Argentina, focando no modo de produção agroindustrial quase exclusivamente voltado para as exportações. Um projeto transnacional estruturado espacialmente pela Hidrovia Paraguai-Paraná e pela cosmovisão do *mandato exportador* (Cantamuto e Schorr, 2021) que, ao mesmo tempo, amarra e garante uma imperecível relação subordinada e dependente dessa periferia do mundo cujo domínio, no entanto, é disputado pelas superpotências.

Como observamos, naqueles primeiros anos da década de 1970, terminou a fase produtivo-industrial do ciclo sistêmico da acumulação americana, enquanto começava a segunda fase, a do livre mercado e da especulação financeira. Em 1971, o renovado grupo de poder derrubou os acordos de Bretton Woods (1944) e o capitalismo libertou-se das cordas que o prendiam à realidade material do padrão-ouro, e com começou

o período do capitalismo financeiro. Ou seja, o eixo da acumulação passa da produção para a especulação, a usura e a espoliação dos bens sociais e naturais, promovendo uma completa reorganização das relações entre Estado, Capital e sociedade, estabelecendo, dessa forma, as bases da incipiente globalização neoliberal.

No quadro dessa reestruturação total, as grandes corporações transferem gradativamente os processos produtivos mais intensivos em mão de obra e extração de matéria das nações industrializadas para as periferias, buscando reduzir os custos de produção. A lucratividade capitalista passa a depender da relação entre o custo de produção local e do preço do mercado mundial (Gaggero e Wainer, 2021, p. 144). No custo local, além dos baixos salários para a mão de obra, temos que considerar também a falta de regulamentação ambiental e a liberalização do sistema financeiro. Tudo isso impacta na distribuição e na organização da empresa capitalista em escala planetária, criando uma fábrica a céu aberto que distribui de forma desigual as atividades pelo mundo, mas que permanece articulada de forma fluida por infraestruturas de circulação que, por sua vez, servem como espinha dorsal da globalização promovida pela nova fase de acumulação de capital. Em nosso caso, uma região articulada e estruturada pela Hidrovia Paraguai-Paraná, chamada também de "autopista fluvial do Mercosul".

Nesse esquema, nossa hipótese defende a ideia de que aquele que controla essas redes de infraestruturas controlará a nova fábrica global, ou seja, a logística desloca gradualmente a produção, dando origem a todo um novo ecossistema de megacorporações que se tornaram dominantes e que com suas redes infraestruturais produzem e controlam tanto os fluxos, as práticas, e em definitivo o espaço multiescalar das periferias globais. Mesmo assim, nada está fixo nem determinado, pelo contrário, existem intensas disputas pelo controle político e econômico do espaço, e, por conseguinte, das infraestruturas. Com essa ideia geral, nos apartados seguintes, analisamos a aguerrida disputa intercapitalista e interimperialista, pelo domínio da infraestrutura crítica mais relevante do Cone Sul: a infraestrutura transnacional da

Hidrovia Paraguai-Paraná cuja longitude de 3442 quilômetros de rios navegáveis articula os cinco países da bacia do Rio da Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai como expõe a Figura 1.

Figura 1 – Hidrovia Paraguai-Paraná com profundidades navegáveis atuais



Fonte: mapa realizado pelo autor.

O círculo vermelho ao redor da cidade de Rosario marca a zona de influência direta do sistema portuário mais importante da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Hegemonia dos EUA em 1990 e o papel da China no boom das commodities (2003-2014)

A globalização transforma as relações capital-trabalho e ajusta as posições de poder ocupadas pelos atores, reconfigurando a organização econômica e política na escala planetária. A reestruturação da engenharia capitalista ocorre em duas etapas, ruptura em 1970, e novos baseamentos em 1990. Jamie Peck (2010) define o primeiro momento como *roll-back*, ou seja, um ataque ou golpe que desregulamenta ou desmantela os centros burocráticos e de poder, preparando e disciplinando os agentes para a nova fase; um processo que claramente, e como confirma a história, não ocorre sem violência. Antes mencionamos o golpe de Estado no Chile em 1973, ponto de partida do *Plano Condor* que espalhou ditaduras de direita por grande parte da América do Sul. O segundo momento é o *roll-out*, ou seja, o desenho de novas regulamentações sobre o que, em alguns países resta do antigo, precário e nunca concluído, Estado de bem-estar, dando assim origem, pelo contrário, aos princípios e necessidades do sistema financeiro e do livre mercado.

No caso argentino, para designar uma data específica, o *roll-back* começou em 1976 quando, através de um golpe cívico-militar, autodefinido pelos golpistas como Processo de Reorganização Nacional, teve início um plano sistemático de ruptura violenta das conquistas alcançadas em favor das maiorias; a ditadura e o genocídio aparecem como a primeira fase do projeto neoliberal. Por sua parte, o ponto inaugural da segunda fase pode ser apontado em 1989, quando a Lei 23.696 de Reforma do Estado foi executada sob a presidência de Carlos Menem. Essa Lei estrutural, juntamente com um amplo conjunto de outras regulamentações societárias, é para nós a última grande transformação que recebe o Estado argentino. Dessa data até o presente não poderemos encontrar em nenhum governo transformações estruturais como as daquele momento. A Reforma do Estado deve ser lida como parte de um projeto transnacional deliberado, com consciência de classe, planejado com o objetivo de atualizar o antigo modelo econômico de exportação pri-

mária do século XIX, permitindo um novo ciclo de dominação e dependência.

A Reforma do Estado de 1989 promove um padrão de acumulação sustentado na especialização produtiva e na valorização financeira, o qual é assegurado por meio de um sólido conjunto de leis e regulamentações. Entre as mais importantes estão a dissolução por decreto do Conselho Nacional de Grãos em 1991; a nova Lei de Atividades Portuárias Lei 24.093 de 1992, cuja execução transforma o litoral fluvial regional ao permitir a implantação de terminais portuários que até então funcionavam de forma irregular. Paralelamente, é decretada a transferência da propriedade dos portos do país para as províncias e ao mesmo tempo é extinta a Administração Geral dos Portos (AGP) que até então estava nas mãos do Estado Nacional. Pouco depois suma-se, em 1995, que o tramo argentino, especificamente definido como Via Navegável Troncal (VNT) da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) é concessionado para uma empresa privada. Logo, no ano seguinte, em 1996, a Resolução 167 aprovou a entrada da soja transgênica no território nacional. Esse conjunto de transformações orgânicas define o campo de atuação do modelo econômico nacional tendo como núcleo a agroindústria da qual a Hidrovia Paraguai-Paraná será o que a ferrovia foi para a Argentina no século XIX, sua maior infraestrutura extrativista orientada quase exclusivamente para a exportação.

Todo esse conjunto de mudanças sistêmicas, juntamente com inúmeras transformações persistentes na estrutura, forma e função dos diferentes níveis do Estado, materializam o que Harvey (2014) define como *arranjo espacial*. Neste caso, um arranjo espacial de alcance transnacional, com centro na região de Rosario (ver figura 1), onde se concentra uma densa trama de terminais portuários especializados na agroindústria que armazena, processa e exporta quase os 80% dos produtos nacionais. Logo, do fim da década de 1990 e com o arranjo espacial concluído, inicia-se o superciclo das matérias-primas em 2003, momento em que a região está totalmente regulamentada e pronta para crescer –e se expandir- de acordo ao que

for solicitado pela procura capitalista mundial. Assim, a região Rosário volta a integrar o sistema mundo (Wallerstein, 2005) como fornecedora de matérias primas, como já fazia no final do século XIX.

Talvez a grande diferença entre o primeiro e o segundo superciclo vivenciado pela Argentina seja que, enquanto o primeiro se desenvolveu sob o domínio totalmente britânico, o segundo ocorreu no quadro de uma transição acalorada de hegemonia que gradualmente passou dos Estados Unidos para a China, que também teve sua correlação na disputa sobre commodities e infraestrutura. Igualmente, como veremos neste trabalho, essa luta permanece aberta, razão pela qual a região da Bacia do Prata continua presa entre os interesses de ambas as potências. É preciso não perder de vista que esta luta pelo controle do território e das matérias-primas está articulada à dinâmica da urbanização planetária, fortemente ligada à transição urbana chinesa (Zhang Jun, 2017), pais que durante esse período se transforma no primeiro parceiro comercial da região. Em 2011, mais da metade da população chinesa já vivia em cidades pela primeira vez na sua história. Estima-se que entre essa data e 2025, perto de 300 milhões de chineses emigraram do campo para as cidades, aumentando a capacidade de consumo do gigante asiático, ao mesmo tempo que perderam antigos modos de vida e meios de subsistência pressionando sobre outros ecossistemas do mundo.

O hiato do 30 de abril de 2021 e as aventuras errantes de Alberto Fernández

A concessão da administração da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) em 1995 à empresa Hidrovía S.A., formada pela belga Jan de Nul e pela argentina EMEPA, é um dos acordos estruturantes sobre os quais se sustenta o atual padrão de especialização produtiva e valorização financeira na Argentina, sendo de grande relevância para os países da Bacia do Prata. A Hidrovia Paraguai-Paraná, espinha dorsal do modelo de produção dominante, como podemos ver na tabela

1, se sustentou sem dificuldades ao longo do tempo até 30 de abril de 2021, quando a concessão expirou pela terceira vez. A partir daí, uma resolução de longo prazo permanece indefinida.

Tabela 1 – Cronologia da concessão do trecho argentino da Hidrovia Paraná-Paraguai.

Presidentes	Prazos dos acordos
Carlos Menem (1989-1999)	Concessão 1995-2005 Empresa Hidrovía S.A.
Eduardo Duhalde (2002-2003)	1ª Renegociação 2002-2010 Empresa Hidrovía S.A.
Cristina Fernández (2007-2015)	2ª Renegociação 2010-2021 Empresa Hidrovía S.A.
Alberto Fernández (2019-2023)	3ª Renegociação, indefinida desde o dia 30 de abril de 2021. Múltiplos e variados intentos falidos.
Javier Milei (2023-...)	Graças à indefinição do governo anterior, Milei recebe a HPP em dezembro de 2023 sem um acordo definido a longo prazo.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Num trabalho publicado no final do ano de 2022, nos perguntávamos acerca das possibilidades de transformar uma das bases decisivas da estrutura neoliberal criadas nos anos de 1990. Dizíamos que o corte temporal dessa pesquisa (1995-2021) respondia a uma detalhada análise do processo histórico. Dizíamos também que o final da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) tinha aberto um parêntese em abril de 2021 que ainda não se fechara e que, supostamente, ficaria definido em algum momento de 2023.

> Pelo que os processos de conjuntura, meia e longa duração estão intensamente comprimidos numa prega temporal que pelo momento não encontra solução. No marco de acaloradas fricções, pesados atores se disputam o controle da chave maestra da Hidrovia Paraguai-Paraná, e se bemque muitas coisas podem acontecer, tudo parece assinalar que as forças que sustentam o projeto hegemônico são claramente superiores às que o questionam (Scarpacci, 2022, p.11).

Mesmo assim, com o pessimismo da inteligência, mas com o otimismo da vontade, é importante dizer que o final do hiato espaço-temporal acima mencionado, em que podiam acontecer mudanças importantes, ainda continua sem solução; no entanto, fica muito claro: a saída do hiato, *é* a *nova dependência*. A partir daqui retomamos brevemente o processo histórico dos acontecimentos centrais.

Como já foi observado, Carlos Menem realizou a Reforma do Estado em 1989 e em 1995 concedeu a HPP por um período de dez anos, sob os planos estratégicos longa e detalhadamente estruturados pelo grupo de poder que compõe um pequeno número de países liderados pelos Estados Unidos, pelo Fundo Monetário Internacional, e pelo Banco Mundial. As regulamentações do projeto transnacional que esse grupo impulsa são replicadas com extrema semelhança em todos os países da região e que, em última instância, organizam e dão substância à globalização desigual que articula centros e periferias. Essa investida provoca inicialmente um boom econômico que beneficia um pequeno grupo de poder, e que depois, supostamente, e de acordo com a narrativa, iria derramar-se nos setores menos favorecidos. Contudo, em apenas uma década, o projeto neoliberal iniciado em 1989 desencadeia a crise social e política mais importante da história argentina: a revolta social de 19 de dezembro de 2001. Um dia depois de iniciado o colapso, em 20 de dezembro, Fernando de la Rúa renuncia à presidência e foge da Casa Rosada de helicóptero.

Logo o país mergulhou em um caos profundo. Em poucos dias passaram pela presidência Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e finalmente Eduardo Duhalde que pouco a pouco conseguiu estabilizar o país. Em dezembro de 2002, quase um ano após assumir a presidência interina, Duhalde renegociou por mais oito anos a concessão da infraestrutura fluvial com a empresa Hidrovía S.A., até 2010. A crise econômica tinha interrompido os subsídios estatais acordados por Menem um ano e meio atrás, pelo que, além da prorrogação do prazo, e a título de compensação, concedia a empresa a possibilidade de aumentar em dólares o valor do pedágio em 45% a mais do que até o momento estava estabelecido (Taller Ecologista, 2006).

O próximo vencimento da concessão da HPP ocorreu durante o primeiro mandato presidencial de Cristina Fernández de Kirchner. Durante 2009, o governo nacional renegociou o contrato com a Hidrovía S.A., e no dia 21 de janeiro de 2010, a então presidenta dos argentinos assinou o decreto de prorrogação do contrato num ato que ela liderou pessoalmente. No calor do espaço de militância anunciou que a concessão seria prorrogada com a mesma empresa até 30 de abril de 2021.

Ao longo da gestão Macrista, entre 2015 e 2019, o objetivo do governo foi ampliar a capacidade da Via Navegável Troncal[123] da HPP, deixando claro que o padrão de valorização financeira e de especialização produtiva não estava em questão. Tudo indicava que se manteria o esquema de contratações que os governos anteriores já haviam realizado: Menem em 1995, Duhalde em 2002 e Fernández de Kirchner em 2010. Porém, Macri perde as eleições, e em dezembro de 2019, assume o governo de coalizão de Alberto Fernández que recebe um país no qual acontecerão consecutivos incêndios.

Apenas três meses após a posse de Fernández, começou a pandemia da COVID-19, e ele teve que enfrentar os compromissos assumidos pelo governo anterior que deixou uma dívida monumental e irresponsável com o Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, mais uma vez, aproximava-se o fim da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná, previsto para abril de 2021. Nesse quadro, o governo empreende uma marcha por caminhos de encruzilhadas e abismos.

A proximidade da nova renegociação agita as águas, iniciando um tempo de anúncios, lutas e enfrentamentos. A pugna pelo controle da chave mestra do comércio exterior argentino expõe cruamente as diferentes posições dentro do governo de coalizão presidido por Fernández. Também expõe os confrontos tanto entre as diferentes frações do capital quanto entre os diferentes imperialismos. Adicionalmente aparecem manifestações de resistência por diferenças políticas, como por reclamos pela soberania nacional, bem como as lutas socioambientais cada vez mais efervescentes que confrontam decididamente o modelo produtivo dominante.

Nessa dobra do tempo social em que os acontecimentos pareciam condensar-se, o presidente Alberto Fernández decide mudar as regras do jogo ao dar uma reviravolta na história da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná. No dia 28 de agosto de 2020, no sítio histórico de "Punta Quebracho", foi anunciada a criação do "Acuerdo Federal de la Hidrovía", informando também que a cidade de Rosario serviria como Sede da nova entidade nacional. Nessa fala, dois pontos centrais são apresentados pelo Presidente:

Primeiramente, anuncia a criação do Consejo Federal Hidrovía (CFH) com diversas responsabilidades de gestão, entre elas, a licitação de uma nova concessão para as tarefas de dragagem e sinalização da Via Navegável Troncal da HPP e, conjuntamente, a criação de uma entidade de controle estatal, com a participação das províncias.

Em segundo lugar, propõe uma mudança fundamental, anuncia a intenção de nacionalizar a dragagem e o balizamento através da criação da empresa "Administradora Federal Hidrovía Sociedad del Estado". A nova empresa estatal teria uma participação de 51% pelo Estado nacional e de 49% divididos entre as sete províncias costeiras (Buenos Aires, Chaco, Corrientes, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fé). Esses acontecimentos suscitaram expectativas muito fortes num amplo arco político ligado à esquerda e ao progressismo, juntamente com o horror atávico do bloco de poder articulado ao agronegócio. O anúncio do presidente Fernández dava um chute nas bases do neoliberalismo.

Diante do passo decisivo dado pelo governo, o setor agroexportador faz seus movimentos e exerce seu poder. Como resultado das pressões, três meses após o anúncio anterior de Punta Quebracho, no dia 26 de novembro de 2020, o presidente Alberto Fernández assina o Decreto 949/2020 no qual dá um passo atrás e renuncia à nacionalização da Hidrovia Paraguai-Paraná (o segundo ponto acima mencionado).

Chegado o dia 30 de abril de 2021 a concessão expira, e o Estado, ao não ter apresentado os documentos da licitação do concurso público, prorroga a concessão à empresa Hidro-

vía S.A. por seis meses. Da mesma forma, seis meses depois, pouco antes de a extensão expirar, ocorre um outro ponto de ruptura. Alberto Fernández, através do Decreto 427, assinado em 1º de julho de 2021, transfere a administração da Hidrovia Paraguai-Paraná para a órbita do Estado pelo prazo de um ano: de setembro de 2021 até setembro de 2022. O dado não é menor. Significa a transferência da histórica concessão privada para as mãos da Administração Geral dos Portos (AGP), ou seja, após 26 anos de administração privada, a Hidrovia Paraguai-Paraná temporariamente passa para as mãos do Estado nacional argentino.

Ao longo desse ano, no meio de fortes pressões econômicas, ocorreram múltiplos confrontos políticos. Durante os primeiros meses em que a Hidrovia Paraguai-Paraná está nas mãos do Estado, a Emepa e a Jan de Nul continuam, embora não como Hidrovía S.A., nem como concessionários, mas por contrato direto e como contratantes independentes. Outro fato significativo é que neste parêntese de um ano, a arrecadação do pedágio da Hidrovia Paraguai-Paraná passa para as mãos do Estado nacional, representado pela Administração Geral dos Portos (AGP).[124]

Já na órbita do AGP, e como no final de 2021, ainda não estão disponíveis as especificações adequadas para lançar um concurso longo (obras, tecnologia e planejamento), o ente convoca para um concurso curto. A licitação curta foi realizada em dezembro de 2021, porém com pressões imperialistas no meio, o resultado foi contestado, prejudicando principalmente as expectativas da China, cujas empresas pareciam ser as candidatas favorecidas naquele momento. A licitação longa, por sua vez, planejada para começar em setembro de 2022, nunca foi realizada, e nessas condições de indefinição, erros e recuos, o futuro da HPP passou para as mãos do governo Javeir Milei, claramente favorecido pela inoperância do governo anterior.

Resumindo, a gestão de Alberto Fernández realizou um complexo jogo de movimentos *gatopardistas* em que tudo mudou para que tudo continuasse igual, e a oportunidade de transformação

passou, como se nada tivesse acontecido. Logo, com a vitória de Javier Milei, a história já era outra.

O governo Milei e a retomada americana

Acumulação entrelaçada: passado, presente e futuro da Hidrovia Paraguai-Paraná

Incialmente Alberto Fernández ia criar uma empresa do Estado para administrar a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), mas desistiu com as primeiras resistências, deixando o hiato aberto em mãos do mandato seguinte. Com a indefinição do ex-presidente Fernández, o atual presidente Milei cancelou definitivamente a oportunidade de transformação das bases do modelo hegemônico de produção argentina.

Milei recebe a Hidrovia Paraguai-Paraná em dezembro de 2023 sem acordo definido ao longo prazo. O atual Ministro das Infraestruturas, Guillermo Ferraro, nomeia Gastón Benvenuto como auditor da Administração Geral de Portos (AGP) com duas funções principais: por um lado, preparar o documento do concurso de longa duração da Via Navegável Troncal da HPP supostamente para dezembro de 2024 e, por outro, justificar o valor do novo pedágio aos outros usuários da infraestrutura internacional.

No presente, acontecendo frente de nós e estimulado pelo governo de Milei, assistimos a uma retomada acelerada dos Estados Unidos na Argentina com o objetivo de controlar os recursos naturais, mas também por questões geopolíticas e geoestratégicas. No marco desse arranjo, Milei entregou o controle da HPP aos Estados Unidos, inaugurando um novo ciclo de imperialização na região. Ao mesmo tempo, a cidade de Rosario atravessa um forte processo de militarização e violência como resultado da ação do narcotráfico que também usufrui da HPP.

A partir do início de 2024, na cidade de Rosário houve um recrudescimento da violência perpetrada por grupos de narcotraficantes. No mês de março, gangues, traficantes de drogas, com fins políticos assassinaram aleatoriamente quatro trabalhadores

dos transportes e de uma empresa de combustíveis. O objetivo era aterrorizar a população –qualquer pessoa podia ser a seguinte– e o objetivo era também pressionar o novo governo provincial. Essa situação fez com que o presidente e a sua ministra da Segurança Patricia Bullrich, juntamente com o governador da província de Santa Fe, Maximiliano Pullaro, organizassem um "comitê de crise" no qual participam as forças armadas. Como lembra Silvia Adoue (2024), esses movimentos fazem parte do quadro da "doutrina das novas ameaças" promovida pelos Estados Unidos, que substitui a velha "doutrina da segurança nacional", com a qual se justificaram as ditaduras do Cone Sul.

O grande volume de exportações de produtos agrícolas juntamente com cargas de tráfico de drogas não é por acaso, os Estados Unidos desde a ditadura argentina são parte ativa desse movimento. Como explica o jornalista e deputado por Santa Fe, Carlos del Frade (2015), "o tráfico de drogas começou como um negócio paraestatal da ditadura argentina" articulado com a ditadura de Hugo Bánzer na Bolívia. Os negócios entre os dois países continuaram então sob a orientação do ditador Luis García Meza, que operava sob o consentimento e proteção da CIA. Para operar, utilizaram a zona franca do porto de Rosário que havia sido concedido à Bolívia; contudo, nos dias de hoje, é impossível ficar surpreso. Mercadorias legais e ilegais entrelaçadas (Terán-Mantovani e Scarpacci, 2024) fluem pelo rio Paraná, e, como já aconteceu, sob o controle e supervisão dos Estados Unidos, não será estranho se isso acontecer novamente.

Geopolítica e o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA na HPP

Na primeira hora que o novo governo toma posse, alinha-se atrás dos interesses dos Estados Unidos. Vale a pena recuperar três acontecimentos do novo arranjo geopolítico: i) o governo nacional promove a instalação de uma base militar norte-americana na cidade de Ushuaia, na Tierra del Fuego, enquanto, ao mesmo tempo, o governador da mesma província

propõe a instalação de um porto polivalente na cidade de Rio Grande financiado por capital chinês; ii) a disputa entre China e Estados Unidos por minerais críticos como o lítio no quadro de transição energética, em que Argentina, Bolívia e Chile possuem umas das maiores reservas do mundo, e iii) a cessação de um acordo preliminar de cooperação entre a Administração Geral de Portos e o Corpo de Engenharia do Exército dos Estados Unidos para trabalhar em conjunto com o Estado no rio Paraná, chave mestra do comércio exterior argentino e também portal principal do tráfico de drogas. Abaixo, aprofundamos esse terceiro ponto.

A Autoridade Geral dos Portos (AGP) atribuiu um Memorando de Entendimento conjunto que permite ao Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE) trabalhar na Via Navegável Troncal da HPP. O Memorando de Entendimento é assinado em 7 de março de 2024 pelo prazo de quatro anos. Segundo as explicações da AGP, trata-se de um acordo de colaboração e troca de informações. Mais detalhadamente, a declaração explica que:

> O acordo permitirá aprofundar o intercâmbio entre as duas administrações, com foco na eficiência e no desenvolvimento de novas formações em aspectos de gestão portuária e hidroviária, manutenção da navegação e equilíbrio ambiental, bem como desenvolvimento de infraestrutura, entre outras áreas (Comunicado de gobierno, 2024).

O que não diz o *Comunicado de gobierno* é que isso significa também a ocupação permanente da força norte-americana na espinha dorsal por onde flui o comércio internacional argentino e o dos países da Bacia do Prata. Apenas uma semana depois, junto com a entrada dos Estados Unidos na Argentina, em 15 de maio de 2024, o presidente Milei inaugura um busto de Carlos Menem na Casa Rosada. Uma espécie de retorno aos anos 1990. A principal diferença entre um e outro pode ser que enquanto Menem entregou os bens do Estado, ou seja, as grandes empresas e bens de capital do Estado, Milei, já sem esses

ativos, procura entregar os recursos naturais. A Lei de Bases que contém o Regime de Incentivos aos Grandes Investimentos (RIGI) tem esse objetivo.

A Lei de Bases e o Regime de Incentivos aos Grandes Investimentos (RIGI)

A última revolução político-normativa da Argentina, como já foi observado, foi realizada por Menem na década de 1990, quando reformou o Estado e depois, juntamente com um conjunto amplo e sistêmico de políticas, também entregou aos interesses privados a infraestrutura que suporta o comércio exterior argentino. Assim, os bens socialmente produzidos ao longo da história argentina já não existem, pelo menos, como patrimônio do Estado.

Atualmente, num país endividado e sem acesso ao crédito, graças à gestão de Macri, a única forma de sustentar a taxa de câmbio proposta pelo atual governo, e ao mesmo tempo conter a inflação, "é alienando os nossos recursos naturais (principalmente hidrocarbonetos e minerais), daí a importância fundamental para o governo do RIGI, incluído na Lei de Bases" (Cantamutto e Wainer, 2024), ou seja, o RIGI é uma espécie de 1990, só que *recarregado*.

Os economistas alertam também que mesmo que o projeto fosse bem-sucedido nos seus próprios termos, o que sempre acontece na Argentina voltaria mais uma vez a acontecer: os dólares que entrariam com o novo regime de investimento fugiriam logo em maiores quantidades. O RIGI dá novo corpo ao antigo e persistente desejo dos grupos econômicos, - a Argentina mero fornecedor de matérias-primas - e obviamente também põe fim ao pouco que resta da antiga indústria nacional.

A transição energética corporativa alavancada por organismos multilaterais promove o extrativismo verde apoiado na arquitetura financeira em que se destacam os títulos da dívida argentina. Nesse quadro "libertário", o país abdica de receber impostos gerados por rendas extraordinárias, a estimular atividades de valor acrescentado, e perde literalmente a capacidade de decidir

sobre o que fazer com os seus recursos naturais, tão fundamentais como a água.

Por sua parte, o governo de Milei explica que não é possível receber grandes investimentos sem garantir benefícios suculentos ou assegurar estabilidade para os investimentos a longo prazo. Junto com isso, o RIGI estabelece um verdadeiro regime de exceções que proporciona segurança jurídica aos investimentos, e amarra, e deixa sem saída, o estado argentino por mais três décadas, inaugurando uma nova fase de dependência e subordinação, agora, mais uma vez, principalmente baixo o controle dos Estados Unidos.

Reflexão final: dívida, espaço e mandato exportador

O (re)esquentamento da luta entre as potências hegemônicas pelo domínio dessa periferia global, no quadro de um capitalismo rentista hiperfinanceirizado, acompanha um retorno do neoextrativismo progressista com forte presença do Estado para o extrativismo clássico, radicalizado pelas novíssimas políticas de entrega do atual governo. O governo "libertário" promove uma nova rodada de subordinação, reprimarização e aprofundamento da velha divisão internacional do trabalho que coproduz seu próprio tipo de urbanização, violenta, desigual e dependente.

Atualmente, o governo Milei continua preparando os documentos para o novo concurso longo da concessão da HPP, aquele que expirou em abril de 2021, e que posteriormente foi nacionalizado por Fernández para que passasse a operar sob o controle de uma empresa estatal. Parecia que com essa operação uma parte importante do antigo quadro neoliberal ficava para trás. Mas que, com o recuo e a apatia do governo de Fernández, e logo, com o governo de Milei, que sem ambiguidades chegou para reprimarizar a economia e reforçar a regulamentação da pilhagem de recursos naturais com a RIGI, a nova concessão "libertária", ainda sem definição, projeta para o futuro o projeto neoliberal *recarregado* trinta anos para frente. Claramente, o final aberto que mencionamos no início deste trabalho: *é a nova dependência.*

Em sua obra A Revolução Urbana (1972), Lefebvre é conclusivo ao afirmar que *quem produz o espaço o domina*. Da mesma forma, como apontamos, a HPP é hoje para a Argentina o que a ferrovia foi no século XIX. Uma infraestrutura de base que se expressa no território como uma unidade contraditória: ao mesmo tempo em que incorpora e fragmenta o espaço, expropria e mercantiliza a natureza, e homogeniza as formas de vida e acentua as desigualdades sociais. Como argumentamos ao longo deste trabalho, há uma retomada dos Estados Unidos na Argentina, recuperando o seu antigo 'quintal', perdido com o avanço da China. Mas, para além da disputa geopolítica, nos perguntamos o que garante essa dependência, seja ela espanhola, inglesa, norte-americana ou chinesa. Qual é a força que impulsiona a repetição infinita da dependência? Abaixo oferecemos dois grupos de respostas a essas perguntas.

O mandato exportador e a espiral da dívida

Uma resposta plausível às questões anteriores é que a dívida em moeda estrangeira força o Estado a arrecadar divisas nessa mesma moeda, as quais só podem ser obtidas por meio das exportações. Uma das restrições centrais da economia argentina é o estrangulamento externo, ou seja, a falta de divisas para sustentar o crescimento. Mas, como explicam os especialistas, o problema não está aí, mas sim

> nas áreas financeiras que provocam fugas sistemáticas de recursos. A dívida e seus pagamentos, a remissão de lucros, os pagamentos por serviços fictícios, a fuga de capitais são características determinantes desta restrição. No último quarto de século, a Argentina acumulou um superávit comercial (ou seja, vende mais do que compra ao mundo) e, apesar disso, o setor de pagamentos externos entra em problemas cíclicos devido aos problemas estruturais já mencionados" (Equipo Transiciones, 11, 2024).

É curioso que tanto os economistas ortodoxos quanto os neodesenvolvimentistas concordem que a América Latina deve

aumentar suas exportações continuamente. Essa convergência é decisiva, porque generaliza a ideia de que, para nos libertarmos do jugo da dívida, devemos exportar mais para poder pagá-la; um ciclo recorrente que Cantamuto e Schorr (2021) chamam de *mandato exportador*. O *Mandato exportador* opera como uma imposição na consciência coletiva da sociedade, refletindo uma forte e arraigada marca colonial; sugere que nosso papel no mundo é exportar recursos naturais. Questionar esse papel "natural", exaspera até os setores historicamente mais progressistas.

Mesmo queexportar mais implique em radicalizar a extração de matérias-primas, provocando maiores pressões ambientais que, além disso, não se destinam a satisfazer necessidades sociais, mas sim pagar a dívida... o que nos obriga a exportar ainda mais, perpetuando o ciclo. Romper esse *feedback* perverso requer a criação de uma nova arquitetura financeira, além do avanço para um diferente modo de produção. Isso também implica enfrentar esse projeto transnacional com uma consciência de classe que articula os centros de acumulação global com os interesses das elites nacionais, como já foi destacado na introdução deste capítulo. O espaço produzido não atende completamente aos interesses imperialistas, nem às decisões dos grupos de poder nacionais.

O padrão de especialização produtiva e de valorização financeira, conforme o antigo princípio das vantagens comparativas, integra a região na globalização neoliberal de maneira subordinada e a mergulha numa espiral descendente sem solução aparente. Num trabalho recente (Scarpacci, 2024), mencionamos que, nesse jogo de forças desiguais, as relações de poder estruturam o uso da terra e, consequentemente, definem as atividades sociais no espaço, ordenadas pelos imperativos de fluidez,[125] valorização financeira[126] e seleção instrumental do espaço.[127]

Um caminho diferente, que vá além do discurso, poderia avançar na substituição das cadeias de valor globais por uma regionalização subcontinental da produção, e, ao mesmo tempo, trocar as economias de enclave por uma integração

regional e enfrentar o antagonismo campo-cidade: esses são alguns dos desafios essenciais para uma transição rumo a um Estado ecossocial.

O papel do espaço na reprodução da dependência

Complementarmente ao anterior, a segunda resposta às questões levantadas ao inicio desta seção, encontra-se na inércia que as atividades adotam no espaço, como também na inércia do próprio espaço produzido.

Há uma relação intrínseca entre espaço social e modo de produção que, ao mesmo tempo, também passa por sucessivos ciclos extrativistas produzindo inércias, ou seja, como resultado dessas dinâmicas extrativistas, produz-se um tipo específico de espaço e sociedade que tende a se reproduzir ao longo do tempo. Cada ciclo de extração cria marcas indeléveis que deixam sinais (materiais e imateriais) no território por onde flui a extração, que serão amplificadas no ciclo seguinte, reforçando o perfil de um determinado modo de produção. Com o tempo, essas marcas são naturalizadas pela sociedade, tornando-se um *mandato; uma obrigação social*.

Dessa forma, os investimentos de capital, a herança dos aprendizados e costumes dos grupos, bem como as leis e regulamentos dos Estados, tendem a ser mantidos e repetidos ao longo do tempo. Isso não significa que essa reprodução ocorra de forma linear e sem variações; no entanto, as novas mudanças serão condicionadas pelas características espaciais e pelos valores sociais previamente estabelecidos e adquiridos. Isso explica a dificuldade em questionar a infraestrutura da Hidrovia Paraguai-Paraná, o setor mais competitivo da economia argentina, que também estrutura o espaço transnacional da Bacia do Prata do Prata.

Além disso, essas marcas (ou melhor, cicatrizes) não estão apenas nos locais de extração (por exemplo, na mina), mas sim esparzidas ao longo do espaço sob a forma de infraestruturas que atravessam o espaço latino-americano de forma transescalar, levando os *commodities* do "campo" para a "cidade" e da "mina" para o "porto". Mercadorias que ainda devem ser deslocadas para os centros urbanos globais para que logo possam ser processados

e consumidos. O fenômeno da circulação e dos ciclos repetitivos em camadas sucessivas ao longo da história produz uma cristalização particular do espaço social que condiciona o presente, mas também, empenha o futuro.

Seguindo esta linha marxista, o espaço é um produto produzido que contém as relações desiguais de produção, mas que também tem a característica única de que, ao criá-lo socialmente, somos socialmente obrigados a viver em ele (Harvey, 2013), o espaço, nesta perspectiva, é um produto social que ao mesmo tempo nos produz socialmente. Isto é, quando uma sociedade cria e recria um território, ela cria e se recria a si mesma, ou como diz Marx em O Capital "e, agindo desta forma sobre a natureza externa a ele e modificando-a, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza" ([1867] 2014, p.162). Segundo essa ideia, a reprodução das relações sociais de produção (ou de extração de natureza para as periferias globais) é assegurada no espaço, pelo espaço e, portanto, tenderá a repetir-se condicionando as vidas das gerações futuras.

O arranjo espacial produzido pela contrarrevolução neoliberal de 1990 inaugurou um ciclo de dependência do espaço urbano-rural de uma ampla região argentina estruturado pela Hidrovia Paraguai-Paraná; dependência recentemente *recarregada* pelo governo Milei. Portanto, para além da regulamentação neoliberal e das amarras da dívida e do mandato exportador, a inércia da materialidade da infraestrutura e do espaço produzido também garante e assegura uma subordinação hierárquica centro-periferia do território, projetando no futuro uma imperecível relação dependente.

CAPÍTULO 14

Neoextrativismo e hegemonia: o investimento social privado nos territórios minerados da Região Metropolitana de Belo Horizonte[128]

Junia Ferrari
Renato Barbosa Fontes
Léa Guimarães Souki

Introdução

A questão mineral no Brasil está longe de ser considerada como um problema recente, muito embora, desde o desastre-crime da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (MG) no ano de 2015, tenha se acirrado essa discussão em diversos campos, seja da ciência, da política ou da economia. Desde o período do Brasil colônia até as distintas fases do Estado republicano, incluindo a mais recente sob a égide do neoliberalismo, o extrativismo mineral tem se sustentado a partir de uma unidade contraditória nos territórios explorados. Nos referimos às promessas de desenvolvimento econômico a partir da geração de empregos para a população local, de maior arrecadação fiscal e da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)[129] para as prefeituras, que coexistem com riscos, danos e desastres de grandes proporções, comprometendo a vida humana e o meio ambiente. Soma-se a esta equação uma incursão do capital minerário no interior da sociedade civil

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_014

organizada, por meio de parcerias entre as empresas mineradoras e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nos locais onde operam, com consequências para a capacidade contestatória dessas diante dos efeitos deletérios da atividade minerária. A associação desses aspectos cria uma 'dependência' singular, mais especificamente aquilo que Trocate e Coelho (2020) e Tádzio Coelho (2017;2020), inspirados na teoria marxista da dependência (SANTOS, 2011; 2015), interpretou como 'minério-dependência'[130] para sistematizar a particularidade multifacetada da dependência em municípios minerados[131], que não se resume apenas à uma subordinação econômica, mas amplia-se também às relações sociopolíticas.

Este cenário é parte do novo ciclo de exploração mineral nomeado 'neoextrativismo´ (SVAMPA, 2019), que reproduz atributos neoliberais pela inserção subordinada dos países explorados na economia global e por meio da disputa da hegemonia social e política junto aos municípios minerados. Tais atributos podem ser identificados, dentre outros aspectos; (i) no papel atribuído ao Estado como facilitador (especialmente a partir das alterações nas legislações pertinentes e na atuação como agente de investimento)[132]; (ii) na escala dos bens naturais extraídos (megaempreendimentos); (iii) no uso intensivo de bens naturais e na 'superexploração da força de trabalho'[133]; (iv) na continuidade da subordinação dos países explorados na economia global (dependência); (v) e no encolhimento da democracia e de sua função coletiva de controle e monitoramento. O neoextrativismo opera "[...] sem consentimento social, sem consulta à população, sem controle ambiental e sem a presença do Estado, ou mesmo com ela, a tendência marca a manipulação das formas de participação popular com o objetivo de controlar as decisões coletivas" (SVAMPA, 2019, p. 31-32)

Desta maneira, a referida unidade contraditória pode ser compreendida como um desdobramento da relação dialética centro/periferia nesses locais, na qual o centro do capitalismo viabiliza a acumulação por meio da exploração da periferia fornecedora de Natureza, ao mesmo tempo em que atualiza formas de dependência, incluindo da sociedade civil organizada.

Acselrad (2018) identifica uma prática adotada para ampliação dos domínios "extra muros" da atividade minerária, isto é, um

conjunto de discursos e práticas de gestão empresarial do social – práticas de "não mercado", segundo o autor - seja a partir das próprias empresas, seja a partir de suas fundações. Trata-se de parcerias e transferências de recursos para algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs)[134], sediadas em cidades onde essas empresas operam, e que podem contribuir para fragilizar o potencial contestatório das comunidades locais. Conhecidas, no âmbito empresarial e do 'empreendedorismo social', como práticas de 'investimento social privado', englobam um conjunto de ações de caráter gerencial conduzido pelas próprias empresas e/ou suas fundações, com vistas a ampliar sua hegemonia a partir da valorização de suas imagens, ao mesmo tempo que despolitiza e subtrai das sociedades locais sua capacidade participativa e transformadora.

No âmbito político, o receio das mineradoras encerrarem suas atividades e, consequentemente, restringirem a oferta de empregos e a arrecadação municipal, pode levar o poder público e a população local a aceitarem as condições de exploração, numa espécie de consentimento forçado. A combinação entre essas forças internas e externas explica a posição subalterna e a baixa capacidade dos municípios no enfrentamento da forma intensivista do neoextrativismo e, consequentemente, de superar as formas de dependência.

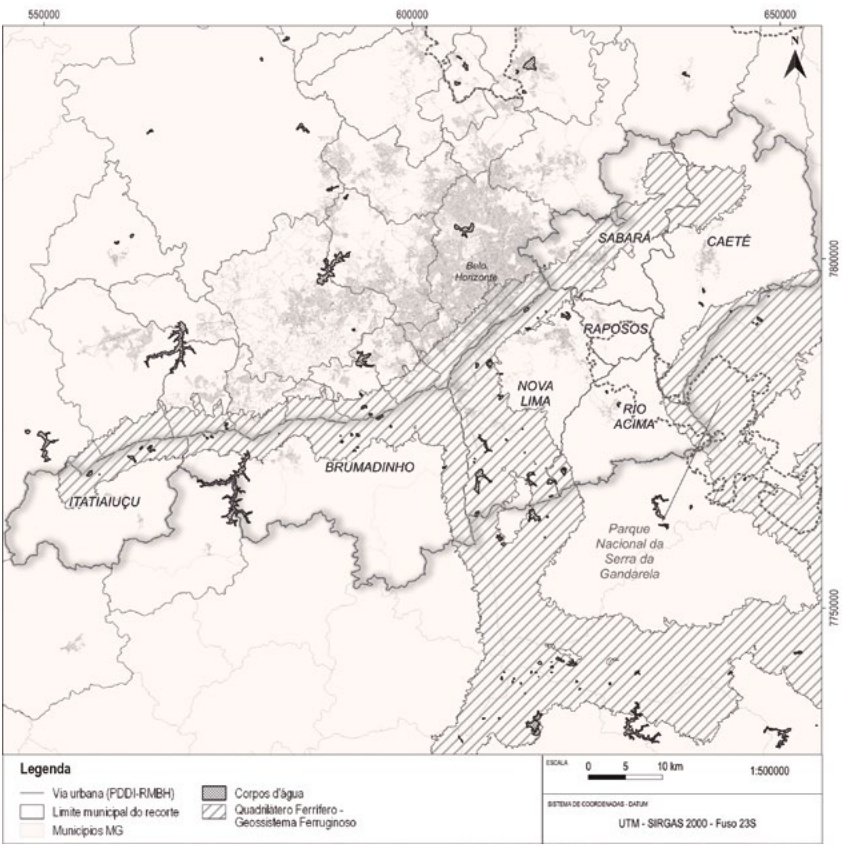
Este estudo se apoia nas reflexões suscitadas por uma pesquisa realizada nos municípios[135] do vetor sudeste da RMBH e inseridos no Quadrilátero Ferrífero[136] (fig. 1), cujas matrizes econômicas estão fortemente apoiadas na atividade minerária. Esta inserção determina uma forte influência dessas atividades e, consequentemente, participação significativa das companhias mineradoras não apenas na economia local, mas também nas relações sociais e políticas.

Nesse sentido, é objetivo deste trabalho apresentar algumas das estratégias utilizadas pelas mineradoras que operam do vetor sudeste da RMBH, a fim de responder se é possível identificar nessas ações mais uma expressão de dependência social e política. Para isso, foram pesquisados os relatórios de sustentabilidade disponibilizados nos sites das mineradoras. Como parte das ações desses grupos, são oferecidos recursos na forma de editais

voltados para o atendimento de demandas sociais (esporte, lazer, assistência social), criando assim um certo nível de dependência das políticas sociais dos municípios aos recursos disponibilizados nesses editais (elaborados e conduzidos pelas mineradoras).

Observa-se que algumas das ações praticada pelas mineradoras da região possui um sentido de 'apaziguamento social' na medida em que pode enfraquecer seu ânimo combativo. Em síntese, "as corporações têm acionado tais microtecnologias de poder para, ao mesmo tempo, evitar rupturas nos fluxos de mercadorias e materiais e legitimar, no plano local, o regime neoliberal que predomina no plano macroeconômico" (ACSELRAD, 2018, p.33).

Figura 1 – Mapa de localização do vetor sudeste no Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores do núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles com base nos dados do IBGE (2023), IDE-SISEMA (2023), Instituto Prístino (2017).

Este trabalho está organizado em três seções, além desta introdução que apresenta o tema, e de uma conclusão que sintetiza algumas considerações. A primeira seção recupera alguns elementos do neoliberalismo, com especial enfoque na adesão da sociedade civil a esse ideário. Na consolidação desse formato de participação social foi possível identificar o desenvolvimento de um tipo de associativismo capaz de assimilar uma prática de expressão neoliberal. Para tal, além de discutir aspectos da governança neoliberal, faz-se um breve histórico da expansão do associativismo no Brasil a partir da década de 1990, com destaque para o crescimento das OSCs[137].

A segunda parte dedica-se a um levantamento preliminar sobre as formas de atuação do 'investimento social privado' por parte das empresas minerárias do vetor sudeste da RMBH. Para apresentar essas informações, aqui sistematizadas sucintamente, foi necessário reunir dados divulgados pelas próprias mineradoras em seus *sites* institucionais e/ou relatórios de sustentabilidade, principais canais de comunicação e fontes de investigação identificadas. Também foram consultados jornais *online*, *sites* da AMIG (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais) e do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), entre outros. Este caminho deu visibilidade para o caso da empresa *AngloGold Ashanhti*, explorado neste artigo a título de exemplo, cujo trabalho de parceria e financiamento a algumas OSCs da área de estudo merece destaque. A escolha por esta empresa adveio das características do seu principal programa de 'investimento social privado' - o 'Parcerias Sustentáveis' -, responsável por traçar editais anuais de financiamento de projetos sociais da região onde a empresa opera[138], a partir de repasses para algumas OSCs. Segundo balanço divulgado[139] pela própria empresa, o programa já apoiou 240 iniciativas nos municípios vizinhos às suas operações, beneficiando diretamente cerca de 27.000 pessoas com um investimento de aproximadamente R$ 9 milhões.

Na terceira seção, utilizamos a crítica gramsciana para aclarar o entendimento dessas contradições e ambiguidades no interior do campo da sociedade civil. Isto é, as características dessa expansão da democracia de maneira simultânea à difusão dos

interesses do grande capital do setor minerário, entendendo que a dependência social não é uma situação imposta apenas pelo ambiente externo, mas também condicionada pelas forças internas que compõem a sociedade dependente.

Encerrando a discussão, as considerações finais sintetizam nossos questionamentos e os riscos dessa face da dependência ampliada, capaz de reduzir ou constranger as respostas da sociedade civil às atividades minerárias consideradas deletérias para o bem comum.

O ideário neoliberal: da participação social ao associativismo empresarial

O neoliberalismo, assim como o neoextrativsimo, mais do que uma reinvenção vigorosa do capitalismo, é um sistema normativo que impõe a lógica da concorrência generalizada como conduta, e a empresa como modelo de eficiência a ser adotado pela máquina do Estado e pelos indivíduos, tanto em suas relações internas quanto com o mundo. Em outros termos, produz comportamentos e ordena as relações sociais segundo o padrão empresarial, transformando não apenas o Estado numa esfera submetida a exigências de eficácia e desempenho, mas também os indivíduos em empreendedores e concorrentes entre si (DARDOT & LAVAL, 2016).

Para Deneault (2018), o risco de se aplicar a teoria do *management* à política e à vida pública, dentre outros, é que "não mais se fala de luta social, mas de aceitabilidade social. Não se fala mais de princípio de precaução ou de natureza, mas de desenvolvimento sustentável. [...] Não se denuncia mais a propaganda, fala-se da responsabilidade social das empresas" (DENEAULT, 2018, p.19-20). Nesse sentido, mais do que a associação entre mercado e Estado amplamente discutida pela literatura pertinente, a 'boa governança' neoliberal pressupõe a adesão da sociedade civil. Este não é um movimento recente, longe disso, a sociedade civil é identificada, desde os escritos carcerários de Antonio Gramsci (1926-1937), como um terreno fértil para reprodução e legitimação das ideias e interesses capitalistas.

No Brasil, a recente difusão das reformas neoliberais, também chamada de 'inflexão ultraliberal'[140], tem impactado diretamente não apenas a qualidade de vida nas cidades brasileiras - com o encolhimento das políticas sociais, a desregulamentação de políticas de proteção ambiental e o crescimento do trabalho desprotegido, mas também no sentido de uma fragilização das organizações classistas e do comprometimento do processo democrático - com a interrupção e o fechamento de diversos espaços de participação da população na discussão das políticas públicas, como é o caso dos Conselhos e das Conferências de Políticas Públicas.

Participação social - da reivindicação à parceria

A redemocratização é um marco na construção do arcabouço jurídico-político que trouxe consigo a ampliação e a diversificação do espaço para distintos interesses de classe. A década de 1990, no Brasil, pode ser vista como um período de crescimento da participação social, reiterada pela Constituição Federal de 1988 que consagrou, em seus princípios fundamentais, a participação popular na gestão pública. O envolvimento da sociedade civil no desenho, implementação e controle social das políticas públicas acabou por gerar um deslocamento de boa parte dos grupos anteriormente envolvidos em pautas de caráter mais reivindicatório, inclusive para a composição da gestão pública. No bojo da redemocratização, foram temas como reforma urbana, redemocratização, regularização fundiária, bem como a criação de Conselhos Setoriais, Conferências, Orçamentos Participativos que absorveram parte da cidadania ativa na direção de um outro formato mais aproximado com a administração pública.

Por outro lado, no mesmo período, portanto ainda sob influência do relativo ambiente de confiança e participação gerados pela Constituição de 1988, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso implementou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995)[141], coordenado pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado,

Luiz Carlos Bresser-Pereira. O referido plano deixa evidente a intenção de um enxugamento dos direitos trabalhistas e da previdência social, com perdas significativas para a população em geral, e aponta, de forma explícita, na direção da terceirização das políticas públicas a partir de parcerias com as organizações não estatais (Terceiro setor ou Organizações da Sociedade Civil). Segundo Bresser-Pereira,

> A reforma provavelmente significará reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços [...] mas implicará, provavelmente, em *ampliar suas funções no financiamento de organizações públicas não-estatais para a realização de atividades nas quais externalidades ou direitos humanos básicos estejam envolvidos* necessitando serem subsidiados (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 6, grifo nosso).

Para Simões (2010), esta intenção de 'despolitização' do Estado associada a uma desestatização da regulação social resultaram na necessidade de uma nova forma de organização política "mais vasta que o Estado, mas de que ele articula e integra um conjunto de fluxos, redes e organizações, em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais, este conjunto é o terceiro setor" (SIMÕES, 2010, p. 466).

Coincidentemente, multiplicaram-se os registros dessas organizações a partir desse período, motivadas também pela precarização das políticas sociais e das organizações classistas, além do crescimento das formas de trabalho desprotegido, tal como mencionado anteriormente. Segundo Lopez (2018, p.22), em 2015, o total de pessoas ocupadas com vínculos formais nas OSCs no Brasil equivalia a "mais de 30% do que empregava o setor da agricultura, 26% do total empregado na indústria e 26% do total de pessoas empregadas no setor público (incluindo civis e militares)".

Tabela 1 – OSC's por faixas do ano de criação no Brasil

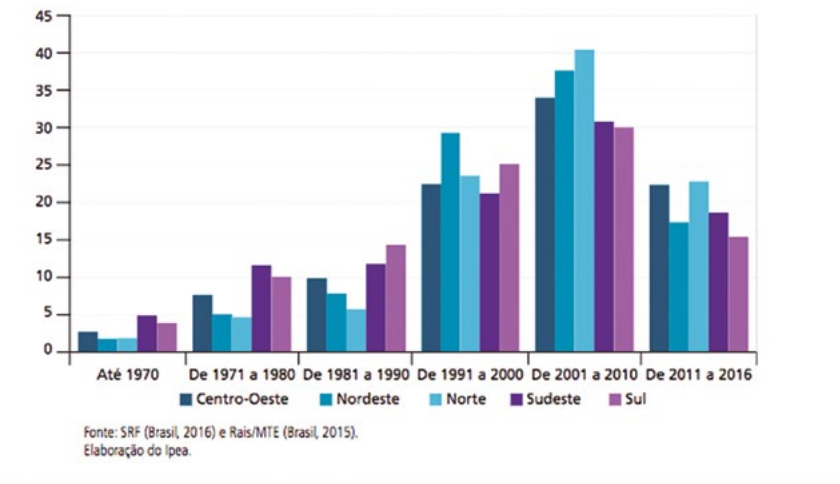
Faixas de ano de criação	Total	%
Ano 1970	28.579	3,50
De 1971 a 1980	72.466	8,80
De 1981 a 1990	88.147	10,70
De 1991 a 2000	201.389	24,60
De 2001 a 2010	277.452	33,80
2011	29.663	3,60
2012	25.722	3,10
2013	28.113	3,40
2014	24.870	3,00
2015	23.835	2,90
2016	19.949	2,40

Fonte: SRF (Brasil, 2016). Elaboração IPEA. In: LOPEZ (2018, p.140)

A maior parte dessas OSCs, popularmente conhecidas por organizações não governamentais (ONGs), como pode ser observado na tabela 1, foi criada nas décadas de 1990-2000 (24,6%) e de 2000-2010 (33,8%). A partir de 2011, há uma estabilização no número de novos registros, mas ainda assim, com uma taxa anual de crescimento na casa dos 3% (LOPEZ, 2018), justificado por um contexto de novas legislações que regulamentam a estrutura administrativa e burocrática dessas organizações, bem como o acesso aos financiamentos e fundos públicos.

Este período aponta para uma guinada no perfil da participação que, segundo Fontes (2010), direcionou o associativismo civil para um contexto 'profissionalizante' de atuação. A hipótese da autora (FONTES, 2006; 2010; e 2018), e que aqui se configura como discussão central, é que no interior da disputa hegemônica no Brasil há um movimento de conversão das bases do associativismo civil à um perfil mercantil-filantrópico, associado a uma certa dinâmica da expansão financeirizada mundial, sob o guarda-chuva da responsabilidade social[142].

Gráfico 1 – OSC's ativas em 2016, por região e década de criação (%)



Fonte: SRF (Brasil, 2016 e Rais/MTE (Brasil, 2015). Elaboração IPEA.
In: LOPEZ (2018, p.142)

Segundo dados do IPEA (LOPEZ, 2018), o Brasil atingiu, no final de 2016, a marca de 820 mil OSCs com Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) ativos no país, como pode ser observado no gráfico acima. Desse total, 709 mil (86%) aproximadamente representam associações civis sem fins lucrativos, outras 99 mil (12%) configuram organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas (LOPEZ, 2018, p.21). Segundo o autor, "Os novos dados retratam um setor amplo, com importância econômica no mercado de trabalho, além da conhecida relevância em ações de interesse público" (idem, p.21). Casimiro (2018), ao analisar a série histórica dessas organizações civis - de 1996 a 2016 -, constata um aumento em torno de 715 mil novas instituições, o que representa um crescimento de aproximadamente 680%.

No final na década de 1980 é promulgada a Lei nº 9.637, de 1988, que institui a primeira forma das organizações sociais de interesse público, em acordo com a perspectiva do referido Plano de Reforma do Estado e, na sequência, o chamado terceiro setor será regulado também pelas leis nº 9.790/99, nº 12.101/09 e nº 91/1935, e pelo Decreto Legislativo nº 3.100/99, culminando com o novo marco regulatório dado pela lei nº 13.019/2014.

Esse conjunto de leis e ações acaba por influenciar o segmento do Terceiro setor de modo a gerar efeitos ambíguos e contraditórios. Se por um lado, traduz os anseios da sociedade civil organizada no sentido de um maior rigor e transparência no repasse desses recursos, por outro sinaliza como oportunidade para o ideário neoliberal no sentido de imprimir, também à participação social, o caráter empresarial que já alcançara a esfera pública. Em síntese, impulsionado no período de redemocratização no Brasil, contraditoriamente as estratégias gerenciais do modelo empresarial de governança predominam e alcançam todos os setores - privado, público e associativo.

Associativismo empresarial

Um marco para o seguimento desse modelo de 'associativismo empresarial' foi a constituição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) em 1995, organização composta por grandes empresários mobilizados pelos pressupostos da 'responsabilidade social' ou 'investimento social privado', e que se autodeclaram como sendo 'sem fins lucrativos'. O grupo conta com 160 associados[143] que, somados, investem por volta de R$ 2,9 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando de terceiros. O exemplo do GIFE, no Brasil, assinala uma característica que vai se tornando um padrão no setor, ou seja, uma concentração de fundações que se autodeclaram sem fins lucrativos e se apresentam como sociedade civil, mas todas com origem em grupos da iniciativa privada.

Com o discurso de responsabilidade social empresarial (RSE), suas ações demonstram convergir para a legitimação desse princípio como diretriz estratégica de uso dos recursos privados, alinhando a perspectiva do respectivo negócio à uma dimensão pública, a partir de ações sociais. O discurso adotado, entretanto, emprega termos típicos do mercado, tais como 'capacidade de assumir riscos' e 'promover inovação', além de procurar distanciar-se, segundo eles, de 'práticas de ações assistencialistas'. Suas ações prescrevem orientar-se por meio da "i) preocupação com

planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos; ii) estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; iii) envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação"[144].

Esse discurso, além de alinhado à linguagem da 'governança neoliberal', sinaliza um grande interesse no sentido da construção, fortalecimento e divulgação da imagem dessas empresas. Em seus textos institucionais, é comum ver suas ações apresentadas como 'investimento' e os atores sociais chamados de 'investidores sociais'.

> O investimento social possui instrumentos poderosos ligados à mobilização dos recursos da sociedade e do capital privado. Como *investidores sociais*, devemos ser capazes de *incorporar a dimensão pública na gestão de recursos privados.* Estruturas de governança fortes e a ampliação da transparência são vetores fundamentais para assegurar o devido equilíbrio entre os interesses público e privado e um diálogo aberto e efetivo com grupos sociais. (GIFE, grifo nosso)[145].

Atualmente há cerca de 20 empresas de mineração[146] atuando em sete municípios que compõem o que aqui denominamos por vetor sudeste da RMBH, e cujos PIBs estão majoritariamente ancorados nessa atividade econômica. Dessas mineradoras, apenas 12 têm site institucional e/ou relatórios de sustentabilidade disponibilizados online, o que nos obrigou a reduzir o recorte de análise para esse universo, abaixo sintetizado.

Foi possível constatar semelhanças nos discursos institucionais das 12 (doze) empresas analisadas: (i) *Sustentabilidade*, presente em todas elas; (ii) *Segurança*, presente em 9 empresas; e (iii) *Responsabilidade Social*, vista em 7 empresas. Outros aspectos como *Ética, Liderança, Qualidade e Saúde*, por exemplo, são também mencionados.

Tabela 2 – Diretrizes e Princípios recorrentes entre as mineradoras.

Empresas	Nacional/ Multinacional	Diretriz Base	Princípios recorrentes
1. AngloGold Ashanti	Multinacional	ODS da ONU	Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
2. ArcelorMittal			Sustentabilidade
3. CSN Mineração			Meio Ambiente Segurança Responsabilidade Social
4. Jaguar Mining			Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
5. Mineração Usiminas			Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
6. Vale - Cia Vale do Rio Doce			Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
7. Vallourec Mineração			Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
8. Grupo AVG	Nacional	Política própria	Responsabilidade socioambiental
9. Grupo MBL			Meio ambiente Segurança Responsabilidade Social
10. Herculano Mineração			Responsabilidade socioambiental Segurança
11. Minerita			Meio Ambiente Segurança
12. Vórtice Mineral			Meio Ambiente Segurança

Fonte: sites das empresas trabalhado pelos pesquisadores do Núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles.

Isto sugere que estes princípios, em especial a tríade *Sustentabilidade, Segurança e Responsabilidade Social,* tenham sido internalizados na prática das empresas como um recurso de legitimação e, em última instância, de sua hegemonia. *A responsabilidade social* é apresentada, de maneira geral, como uma preocupação das empresas com as comunidades locais, e suas ações são viabilizadas a partir de recursos próprios, doações ou via leis de incentivo fiscal, em diversas áreas.

A *Sustentabilidade* apresenta-se como um elemento que sobressai na maioria dos *sites* e relatórios. Sua visibilidade se dá por meio de informações sobre a adoção de medidas de educação

ambiental e investimentos sociais que visam garantir o desenvolvimento social e a preservação dos recursos naturais. As empresas ressaltam com clareza seu papel primordial no escopo de atuação, o que pode ser, em grande medida, entendido pela visibilidade internacional do conceito de sustentabilidade.

A *Segurança*, de modo geral, aparece como essencial nas operações das empresas visando o bem-estar dos funcionários através da adoção de medidas de prevenção de acidentes de trabalho, por exemplo, ou de medidas relacionadas à saúde dos indivíduos.

Desse universo de empresas, 8 (oito)[147] são multinacionais e estão inseridas no Pacto Global da ONU, iniciativa voluntária lançada em 2000 e voltada para o setor empresarial. No Brasil, essas empresas organizam-se através da Rede Brasil do Pacto Global, que preside o Conselho das Redes Locais na América Latina e tem sede em Nova York. Entre seus objetivos, encontra-se "alavancar o potencial da comunidade empresarial como agente de transformação também é garantir a competitividade dos negócios na economia mundial e a inclusão de lideranças em fóruns decisórios globais de referência"[148]. Isto é, as ações de responsabilidade social não são apenas indissociáveis das atividades econômicas, mas apresentam-se como vantagem e ganho no mercado financeiro.

Nesse mesmo sentido, a Bolsa de Valores de São Paulo, atual B3, comprova que as ações de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, o qual mede o desempenho corporativo de acordo com os critérios de sustentabilidade, contribuem para uma maior confiabilidade dessas empresas, melhorando sua performance no mercado financeiro em relação às demais. Segundo o portal da Bolsa de Valores de SP,

> O objetivo do ISE B3 é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios[149].

Esses índices funcionam a partir de um ranking das empresas que se enquadram nos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo mercado financeiro, que inclui uma avaliação das ações de responsabilidade social empresarial (RSE), cuidados ambientais e transparência financeira. Para isso, as empresas precisam publicar suas ações no Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, a fim de dar transparência às atividades corporativas. Em sua pesquisa sobre a relação entre RSE, ISE e valorização de ativos das empresas, Joseph *et al* (2018) indicam que há uma associação entre "a participação nos índices de sustentabilidade e melhorias em todas as categorias de ativos tangíveis [financeiros, organizacionais, físicos, tecnológicos] e intangíveis [inovações, recursos humanos, reputação]" (JOSEPH et al, 2018, p. 74).

Nos meandros da luta pela hegemonia travada entre sociedade civil, Estado e empresas, novas formas de disputa vão sendo criadas e antigas estratégias metamorfoseadas, de forma a produzir um ambiente de linguagem híbrida, construída à beira do caminho. É neste contexto de busca pela hegemonia que as práticas e as culturas vão se adaptando no espaço permitido pela jovem democracia brasileira. Assim, longe de serem consideradas práticas de solidariedade espontâneas, desinteressadas e ancoradas em projetos políticos de transformação social radical, a RSE e as parcerias com organizações sociais locais parecem compor um cenário mais amplo, articulado ao mercado financeiro, em que as empresas são duplamente favorecidas (financeiramente e em relação a sua imagem) ao incorporarem em suas práticas a 'questão social'.

O caso da *AngloGold Ashanti*

Para compreender de que maneira os interesses privados do mercado se condensam hegemonicamente às causas tidas como coletivas, e como a matriz discursiva neoliberal é traduzida nessas aproximações, tomemos como exemplo uma dessas empresas mineradoras - *AngloGold Ashanti*. A empresa, com sede administrativa no município de Nova Lima (MG), também acumula atividades extrativas nos municípios próximos - Sabará (MG) e Santa Bárbara (MG).

Sua presença na região remete à exploração do ouro em Minas Gerais, que data do século XVII. Com a independência do Brasil em 1822, a exploração mineral foi aberta ao capital estrangeiro e, em 1834, a região onde hoje se encontram os municípios de Raposos e Nova Lima recebe a *Saint John Del Rey Mining Company,* empresa inglesa de mineração de ouro, que atuou ali até 1957. Neste mesmo ano, passam a incorporar acionistas brasileiros e, em 1960, é criada a Mineração Morro Velho. Em 1974, a empresa se associa à sul-africana *Anglo American Corporation*, formando a *AngloGold* e, em 2004, se funde com a *Ashanti Goldfields*, dando origem ao atual conglomerado *AngloGold Ashanti* (COUTO & COSTA, 2003).

A mediação da relação sociedade e empresas não se restringe a práticas sociais. Ao contrário, ela abre um amplo espectro capaz de capturar a vida ativa dos territórios minerários. No edital do programa de 2019, são elegíveis organizações da sociedade civil (OSCs), ou mais especificamente, "pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e cooperativas legalmente constituídas" nas seguintes áreas: a) cultura, turismo, gastronomia: inclui desenvolvimento de produtos desenvolvimento de produtos de gastronomia local e artesanais para atender ao mercado e ao setor turístico; b) associativismo e cooperativismo: inclui a estruturação de empreendimentos sociais de caráter produtivo com ênfase em setores como o de comércio e serviços, que propiciem a inserção das pessoas na cadeia produtiva de trabalho; c) soluções sustentáveis: inclui empreendimentos sociais que promovam soluções ambientalmente sustentáveis que beneficiem a coletividade como economia de energia elétrica e água. Essas soluções devem priorizar a existência de um empreendimento social, com potencial para ter autossustentação financeira.

Visando o autofinanciamento futuro, o programa mantém uma espécie de *coach* ou mentoria, um suporte técnico para as instituições beneficiadas para que "o projeto desenvolva fontes de receita próprias visando à auto sustentação financeira, se aproximando de um modelo de negócio social"[150]. A intenção é melhorar o desempenho das instituições parceiras, pois a conversão dos projetos das OSCs em 'negócios sociais' é definida

pela própria *AngloGold Ashanti* como sua principal missão, além de estabelecer como objetivo "solucionar algum problema social e/ou ambiental. São autossustentáveis financeiramente e reinvestem o lucro no próprio negócio para aumentar o seu impacto" (*idem*).

Chamamos a atenção para alguns aspectos críticos em relação à iniciativa da *AngloGold Ashanti* de apoio financeiro às OSCs: i) é possível observar um direcionamento mercantil forte do edital a partir da defesa de um modelo empresarial e de um discurso empreendedor na gestão dos recursos dos projetos como condição ao financiamento; ii) a perspectiva de mentoria e suporte para tornar o projeto social empreendedor ou de 'negócio social' estimula a criação de um 'novo senso comum' em torno do associativismo local, da qual a perspectiva empreendedora é um exemplo a ser seguido[151]. Acreditamos que a disseminação desse 'senso comum' contribuiria para minorar os impactos negativos ambientais da atuação da empresa na região e, ao mesmo tempo, legitimar suas práticas; iii) como pode ser observado no balanço do programa 'Parcerias Sustentáveis', os projetos giram em torno de pautas e atividades locais, não convergem com temáticas mais substantivas como aquelas relacionadas à questão social ou a contradição capital e trabalho, mas, ao mesmo tempo conseguem dialogar diretamente com a temática de reconhecimento (empreendedorismo para mulheres e causas étnico-raciais).

Desde 2020, o 'Parcerias Sustentáveis' abre espaço para as instituições sem fins lucrativos, microempreendedores individuais e microempresas que "possuam iniciativa de impacto social e/ou ambiental com potencial para virar negócio de impacto social e queiram apoio na sua modelagem e implementação" (ANGLOGOLD ASHANTI, 2022, s/p). Com forte viés do empreendedorismo, a empresa não trata com distinção as organizações sociais civis e as empresas; ao contrário, tenta aproximar, aparentemente, a forma de gerir OSCs ao modelo de empresas e negócios e incorporar pautas caras das OSCs (direitos humanos, gênero, raça e etnia, por exemplo) nas empresas. Segundo texto do edital de financiamento de 2022 da *AngloGold Ashanti,*

> Assim como as organizações sociais (popularmente chamadas de ONGS), os negócios de impacto nascem para oferecer ao mundo soluções que ajudem a minimizar ou resolver problemas da sociedade. No entanto, diferente da maioria das organizações sociais, os negócios de impacto não dependem de doações. Negócios de impacto têm como principal missão solucionar algum problema social e/ou ambiental. São financeiramente autossustentáveis e reinvestem todo ou parte do lucro no próprio negócio para aumentar o seu impacto. (ANGLOGOLD ASHANTI, 2022, s/p).

No ano de 2022, o programa definiu as seguintes áreas para investimento: a) cultura, turismo, gastronomia: inclui desenvolvimento de produtos de gastronomia local e artesanais para atender ao mercado e ao setor turístico; b) soluções sustentáveis: inclui empreendimento social que promova soluções ambientalmente sustentáveis e beneficie a coletividade, como economia de energia elétrica e água. As soluções ambientalmente sustentáveis devem priorizar a existência de um projeto social, com potencial para ter autossustentação financeira (tornar-se um negócio); c) empreendedorismo da diversidade: estruturação de negócios sociais cuja intenção seja fomentar o empreendedorismo que contemple o respeito e a valorização da diversidade: raça. etnia, gênero, pessoas com deficiência, idade e gerações.

Numa leitura atenta aos documentos de editais e em seu portal, percebe-se que os projetos ora são chamados de empreendimentos ora de negócios sociais ou só negócios. As iniciativas aprovadas participam obrigatoriamente de uma capacitação e são acompanhados, ao longo da execução dos projetos, por uma mentoria periódica que ajude a desenvolver "fontes de receita próprias visando à autossustentação financeira, aproximando-se de um modelo de negócio social" (ANGLOGOLD ASHANTI, 2022, s/p).

É neste cenário que adquire força um formato de participação de algumas organizações da sociedade civil que caracteriza um nível de dependência dos editais tanto do ponto

de vista do financiamento quanto do direcionamento de suas ações, ambos orientados pelas empresas de capital privado. A chamada 'filantropia empresarial' ou, como se auto nomeiam, de 'investimento social privado', ganha espaço em diversas associações que precisam se mostrar eficientes para acessar os recursos disponíveis, principalmente, pelas fundações originadas nas próprias empresas.

A dependência social e política: a hegemonia do capital pela sociedade civil

No bojo da variada recriação do associativismo, reinterpretado com novos matizes e eventualmente com novos significados, os aparelhos privados de hegemonia, entendidos como parte do 'Estado ampliado', trazem particularidades do mundo empresarial para as organizações civis. O modelo de sociabilidade empresarial e a gestão de características 'empreendedora' e 'competitiva' se condensam à imagem de 'solidariedade', 'parceria com a comunidade' e ou 'sustentabilidade', numa mensagem aparentemente contraditória, mas para Dardot & Laval (2016), portadora de uma estratégia de captura da nossa subjetividade.

O crescimento e a diversificação do aparelho associativo podem ser interpretados como um movimento contraditório também por Fontes (2010; 2018) e Casimiro (2018). Os autores encontram na perspectiva gramsciana a explicação para essa ambiguidade: de um lado o aparelho associativo é entendido como expansão da democracia e, portanto, conquista das classes trabalhadoras; de outro, como possibilidade de fortalecimento simultâneo das 'trincheiras' do capitalismo. Em outras palavras, estes aparelhos não estariam livres da disseminação e da defesa dos interesses e das ideologias liberal e burguesa.

Os autores mencionados, Fontes (2018) e Casimiro (2018), reconhecem a 'arte da associação', para usar o termo cunhado por Tocqueville, como uma força vital da democracia e da justiça social. Contudo, também a colocam sob suspeita de facilitar a dominação de classe enquanto facilitadora de certos consensos no território de atuação das empresas. A interpretação das con-

tradições da expansão do associativismo na democracia brasileira contemporânea sustenta-se na hipótese da sociedade civil organizada ser, também, um terreno fértil para legitimação dos interesses do capital privado.

Os escritos carcerários de Antonio Gramsci (2019) trazem uma poderosa contribuição para a interpretação da dinâmica da reprodução do capital a partir de uma percepção *ampliada* de Estado que abrange as disputas políticas no interior da sociedade civil. Isto é, a sociedade civil não deve ser interpretada como uma mera oposição ao Estado, ou como descreve a concepção liberal, um espaço de liberdade de indivíduos. De outro modo, o Estado não deve ser concebido como o único espaço do poder político e de dominação.

A própria noção, em voga já há algum tempo, da sociedade civil como sinônimo de 'terceiro setor' e de 'organização não-governamental' nos sugere uma imagem de neutralidade em relação ao mercado e aos governos, ou a uma 'esfera privada de interesse público', motivadas por certo tipo de altruísmo benevolente. O caso da *AngloGold*, aqui apresentado, demonstra que algumas formas de parceria entre sociedade civil e a esfera privada nada tem de apolíticas, pelo contrário, fazem parte de uma disputa pela hegemonia do território.

Esta tensão é compreendida por Gramsci sem dissociação brusca entre aquilo que chamou de 'sociedade política' e o que definiu como 'sociedade civil'. Ao contrário, para ele há uma relação orgânica entre as duas dimensões, enfeixada pelo conceito de hegemonia, uma interpretação mais refinada para compreender os elementos de dominação de classe. A 'sociedade política', segundo o autor, pode ser entendida pelo Estado no seu sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente (GRAMSCI, 2019). De modo sintético e do ponto de vista analítico, a 'sociedade civil', por sua vez, é um campo amplo de análise, constituída por uma diversidade de organizações civis (sindicatos, associações, igrejas, etc.), terreno em que as classes se organizam e defendem seus interesses na disputa para conservar ou conquistar determinada hegemonia (GRAMSCI, 2019).

No que diz respeito ao conceito de hegemonia, tal como interpreta Bianchi (2018), entende-se como sendo o exercício da capacidade de direção e de liderança política e econômica. Opõe-se, portanto, à mera dominação, na qual uma das frações simplesmente impõe seus projetos econômico-corporativos às demais frações e classes sociais sem levar em conta os projetos de interesses destas. Assim, o poder privado, para dominar, teria que se apresentar como defensor de interesses coletivos. Deve apresentar-se como expressão de toda a sociedade, eventualmente "incorporando reivindicações e interesses de grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente" (BIANCHI, 2018, p. 155). A aparência de universalidade exige que sejam absorvidas demandas das classes populares de forma que os interesses privados permaneçam encobertos.

Não sendo, pois, a hegemonia simplesmente a imposição de certos interesses, mas a promoção e reorganização dos vários benefícios para melhor servir aos objetivos a que se visam, Hall *et al*, (1980) chamam atenção para um aspecto da luta hegemônica capitalista que é a despolitização das lutas sociais, com a finalidade de evitar a compreensão do caráter de classe dos interesses em pugna. Esta despolitização é um efeito possível da relação entre as organizações civis e empresas capaz de deslocar pautas e reivindicações e torná-las práticas sociais empresarias sem o efeito transformador esperado pela sociedade civil.

Nessa perspectiva, podemos interpretar algumas das associações da sociedade civil como meios difusores de cultura de massas e reprodutores de ideologias, e que se utilizam das formas jurídicas convencionais postas pelo marco legal do Estado, mecanismo definido como aparelhos privados de hegemonia (APHs). Sua atualidade interpretativa permite-nos analisar as formas pelas quais as classes se organizam não apenas num único aparelho, mas em variadas formas. Estes aparelhos podem funcionar como importantes peças de articulação do consenso e de organização de anuência 'espontânea' que podem ser conseguidos, por exemplo, ao fazer concessões de interesses políticos, ideológicos e econômicos, em determinado grau que não afetem seus interesses essenciais ou de longo prazo.

A dependência social e política estaria adquirindo uma nova expressão - ou ganhando mais visibilidade - em seu estágio mais recente por meio da estreita aproximação entre a sociedade civil organizada e as formas neoliberais de cooptação desses grupos por parte das mineradoras na região de estudo. Fraser (2020), como advertência, alerta para as sutilezas deste modelo econômico ser mais sofisticado ao articular uma "política econômica regressiva, pró-negócios, com uma política progressista de reconhecimento, valorizando a representatividade, mas ressignificando igualdade como sinônimo de meritocracia" (FRASER, 2020, p.18).

Existiria uma faixa interpretativa, ainda pouco explorada, para entender o movimento de construção hegemônica do neoliberalismo que é sua capacidade de acoplar-se a diferentes projetos de reconhecimento (questões étnico-raciais e de gênero, por exemplo). Nas organizações da sociedade civil, seria possível observar não apenas o apassivamento de algumas lutas sociais, mas também um direcionamento de valores, linguagens, costumes morais e de um novo senso comum. E estaria, em grande medida, organizada e pautada por demandas de agências multilaterais e agenciadas por organizações civis associadas às empresas do grande capital.

Considerações finais

Considerando os efeitos do neoextrativismo e sua relação com uma forma identificada de dependência que se amplia para as relações sociais e políticas, as experiências nos ambientes minerários apontam indícios de aproximação entre as empresas mineradoras do vetor sudeste da RMBH e a sociedade civil organizada sob a forma de 'investimento social privado'. Ainda que os dados indiquem um número crescente de OSCs, restam ainda dúvidas sobre os impactos dessa expansão no âmbito das possibilidades da formação de uma cidadania ativa. Ao que parece, o campo das OSCs é um terreno onde os mais distintos interesses se expressam - das lutas anticapitalistas ao recente empreendedorismo neoliberal, presente no neoextrativismo minerário no recorte espacial investigado. No espectro do Quadrilátero Ferrífero, encontram-se desde as fundações e asso-

ciações que trabalham com recursos das empresas minerárias, como também OSCs que atuam a partir de temas relacionados ao meio ambiente, economia solidária, gênero e raça – em pautas que variam entre ações despolitizadas e outras de caráter mais contestatórios. Em síntese, há representações da sociedade civil atuando de diversas formas, mas chama a atenção essa configuração particular que abre espaço para parcerias com o capital privado. Seus novos formatos são capazes de reduzir ou alterar as tradicionais rotas de contestação desses grupos. Como estratégia de aproximação mais recorrente, o 'investimento social privado' tem se mostrado como uma forma efetiva de qualificar a imagem das empresas e legitimá-las perante as comunidades e às organizações da sociedade civil, além de auferir ganhos financeiros.

No caso da rede associativa em torno das empresas mineradoras da RMBH, especialmente nos municípios onde exploraram no passado ou ainda mantêm atividades de extração, essas parcerias sugerem um outro ciclo de domínio/dependência a partir do 'investimento social privado', estratégico na defesa corporativa das empresas. Os 'aparelhos privados de hegemonia' são investimentos que, além de facilitarem situações lucrativas, também parecem criar uma cultura, um 'senso comum', de valores compartilhados para além da simples absorção da linguagem neoliberal. Possuem um papel nas formas de organização de sociabilidade e na conexão da base econômica e do Estado. Esta seria, pois, uma das características da dominação do neoliberalismo, especificamente no setor minerário exportador de *commodities*: sujeito às flutuações no mercado internacional, aferidor de importantes lucros e com papel relevante na economia de Minas Gerais e do Brasil.

No caso das mineradoras que atuam na RMBH, percebe-se que há um beneficiamento dessas empresas por meio de uma maior presença de suas respectivas fundações, iniciativas de investimento social privado e parcerias com as OSCs, operando com mais legitimidade no território onde estão instaladas. Porém, não se trata de um efeito automático, mas de um 'jogo de posições de múltiplas camadas', a partir do qual a dependência atua de maneira gradual. Esta se expressa a partir de editais elaborados pelas empresas para financiamento de projetos coordenados por

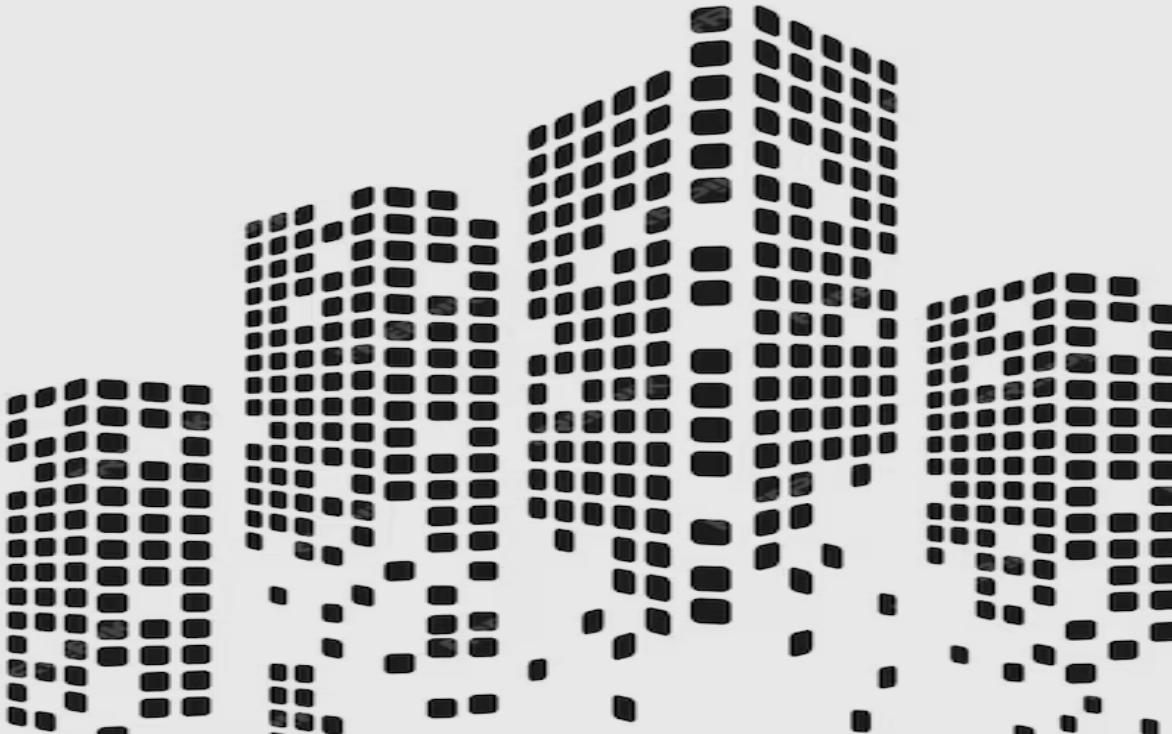
OSCs, do patrocínio de eventos culturais e esportivos, de parcerias entre as empresas e prefeituras locais, bem como de ações das empresas diretamente nas comunidades. Outra hipótese a ser considerada é o constrangimento do desenvolvimento do associativismo local na direção de uma possível luta contra expressões mais substantivas, especialmente contra os efeitos deletérios do extrativismo minerário.

Dito isso, cabe evidenciar que, ao contrário do que se propaga simplificadamente, os argumentos referentes à hegemonia não são meramente culturais, embora a cultura as incorpore de maneira consistente. Remete também às diversas lutas constantes intra e entre classes sociais, e, se atingem algum grau de estabilidade, esta se faz, em grande medida, pela despolitização ou silêncio dos dominados. O equilíbrio atingido nunca é absolutamente estável, ele sempre conterá algum dinamismo.

A reformulação do papel do Estado brasileiro, ao se democratizar, trouxe consigo novas formas de configuração e fortalecimento de sua hegemonia, construindo consensos através da materialização de políticas e no âmbito das lutas simbólicas. A organização empresarial pôde se utilizar do novo marco legal das organizações da sociedade civil, capturando e ressignificando os problemas sociais e suas 'soluções', no caso das cidades minerárias. Nesse sentido, cabe-nos avaliar, como reflexão final, os limites e possibilidades de se construir um novo e mais persuasivo senso comum, ou uma contra-hegemonia por parte dos setores não-empresariais, trabalhadores e população afetada pela mineração no sentido de interromper ou minimizar mais esse aspecto da dependência. Isto é, o fortalecimento de um outro lado que não o do capital minerário, uma rede de associações autônomas ancoradas no entendimento da diferença e especificidade dos interesses de uns e de outros.

4.

Dependência e urbanização logística



CAPÍTULO 15

Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo[152]

Bruno Siqueira Fernandes
Alessandro Peregalli
Thiago Canettieri

Introdução

Mbembe (2021) descreve, valendo-se da ideia de "brutalismo", o que se tornou o predicamento contemporâneo: um mundo marcado pela demolição brutal dos preceitos modernos de ordenamento. Nesse contexto, a sociedade mantém seu funcionamento a partir de "trabalhos de montagem" (*assemblage*), isto é, uma forma determinada de reunir os destroços para manter, mesmo que a duras penas, o funcionamento decadente da sociedade capitalista. Uma das expressões desse trabalho de montagem está na centralidade assumida pela *logística* no capitalismo contemporâneo. Através de um computador ou de um *smartphone,* é possível demandar praticamente qualquer tipo de produto: de pilhas a maquinários tecnológicos; de artigos produzidos em larga escala a itens raros e de colecionadores. Em todo caso, como uma espécie de ritual de invocação, após digitar os números que constam em seu cartão de crédito, em poucos dias – em alguns casos, em poucas horas ou minutos –, uma aparição toca o interfone e entrega o produto desejado. Entre o comprar e o receber, a mediação aparece personificada

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_015

na figura de um entregador, e o recebimento do produto oficializa a obliteração de todos os circuitos que conectam o local de produção ao local de consumo.

No entanto, *o signo da globalização e da dissolução das fronteiras carrega como face obscura sucessivos processos de precarização do trabalho e de violência que se instauram nos pontos nodais desse sistema como pressuposto do próprio processo de circulação*. Para que um produto fabricado do outro lado do globo chegue até você em menos de 24 horas, não é apenas uma questão de velocidade, eficiência e logística (no sentido clássico de gestão dos custos de transporte), mas, de fato, de um *trabalho de montagem, um ajuntamento de escombros*: supressão dos salários, desarticulação de movimentos trabalhistas e sindicais como política interna das empresas, vigilância, controle e disciplinamento do trabalho, censura, penalização por eficiência, entre outros (Delfanti, 2021).[153]

Parafraseando Marx, talvez seja possível argumentar que, hoje, a riqueza na sociedade onde reina o modo de produção capitalista apareça, cada vez mais, como uma enorme *circulação* de mercadorias.[154] Com o bloqueio das condições históricas que permitiam que a valorização do valor continuasse ocorrendo, resultado da dinâmica contraditória do capital (Kurz, 2014), a circulação desempenha um papel fundamental: estando anêmico de valor, o sistema produtor de mercadorias, ou seja, diante de uma tendência de queda da massa de mais-valor produzido, a efetivação do diminuto valor restante depende da eficácia da circulação. Assim, a produção das condições concretas para a circulação (infraestrutura) e a organização eficiente desse processo (logística) tornam-se a expressão contemporânea da dinâmica de um capitalismo "ferido de morte", para ficarmos com a expressão de Henri Lefebvre (1976).

Nesse sentido, se, por um lado, o capitalismo depende de um constante "trabalho de montagem" para assegurar sua reprodução, ainda que precária, é possível argumentar que os trabalhadores precarizados responsáveis pela circulação de mercadorias se tornam, por outro, a expressão mesma de um "trabalho de *costura*", que reúne os retalhos de um espaço urbano e um tecido social fragmentados. Nesse processo, os trabalhadores são separa-

dos uns dos outros como resultado da fragmentação do próprio trabalho, mas são separados ao mesmo tempo que são unificados pelo algoritmo num grande "trabalho coletivo" que produz o espaço urbano contemporâneo.

Os entregadores de comida, motoristas de aplicativo, freteiros de grandes companhias multinacionais, entre outros, circulam rapidamente para realizarem as entregas nos prazos estabelecidos pelos algoritmos. *Costuram* entre os carros e, não raro, desrespeitam regras do trânsito e colocam sua própria vida em risco para conseguirem os bônus oferecidos pelos *apps* ao cumprirem o tempo previsto. As *bags* coloridas com os logos das empresas-aplicativos são vistas em todos os lugares. Essa forma de *viração contemporânea* revela algo da condição das metrópoles brasileiras. A costura que os motoboys fazem no trânsito como forma de atender às expectativas da circulação de mercadorias é a sutura necessária para esse tecido social esgarçado, um espaço urbano fragmentado e uma reprodução social que atinge um estágio crítico.

Na crise do valor, a dissolução e o definhamento do trabalho formal e assalariado e do Estado de Bem-Estar Social, que nunca se consolidaram plenamente nas periferias globais, dão origem a um processo de "multiplicação do trabalho" (Mezzadra e Neilson, 2013) que assume formas e modos de organização diversos, mas, na maior parte dos casos, marcados pelo signo da precarização das relações de trabalho. Nessa "nova paisagem proletária" (Gago, 2018), as cidades brasileiras, tal como no resto do mundo, têm se tornado cada vez mais o palco para essas formas de trabalho que se baseiam primariamente na circulação. Essa enorme massa de trabalhadores "sem salário" (Denning, 2010) é absorvida pela nova economia de plataforma (Hums, 2016), baseada na gestão algorítmica do trabalho via infraestruturas digitais (Srnicek, 2016).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere-se a um novo padrão de relações trabalhistas que se afasta cada vez mais do chamado "trabalho tradicional" (OIT, 2018). Esse novo tipo de emprego difere das relações de trabalho formais, em particular através do uso de trabalhadores como intermediários digitais em um mercado de trabalho *on-line*. Esse processo recebe o nome de "uberização do trabalho" e designa o modo como "as relações de traba-

lho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas" (Antunes, 2020, p. 11), bem como marcadas pela intermitência, precarização e transferência dos custos de operação para o próprio trabalhador (Abílio, 2020). Sua presença é tamanha que hoje as cidades dependem crescentemente da oferta desses serviços dispersos, mas conectados por algoritmos, para seu pleno funcionamento.

É justamente no e através do espaço urbano que essa expressão heterogênea e difusa da logística, das infraestruturas e dos diferentes tipos de trabalho que estas articulam ganha consistência interna. Como observa Cowen (2014), a "revolução logística" é resultado de um conjunto de processos que marcaram os anos 1950 a 1970, como a criação de instituições, disciplinas e estratégias empresariais destinadas a fornecer uma nova perspectiva sistêmica dos encadeamentos da distribuição da produção no espaço. Eram os anos nos quais Lefebvre começava a argumentar que a urbanização tenderia, virtualmente, à escala planetária e carregava consigo uma reorientação dos problemas típicos do período industrial, isto é, problemas ligados à produção, para uma nova problemática propriamente urbana. É possível argumentar, portanto, que a urbanização é o momento e a mediação que conectam a necessidade da circulação acelerada das mercadorias às formas mais elementares de trabalhos precários, enquanto a produção capitalista do espaço é o próprio motor que anima e engendra essas duas situações aparentemente desconexas.

O presente texto pretende contribuir com as discussões recentes sobre infraestrutura, logística e precarização do trabalho, entendendo esses elementos como conectados à dinâmica global da produção capitalista do espaço. Para isso, seguimos a formulação de Lefebvre (2003) que propõe analisar o fenômeno urbano a partir de três níveis ou dimensões: o nível G (global), o nível M (médio/mediador) e o nível P (privado). No nível G, Lefebvre localiza o Estado e o capital em sua dinâmica abstrata de funcionamento, bem como suas estratégias e lógicas que se projetam sobre o ambiente construído do urbano. O nível M é o nível propriamente do "conjunto urbano" (*urban ensemble*)(ibid., p. 80; tradução nossa), enquanto espaço que medeia as relações entre o nível global e o nível privado. O espaço urbano aparece, portanto, como a expressão material do movimento

abstrato do Estado e do capital, na medida em que as infraestruturas e o ambiente construído refletem e prolongam as estratégias projetadas a partir do nível superior. O nível P, por fim, é o nível do corpo e da vida cotidiana e, portanto, o *lugar* para onde os vetores que emanam do nível global apontam e buscam realizar o exercício do poder. Ao mesmo tempo, é no nível P que podem ser construídas contraprojeções e contraprojetos de poder que se apoiem sobre a mediação do espaço urbano para sua efetivação. Se pensarmos o movimento recente do capital em torno da logística, das infraestruturas e da precarização do trabalho nesses termos, podemos perceber que os efeitos e as expressões dessa dinâmica também podem ser analisados em três níveis distintos.

Usaremos essa chave lefebvriana para descrever como a precarização do trabalho se amarra a uma dinâmica geral de crise da valorização do valor (G) e possui, como uma de suas estratégias, enquanto medida contratendencial, a produção de infraestruturas logísticas (físicas e digitais) como "saída de emergência" do capital em crise, que produz um tecido urbano infraestrutural e uma rede digital de infraestrutura (M) que viabiliza a exploração de trabalho hiperprecário (P).

Assim, este texto se estrutura, para além desta introdução, em quatro seções. Seguimos, como método expositivo, a mencionada estrutura de níveis proposta por Lefebvre (2003). Na primeira seção, que representa o nível G, discutimos as causas e as consequências da crise estrutural do capital, tratando-a com um elevado grau de abstração, mas entendendo sua importância para destrinchar os fenômenos que analisamos na sequência. Na segunda seção, nível M, tratamos sobre a urbanização logística que se desenvolve, desde a segunda metade do século XX, mas com cada vez maior intensidade em anos mais recentes, como uma "resposta" contratendencial à crise do capital. Na terceira, o nível P, abordamos a forma que a combinação da crise e a resposta logística na forma da chamada "uberização" produzem efeitos que organizam a dinâmica cotidiana de milhares de trabalhadores precarizados, em especial, produzindo uma subjetividade atravessada pela gestão algorítmica do trabalho e da experiência do que chamaremos de "autonomia negativa". Por fim, nas con-

siderações finais, sumarizamos as contribuições do texto e indicamos a importância de se pensar as formas de organização e as lutas desses trabalhadores, constituindo, assim, uma importante agenda de pesquisa e um pertinente campo de ação política.

A crise estrutural do capital e o derretimento da sociedade salarial

O capital é, antes de tudo, uma forma historicamente determinada de mediação social contraditória (Marx, 2013). Sua existência é dependente da mobilização recorrente de trabalho para que a valorização do valor seja possibilitada. Assim, o capital estruturou-se historicamente a partir de um longo processo de despossessão, descrito por Marx como "acumulação primitiva": momento que criou as condições da generalização de sua forma social. Como se sabe, foi preciso destruir as formas de reprodução material de populações inteiras para que ficassem sem alternativas de reprodução. O trabalhador tornou-se "alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho" (ibid., p. 314) e, dessa maneira, foi obrigado a se submeter ao poder despótico do capital. Assim, as pessoas foram colocadas para trabalhar na produção de mercadorias que, como Marx (2022) descreve, é "a produção de mais-valor".

A expansão da valorização do valor deve ser contínua, e, para tanto, o capital depende de ampliar continuamente a massa de mais-valor produzida. Marx (2013) identificou duas estratégias para isso. A primeira nomeou de "mais-valor absoluto". Trata-se de expandir a massa de mais-valor produzido a partir do aumento quantitativo da jornada de trabalho, ampliando, assim, o tempo de trabalho excedente. A segunda estratégia, o "mais-valor relativo", implica a elevação da produtividade do trabalho, que faz comprimir o tempo de trabalho necessário e, consequentemente, ampliar o tempo de trabalho excedente. Se o primeiro demandava apenas a subsunção formal do trabalho, o segundo exige, de fato, a subsunção real do trabalho, cuja condição básica é o avanço das forças produtivas no conjunto da sociedade.

> [...] a produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital (Ibid., p. 239)

Assim, os capitais, pressionados, entre outros fatores, pela organização dos trabalhadores e pela lei coercitiva da concorrência, passam a organizar a extração de mais-valor por meio de sua forma relativa. O resultado é que, cada vez mais, as inovações produtivas e tecnológicas são fundamentais para garantir a continuidade da exploração do mais-valor relativo. Contudo, como forma contraditória que é, o capital, nesse mesmo movimento, produz sua crise interna. A elevação da composição orgânica do capital resulta na queda da taxa de lucro, na dessubstancialização do valor e na produção de uma massa de desempregados (Kurz, 2018).

Como argumenta Marx (2013), o capital é impelido, por uma necessidade imanente à sua própria reprodução ampliada, a elevar a produtividade do trabalho. Por consequência, o trabalho vivo é substituído por trabalho morto, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Como é discutido por Blank (2014), o desenvolvimento tecnológico assume um papel destrutivo, visto que, subsumido à influência da forma-valor, conduz à destruição das formas sociais que o produziram (Jappe, 2006). Diante desse descolamento da atividade produtiva pelas forças produtivas das formas de mediação social, são liberados, também, os seus potenciais destrutivos (Kurz, 1993).

> A causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de trabalho abstrato, em consequência da alta produtividade alcançada pela mediação da concorrência. (Ibid. p. 220)

Essa formulação remete aos escritos de Marx (2013), que percebeu a necessidade intrínseca do capital de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário sob pena de sua própria dissolução. É essa racionalidade contraditória que guiou o desenvolvimento dessa forma social crítica até o ponto em que sua contradição se torna incontornável. Essa situação não deveria causar estranheza, uma vez que tal processo foi descrito por Marx (ibid., pp. 556-557) como o "princípio da grande indústria", que ocasiona a "dissolução do processo produtivo em seus elementos constitutivos sem consideração para com as mãos humanas" e, dessa maneira, "torna supérfluo o próprio trabalhador e desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora".

O desenvolvimento das forças produtivas engendra um momento crítico nas relações sociais de produção que levariam à transformação da reprodução social: a forma da sociedade salarial que se constituiu historicamente, e teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960 nos países centrais, entrou em estado de decadência. A forma de reprodução social hoje tenta, de várias formas, emular o assalariamento que já se corroeu.

Se, de um lado, o capital atuou como força totalizadora que tragou as relações sociais efetivas para seu interior e imprimiu sua forma na vida social de todo o planeta; de outro, como contradição em processo, o capital é movimentado por um impulso imanente de reduzir ao mínimo sua dependência do trabalho vivo à medida que eleva a produtividade (Marx, 2011, 2013 e 2017). Como "sujeito automático", o capital está enredado nessa contradição. Hoje, quando o desenvolvimento das forças produtivas atingiu um certo patamar irreversível de produção dos supérfluos, o capital entra numa espiral sacrificial que nega a própria fonte do valor. "Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada" (Marx, 2013, p. 708).

Se, como vimos na primeira seção, o nível G refere-se à escala necessária para compreendermos a dinâmica mais geral do capital e sua projeção sobre o nível M, isto é, sobre o espaço urbano e o ambiente construído, o processo autodestrutivo colocado

em movimento pelas próprias contradições internas do capital irá representar um tipo de intervenção específica sobre o espaço e, especificamente, uma produção do espaço condizente com as estratégias contratendenciais empregadas. Nesse sentido, é apresentando a tendência de crise do capital que podemos compreender as transformações, como veremos, nos outros níveis.

Na seção seguinte, apresentamos como essa dinâmica de crise manifesta-se no espaço urbano (M) através da logística e da produção de infraestruturas enquanto saídas de emergência para o capital. O espaço urbano aparece atravessado pelas estratégias do capital, que encontra, no ambiente construído, uma nova possibilidade de realização do seu expediente de valorização do valor.

Logística como "saída de emergência" do capital em crise e a produção do tecido urbano

Diante da crise estrutural que está atravessando o capitalismo como sistema de reprodução social a partir da década de 1970, um conjunto de "saídas de emergências" apareceram, em todos os níveis, para contornar a queda tendencial da taxa de lucro. Em um plano mais sistêmico, a chamada "revolução logística" (Bonacich e Wilson, 2008; Cowen, 2014) permitiu, ao capital, reorganizar e redefinir territórios em múltiplas escalas, a fim de garantir ulteriores ciclos de acumulação ao capital em crise: por um lado, acelerando o ciclo de rotação e realização do próprio capital; por outro, a partir da criação de novos complexos infraestruturais, veiculando cotas de capital sobreacumulado em direção a empreendimentos cujos lucros são talvez menos rápidos, porém mais seguros no longo prazo, e garantidos pelos Estados a partir de uma multiplicidade de dispositivos contratuais, tais como os diversos tipos de parcerias público-privadas.

Durante os últimos anos, um conjunto de estudos (Cowen, 2014; Easterling, 2014; Grappi, 2016; Comitê Invisível, 2016; Hildyard, 2016; Mezzadra e Neilson, 2019; Arboleda, 2020; Peregalli, 2022) tem emergido para dar conta da logística, não apenas como um setor e atividade econômica em expansão, mas como uma ver-

dadeira lógica ou racionalidade que atravessa de forma cada vez mais profunda uma multiplicidade de atores, setores e âmbitos do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, os autores mencionados adotam uma "perspectiva logística" para abordar um conjunto de circunstâncias heterogêneas, tais como as novas formas do trabalho portuário; a produção de novas territorialidades estratégicas como zonas econômicas especiais e corredores de desenvolvimento; as cadeias produtivas globais; os funcionamentos algorítmicos da indústria 4.0 e da economia de plataforma; e as novas formas de gestão dos fluxos metropolitanos. Nas palavras do coletivo Into the Black Box (2018, s.p.), a logística pode ser definida como uma "forma de inteligência estratégica que coordena a harmonização da produção, circulação e consumo no capitalismo global, cuida da sua reprodução e se coloca como motor para a aceleração crescente que caracteriza os processos de circulação – cada vez mais hegemônicos sobre o processo produtivo como um todo".

Apesar da sua explosão nas últimas décadas, a "racionalidade logística" há muito tempo participa do desenvolvimento do capitalismo histórico. Retomando uma perspectiva genealógica (Foucault, 2004), é possível identificar um conjunto de origens da logística, bem como de momentos de ruptura e descontinuidade que dão conta da adquirida centralidade dessa lógica para as operações capitalistas. Van Creveld (1977) identificou como principal antecedente da logística contemporânea o surgimento, entre 1560 e 1715, de uma logística militar nos principais exércitos europeus, a partir da necessidade destes últimos de organizar um complexo sistema de suprimentos durante suas longas campanhas bélicas. No começo do século XIX, encontramos reflexões sobre a logística militar diretamente nos escritos do estrategista Carl von Clausewitz e do general napoleônico Henri de Jomini. Harney e Moten (2013), por outro lado, identificam a emergência da logística nas atividades comerciais transatlânticas e, especialmente, como ciência de gestão para o controle, a subjugação e o tráfico dos escravos. Já Stern (2011) evidenciou o papel das Companhias das Índias dos séculos XVII e XVIII como primeiros sujeitos de caráter privado que chegaram a estabelecer um controle político sobre inteiros territórios de ultramar, prefigurando aquilo que

seria, na época contemporânea, a multiplicação de territorialidades estratégicas para a gestão de fluxos de mercadorias e pessoas, como os corredores logísticos e as zonas econômicas especiais.

Todavia, se bem as origens da logística remontam aos primórdios do capitalismo, é na época posterior à Segunda Guerra Mundial que se criaram as bases para a emergência da logística contemporânea. Segundo a geógrafa canadense Cowen (2014), a chamada "revolução logística" deu-se a partir de um conjunto de processos ocorridos entre os anos 1950 e 1970. Em primeiro lugar, com o surgimento, nos Estados Unidos, da *business logistics*, isto é, uma série de novas instituições (como a American Management Association, o National Council of Physical Distribution Management e o Logistics Management Institute), de disciplinas (como a *Supply Chain Management*) e de perspectivas empresariais que determinaram o verdadeiro nascimento de uma ciência de gestão da distribuição, baseada, não mais na simples redução dos custos das atividades econômicas, mas em uma nova "perspectiva de sistemas". Esta supunha uma transformação na percepção das novas empresas multinacionais sobre a relação entre produção e circulação, não se limitando a buscar reduzir as distâncias entre pontos de extração, fabricação e venda dos produtos, mas chegando a intervir sobre o espaço econômico inteiro e a localização desses pontos em função de "esquemas de custo total" mais abrangentes.

Mas o salto rumo a uma "revolução logística" foi determinado também pela introdução em âmbito econômico de duas novas tecnologias oriundas do contexto militar. A primeira foi o contêiner, inventado pela empresa de transportes Sea Land para prover o deslocamento dos suprimentos militares para guerra no Vietnã. A difusão generalizada desse objeto, durante os anos 1970, permitiu a substituição do peso pelo volume (calculado em TEU[155]) como principal unidade de medida do comércio internacional e a afirmação de um novo sistema de transporte intermodal, pelo qual um único contêiner cheio de mercadorias poderia ser transportado sem interrupções, *just in time and to the point*, e sobre os mais diversos meios de transporte: trens ferroviários, navios cargueiros, caminhões e até aviões para uso comercial. A

segunda invenção fundamental para a logística contemporânea foi a informática: também originada em âmbito militar, com a construção por parte da empresa Rand Corporation de Arpanet, uma sofisticada rede de informações para uso do Departamento de Defesa dos EUA e que foi a antecessora da internet, o desenvolvimento das chamadas *Information and Communication Technologies* (ICT), e sua aplicação para a produção de mercadorias está profundamente vinculada à transição do modelo econômico fordista para as formas de organização pós-fordistas e toyotistas primeiro, até a gestão algorítmica da economia de plataforma em tempos mais recentes.

Torna-se evidente, portanto, como, por detrás daquilo que é comumente conhecido como a "reestruturação produtiva" dos anos 1970 e o correlato surgimento de um novo padrão de acumulação "flexível" (Harvey, 2000), está um profundo câmbio na arquitetura e no esqueleto físico e infraestrutural (e cada vez mais digital) do capitalismo global, promovido pela "revolução logística". Isso supõe, então, uma disseminação do processo produtivo em uma multiplicidade de nós territoriais (um processo que Cowen definiu como "*streaching the factory*"), uma importância cada vez maior das cadeias globais de suprimento para a reprodução do sistema capitalista internacional e a emergência da forma corredor para a organização física e geográfica dos territórios.

Mezzadra e Neilson (2019) têm evidenciado a importância crescente, não apenas da logística, como também da extração e da finança, como lógicas privilegiadas do capitalismo pós anos 1970. Segundo esses autores, esse período não apenas representou a crise do modelo fordista-taylorista-keynesiano que dominou os chamados "anos dourados" do capitalismo, mas também a crise das três figuras prevalentes do Estado da época, isto é, o Estado de bem-estar nos países do norte, o Estado socialista do bloco soviético e o Estado desenvolvimentista do Terceiro Mundo, em representar o assim chamado capital social total perante os interesses particulares dos capitalistas individuais. Na leitura deles, por um lado a crise do capitalismo industrial e do Estado pós-guerra levou à centralidade das operações logísticas, financeiras e extrativas na composição do capital social total; por outro, essas

mesmas operações são menos mediadas pela ação reguladora e planificadora do Estado e são organizadas por uma governança global na qual a separação entre público e privado é cada vez mais confusa. Segundo os autores, extração, finança e logística são hoje não apenas setores econômicos, mas lógicas ou racionalidades que abarcam cada vez mais âmbitos da atividade econômica e operam em forma conjunta, isto é, entrelaçam-se em diferentes operações capitalistas. Retomando uma concepção ampliada de extração, Gago e Mezzadra (2015) pensam nela não apenas em seu significado literal-territorial, como a apropriação violenta do solo e do subsolo de matérias e energia, mas veem nela uma lógica muito mais abrangente do corpo social, capaz de subsumir e capitalizar dinâmicas de cooperação social e de se sobrepor aos tradicionais mecanismos de exploração do trabalho vivo. Essa noção extensa de extração se vincula em múltiplas maneiras às lógicas logísticas e financeiras.

Marx (2014) já havia compreendido a importância da logística e da circulação para o processo produtivo. No segundo livro d'*O capital*, o filósofo alemão discute extensivamente o valor "produtivo" de tarefas necessárias à realização do capital, como o armazenamento e o transporte. Especificamente, ele considera a função do movimento de mercadorias e a indústria de transporte como aspectos particulares e ambivalentes do ciclo produtivo:

> A circulação, isto é, o curso efetivo das mercadorias no espaço, dilui-se no transporte da mercadoria. A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação. (Ibid., p. 257)

Nesse sentido, o âmbito dos transportes representa, por um lado, um verdadeiro setor industrial, dedicado à produção de determinados tipos de bens e mercadorias que são os meios e as infraestruturas de transporte como tais. Para isso, esse setor

atrai importantes cotas de investimentos que se materializam na construção de contêineres, grandes navios, portos, estradas, trens e canais, investimentos que hoje em dia têm uma importante função de liberar cotas de capital financeiro excedente e sobreacumulado e amarrá-los a processos "produtivos". Por outro lado, esse setor como "continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* [este]" (ibid.) torna-se fundamental para a reprodução do capital social total em seu conjunto, através da redução dos tempos de circulação e de realização. É nesses dois aspetos que podemos entender, hoje, a importância estratégica da logística e das infraestruturas como saídas de emergência para contrapor – ou ao menos contornar – a queda tendencial da taxa de lucro, criando e abrindo continuamente novas fronteiras, mercados e territórios para os investimentos e procurando anular qualquer tipo de tempo morto no processo produtivo.

Isso pressupõe, em primeiro lugar, uma intervenção contínua na "produção" e redefinição do espaço (Lefebvre, 2013). A *produção logística do espaço* opera de maneira inseparável dos processos de financeirização da economia global, visto que, de fato, é exatamente quando se aumenta o peso do capital financeiro que, no nível da chamada "economia real", surgem intentos de compensar a crise produtiva com a "intervenção sobre as geografias (isto é, sobre as formas de poder) da circulação de mercadorias e capitais" (Into The Black Box, 2018, s.p.). Isso acontece em múltiplas escalas geográficas, desde a reorganização de espaços continentais inteiros ao longo de corredores terrestres ou oceânicos, como no caso da mencionada Iniciativa do Cinturão e da Rota, mas também de projetos europeus (como os Trans-European Transport Network – TEN-T) ou latino-americanos (como no caso da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – Iirsa e do Projeto Mesoamérica). E pode ainda adquirir uma escala mais local, a partir da transformação em sentido logístico das "cidades globais" (Sassen, 2000) ou da criação de verdadeiras *logistics cities*, no modelo de Dubai (Cowen, 2014). Tendo em mente que as recentes transformações do capitalismo operam um deslocamento das consolidadas noções de escala geográfica, a revolução logística pode ser vista como vetor de um

movimento transescalar rumo ao que Brenner e Schmidt (2015) chamam de "urbanização planetária".

As cidades contemporâneas podem ser analisadas, nas palavras de Cuppini (2018), enquanto "sistemas logísticos". De acordo com esse autor, talvez estejamos deixando para trás a antiga cidade industrial, organizada ao redor de uma rígida segmentação entre bairros fabris, bairros-dormitórios e lugares de lazer, para um novo tipo de espaço urbano

> cada vez mais "logistificado", fluido, maleável e entretecido, cujos ritmos são compassados por meio da inserção de múltiplas infraestruturas (virtuais ou 'materiais') que servem aos fluxos globais (de mercadorias ou capitais, de turistas ou formas produtivas cada vez mais ancoradas no "território"). (Ibid., p. 301)

A intermodalidade, nascida ao longo dos grandes corredores infraestruturais e de *hubs* logísticos, como portos, portos secos, zonas econômicas especiais, etc., permeia hoje em dia cada vez mais a estrutura dos próprios núcleos urbanos. As áreas abandonadas pelo processo de desindustrialização são cada vez mais ressignificadas a partir da multiplicação de centros comerciais, interportos, depósitos de mercadorias e novas redes viárias, que buscam atrair investimentos de todo tipo. As cidades tornam-se, hoje em dia, o espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo logístico de maior proximidade, chamado também de "logística urbana" ou "logística de última milha" (*last mile logistics*). É nesse âmbito que operam, hoje, os principais colossos logísticos do setor do *e-commerce*, como a multinacional estadunidense Amazon, o gigante chinês Alibaba, a empresa latino-americana Mercado Livre e um conjunto de plataformas de *delivery* para entrega de comida e outros produtos em domicílio.

Poderíamos chamar esse processo de urbanização logística (Sengpiehl et al., 2008; O'Shea, 2014; Diniz e Gonçalves, 2022), cuja natureza está associada com o desenvolvimento e densificação de infraestruturas logísticas. As infraestruturas de conexão garantem, dessa maneira, a circulação de mercadorias e integram-se a infraes-

truturas digitais que viabilizam essa conectividade. Como descrevem Diniz e Gonçalves (2022, p. 9) "a urbanização logística corresponde à produção, gestão e conexão de espaços cuja alta densidade técnico-científico-informacional facilita e promove a fluidez do capital, especialmente em sua forma mercadoria". A disseminação das plataformas digitais, portanto, não está dissociada da transformação necessária e (re)organização real do espaço urbano e das práticas que nele se desenrolam. Contudo, apesar dessa modernização tecnológica no processo de urbanização, como veremos, ela se dá num contexto de formação social dependente e periférico como o caso brasileiro.

A urbanização logística representa, dessa maneira, a condição para a atuação das plataformas digitais que, cada vez mais, atuam mediando as práticas socioespaciais nas grandes cidades, a partir da mobilização de um trabalho altamente precarizado. Como indica Graham (2020), novas interações socioespaciais entre usuários-consumidores e usuários-trabalhadores emergem nesse contexto e produzem uma nova geografia urbana da precariedade laboral (Strauss, 2017).

Essas plataformas digitais de entrega estão dando vida àquilo que tem sido chamado de *crowd-logistics*, literalmente uma "logística multitudinária" (Mladenow, Bauer e Strauss, 2016). Se considerarmos que, devido à densidade espacial das cidades, a "logística da última milha" é tradicionalmente o trecho menos eficiente da cadeia produtiva, concentrando, de fato, 28% dos custos (Jordán, Riffo e Prado, 2017), é evidente como a superação dos gargalos urbanos é vista como uma necessidade cada vez mais central. Para essa logística da última milha, o problema do acesso ao território torna-se uma questão central. A urbanista e arquiteta Lyster (2018, p. 18) elaborou o termo *timescape* (paisagem temporal) para designar a propensão da logística para calibrar "o espaço segundo o tempo e assim fazer da cidade uma paisagem temporal". Como argumenta De Stavola (2022), se, de acordo com Marx (2011), a circulação orienta-se à "aniquilação do espaço através pelo tempo", na logística contemporânea isto se integra a uma capacidade de definir o espaço com base no tempo.

Assim, a urbanização logística (que ocorre no nível M lefebvriano) envolve um desdobramento do contexto de crise anterior-

mente analisado. Trata-se, portanto, de uma forma determinada de desenvolvimento urbano num contexto de crise que prioriza o momento da circulação da mercadoria, buscando diminuir o tempo de rotação do capital. Esse processo ocorre a partir da mobilização de uma multidão de trabalhadores precários que atua, sobretudo, no setor das entregas. A urbanização logística é, dessa maneira, o modo pelo qual o capital em seu momento de crise encontra para continuar seu processo de acumulação decadente e, assim, *costura* a estrutura mais geral às dinâmicas de reprodução precária de uma massa de trabalhadores.

Como buscamos mostrar até aqui, a crise de valorização do valor (G) obriga o capital a buscar saídas emergenciais. A logística aparece aqui como uma dessas saídas e pressupõe um enorme processo de reorganização e de produção do espaço (M), que tem consequências específicas para a redefinição da geografia e da operacionalidade das cidades contemporâneas. Nesse sentido, há um vetor que conecta o nível G ao nível M e que traduz uma dinâmica de crise na própria paisagem das cidades. Ao mesmo tempo, como veremos a seguir, a logística opera e impulsiona também um gigantesco movimento rumo a uma constante redução do custo do trabalho, através das novas formas de precarização relacionadas à chamada "uberização do trabalho" (Abílio, 2020), que afeta diretamente a produção subjetiva da classe trabalhadora e os modos de organização política no mundo contemporâneo. Dessa forma, não apenas o espaço urbano serve de suporte e saída emergencial, por meio da intervenção logística e infraestrutura, para o capital, como também medeia e transpõe os imperativos colocados pela crise global (G) no nível da vida cotidiana e do corpo mesmo (P).

Da autonomia ao autogerenciamento subordinado: política e negatividade na vida cotidiana

Descrevemos o movimento que liga as transformações no nível G do capital e do Estado ao nível M do urbano. Na primeira seção, vimos como há uma tendência imanente ao movimento de valorização do valor que impele o capitalismo em direção a uma constante redução de sua dependência de trabalho vivo. Esse

movimento, no entanto, ameaça a própria capacidade de extração de valor e formação de uma massa de mais-valia capaz de sustentar as taxas de lucro do capital no longo prazo. A crise do valor enquanto forma social, expressão desse desenvolvimento contraditório, implica a crise do trabalho formal e assalariado e das formas de mediação engendradas pelo capital.

É seguro dizer, nesse sentido, que, no nível G, o capital funciona a partir de uma lógica imanente que se traduz no nível da vida cotidiana (P) sob a forma da constituição de uma imensa massa de desempregados (Kurz, 2018). Por outro lado, como vimos na segunda seção, o capital encontra na logística e nas infraestruturas, isto é, no terreno da própria *circulação*, uma saída emergencial para a crise do valor. Embora essas estratégias sejam incapazes de refrear o movimento de crise imanente, a produção logística e infraestrutural do espaço permite ao capital uma sobrevida. No nível M, o nível do conjunto urbano, portanto, o capital funciona a partir da produção de um espaço voltado à circulação que assume, como vimos, a forma material dos corredores, portos, zonas econômicas especiais, cadeias produtivas globais, plataformas digitais e fluxos metropolitanos de toda sorte. Esses novos espaços reconfiguram e medeiam a relação entre o nível G e o nível P, na medida em que impulsionam a formação de um "novo mundo do trabalho" (Beck, 1996), organizado e governado cada vez mais por uma racionalidade logística e por infraestruturas e plataformas digitais que produzem a fragmentação do trabalho e a individualização dos trabalhadores envolvidos (Heiland, 2020).

Um exemplo fundamental desse movimento de transformação pode ser visto na multiplicação de empresas de aplicativo e de formas de trabalho de circulação nas metrópoles brasileiras. De acordo com o coletivo Neblina (2022, p. 44), não é de hoje que parte indispensável do metabolismo urbano brasileiro se move sobre duas rodas:

> Na expansão caótica das cidades, onde o transporte veio a reboque, remendando as partes, o preço dessa precariedade foi sempre pago pela correria de quem tem que chegar no horário. Enquanto a falta de mobilidade penaliza a mão

> de obra com horas extras de esforço no transporte coletivo lotado, as demais mercadorias não se viram por conta própria e demandam uma circulação sempre mais veloz. Daí a aparição, em fins dos anos 1980 – muito antes de qualquer aplicativo –, de um exército de motoboys cada vez mais numeroso capaz de cortar o engarrafamento entre os carros e garantir, sob risco de vida, a aceleração dos fluxos capitalistas nas nossas metrópoles colapsadas. Os "corredores informais e mortais das motocicletas" viabilizam a circulação do que não pode parar em meio ao trânsito parado e servem, ao mesmo tempo, para aumentar a produtividade no deslocamento dos trabalhadores reféns da imobilidade urbana, que encontram na moto a saída de emergência "que equaciona baixo custo com alta velocidade".

Como argumenta Abílio (2019, p. 2), "as plataformas digitais têm sido globalmente reconhecidas como vetores de novas formas de organização do trabalho" garantindo "novas formas de dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele". Esse movimento, denominado *uberização do trabalho*, diz respeito a duas mudanças principais engendradas pelas plataformas nas relações de trabalho. Em primeiro lugar, a dispersão promovida pelas redes digitais, em particular diante do fácil acesso a *smartphones* e à internet, é acompanhada de uma crescente centralização e subordinação dos trabalhadores em "uma única empresa" (ibid). Ao contrário do trabalho produtivo fabril, no qual essa subordinação dependia da concentração de trabalhadores no mesmo ambiente de trabalho através de um processo de contratação formal, as plataformas funcionam, hoje, a partir de uma dinâmica de *adesão*, segundo a qual o trabalhador aparece cada vez mais como um usuário da plataforma do que força de trabalho propriamente dita. Em segundo, a dinâmica de adesão "voluntária" às plataformas digitais e às empresas-aplicativos mascara o fato de que esses trabalhadores se encontram, justamente, na condição de não empregados, "inteiramente desprovido[s] de garantias, direitos ou segurança associados ao trabalho" (ibid.). Até em termos formais e contratuais, os trabalhadores de aplicativo costumam configurar a figura

jurídica de "usuários", participantes de um mercado virtual na mesma forma que os próprios consumidores.

Por meio desses dois elementos, a possibilidade de uma dispersão espaço-temporal dos trabalhadores e uma forma voluntária de adesão às plataformas, os aplicativos são capazes de "recrutar o motoboy que está há trinta anos nas pistas, o trabalhador com emprego fixo que faz entregas depois do expediente e o jovem desempregado que tem ou aluga uma bicicleta atrás de um 'bico'" (Neblina, 2022, p. 45). A multiplicação de infraestruturas, logísticas e plataformas digitais carrega consigo, portanto, a multiplicação de formas de trabalho precarizadas nas cidades, seja na sobreposição de diferentes jornadas de trabalho, seja na extensão do próprio tempo de trabalho como forma de melhoria dos rendimentos. Em todo caso, a circulação de mercadorias na cidade parece depender cada vez mais dessa "multidão heterogênea" de trabalhadores subordinados a uma dominação descentralizada do trabalho para seu funcionamento (ibid.) – aquilo que aqui estamos chamando de um *trabalho de costura* operado pelos entregadores de aplicativo.

Uma vasta bibliografia vem refletindo sobre o aumento progressivo da exploração resultante dessa transformação tecnológica (Antunes, 2020; Woodcock, 2020; Grohmann, 2020). Alguns autores descrevem os processos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores a partir da analogia a uma forma de "escravidão moderna na era digital" (Antunes, 2018). Outros focam sua interpretação no tipo de discurso mobilizado por essa nova forma de negócio. Como descrito por Slee (2017), a racionalidade preponderante da economia de plataforma é sustentada pela ideologia do "*self-made man*", isto é, a de um projeto individual de empreendedorismo de si como única forma de melhorar a vida. Ainda que a dimensão ideológica seja fundamental para compreender a realidade, ela não explica sozinha as transformações e as formas de adesão ao trabalho precário.

Queremos argumentar, ao contrário, que a multiplicação de formas de trabalho precário, individualizado e disperso no cotidiano das cidades (P) é, antes, a expressão de um desejo por autonomia que se expressa de maneira negativa ou subordinada e que se relaciona à mudança no horizonte de expectativa da classe

trabalhadora gestado pela crise do valor (G). Esse desejo de autonomia dos trabalhadores diante de seus donos e capatazes, de autogestão dos tempos e das formas do próprio trabalho, é um sentimento antigo da classe trabalhadora no contexto do modo de produção capitalista, aflorado em múltiplas lutas sociais nos anos "dourados" do capitalismo fordista-taylorista. Todavia, diante da reestruturação produtiva começada na década de 1970, que consistiu por si mesma, em boa medida, em uma resposta aos desafios impostos ao capitalismo a partir das lutas da classe trabalhadora e diante da incapacidade intrínseca do sistema de absorver mão de obra e produzir postos de trabalho formal, a autonomia aparece como sintoma de uma classe de trabalhadores sem-salário, sem-trabalho e, por isso, sem-patrões. Nesse contexto, a autonomia pode, por vezes, assumir uma expressão negativa, na medida em que o capital encontra meios de se apropriar dos "modos de vida" que emergem da crise do valor e subordiná-los a uma lógica neoliberal (ver, por exemplo, Abílio, 2021).

Como explica Gago (2018), a penetração do neoliberalismo no continente latino-americano deve ser levada a sério se quisermos explicar o surgimento de uma racionalidade e uma subjetividade neoliberal que domina os setores populares. A sua ideia de um "neoliberalismo desde baixo" sugere que o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas e orientações econômicas no nível do Estado e do Capital (G), mas como um tipo específico de subjetividade que *precisa* se desenvolver nos setores populares diante de um cenário no qual o cálculo econômico, o lucro, a precificação e outros mecanismos de mercado se tornam a forma dominante de mediação da reprodução coletiva na vida cotidiana (P). A autora argumenta que há uma *pragmática vitalista* que visa prover as condições de vida dos setores populares "em um contexto em que o estado não garante as condições da competição neoliberal prescritas pelo modelo ordoliberal" (ibid., p. 6). Por outro lado, é justamente essa necessidade forçada de assumir a responsabilidade pela reprodução coletiva, não garantida pelo público e o privado, que "organiza uma certa ideia de liberdade, que, em seu modo particular, desafia algumas das formas mais tradicionais de obediência" (ibid.). Em outras

palavras, o definhamento da forma-trabalho e a dissolução de qualquer vestígio de Estado de Bem-Estar Social, jamais consolidados na periferia do capitalismo global, forçam o trabalhador a identificar como *ganho de autonomia* exatamente aquilo que mina sua capacidade e garantia de reprodução social.

O discurso sobre empreendedorismo é hoje em dia uma forma de "captura" de um sentimento de autonomia e de tomada de decisão sobre tempos e formas do próprio trabalho por parte dos trabalhadores, algo que, no contexto de extrema precariedade das metrópoles periféricas, circula por meio dos cálculos e das pragmáticas vitalistas do "neoliberalismo desde baixo". A partir de uma pesquisa sobre os trabalhadores da empresa Rappi em Buenos Aires e Cidade do México, De Stavola (2021) considera que, no trabalho de plataforma, para além da liberdade formal do trabalhador já identificada por Marx, existe também uma autonomia que se expressa em função de um espaço de autogestão produzido, organizado e subsumido pela arquitetura de poder que suporta o fluxo logístico, isto é, àquela da plataforma. Com base nisso, o autor propõe o conceito de "autogestão funcional do trabalho", com o qual procura interrogar criticamente as formas de subjetivação dos trabalhadores de aplicativo, que costuma ser um tipo de agência "funcional" aos objetivos de lucratividade capitalista:

> A autogestão funcional do trabalho, em primeiro lugar, é subordinada. Em um nível subjetivo, ela pode ser interpretada como o resultado da ideologia que estrutura o fenômeno social (Žižek, 2003), isto é, como produto da ordem contraditória: "desfruta de ser autónomo". Em segundo lugar, é funcional à lógica do ciclo de valorização do capital, na medida em que, para que o entregador a possa desfrutar, não tem outra opção que se adaptar aos objetivos da empresa. Finalmente, é possível definir a autonomia da qual gozam os e as entregadores/as na autogestão do trabalho como funcional porque está submetida pelo capital na forma de dados. De fato, é condição mínima para a operação da extração, visto que o/a entregador/a, no espaço da autogestão funcional,

> mobiliza conhecimento, atitudes, cálculos e comportamentos que constituirão os dados objeto da própria operação (De Stavola, 2021, p. 61; tradução nossa).

Em linha com essa interpretação, Abílio (2019, p. 5) dá o nome de "autogerenciamento subordinado" a esse deslocamento da figura do "empreendedorismo de si" ou do *self-made man*, para a do "trabalhador 'gerente de si subordinado'". Isso significa que as plataformas, em sua capacidade de mobilização de um trabalho disperso nas metrópoles, emulam uma forma de agência que responde a um desejo por autonomia própria dos trabalhadores. Não há gerente, não há patrão, para além de si mesmo. É possível decidir quando começar e quando parar, quando virar noites ou tirar férias. No entanto, essa autonomia aparece fundamentalmente subordinada a uma relação em que a remuneração está vinculada à disponibilidade para o trabalho. Para a autora,

> [...] o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seu conhecimento são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade. (Ibid.)

Essa terceirização do gerenciamento do trabalho para o trabalhador, que é acompanhada pela a terceirização dos custos para o trabalhador dos próprios meios de produção, tais como o carro, a moto ou a bicicleta, a *bag*, o *smartphone* e os dados do celular, leva, embora sob as formas do autoengajamento "autônomo" no trabalho, a um aumento dos tempos de trabalho, isto é, a um aumento da "subsunção formal" do trabalho sob o capital. Não obstante, a partir da consideração da articulação da gestão algorítmica das plataformas com as formas de vida precárias que, historicamente presentes, constituem a estrutura e a infraestrutura social das metrópoles brasileiras, a própria Abílio (2021) chega a definir a uberização como "subsunção real da viração".

Para a autora, é preciso "escapar do par formal-informal" se se quiser revelar como o capitalismo subsume os modos de vida periféricos (ibid., p. 943). A maior parte dos trabalhadores que se encontram nesses tipos de trabalho desconhece estabilidade, garantias ou mesmo direitos relacionados à atividade desenvolvida, e, por isso, eles encontram-se em um constante movimento de combinação de "estratégias de sobrevivência" e "criação e aproveitamento de oportunidades efêmeras" (ibid). Esse movimento que Abílio denomina de "viração" ou ainda, como bem lembra a autora, aquilo que Oliveira (2003, p. 68) chamou de "talento organizatório de milhares de pseudopequenos proprietários" revela exatamente a potência da pragmática vitalista identificada por Gago (2018). Diante da incapacidade de se garantir as condições mínimas de reprodução social, as classes populares são obrigadas a desenvolver diferentes formas de lidar com a insegurança e a precariedade e assumir, assim, o custo de sua própria reprodução. Essas formas assumem expressões variadas, desde o acúmulo de diferentes trabalhos, formais e informais, legais e ilegais, permanentes ou temporários – aquilo que acima chamamos, com Mezzadra e Neilson (2013), de uma *multiplicação do trabalho* – até a adoção de práticas para maximizar a renda aferida que ameaçam a continuidade da vida do próprio trabalhador.[156]

Assim, se, por um lado, o trabalhador precarizado experimenta um certo tipo de autonomia em sua viração – isto é, sua aparente capacidade de definir como, onde e por quanto tempo trabalhar –; por outro, é exatamente dessa autonomia que se serve o capital no momento atual. O trabalho de *costura* dos trabalhadores opera, dessa forma, uma *sutura ideológica*, que unifica precariedade e autonomia numa unidade negativa e contraditória. Essa "apropriação monopolizada de modos de vida periféricos", como argumenta Abílio (2021, p. 943),

> pode ser vista em ato nas estratégias do jovem negro que, dentre outras atividades que compõem sua entrada no mercado de trabalho, aluga uma bicicleta para ter um rendimento como bike boy; passa o dia traçando meios para não ter que enfrentar a brutalidade policial, a brutalidade do tráfego

> urbano, as violências raciais cotidianas; estabelece meios para intensificar seu próprio trabalho, dispõe-se a trabalhar 12 horas ininterruptas para ganhar uma bonificação (Machado, 2019) e integra a distribuição do setor de alimentos.

Em outras palavras, o capitalismo esforça-se para subsumir justamente essa pragmática vitalista que anima o trabalho em um ambiente em que a reprodução social não é minimamente garantida.

Reflexões finais: precariedade, logística urbana e luta de classes

Como é possível avaliar, a partir do argumento que desenvolvemos neste texto, as profundas transformações do capitalismo em crise perpassam em múltiplas maneiras e em diferentes escalas a reprodução social. O colapso da sociedade do valor produz uma massiva desfiliação salarial e cria espaços de precariedade, desemprego e informalidade da população "excedente", ao mesmo tempo que mina as próprias bases de reprodução da acumulação capitalista. Tenta-se contornar a queda inexorável da taxa de lucro por meio da "produção capitalista do espaço" que se apoia na racionalidade logística, na produção de infraestrutura e no aumento dos ritmos de circulação, rotação e realização do capital. No contexto urbano, a transformação em sentido logístico das cidades encontra, na massa de "trabalhadores sem trabalho" (Rizek, 2022), um novo tipo de trabalhador precário, que une, à falta de direitos e à informalidade própria da periferia capitalista, a inserção eficiente nos circuitos de alta lucratividade das plataformas.

Como ressaltamos neste texto, é importante, para a compreensão do fenômeno da precarização do trabalho, articular diferentes escalas. A transescalaridade que abordamos aqui, de inspiração lefebvriana, permite visualizar os efeitos combinados da dinâmica contraditória do capital. A amarração entre os níveis G, M e P, dessa maneira, contribui na interpretação crítica da urbanização logística, da situação de trabalho de milhares de entregadores de aplicativo e da crise do capital.

Essa dinâmica gera, também, profundas transformações nas lutas dos trabalhadores de aplicativo e nas formas da luta de classes na sociedade contemporânea como um todo. A compreensão do fenômeno que analisamos aqui passa, em adição, pela interpretação das resistências dos trabalhadores ante esses processos. A explosão das lutas dos entregadores no Brasil no contexto da pandemia da covid-19 – quando a regra do "fique em casa" conseguiu se realizar só por meio da exceção de um exército cada vez mais numeroso de motoboys que carregaram (e ainda carregam) em suas costas os custos e os riscos da infraestrutura social das metrópoles em colapso – trouxe à tona, não apenas um rechaço por parte desses trabalhadores a taxas de remuneração cada vez menores e de condições de trabalho cada vez mais degradantes, mas também a negativa destes em relação às tentativas de ser submetidos à normativa trabalhista tradicional da CLT.[157] Isto é, a uma "guerra" declarada às empresas de aplicativo, acompanhou-se uma aversão aos sindicatos de categoria, a qualquer forma institucionalizada de "direção" das lutas e a todo tipo de discurso que quisesse arregimentar o trabalho dos entregadores a um vínculo empregatício associado por eles mesmos "ao universo infernal dos 'trabalhos de merda': horários a cumprir, salário baixo e um chefe para tornar sua vida mais difícil" (Neblina, 2022, p. 46). A autonomia emerge, aqui, em duplo sentido: como autogestão do seu próprio trabalho e também de suas lutas. Por outro lado, se bem, como evidenciamos neste texto, que esse desejo de autonomia se torna facilmente "negativo", "funcional" ou "subordinado"; há um excesso que permanece desafiando, de alguma maneira, as necessidades de controle por parte da empresa, que emerge, nos momentos de maior descontento, em situações moleculares, como quando o entregador denuncia ter perdido uma entrega para se garantir uma refeição ou, mais diretas, quando a autogestão dos tempos de trabalho é posta ao serviço da auto-organização das lutas. É sobretudo como resposta a isso que, em anos recentes, a empresa brasileira *iFood* vem criando formas de controle mais direto sobre o tempo de trabalho dos entregadores, instituindo formas de agendamento de turnos de trabalho ou até mesmo terceirizando parte da "frota" a empresas parceiras de "operadores logísticos" (OL).

Mas as mudanças nas formas de engajamento dos trabalhadores não se limitam às contradições ínsitas no conceito de autonomia e "autogestão", positiva ou negativa que for, do próprio trabalho. Elas envolvem, também, as próprias formas da luta no trabalho e as transformações em sentido logístico das cidades contemporâneas. A emergência, a partir da grande manifestação nacional do 1º de julho de 2020, mas com maior intensidade em todos os momentos de greves prolongadas que ocorreram no Brasil, da forma do "breque", produziu um deslocamento da antiga prática do "piquete" fabril no espaço aberto da cidade; isto é, de uma técnica de interrupção do ciclo produtivo fordista à ruptura do ciclo de circulação das mercadorias através dos fluxos e dos corredores metropolitanos. Nessa nova situação de luta, não se trata mais de parar um momento da linha de montagem de um produto, mas de impedir, com a presença física nas portas dos *shoppings*, sua saída para o mercado, isto é, sua realização pela circulação.

A substituição de uma forma de luta ancorada na produção por outra direcionada à circulação tem a ver com os efeitos da revolução logística nos últimos 50 anos e pode ser lida historicamente na perspectiva da "longa duração" da história do modo de produção capitalista. Seguindo uma perspectiva braudeliana e retomando em parte os "ciclos sistêmicos de acumulação" de Arrighi (2007), Clover (2016) propôs uma leitura do capitalismo sob a lente dos tipos de luta paradigmáticos de cada período histórico. Em sua análise, durante toda a época que antecedeu à Revolução Industrial, a forma de luta mais comum nas sociedades europeias e no mundo atlântico em geral foi o *riot* (isto é, o tumulto, o saque, o motim). Tratava-se de um tipo de luta dirigida a baixar os preços das mercadorias presentes no mercado, e por isso poderia ser definida como luta "no âmbito da circulação" (*circulation struggle*), pois os principais espaços nos quais ocorriam os *riots* eram os mercados, os portos e a cidade em si. Em uma época de ascensão do modo de produção capitalista, o *riot* configurava-se também como um rechaço à proletarização das classes populares e ao processo de privatização dos bens e das terras comuns. Durante a primeira parte do século XIX, todavia, nos países do capitalismo central, o *riot* foi paulatinamente, em primeiro lugar, deslocando-se rumo ao lugar da fábrica, como no caso do "ludismo",

e, em segundo lugar, substituído por outra forma de luta, a greve (*strike*). Esta última sendo dirigida não mais a baratear os preços das mercadorias presentes no mercado, mas a aumentar o preço daquela mercadoria que havia se imposto como central no modo de produção capitalista: a força de trabalho. O ano insurrecional de 1848 representou de alguma maneira o momento culminante dessa sobreposição e transição de lutas.

Um novo período de transição começou, na leitura de Clover (ibid.), exatamente no momento de crise do capital industrial e da revolução logística e foi antecipado e em alguma medida "anunciado" pela insurreição mundial de 1968. Depois desse período, o eixo da "economia-mundo" capitalista viraria novamente da produção à circulação, da fábrica à cidade e da greve ao *riot*. Não surpreende, nesse sentido, que muitos dos levantes que explodiram nas últimas décadas em nível mundial, desde as revoltas da *banlieues* parisienses às primaveras árabes, do movimento *Occupy* às acampadas espanholas, da revolta de junho de 2013 no Brasil às recentes insurreições em Equador, Chile, Colômbia e Hong Kong, tenham a ver com questões como a acessibilidade ao transporte público e à cidade em geral e a alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade, e tenham levado a uma proliferação de bloqueios de vias, barricadas, ataques a infraestruturas de conexão e ocupação de praças urbanas, além de destruição e saque massivos de mercadorias. Até o bloqueio de rotatórias realizado pelo movimento francês dos coletes amarelos, com sua capacidade de interrupção de fluxos estratégicos para a reprodução logística fora do âmbito estritamente urbano, é uma prova de como as lutas estão acompanhando a transformação do espaço na direção de formas de urbanização planetária (Benvegnu e Cuppini, 2020). Nessa perspectiva, quem sabe seja possível entrever, nas atuais lutas dos entregadores de plataforma, nas suas pulsões subjetivas e em suas práticas concretas, sinais de um "neo-ludismo" próprio da etapa de colapso da sociedade da mercadoria? Esses desafios apontam para a possibilidade de fazer emergir uma vida cotidiana transformada, que possa se generalizar (Lefebvre, 2003), uma transformação que parta do P em direção ao G. Esse é o sentido forte que Henri Lefebvre atribui ao conceito de revolução.

Seja como for, as transformações que descrevemos aqui em direção a um "trabalho sem forma" (Oliveira, 2003) também produziram uma "luta de classes sem forma" (Neblina, 2022). Essas questões invariavelmente estarão no horizonte da discussão nacional e no futuro das metrópoles brasileiras. Um amplo esforço de investigação combinado com maneiras de interagir politicamente com essa situação ainda estão por serem realizados. Esperamos que este texto, uma contribuição no sentido de oferecer um *framework* analítico, possa colaborar nessa empreitada.

CAPÍTULO 16

As cidades dos galpões: expressões da dependência no processo de urbanização logística[158]

Pedro Paulo Gonçalves
Nelson Diniz

Introdução

Este trabalho tem como objeto a urbanização logística, posicionando-a no entendimento de que o processo mais amplo de urbanização é parte da problemática da sociologia da dependência, tal como colocado por Quijano (1978). Ademais, entendemos que as relações de dependência a que estão submetidos os países periféricos vis-a-vis os países centrais são marcadas pela predominância do neoextrativismo e da financeirização, o que gera repercussões contraditórias no processo de urbanização e na produção do espaço, dando forma a uma urbanização dependente. Diante da necessidade de avançar na validação de hipóteses a esse respeito, faz-se necessária a realização de estudos de casos e experiências nessas formações sociais periféricas, sendo o presente estudo um esforço exploratório e inicial nesse sentido.

A reestruturação produtiva porque passou o mundo a partir da década de 1970 deu-se em um contexto de esgotamento dos padrões de expansão material preponderantes até

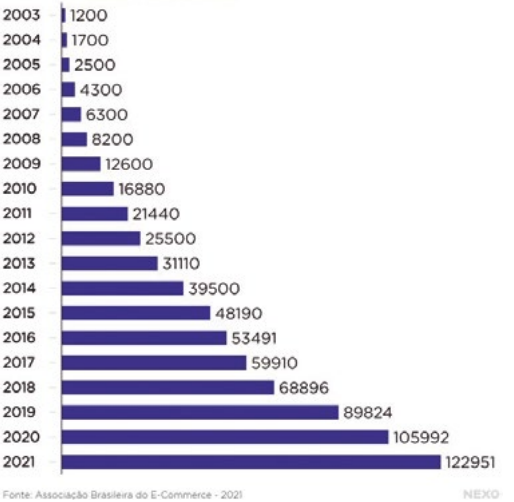
doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_016

então, o que levou ao encerramento do ciclo desenvolvimentista latino-americano. A partir desse momento, constituiu-se paulatinamente um projeto hegemônico de globalização neoliberal, de modo que a região passou a se inserir nos circuitos produtivos globais privilegiando aquilo em que tem expertise e competitividade, isto é, atividades extrativistas, o que tende a reafirmar a condição periférica desses países.

Na contemporaneidade, essa condição é reproduzida e atualizada, entre diversas formas, por meio da influência de tendências como a urbanização logística e o urbanismo de plataforma, dando novos contornos aos nexos entre extração, rentismo, logística, finanças, urbanização e dependência. A seguir, traremos algumas informações com o intuito de qualificar melhor essa hipótese.

"Faltam casas e sobram vagas nas cidades dos galpões": esse é o sugestivo título de uma reportagem da *Folha de São Paulo*, publicada em março de 2022. Trata-se de reportagem dedicada a apresentar dados e diferentes perspectivas sobre a questão do impulso dado pelo *e-commerce* à criação de centros de distribuição e condomínios logísticos em diferentes cidades do país. Alerta-se, ainda, para os efeitos de uma complexa e contraditória dinâmica urbana (FOLHA, 2022). Dinâmica marcada, por exemplo, pela geração de empregos, mas acompanhada por escassez de moradias. Assim como o texto da *Folha*, outra reportagem, veiculada no *Nexo Jornal,* fez alusão ao caso paradigmático de Cajamar, município da região metropolitana de São Paulo conhecido como a "Faria Lima dos galpões" ou mesmo a "Disney do *e-commerce*", setor em franca expansão no Brasil, como é possível observar no gráfico abaixo (NEXO, 2022).

Figura 1 – Volume de vendas no e-commerce brasileiro em milhões de vendas



Fonte: Elaborado pelo *Nexo Jornal,* com base em dados da Associação Brasileira de *E-commerce*.

Como se vê, tem havido, de fato, expressivo crescimento do setor de *e-commerce* no Brasil, evidenciando uma tendência que já estava em curso, mas que foi catalisada no contexto da pandemia de Covid-19. Sem dúvida, as medidas sanitárias adotadas com o objetivo de conter a disseminação do vírus produziram inúmeros efeitos. Dentre esses efeitos, mais ou menos traumáticos e disruptivos, destacou-se, na ausência de alternativas, diante da proibição da circulação e aglomeração em centros comerciais, o ajustamento das subjetividades dos consumidores brasileiros ao comércio eletrônico. Há que considerar, além disso, a contrapartida desse processo, que foi a adesão, maior ou menor, de pequenas, médias e grandes empresas a essa modalidade de negócios. De todo modo, o que nem sempre fica claro é que a expansão desses espaços virtuais de mercado, aparentemente imateriais, encontra correspondência na necessária transformação e organização dos espaços reais, urbanos e regionais, que lhes dão suporte, a exemplo do que se passa em Cajamar, mas também em outras cidades e regiões metropolitanas do país.

Cajamar é uma cidade com cerca de 78 mil habitantes localizada a 29 km da capital paulista e próxima às rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Sua ocupação original, no princípio do

século XX, deu-se ao redor de uma indústria de cimento. A partir do final dos anos 2000, foi convertida em um grande centro logístico, o maior do Brasil, abrigando entrepostos de algumas das principais empresas nacionais e internacionais, como Amazon, Magazine Luiza, Carrefour, Leroy Merlin e Mercado Livre. No total, conforme a reportagem do *Nexo* já mencionada, são 145 empresas com galpões funcionando no município. Ainda de acordo com o *Nexo*, Cajamar foi responsável, em 2021, por 40% das encomendas despachadas pelo setor de *e-commerce* no país. Dos 11 milhões de m² de galpões construídos no Brasil, ao longo daquele ano, 86% foram erguidos na cidade.

Foi igualmente a respeito de Cajamar que uma matéria do *Tab Uol*, do final de 2021, intitulada "*A capital dos galpões*", ressaltou as contradições urbanas aí existentes, opondo o progresso prometido pela instalação dos megagalpões à realidade dos bairros pobres do entorno (TAB UOL, 2021). A reportagem do *Nexo*, por seu turno, refere-se a Cajamar como uma cidade que "une o protagonismo na cadeia econômica e tecnológica do século XXI à precariedade de uma população vulnerável". Uma caracterização que, em nossa opinião, faz lembrar os argumentos de Francisco de Oliveira (2003), na *Crítica à Razão Dualista* e n'*O ornitorrinco*. Isso porque, para o autor, a compreensão do desenvolvimento capitalista, no Brasil, deve partir da ideia de que o moderno se alimenta, historicamente, do atraso, como quando explica, em resposta ao pensamento cepalino, de que maneira as economias de subsistência, de bases rurais, deram impulso ao crescimento industrial no século XX. Em suas palavras:

> [...] a Cepal, Prebisch e Furtado, haviam empacado com a tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento, tese aliás que esteve muito em moda na teorização contemporânea, como a de Arthur Lewis sobre a formação do salário em condições de excesso de mão-de-obra. Tal tese não encontrava sustentação histórica [...] os estudos sobre o café mostraram que o modo inicial de sua expansão utilizou a agricultura de subsistência dos colonos, intercalada com o café, para proverlhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do

> café. [...] Sustentei, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização. [...] Apontei, então, que as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não-reinvertível em sim mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana (OLIVEIRA, 2003, p. 84-85).

Assim, atualizando seus próprios argumentos, que datam dos anos 1970, o autor defende que compreender o Brasil no século XXI, diante do fracasso do projeto desenvolvimentista, exige, em seus termos eminentemente ensaísticos, imaginá-lo a partir da figura estranha em que foi transformado: um ornitorrinco, um monstro que expressa como a modernidade e o atraso estão relacionados umbilicalmente, combinam-se contraditoriamente. Como resultado, emerge uma formação socioeconômica na qual os setores intensivos em capital, típicos do que denomina como a revolução molecular-digital, estão sistematicamente vinculados ao estatuto rebaixado da força de trabalho. Tudo isso com graves repercussões na estrutura social brasileira, sobretudo no que diz respeito à reprodução de desigualdades.

Abordagens como essa, que enfatizam as contradições da acumulação capitalista, permitem refletir, criticamente, sobre o objeto das reportagens supramencionadas, isto é, sobre o que tem sido chamado de "urbanização logística", em termos de processo, e "cidades logísticas", em termos de forma[159]. Trata-se de expressões relativamente recentes, mobilizadas no debate acerca de ondas de transformação urbana cujo traço fundamental é o seguinte: a criação de grandes infraestruturas e projetos logísticos (formas contemporâneas de capital fixo) que funcionam como eixos e vias centrais da circulação global do valor. Cabendo ressaltar, ainda, que os processos de circulação do valor são, cada vez mais, mediados por plataformas digitais.

Como se verá, pretendemos levar adiante, precisamente, uma reflexão inicial a respeito da urbanização logística, o que faremos apresentando algumas definições, recorrendo a dados e informações extraídos de reportagens e chamando a atenção para os

impactos e contradições desse tipo de urbanização nos mercados imobiliário e de trabalho brasileiros.

A urbanização logística

Do nosso ponto de vista, o processo de urbanização logística e sua conformação socioterritorial, nas cidades que o elegem como motor de seu crescimento econômico e desenvolvimento urbano, têm expressado o que há de mais moderno no âmbito da acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de espaços produzidos em sintonia com as tendências típicas do meio técnico-científico-informacional, para utilizar um conceito de Milton Santos (2008).

Conforme Arboleda (2018), as reformas neoliberais produziram duas tendências contrapostas, quais sejam, a integração horizontal dos sistemas produtivos, por um lado, e a centralização do poder estatal, por outro, sendo a urbanização logística expressão dessas tendências contraditórias nos territórios.

Esta também é vista, pelo autor, como uma modalidade emergente de planejamento urbano-territorial que se caracteriza pelo desenvolvimento de uma paisagem funcional a sistemas técnicos, que são elaborados com a finalidade de integrar cadeias transnacionais de circulação de mercadorias. Trata-se de um processo de transformação urbano-territorial estruturado em torno de ideias como conectividade, integração, fluxo, que se dão em uma perspectiva inter e transescalar. A urbanização logística, para o autor, produz contradições socioespaciais nos locais em que se manifesta. Contradições que são expressão concreta de uma crescente integração do espaço urbano com redes sociotécnicas de circulação de mercadorias. Arboleda (2018) também ressalta que, como desdobramento da urbanização logística, são formadas cidades logísticas, cuja morfologia urbana tem como marca fundamental uma governança de caráter econômico e policial, orientada um planejamento territorial com viés crescentemente autoritário e coercitivo.

Mauch (2021), por sua vez, também articula a temática da logística com processos de urbanização. Para ele, a logística está

vinculada aos processos de urbanização, quer seja enquanto prática material-concreta, quer seja como racionalidade gerencial. Isso porque ela proporciona a reorganização do espaço global ao expandir os fluxos de circulação de mercadorias, o que depende das cidades e suas infraestruturas para manter constante este movimento, que é permeado por contradições socioespaciais.

Cuppini (2018), em direção parecida, ressalta que concepções logísticas de processos de urbanização (como conceito, conjunto de práticas e racionalidade) têm sido utilizadas desde o século XIX para governar metrópoles emergentes e promover a despolitização das cidades. Desde o início da cidade moderna, a lógica logística molda o tecido urbano e o processo de urbanização, pois nas cidades fazem-se presentes o imperativo da busca por novas formas de fazer circular pessoas e bens, continuamente, para novos espaços e fronteiras.

O mesmo autor também ressalta que essa concepção logística contribui para ocultar os processos políticos que dão forma a esse tipo de organização do espaço urbano. Esses processos têm como finalidade, produzir cidades que se reduzam à imagem de um "mercado pacífico", ideias essas presentes ao longo da história de formação das cidades e que permanecem na contemporaneidade. O autor comenta, como exemplo histórico, que as intervenções de Haussmann foram informadas em grande medida por uma lógica e racionalidade logísticas, dirigidas para o desenvolvimento da circulação e da conexão. Atualmente, essa lógica logística tem levado ao desenvolvimento de um processo contraditório e conflituoso de crescimento contínuo da pobreza e desigualdades urbanas, bem como da lógica financeira de extração de valor.

Tendo em vista essa discussão, defendemos que a urbanização logística, atualmente, corresponde à produção, gestão e conexão de espaços cuja alta densidade técnico-científico-informacional facilita e promove a fluidez do capital, especialmente em sua forma mercadoria. Desse modo, são reduzidos, por exemplo, tempos e custos de circulação em alguns setores-chave da economia contemporânea, crescentemente digitalizada, como é o caso das mercadorias vendidas no âmbito do *e-commerce*.

Entretanto, sobretudo quando a referida produção se dá no contexto de formações sociais dependentes, sustentamos que essas formas modernas de circulação de mercadorias não podem ser entendidas fora da relação dialética com as características das cidades periféricas. Em nossa perspectiva, isso é particularmente verdadeiro no que se refere à exploração/espoliação da força de trabalho e à estrutura fundiária/imobiliária urbana. Algo que pode ser enquadrado, mais uma vez, nas contribuições teóricas de Oliveira (2003), que enfatiza, como dito, a combinação entre o "progresso" e o "atraso" como fundamento da acumulação de capital no Brasil. Um parâmetro de reflexão que, a rigor, também está presente nas elaborações de Santos (2004), especialmente no que tange aos "dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos", isto é, o "circuito superior ou moderno", de um lado, e o "circuito inferior ou não moderno", de outro. Quer dizer, no fundo, para os dois autores, o que é dito moderno e o que é dito atrasado são duas faces da mesma moeda.

Além das cidades logísticas, outro fenômeno igualmente importante para a reflexão sobre o tema da urbanização logística é o "urbanismo de plataforma". Tal noção vem sendo desenvolvida para dar conta das complexas relações entre o progresso tecnológico contemporâneo, que tem como um de seus principais vetores as chamadas plataformas digitais, e as formas mediantes as quais essas mesmas plataformas são utilizadas para produzir, controlar e extrair valor dos espaços urbanos.

Para Mark Graham (2020), por exemplo, as plataformas digitais têm cada vez mais mediado as interações socioespaciais (entre usuários, trabalhadores e proprietários do capital e da informação). Ao fazê-lo, exercem enorme poder sobre as geografias econômicas locais, obtendo, até o momento, imenso sucesso em se desresponsabilizar pelos desdobramentos de sua incidência na produção do espaço. Conforme o autor, as plataformas digitais não se responsabilizam por esses desdobramentos justamente em função do modo como exercem seu poder, isto é, por meio da implementação de estratégias espaciais identificadas pelo autor como "geografias conjunturais". Em consonância com essa perspectiva, pode-se dizer que as plataformas

digitais são capazes de operar, simultânea e/ou sucessivamente, incorporadas e desincorporadas ao espaço-tempo. Elas se manifestam incorporadas ao lugar ("*imbedded*", no original em inglês) sobretudo quando visam obter/extrair as recompensas provenientes da conexão espacial, o que exige uma forma de manifestação eminentemente material e territorializada. No entanto, elas se retiram dos lugares especialmente quando querem abdicar de qualquer responsabilidade, social ou ambiental, quando os efeitos de sua atuação são identificados e penalizados, assumindo, para tanto, sua forma efêmera, nomeadamente digital e desterritorializada de manifestação.

É possível recorrer, mais uma vez, à reportagem do *Nexo Jornal* para ilustrar essa dinâmica. Nela, destaca-se o caso de Coffeyville, cidade de menos de 10.000 habitantes, no estado do Kansas, nos Estados Unidos. A partir de 1999, a *Amazon* edificou uma série de galpões em Coffeyville, apelando, para tanto, aos benefícios de políticas de incentivos fiscais. Entretanto, em 2014, a multinacional decidiu encerrar suas operações na cidade, aparentemente por ter encontrado localidades com políticas fiscais ainda mais atrativas. E assim o fez, deixando para trás um rastro de mais de 1.000 funcionários demitidos, o que repercutiu, gravemente, em vários setores da economia local.

Mas o que muda em relação às tradicionais modalidades de tomada de decisão locacional e ao debate sobre seus efeitos? Em nossa opinião, justamente a capacidade aumentada das plataformas e empresas digitais de se desfazer, temporária ou permanentemente, dos vínculos espaciais com o lugar, sem maiores prejuízos operacionais. O que é alcançado em função de conseguirem se colocar à frente das legislações e entendimentos de nosso tempo a respeito da natureza de suas atividades, do grau de flexibilização atual para os fluxos de capital, bem como por suas capacidades técnico-algorítmicas de prospectar e adquirir melhores taxas de lucro. Ademais, sobressai a referida capacidade dessas empresas em se desresponsabilizar dos impactos de sua mobilidade crescente, uma vez que operariam, eminentemente, em espaços virtuais-digitais, cujo caráter "inovador" dificulta seu enquadramento nos mecanismos regulatórios convencionais.

Ou seja, argumentos como os de Graham (2020) enfatizam dialéticas do tipo materialização/desmaterialização e/ou territorialização/desterritorialização na operação das plataformas digitais. Ao fazê-lo, oferecem, de fato, um interessante caminho para a reflexão sobre o que se passa à medida que os processos sociais e as formas espaciais identificados com a urbanização logística se difundem pelas cidades e metrópoles do Brasil e do mundo. Isso porque esses argumentos ajudam, com efeito, a refletir sobre um aspecto central das estratégias espaciais e de acumulação mediadas por essas plataformas: ao mesmo tempo em que é possível identificar sua presença, poder, produção e controle dos territórios e configurações socioespaciais, elas estão, em alguma medida, invisíveis a olho nu, suas práticas espaciais são difíceis de captar, sobretudo quando elas desaparecem e desmaterializam-se no emaranhado de escalas em que operam.

Ressalte-se que não estamos sustentando a desmaterialização e/ou desterritorialização absoluta das plataformas e empresas digitais, uma vez que a desterritorialização implica, sempre, em reterritorialização, bem como porque os galpões logísticos, que tratamos neste capítulo, são uma forma muito concreta de manifestação territorial que possuem articulação com o urbanismo de plataforma. Trata-se, a rigor, da complexa alternância/combinação de padrões de territorialização, o que permite falar, inclusive, em configurações de territórios-rede, tal como definidos por Haesbaert (2004), e/ou em arranjos multiescalares, tal como Yassu (2021) observa em seu estudo sobre o caso de Cajamar. Tendo em vista essa discussão, vejamos mais de perto o que está em curso não só em Cajamar, mas em outras cidades brasileiras.

A promoção da urbanização logística no Brasil: os casos de Cajamar-SP, Extrema-MG e Caucaia-CE

Como já comentado anteriormente, as reportagens acima mencionadas levam em conta não só o caso de Cajamar, mas também de outras cidades. Por exemplo, a reportagem da *Folha* se refere, do mesmo modo, ao que ocorre em Extrema, Minas Gerais,

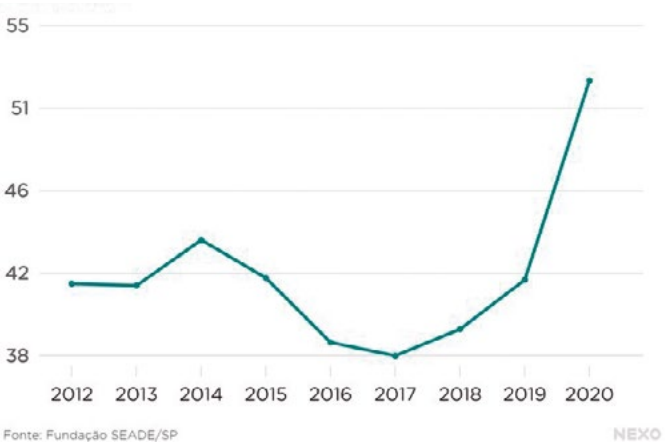
sede de quatro polos industriais e de diversos galpões logísticos. Uma cidade cujo crescimento econômico, nos últimos anos, resultou na geração de empregos e na absorção da mão de obra do entorno. No entanto, esse crescimento não foi suficiente para resolver o expressivo déficit habitacional do município. A partir do que se observa na reportagem, pode-se levantar a hipótese de que ele agravou o problema, sobretudo em virtude da elevação dos custos dos imóveis disponíveis para locação. Do nosso ponto de vista, há, aqui, uma explícita relação entre o aumento da demanda capitalista por terras e a deterioração das condições de reprodução da força de trabalho. Mesmo beneficiada, eventualmente, pelo crescimento econômico, ela é onerada no acesso à moradia. Isto é, o que se ganha na esfera da produção é perdido no âmbito da reprodução.

Além disso, cabe sublinhar como as tendências típicas do advento do urbanismo de plataforma, da urbanização logística e a consequente formação das cidades-galpões determinam e são determinadas por mudanças nas políticas fiscais. Os casos de Extrema-MG, Cajamar-SP e também de Caucaia-CE, são ilustrativos nesse sentido, fazendo lembrar o debate acerca da "guerra fiscal" como expressão, nas palavras de Santos (2008), de uma "guerra dos lugares". Guerra estimulada, dessa vez, pela lógica de operação das plataformas e empresas digitais que atuam no setor de *e-commerce*.

No caso de Extrema-MG, o governo estadual estipulou um regime especial de tributação para o *e-commerce*, reduzindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor, até o limite de alíquotas efetivas de 1% sobre a venda. Mas o poder municipal também realiza ações desse tipo, incentivando a criação de centros de distribuição na cidade, investindo, por exemplo, nos seus distritos industriais, concedendo isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) e descontos nos alvarás. Ainda de acordo com a já referenciada matéria da *Folha*, existem 27 projetos de logística e centros de distribuição na cidade, 7 deles ainda em fase de implantação, com a expectativa de geração de 2.400 empregos diretos. É relatado que, diariamente, empresários do ramo, interessados em se instalar na cidade, procuram a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais para discutir os benefícios que facilitem esse tipo de instalação.

Em Cajamar-SP, por sua vez, há redução no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ainda que com duas contrapartidas: a garantia de que 50% das vagas de emprego seja para a população local, exigindo-se, ainda, que de 2 a 5% do custo das obras de instalação na cidade sejam investidos em infraestrutura municipal. Passou-se, ademais, a cobrar o ISS considerando o estoque mantido na cidade, o que fez a arrecadação dobrar de R$ 60 milhões/ano para R$ 120 milhões/ano e, conforme as autoridades locais, converteu Cajamar em um destaque nacional na criação de empregos formais. O gráfico abaixo ilustra o ritmo de abertura de vagas formais de emprego no município paulista.

Figura 2 – Total de empregados formalmente – 2012-2020 em milhares



Fonte: Elaborado pelo *Nexo Jornal*, com base em dados da Fundação SEADE/SP.

Por fim, em Caucaia-CE, na região metropolitana de Fortaleza, também está em movimento uma expansão da rede logística, acompanhando o crescimento do setor de *e-commerce* no país. Nesse caso, há a oferta de incentivos fiscais para empresas que ofereçam, como contrapartida, a garantia de que 80% de suas contratações mobilizem moradores da cidade, já que apenas 10% de seus habitantes trabalham no município. Estimula-se, do mesmo modo, que as próprias empresas capacitem esses trabalhadores.

Aparentemente, essas políticas fiscais, que impulsionam e são impulsionadas pela competição entre cidades, estariam na base

de ciclos de prosperidade e crescimento local. Entretanto, como já antecipado, há muita contradição em curso, demandando um exame crítico do que se passa de fato. Para nós, é necessário considerar, especialmente, o que ocorre nos mercados imobiliário e de trabalho.

As contradições da urbanização logística: impactos nos mercados imobiliário e de trabalho

Um grande empreendimento presente em Extrema-MGé o complexo logístico BWP Business Park. Ele tem à frente a assessoria de captação de recursos e *real estate* BlackWall, sediada em Belo Horizonte. A primeira parte do projeto, cujo investimento total, segundo a *Folha*, é da ordem de R$ 350 milhões, já foi concluída: 72 mil m² arrendados para a Via (antiga Via Varejo). É por esse e outros investimentos nos chamados condomínios industriais e logísticos que a cidade de Extrema vem se consolidando como um grande centro de comércio eletrônico em Minas Gerais e no Brasil, respondendo, hoje, nacionalmente, por 25% da atividade do setor (SEDE/MG, 2021). Mas essa dinâmica, que expressa a centralidade dos fundos financeiros no processo de urbanização logística e revela um caso típico de imbricação entre a circulação do capital fictício e do capital fixo, tem impacto nos preços imobiliários em geral. Conforme as fontes jornalísticas aqui elencadas, quitinetes próximas aos distritos industriais já são alugadas por, aproximadamente, R$ 1.500. Além disso, é cada vez mais difícil, na cidade, alugar um apartamento de 2 quartos por menos de R$ 1.600[160], o que contrasta com a remuneração média mensal do município, de 2,4 salários mínimos.

Algo semelhante ocorre em Cajamar-SP, isto é, a elevação dos preços dos aluguéis em uma cidade que acumula 2 milhões de m² em galpões, com um estoque total de terras disponíveis de 25 milhões de m². O que abre caminho para um dilema: construir moradias ou ainda mais galpões? Como o próprio prefeito da cidade na ocasião, Danilo Joan (PSD), declarou à *Folha*: "Precisamos criar uma cidade nova. Falta moradia hoje na cidade, e o que tem disponível, vende rápido".

Em nossa avaliação, a crescente demanda capitalista por terras, voltadas para o setor logístico dessas cidades, tem contribuído para agudizar os problemas oriundos da elevação do componente habitacional do custo de reprodução da força de trabalho.

A acentuada chegada e saída de trabalhadores faz parecer, por si só, que tal dinâmica seja responsável pela elevação dos aluguéis. Entretanto, como dito anteriormente, esse não é o fator determinante, e sim a demanda por terras para a construção de novos galpões. Aliás, diga-se de passagem, apesar do ritmo de criação de vagas de empregos formais, essa expansão das contratações não é marcada pelo engajamento de mão de obra especializada, caracterizando-se, na verdade, por alta rotatividade, justamente em função da baixa atratividade dos empregos ofertados. Considere-se, por exemplo, o que diz uma entrevistada na reportagem do *Nexo* sobre o perfil dos empregos no setor de *e-commerce* em Cajamar:

> [...] "Eu tenho um sobrinho que foi contratado no fim do ano [2021] para um galpão, ficou lá dois meses e depois, quando acabou a temporada de festas, foi demitido, tá procurando alguma coisa até agora. E a gente sabe que logística não paga muito, né? Tem que lutar" (NEXO, 2022).

Nesse sentido, a matéria da *Folha* também ressalta a avaliação de uma consultoria de recursos humanos de que existe, em Cajamar, a urgência por maior capacitação de mão de obra e salários mais altos, em virtude da elevada rotatividade na cidade e da busca por melhores remunerações. Isto é, surge, aqui, o repetido e reducionista discurso de que empregos existem, tratados muitas das vezes, aprioristicamente, como "bons empregos", mas faltam pessoas qualificadas para ocupá-los. Também percebe-se a narrativa de que uma maior qualificação/especialização corresponde, necessariamente e em todos os setores, a melhores salários – discurso reforçado, ganhando contornos específicos, no contexto do advento da "sociedade da informação e do conhecimento".

Entretanto, acreditamos que, se por um lado iniciativas de capacitação contribuem para socializar/difundir conhecimentos

aos trabalhadores, por outro, sabe-se que o estímulo à educação formal e à qualificação profissional, apesar de sua constante apresentação como solução para os dilemas do mercado de trabalho, nem sempre produz, efetivamente, elevação nos rendimentos desses mesmos trabalhadores ou até mesmo a inclusão nesse mercado. Na verdade, tais iniciativas costumam ocultar a real dinâmica do mercado de trabalho, sobretudo em formações sociais periféricas.

A maior capacitação pode não se traduzir na obtenção de melhores salários. Embora possa proporcionar aumento de produtividade – junto de outros elementos ainda mais significativos, como a inovação tecnológica, muito presente no setor aqui discutido –, ela não resulta, necessariamente, no aumento da remuneração, principalmente em virtude do grande contingente de pessoas existentes na condição de exército de reserva. Ou seja, há muitos trabalhadores igualmente disponíveis para atuar nesse setor, que é marcado pela alta rotatividade, tal como indicam as fontes aqui reunidas. Tal constatação está em consonância com as historicamente elevadas taxas de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro[161].

Recorde-se, aliás, que a assimetria entre produtividade e salários – em outras palavras, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho – apresenta-se, também historicamente, como fator significativo da dinâmica de acumulação capitalista no Brasil. Ao menos essa é a tese de Oliveira (2003), para quem isso foi verdadeiro inclusive nos momentos mais favoráveis aos trabalhadores do país. As características anteriormente relacionadas a respeito do mercado de trabalho brasileiro dinamizam e preenchem as necessidades de pessoal a um custo baixo, sem pressão para salários mais elevados, indo na contramão do que é ideologicamente sugerido com a afirmação da necessidade por maior qualificação, haja vista a ampla disponibilidade de vagas.

Por último, cumpre ressaltar o histórico e funcional papel desempenhado, na realidade brasileira, pelos trabalhadores engajados nas denominadas "atividades informais", como é o caso do que se passa nos setores do comércio e de prestação de serviços urbanos. Tal como estabelecido por Oliveira (2003), essas atividades, instáveis e precariamente remuneradas, contribuem para

reduzir os custos da força de trabalho nas cidades. Ou seja, a combinação de altos índices de informalidade, típica das regiões metropolitanas do país, com o expressivo exército de reserva e a significativa rotatividade no setor formal pressiona constantemente para baixo os salários. Uma tendência que opera a despeito de toda panaceia do "estímulo à qualificação da mão de obra" como fator da elevação dos rendimentos do trabalho.

Para ilustrar essa última tendência, pode-se afirmar que é possível percebê-la na ocupação urbana limítrofe aos galpões de Cajamar. Nela, além da clara situação de precariedade habitacional, que atinge várias pessoas empregadas formalmente nos galpões, e da presença de imigrantes estrangeiros, como os haitianos, há muitas pessoas em situação de informalidade. Situação produzida, inclusive, pela própria dinâmica dos galpões. Pode-se citar o exemplo de uma mulher que, anteriormente, trabalhava, no período noturno, no depósito dos Correios, e que, ao ser demitida, começou a preparar e vender salgados para os antigos colegas de trabalho, pois "sabia que o pessoal ficava com muita fome de tanto despachar Sedex" (TAB UOL, 2022).

Em síntese, o que se convencionou denominar por viração, portanto, é estruturante na vida da população brasileira, e não é diferente nas cidades logísticas, como é possível notar a partir do exemplo citado anteriormente. Essa noção, que foi desenvolvida a partir de Telles (2006), surgiu por meio de sua problematização do trabalho na contemporaneidade. A construção conceitual da ideia de viração se dá no sentido de compreender que, apesar de o trabalho ser incerto e descontínuo para um enorme contingente da população brasileira, ele não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social. A viração seria caracterizada pela falta de estabilidade, identidade profissional, onde as pessoas "se viram" como podem para garantir a sobrevivência. Trata-se de uma inserção no mundo do trabalho marcada pela instabilidade na obtenção de renda para se viver o dia-a-dia. Renda obtida das mais variadas formas: ora no plano da formalidade (situação cada vez mais rara, descontínua e precária), ora, e na maior parte das vezes, na esfera do que é comumente caracterizado como relativo ao âmbito da informalidade. Trata-se, enfim, de um modo de vida e de reprodução constitutivo da

classe trabalhadora brasileira, que está cada vez mais se espraiando para outros estratos de classe, não só no Brasil, como no mundo (ABÍLIO, 2017; 2018; RIZEK, 2006; TELLES, 2006; 2009).

Portanto, como resultado dessas dinâmicas, surge a paisagem paradigmática das cidades dos galpões: de um lado, gigantescos entrepostos funcionando como nós da distribuição, cada vez mais ligeira e sofisticada, de mercadorias por todo o país; de outro, o advento ou crescimento de ocupações urbanas e bairros populares que abrigam a maioria dos trabalhadores precários das cidades logísticas do século XXI. Tal tendência ocorre em outras regiões da América Latina, como pode-se observar a partir da imagem de um galpão da empresa *Amazon*, no México, que viralizou em setembro de 2021.

Figura 3 – Centro de distribuição da Amazon em Tijuana, México.



Fonte: BBC Brasil, 2021.

Sobre essas contradições, expressas no modo como se relacionam trabalho e moradia, no caso aqui em tela, referente à realidade brasileira, faz-se necessário realizar mais algumas considerações. A esse respeito, Silva (2002) resgata que, no início da urbanização do país, e, acreditamos, ao longo de sua história, a constituição de um mercado de terras nas cidades, base para a organização capitalista da produção imobiliária, ocorre

como produto de um conflito entre proprietários, de modo que a questão do trabalho teve pouca interferência nessa dinâmica. O acesso à moradia sempre foi restrito, ela não se universalizou como bem salário, ou seja, é um bem cujo acesso permanece fragmentado e restrito, sendo essa dificuldade, "ao mesmo tempo, causa e consequência das conhecidas descontinuidades do 'acesso à cidade', responsáveis pela fragmentação da questão habitacional" (SILVA, 2002, p. 224).

Em nossa perspectiva, essa questão contribui para refletirmos sobre o caso das cidades logísticas. No plano da intencionalidade, alguns gestores públicos e autoridades até explicitam a relação entre a temática do trabalho/emprego e a da habitação/moradia. Entretanto, historicamente, elas não são articuladas numa resolução a contento, isto é, que resulte na oferta simultânea de moradia e trabalho dignos para a população, como também pode ser observado a partir dos exemplos aqui elencados. Em geral, o crescimento econômico vivenciado nessas cidades se dá de forma desencontrada em relação ao acesso tanto ao trabalho quanto à moradia de qualidade. Com efeito, a realização desses direitos, quando efetivada, ocorre de modo segmentado, contemplando, principalmente, pessoas não originárias dessas cidades. Como visto, isso se converte em um problema apontado pelas próprias reportagens, que o assinalam como uma das questões-chave para o poder público, que deveria agir, e age, em alguns casos, exigindo contrapartidas que beneficiam sobretudo os trabalhadores locais.

Nessas cidades, até mesmo contiguamente aos complexos logísticos, ocupações urbanas são formadas a partir de práticas de autoconstrução de moradias e sua população sobrevive, em grande medida, por meio da viração. Ao menos essa é a imagem que deriva dos relatos das reportagens que serviram de inspiração e material empírico neste artigo. De fato, viração e autoconstrução representam, igualmente, duas faces da mesma moeda. Além disso, não há, ao menos até o presente momento, nenhum sinal ou horizonte de resolução articulada das questões habitacional e do emprego, na forma de políticas públicas, setoriais e/ou territoriais, que resultem na garantia de direitos sociais e de cidadania. Esse não é o caso nas cidades brasileiras, em geral, e

também não é o caso nas cidades logísticas. Note-se que isso certamente contribuiria para a promoção de outros direitos, a começar pelo direito mais amplo à cidade. Mas, ao contrário, o que está em vigor atualmente é a irresolução dos direitos ao emprego, à moradia, à cidade, tratados como secundários face à prioridade dada ao crescimento econômico.

Considerações finais

Neste texto, tendo como suporte e material empírico dados e informações extraídos de reportagens sobre as "cidades dos galpões", realizamos uma discussão inicial sobre um tema da maior importância para o debate urbano e metropolitano contemporâneo: o advento de formas espaciais e processos sociais que podem ser explorados a partir de noções emergentes tais como urbanização logística, cidades logísticas e urbanismo de plataforma. Nossa reflexão mobilizou relações e explicitou contradições entre acumulação de capital, transformações no mundo do trabalho e produção social do espaço.

Acreditamos que tais relações e contradições, que podem ser lidas a partir das contribuições teóricas de autores clássicos do pensamento crítico, têm sido estabelecidas numa fase de expansão do capitalismo caracterizada pela dominância rentista-neoextrativista, que marca a dependência latino-americana e que têm como resultados, por um lado, a manutenção do crescimento econômico dos países de centro e, por outro, a reprodução das desigualdades sociais e espaciais nas periferias, como visamos apresentar a partir das manifestações da questão habitacional e do trabalho na realidade brasileira. As formas modernas de circulação de mercadorias não podem ser entendidas fora da relação dialética com as dimensões do atraso histórico das cidades periféricas. Em nossa perspectiva, isso é particularmente verdadeiro no que se refere à exploração/espoliação da força de trabalho e à estrutura fundiária/imobiliária urbana.

Ademais, é importante ressaltar os galpões logísticos como objeto de investigação privilegiado de observação da forma contemporânea de acumulação de capital, caracterizada, aqui, diga-se novamente, enquanto dominância rentista-neoextrativista.

Os galpões logísticos, formas contemporâneas de capital fixo, fazem-se cada vez mais necessários porque funcionam como eixos e vias centrais da circulação global do valor, e respondem a uma demanda crescente por redução do tempo e custos de circulação – sendo essa a mediação dessas formas espaciais com os circuitos de produção de valor.

Em segundo lugar, convém observar que os galpões logísticos são expressões da busca de agentes capitalistas por controlar relações de propriedade desse tipo de ativo e, a partir desse controle, extrair renda da esfera da circulação do valor. Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) tem sido a forma preponderante de circulação da propriedade dos galpões logísticos, sendo tal característica reveladora dos arranjos existentes entre a logística, o setor imobiliário, as finanças e o *e-commerce*, tal como investigado por Yassu (2022).

Em terceiro, vale mencionar que os galpões logísticos são cada vez mais mediados por plataformas digitais, pelo *e-commerce*, e isso com repercussões no processo de urbanização, o que tem sido problematizado de forma cada vez mais recorrente sob o signo do urbanismo de plataforma. Acreditamos que tal fato pode ser compreendido enquanto expressão de uma dominação informacional-digital que se dá, antes de tudo, por intermédio da propriedade do capital informacional e é mediada, fundamentalmente, por inovações tecnológicas comumente associadas ao funcionamento das plataformas digitais, no âmbito da chamada economia de plataforma ou do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016).

Atualmente, o par "finanças-informação" tem estado no centro das formas de manifestação do capital, com impactos e repercussões na ordem urbana. É preciso refletir sobre tais impactos. E, ao fazê-lo, é necessário ter em mente que se trata de um horizonte de investigação bastante promissor. Isso é verdadeiro, em nossa opinião, seja para captar o que há de novo, seja para identificar o que há de persistente nos padrões de reprodução do capitalismo brasileiro. Entretanto, esse foi, como dito, apenas um esforço inicial de reflexão, com o intuito de estimular o debate. Pretendemos ampliá-lo subsequentemente, na forma de uma investigação mais rigorosa e sistemática, tanto em termos teóricos quanto empíricos.

CAPÍTULO 17

Cidades portuárias em tempos de urbanização logística: o caso de Santos

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
Helton Saragor de Souza
Marina Ferrari de Barros
Terezinha de Fátima Rodrigues

Introdução

"Sentada, pregada, parada na pedra do porto, com seu único e velho vestido cada dia mais curto"
(Lucio Dalla, versão em português de Chico Buarque)

A imagem proposta pelo verso musical acima, da moça grávida que aguarda a volta do marinheiro na pedra do porto, representa as mudanças significativas que ocorreram na infraestrutura portuária ao longo do tempo e seus reflexos no cotidiano das cidades portuárias. Entre o tempo em que os marinheiros passavam semanas em terra antes de embarcarem novamente, à ausência total desses trabalhadores nas cidades portuárias contemporâneas, não apenas o sistema de circulação de mercadorias se alterou, mas a própria estrutura intraurbana e a vida cotidiana que esta suporta reforçam as contradições de uma nova dinâmica espacial.

É essa lógica que orienta a análise das cidades portuárias da Região Metropolitana da Baixada Santista e a funcionalidade do Porto de Santos para a economia brasileira, cujas transformações

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_017

produtivas ensejam a reconfiguração da paisagem construída pela métrica do capital produtivo. Impõe-se, pois, o desafio de buscar explicações totalizantes sobre essa nova ordem urbana regional que materializa as contradições entre capital e trabalho, principalmente sob formas de dependência atualizadas na era neoliberal. São nove cidades que compõem a região, algumas delas vivenciando diretamente a influência do Porto de Santos, considerado o maior porto da América Latina, cuja hinterlândia compreende cinco estados da Federação (SP, MG, GO, MT, MS) representando 29% do país, 85 milhões de pessoas e 51% do PIB brasileiro (www.portodesantos.com.br). São cidades que reproduzem em seus limites a dominância financeira do mercado imobiliário, a presença de espaços que concentram infraestruturas logísticas consideradas indispensáveis às atividades primário-exportadoras, a experiência urbana bloqueada às camadas populares no desemprego, na violência urbana e policial, nas tragédias socioambientais (Ribeiro, Matela, Diniz, 2024).

Exigências sistemáticas de transformações de áreas portuárias e retroportuárias têm resultado em um tipo de urbanização denominada logística, processo que responde à necessidade de fluidez do capital, especialmente em sua forma mercadoria, produzindo cidades logísticas que respondem a uma nova espacialidade urbanística, ambiental e social (Diniz e Gonçalves, 2022). Esses autores oferecem elementos para entender as transformações em curso ao afirmarem: "aos processos sociais característicos da urbanização logística, que sustentam as atuais modalidades de circulação e, no limite, de realização do valor das mercadorias, correspondem formas espaciais e configurações territoriais específicas "(p. 9).

A história do porto registra movimentos de avanço ilegal sobre a área urbana das cidades na região, seguido de processos de anistia promovidos pelo poder público, regulamentações que desvalorizam a terra, principalmente de áreas de moradias de populações de baixa renda, tornadas "degradadas" e, posteriormente, mercadorizáveis, viabilizando a transferência para grandes empresas. Nessa dinâmica, é fundamental buscar elementos para entender o papel do Estado na constituição/redefinição do espaço urbano, com suas intervenções políticas regulatórias, na exploração do trabalho e na apropriação do mais valor.

> ... problemas que se dão nas cidades, revelam como a simbiose Estado-burguesia internacional-associada, coloca-se contra a nação; essa simbiose é peculiar à expansão capitalista em espaços nacionais como o Brasil, pois tendo utilizado o Estado no processo de "queimar" etapas na acumulação, elevou de muito a particular relação entre o Estado e o capital no sistema capitalista de produção (Oliveira, 1978, p. 75).

Na Vila de Santos no sec. XVI, o porto já definia a vocação da cidade, exportando açúcar por seus trapiches. Presente também na história da escravidão no Brasil registra-se que, entre 1723 e 1771, 4 milhões de homens e mulheres, negros e negras, jovens, crianças e idosos foram capturados em Angola e outros países africanos e enviados para o Brasil, sendo que o Porto de Santos recebeu 0,6% dessa população (Mattoso, 2016). Mas, a cidade foi também reduto abolicionista no século XIX, tendo abrigado seis quilombos, ao atrair negros e negras em fuga ao final dos anos de escravidão. Foram nesses tempos pretéritos que Santos, considerada portuária e comercial sob o emblema de cidade-livre, torna-se o espaço urbano e geopolítico que abriga o maior porto do país e escoadouro da riqueza nacional, o café, monopolizando o comércio de exportação da colônia.

É constituída a Cia Docas de Santos, concessão[162] responsável pelas obras de reforma e ampliação do porto. Já nesse período, conflitos oriundos do desenvolvimento do porto diziam que as melhorias propostas não se traduziam em desenvolvimento da cidade. E significaram também a derrota das elites locais para a grande capital. O porto cresceu interferindo no espaço urbano, no sistema de transportes, na rede de serviços, nas moradias e ocupações urbanas (Lanna, 1996). As relações de aliança entre o Estado e a Cia Docas de Santos (CDS), desde o séc. XIX e durante o séc. XX, mostram recursos repassados para ampliações, reformas e reestruturações, processos nos quais os concessionários desde 1888, Guinle e Gaffrée, tornaram-se milionários enquanto a empresa continuava defasada em responder às exigências de infraestrutura e logística, com a alegação de recursos insuficientes.

Gonçalves e Costa (2020) apresentam reflexões interessantes sobre a corrupção, compra e venda ilícita de decisões políticas e vantagens econômicas envolvidas, como um mecanismo sistemático da dinâmica de expropriação feita em espaços não mercantilizados, no caso, bens comuns públicos. Além disso, é interessante registrar os reflexos do Golpe de Estado de 1964 na Baixada Santista, principalmente sobre trabalhadores do Porto de Santos, considerado o porto vermelho (Sarti, 1981) pela força organizativa de seus estivadores, demitidos por justa causa, presos em massa, humilhados e torturados no navio Raul Soares, com o apoio da Capitania dos Portos e da CDS (Teles, 2023).

Em 1975, os portos públicos passam a ser administrados pelo Estado, pela Empresa de Portos do Brasil S/A (Portobrás - extinta em 1990), com a centralização das atividades. Em 1980, nova concessionária – CODESP (Cia Docas do Estado de São Paulo) – controlada pela Portobrás, continua com a tônica repressiva, com respaldo das forças armadas, exploração dos trabalhadores e uma guarda militarizada que, desde o início da concessão Guinle e Gaffrée, exercia um terrorismo de Estado. A expansão do porto não significou a contratação de mais trabalhadores, mas o aumento da exploração (na década de 1960 havia 14 mil trabalhadores no porto e na década de 1980, eram 13.357, à revelia do crescimento exponencial do porto).

A partir dos anos 1990, com a intensificação do processo de globalização pelas atividades das corporações globais, um capitalismo de rapina, segundo Harvey (2012), impõe a emergência de novas formas de acumulação do capital e a urgência de se debater sobre a modernização e inovação tecnológica, considerando a necessidade de investimentos na área portuária, reafirmada com a aprovação da Lei de Modernização Portuária, de 1993. Foram promovidas mudanças na realidade do porto pautadas na desregulamentação, descentralização e desfederalização, que nortearam a reforma do estado brasileiro (Bresser-Pereira, 1998). Aparece a figura dos operadores portuários privados; a Codesp cria a Autoridade Portuária para administrar o porto organizado e os OGMO – órgãos gestores da mão de obra. Estão em curso transformações urbanísticas, uma reorganização urbana para respon-

der às demandas das relações entre capital e trabalho, "mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial" (Santos, 2009, p. 121).

Como consequência, o porto se afasta das cidades, um afastamento que deve ser entendido a partir da relação do sistema de trocas mundiais, dos sistemas econômicos locais e das dinâmicas urbanas específicas (Monié e Vidal, 2006). São elementos para problematizar o lugar comum, 'o porto está de costas para as cidades', porque,

> Historicamente o centro de decisão sobre as atividades portuárias foi quase sempre alheio e localizado, muitas vezes, distante da cidade onde o porto se localiza. Os agentes e instituições regionais, representativos da economia e da sociedade de sua área de influência, não participavam das decisões sobre o porto (Gonçalves e Nunes, 2008, p. 181).

É nessa direção que a logística se impõe como um processo de planejar, implementar e controlar eficientemente, ao custo correto, o fluxo e armazenagem de matérias primas e estoque durante a produção e produtos acabados e as informações relativas a essas atividades, desde o portão de origem ao ponto de consumo. Marx, no livro III d'O Capital, sobre o lucro comercial (2017, p. 331), afirma que

> os gastos com remessa, transporte, adiantamentos de tarifas alfandegárias etc. podem ser considerados, em parte, como gastos que o comerciante adianta na compra das mercadorias e que, por isso, entram para ele no preço da compra. Todos esses custos se efetuam não na produção do valor de uso das mercadorias, mas na realização do seu valor. São custos de circulação puros, que não entram no processo direto de produção, mas no processo de circulação e, por conseguinte, no processo global de reprodução.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é refletir acerca dos imperativos globais que determinam a natureza e a intensidade

das relações estabelecidas entre cidade e porto, sobre as políticas públicas locais voltadas à modernização e os entraves estruturais alimentados na inserção histórica do Brasil na divisão internacional do trabalho (Monié e Vasconcelos, 2012). E, mais, escolhendo a cidade de Santos como um *case*, buscar-se-á destacar as questões macroeconômicas e a conjuntura política que refletem nas infraestruturas logísticas para garantir as atividades exigidas pela reprimarização da economia, predomínio do extrativismo e do agronegócio, principalmente o setor exportador de grãos, que levam a modificações necessárias (construção de silos e armazéns, equipamentos de carregamentos de navios, transporte de granéis e descarregamento ferroviário) que, submetidas a uma lógica rentista financeira impactam na qualidade de vida e condições de trabalho de trabalhadores/as e na relação porto-cidade (Guimarães e Segolo, 2024). É o que se fará a seguir.

O movimento do capital e cidades portuárias

Para a compreensão da urbanização das cidades portuárias e, sobretudo, da dinâmica estabelecida pelo porto em relação ao espaço regional, é fundamental elencar os aspectos prioritários do comércio mundial, do movimento do capital e da reestruturação global dos portos. No caso particular da Região Metropolitana da Baixada Santista e do Porto de Santos, o arcaico e o contemporâneo se combinam de modo dialético; por um lado, as relações de dependência de uma economia agroexportadora desde a colonização e, por outro, a ultra velocidade característica da circulação de mercadorias no *"just in time"* das economias capitalistas centrais. No plano nacional, o Porto de Santos é aspecto chave para a economia brasileira, sobretudo, pela sua funcionalidade de acordo com o período histórico, seja na dinâmica colonial, neocolonial ou na condição de um capitalismo dependente (Fernandes, 2009) e, do ponto de vista do espaço urbano, é a dinâmica da circulação do porto o principal vetor histórico de conformação territorial da cidade e da região.

O processo de produção tem lugar central para a extração da mais-valia, todavia, essa relação de criação do valor e da exploração só se realiza integralmente na circulação, consequentemente,

o aumento da rotação do capital tem centralidade e tornou-se a tônica do capital contemporâneo como um dos elementos reativos à tendência da queda da taxa de lucro, aspectos presentes nas formulações do regime de acumulação flexível (Harvey, 1992). O aumento dos fluxos de mercadoria no comércio mundial compõe a tendência dentre tantos outros aumentos: da exploração do trabalho, predação da natureza, utilização do fundo público dos Estados, presença do capital portador de juros para enfrentar a queda da taxa de lucro.

A partir da década de 1970, a economia política marxista tem diagnosticado a mundialização das plantas industriais ao redor do mundo (Chesnais, 1996) e, posteriormente, diagnostica a centralidade da mundialização financeira (Chesnais, 1998), a proeminência do capital do portador de juros (Chesnais, 2010), sendo que o aumento do comércio mundial é uma das facetas da realização de tal dinâmica. Nesse sentido, o transporte marítimo via portos é responsável por mais de 80% do volume de mercadorias no comércio mundial (UNCTAD, 2022), ou seja, a funcionalidade dos portos para o movimento do capital contemporâneo é estruturante para a realidade global de ultra consumo das sociedades contemporâneas.

Cabe destacar o exemplo da China, estado com a maior capacidade produtiva do globo, no qual o setor manufatureiro representa 30% do produto mundial, dado que representa a produção conjunta dos países do G7 (OMC, 2023). A China promoveu uma política estratégica para os portos conforme a projeção e materialização do seu lugar no comércio global e na divisão internacional do trabalho desde sua abertura econômica nos anos 1970 e, sobretudo na transição do século XX e XXI (Aritua, Chiu, Cheng, Farrell, & de Langen, 2022). Seria inimaginável pensar as características do comércio mundial ou da economia chinesa, ignorando o papel imprescindível dos portos e o aumento de sua eficiência de circulação. Atualmente, sobretudo, pela infraestrutura portuária, escala de operações, a relação entre Estado e as *stakeholders* do setor apontam para o sistema nacional mais competitivo do ramo portuário em expansão com os portos com a maior capacidade de circulação. Acerca da relação logística em relação ao interior

do território, o Estado e o capital investiram fortemente em uma estrutura que apostou na conectividade intermodal por hidrovias em diversas formas de navegação fluvial, ferrovias e rodovias em pontos geograficamente estratégicos com planejamento feito conforme a massiva urbanização que acontecia no processo (Zhang, K. H.; Song, 2003)

De acordo com Ducruet (2020), as cidades portuárias são laboratórios da mundialização do capital e, embora com diferenças históricas, geográficas e institucionais, para o autor essas cidades estão inseridas no sistema-mundo (Wallerstein, 1974a e b), sendo relevante entender como a "pressão" global do fluxo do comércio se impõe sobre o espaço urbano. Trata-se de um sistema global com diferenciação regional, de acordo com sua funcionalidade e materializada conforme a sua processualidade histórica. A questão chave aqui refere-se à transformação da circulação portuária, consequentemente, da logística ultramarina que impõe uma dinâmica sobre o continente e, necessariamente, conforma o tecido urbano sob o movimento da estrutura do capitalismo mundial na relação com o particular desse território. A interface do espaço marítimo e espaço terrestre, de forma diferenciada, cumpre a dupla funcionalidade de gestão territorial e interconexão das redes de transporte, logo, alimenta a cadeia logística relacionada ao sistema portuário (Ducruet, 2020).

As modificações da nova combinatória de circulação portuária prosseguem no último quarto do século XX, destacando o aspecto crucial da conteinerização que padronizou a movimentação no conjunto dos portos do mundo e na construção de navios direcionados ao transporte de contêineres. Embora tenha sido utilizado desde a década de 1950 nos EUA, a sua mundialização ocorreu a partir da década de 1970 com o advento da mecanização no uso de guindastes e substituição de força de trabalho braçal, informatização nos sistemas logísticos e, sobretudo, possibilitou que o sistema portuário global atingisse marcas recordes de volume financeiro, de toneladas e diversidade de mercadorias. Esse processo foi comumente denominado "reestruturação produtiva" nos portos com seu ápice na década de 1990.

O processo de conteinerização no Brasil ocorre no cenário de privatização de atividades portuárias previstas pela Lei 8.630/93 e com alterações significativas da relação capital/trabalho, em termos de mudanças organizativas. É nesse período que se concretiza o processo de reestruturação da circulação, iniciado com a diminuição dos estoques, mas que culmina com a substituição da força de trabalho pelo maquinário na operação de contêineres, o que se configurou numa mudança técnica de grandes repercussões no cenário global e nacional, ocasionando aumento de circulação de mercadorias e maior concentração de capital vinculado ao desemprego estrutural dos trabalhadores.

A organização *just-in-time* dos estoques prosseguiu na década de 1980, mas é durante a década de 1990 que se incrementa a velocidade de circulação das mercadorias, logo, na disputa da economia de tempos, aumenta a rotação do capital. Nesse contexto, a logística portuária desenvolve a organização de circulação *throughput*[163], vazão média, mas que reflete a combinatória organizativa complexa da quantidade de entregas e recebimento, ou deslocamentos de mercadorias em determinado período. Cabe diferenciar que não se trata prioritariamente de movimentação de estoque no porto, mas de um processo com mais variáveis. Dentro do jargão corporativo, a reatividade da demanda da circulação e o termo *sprint,* em analogia com o atletismo de curta duração ou de explosão, são as referências para determinar a eficiência ou produtividade dos portos. O índice de suficiência da capacidade portuária lançada pela UNCTAD em 2019 tem três componentes: pontualidade − o tempo gasto em manobra, em atracação e na espera − segurança e proteção e digitalização.

Por que, afinal de contas, apresentar o exemplo chinês, seja no seu lugar no comércio mundial, seja sua infraestrutura portuária? Porque, assim como na superexploração do trabalho se estabeleceu o parâmetro chinês, na eficiência e *throughtput* /vazão média, os portos chineses estabeleceram o padrão global de referência. Dito de outro modo, o crescimento do Porto de Santos, ano após ano, atingindo recordes seguidos, é limitado porque mensurado a partir da régua globalizada que a eficiência chinesa determina. Se,

por um lado, o Porto de Santos bate recordes de volume exportação e importação (5 milhões de TEU - Unidade Equivalente a Vinte Pés) em 2023, a sua métrica de projeção não é relacionada ao passado, mas relacionada aos portos mais produtivos do mundo que conseguiram aumentar sua circulação de forma vertiginosa por grandes obras de infraestrutura para atracagem, automação de sua linha de carga e descarga, uma combinação de maciço investimento estatal com parcerias com as gigantes empresas do ramo e no escoamento das cargas na sua infraestrutura. O porto mais eficiente do mundo, o Porto de Shangai, reformado em 2003, é referência de automatização no mundo e movimenta aproximadamente 50 milhões de TEUs contêineres no ano, montante maior que a soma de todos os portos dos EUA (KMI e UNCTAD, 2023). Em sua propaganda corporativa, o Porto de Shangai expressa "*Número 1 mundialmente na circulação por trinta anos consecutivos: Juntos, nós fazemos o mundo se mover mais rápido; juntos, nós criamos mais valor; juntos, nós fazemos um mundo melhor*".

Em comparação, o Porto de Santos (que ocupa o 46º lugar) comemorou ter batido o recorde de movimentação de 5 milhões de TEUs (10% em relação ao 1º. lugar) (WSC, 2024). Na atualidade, a pressão do padrão chinês pela produtividade é uma marca sobre todos os grandes portos do mundo: 36,5 dias do referido porto chinês refere-se ao ano do Porto de Santos. Realizada a comparação, o mais importante é entender como esse objetivo modulará a atuação dos agentes do mercado e do Estado para fazer o Porto de Santos ter maior eficiência na circulação nos parâmetros do índice de eficiência global dos portos.

O projeto de aumento vertiginoso do porto é nítido no documento Plano de Desenvolvimento do Porto de Santos (APS, 2020) e, cabe a observação que o PDZ foi aprovado pela Portaria nº 1.620, do Ministério da Infraestrutura, ou seja, é uma política do Estado nacional. O plano projeta a ampliação da capacidade de circulação em até 50% em 2040, na meta de 240,6 milhões de toneladas. A principal ampliação refere-se às instalações de contêineres com crescimento de 64%, de 5,4 milhões TEUs para 8,7 milhões TEUs, haja vista o aumento previsto em todos os tipos de cargas, independentemente dos custos sociais com a

ocupação de bairros para pátio de contêineres e para áreas de estacionamento rotativo.

Indubitavelmente, as projeções de ampliação da capacidade de circulação do porto são condizentes com os parâmetros globais de eficiência ultramarina, à revelia das contradições oriundas dos gargalos logísticos e da precariedade da infraestrutura. Se a partir da década de 1970, o porto retraiu sua dimensão territorial pela prescindibilidade dos estoques, atualmente, o movimento é o oposto devido ao aumento do volume das toneladas de mercadorias que chegam e que são embarcadas, e a projeção de aumento exponencial, o que exige um substantivo incremento em áreas retroportuárias que tendem a avançar sobre o espaço urbano.

Em estudo com temática correlacionada ao Plano de Desenvolvimento do Porto de Santos (Mota, 2016), é apontado que, pelas características do canal de Santos, existem dificuldades de manobrabilidade, do tempo de espera e de atracação e a baixa profundidade para suportar grandes embarcações com grandes calados, que podem ser diagnosticadas segundo o índice global de infraestrutura portuária. A situação da baixa profundidade do canal era sanada parcialmente com a dragagem realizada de forma contínua, todavia, tal procedimento se deparava com o risco de assoreamento do canal (Diário do Litoral, 2023). Ao que parece o modelo de dragagem mais profunda para atender grandes navios fora abortada pela definição da construção do túnel Santos-Guarujá após três décadas de discussão, pois a dragagem literalmente era o aprofundamento do canal para não ocorrer encalhamento dos grandes navios.

No PDZ do Porto de Santos não se apresenta a discussão das operações *offshore* ou extramargem, somente é colocado vagamente que, a partir de estudo da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE-USP)[164], foram levantadas as profundidades dos rios localizados no entorno (APS, 2020). Com o parecer, é indicado o potencial de novos acessos hidroviários com trechos de restrição, mas sobre a modalidade característica *offshore* em plataformas marítimas nenhuma palavra aparece no plano. Todavia, pesquisas e estudos defendem que a saída para aumentar sua circulação seria a modalidade *offshore*¸ com pontos

de atracação, dutos e circulação de determinadas mercadorias no oceano e não mais na orla portuária, com a expansão das atividades retro portuárias, a fim de prover estrutura necessária para a rotação de mercadorias no continente (Sevciuc, Rodrigues, Soares, 2019).

Sobre o continente, a expansão e a reorganização se devem a um processo presente nas cidades portuárias e, de acordo com Ducruet, Itoh e Berli (2020a), a restrição das operações portuárias ocorre não só pelos atrasos de navegação, mas também pela logística a depender da conformação territorial, da presença de conexões intermodais e, sobretudo, do grau de trânsito congestionado das cidades portuárias.

A síntese interpretativa para o atual momento do porto e a perspectiva dos próximos anos apontam que será necessário o aumento da circulação e da rotação do capital, ainda mais considerando que as saídas de dragagem do canal para recebimento de navios de maior porte ou mesmo a modalidade *offshore* são incertas e custosas. Logo, a única saída para a exponencialização da circulação é o incremento logístico do porto.

O porto, a cidade e a lei

Conforme Brenner (2010), a globalização envolve uma interação dialética entre o movimento em direção à compressão do espaço-tempo, definido como momento de desterritorialização do capital, e o movimento oposto, a reterritorialização, com a produção e reconfiguração contínua de organizações espaciais relativamente fixas, como as infraestruturas territoriais de aglomerações regionais urbanas. Assim sendo, para além da extensão geográfica do capitalismo, abrangendo cada vez maiores áreas do globo, o autor aponta que a expansão e a aceleração da acumulação do capital estão intrinsecamente fundamentadas na construção de infraestruturas territoriais em larga escala, "configurações espaciais socialmente produzidas tais como ferrovias, rodovias, portos, canais, aeroportos, redes de informação e instituições estatais que permitem a circulação do capital ainda mais rápido" (p. 540-541).

O ajuste espacial (*spatial fix*) conforme abordado por Harvey (2013) é o conceito síntese que explica as matrizes complexas da configuração espacial socialmente produzida e a dimensão temporal correspondente, que expressa o tempo de rotação médio aceitável de circulação dos capitais em uma dada conjuntura histórica. Para o autor, é por meio da construção de infraestruturas de transporte, comunicações e de regulamentação institucional relativamente fixas e imóveis que se ajusta o espaço ao tempo necessário de rotação do capital.

Mas haveria relação entre o conceito de *spatial fix* e as alterações da estrutura urbana, tal como propõe Villaça (2001)? Para o autor, as alterações da estrutura do espaço intraurbano só podem ser verificadas a partir da observação de um longo período de tempo. Em face desta prerrogativa e tendo a cidade portuária de Santos como estudo de caso, apresenta-se, nesta seção, uma breve análise das alterações ocorridas nesta infraestrutura que suporta a principal atividade econômica do município e seus reflexos na estrutura morfológica urbana. A regulamentação institucional das áreas definidas nas leis que disciplinaram o uso e ocupação do solo no território municipal a partir de 1922 são utilizadas como fio condutor da análise da relação porto-cidade, com apoio da periodização proposta por Hoyle (1989) para identificar os níveis de integração desta infraestrutura com o espaço urbano.

A primeira fase definida por Hoyle (1989) de caracterização da interface porto-cidade, como "porto primitivo", é aquela que corresponde ao surgimento do porto, e mantinha um vínculo físico/morfológico e funcional maior com o tecido urbano. De acordo com Monié e Vasconcelos (2012), nesta fase, as fronteiras que delimitavam atividades portuárias e urbanas ou o uso das infraestruturas técnicas eram particularmente fluidas. Ainda de acordo com os autores, havia um duplo objetivo geopolítico e geoeconômico nas instalações portuárias das nações colonizadas. Em Santos, antes do incío da construção do porto no final do século XIX, eram os 23 trapiches que precariamente serviam ao comércio ultramarino. Não havia muros ou limites rígidos entre as áreas destinadas à embarcação e à cidade, que concentrava todas as atividades e classe sociais no que hoje denominamos Centro Histórico.

Parte das mercadorias, inclusive, ficava exposta no espaço público da via, com toda a precariedade acarretada pela ausência de um sistema adequado de saneamento. Foi com a implantação do sistema de drenagem na ilha, e o desejo de separação do conflito de usos no centro da cidade que áreas anteriormente lodosas deram origem ao bairro do Paquetá, o primeiro aristocrata santista, permitindo assim que se iniciassem as obras de construção portuária.

No final do século XIX inauguram-se os primeiros 260 m de cais, e em 1892 o cais do Paquetá. Este bairro é representativo da atuação das duas forças que traduzem os principais usos da cidade: o portuário e o uso residencial das classes mais abastadas. Considera-se que a primeira alteração da estrutura intraurbana ocorre justamente quando, a partir do crescimento descontínuo, já no início do século XX, os moradores do Paquetá se deslocam para a região da Orla da praia, anteriormente ocupada apenas por residências de veraneio.

A segunda fase do desenvolvimento portuário é configurada, de acordo com Hoyle (1989), pela etapa de expansão de sua infraestrutura ("Porto-cidade em expansão"). Esta fase é caracterizada pelo crescimento comercial/industrial, pressões para a expansão para além dos limites da cidade, com cais linear e indústrias de carga fracionada. É nesta fase, conforme Monié e Vasconcelos (2012), que há ampliação significativa do porte e tecnologia das embarcações, motivada pela crescente produção industrial de mercadorias. Também são criadas áreas de armazenamento (galpões), ampliação da malha de circulação de mercadorias e na cidade, toda sorte de serviços e atividades comerciais associadas, como estabelecimentos bancários, casas de negócios, empresas oferecendo serviços de apoio diversos à navegação e estruturas produtivas voltadas para o processamento ou a transformação das mercadorias.

Em Santos, é desta fase a ampliação do cais, com enorme área de aterramento propiciada com o desmonte dos outeirinhos, para constituir o bairro de mesmo nome. Barros (2007) destaca a popularização do bairro do Paquetá, com a mudança de famílias de trabalhadores, muitos com atividades direta e

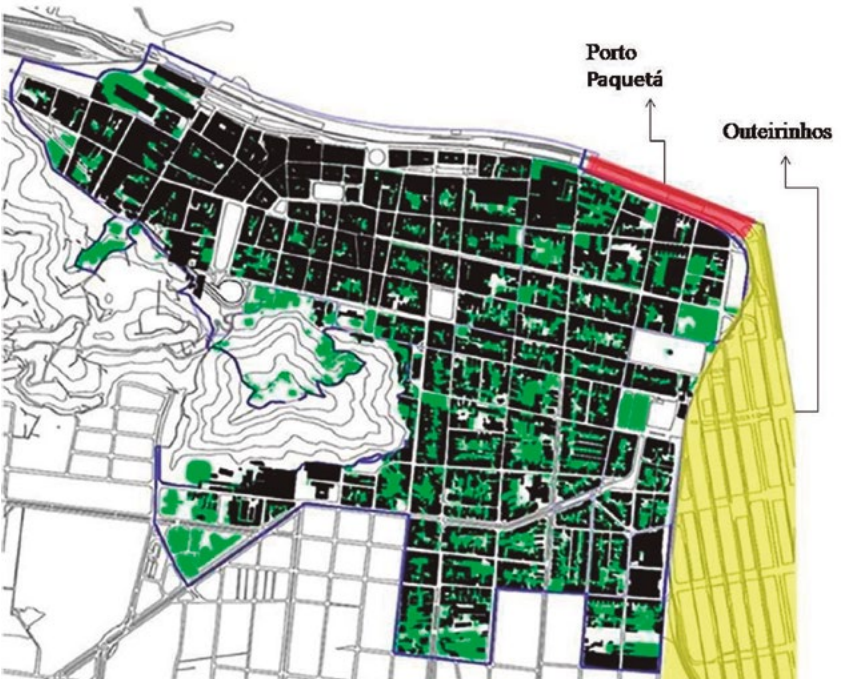
indiretamente ligadas ao porto como costureiras, que coziam e reformavam as sacas de café e também as transformavam em calças tingidas para trabalhadores, inúmeros comércios de imigrantes, em especial de portugueses que foram ali se instalar. Chegaram depois das primeiras alterações morfológicas do bairro, que transformaram antigas casas em grandes galpões de armazenamento de carga (Figura 1).

Gonçalves (1981), em um romance ambientado no bairro do Paquetá, mostra também como o ritmo do bairro estava ligado ao ritmo do porto. De manhã os trabalhadores rumavam ao trabalho na estiva, ao anoitecer o bairro se transformava e abriam-se as casas noturnas para recebê-los, junto com os marinheiros.

Caracteriza também esta fase de ampliação do porto, a ocupação da Ilha Barnabé, na área continental do município, com a construção dos tanques de armazenamento de produtos inflamáveis, entre 1929/1930.

Contudo, esta fase é caracterizada pela redução da fluidez na interface porto-cidade. Muros, galpões, locomotivas e acessos restritos aumentam a distância da cidade e a dividem. Considera-se que se estende até o próximo salto tecnológico que implementa a movimentação de carga a partir do uso de contêineres, já na década de 1970, tendo sido inaugurado em 1981, na margem esquerda do Porto de Santos, o primeiro terminal de contêineres do porto organizado (Tecon). O uso desta modalidade de transporte de cargas transforma inúmeros armazéns localizados na cidade em construções obsoletas e reconfigura a morfologia das áreas retroportuárias, que passam a reivindicar grandes áreas vazias descobertas para a instalação dos depósitos e pátios de movimentação de carga.

Figura 1 – Comparativo da ocupação dos lotes na região central de Santos entre 1945 (preto) e 2014 (verde)

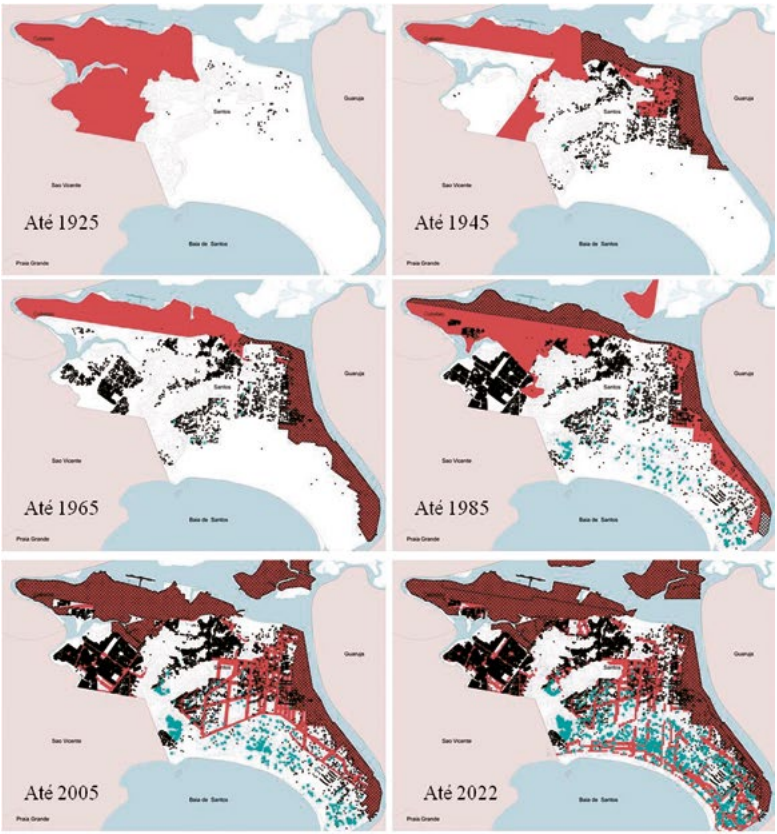


Fonte: Barros; Carriço (2019) adaptado pelos autores (2024).

A terceira fase do desenvolvimento portuário sob o ponto de vista da sua interface com a cidade se caracteriza, segundo Hoyle (1989), pela introdução dos contêineres e do crescimento industrial, especialmente das refinarias, impondo a necessidade de mais espaços. A esta fase o autor denomina de interface "Porto-cidade industrial moderno".

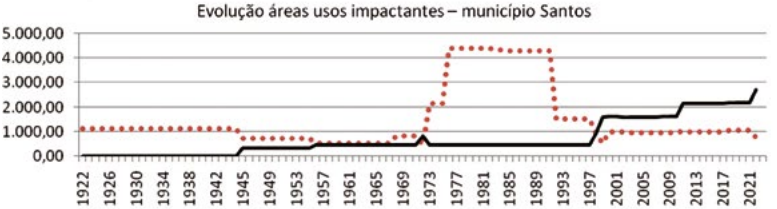
A análise da evolução das permissões de uso impactantes na legislação de uso e ocupação do solo do município de Santos, de 1922 a 2022, caracteriza este movimento de necessidade de mais espaço dentro da cidade, ampliando as áreas disponíveis para as atividades retroportuárias. Esta expansão também é demonstrada nas alterações da ocupação dos lotes no levantamento comparativo de 1945 a 2014 (Figura 2), onde é possível observar a ocupação de todo o terreno (verde) para as construções do tipo galpão, em substituição das antigas edificações residenciais (preto) em diversos bairros da região central.

Figura 2 – Evolução das áreas de permissão de usos impactantes (vermelho), zonas portuárias delimitadas (hachura preta) e uso residencial de padrão popular/ econômico de acabamento e padrão fino/luxo



Evolução da população – município Santos

Regiões	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2022
Centro	44.401	44.130	31.942	18.566	10.552	6.982	4.307	6.390
Leste	134.700	177.888	242.924	309.731	308.732	293.088	295.788	294.826
Noroeste	4.194	18.095	37.867	60.588	66.985	81.589	83.095	82.246
Morros	11.673	19.185	27.172	28.822	29.333	34.088	33.043	31.454
Total	194.968	259.298	339.905	417.707	415.602	415.747	416.233	414.916



Fonte: autores (2024) /gráfico evolução população Barros (2024).

Inicialmente, não há delimitação de zona portuária em 1922, mas em toda a atualmente denominada macrozona noroeste eram permitidas as atividades impactantes[165], pelo código de construção municipal (Lei n° 675/1922). A partir de 1945, com o novo código de construção (Lei n° 403/1945), há delimitação clara de zona portuária que correspondia à época às áreas sob comando da companhia Docas de Santos, acrescidas de vasta área do território sob a incidência das diretrizes do executivo municipal destinadas ao desenvolvimento de usos industriais e retroportuários, em especial armazéns e depósitos.

O que se observa também, com a sobreposição da produção do uso residencial de acabamento popular/econômico e de fino/luxo, os dois extremos, é que os movimentos de sucessivas ampliações das áreas destinadas às atividades impactantes foram determinantes para a divisão da área insular em grupos de renda: nos morros, na macrozona noroeste e em locais específicos da macrozona leste da produção popular e econômica e para os bairros próximos à Orla, da produção de acabamento fino/luxo.

Avaliando a quantidade de áreas disponibilizadas para as atividades impactantes em geral e aquela exclusiva para usos portuários e retroportuários institucionalizadas pela legislação municipal, a primeira manteve-se superior à segunda na maior parte do período considerado, para apenas a partir da década de 1990 ser superada pelas zonas portuárias demarcadas, incorporando as áreas anteriormente identificadas para o desenvolvimento de atividades impactantes em conjunto com outros usos comerciais e de prestação de serviço, inclusive, em alguns casos, o uso residencial.

Ressalta-se que os usos residenciais dentro das zonas de permissões de usos impactantes ou nas suas bordas, são sempre aqueles de acabamento popular/econômico, desenhando uma barreira de bairros populares, conforme salienta Barros (2024), entre o porto e a cidade. A região mais afetada na porção insular do município de Santos é a central, e a avaliação dos dados referentes à evolução da população por bairro demonstra isso, com a queda paulatina no bairro central e ampliação em todas as outras regiões, com exceção da macrozona leste, na qual há queda no número de moradores a partir da década de 1990.

O salto na quantidade de áreas disponíveis para o desenvolvimento das atividades impactantes entre a década de 1970 e 1992 se refere às tentativas de o governo municipal de avançar sobre as áreas de preservação ambiental da área continental do município, primeiro com a criação e regulamentação do parque industrial do Quilombo, na década de 1970, diretriz que permanece até 1992quando há a redução drástica destas áreas em prol da preservação ambiental. A partir de 1999, com a nova lei de uso e ocupação do solo da área continental, que viria a se concretizar em nova área de atividades portuárias, posteriormente acrescidas com a instalação de terminais de contêineres sobre áreas aterradas do canal do estuário.

Há uma clara tendência na manutenção e expansão de áreas de permissões de usos impactantes na já adensada e conflituosa porção insular em detrimento da área continental, de acessibilidade incipiente. Esta decisão trouxe impactos significativos especialmente aos grupos mais pobres e vulneráveis.

Barros (2007) demonstra como o processo de popularização e posterior encortiçamento do bairro Paquetá está associado às ampliações e retrações dos limites das zonas portuárias e retroportuárias na área com modificações morfológicas que alteraram significativamente a sociabilidade do bairro, suprimindo comércios que serviam de espaços de mediação, desenraizando grupos sociais.

Pela periodização proposta por Hoyle (1989), o próximo momento de desenvolvimento da infraestrutura portuária é caracterizado pela separação porto e cidade sob ponto de vista físico, econômico e gerencial, o "recuo da fronte marítima". Conforme Monié e Vasconcelos (2012), a concorrência pelo uso do solo e as limitações físico-operacionais aos portos tradicionais passam a constituir gargalos operacionais para os atores econômicos. Há assim o estímulo à relocalização das estruturas produtivas e das infraestruturas portuárias para fora dos centros urbanos, para lugares com amplas reservas fundiárias. Com o deslocamento dos portos para fora dos centros urbanos, passa-se para a próxima fase, a da conversão para novos usos das antigas estruturas portuárias abandonadas nas cidades, a fase da 'remodelação da frente marítima'.

Santos parece não ter chegado ainda à fase final do desenvolvimento portuário, com o deslocamento do porto para fora da cidade, com exceção das ampliações ocorridas no continente, mas tenta entrar fórceps na fase da remodelação da frente marítima com a inauguração do Parque Valongo em junho de 2024, completamente segregado da cidade pelos cinco ramais ferroviários que levam grãos até o extremo terminal da Ponta da Praia.

Para além dos impactos na área urbana e os passívos ambientais mais objetivos pela ampliação das áreas portuárias sobre as áreas de preservação ambiental, o caso do complexo portuário de Santos visa lançar luz não apenas nas transformações da ordem urbana que se manifestam no padrão organizativo do sistema portuário, como também na valorização imobiliária condensada.

(In)visibilidades, marcas do trabalho portuário

Em pesquisas rápidas em fontes públicas de órgãos oficiais que operam o porto de Santos é visível a face de (in)visibilidades que marcam as relações de trabalho. Seja em fontes oficiais como no site da Autoridade Portuária - Porto de Santos, seja no Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário - OGMO, os dados mais fortemente publicizados estão voltados à movimentação de cargas e fluxo de navios e ao expressivo crescimento nos últimos anos das operações portuárias. Ressalta-se a importância das informações que traduzem o expressivo crescimento destas operações com repercussões importantes nos níveis de rendimento e produtividade. Porém, para quem se volta às informações sobre a incidência das ações do porto nos níveis de emprego e empregabilidade, na relação com as cidades circunvizinhas, as dificuldades se colocam com a inexistência pública acessível, nas respectivas páginas, sobre aqueles/as que operam como força de trabalho para a produção de riquezas.

A dificuldade pode estar relacionada à fragmentação de trabalhadores/as portuários/as e às lógicas da gestão do trabalho, sendo que uma parte dos trabalhadores/as está vinculada à Autoridade Portuária, outra à OGMO, sem contar toda a cadeia produtiva que envolve considerável número de trabalhadores/as

diuturnamente. O esforço teórico de agregar estes dados torna-se importante e necessário para dimensionar os níveis de empregabilidade e quem são estes/as trabalhadores/as, correlacionando-os aos níveis de emprego e renda na Região Metropolitana da Baixada Santista, mais especificamente nos territórios adjacentes ao porto, no caso, Santos, Guarujá, São Vicente e Cubatão.

As fontes públicas mais acessíveis sobre o porto enaltecem o aumento da produtividade pelo uso de sistemas logísticos voltados às novas tecnologias, a automação e robótica, o trabalho morto (Marx, 2017), em detrimento do trabalho vivo, o trabalho em ato, humano. Essa ênfase no trabalho morto invisibiliza os processos de produção da riqueza inalienáveis da dimensão do trabalho vivo, e a crença de que o "mundo maquínico-informacional-digital" (Antunes, 2018) em si, é produtor de riquezas, se torna um discurso aceitável que invisibiliza a superexploração do trabalho e as novas formas de precarização nas relações capital - trabalho. Este processo é favorecedor à ampliação dos mecanismos de geração de trabalho excedente (terceirização, informalização) e converte o trabalho em potencial gerador de mais-valor (Antunes, 2013).

Os processos comumente denominados "reestruturações produtivas" nos portos, com seu ápice da década de 1990, estão ligados às lógicas da acumulação capitalista vinculadas às transformações nos processos produtivos, com profundos impactos nas condições de vida, trabalho (desemprego estrutural, formas precárias de inserção, remunerações e direitos sociais) e organização política dos/as trabalhadores/as.

Uma grande alteração nas lógicas capital - trabalho foi o surgimento da OGMO (Lei no. 8.630/93), configurando uma nova forma nas relações e gestão do trabalho para os trabalhadores avulsos, "redimensionando as funções específicas dos sindicatos dos trabalhadores da estiva, que vinham até então, exercendo funções sindicais de gestor de mão-de-obra" (Aguiar, Junqueira e Freddo, 2006, p. 1000). Fator que transformou as lutas trabalhistas e explicitou ainda mais a fragmentação que constitui a classe trabalhadora. Esta mudança provocou alterações significativas nos níveis políticos da sindicalização que passaram a se

constituir obrigatórias nas relações de trabalho. Em pesquisa na página oficial da OGMO, observa-se na aba "institucional" a relação de sindicatos dos/as trabalhadores/as que atuam no porto - vinculação que remete a algumas reflexões. Quais os impactos desta vinculação na organização política dos/as trabalhadores/as portuários/as? Há uma nova configuração das relações sindicais no porto, de apassivamento e formalidades jurídicas "acima" (?) da dimensão sindical? Ou, conforme Antunes (2018, p. 192), uma "nova programática sindical, predominantemente negocial, em que o confronto cedeu espaço para parcerias, negociações e incentivos aos pactos sindicais"? Em que pese este componente, a organização dos/as trabalhadores/as avulsos tem se colocado como importante. Na verificação em algumas das páginas dos sindicatos observam-se chamadas de assembleias, histórico de importantes paralisações e a atual luta contra a investida do setor patronal para modificar a condição de exclusividade prevista na Lei 12.815/93. A exclusividade está posta na Lei, ao regulamentar que

> No porto organizado, a requisição dos trabalhadores portuários, sejam eles avulsos ou com vínculo empregatício, deve ser feita ao OGMO. Por outro lado, no caso de terminal portuário de uso privado, não há a obrigação de se utilizar da intermediação do OGMO para contratação de trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado (Lopes; Silva, 2022, p.17)

A alteração deste dispositivo tem sido amplamente debatida pelas entidades sindicais contra o que consideram uma ameaça a direitos conquistados e à ampliação da terceirização do trabalho portuário, com queda nos salários e precarização das condições de trabalho. Para as entidades patronais, a "exclusividade cria, na prática, uma reserva de mercado para os trabalhadores avulsos, dificultando a criação de empregos permanentes em meio à automação e modernização do setor"[166].

O acirramento e investidas do capital não é algo novo, compõem as relações de força no estado capitalista e com a reestrutu-

ração produtiva dos anos 1990, a realidade da classe trabalhadora tem sido marcada por uma nova morfologia (Antunes, 2013), forjada por "trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário" (ibidem, p. 31). Flexibilização e terceirização assumem centralidade nas relações entre capital e trabalho "disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes" (ibidem, p. 32). O/a trabalhador/a portuário/a não está fora destas lógicas e estes componentes fazem parte das configurações assumidas nas relações capital - trabalho no Porto de Santos e isto pode ser verificado nos níveis de remuneração e empregabilidade a partir de alguns dados nos últimos anos.

Silva (2019), em artigo sobre a automação no porto e os desdobramentos para os trabalhadores portuários formais, a partir dos dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), busca explicar as relações deste mercado formal de trabalho na relação com o mercado de trabalho na RMBS, com dados de julho de 2009 a maio de 2019. Com uma amostra de 11.726 trabalhadores/as empregados/as, verificou que o porto se apresenta como um mercado de trabalho significativo na região, sendo a classe de estivadores responsável por empregar 55,30% e com um salário aproximadamente 3,64 vezes acima do salário-mínimo do período (Silva, 2019). Por outro lado, o "número de trabalhadores empregados no porto representa apenas 4,67% dos trabalhadores com carteira assinada na soma de três cidades portuárias; tal número ainda decresce para 3,15% ao se comparar com a Baixada Santista como um todo" e por fim, "que os salários daqueles que trabalham no porto são, em média, 15,08% maiores em relação ao restante dos trabalhadores com carteira assinada das três cidades. Quando comparado com a região da Baixada Santista como um todo, esse percentual salta para 26,17%." (Silva, 2019).

Quanto ao quantitativo de trabalhadores/as, em 2020 a APS contava com 1.027 trabalhadores/as passando em 2023, a

813, índices que demonstram o enxugamento de postos de trabalho no porto.

Estes dados possibilitam algumas considerações na articulação da intensificação dos processos de produção de riquezas nas operações portuárias e configurações nas relações de trabalho com impactos nas dinâmicas de empregabilidade na região, um porto que se expande, avança na malha territorial, cria excedentes de riquezas para o capital mas que, não necessariamente, se traduzem em oportunidades de trabalho, renda e empregabilidade para parcela considerável de trabalhadores/as, acirrando a subsunção do trabalho ao capital.

Considerações finais: o porto contra a cidade

A análise desenvolvida qualifica as características contemporâneas da funcionalidade do porto com uma longa história de dependência e subordinação, como uma peça-chave na engrenagem da economia brasileira, desde os tempos coloniais com a exportação do café, até os dias atuais, quando o porto concentra 27% do comércio do país (www.portodesantos.com.br). No conjunto das exportações, a tríade do agronegócio, da pecuária e do extrativismo da a tônica e os produtos químicos para a produção do agronegócio são os principais itens de importação, seja em sua fase final, seja nos componentes para a sua produção.

A título de ilustração, o porto, em 2022, exportou os seguintes produtos relacionados à moeda estado-unidense em bilhões (US$D): Soja (10 bi); Açucar (6,7 bi); Carne Bovina (5,2 bi); Café (4,6 bi); Algodão (3,4 bi); Óleos de Soja (3,1 bi); Ferroligas (2,8 bi); Bulldozer (2,0 bi); Milho (1,8 bi); Celulose (1,8 bi). Em contraste, o porto importa: Partes de automóveis (4,2 bi); Inseticidas, Fungicidas, herbicidas (3,05 bi); Compostos de nitrogênio (2,04 bi); Óleos de petróleo (1,71); Fertilizantes nitrogenados (1,26 BI); Adubos (1,24 bi); Fertilizantes potássicos (1,23 bi); Medicamentos (0,99 bi); Díodos, transístores e semelhantes similar (0,97 bi) e Transmissões de veículos (0,92 bi) (www.portodesantos.com.br).

A análise contribui também para identificar as tendências do movimento contemporâneo do capital no setor portuário que

tem conduzido as alterações no espaço urbano, nas dinâmicas das cidades na região, pressionadas pelas exigências de eficiência para alcançar maior capacidade logística. Eficiência que também é exigida dos/as trabalhadores/as, nas relações de trabalho, configurando novas formas e gestão do trabalho por maior produtividade.

Nesse sentido, aceleram-se as mudanças organizativas do porto que geram transformações no espaço urbano e na estrutura produtiva, com suas áreas retroportuárias logísticas provocando consequências que reverberam em bairros próximos ou mesmo distantes, a exemplo das ações de higienização e 'revitalização' de áreas históricas para o incentivo ao turismo, o que alimenta uma economia de serviços, e a presença de empreendimentos imobiliários próximos da orla da praia, nichos de investimentos e acumulação de capital. Essas mudanças são impulsionadas pela atuação do Estado nacional nos seus três entes federativos, em associação com o capital financeiro e com megas empresas marítimas, para viabilizar com o fundo público o aporte de infraestrutura demandada pelo capital, seja de bens de investimento, seja de bens de consumo. Como afirma Harvey (1992, p. 117), "o ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos".

Inegavelmente, a presença do Porto de Santos tem imposto uma nova ordem urbana na Região Metropolitana da Baixada Santista, resultado de arranjos institucionais entre Estado e o capital, condensando as forças atuais de uma dependência subordinada aos interesses do capital. Observa-se na região uma reorganização espacial das atividades portuárias que se faz sob interesses internacionais e locais e que potencializam relações de dominação e subordinação, de concorrência e de complementaridade (Amin, 2005). De forma materializada, a funcionalidade do porto para a reprimarização da economia brasileira e para garantir o lugar na divisão internacional do trabalho se faz pelas atividades primário-exportadoras vinculadas aos modernos circuitos da logística e das finanças.

CAPÍTULO 18

Finanças, infraestrutura e o espaço nacional: da integração produtiva à desintegração neoextrativista da nação[167]

Alexandre Mitsuro da Silveira Yassu
Jeroen Johannes Klink

Introdução

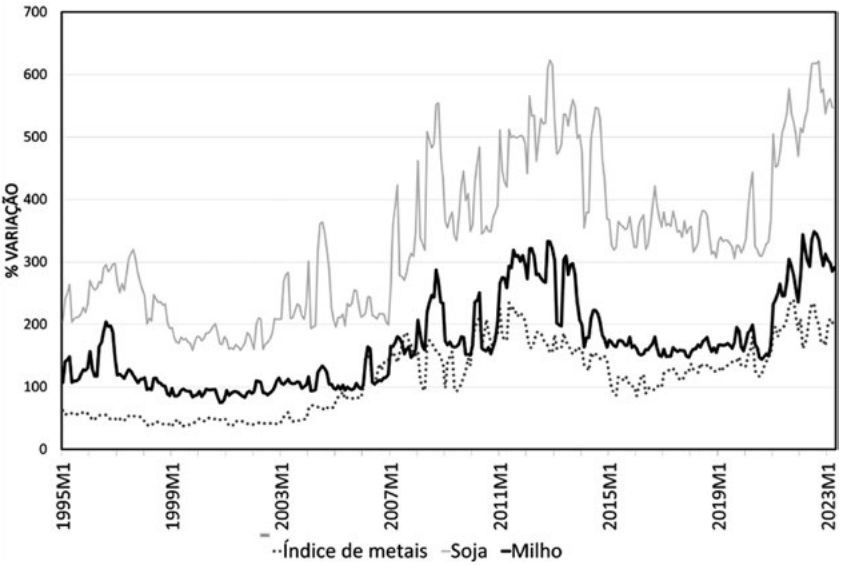
Sucessivas safras recordes de soja e a expansão da área cultivada (Gráfico 2), a valorização de mais de 200% das ações da mineradora Vale (VALE3)[168] no período entre 2020 e 2021 e os crimes ambientais de Mariana e Brumadinho revelam algumas faces da expansão do extrativismo mineral e agrícola no Brasil, catalisadas pela alta global do preço das commodities (Gráfico 1). Traço marcante das economias latino-americanas na contemporaneidade, nos referimos a este processo como neoextrativismo (GUDYNAS, 2009).

O conceito de neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2015) trata da dominância da acumulação baseada na exportação de recursos naturais, não renováveis, através da expansão das atividades sobre territórios inexplorados em grandes projetos primário-exportadores. A combinação entre elementos da economia primário-exportadora colonial e variadas formas de rentismo contemporâneo, com base nas mercadorias do conhecimento como patentes e marcas, na propriedade de terras e de infraestrutura compõem o quadro do

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_018

neoextrativismo. Ao demandar a ininterrupta apropriação de recursos naturais (Gráfico 2), destruindo o meio ambiente e o modo de vida dos povos originários e tradicionais, o neoextrativismo intensifica conflitos fundiários e a repressão às resistências. Desse modo, o autoritarismo e a espoliação são as engrenagens para acumulação neoextrativista.

Gráfico 1 – Variação de preços das *commodities* (1995-2023)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) (2023)[169], elaboração própria.

Neste trabalho, entendemos os processos de consolidação do neoextrativismo e da financeirização como coetâneos e mutuamente constituídos no Brasil. Um processo integrado de ajuste, adaptação e acoplamento da economia nacional à globalização neoliberal, onde sob o atual padrão de acumulação, "financeirizado", a ação estatal e o poder dos grupos econômicos produzem uma reestruturação da geografia capitalista, intensificando as especializações produtivas (MARINI, [1997] 2008).

Pacheco, em sua tese a "Fragmentação da Nação" (1998), explorou novas dimensões da questão regional brasileira, defendendo que a partir da intensificação da globalização,

nos anos 1980, novas dinâmicas na espacialidade da economia nacional entraram em curso. A interrupção do processo de desconcentração industrial, calcada na complementaridade produtiva, inaugurou um novo momento de estabelecimento de enclaves competitivos voltados à exportação, promovendo a destruição da solidariedade territorial. Constituindo uma tendência à fragmentação da nação, à "desintegração competitiva" (ARAUJO, 1997) do espaço nacional. A fragmentação[170] aqui é entendida como a crescente desarticulação dos setores exportadores emergentes em relação às questões nacionais, principalmente sobre a formação do mercado interno e o desenvolvimento de outros setores produtivos complementares, aspectos que dão coesão ao espaço nacional.

Tomando as formulações de Pacheco (1999), sobre a fragmentação da nação, como fio condutor, buscamos atualizá-las a partir dos processos emergentes das relações entre Estado, infraestrutura, finanças e neoextrativismo no atual estágio do desenvolvimento capitalista em geral e, mais especificamente, no Brasil. Assim, desejamos analisar novas dinâmicas e estruturas de controle do território e de extração de riqueza que se estabelecem nestes processos. Nossa hipótese é de que os agentes ligados a estas dinâmicas e estruturas formam uma *coalizão desintegradora neoextrativista*, que na convergência multiescalar de interesses, atuam para o aprofundamento da "reprimarização" da economia nacional. Neste sentido, nosso artigo visa construir a trajetória de atuação desta coalizão por meio do levantamento de um conjunto de políticas, planos e legislações criados no Brasil desde 1970 até os dias atuais. O olhar a partir da trajetória geográfica e histórica nos permite perceber as transformações da coalizão, procurando caracterizar estes ciclos.

O artigo se divide em duas partes, além desta Introdução e das considerações finais: a primeira, em que propomos uma reflexão teórico-metodológica entre Estado, finanças, infraestrutura e neoextrativismo, enfatizando como estas se articulam e tensionam a unidade dos espaços nacionais; e, na segunda parte, fazemos a atualização do debate sobre fragmentação nacional a partir da periodização das coalizões desintegradoras neoextrativistas.

Os nexos entre Estado, finanças, infraestrutura, neoextrativismo e as ameaças à nação

A financeirização, a "neoliberalização" dos Estados, o neoextrativismo e os grandes projetos de infraestrutura são importantes dimensões da contemporaneidade capitalista que muitas vezes são abordados de forma fragmentada. Aqui vamos explorá-los como mutuamente constituídos e unificados na totalidade do desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo. Nosso foco é entender como esses processos articulados causam tensões nas relações que dão coesão ao espaço econômico nacional, tema central deste trabalho.

A financeirização contemporânea tem sua gênese nos anos 1970, com a crise de superacumulação de capital nos países centrais (LAPAVITSAS, 2005; PAULANI, 2013). Ela pode ser definida como a dominância da lógica financeira sobre a economia, que penetra na vida social (LAPAVITSAS, 2005) e na produção do espaço (HARVEY, 2013). Um capitalismo que tem o rentismo como centro de sua estratégia de extração de riqueza (PAULANI, 2013), ao invés da organização da produção para obtenção dos lucros do trabalho. Assim, a imposição da lógica financeira rentista altera as relações de produção e promove uma reestruturação corporativa.

A crise de sobreacumulação, supracitada, é resultado da exacerbação das contradições do capital sob o regime fordista-keynesiano: no acirramento do conflito capital-trabalho, na queda da taxa de lucro e na limitação à circulação dos capitais. Tal regime, nos países centrais, tinha o planejamento econômico e do espaço urbano e regional, a provisão de infraestrutura econômica e social como fundamentais, para homogeneizar as condições de produção, visando a consolidação do espaço econômico nacional e a atenuação dos conflitos capital-trabalho. A crise desse regime aparece como crise do Estado, assim, a redução deste se impõe como única saída, decretada pelo ideário neoliberal naquele momento, que hoje se complexifica em formas articuladas de gestão público privadas (BRENNER, 2004). A "neoliberalização"

é siamesa da financeirização ao abrir novas oportunidades de acumulação para os capitais excedentes dos países centrais, sob a forma de empréstimos, de investimentos externos diretos (IED) e de aquisições de estatais, principalmente após os anos 1980. Trata-se de um reescalonamento do Estado, ou seja, não é a sua redução, mas a sustentação mais direta às atividades corporativas, na passagem de um planejamento integral para um de recortes específicos do espaço nacional para promover a conectividade e a competitividade global e inseri-los nas cadeias globais de valor (BRENNER, 2004).

As finanças, como sistema nervoso do capitalismo (HARVEY, 2013), alocam capital em locais mais atrativos, abertos pela "neoliberalização", para a exploração do trabalho e da natureza. Sendo, então, a "neoliberalização" financeira, propagada desde os centros hegemônicos pelos órgãos multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a catalisadora de uma nova rodada de divisão internacional do trabalho, reforçando as especializações produtivas (MARINI, [1997] 2008). Aos países da periferia do sistema mundo capitalista, resta, novamente, a exportação de bens primários, agora no contexto do neoextrativismo, como forma de inserção na economia global. Um novo momento dominado por grandes grupos econômicos, "financeirizados" e extraindo variadas formas de renda, ao longo das cadeias produtivas, através de patentes, de marcas, de produtos financeiros, da gestão da infraestrutura, de ativos imobiliários, das dívidas familiares, entre outros. Um extrativismo ampliado para além dos setores econômicos extrativistas (MEZZADRA, NEILSON, 2017). Desse modo, a financeirização, através de uma nova arquitetura de exploração, extrai renda localmente e concentra nos centros financeiros globais, reproduzindo a hierarquia global (MARINI, [1997] 2008; PAULANI, 2021).

O fluxo de mercadorias, pessoas e capital intensificado na globalização financeira, por meio da reestruturação produtiva, demanda crescente conectividade, ocasionando uma revolução logística (DANYLUK, 2018), com a combinação de avanços nos meios de transporte e nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). A logística se materializa em grandes projetos de infraestrutura sob

a gestão corporativa neoliberal. Há locais onde a logística coloca-se como poder (DANYLUK, 2018; COWEN, 2014), com operações de controle e gestão de dados, e do trabalho nas cadeias produtivas, para garantir a previsibilidade demandada pelos imperativos financeiros e suas estratégias de acumulação de capital. Dentro desta perspectiva, a logística cumpre o papel de dilatar o poder do capital de explorar a força de trabalho e de se apropriar de recursos naturais em territórios ao longo das cadeias globais de valor (DANYLUK, 2018), produzindo novos territórios de controle corporativo que ameaçam a soberania nacional (COWEN, 2014).

A produção do espaço capitalista, além de sustentar a produção e a circulação do valor, expandindo geograficamente as relações capitalistas - como estamos destacando até aqui - é, também, a transformação do espaço em si em mercadoria. Ou seja, uma dupla função do espaço no capitalismo como meio de produção e como segmento capitalista. Seguindo Harvey (2013), destacamos o capital fixo como fulcral desta dupla dimensão do espaço.

De forma sintética, o capital fixo é uma parte da riqueza total, fixada sob uma determinada forma por múltiplos ciclos do capital. Como capital produtivo, ele pode tomar a forma de instrumentos de produção, fixos ou não ao solo, dentro da unidade produtiva, de um capitalista individual ou fora, como condição geral de produção. Na cadeia produtiva de grãos, por exemplo, estes capitais fixos são silos, portos, colheitadeiras, drones etc. A produção do capital fixo de grande escala em determinadas configurações espaciais transforma, produz e hierarquiza territórios e é, também, parte constituinte do próprio desenvolvimento capitalista e de suas contradições.

Harvey (2013), em sua tese dos ajustes espaciais, afirma que no contexto das crises de sobreacumulação de capital ocorre o deslocamento do capital excedente, que, sem espaço de alocação no circuito primário, a indústria, desloca-se para o circuito secundário, que é a produção do espaço. Assim, o capital fixo absorve o capital sobreacumulado nas crises, contornando-a no tempo e no espaço, nos ajustes espaciais, produzindo novas configurações espaciais e integrando o espaço à dinâmica geral do capital. Estes ajustes ocorrem com notável papel do Estado, que decide quais as confi-

gurações espaciais serão desenvolvidas e fazendo emergir conflitos entre coalizões em torno de determinada ordenação espacial, uma via de desenvolvimento espacial. A desarticulação de interesses e os conflitos socioespaciais que, em última instância, podem gerar tensões na unidade do espaço econômico nacional e deste modo na espacialidade do Estado (BRENNER, 2011). Situação explicitada no contexto do planejamento neoliberal fragmentado e competitivo, onde as formas de provisão da infraestrutura, também, se transformam, com o avanço da privatização da infraestrutura. Sob a lógica financeira, criam-se novos produtos, para fazer a riqueza fixada nestas infraestruturas circular, através de novas formas de propriedade (ANDREUCCI *et al*, 2017). A infraestrutura, então, passa a ser produzida, projetada e concebida como um ativo financeiro (O'NEILL, 2019), que deve performar de uma determinada forma no tempo e no espaço, para atender as expectativas rentistas, reforçando a lógica de espaços fragmentados.

O desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo, a partir do exposto até aqui, articula a transformação da infraestrutura e o processo de especialização produtiva, sob a lógica financeira e em torno da (re)produção de vias de desenvolvimento espaciais específicas. Ou seja, as finanças demandam espaços controlados e segmentados para a operação de suas estruturas de extração de riqueza. Estas estruturas extrativas financeiras engendram uma coalizão de agentes localizados em múltiplas escalas, do local ao global, seja na produção e circulação do valor, nas cadeias produtivas, como na transformação da própria infraestrutura em ativo, fazendo emergir processos concorrentes e combinados de conectividade e fragmentação dos espaços econômicos nacionais.

Periodização da trajetória da desintegração da nação

No escopo deste artigo, não cabe explorar os múltiplos recortes temáticos e temporais possíveis para investigar as relações imbricadas entre Estado, finanças, infraestrutura e neoextrativismo. Com o objetivo de evidenciar a trajetória da

coalizão de agentes em torno do neoextrativismo no Brasil, nos concentramos nos pontos específicos dos últimos anos da ditadura, em 1979, até o fim de governo do presidente Jair Bolsonaro, em 2022.

O ajuste exportador

A tese de Pacheco (1998) dedica-se a compreender a diferenciação econômica do território nacional no pós-1980, lançando a hipótese de que: com a globalização ocorre a alteração da lógica de integração produtiva inter-regional para uma lógica de promoção de setores exportadores competitivos, que produziria a tendência à fragmentação da nação, processo que delineamos a partir da dinâmica geral do capitalismo global, no item anterior. A fragmentação, no entendimento do autor, é a reversão do processo de crescimento complementar entre regiões, com acréscimo de capacidade produtiva que gera a coesão socio-territorial, construindo a unidade nacional. Ou seja, nos anos 1980

> (...) já estavam em curso processos cujos determinantes já não se atinham mais à constituição do mercado interno e à montagem de uma estrutura produtiva integrada, marcados por fortes nexos de complementaridade inter-regional (PACHECO, 1998, p.17).

Portanto, para o autor as tensões entre integração e fragmentação caracterizam o desenvolvimento nacional.

No início da industrialização, o espaço nacional era constituído por um "arquipélago" de economias regionais, herança dos enclaves primário-exportadores coloniais, com uma ligação física e econômica precária entre as regiões. Assim, o período de 1930 a 1950 foi de integração mercantil, através da provisão de infraestrutura que ampliasse o comércio inter-regional, dissolvendo o "arquipélago". Mas tal integração é, na verdade, a formação de um mercado consumidor para a produção industrial paulista, destruindo capitais regionais numa dominação mercantil (PACHECO, 1998).

De 1960 até meados de 1970, inicia-se a integração produtiva. No bojo de políticas de incentivo à desconcentração industrial, de processos de reestruturação produtiva e de ampliação das deseconomias de aglomeração, como congestionamentos, altos custos da terra e dos conflitos capital-trabalho, a indústria passa a sair da região metropolitana paulista em direção ao interior do Estado e para outras regiões do país. É o momento de transferência de capital produtivo, num ciclo de divisão técnica e social do trabalho. Apesar da queda da participação de São Paulo na indústria, é um momento de transformação do poder de polarização de São Paulo em relação à economia nacional. Na nova divisão social do trabalho, São Paulo centraliza as atividades do terciário avançado e do setor financeiro. Uma nova etapa de dominação não mais mercantil, mas efetivamente capitalista, sustentada em relações de produção. Uma desconcentração concentrada (LENCIONI, 1991), com o centro de decisão e os setores estratégicos em São Paulo e com setores intensivos em mão de obra e na exploração da natureza em outras regiões.

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979 (II PND), lançado na ditadura durante o governo de Ernesto Geisel e ainda com ênfase na desconcentração industrial e na integração produtiva, inicia-se um novo momento. Focando no desenvolvimento de bens intermediários, o plano atua no fortalecimento de polos de desenvolvimento, na expansão das fronteiras do agronegócio e da mineração, principalmente, na região amazônica, como parte da estratégia de "desconcentração industrial".

Nos anos 1980, com o aumento da taxa de juros norte-americana, eclode a crise das dívidas dos países latino-americanos. O choque da dívida impõe a coação da austeridade fiscal e o equilíbrio da balança comercial, marcando a inserção passiva do país na financeirização global (PAULANI,2013). Neste sentido, os setores primário-exportadores passam a ser os mais fomentados para gerar as divisas necessárias para o equilíbrio da balança comercial.

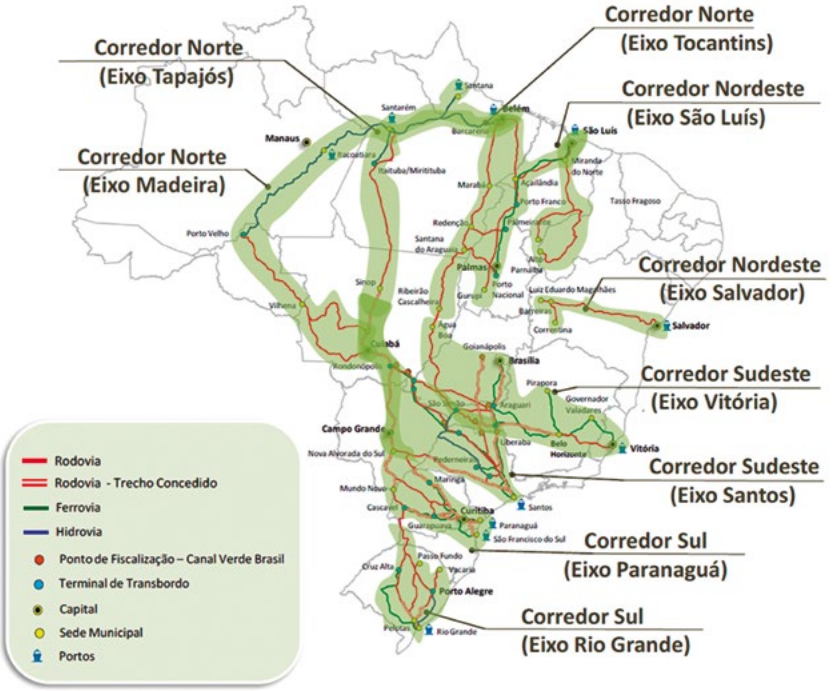
A crise do setor de bens de consumo duráveis com a recessão e o poder histórico das frações de capital nacionais, principalmente, os latifundiários, também, favorece o *ajuste expor-*

tador (PACHECO, 1999), que catalisa o desenvolvimento dos setores exportadores competitivos em combinação à desaceleração da integração produtiva. Nessa direção, o setor logístico ganha proeminência com as demandas de escoamento da produção e melhoria da conexão junto às cadeias globais de valor. Desse modo, como aponta Paulani (2013), a financeirização passiva, causada pelo choque monetário, seria o gatilho do ajuste exportador que desencadeia a fragmentação nacional, tratada por Pacheco. Desse modo, entendemos que as proposições do autor se alinham aos nexos que apontamos entre a financeirização, a "neoliberalização", a especialização produtiva e a infraestrutura. Nexos que se materializam em alianças entre agentes em torno de determinadas vias espaciais de desenvolvimento, neste caso, interessadas no aprofundamento do ajuste exportador, que tensiona a unidade do espaço nacional.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) e os Eixos de Integração: Planos de desenvolvimento como planos plurianuais

Do fim do regime militar, no processo de redemocratização, até os anos 1990, tem-se um período conturbado, de sucessivas crises econômicas, que demonstram a incapacidade do setor primário-exportador de se estabelecer como centro dinâmico da economia. Sua baixa capacidade de transbordamento dos ganhos de produtividade, de gerar encadeamentos produtivos, sua alta exposição à volatilidade cambial e a demanda externa, fazem o setor débil na condução do conjunto da economia (PAULANI, 2013). Além disso, Pacheco (1999) aponta um "conflito exportador", onde os produtores rurais passam a mudar suas culturas para as *commodities*, deixando de produzir alimentos para o mercado interno, gerando uma inflação de oferta de alimentos e agravando a fome no país. Explicitando como a exacerbação do interesse neoextrativista que não passa pelo nacional, aspecto central da fragmentação da nação.

Figura 1 – Corredores logísticos estratégicos de exportação[171]



Fonte: Relatório de Logística - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, (MTPA, 2017)

Eleito em 1989, o governo Collor [Fernando Collor de Mello – 1990-1992] foi o responsável por iniciar a liberalização econômica e a abertura comercial do país. Mas, é no governo de Fernando Henrique Cardoso [1993-2003] que a implantação da agenda neoliberal toma força. Eleito, em 1993, com o apelo do Plano Real, FHC, com discurso de crise fiscal e de falência do Estado, amplia a abertura econômica, desenvolve um extenso programa de privatizações e executa a reestruturação do Estado e do setor financeiro com objetivo de estimular a escala de atuação do setor na economia brasileira.

Orientado pela busca da estabilização da moeda, com aumento dos juros e a liberalização dos fluxos financeiros, o governo FHC foi um período de inserção ativa e subordinada do país na financeirização mundial (PAULANI, 2013), que acelera a desindustrialização nacional. A reestruturação do setor financeiro, consolidada na nova bolsa de valores, cria novos produtos financeiros como forma de impulsionar a constituição de um sistema de crédito privado de longo prazo (ROYER, 2009), que vá substituir o Estado nessa função. Combinada a um extenso programa de privatização executado com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), expropria do povo brasileiro as grandes estatais do setor de comunicação, energia, mineração, entre outros setores chaves, estabelecendo o "mercado" como fio condutor para nortear todas as decisões, numa rodada de "neoliberalização" destrutiva do Estado brasileiro (BRANDÃO, 2017).

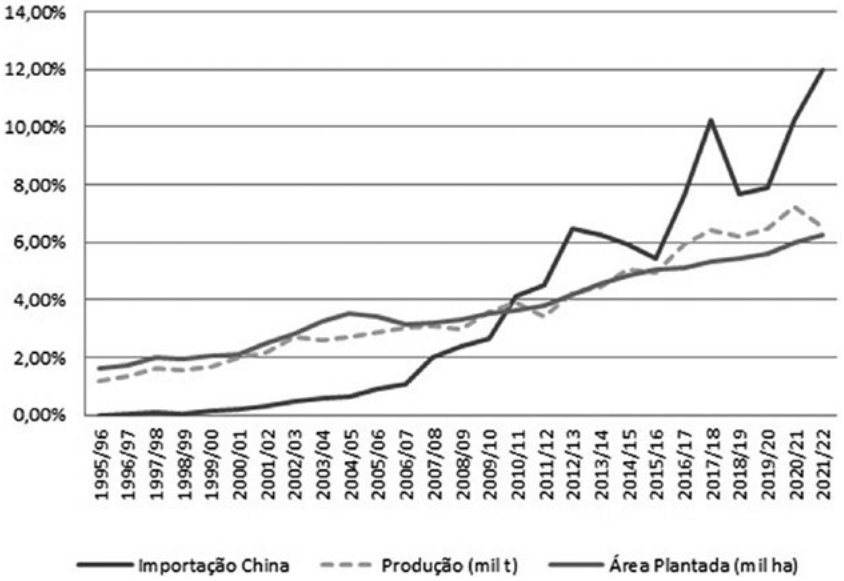
Como uma espécie de retomada do planejamento nacional, durante o primeiro mandato, propõe-se o plano "Brasil em Ação" (1996-1999), nome dado ao Plano Plurianual (PPA) do período. No mandato seguinte, o plano "Avança Brasil" (2000-2003), também o PPA do período. A novidade nestes planos foi a proposta dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento" (Enid's), estruturados em recortes específicos do território, como eixos de escoamento da produção primário-exportadora. Apesar destes planos se apresentarem como novidade, por terem o objetivo de dar competitividade aos territórios pela conectividade global (ARAUJO, 1997), eles possuem um alinhamento com as propostas do II PND, de expansão das fronteiras e ocupação dos "vazios" da Amazônia. Ou seja, é a "consolidação e ampliação da infraestrutura de transportes [...] visando o aproveitamento de potencialidades regionais, com abertura de novas fronteiras de desenvolvimento" (BRASIL, 1996a).

Os planos são estruturados em torno do discurso neoliberal de que o Estado é incapaz de conduzir a gestão de empresas e serviços de forma eficaz e, portanto, deve ceder espaço ao setor privado, por meio das privatizações e da Lei das Concessões (BRASIL, 1995) (DUTRA, SAMPAIO, 2017). A entrada do

setor privado na prestação de serviços e na gestão das infraestruturas, reescalona a atuação estatal no setor: da articulação produtiva inter regional coordenada pelo Estado para políticas focais geridas pelo setor privado em territórios competitivos. Entretanto, veremos ao longo do trabalho que o neoliberalismo realmente existente no contexto brasileiro é mais retórico do que efetivo, onde a privatização de serviços, ao invés de ser a efetiva entrada do ente privado no investimento e na provisão de infraestrutura, se constitui como novas formas de apropriação do fundo público, em novos instrumentos financeiros e novas formas de propriedade (RUFINO, 2021). Soma-se a isso, a lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), como mais uma forma de coação neoliberal, criando um constrangimento orçamentário aos entes federativos que, sob a ameaça de crime de responsabilidade, se dispõem de forma competitiva em busca de investimentos (ARAUJO, 1997).

Para além das transformações no âmbito da provisão de infraestrutura, o governo FHC aprofundou o ajuste exportador, com a Lei Kandir (BRASIL, 1996b), que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados. Retoma-se, os Planos Safra, de financiamento ao agronegócio, reduzido nos anos 1980. Tem início, neste período, o aumento da demanda por *commodities* (Gráfico 1 e 2), que, aliado à consolidação de grupos econômicos nos setores exportadores, como as *traders* globais do agronegócio[172] (MICHELOTTI, SIQUEIRA, 2019) e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, fazem avançar o neoextrativismo sob novo patamar (GUDYNAS, 2009). Em 1995, é oficializada a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que na atualidade conta com metade dos deputados da Câmara federal, com uma agenda autoritária de supressão das legislações ambientais, da reforma agrária e contra a fiscalização e as sanções sobre o trabalho escravo.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção anual de Soja no Brasil, da demanda chinesa e da área plantada



Fonte: Conabe Comexstat[173], elaboração própria

A partir deste conjunto de políticas, que fomentam o setor primário exportador, o governo FHC aprofunda a tendência à fragmentação nacional (PACHECO, 1998). No setor de infraestrutura, o faz transformando-as em mercadorias nas privatizações e nas concessões, e através da mudança no planejamento dos Enid's, para conectar os espaços regionais competitivos ao mercado global e expandir fronteiras do neoextrativismo. Portanto, apesar de certa continuidade, esse é um novo momento, marcado por uma violenta rodada de "neoliberalização", que amplia o poder dos grupos econômicos globais de explorar a natureza, por meio de uma nova arquitetura que reúne novos elementos ao ajuste exportador dos anos 1980. Arranjo este que agrega novos instrumentos e agentes financeiros, as multinacionais, os setores extrativistas nacionais, os novos modos de planejamento e as novas formas de gestão corporativa do território e da infraestrutura. Chamaremos este novo arranjo de *coalizão desintegradora neoextrativista, no sentido de evidenciar a articulação de novos e velhos interesses em torno da via de desenvolvimento calcada na exportação de commoditties*.

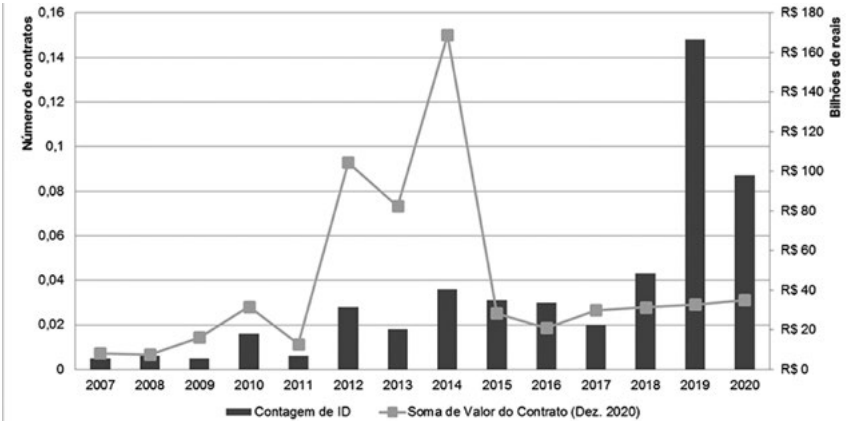
Tal coalizão é formada de componentes internos e externos. Internamente são agentes e instituições do Estado e do poder político, frações de capital ligadas às atividades agrícolas e de mineração, latifundiários e outros setores menores das cadeias produtivas e, externamente, são gestores de fundos financeiros, proprietários do dinheiro, agências multilaterais, multinacionais das atividades neoextrativistas e do setor de infraestrutura. Presenciamos a complexificação e o aprofundamento destes vínculos e uma sinergia de interesses.

Os governos petistas e o neoextrativismo

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003, partido politicamente situado no campo progressista, apontava para rumos distintos da destruição neoliberal do governo FHC, que entregou a presidência com grave crise de desemprego, corrosão da renda, fome, juros exorbitantes e enorme endividamento externo. Entretanto, no mandato de 2003-2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve a política de estabilização monetária, na sustentação do tripé macroeconômico e da austeridade fiscal. Alinhando expectativas com os principais agentes econômicos nacionais e internacionais, já anunciada na "carta aos brasileiros", do período eleitoral.

Os governos petistas (2003-2016) foram acompanhados pelo *boom* das *commodities* (2006-2014) (Gráfico 1), puxado pela demanda chinesa, assim como outros governos progressistas da América Latina. Gudynas (2009) e Svampa (2015) destacam o caráter contraditório da relação destes governos com este *boom*, que serviu para financiar políticas de distribuição de renda e de provisão de serviços como uma nova agenda desenvolvimentista. Apesar de um esforço do governo de fomento à indústria de transformação, por meio de isenções tributárias e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, com o contexto de crise global, pós 2008, os setores primário-exportadores seguiram fortemente fomentados, principalmente na implantação de grandes projetos logístico-extrativos.

Gráfico 3 – Variação do número e valores de contratos de PPP's e concessões de infraestruturas no Brasil



Fonte: RADAR PPP. Retrospectiva Radar de Projetos 2020, 2021. Disponível em: https://radarppp.com/wp-content/uploads/20210127-radar-de-projetos-retrospectiva-2020-20210127.pdf Acesso em: 2 ago. 2023.

A Lei da Parceria Público Privado (PPPs) (BRASIL, 2004) (11.079 de 2004), marco inaugural das transformações do setor de infraestrutura neste ciclo, cria novas formas de relação entre o público e o privado na provisão e na gestão da infraestrutura (PECI, SOBRAL, 2007; DUTRA, SAMPAIO, 2017). Enquanto a concessão comum, regulamentada no governo FHC, prevê formas de concessão em que a própria exploração da infraestrutura remunera o ente privado, nas PPPs o Estado entra com um subsídio para tornar o contrato atrativo, ampliando os setores passíveis de serem concedidos. Entretanto, é só no início do segundo mandato, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007a), que o setor de infraestrutura se torna a principal agenda do governo, iniciando um ciclo de grandes investimentos (Gráfico 3). O programa foi dividido em três eixos: energia, logística e infraestrutura social e urbana. No bojo da crise global de 2008, o PAC ganha um reforço de recursos e da retórica de política anticíclica (JARDIM, SILVA, 2015, LEITAO, 2010), realizando investimentos num momento de recuo do setor privado. O programa inova em seu financiamento ao mobilizar diversas fontes para compor

o seu *funding*, com recursos de fundos fiscais (União), parafiscais (BNDES, FGTS), recursos de estatais, dos bancos oficiais, além de recursos de Estados e municípios em contrapartidas e do setor privado.

Apesar da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (BRASIL, 2007b) ter sido lançada no mesmo dia do PAC, os projetos contemplados com recursos pouco se alinharam a este instrumento de planejamento. Calcados numa lógica de execução orçamentária, de geração de emprego e de articulação política (LEITÃO, 2009), o PAC logística e de energia foi mais uma carteira de projetos do que uma agenda articulada de desenvolvimento regional, presente no PNDR, com potencial de transbordamento dos ganhos econômicos e sociais promovidos pelas intervenções.

Espacialmente, os projetos prioritários de logística e energia do PAC estavam em regiões de atividades neoextrativistas, minerais e agrícolas (MICHELOTTI, SIQUEIRA, 2019), muitos deles projetos que integravam os ENIDs, com grande peso dos corredores da região Norte (LEITÃO, 2010). Reforçando este estilo de desenvolvimento, com a promoção da inserção global de territórios competitivos por meio da provisão de infraestrutura logística como mecanismos de defesa dos choques da globalização financeira, neste caso, da crise de 2008. São grandes projetos, como: usinas hidroelétricas, novos portos e ferrovias; que tem as grandes empreiteiras nacionais - Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão - como agentes centrais, na execução das infraestruturas e, também, na gestão dos serviços atrelados a elas, em concessões e PPP's (de la VILLA HERVÁS, 2020).

Nesta conjuntura, estes grupos se reestruturaram para a criação de subsidiárias dedicadas a segmentos específicos da provisão de infraestrutura. O Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), criado, também, em 2007, mobilizou recursos do FGTS, originalmente vinculado ao financiamento de habitação e saneamento, utilizando-o para investir nos novos braços constituídos por essas empreiteiras, para consolidar um cenário de agentes privados capazes de gerir os novos contratos. Em caráter de exemplo, o FI-FGTS adquiriu, à época, fatias da Odebrecht Transport, da

Odebrecht Ambiental, da Rumo Logística, entre outras. Assim, articulou as novas formas de gestão privada nas PPP's ao fomento ao desenvolvimento corporativo, aprofundando a financeirização do setor (CARDOSO *et al*, 2019, RUFINO, 2021).

Em 2010, o governo Lula, ao final do seu segundo mandato, lança o PAC 2, em meio a preparação da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da Olimpíada de 2016. O novo programa traz alterações de governança e da forma de contratação dos projetos, para dar celeridade aos trâmites. É criado o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que flexibiliza a seleção de projetos em substituição à Lei de Licitações (Lei 8.666 de 21 de julho 1993) (BRASIL, 1993), visando sua simplificação. Nesta ocasião, também, flexibiliza-se o processo de licenciamento ambiental, alvo de muitas críticas sobre os processos de participação social nos projetos e nas análises de impacto ambiental e social.

Em 2011, assumiu a presidente Dilma Rousseff, abrindo, também, um novo momento de reestruturação do setor de infraestrutura, mantendo sua centralidade na agenda do governo. Com objetivo de ampliar as fontes de recursos, o governo cria as debêntures incentivadas (Lei 12.431 de 2011) (BRASIL, 2011), que são títulos de renda fixa isentos de imposto e emitidos para captar recursos destinados a projetos de infraestrutura considerados prioritários. No argumento da ortodoxia econômica, a criação de produtos financeiros lastreados em infraestrutura visa consolidar um mercado privado de crédito de longo prazo, para tornar o "mercado" protagonista, para a alocação ótima de recursos, sem a interferência deformadora do Estado. Entretanto, Stroher e outros (2022) apontaram, a partir da análise do quadro geral de debêntures emitidas até 2020, a manutenção do BNDES como agente central na aquisição destes títulos, ou seja, à revelia do discurso, o Estado se mantém como principal financiador e maior tomador de risco.

Em 2011, o governo criou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), vinculada ao Ministério de Infraestrutura, com a função de elaborar estudos e projetos de infraestrutura logística. A EPL representa uma nova forma de pensar a infraestrutura com foco na modelagem para concessão, revelando uma maior submissão à lógica financeira na elaboração dos projetos.

Entre outros fomentos às atividades extrativas, os governos petistas ampliaram o crédito rural nos Planos Safra, mesmo no contexto de austeridade de 2014-2016. Aprovaram o novo Código Florestal em 2012, alvo de profundas críticas de ambientalistas por dar anistia ambiental e ampliar as possibilidades de desmatamento "legal". De outro lado, Michelotti e Siqueira (2019) destacam que com base nos contratos do período de 2007-2014, o BNDES direcionou cerca de 33,7% dos recursos para empresas ligadas ao agronegócio e à mineração.

Reeleita, Dilma assumiu em 2014 durante uma grave crise política em função da nascente operação Lava-Jato e protestos relacionados à Copa do Mundo. Em meio a este contexto, o governo reduz os investimentos e dá uma guinada para a austeridade neoliberal comandada pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy, o que acaba por disseminar uma crise econômica. Em 2016se instaura um processo de *impeachment* queculmina na destituição de Dilma Roussef[174] do cargo.

Em resumo, os governos do PT foram marcados por uma continuidade contraditória do fortalecimento da coalizão desintegradora neoextrativista. Paralelamente à implantação de políticas de redução das desigualdades, o governo promoveu a: I) ampliação das formas de gestão privada da infraestrutura; II) forte ciclo de investimentos na implantação de projetos de infraestrutura que impulsionaram o neoextrativismo no PAC I e II (Gráfico 3); III) e a intensificação da financeirização da infraestrutura e da economia em geral.

Golpe e a barbárie bolsonarista: o ciclo de destruição total

Em 2016, o golpe jurídico-parlamentar empossa o vice-presidente Michel Temer, que passa a instalar uma nova rodada de "neoliberalização" (BRANDÃO, 2017), com a reforma trabalhista que amplia as formas de flexibilização e precarização do trabalho e a instauração do "teto de gastos" (EC 95/2016) (BRASIL, 2016), como política fiscal sufocante do investimento público. Além disso, amplia a participação privada no setor de infraestrutura com a criação do Programa de Parcerias de Investimento

(PPI) em 2016, com o Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão (Fepcaixa) pela Lei 13.529/2017 (BRASIL, 2017), que, também, reduz de R$ 20 milhões para R$ 10 milhões o valor mínimo de celebração de contratos de PPP's, ampliando os setores passíveis de serem concedidos e os municípios que passam a acessar tal instrumento, refletindo na explosão de contratos de PPP após 2018 (Gráfico 3).

Em 2017, é publicado o "Arco Norte: um desafio logístico", uma publicação produzida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, com análises sobre os obstáculos a serem vencidos para viabilizar os investimentos em infraestrutura logística para o escoamento da produção de *commodities* no chamado Arco Norte, que engloba todos os corredores de exportação da região Norte e Nordeste (Figura 1) tais como o avanço do RDC e a flexibilização dos licenciamentos ambientais. O documento é uma clara agenda da coalizão desintegradora neoextrativista, articulando interesses territoriais e regulatórios do agronegócio, da mineração e da privatização da infraestrutura.

Em 2018, ao final do governo Temer, foi aprovada, no BNDES, a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo[175] (TJLP), subsidiada, pela TLP (Taxa de Longo Prazo), que acompanha a Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), com o mesmo argumento de criar um mercado privado de crédito de longo prazo, retirando o BNDES, que atrapalha tal tarefa. O que é falacioso na realidade de um país com taxas de juros exorbitantes, que inviabilizam o crédito ao setor produtivo e à provisão de infraestrutura, travando-os. Deixando de praticar a TJLP, o banco reduz seu papel de financiador e amplia seu papel como estruturador de projetos de concessão e privatização, fazendo modelagens financeiras e concedendo crédito para a aquisição do patrimônio público, reforçando o processo de financeirização da infraestrutura.

No setor de infraestrutura, foi lançado em 2018 o Plano Nacional de Logística 2025 (PNL), elaborado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL). O PNL 2025 é um plano nacional de infraestrutura multimodal, articulando os planos ferroviário, rodoviário, aeroviário e portuário.

Em 2018, Jair Bolsonaro é eleito com discurso autoritário, com amplo apoio do setor financeiro, dos grandes veículos de imprensa e dos setores neoextrativistas. Além, é claro, de toda ordem de criminosos vinculados ao neoextrativismo, como grileiros, garimpeiros e madeireiros. Logo ao início do governo, o representante direto do setor financeiro, ministro da Fazenda Paulo Guedes, implantou um amplo programa de privatização, que avança, principalmente, sobre os ativos da Petrobras e da Eletrobrás.

O governo Bolsonaro ilustra bem o tensionamento apontado por Tavares (1999) entre o regime político e a acumulação centrada na propriedade fundiária no Brasil. Para a autora, nos momentos de bloqueio à livre apropriação de terras como meio de acumulação, ou seja no bloqueio das fugas para frente da economia brasileira, o regime político tende ao autoritarismo. O autoritarismo no governo Bolsonaro possui, ao menos, dois eixos articulados: o fomento ao avanço da fronteira agrícola pela apropriação de novas terras e a promoção do armamento civil.

Bolsonaro, além fazer o discurso de defesa da destruição ambiental em prol da atividade econômica, incentivou a expansão da fronteira agrícola, destruindo os mecanismos de proteção ambiental e social, suprimindo a fiscalização[176], através do aparelhamento de órgãos como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, assim, fomentando a apropriação privada de terras, com desmatamentos e grilagens[177]. Combinado ao incentivo institucional, por meio da retirada da fiscalização, Bolsonaro insufla o conflito fundiário por meio da promoção do armamento civil, ao criar brechas facilitando o processo de licenciamento de armas para Caçador, Atirador desportivo e Colecionador (CACs). Como resultado, o número portes de armas cresce 473,6%, de 2019 a 2022, segundo dados do Anuário de Segurança Pública (FOBRASEP, 2022), que, também, se desdobrou na explosão de clubes de tiro, com grande relevância para áreas de conflitos, com um discurso de defesa da propriedade, o que termina por fomentar a formação de agromilícias.[178]

Para além destes eixos, proferiu, diariamente, discursos de rompimento da ordem democrática e de destruição das instituições de Estado e de seus adversários políticos. Bolsonaro, como representante do neoextrativismo, impôs sua agenda ao resto do país, refletida, também, na ampliação da bancada legislativa do "Boi, Bala e Bíblia". Por este caminho, Bolsonaro parece ter aberto novas possibilidades de fuga para frente da economia brasileira, "passando a boiada"[179] do neoextrativismo, na continuidade da acumulação centrada na terra através dos dois eixos supracitados, principal atividade das frações de capital nacionais, sócias menores na *coalizão desintegradora neoextrativista.*

Sob o comando do então ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas, é lançado em 2022 o PNL 2035 (EPL, 2021), como revisão prevista do PNL 2025 (EPL, 2018). Ambos os planos trazem pontos positivos de avanços institucionais, como maior interlocução entre as pastas para a gestão e consecução dos objetivos, mas ao se tornar o único planejamento territorial em escala nacional, com foco na movimentação de cargas, tendo como foco de análise gargalos existentes e pesquisas origem-destino, ele tende a reforçar as tendências do desenvolvimento desigual ao invés de atenuá-las. À revelia da diversidade de cenários apresentada no PNL 2035, podemos verificar essa tendência nas listas de projetos prioritários de cada cenário, dominadas por projetos vinculados aos enclaves extrativistas. O viés técnico assentado em modelagens matemáticas, presente no plano, tendem a ocultar essas dimensões.

Apesar da diminuição brutal de recursos investidos no setor, desde o Governo Temer, Tarcísio de Freitas avança com alguns projetos[180], sendo as principais a concessão de aeroportos regionais de porte médio e uma contrapartida da prorrogação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas que viabilizou a construção do trecho 1 da Ferrovia de Integração do Centro Oeste[181], e a licitação de um trecho da ferrovia Norte-Sul. Além destes, o governo Bolsonaro deu sequência à transposição do São Francisco, o asfaltamento da BR-163, todas obras e projetos de governos petistas. A Ferrogrão (eixo Tapajós, Figura 1), que era um dos projetos de maior interesse do ministério, não saiu do papel.

Em 2021, por meio da Lei Complementar nº 179 de 24 de feveiro de 2021 (BRASIL, 2021), institui-se a "autonomia" do Banco Central, que retira da prerrogativa do presidente eleito o direito de definir a política monetária, deslocando o poder de decisão sobre tal política para um conselho não eleito, que conduz tal política visando a manutenção de mecanismos de concentração de riqueza pela punção do fundo público, agravando a dívida pelos altos juros ao mesmo tempo em que exige mecanismos de garantia de superávits para pagamento das mesmas, principalmente, pela austeridade fiscal, através do bloqueio de outras vias de gasto público e de gestão da política monetária, tornando o governo refém da fração financeiro-rentista do capital.

Em suma, o período que se iniciou no golpe de 2016 e foi até o fim do governo Bolsonaro é patente: I) pelo seu caráter autoritário e antidemocrático, que revela um novo patamar do poder da coalizão desintegradora neoextrativista; II) pela supressão da fiscalização ambiental e pela flexibilização de leis ambientais, trabalhistas e de terras; III) pelo novo arranjo da provisão de infraestrutura, com novos instrumentos e com a volta da elaboração de um plano nacional, os PNL; IV) pela consolidação da hegemonia financeira do Banco Central "autônomo".

Considerações finais

A partir da ideia de uma coalizão desintegradora neoextrativista que, a partir dos anos 1990, aglutina os interesses de frações nacionais do neoextrativismo, de grupos econômicos globais do setor, agentes financeiros e agentes privados e públicos ligados a infraestrutura, analisamos a trajetória das transformações da economia nacional das últimas cinco décadas, sintetizada no Quadro 1. Em nosso entendimento, a análise da trajetória das mudanças e da consolidação desta coalizão, a complexificação e o aprofundamento dos vínculos e da sinergia de interesses dos componentes internos e externos da coalizão e de como esta agiu para o aprofundamento do caráter primário exportador da economia nacional, reve-

lou a combinação de velhas e novas dimensões do processo de fragmentação nacional.

Quadro 1 – Síntese das transformações da coalizão desintegradora neoextrativista

Dimensões da coalizão	FHC (1994-2002)	PT (2003-2016)	Temer Bolsonaro (2017-2022)
Financeirização	Reforma do mercado de capitais e novos produtos	Estado induzindo a introdução de novos produtos e mecanismos	Teto de Gastos (BRASIL, 2021), autonomia do Banco Central (BRASIL, 2021)
Infraestrutura	Concessão Comum (BRASIL, 1997)	Lei das PPP (BRASIL, 2004), Debêntures Incentivadas (BRASIL, 2011), FI-FGTS, Grandes investimentos	Arco Norte, Reforma Lei das Concessões (BRASIL, 2017), novo papel BNDES
Planejamento	ENIDS-corredores de exportação competitivos (BRASIL, 1996)	PAC- Carteira de Projetos (BRASIL, 2007)	Plano Nacional de Logística 2035 (EPL, 2021)
Neoextrativismo	Lei Kandir (BRASIL, 1996), isenção fiscal	Código Florestal 2012, *Boom* das *Commodities*	Fomento a apropriação de terras, flexibilização da fiscalização ambiental

Percebemos na trajetória analisada a continuidade da fragmentação na forma elaborada por Pacheco (1998), relacionada as políticas macroeconômicas de austeridade, de inserção competitiva global de territórios e a abertura de fronteiras da exploração pela ocupação de "vazios", principalmente na Região Norte, pelo II PND, de 1979, até o PNL 2035, de 2022. Ou seja, a distribuição da infraestrutura, combinada a concessão de crédito e outras políticas setoriais no período analisado reforçou as vias espaciais de desenvolvimento neoextrativistas. Entretanto, as novas dimensões da fragmentação da nação, que gostaríamos de destacar, estão relacionadas ao imbricamento entre Estado, finanças e infraestrutura. Apesar da continuidade no padrão de distribuição, a infraestrutura, no contexto da "neoliberalização" financeira, passa a ser concebida e projetada em formas fragmentadas de planejamento

em espaços competitivos, para concessão e para PPP's em grandes projetos e com a centralidade das modelagem financeira e de *project finance*. Uma nova arquitetura institucional com a EPL no planejamento e o BNDES no suporte a modelagem, o Fepcaixa conta com recursos para subsidiar os estudos para entes federativos, que resulta em novas formas de planejamento calcadas na lógica financeira.

A revelia do discurso neoliberal, a entrada do setor privado se apoia menos no financiamento de novas infraestruturas e mais em novas formas de apropriação do fundo público (RUFINO, 2021), seja na disseminação de fundos garantidores, nos subsídios nas PPP ou em recursos do FI-FGTS para ampliação do capital de corporações do setor. Tudo isso passa pela criação de novas formas de propriedades nas concessões, PPP, debêntures incentivadas etc. Portanto, o avanço da "neoliberalização" financeira, tanto no nível macroeconômico, nas políticas de abertura econômica e de austeridade fiscal, como no microeconômico, na privatização, na intensa centralização de capitais e nas novas formas de planejamento, aprofundam as especializações produtivas. A multiplicação de formas de propriedades ao longo das cadeias produtivas - seja nas multinacionais do setor, através de marcas e patentes, seja na propriedade de infraestruturas -, constituem estruturas para que a riqueza seja extraída localmente, sob a forma de renda, e distribuídas nos centros financeiros, rompendo a possibilidade de absorção local do excedente, reforçando um extrativismo corporativo via infraestrutura e produtos financeiros.

Intensivos em capital e organizados sob novas formas de propriedades, no mercado financeiro, os grandes projetos neoextrativistas, devem operar sob determinada estratégia, no tempo e no espaço, tanto para garantir a continuidade dos fluxos, como para garantir os ganhos projetados nos contratos de concessões de infraestrutura. Assim, com a multiplicação de propriedades, controladas pela coalizão desintegradora neoextrativista, emerge a logística como duplo poder do capital, como controle sobre as cadeias produtivas e sobre as infraestruturas em si (DANYLUK, 2018; COWEN, 2014), um poder sobre o território, a natureza e o

trabalho, neste caso, para se apropriar livremente de novas terras em busca da criação de monopólios territoriais, para ampliação das possibilidades de extração de rendas.

A coalizão neoextrativista, em última instância, pleiteia a liberdade e a autonomia do complexo produtivo e do próprio território, contra qualquer regulação e contra os interesses do restante da nação, reforçando seu caráter antidemocrático e autoritário. A liberdade e a autonomia deste complexo produtivo, não permite qualquer tipo de regulação estatal sobre o meio ambiente, o trabalho e a terra. A coalizão, agora, ancorada numa aliança de interesses financeiros e extrativos multiescalares traz novas dimensões à fragmentação da nação.

Portanto, destacamos como novidade, no processo de desintegração, a infraestrutura como condição geral de produção na sua distribuição espacial desigual, incrementando o capital fixo dos enclaves neoextrativistas, e como produto, através do avanço da financeirização do setor que se sustenta nos ganhos do neoextrativismo, gerando uma confluência de interesses que buscamos sintetizar na ideia de coalizão desintegradora neoextrativista.

Neste sentido, quisemos enfatizar que o neoextrativismo, como via de desenvolvimento sustentada na exploração de recursos naturais com pouco ou nenhum processo de transformação que gere encadeamentos e integração produtiva, é incapaz de dar dinamismo à economia, frágil e exposta ao sabor da ciranda financeira, sequestra o futuro nacional até onde o ciclo de demanda for ou até esgotar as possibilidades de crescimento por esta via, neste caso o limite ambiental e da vida. Nesta perspectiva, "constitui mais um capítulo da mesma história de subordinação e heteronomia" (PAULANI, 2013, p. 255).

No avanço da fragmentação nacional a quem vai interessar a redução das desigualdades regionais e urbanas? Como ficará a coalizão desintegradora neoextrativista neste novo governo Lula? É passível de desarticulação?

5.

A NOVA URBANIZAÇÃO DEPENDENTE: conflitos, atores e alternativas



CAPÍTULO 19

Superexploração do trabalho e espoliação urbana 4.0: o caso da Uber Moto na cidade do Rio de Janeiro

Paulo Roberto Monsores
Nelson Diniz

Introdução

O objetivo geral deste capítulo é problematizar as relações entre inovação e trabalho precário no capitalismo contemporâneo, interessando, além disso, o impacto dessas relações nos processos gerais de produção e organização dos espaços urbanos. Na verdade, essa é a questão fundamental aqui: que tipo de "experiência urbana", para utilizar uma expressão de David Harvey (1989), acompanha o surgimento de um padrão de acumulação de capital marcado pela combinação entre a intensa precarização do trabalho e um novo salto tecnológico no mundo produtivo, comumente associado à chamada "indústria 4.0"?

Na busca por uma resposta, ainda que provisória, a essa questão, é necessário considerar, inicialmente, as características da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. E aqui surge a primeira dificuldade. Há muitos conceitos que foram cunhados em nome dessa caracterização. Pode-se mencionar, a título de ilustração, conceitos tais como "capitalismo financeirizado" (Lapavitsas, 2009), "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2019), "capitalismo rentista" (Christophers, 2020), dentre tantos outros.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_019

No entanto, não se pode perder de vista que, ao menos desde os anos 1970, diante do que parece ser, de acordo com Ricardo Antunes (2023), um "processo de reestruturação produtiva permanente", diversos autores e autoras ofereceram sua própria caracterização das mudanças no funcionamento e na natureza do capitalismo. Caracterizações que, em geral, são feitas em contraste com o capitalismo dos "trinta anos gloriosos" do pós-II Guerra Mundial. Mas, enfim, quando se trata de ressaltar a importância crescente do poder financeiro e do poder informacional, pode-se recordar, por exemplo, que, desde o final dos anos 1980, já se falava de "acumulação flexível" (Harvey, [1989] 2008), "meio técnico-científico-informacional" (Santos, [1996] 2008), "capitalismo informacional" (Castells, 1999) e um longo etc.

Portanto, é necessário realizar uma escolha. Sendo assim, considera-se, aqui, o advento do denominado "capitalismo de plataforma", precisamente porque esse conceito permite relacionar a dinâmica da dominância financeira e informacional com o atual ciclo de reestruturação produtiva, marcado pela expansão das plataformas digitais, sobretudo no setor de serviços. Desse modo, pretende-se descrever os principais atributos do capitalismo de plataforma, em conformidade com as elaborações de Nick Srnicek (2016), mas estabelecendo conexões com os debates sobre: i) a expansão da lógica de valorização do capital fictício; ii) a uberização; e iii) o que há de novo no mundo do trabalho do século XXI.

Apenas para introduzir esse tipo de conexão, pode-se dizer que, na perspectiva aqui defendida, o capitalismo de plataforma deve ser analisado nos termos das três principais teses elaboradas por Antunes (2023) no âmbito desse debate, quais sejam: i) "os laboratórios de experimentação do capitalismo de plataforma"; ii) "capitalismo de plataforma e protoforma do capitalismo"; e iii) "uma nova era de desantropomorfização do trabalho".

Uma vez combinadas, essas três teses indicam o seguinte. A pandemia de Covid-19 funcionou como um catalisador das experiências que já estavam em curso no sentido do ajustamento das disposições do trabalho nas esferas do *home office*, do teletrabalho e do trabalho uberizado em geral. Experiências que conduzem à maior precarização e à subversão dos mecanismos

e legislações de proteção do trabalho. Por sua vez, nos termos da segunda tese, a uberização e a plataformização devem ser entendidos como um momento de recuperação e recriação de formas pretéritas do trabalho, cuja vigência remonta, no limite, à Primeira Revolução Industrial, com suas longas e intensas jornadas, o que explica a alusão à "protoforma do capitalismo". Por último, a terceira tese sugere que existe um novo patamar na subsunção real do trabalho ao capital, que amplia e intensifica a condição dos trabalhadores como apêndices e autômatos frente ao maquinário informacional-digital. Ou seja, há, nesse caso, uma ênfase em torno do novo padrão de substituição e/ou subordinação do trabalho vivo pelo trabalho morto, que promove o crescimento da força sobrante de trabalho.

Com base nessas teses, que, a rigor, são uma leitura particular do capitalismo de plataforma, sustenta-se que, apesar das novidades, em situações como a brasileira, isto é, no caso das formações sociais dependentes, o que essas teses expressam já estava dado, de algum modo, como uma condição estrutural. Quer dizer, a existência de grandes contingentes de trabalhadores submetidos a condições precárias de trabalho e à não incorporação nos circuitos principais da acumulação capitalista, tanto quanto a articulação entre o "arcaico" e o "moderno" e, ademais, os efeitos disruptivos da introdução das inovações tecnológicas, que "desantropomorfizam" o trabalho; tudo isso, enfim, é justamente o que define o mundo do trabalho capitalista brasileiro desde a sua constituição.

Daí a importância de recuperar os debates clássicos, brasileiros e latino-americanos, que podem ser entendidos como precursores das elaborações mais recentes no campo da sociologia do trabalho. A hipótese, aqui, é a de que esses argumentos podem contribuir para esclarecer aspectos da maior relevância no âmbito das reflexões sobre a plataformização do capitalismo. Sendo assim, resgata-se, neste capítulo, principalmente, os argumentos de Francisco de Oliveira ([1973] 2003), sobre a fusão entre "modernização" e "atraso", e de Milton Santos ([1979] 2004), acerca da existência do "duplo circuito das economias urbanas dos países subdesenvolvidos".

Por fim, considerando a atuação da Uber Moto no Brasil, sublinha-se que, no caso dos serviços plataformizados, excedentes de força de trabalho podem funcionar não como obstáculo, mas como estímulo à inovação, perpetuando, ao mesmo tempo, a precariedade do trabalho. Defende-se, além disso, que o problema do trabalho precário deve estar no centro da agenda contemporânea sobre a questão urbana brasileira, uma vez que, em consonância com Terezinha Ferrari (2008), estamos diante de um processo de "fabricalização da cidade". Processo que faz da experiência urbana dos trabalhadores uberizados e plataformizados uma experiência combinada de superexploração e espoliação.

A dominância da lógica de valorização do capital fictício e o advento do capitalismo de plataforma

Ao menos desde a crise dos anos 1970, o capitalismo opera, cada vez mais, sob a dominância da lógica de valorização do capital fictício, entendido como um desdobramento dialético do capital portador de juros. Trata-se de uma lógica que não se restringe ao setor financeiro, onde o capital fictício aparece em sua forma mais nítida e autonomizada, mas que penetra em todos os setores da economia, com repercussões nas esferas da produção, da circulação e, inclusive, do consumo.

Grosso modo, conforme essa lógica, o que existe no início dos ciclos de valorização não é um "capital inicial" propriamente dito, mas uma expectativa de apropriação de valor no futuro. Os casos clássicos, analisados por Marx ([1894] 1986a;1986b), são as ações e os títulos da dívida pública. Nos dois casos, antecipasse dinheiro com base na expectativa de que processos futuros de valorização (ou arrecadação, no caso da dívida) retribuam, com juros, essa antecipação. Isso, por si só, expressa um alto grau de autonomização do capital. No entanto, é possível ir além, uma vez que, a qualquer momento, pode-se converter essa expectativa em dinheiro, vendendo a terceiros os títulos que representam os direitos de apropriação futura do valor. Valor que ainda

não existe de fato. Ou seja, a venda desses títulos possibilita a constituição e a multiplicação de "capitais" que se valorizam "ficticiamente", pois poderão ou não ser efetivamente produzidos e realizados no futuro.

Acompanhando a expansão dessa lógica, ocorreu o processo de desregulamentação e abertura dos mercados financeiros globais, igualmente a partir dos anos 1970, como uma maneira de criar mecanismos e frentes de valorização para uma gigantesca massa de capitais que tendia à superacumulação, isto é, que encontrava grandes dificuldades de investimento lucrativo na esfera da valorização produtiva.

Mas a questão central que se coloca, aqui, é que essa lógica exige um aumento exponencial da produção de valor, uma vez que, nesse cenário, invariavelmente, multiplicam-se os direitos de apropriação. Daí a necessidade de novas frentes de acumulação e de incremento da produtividade do capital em geral, numa escala muito ampliada, justamente para atender os crescentes direitos de apropriação do valor. E isso exigiu, mais do que nunca, o aumento da exploração e da espoliação dos trabalhadores, assim como da natureza.

Foi também nesse contexto que se formaram os regimes de acumulação flexível (Harvey, [1989] 2008). Regimes caracterizados pela expansão das atividades financeiras e rentistas, do endividamento público-privado e por processos de reestruturação produtiva que, como já mencionado, passariam a ter um caráter permanente e acelerado, sucedendo-se em ondas de transformação do capitalismo.

Assim, as estruturas das empresas capitalistas sofreram modificações significativas, graças à constante introdução de inovações tecnológicas, sobretudo nos campos da informação e da comunicação. Tudo isso permitindo que a organização científica do trabalho que caracterizava o taylorismo/fordismo fosse substituída por múltiplas formas de produção "fragmentadas", "segmentadas" e/ou "enxutas", orientadas, principalmente, pelos sinais da demanda (*just-in-time*). E esses processos de reorganização produtiva foram acompanhados por uma reestruturação espacial em escala global, responsável, por exemplo, por externalizar e deslocar atividades em direção aos países periféricos.

Em suma, entre a década de 1970 e a nova grande crise do capitalismo, a crise financeira global de 2007/2008, prevaleceu a funcionalidade da lógica de valorização do capital fictício para o capital em geral, em conjunto com os processos de reestruturação produtiva e espacial supramencionados. Porém, a ocorrência dessa última crise se explica, justamente, pela crescente disfuncionalidade dessa lógica. Quer dizer, ela foi uma manifestação crítica da elevação sem precedentes da contradição entre a produção e a apropriação do mais-valor (Carcanholo, 2011; 2020). Contudo, até agora, as saídas para a crise contemporânea do capitalismo não parecem indicar o reajustamento das relações entre valorização produtiva e valorização financeira. O que está em curso é a potencialização da lógica de valorização fictícia do capital e uma nova rodada de reestruturação produtiva e espacial.

O que há, portanto, é um cenário de aprofundamento das contradições inauguradas na década de 1970 e, basicamente, a repetição, ainda que com mudanças de qualidade, da resposta anterior: aumentar a produtividade do capital, abrir novas fronteiras de acumulação e intensificar a exploração/espoliação da natureza e dos trabalhadores.

Foi assim que surgiu a nova base tecnológica-informacional-digital do capitalismo, comumente identificada com a "indústria 4.0". Internet das Coisas; *big data*; digitalização; inteligência artificial; *machine learning*, *deep learning*; computação em nuvem, enfim, tudo isso contribui para reorganizar o trabalho, reduzir o tempo de rotação do capital, conectar a produção e a circulação, ampliando as taxas de lucro e a utilização da força de trabalho (Antunes, 2023). Cabendo sublinhar que nem tudo é completa novidade, pois os sistemas pós-fordistas de produção constituem uma espécie de "pré-história das plataformas digitais" (Steinberg, 2021).

De todo modo, foi no contexto mais recente, sobretudo após a crise de 2007-2008 e a pandemia de Covid-19, que as empresas de tecnologia consolidaram, de uma vez por todas, seu protagonismo, o que deu ensejo, inclusive, à designação "big techs". E tornou o capitalismo do século XXI cada vez mais dependente da extração, gerenciamento, manipulação e utilização de dados e

informações digitais, aprofundando a transformação do conhecimento em mercadoria (Antunes, 1999; 2018; 2023; Scolari, 2023).

Dentre tantos setores intensivos em tecnologia, destacam-se, precisamente, as chamadas "plataformas digitais de serviços", detentoras de grande volume de dados e informações, proprietárias de infraestruturas materiais e imateriais que abriram caminho para um conjunto de atividades com forte potencial de monopólio. Daí a defesa da existência, por Srnicek (2016), do "capitalismo de plataforma".

Na perspectiva do autor, o capitalismo de plataforma abarca negócios que, antes de qualquer coisa, envolvem o uso generalizado de tecnologias da informação, particularmente de celulares e dados de internet. Esses negócios seriam transversais a muitos outros, repercutindo nas mais diferentes áreas da indústria, do comércio, dos serviços e do setor primário. Cumprindo destacar, inclusive, que o advento do capitalismo de plataforma tornou ainda mais difícil estabelecer o limiar entre os tradicionais setores da economia. Desse modo, o capitalismo de plataforma atravessa todo o ciclo de reprodução do capital, desde a produção, passando pela circulação, até a realização do mais-valor, interferindo, por fim, no que passa na esfera do consumo.

Conforme essa perspectiva pode-se afirmar que, em termos gerais, o objetivo dessa nova forma de organização das empresas capitalistas é, principalmente, reduzir o tempo de rotação do capital e garantir sua reprodução ampliada. Isto é, partindo do aumento da produtividade e do maior ajuste entre produção e demanda, acelerando a circulação e lançando mão do uso de algoritmos que traçam o perfil comportamental dos consumidores, o capitalismo de plataforma tornou ainda mais eficiente a gestão da produção e da realização do mais-valor. Ainda segundo Srnicek (2016), essas plataformas podem ser definidas como infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam entre si. Grupos de pessoas e objetos, o que envolve, portanto, a chamada internet das coisas.

Note-se que essa definição das plataformas digitais como "infraestruturas" ajuda a desmistificar algumas ideias de que o "imaterial" (Gorz, 2005) constitui o centro exclusivo do capita-

lismo contemporâneo, o que levaria à conclusão de que a produção material estaria fadada ao declínio, permitindo falar, no extremo, do fim do trabalho (Gorz, 1987). Essa visão, minimamente eurocêntrica, não parece ter fundamento na realidade, quando se observa a totalidade da reprodução do capital, particularmente nas formações socioespaciais dependentes. Quer dizer, não há um "imaterial" que prescinde do "material". E, na verdade, atualmente, a dimensão material da produção em geral é cada vez mais demanda. Basta considerar que essas infraestruturas, formadas em parte por *hardwares*, e não apenas por *softwares*, consomem enorme quantidade de energia e mobilizam grandes contingentes de trabalho, tanto manual quanto intelectual (Antunes, 2008; 2011; Faustino e Lippold, 2023).

Ainda sobre a caracterização das plataformas digitais, é importante dizer que, quase sempre, elas vêm acompanhadas de ferramentas, cada vez mais simples, para que os usuários possam construir seus próprios produtos, serviços e espaços de negócios. E isso, observando a dimensão ideológica, contribui para a internalização do discurso de que todos podem ser "empreendedores" e/ou "empresários-de-si-mesmos".

Srnicek (2021) elenca três tipos de plataformas digitais.

Primeiro, existem as "plataformas de nuvem", que alugam *hardwares* e *softwares* de sua propriedade para negócios digitais (exemplos: IBM, Amazon Mechanical Turk, Microsoft etc.). Elas detêm o monopólio sobre esses *hardwares* e *softwares*, além do controle de dados e informações acumulados, o que lhes permite auferir rendas de monopólio.

Também há "plataformas de publicidade", isto é, plataformas que operam, principalmente, na extração e manipulação de dados. Dados que, convertidos em mercadoria-informação, aumentam as possibilidades de realização do capital em geral, através da venda de produtos e serviços, além do oferecimento de espaços de anúncios direcionados de acordo com o perfil dos usuários. O exemplo paradigmático, nesse caso, é o Google e seu buscador.

Por fim, existem as "plataformas enxutas", cuja produtividade aumentada deve-se sobretudo à redução dos custos com a força de trabalho. A Uber é o principal exemplo de plataforma enxuta.

Embora não se apresente como uma empresa de transportes, controla a maior frota de automóveis do planeta, sem ser proprietária, de fato, desses veículos e sem ter vínculos formais de emprego com os milhões de trabalhadores engajados no negócio. Isso representa o ápice da liofilização das empresas, reduzindo o dispêndio com capital variável e constante ao mínimo possível, além de externalizar riscos e custos, que recaem sobre os trabalhadores.

Cabe ressaltar, por fim, que todas essas plataformas funcionam extraindo dados, o que demonstra, mais uma vez, a importância do que seria "o petróleo do século XXI", conforme repetido à exaustão no mundo acadêmico, no mundo corporativo e por lideranças políticas mundiais. Com efeito, há, no capitalismo contemporâneo, uma grande relevância na obtenção e comercialização de dados, informações e conhecimentos. Seja como for, é preciso esclarecer o que a plataformização do capitalismo efetivamente traz de novo para o mundo do trabalho, bem como considerar suas relações com a denominada uberização.

Plataformização e uberização: o que há de realmente novo no mundo do trabalho?

Como visto, as empresas que operam no campo das novas tecnologias digitais assumiram um protagonismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo, contribuindo para o surgimento de novas formas de organização e exploração do trabalho. Generaliza-se, assim, em escala global e em nível sistêmico, o trabalho uberizado e plataformizado, caracterizado por precárias condições de trabalho, baixas remunerações e pela dependência dos trabalhadores em relação às plataformas digitais e suas infraestruturas.

É importante destacar que, devido às diferenciações existentes, há uma enorme diversidade de trabalhos em plataformas digitais. Por isso, alguns autores, como Casilli (2021) e Grohmann (2020), diferenciam as noções de uberização e plataformização do trabalho. Para eles, a uberização se restringiria a trabalhos digitais localizados e sob demanda, o que Graham e Anwar (2020) chamam de trabalhos "geograficamente aderentes", no sentido de que eles precisam estar geolocalizados, como é o caso do que

ocorre com os serviços de transporte de passageiros e mercadorias. Por sua vez, o processo de plataformização abrangeria outras modalidades de trabalho digital, como o microtrabalho e o trabalho de dados, necessários, por exemplo, para alimentar inteligências artificiais e que pode ser realizado de qualquer parte do mundo. Esses seriam os trabalhos "geograficamente não aderentes" (Graham e Anwar, 2020).

Seja como for, o conceito de uberização (Abílio, 2017, 2020 a, 2020b, 2021; Antunes, 2018; Slee, 2017) é utilizado, aqui, em estreita relação com o conceito de plataformização. E, ao fazê-lo, pretende-se ressaltar a ocorrência de precárias condições de trabalho em atividades de baixa remuneração e longas jornadas mediadas por plataformas digitais. O que parece tanto mais pertinente por se tratar de um capítulo que toma como objeto empírico justamente um serviço de transporte (Uber Moto) oferecido pela empresa cujo modelo de negócios está na origem da expressão "uberização" e/ou "uberização do trabalho".

Isso posto, cabe perguntar: afinal de contas, diante da plataformização/uberização, o que há de novo no mundo do trabalho? Porém, mais importante do que supor que tudo é novidade, é colocar a seguinte questão: o que está sob esse véu de mudança que não é tão novo assim?

Para responder a essas questões, é necessário remeter, novamente, à ideia da existência de um permanente processo de reestruturação produtiva, iniciado com a crise capitalista dos anos 1970. Esse processo foi acompanhado pela destruição do Estado de bem-estar social, onde ele existiu de fato, isto é, nos países centrais. Paralelamente, continuaram as expropriações de terras, meios de produção e de subsistência em escala global, aumentando a reserva de mão de obra disponível internacionalmente, com impactos mais evidentes a partir dos anos 1980. Além disso, na década seguinte, a queda do bloco socialista converteu milhões de trabalhadores em força de trabalho igualmente à disposição dos processos globais de acumulação de capital.

Assim, com o aumento da massa de trabalhadores disponíveis no mundo, houve uma redução tanto do valor da força de trabalho quanto de seu poder de negociação, manifestado prin-

cipalmente no âmbito nacional. Nessas circunstâncias, os Estados capitalistas têm adotado, em geral, uma dupla estratégia: reduzir sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada e realizar a gestão social/policial do crescente contingente de desempregados, preparando-os, quando possível, para uma subordinação direta ao capital.

Ou seja, os processos globais de expropriação, combinados com a expansão do desemprego, criam uma reserva, cada vez maior, de trabalhadores vulneráveis e disponíveis. Desse modo, multiplicam-se formas de trabalho tais como: i) contratos parciais (tempo determinado, jornada parcial ou alongada); ii) terceirizações em vários níveis (subcontratações); iii) subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários etc.); iv) "pejotização", isto é, conversão em pessoa jurídica; e v) "trabalho voluntário", sob a expectativa dos trabalhadores conseguirem "empregos" posteriormente. Dentre tantas outras formas, todas elas interagindo com a crescente informalidade, o desemprego estrutural e novas formas de trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Portanto, o que há, sobretudo a partir da crise de 2007/2008 e do novo salto de qualidade das TICs, é o aprofundamento da precarização das condições de trabalho e a constante tendência ao rebaixamento da remuneração dos trabalhadores. Tendências que já estavam em curso desde que a lógica da dominância do capital fictício e a racionalidade neoliberal ganharam proeminência. Tendências, ademais, que fazem lembrar, como defende Antunes (2023), a protoforma do capitalismo. E, sendo assim, nem tudo é completamente novo no mundo do trabalho do século XXI.

Contudo, não se pode dizer que não há novidades significativas, cabendo mencionar que um dos elementos novos de maior destaque foi justamente o profundo salto de qualidade das TICs, que permitiu intensificar a automatização dos processos produtivos em todas as cadeias de valor. Por exemplo, o avanço das TICs possibilitou uma fragmentação do trabalho sem precedentes na história, que individualiza, crescentemente, a experiência laboral, sobretudo no caso dos serviços mediados por plataformas digitais. Em vários setores, não há mais necessidade de reunir

os trabalhadores em tal ou qual cidade ou até mesmo em determinado país. É o caso, a título de ilustração, dos trabalhadores de *call centers*. Eles estão distribuídos pelo mundo todo. Podem, inclusive, estar cada qual em sua casa, sendo mobilizados e disciplinados, dentre outros mecanismos, por plataformas digitais e seus algoritmos.

Nesse sentido, há o isolamento crescente dos trabalhadores, enquanto o capital está altamente concentrado e centralizado, circulando a velocidades cada vez maiores, atuando nas mais variadas escalas e se territorializando de maneiras muito distintas, a depender de cada caso. Pode-se considerar, a esse respeito, o modo como a Uber se estabelece nos mais diferentes países. E o exemplo brasileiro é emblemático.

No Brasil, a Uber se aproveitou da histórica fragilidade dos mecanismos de gestão e regulação dos transportes nos espaços metropolitanos, que, em geral, são regidos, fragmentariamente, por legislações municipais. Isso porque é muito mais fácil, para uma empresa global, introduzir seu serviço na escala local e esperar que sua eventual regulamentação ocorra nesse nível, sem outras mediações, até o ponto em que, eventualmente, diante das múltiplas experiências possa construir um lobby em nome de uma regulamentação nacional que lhe seja favorável. E, sem dúvida, a existência de formas metropolitanas/regionais mais abrangentes de gestão e regulação tornaria mais complexa a territorialização da empresa no país. Isto é, tanto quanto o isolamento dos trabalhadores, interessa, para a Uber, certo grau de isolamento dos lugares.

De todo modo, a contrapartida desse relativo isolamento é o estreito controle, ainda que remoto, algorítmico e/ou georreferenciado, dos trabalhadores uberizados e plataformizados, assim como dos territórios em que eles realizam suas atividades. Cabendo destacar que é justamente por intermédio da aparente contradição entre autonomia e subordinação, isolamento e conexão, que as grandes corporações burlam as legislações protetoras do trabalho. Por exemplo, embora virtualmente disponíveis, a todo momento, para as plataformas digitais, sendo uma espécie de trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2021), os uberizados só trabalham mobilizados e de acordo com a demanda das empre-

sas, recebendo apenas pelas tarefas realizadas. Isso, na prática, configura uma modalidade de "salário por peça" (Antunes, 2018; 2023), que tende a escapar das referidas legislações e que, diga-se novamente, remonta à protoforma do capitalismo.

Ainda no que concerne às novidades, note-se que esse "gerenciamento algorítmico" deve ser compreendido à luz de suas relações com o "autogerenciamento subordinado" (Abílio, 2019). A uberização caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo autogerenciamento dos que aderem às plataformas na condição de "parceiros", "colaboradores" etc. Aparentemente, são eles que, em larga medida, definem o momento de exercer suas atividades e que regulam a intensidade de seu trabalho, para o que cumpre um papel fundamental a ideologia do empreendedorismo e suas afinidades eletivas, no sentido weberiano, com fenômenos como a "teologia da prosperidade". Mas nada disso torna dispensável o controle e a vigilância do trabalho por meio dos algoritmos. Quer dizer, apesar da importância da autodisciplina, é o gerenciamento algorítmico que, em última instância, define os parâmetros fundamentais do processo de trabalho. Ele é responsável, por exemplo, por "sugerir" corridas a um motorista. Mas esse mesmo motorista, uma vez em atividade, não pode simplesmente negar todas elas, avaliando o que fazer muito menos em função de uma "escolha" do que em virtude de uma "determinação" algorítmica, para o que contribuiu, além do mais, o controle dos usuários-consumidores.

Além do controle e da exploração, cresce, do mesmo modo, a espoliação dos trabalhadores, uma vez que passam a ser responsáveis pelos custos com a obtenção e manutenção dos meios e instrumentos de trabalho. Esse é, mais uma vez, o caso paradigmático da Uber, que, como dito, não é proprietária direta dos automóveis e celulares, isto é, dos equipamentos indispensáveis à realização do serviço de transporte de passageiros e mercadorias. No entanto, somente ela, e empresas congêneres, possuem a capacidade de controlar, gerenciar e viabilizar a articulação digital entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor.

Em resumo, dadas as condições históricas atuais, resultantes da correlação de forças no campo da luta de classes, do enfraquecimento das capacidades de organização e resistência do pro-

letariado, do aumento da composição orgânica do capital, da expansão da superpopulação relativa e um longo etc., os trabalhadores do mundo todo são cada vez mais expropriados e explorados. Tudo isso em um momento de precarização tão grande que atinge, inclusive, frações qualificadas da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2013), como médicos, enfermeiros, professores, advogados, dentre tantos outros, que, embora não integrem o chamado precariado (Braga, 2012), também são atingidos por tendências próprias da uberização-plataformização do trabalho.

Contudo, cabem, aqui, duas ressalvas a respeito dessas novidades. A primeira delas diz respeito ao fato de que a tendência à expansão do que hoje é chamado de "precarização do trabalho" nasceu junto com o capitalismo. É algo intrínseco a esse modo de produção, uma vez que, nele, está em jogo, desde sempre, a ampliação do mais-valor. E a precarização do trabalho, o prolongamento das jornadas e o rebaixamento dos salários estão, há séculos, dentre as principais formas de alcançar essa ampliação.

O segundo destaque a ser feito é sobre a necessidade de realizar as devidas mediações para tratar do advento do "precariado" (uberizado e plataformizado) no caso brasileiro. É certo que, nos países centrais, onde se desenvolveu uma ampla "aristocracia operária", fruto, dentre outras coisas, de conquistas dos movimentos sociais e sindicais, de forças geopolíticas favoráveis, como a ameaça do bloco soviético, da transferência de valor da periferia para o centro, a expansão da precarização do trabalho aparece como algo mais recente. Entretanto, aquilo que se apresenta como novidade no centro do capitalismo e provoca clivagens profundas entre, por exemplo, o proletariado tradicional e os imigrantes, nos países da periferia parece ser algo estrutural, relacionado à sua condição de dependência e subordinação no sistema-mundo capitalista.

Como se sabe, o proletariado brasileiro surge sobre os escombros do escravismo colonial, tendo no "bico" - ou no "ganho", ainda na escravidão - uma maneira de responder à transitoriedade, à volatilidade e mesmo à impossibilidade de acesso ao assalariamento formal (Pimentel, 2020). Ou seja, a inserção precária do proletariado no modo de produção capitalista ou, em outras

palavras, a "subproletarização" e mesmo a polêmica "marginalidade" são tendências que remetem aos traços constitutivos da classe trabalhadora brasileira desde sua origem. Enfim, entre nós, a precariedade do trabalho e suas formas correlatas, como a informalidade, são muito mais a regra do que a exceção. E o capitalismo de plataforma acentua essa característica estrutural.

Precariedade, marginalidade e informalidade no capitalismo de plataforma: a subsunção real da "viração"

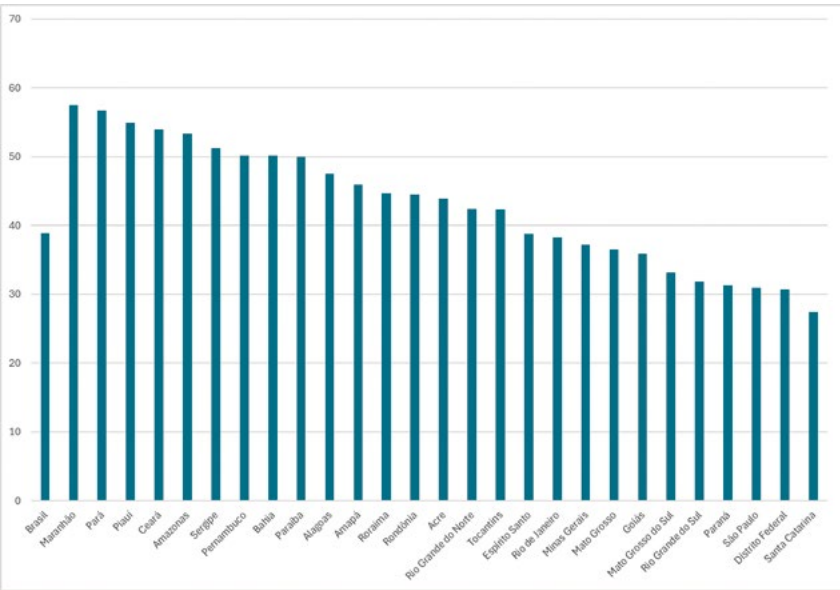
Na longa tradição do pensamento crítico latino-americano, muitos autores trataram a informalidade e fenômenos correlatos como uma exceção no mundo do trabalho tipicamente capitalista, expressão de "anomalias" tais como o "inchaço do setor terciário" e a "urbanização excessiva" ou, ainda, como resquícios pré-capitalistas, que só poderiam existir, de forma significativa, nas formações sociais subdesenvolvidas. Tudo isso colocando na "marginalidade" uma parcela significativa dos trabalhadores.

Esse foi o caso, por exemplo, de José Nun (2001) e das abordagens criadas a partir do conceito de "massa marginal", que seria um tipo particular, "afuncional" ou "disfuncional", de "superpopulação relativa", estruturalmente existente nos países periféricos. Para outros autores, como Gino Germani (1967), o fenômeno da marginalidade tenderia a desaparecer, à medida que fossem consolidados processos de modernização e integração. Germani (1967) defendia, inclusive, que a cidade era um "mecanismo integrador" fundamental.

Contudo, no âmbito dessa mesma tradição crítica, outros autores, como Oliveira ([1973] 2003), ao combater a "razão dualista", demonstraram que, diante de fenômenos como o acentuado crescimento do setor terciário e da informalidade, não se estaria "em presença de nenhuma 'inchação', nem de nenhum segmento 'marginal' da economia". Muito ao contrário, eles seriam a expressão do "modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil" (p. 36).

Mas, enfim, a centralidade da informalidade segue sendo verdadeira no Brasil contemporâneo. É o que se conclui quando se observam, por exemplo, os dados do Gráfico 1, correspondentes ao primeiro trimestre de 2024.

Gráfico 1 – Taxa de informalidade da população ocupada, por UFs (%) – 1º trimestre de 2024



Fonte: Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html.

Como se vê, apesar das desigualdades regionais, a informalidade ainda é muito grande no Brasil, e, segundo dados da série histórica, ao menos desde 2016, permanece em torno de 40%. Isso denota que a universalização da integração social capitalista via assalariamento, mais especificamente via trabalho formal, nunca se constituiu, de fato, como realidade generalizada e consolidada no capitalismo periférico. Quer dizer, tudo aquilo que, atualmente, atinge os trabalhadores dos países centrais, como a novidade da "economia de bicos" (*gig economy*), fruto do processo de informalização, em estreita relação com a uberização, tem um caráter estrutural e de longa duração nas formações sociais dependentes. Nelas, tendências descritas como precariedade,

marginalidade e informalidade estiveram sempre presentes em níveis muito elevados.

Note-se que, se ainda há alguma pertinência na utilização do conceito de marginalidade, no mínimo como um modo de lembrar que esse foi um dos primeiros conceitos mobilizados, na América Latina, para problematizar formas precárias de integração social e laboral, esse uso deve ser entendido como uma maneira, ainda que limitada, de aproximação de um problema fundamental: o da inserção desigual e instável no mundo do trabalho, que atinge expressivos contingentes populacionais, frequentemente submetidos a baixas remunerações e à precariedade em geral, como é o caso dos trabalhadores informais. Tudo isso com repercussões, nem sempre diretas e mecânicas, na esfera da reprodução social e da experiência urbana. Cabendo mencionar, por fim, que, hoje em dia, o que aparentemente se expressa como marginalidade, ocupacional e urbana, é, mais do que em qualquer outro momento, amplamente funcional à acumulação capitalista.

Então, o que parece ser novidade, de fato, nas formações sociais dependentes, como é o caso do Brasil, é a captura que as plataformas digitais, sobretudo as plataformas enxutas, realizam das economias populares, fundadas em redes de reciprocidade e intercâmbio, em estruturas e estratégias de reprodução e, no limite, de sobrevivência típicas do capitalismo periférico. Capitalismo, como se costuma dizer popularmente, "com muito trabalho e pouco emprego", no qual a precariedade e a informalidade são estruturais e funcionais, e não uma malformação ou anomalia. Defende-se, assim, que o que está em questão é, acima de tudo, a "subsunção real da viração", para utilizar os termos de Abílio (2017; 2021), uma vez que ocorre uma subordinação racionalizada e centralizada, pelo capital monopolista plataformizado, dos modos de vida periféricos, em geral invisibilizados, mas estruturantes do mundo do trabalho e que estão no centro das particularidades da acumulação capitalista na periferia.

Em consonância com Abílio (2021), pode-se dizer que a viração é um fenômeno que está além do simples reconhecimento da centralidade dos setores e trabalhadores informais,

aqueles que "vivem de bicos". A ideia é mais ampla e está relacionada a estruturas e estratégias de vida que envolvem o permanente movimento em busca de trabalho, de moradia e da sobrevivência em territórios onde não existem garantias estáveis, reguladas seja por mecanismos de mercado, seja por intervenção do Estado. Seria, portanto, o constante agarrar-se a oportunidades incertas e precárias, numa espécie de autogerenciamento subordinado que transita por distintas ocupações, pela alta rotatividade no mercado de trabalho, pela busca de benefícios sociais, esmolas, auxílios de familiares, amigos e estranhos, por atividades ilícitas etc.

Na perspectiva aqui defendida, tudo isso faz parte da relação estreita entre o trabalho precário e/ou informal e a reprodução ampliada das economias dependentes/subordinadas, num mecanismo assentado no rebaixamento do valor da força de trabalho, via transferência, aos trabalhadores, dos custos e responsabilidades sobre sua reprodução e sobrevivência. Algo que havia sido classicamente demonstrado por Oliveira ([1973] 2003). Assim, o que está em jogo, atualmente, é a capacidade das plataformas digitais de mobilizar e extrair valor, em um nível sem precedentes, das economias populares e dos setores informais que foram sendo consolidados como uma resposta aos desafios da viração. Basta pensar, por exemplo, no alcance e na capilaridade do aplicativo "Zé Delivery", da multinacional Ambev, que, basicamente, conecta e captura valor de uma ampla rede de depósitos de bebidas que já estava organizada, em geral informalmente, nas grandes cidades do país. A diferença fundamental está, portanto, no gerenciamento e na subordinação algorítmica dessas economias populares e/ou periféricas.

Em resumo, a "viração descreve os movimentos que vão tecendo eficaz e informalmente a infraestrutura e os serviços urbanos que garantem a reprodução social da classe trabalhadora periférica" (Abílio, 2021, p. 59). E tudo isso faz lembrar as formulações igualmente clássicas de Lúcio Kowarick (1979), para quem a combinação da superexploração do trabalho com a espoliação urbana resulta na dupla dilapidação da força de trabalho, que ocorre tanto na esfera da produção quanto na esfera da reprodução.

Cabe mencionar que Kowarick (1979) utiliza o conceito de superexploração no sentido descritivo das tendências de intensificação/prolongamento das jornadas de trabalho e, principalmente, de rebaixamento dos salários. Mas, como se sabe, apesar das afinidades, esse não é o sentido completo atribuído ao conceito por seu elaborador original (Marini, [1973] 2005), que enfatiza as transferências de valor da periferia para o centro do sistema-mundo capitalista. Espoliação urbana, por sua vez, refere-se à precariedade do acesso à habitação e/ou aos bens e serviços de consumo coletivo, abrindo caminho para um conjunto de estratégias de sobrevivência com ampla repercussão na produção social do espaço, como é o caso da autoconstrução de moradias.

Enfim, a seguir, com base nessa armação teórica, que enquadra a subsunção real da viração nos termos da dupla dilapidação da força de trabalho no capitalismo de plataforma, pretende-se analisar o caso do serviço denominado "Uber Moto" no Rio de Janeiro.

A captura do circuito inferior da economia urbana no capitalismo de plataforma: o caso da Uber Moto no Rio de Janeiro

Segundo o Relatório Global Moovit sobre Transporte Público, de 2022, o Rio de Janeiro é a quarta cidade do mundo em tempo médio de viagem (67 minutos), sendo que cerca de 12% dessas viagens têm pelo menos duas horas de duração. Além disso, 33% das pessoas perdem entre 1 e 2 horas de seu dia por deslocamento e quase a metade das viagens têm duração de, no mínimo, 1 hora[182].

Na cidade do Rio de Janeiro, interrupções, cortes de linhas, falências de empresas de ônibus, greves e intervenções da prefeitura no consórcio do BRT, além da suspensão do atendimento nas linhas de trens da SuperVia são fatos corriqueiros e típicos do (mau) funcionamento do sistema de transportes públicos. Trata-se de um problema de longa data, que não impede, no entanto, a elevação das tarifas[183].

Foi nesse contexto de permanente precariedade dos serviços de transporte público que, no final dos anos 1990, emergiu, de forma similar ao serviço de *motoboys*, o serviço de mototáxi (Fonseca, 2005). Presente não só no Rio de Janeiro, mas em várias cidades brasileiras, o serviço de mototáxi surgiu como uma alternativa, informal e clandestina, à precariedade e, no extremo, à inexistência dos serviços de transporte público. Destacando-se por sua rapidez e tarifas mais acessíveis, ele atende, principalmente, às necessidades das camadas de renda mais baixa. Assim, alivia o peso dos custos com os transportes nos orçamentos familiares, além de permitir acesso a áreas não cobertas pelos serviços formais. Ausência de cobertura que se deve, dentre outros fatores, à falta de infraestrutura viária e à insegurança nessas localidades.

Além de oferecer preços mais competitivos, o serviço de mototáxi se destaca em relação a outras formas de transporte alternativo, como vans e kombis. Ao contrário dessas modalidades, que seguem rotas e horários fixos, operando com lotação máxima, o mototáxi é personalizado, adaptando, com muita flexibilidade, seus itinerários e tarifas.

No Rio de Janeiro, o serviço de mototáxi surgiu e se expandiu com base em uma dupla inovação, ao atuar, a um só tempo, tanto no transporte de cargas quanto de passageiros, principalmente nas favelas. Realidade que não surpreende, tendo em vista o contexto das favelas cariocas, frequentemente caracterizadas como espaços de carência, falta de infraestrutura e escassez de serviços públicos, nos quais a informalidade é central em vários mercados.

A categoria dos mototaxistas foi introduzida, no Rio de Janeiro, por migrantes oriundos da região Nordeste, onde o transporte por moto é bastante comum. Segundo o presidente do Sindicato dos Mototaxistas do Rio de Janeiro (citado por Tagiaroli, 2024) o ponto de partida desse serviço foi a favela da Rocinha, na Zona Sul da cidade. Em seguida, ele teria se expandido por diversos bairros, alcançando toda a cidade. Assim, partindo das favelas e dos bairros menos dotados de serviços, mas sem perder a característica de ter nas camadas de baixa renda sua clientela preferencial, o mototáxi ganhou outras áreas da cidade e novos

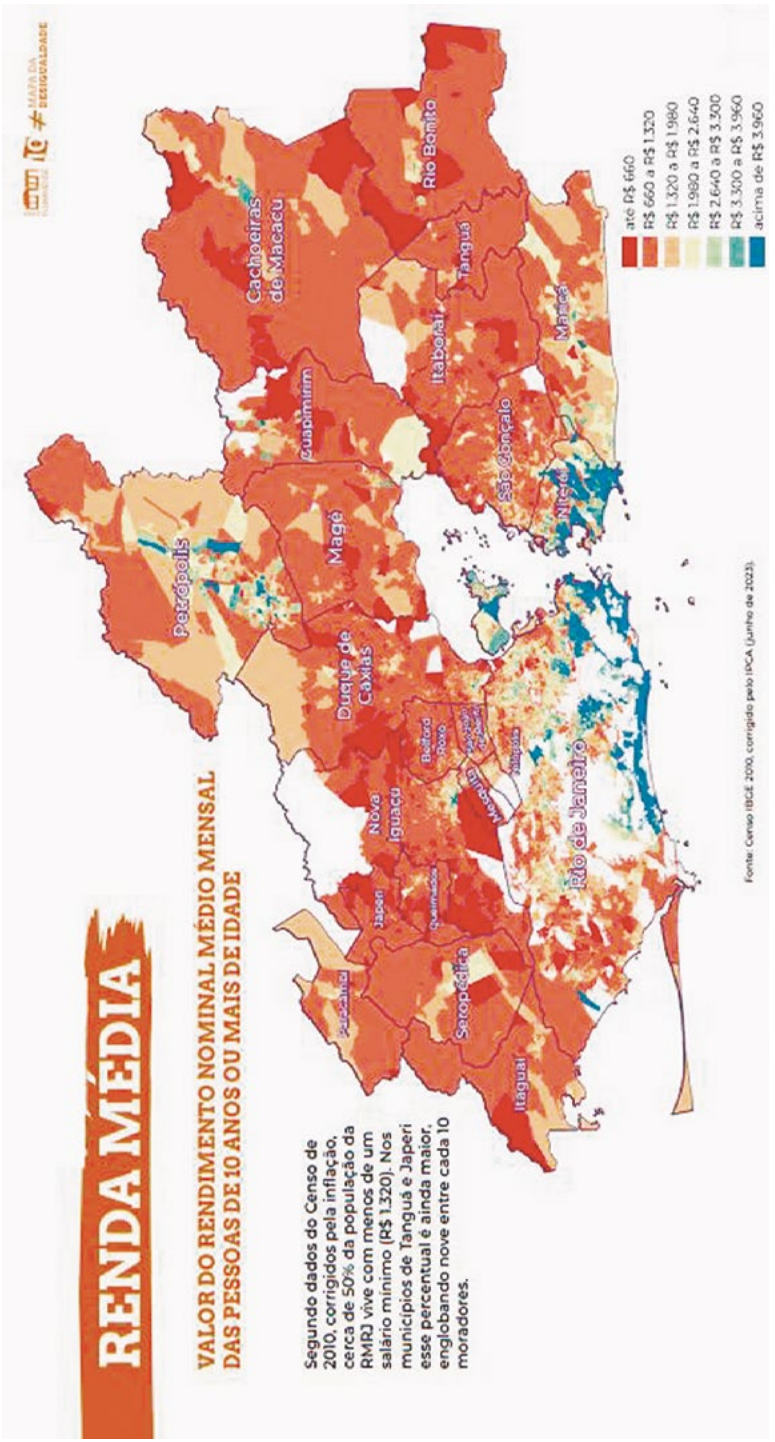
adeptos também entre as camadas médias urbanas, que buscavam rapidez e custos mais baixos de transporte.

Atualmente, ao observar as áreas de menor renda da Região Metropolitana e da cidade do Rio de Janeiro (Figura 1), que apresentam maior precariedade nos serviços de transporte, percebe-se que há, justamente nesses espaços, o maior comprometimento proporcional das rendas familiares com os custos das tarifas de transporte (Figura 2). Por vezes, chegam a comprometer mais de 33% dos rendimentos.

É importante destacar que a população suburbana e periférica é também a que passa mais tempo no transporte público, deslocando-se até as centralidades da cidade, que possuem maior oferta de trabalho e serviços formais. Evidencia-se, então, que uma parcela significativa da renda, além do tempo de vida, dos trabalhadores destina-se ao pagamento e ao uso de um serviço de péssima qualidade e insuficiente. Assim, o direito ao transporte público de qualidade é vivido como uma forma de espoliação urbana, uma vez que não só o serviço é precário como parte expressiva dos rendimentos dos trabalhadores é absorvida por ele, diminuindo, em quantidade e qualidade, o fundo de consumo dos trabalhadores. Trata-se, portanto, da já mencionada dupla dilapidação da força de trabalho, que combina baixos rendimentos, no polo da superexploração, com o comprometimento de grande parte do fundo de consumo e das capacidades de reprodução social, no polo da espoliação urbana.

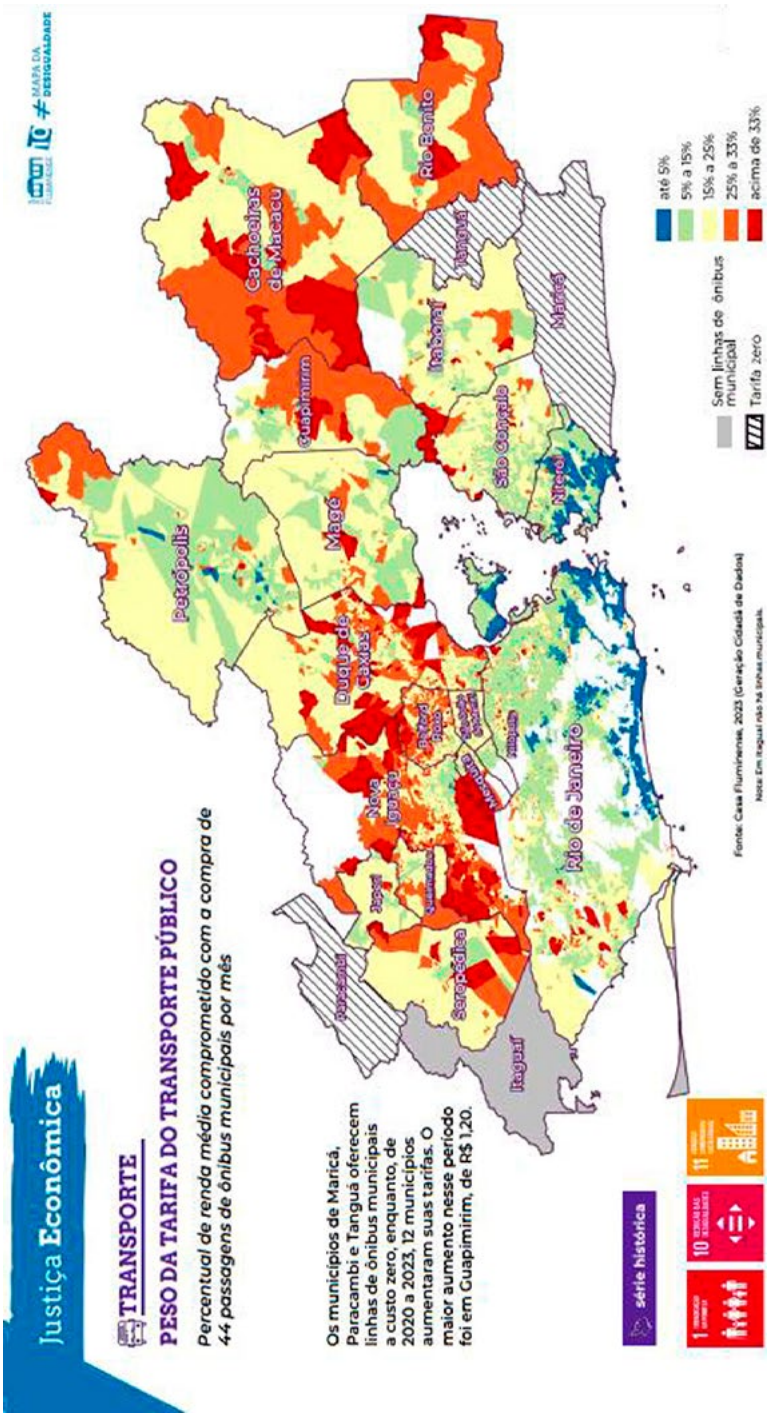
Chegamos, assim, a uma cidade que, atualmente, reúne mais de 100 mil mototaxistas, segundo o Sindicato dos Taxistas do Rio de Janeiro[184] (Extra, 2019). Cidade que, a partir de janeiro de 2023, passou a contar com o serviço de viagens de moto da Uber. Contudo, segundo a Diretora de Marketing da Uber no Brasil, Luciana Ceccato, antes de estabelecer o serviço nas duas maiores metrópoles do país (São Paulo e Rio de Janeiro), a empresa passou mais de dois anos estudando o uso do serviço em diversos lugares, avaliando o comportamento que o Uber Moto teve em diferentes municípios brasileiros (G1, 2023). A empresa realizou, portanto, uma espécie de "laboratório" em cidades menores, o que faz lembrar a primeira tese de Antunes (2023) sobre o capitalismo de plataforma.

Figura 1 – Renda Média na Região Metropolitana e na cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade, 2023.

Figura 2 – Peso da tarifa do transporte público na renda da população da Região Metropolitana e da Cidade do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade, 2023.

Cumpre mencionar que o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, tentou proibir o serviço, alegando preocupação a respeito de possíveis acidentes e lançando um aplicativo da prefeitura, chamado Moto.Rio, sem muito sucesso em ambas as ações. O aplicativo da prefeitura teve pouca adesão de motociclistas - cerca de 500 mototaxistas cadastrados em julho de 2023 (Extra, 2023). Segundo Krishna Ramaciote, presidente do Sindicato de Mototaxistas do Rio, o aplicativo da prefeitura não é muito utilizado em virtude da pouca divulgação e de seus problemas operacionais (citada por Tagiaroli, 2024).

Por sua vez, a 99, empresa similar a Uber, pertencente à chinesa DiDi Chuxing, ganhou na justiça o direito de também operar as atividades de mototáxi, após veto inicial da administração da capital fluminense. As corporações alegam que estão respaldadas na legislação federal, com base na Lei 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e prevê o serviço privado de transporte individual de passageiros e na Lei 13.640/2018, que regulamenta os serviços prestados pelos motoristas de aplicativos de transportes. Trata-se de uma atualização da Lei de Mobilidade Urbana, amplamente favorável às plataformas, estabelecendo competências para que os municípios regulamentem e fiscalizem os motoristas de aplicativos, mas sem que sejam capazes de proibir o serviço.

Note-se que o mesmo Eduardo Paes, em mandato anterior como prefeito do Rio de Janeiro, tentou impedir a entrada da Uber na cidade, com seu serviço de transporte de passageiros em carros. Na ocasião, o prefeito foi igualmente derrotado, com base em decisão referendada na mesma Lei de Mobilidade Urbana, o que, posteriormente, contribuiu para o advento da regulamentação federal favorável às empresas de transporte por aplicativo.

É interessante observar, novamente, qual é a estratégia territorial da Uber (Tozi, 2023), que tende a se repetir nos mercados onde pretende atuar, como foi o caso nas principais cidades brasileiras. A empresa recorre ao "enfrentamento", ignorando as regulações e legislações existentes, forçando um crescimento do serviço, concebido como uma inovação, e gerando um cenário "consumado". Na sequência, aumenta a pressão sobre os admi-

nistradores locais, para que criem mecanismos de regulação dos transportes urbanos adequados a esse novo cenário. Ou seja, a presença da Uber e de empresas congêneres, a capilaridade de seus aplicativos e a grande massa de trabalhadores e consumidores que utilizam seus serviços "tornam obsoletas" as leis municipais. Em seguida, as empresas-plataforma se apresentam como parceiras dos órgãos públicos, locais e nacionais, para construir soluções para os problemas que elas mesmas criaram. Soluções ditadas, desse modo, por empresas capazes de atuar em múltiplas escalas, agindo conforme as fragilidades das legislações e estruturas locais, beneficiando-se da máxima fragmentação do trabalho e da ideologia do empreendedorismo.

A Uber realiza o transporte por motocicletas em cidades de outros países, como Sri Lanka, Tailândia, Egito, México, Guatemala, República Dominicana, Equador, Paraguai e Bolívia. Trata-se, em geral, de países do Sul Global, com ampla tradição no uso de motocicletas para transporte de passageiros e mercadorias. Sendo assim, para autores como Tozi (2023), há uma "vampirização", no sentido de uma apropriação, pelas plataformas digitais, de formas de transporte típicas da economia popular de países periféricos.

Na perspectiva aqui defendida, há um processo mais complexo em jogo. Como visto, o desenvolvimento das novas TICs permitiu às grandes corporações a subsunção real da viração, ou seja, uma subordinação direta, através da gestão algorítmica, das grandes massas populacionais que transitam pelas atividades típicas do grande circuito inferior das economias urbanas dos países periféricos. Conforme a abordagem clássica de Milton Santos ([1979] 2004), o circuito inferior da economia urbana dos países periféricos ou subdesenvolvidos engloba: i) atividades e agentes com pouca capitalização; ii) estruturas organizacionais de baixa complexidade; ii) baixo nível de modernização tecnológica, com uso intensivo da força de trabalho. Além disso, é importante observar que, no circuito inferior, o consumo é predominantemente realizado pela parte da população com menor renda. Por seu turno, o circuito superior é, em linhas gerais, "monopolístico" e "capital intensivo", orientado de acordo com o que há de mais

moderno, em termos organizacionais e tecnológicos, nos distintos momentos históricos.

Recorde-se, ainda, que o circuito inferior foi, muitas vezes, relacionado ao "atraso" e à "tradição" e, por isso, sua existência tendia a ser caracterizada como um desestímulo à inovação. Argumentos como os de Quijano (1973), por exemplo, sugeriam que as tendências modernas, constitutivas dos setores "monopolísticos", não penetravam, ou penetravam com muita dificuldade, nos "setores competitivos" e/ou no "polo marginal" das economias urbanas. Quer dizer, sobretudo em função da abundância de força de trabalho, havia um desestímulo a essa penetração e à inovação em geral, tornando o avanço tecnológico mais lento e preservando, por mais tempo, o caráter concorrencial e tradicional desses setores.

Mas é justamente aqui que parece haver, atualmente, uma expressiva mudança de qualidade, tendo em vista o advento do capitalismo de plataforma. Hoje, ao menos no âmbito de alguns serviços plataformizados, ocorre exatamente o contrário: a penetração e captura de vários segmentos do circuito inferior por empresas monopolistas globais, com destaque para as plataformas enxutas e as chamadas *Big Techs*. Cumprindo destacar que o grande contingente de trabalhadores disponíveis e passíveis de mobilização por essas mesmas plataformas opera não como um obstáculo, mas como um estímulo à inovação. No caso aqui referido, por exemplo, a existência de 100 mil mototaxistas operando na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito de um serviço informalmente estruturado, funcionou, sem dúvida, como estímulo a uma "inovação de produto": o "Uber Moto".

Ou seja, atualmente, mais do que em qualquer outro período, o grande circuito inferior existente em cidades como o Rio de Janeiro, não deve ser caracterizado como um simples resquício de atividades tradicionais, informais e/ou pré-capitalistas, mas como um circuito amplamente absorvido e conectado com o que há de mais moderno em termos de digitalização/plataformização do capitalismo.

Hoje, a subsunção real da viração, a captura das economias populares e/ou a tendência à completa fusão dos circuitos superior e inferior das economias urbanas dos países periféricos coloca

à disposição dos processos de acumulação uma massa enorme de valor, extraído tanto dos trabalhadores informais quanto dos "trabalhos sem-forma" (Oliveira, 2007), isto é, dos "trabalhos sem aparência de trabalho", a exemplo do que se passa com os "prossumidores".

Enfim, essa é a grande novidade: a subordinação direta de formas de vida e de trabalho periféricas, das atividades típicas do circuito inferior das economias urbanas pelas plataformas digitais (circuito superior). Plataformas que competem, até às últimas consequências, pela captura dos amplos contingentes de trabalhadores precários e informais. É o que fazem, no Rio de Janeiro, a Uber e a 99 com os mototaxistas.

Isso muda a configuração espacial dos circuitos da economia urbana. Se os dois circuitos (superior e inferior) jamais foram sistemas isolados e impermeáveis entre si, estando em permanente interação (Santos, [1979] 2004), no período contemporâneo, temos uma maior imbricação entre eles. Em outras palavras, parte expressiva do trabalho, das rendas, do valor e do consumo que ocorriam no circuito inferior passou a ser diretamente comandada e apropriada pelo capital monopolista.

O resultado material-objetivo de tudo isso é a ampliação (em quantidade e qualidade) da dupla dilapidação da força de trabalho, via superexploração do trabalho e espoliação urbana. Isso porque, como foi aqui defendido, há uma expansão da lógica típica dos serviços característicos do circuito inferior, agora subsumidos ao grande capital, por toda a malha urbana. Assim, cada vez mais habitantes, incluindo uma boa parcela daqueles que não residem em áreas periféricas e em favelas, passam a se encontrar completamente enredados nessa lógica da precarização, seja como consumidores, seja como trabalhadores. Em termos simples, onde não há transporte, ou o transporte é precário, ou, ainda, onde a renda dos consumidores é cada vez mais absorvida com os custos de transporte, chega o Uber Moto, com sua "solução precária", tanto em termos do trabalho quanto do serviço, de um problema urbano de longa data.

Considerações finais: a fabricalização da cidade no capitalismo (periférico) de plataforma

Buscou-se, neste capítulo, demonstrar como o advento do capitalismo de plataforma alterou, significativamente, as relações entre inovação (tecnológica e organizacional) e o trabalho precário, com graves repercussões no modo como os trabalhadores em geral experimentam a vida urbana, sobretudo na periferia do sistema mundo-capitalista.

Ainda a esse respeito, defende-se, à guisa de conclusão, que faz muito sentido reafirmar, em consonância com Ferrari (2008), que o que está em curso, atualmente, é um processo de "fabricalização da cidade". Antes mesmo que a plataformização e a urberização do capitalismo e do trabalho tivessem se estabelecido como tendências dominantes, a autora sustentava o seguinte: após sucessivas ondas de reestruturação produtiva e espacial, ocorridas ao menos desde os anos 1970, cidades e regiões inteiras foram convertidas em verdadeiras "cidades-fábricas, viabilizando a apropriação de tempo de trabalho de seres humanos, independente de estarem ou não dentro dos muros da fábrica, agora mais enxuta" (p. 39). Pois bem, do ponto de vista deste capítulo, esse processo foi radicalizado depois que o modelo de negócios de plataformas digitais como a Uber tornou-se paradigmático. Plataformas que, diga-se de passagem, também existem na modalidade "enxuta", de acordo com a tipologia de Srnicek (2016; 2021) aqui utilizada.

Mas, enfim, as plataformas dessa natureza, que só existem porque um volume imenso de capitais portadores de juros e fictícios foi deslocado para as novas frentes da economia digital, operam exatamente isso: um salto de qualidade e de quantidade em processos anteriores, como a terceirização. A diferença é que, contemporaneamente, tanto quanto as iniciativas de externalização entre empresas, a plataformização e a digitalização permitem que isso seja feito de uma maneira, a

um só tempo, pulverizada e atomizada. Quer dizer, transfere-se para uma multidão de usuários/colaboradores os custos e os riscos da prestação dos serviços, ou seja, dos processos de trabalho propriamente ditos. E aqui a lógica da dominância financeira é tão importante quanto a lógica da dominação informacional, fundada na etapa mais recente da revolução tecno-científica. Basta pensar que tudo isso não seria possível sem a "internet das coisas" e crescimento exponencial de endereços de IP.

No entanto, como visto, nem tudo é completa novidade no capitalismo de plataforma, que é muito parecido com a protoforma do capitalismo, com suas longas jornadas de trabalho, precárias condições de vida e modalidades de remuneração tais como o salário por peça. E, assim, é como se os trabalhadores do Norte Global tivessem um encontro marcado com seu passado ou, o que é ainda mais importante e significativo, com as condições de vida e de trabalho estruturais/estruturantes do modo de produção capitalista na periferia do sistema-mundo.

Seja como for, não se pode dizer que tudo ocorre da mesma forma em todos os lugares. Ainda há diferenças fundamentais entre o capitalismo central e o capitalismo periférico, cabendo sublinhar, mais uma vez, duas delas. A primeira diz respeito ao fato de que, na periferia, o capitalismo de plataforma promove a subsunção real da viração, nos temos de Abílio (2017), o que, na perspectiva aqui defendida, assinala o encontro e a captura de um vasto e complexo circuito inferior das economias urbanas, passível de extração de valor. É o que empresas como a Uber e a 99 fizeram com os mototaxistas do Rio de Janeiro. A segunda, por sua vez, corresponde à singular combinação da superexploração do trabalho com a espoliação urbana. Ou seja, se é verdade que muitos autores, como o próprio Marini (1995), sublinharam a expansão, para os países centrais, das condições típicas da superexploração do trabalho, que sempre estiveram presentes na periferia, o mesmo não é verdadeiro, ao menos ainda, em termos de experiência urbana. Quer dizer, na periferia, a cidade-fábrica é

igualmente precária quando se considera tanto a esfera da produção quanto a esfera da reprodução social. E é isso que traz o debate sobre a plataformização/uberização do trabalho para o cerne das reflexões contemporâneas sobre a questão urbana em países como o Brasil.

Em suma, é como se, no contexto das formações sociais dependentes, a "fábrica-cidade digital" encontrasse correspondência numa "combinação 4.0" entre superexploração do trabalho e espoliação urbana. E isso deveria estar no centro das preocupações no campo dos estudos urbanos, tanto quanto já está em disciplinas como a sociologia do trabalho. Em outras palavras, se há uma sociologia, também há de se pôr em movimento uma "geografia" do trabalho precário, plataformizado e uberizado.

CAPÍTULO 20

Cidades inteligentes... e rebeldes? Pensando alternativas ao neoliberalismo urbano para o Brasil

Dante Chiavareto Pezzin

Introdução

O termo "cidades inteligentes" foi popularizado na década de 2010 para designar um discurso próprio às iniciativas do setor público e privado na aplicação crescente de recursos variados de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no meio urbano, em sua forma-conteúdo, infraestrutura, gestão e planejamento. Inserido em propostas variadas de projetos e políticas públicas, o termo costuma carregar consigo uma série de intencionalidades nem sempre convergentes entre si: redução de gastos públicos, fluidez na circulação e comunicação na cidade, maior segurança urbana; estímulo a um ambiente de negócios na cidade; acesso rápido e capilarizado a serviços públicos e privados; sustentabilidade ambiental, maior participação social.

O capítulo abordará esse tema sob o ponto de vista da teoria urbana crítica, partindo do suposto no qual é possível desalienar conceito para inseri-lo nas práticas da luta social urbana contemporânea, abrindo novas perspectivas de atuação em contraponto às práticas hegemônicas do neoliberalismo.

Apesar do pioneirismo brasileiro nos debates sobre a regulação da internet, proteção de dados e democratização do acesso

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_020

à informação, a proposição de alternativas mais especificamente ligadas ao tema das "cidades inteligentes" só recentemente passou a ser explorada por autores brasileiros da teoria urbana crítica. Os trabalhos de Mendes (2020), Massonetto et al. (2020) e Donádio (2023) caminharam bem nesse sentido. Alguns autores também marcaram posição no livro "Cidades Inteligentes – uma abordagem humana e sustentável" (CEDES, 2021).[185]

O presente capítulo pretende difundir e avançar o debate no Brasil, apresentando ao leitor esse novo campo de políticas públicas, sua crítica e reflexão sobre abordagens possíveis. Para isso, o texto é dividido em cinco seções: na primeira, é realizado um breve panorama sobre a invasão das novas TICs sobre a cidade, o processo urbano e a vida social ao longo do século 21; em seguida, apresenta-se um histórico sucinto sobre a emergência do tema das "cidades inteligentes", sua consolidação como nicho de política urbana e as principais empresas de tecnologia atuantes no campo; a terceira seção faz uma crítica à perspectiva neoliberal sobre o tema, elencando seus principais problemas; a quarta seção realiza uma reflexão sobre alternativas possíveis. Para isso, apresenta a perspectiva ontológica de Erik Olin Wright (2019) sobre a atuação dos movimentos anticapitalistas no século 21, buscando um diálogo com diferentes autoras e autores que pensam práticas desalienadas sobre o tema das "cidades inteligentes". Realiza-se uma sistematização de eixos de atuação, a partir de uma matriz marxista, definindo a cidade em termos de produção, distribuição, troca, consumo e vida cotidiana; as considerações finais encerram o capítulo com um esforço de síntese e de conclusão, considerando os desafios sobre esse tema para a luta anticapitalista, no contexto brasileiro inserido no capitalismo dependente contemporâneo.

O lugar das tecnologias de informação e comunicação na crise urbana contemporânea

Atualmente vivemos um momento de aprofundamento da lógica rentista-financeira do modo de produção capitalista. Para Ribeiro et al. (2024), esse processo apresenta uma condição específica ao caso brasileiro, caracterizada pela renúncia do Estado à

capacidade de coordenar e articular o desenvolvimento urbano, implicando em uma decorrente ausência de investimentos e até mesmo de manutenção da infraestrutura e dos serviços coletivos básicos nas cidades. Ao lado dessa "deterioração seletiva" de nossas cidades, a hegemonia do setor imobiliário-financeiro no desenvolvimento urbano e a reorientação espaço-temporal promovida pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no mundo todo, vêm acompanhadas de uma série de outras características que vão dar os contornos do perfil da crise urbana brasileira contemporânea: altos índices de desemprego, informalidade e empregos de baixa complexidade; baixos níveis de renda do trabalho; maior frequência de tragédias climáticas e socioambientais; expansão da violência urbana; maior vulnerabilidade social; insegurança alimentar.

Após mais de três décadas de privatizações, redirecionamento persistente dos gastos fiscais para juros da dívida pública e desmonte de direitos sociais e trabalhistas,[186] o neoliberalismo avança agora sob uma de suas vertentes mais radicais, ultrapassando o campo da política e constituindo verdadeira ideologia sobre a conduta da ação dos seres humanos. Nessa perspectiva, a escolha racional e as preferências individuais são defendidas não apenas como condutas num ambiente concorrencial de mercado, mas como ontologia ou uma teoria geral do agir humano. Dardot e Laval (2016[2009]) denominam o momento atual um período de expansão da "governamentalidade neoliberal", o acirramento da "concorrência" (sua substituição pela "performance") e a criação de situações de mercado em toda e qualquer conduta humana ou esfera da vida social, como propósito de educar as pessoas a governarem a si mesmas sob essa condição, implicando na emergência do "sujeito empresarial".

Em paralelo a essa dinâmica, o desenvolvimento contínuo de uma série de inovações no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da economia capitalista se constituiu como fator decisivo para as transformações urbanas a que temos assistido no novo século. A difusão em escala global de bandas largas móveis de internet 4G e 5G,[187] telefones inteligentes, televisores inteligentes, geolocalização em tempo real,

exemplificam alguns dos novos dispositivos e tecnologias que implicaram em mudanças profundas no capitalismo, produzindo efeitos em sua economia urbana, nas práticas cotidianas e no modo de vida das pessoas. Mudanças essas que têm ocorrido no mundo todo, ainda não completamente compreendidas no campo da teoria social e que seguem em transformação, com velocidade e natureza alheias aos impactos produzidos para a sociedade.

As grandes mudanças proporcionadas pelas TICs se manifestaram significativamente nas cidades, reorganizando a economia urbana, seus fluxos, a forma e o conteúdo do ambiente construído, as motivações do investimento, os níveis de ocupação de residências e escritórios, as necessidades logísticas, o volume de dados movimentados, o hábito e as práticas culturais.

A quantidade de usuários de internet passou de 28,5% em 2010 para 67,4% da população global em 2023, alcançando, no mesmo ano, 93,2% do total em países de renda alta e 81% no Brasil (CETIC, 2023; ITU, 2024). O número de consumidores online no país foi de 10 milhões em 2008 para 80 milhões em 2020 (Lemos; Sobrinho, 2021) e o número de vendas unitárias online no mesmo período passou de 8,2 bilhões para 105,99 bilhões no mesmo período (Diniz; Gonçalves, 2022). Segundo a pesquisa por amostragem "TIC – Domicílios", realizada anualmente, em 2022, 88% da população brasileira com dez anos ou mais possuía um celular; 72% utilizavam aplicativos de mensagem instantânea; 62% redes sociais (CETIC, 2023). Outro exemplo de mudança gerada pelas TICs nas práticas cotidianas foi o surgimento das transações pelo meio de pagamento digital "pix", que, em 2022, superou transações via boletos, cartão de débito e de crédito, reduzindo cada vez mais as transações por meio de dinheiro (GOVERNO FEDERAL, 2022).

Segundo Fioravanti et al. (2024), um aplicativo de entrega de refeições possui oficialmente cerca de 5 mil funcionários e mais de 200 mil trabalhadores cadastrados no Brasil; na Região Metropolitana de São Paulo, atualmente, 61% das pessoas cadastradas nessa plataforma trabalham sete dias por semana e 47% têm uma jornada de trabalho acima de dez horas diárias.

Diniz e Gonçalves (2022) apontam para a emergência de novos "fixos" e "fluxos" na configuração de uma nova paisagem urbana brasileira. Galpões, centros de distribuição e condomínios logísticos dotados de maior densidade técnica ganham importância nas estratégias de empresas brasileiras e internacionais voltadas para o marketplace,[188], implicando em até certos casos, na formação de novas cidades logísticas no país, como parece ser o caso de Extrema (MG), Cajamar (SP) e Caucaia (CE).

Tais indicadores refletem não apenas novos hábitos e comportamentos, mudanças nas práticas e na paisagem urbana, mas também a reorganização do próprio dinamismo dos processos socioespaciais urbanos, alterando sentidos dos fixos e fluxos e a organização do espaço geográfico. Para Srnicek (2017), essas mudanças em escala global indicam, de fato, uma nova rodada de reorganização produtiva do modo de produção capitalista, a qual o autor denomina por emergência do "capitalismo de plataforma", que aponta para o aprofundamento ou até mesmo a superação da reestruturação produtiva pós-fordista[189] iniciada nos anos 1970. Nesta rodada, a "economia sob demanda" é levada ao limite, avançando agora sobre os recursos pessoais dos trabalhadores, como nos exemplos dos aluguéis de imóveis residenciais para temporadas e na internalização de custos do trabalho para os colaboradores das *startups* da economia urbana (empresas de aplicativo).[190]

A transformação e nova fase do regime de acumulação flexível se dá especialmente pela utilização dos "dados" como matéria-prima para a análise e o controle da produção, circulação e o consumo de produtos e mercadorias. Ao longo da década de 2010, esse fenômeno converteu-se em um nicho de mercado extremamente poderoso, monopolizado pelas grandes empresas de tecnologia e por *startups*, que passam a obter rendimentos a partir de sua capacidade tecnológica desenvolvida de coleta, processamento e automatização de decisões baseadas em dados geolocalizados obtidos em tempo real, combinada ao desrespeito sistemático a padrões éticos, direitos civis, constitucionais e trabalhistas, na corrida desenfreada para obter a melhor posição de mercado e a maior coleta de dados possível dos usuários de seus serviços na internet.[191]

A hegemonia do pensamento neoliberal permitiu que essa corrida pela captura de dados de usuários da internet ocorresse de forma indiscriminada. A expectativa de autorregulação de mercados não se concretizou e por mais de uma década as grandes empresas de tecnologia têm praticado abertamente uma versão digital da "acumulação por despossessão",[192] obtendo dados especialmente via desrespeito ao direito à privacidade de usuários, cidadãos e governos e estratégias de retenção da atenção das pessoas de cunho behaviorista, extremamente condenáveis do ponto de vista ético (Cardullo; Kitchin, 2019).

Não por outra razão tem-se falado dos dados de usuários de internet como o "novo petróleo" da economia capitalista.[193] Estimava-se em 2010 que somente o segmento de "cidades inteligentes" desse mercado já representava US$ 8,1 bilhões em compras governamentais no mundo todo, aumentando esta cifra para US$ 39,5 bilhões em 2016, US$ 1,5 trilhão em 2020, com estimativas de US$ 3,8 trilhões em 2026 e até US$ 8,891 trilhões em 2032, conforme estudos do setor (Söderström et al., 2014; Tambelli, 2018; Mendes, 2020).

Cidades inteligentes: a emergência de um novo campo de políticas públicas

O tópico das cidades inteligentes emergiu no campo das políticas públicas em meados da década de 1990, com a popularização da internet no Norte Global e as primeiras experiências de aplicação sistemática de recursos de tecnologia de informação e comunicação (TIC) na gestão das cidades, sob o discurso de aproximar a população do cotidiano dos governos locais, proporcionar melhorias na infraestrutura urbana e em serviços públicos e privados em cidades do mundo todo (Anthopoulos, 2017). A expressão "cidades inteligentes" (*smart cities*) emergiu então como derivação do movimento urbanístico pelo "crescimento inteligente" das cidades (*smart growth*)[194] (Söderström et al., 2014; Donádio, 2023). Tal movimento pregava a otimização do investimento na cidade (compactação urbana), no sentido de se buscar a coordenação do potencial dos múltiplos fatores do desenvolvi-

mento urbano (transporte, energia, habitação, economia, meio ambiente etc), promovendo a sustentabilidade ambiental e minimizando efeitos de "deseconomias de aglomeração", com a finalidade última de proporcionar maior bem-estar social.

O termo "inteligente" (*smart*) se popularizou para o senso comum no início da primeira década do novo século, assumindo sentido amplo, de conteúdo técnico avançado aplicável em qualquer tipo de contexto social. Como explicam Morozov e Bria (2019, p. 15):

> "Smart" – esse substantivo essencial e predominante na era digital e que oferece tão pouco de concreto. Tudo é smart nos dias de hoje, desde as escovas de dente até o crescimento, passando pelas casas – uma tentativa de capturar uma constelação de significados de expansão rápida e ao mesmo tempo ilusória, ambígua. O termo é frequentemente usado como sinônimo sexy e antenado de "flexível", "sagaz", "autoajustável", "inteligente", "autônomo", "engenhoso", "esguio" ou mesmo "ecologicamente responsável".

Na primeira década do século 21, as políticas urbanas para a promoção de cidades inteligentes podiam ser ilustradas em exemplos que aos olhos de hoje parecem menos ambiciosos: i) canais de informações, sugestões e serviços urbanos em *sites* de prefeituras; ii) abertura de cybercafés gratuitos para a população sem acesso à internet; iii) implantação de cartões RFID (Radio Frequency Identification, [identificação por radiofrequência]). Esse momento caracterizou-se, sobretudo, pela digitalização de serviços públicos habituais como forma alternativa e complementar às práticas analógicas já existentes, tais como consultas cadastrais em prefeituras, agendamento de serviços de zeladoria urbana, pesquisas em bibliotecas municipais, cartões RFID para transporte público e benefícios sociais.

A partir dos anos 2010, de outra forma, os serviços públicos e privados digitais, passaram a utilizar as novas tecnologias disponíveis, para substituir práticas analógicas e criar ferramentas novas para atender às necessidades do cotidiano das pessoas na cidade, por meio de plataformas digitais e aplicativos ágeis para telefones

inteligentes (*smartphones)*, tornados possíveis com a popularização desses dispositivos, da internet móvel e do aumento de sua velocidade, além da geolocalização e capacidade de transmissão de informações em tempo real.

A evolução exponencial da capacidade de oferta, armazenamento e processamento de dados, implicou em um ponto de virada no setor de TIC, capaz de proporcionar novas técnicas de gestão e processamento de dados, aplicáveis à economia e à vida cotidiana em seus mais diversos âmbitos.

Para Kon e Santana (2016), a emergência das "cidades inteligentes" como política pública específica foi viabilizada, inicialmente, pela combinação de três tecnologias: i) o *big data*, que armazena e processa grandes quantidades de dados; ii) a internet das coisas (*internet of things* ou IoT), que realiza a captura e transmissão dos dados em dispositivos pessoais e objetos técnicos na cidade, por meio de recurso de redes móveis e geolocalização em tempo real; c) computação em nuvem (*cloud computing*), que permite o processamento de dados móveis e a sua disponibilização para a tomada de decisão. Com a integração dos três conjuntos de técnicas tornada realidade, a década de 2010 foi marcada pelas campanhas publicitárias das grandes empresas de tecnologia, buscando firmar o campo das "cidades inteligentes" como novo nicho de políticas públicas, exigente de pacotes tecnológicos a serem adquiridos por meio de compras governamentais, contratos ou parcerias público-privadas (Söderström et al., 2014; Cardullo; Kitchin, 2019; Mendes, 2020).

Essas empresas gastaram dezenas de milhões de dólares em campanhas publicitárias massivas dirigidas ao poder público, praticando *lobby* e promovendo encontros do setor de TIC para prefeituras municipais no mundo todo, desafios públicos de soluções de problemas urbanos (*hackathons*) baseadas em TIC. Hollands (2008), Söderström et al. (2014) e Morozov e Bria (2019) apontam que grandes empresas de tecnologia (*big techs*) buscaram se constituir como fornecedores de soluções de TIC para a gestão pública por meio de estratégias de atuação em escala global, oferecendo pacotes tecnológicos padronizados para controle abrangente das cidades (os centros de operação inteligente)[195] ou pela

oferta de pacotes setoriais (mobilidade urbana, meio ambiente, segurança pública, turismo, participação social), como por exemplo: a digitalização de processos internos, documentos e serviços públicos; a disponibilização de sinal de internet Wi-fi gratuito em praças da cidade; a criação de aplicativos de agendamento de consultas médicas; a criação de portais digitais de acesso à informação; a atualização da velocidade de transmissão de dados interna à gestão pública; o monitoramento da qualidade do ar em tempo real; a inclusão de tomadas USB no transporte público para carregamento de *smartphones*; a criação de sistemas de vigilância por meio de circuito integrado de câmeras etc.[196]

Tabela 1 – Principais empresas do mercado de "cidades inteligentes" no mundo (por setor em 2024)

Setor	Empresa
Centros de Operação Inteligente	IBM, Huawei, Honeywell, Alibaba* e Baidu*
Hardware/Middleware (Infraestrutura Física e de Intermediação de Dados)	Anteriores + Intel, Oracle, Cisco
Software (Programas e Aplicativos)	Anteriores + Microsoft, Alphabet, Tencent, Amazon
Energia	GE, Philips, Schneider Electric
Telecomunicações	Huawei, AT&T, Siemens, Ericsson, SAP
Outros Dispositivos	Samsung, Hitachi e outros
Eventos	Fíra Barcelona e outros

*Alibaba e Baidu com atuação predominante na China.

Muitas vezes constituídas como projetos de curto prazo ou de alcance limitado à digitalização de um nicho de serviço público, tais iniciativas aos poucos vão ser tratadas sob um discurso estratégico mais abrangente e, no decorrer da segunda década do século 21, é possível observar sua progressiva institucionalização sob um discurso de política pública específica para "cidades inteligentes". Ainda que muitas vezes persista o uso eleitoreiro do discurso "inteligente" (*smart*) - com a aplicação vertical de iniciativas, incorrendo na multiplicação, sobreposição e descontinuação de projetos - com o

intuito de promover temporariamente uma imagem "modernizante" do grupo político no poder, observa-se no mundo todo a efetivação de um campo de políticas e planos locais, regionais e nacionais voltados para as "cidades inteligentes", com perspectiva de longo prazo, objetivos, metas e previsão de fundos específicos de recursos para aplicação no setor, como nos exemplos do *Smart City Marketplace* (2012), da União Europeia (UE) e o Projeto-Piloto Nacional para Cidades Inteligentes na China (2012).

O problema das políticas públicas para "cidades inteligentes" e a necessidade de se pensar alternativas

Hollands (2008), Söderström et al. (2014) e Kitchin et al. (2019), descrevem as políticas públicas de "cidades inteligentes" como práticas que, em geral, desempenham uma versão *high-tech* do discurso do neoliberalismo urbano, especialmente a partir da década de 2010, quando grandes empresas de tecnologia passaram a praticar lobby junto a governos em todo o mundo e oferecer pacotes de serviços de TIC para a gestão pública, visando a criação de um novo mercado de compras governamentais.

O discurso desse novo nicho de política urbana costuma apresentar como objetivos da aplicação de recursos de TIC: i) expansão de pontos de Wi-fi gratuitos e acesso à rede móvel de alta velocidade; ii) maior eficiência no uso de recursos públicos e substituição de serviços públicos em espaços físicos por plataformas digitais e aplicativos; iii) criação de infraestruturas tecnológicas para a gestão dos dados urbanos; iv) crescimento econômico e maior fluidez[197] na circulação e comunicação na cidade; v) aplicação de recursos de TIC para promoção da sustentabilidade ambiental. A partir de meados da década de 2010, incluiu-se também nesse discurso a participação social, o respeito à diversidade e uma orientação voltada ao bem-estar da população (*people-centered approach*) em conjunto com os princípios anteriores, como valores perfeitamente harmonizáveis

entre si, conforme a prescrição do planejamento consensual (Cardullo; Kitchin, 2019).

Tal horizonte de política setorial vai encontrar nas cidades, contudo, uma situação de crise urbana de novo tipo. Nos países do Sul Global, as cidades muitas vezes estão dilapidadas por duas ou três décadas de um processo contínuo de deterioração seletiva do ambiente construído das cidades pós-industriais, sob hegemonia das práticas rentistas e de financeirização urbana, redução de direitos trabalhistas e sociais, aumento da desigualdade socioeconômica e acirramento do individualismo estimulado pela governamentalidade neoliberal (Ribeiro et al., 2024). A esses problemas serão acrescentadas algumas tendências futuras para o mundo todo: desemprego estrutural e aumento da informalidade, envelhecimento populacional, migrações de refugiados, mudanças climáticas, tensões geopolíticas, e, principalmente, a insistência ideológica nas práticas de mercantilização generalizada que caracteriza o neoliberalismo urbano. O setor de TIC entra nesse cenário em uma posição poderosa, revestindo agora a "crise urbana" com seus produtos e intencionalidades, com capacidade de grande influência sobre todas as esferas da vida social. A aplicação de recursos desse setor nas cidades tende a se direcionar para atender aos interesses do mercado, promovendo maior fluidez no contexto de reorganização produtiva do capitalismo, e, apenas secundariamente, para proporcionar maior qualidade de vida e sustentabilidade ambiental nas cidades (Cardullo; Kitchin, 2019).

Contudo, por sua própria condição de dinamismo acelerado no período contemporâneo - atualização permanente de dispositivos e apresentação incessante de novos produtos - o setor de TIC parece ter dificuldades em se estabilizar como política pública de longo prazo.[198] Tal condição, em si, pode implicar no direcionamento de planos e políticas de longo prazo de "cidades inteligentes" para ações menos ambiciosas, limitando-se a setores específicos, projetos-piloto ou iniciativas publicitárias em períodos eleitorais.

A perspectiva de "cidades inteligentes" que está inserida no discurso do neoliberalismo urbano ou que, na prática, não se propõe em se constituir como alternativa a este espectro apresenta uma série de problemas (Hollands, 2008; Söderström et al.,

2014; Kitchin et al., 2019; Morozov; Bria, 2019; Donádio, 2023) que podem ser observados no rol a seguir:

- Reificação da cidade.
- Retorno do discurso tecnocrático (Solucionismo Tecnológico).
- Falta de transparência e controle social (*accountability*) sobre os projetos de "cidades inteligentes" e também sobre a atuação das grandes empresas de tecnologia e *startups* na economia urbana.
- Desprezo sobre escalas, situações e complexidades urbanas (homogeneização de diagnósticos urbanos e de projetos para vendas de pacotes tecnológicos em grande escala).
- Desprezo sobre a participação social efetiva e o engajamento comunitário (falta de poder efetivo da população para a cocriação e a tomada de decisão; participação limitada ao aval, sugestões e *feedbacks* de cidadãos resumidos à condição de usuários ou clientes).
- Estímulo à economia comportamental do sujeito neoliberal (behaviorismo), educando os cidadãos a se adequarem à generalização da dinâmica da economia de mercado em todas as esferas da vida social.
- Não combate efetivamente a tendência aos cercamentos, expropriações e mercantilização generalizada das cidades (neoliberalismo urbano), ignorando as limitações próprias dessa modalidade de regulação das atividades econômicas e sociais, que poderiam ser superadas com projetos e práticas alternativas para priorizar o bem-estar da população nas cidades.
- Estimula a intensificação da "guerra dos lugares", agora baseada na comparação de performances entre cidades (a exemplo do *ranking* de cidades médias da União Europeia, utilizado para a distribuição de recursos do fundo europeu para cidades inteligentes).
- Cria um mercado de compras governamentais, favorecendo as *big techs* e restringindo iniciativas simples e gra-

tuitas do poder público e da sociedade civil. O Programa Smart Sampa, por exemplo, foi contratado em 2023 pela Prefeitura de São Paulo pelo valor de R$552 milhões por um período de 18 meses, demonstrando o quão questionável é a economia de recursos orçamentários promovida em contratos de TIC com a iniciativa privada.

- Induz efeitos perversos, não combatendo os problemas do "capitalismo de plataforma", nem os problemas estruturais anteriores. Os principais problemas da crise urbana contemporânea passam ao largo do foco das ações de projetos de cidades inteligentes.

Esses problemas expõem não apenas as limitações de uma política de cidades inteligentes que não se dispõe a romper com a hegemonia das práticas ligadas ao neoliberalismo urbano, mas também as próprias limitações da utilização da economia de mercado face às potencialidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Os princípios básicos da economia de mercado (propriedade privada, concorrência, busca pelo lucro) restringem a economia urbana potencial, que poderia utilizar as TICs para promover situações de abundância de recursos. Assim, iniciativas alternativas para promover "cidades inteligentes", quando bem-sucedidas, acabam sofrendo perseguições e embargos judiciais de grandes empresas de tecnologia, como é o caso de diversos aplicativos alternativos de transporte de passageiros e mercadorias (plataformas digitais cooperativas ou colaborativas).

Não por outra razão, observou-se ao longo da última década projetos-piloto relativamente bem-intencionados, por parte de prefeituras do mundo todo, utilizando os recursos de TIC para desenvolver iniciativas e aplicativos de serviços soberanos, oferecendo alternativas à população. Tais projetos, no entanto, acabam sendo paralisados ou descontinuados após práticas de *lobby* político e embargos judiciais promovidos por aquelas empresas.[199]

Pensando o conceito e a prática para "cidades inteligentes" alternativas

Diversos autores e movimentos sociais urbanos estão iniciando discussões sobre a oportunidade e a urgência de se construir abordagens alternativas nesse campo, com a população e os governos buscando promover infraestruturas urbanas digitais soberanas e a utilização das TICs para promover a soberania digital das cidades e a democratização dos processos decisórios, sob princípios do direito à cidade, justiça social, "comuns urbanos", engajamento comunitário e sustentabilidade ambiental.

Um conceito alternativo para as "cidades inteligentes" deve se definir pela perspectiva que faz a negação e o contraponto: i) à abordagem hegemônica (*mainstream)* – que concilia no plano o bem-estar das pessoas, a sustentabilidade ambiental e a cidade como fator produtivo do capitalismo; ii) ao avanço das práticas contemporâneas do neoliberalismo urbano, que persistem no rentismo e financeirização da terra urbana, combatem a regulação desse processo e ignoram a vultosa dimensão do que chamam de suas "externalidades" negativas, tais como a crescente segregação socioespacial, violência, deterioração da vida comunitária e do sentimento de pertencimento à cidade; iii) à dependência da produção, distribuição, consumo e da vida cotidiana na cidade, aos princípios básicos de funcionamento da economia de mercado (propriedade privada, concorrência, troca e busca pelo lucro).

Livre de uma definição amarrada pela hegemonia de intencionalidades comerciais, um conceito de "cidade inteligente" alternativo deve se revestir de um caráter radical, inserido na luta dos movimentos sociais urbanos. A reflexão de Wright (2019) sobre as lutas anticapitalistas no século 21 joga luz a esse processo, quando o autor afirma que as lutas sociais devem ir além da apresentação de alternativas isoladas de experiências (urbanas) às práticas hegemônicas do neoliberalismo.

Tabela 2 – Tipologia das estratégias anticapitalistas de Erik Olin Wright (2019)

		Objetivos das lutas	
		Neutralizar malefícios	Transcender as estruturas
Nível Sistêmico	Do jogo	-	Destruir
	Das regras do jogo	Domesticar	Desmontar
	Dos movimentos dentro do jogo	Resistir	Fugir

Fonte: Wright (2019, p. 82).

Conforme ensina o autor, as estratégias de luta política alternativas ao capitalismo e, por extensão, ao neoliberalismo urbano, podem ser classificadas em cinco grandes formas tipológicas: "Destruir", "Domesticar", "Desmontar", "Resistir" e "Fugir" ao capitalismo.[200] Wright (2019) propõe por sua vez que a tática e a estratégia eficazes são aquelas que combinam as práticas e intencionalidades diversificadas na atuação do movimento progressista nas cidades. E essa combinação o autor vai sintetizar na expressão: "erosão do capitalismo".

Segundo o autor, trata-se de compreender o capitalismo e a sua manifestação urbana contemporânea como um modo de produção que aplica de forma hegemônica os princípios da "mercantilização generalizada", da propriedade privada e da concorrência, mas que também coexiste com outras formas de se produzir e organizar a distribuição de bens, serviços e oportunidades e a própria vida social nas cidades. No sistema atual, portanto, o capitalismo é dominante e determinante das condições de vida das pessoas, mas, por meio da erosão de seus princípios e práticas possibilitada pela combinação das cinco estratégias anteriores, é possível tirá-lo dessa condição de hegemonia, colocando-o em xeque com as demais alternativas. Nas palavras do autor (Wright, 2019, p. 88):

> A visão estratégica que busca erodir o capitalismo compreende o processo de derrubar o capitalismo de seu papel dominante na economia de forma muito semelhante. Atividades econômicas alternativas e não capitalistas, que

> incorporem relações igualitárias e democráticas, emergem em nichos onde é possível uma economia dominada pelo capitalismo. Essas atividades crescem conforme o tempo, tanto de forma espontânea como por meio de estratégias deliberadas. Algumas delas surgem como adaptações e iniciativas vindas de baixo, de dentro das comunidades. Outras, por sua vez, são organizadas ou patrocinadas pelo Estado, de cima para baixo, tentando resolver problemas práticos. Esse tipo de relação econômica alternativa constitui o alicerce de uma estrutura econômica cujas relações de produção serão caracterizadas pela democracia, pela igualdade e pela solidariedade.

Para Wright (2019), portanto, é possível atuar nos interstícios desse modo de produção, estimulando outras formas (não mercadológicas) de se organizar a produção mesma, a distribuição de bens e serviços, o consumo e a experiência da vida cotidiana nas cidades. Além disso, há convergência possível na estratégia de luta política entre a prática de movimentos sociais urbanos e o campo das políticas públicas de governo. Com efeito, é a partir dessa reflexão, que se estabelece na presente pesquisa uma perspectiva ontológica de referência para construirmos uma perspectiva alternativa de "cidades inteligentes".

Aplicando o argumento aos impasses da crise urbana atual, os movimentos sociais urbanos devem buscar a "erosão do capitalismo" na cidade, por meio da integração de suas práticas cotidianas (*bottom-up*) com a mobilização das políticas públicas, combinando as ações e seus objetivos possíveis, com a finalidade de reduzir ao máximo possível o papel dos mecanismos da economia de mercado nas cidades.

Nesses termos, a cidade inteligente "alternativa" ou "anticapitalista" positiva-se por meio da estratégia que busca uma alternativa às tendências contemporâneas do neoliberalismo urbano, atuando em seus interstícios, promovendo uma política urbana e uma prática social por meio da ação combinada entre poder público, cidadãos e movimentos sociais, integrando as estratégias de "resistência", "fuga", "domesticação" e "desmonte" da economia monetária. Deve-

-se, portanto, pensar qual o papel que as TICs podem ocupar nessa estratégia abrangente e como os movimentos sociais e a sociedade civil podem se organizar para se apropriar das tecnologias atualmente existentes e desenvolver uma nova tecnologia social.

Alguns autores já chegaram a esse debate. Morozov e Bria (2019), por exemplo, vão defender que um conceito de cidade inteligente alternativo ao hegemônico (*mainstream)* deve se realizar por meio de uma elaboração participativa e democrática de mecanismos digitais de apoio à produção, consumo e gestão dos recursos e serviços da cidade, que contribuam para o empoderamento cidadão sobre os processos socioespaciais urbanos. Para os mesmos autores, o poder público deve, primariamente, desenvolver a "soberania digital" da cidade. Isso se dá por meio de i) ampla disponibilização de internet rápida na cidade; ii) letramento digital da população; iii) barateamento de dispositivos tecnológicos; iv) criação de uma infraestrutura digital urbana, soberana aos interesses das grandes empresas de tecnologia. Tal infraestrutura deve ser capaz de coletar, armazenar, processar e disponibilizar dados de pessoas, recursos e locais sob algoritmos de código aberto, fazendo-os circular como propriedade comum, ao mesmo tempo em que deve garantir a privacidade dos dados dos cidadãos.

As cidades podem e devem estimular o desenvolvimento de aplicativos e plataformas próprias para serviços de utilidade pública, por meio de processos internos, *hackathons* e chamadas públicas. Scholz (2016) e Morozov e Bria (2019) sugerem a "clonagem" dos algoritmos das empresas que atuam no chamado "capitalismo de plataforma" para que se possibilite a criação de plataformas cooperativas alternativas, com o intuito de socializar a intermediação de trabalhos, serviços e produtos diversos na cidade, garantindo sua gestão democrática e finalidade social.

Bauwens e Niaros (2016) e Bauwens et al. (2019) dão um passo adiante e defendem a realização de políticas públicas urbanas voltadas para a generalização de infraestruturas digitais e também as físicas, baseadas na propriedade comum nas cidades (os chamados "comuns urbanos")[201]. Para os autores, isso pode ser feito por meio da promoção do acesso e disponibilidade de serviços e recursos físicos e digitais compartilhados e de uso coletivo, de forma capila-

rizada nas cidades, estimulando uma abundância relativa de oportunidades de produção, serviços e espaços de convívio − tal como o *big data* −, condição necessária para a generalização da propriedade comum em contraponto à escassez de recursos predominante na dinâmica dos bens privados em economia de mercado.

Hult e Bradley (2017) propõem o redirecionamento do próprio planejamento urbano para a economia de compartilhamento. As autoras apontam que as TICs podem desempenhar um papel decisivo para aumentar a escala e integrar a infraestrutura física e digital dos bens "comuns urbanos", promovendo o acesso coletivo e compartilhado de bens, serviços, materiais e espaços subutilizados na cidade, a partir de experiências alternativas de produção, consumo, participação social e de vida cultural nas cidades.

Atualmente, há uma série de práticas e propostas de acesso e disponibilidade de recursos de forma compartilhada e colaborativa nas cidades, que poderiam se beneficiar das TICs para a sua coordenação, integração e expansão de sua escala, buscando um ecossistema de plataformas alternativo à economia de mercado, à guisa de uma generalização dos "comuns urbanos" na cidade (Muldoon, 2022).

Em um esforço de sistematização de alternativas de práticas alternativas de uso das TICs sob o ponto de vista da teoria urbana crítica, apresenta-se a seguir uma série de experiências, divididas em sete áreas da economia e da vida cotidiana (Scholz, 2014; Bauwens; Niaros, 2016; Bauwens et al., 2019; Morozov; Bria, 2019; Kitchin et al., 2019; Mendes, 2020B; Kelava, 2020; Rundle, 2020; Pezzin, 2022; Muldoon, 2022; Shareable, 2020; 2024):

1 - Produção: Laboratórios Cidadãos ou "FabLabs" (espaços "*makers*");[202] Arquitetura Digital Básica Soberana;[203] hortas urbanas coletivas; Plataformas Digitais Cooperativas (aplicativos alternativos para trabalho), proporcionando de forma capilarizada a conexão entre "oferta" e "demanda" de trabalho e meios de produção públicos e compartilhados.[204]

2 - Circulação: Estímulo aos aplicativos e plataformas cooperativas públicas ou da sociedade civil para o transporte de pessoas, bens e produtos; oferta de caronas, compartilhamento de carros e

bicicletas; uso das TICs para promover a expansão de ciclovias e melhorar a mobilidade urbana; isenções fiscais para redução das emissões de dióxido de carbono, reorientando o planejamento do setor conforme o acesso e disponibilidade inteligente de recursos, tal como as propostas de cidades de 15 minutos.

3 - Distribuição e Consumo: Bibliotecas de Coisas (*Library of Things*);[205] Cozinhas Comunitárias; Mercados, Lojas e Cooperativas de Consumo; Moedas Sociais; Uso das TICs para generalizar a prática de reciclagem; criação de aplicativos do poder público para transporte de pessoas, mercadorias e alimentação.

4 - Habitação: Por suas características próprias, a política habitacional é um dos principais eixos transformadores da dinâmica das cidades e merece atenção especial. Os recursos de TICs devem apoiar essa política em ações mais céleres de cobrança de IPTU progressivo no espaço e no tempo; formação de estoques públicos de moradias; Termos Territoriais Coletivos (*Community Land Trusts*); mutirões de autoconstrução; *retrofit* em áreas centrais; projetos de moradia de movimentos sociais urbanos; aplicativos de locação temporária dotados de princípios de justiça social e sustentabilidade urbana; e projetos-piloto inovadores e experimentais de habitações coletivas.

5 - Cultura e Vida Cotidiana: A fruição da cidade em suas potencialidades culturais passa pela ocupação do espaço urbano e pelo estímulo à convivialidade. Isso pode ser realizado tanto em termos físicos, como na recuperação de parques e áreas verdes; estímulo aos *parklets*; expansão das áreas calmas; ruas completas; equipamentos públicos de lazer e atividade física para todas as idades; grandes ruas fechadas uma vez por semana; distribuição de equipamentos culturais pela cidade (a exemplo dos CEUs em São Paulo); plano de uso de imóveis subutilizados para coletivos artísticos; e também em termos qualitativos, por meio de políticas culturais mais agressivas; incentivo às produções locais e intercâmbios; integração da política cultural com as escolas; parcerias público-comuns, para estimular a ocupação do espaço público por meio da comunidade e de coletivos urbanos. As TICs podem contribuir para facilitar o engajamento popular nessas iniciativas, bem como para divulgação das atividades e de estímulo à participação na sua gestão.

6 - Participação Social: usar as TICs para estimular a participação social na elaboração e avaliação de políticas urbanas; criar ferramentas para aproximar a população dos conselhos municipais; criar ferramentas que estimulem a cocriação, como mapas colaborativos, aplicativos para reportar e classificar problemas nas cidades e outros mecanismos de controle social; promover a democratização política via aprofundamento das práticas de orçamento participativo.

7 - Contabilidade Social: indicadores macroeconômicos clássicos não estão servindo para nortear ações para a melhoria do bem-estar social e nem para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A perspectiva de um teto para o crescimento populacional global e de seu envelhecimento ainda no século 21 reforça o esgotamento da dinâmica da produção capitalista, baseada no crescimento econômico e no consumo desenfreado. Hoje é possível utilizar as TICs para a possibilitar a utilização prioritária de indicadores socioeconômicos alternativos e substitutivos aos hegemônicos em economias de mercado (PIB, inflação, taxa de juros, etc) para a gestão de políticas públicas e processos de tomada de decisão, tais como: Emissões de CO^2/ PIB; Segurança Alimentar; Economia da Felicidade; Economia do Cuidado; Índice de Qualidade de Vida; Índice de Progresso Social; Índice de Saúde Social; Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Tais iniciativas adotadas de forma isolada tendem, no longo prazo, a ser capturadas pela economia de mercado ou se constituírem como alternativas pontuais, não ultrapassando as estratégias de "fuga" ou a "resistência" às práticas hegemônicas do neoliberalismo urbano, nos termos da classificação proposta por Wright (2019). O que permitirá ativá-las como iniciativas realmente ligadas a um projeto abrangente de cidade inteligente anticapitalista é a sua coordenação e integração, proporcionada com a mobilização social por meio da atuação conjunta entre o poder público e os movimentos sociais para a construção de políticas urbanas anticapitalistas, positivando um novo meio de vida na cidade (Cardullo; Kitchin, 2019).

Considerações finais

A economia capitalista no período contemporâneo apresenta dois traços bastante evidentes. A hipertrofia de um setor financeiro-rentista, que conduz o direcionamento do desenvolvimento urbano em um contexto pós-industrial, associado à ausência de protagonismo do Estado. O segundo é a invasão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) sobre a cidade, sua economia e vida social, implicando em mudanças dramáticas num curto período, tornando mais complexa a crise urbana atual. As novas TICs permitiram o avanço das estratégias lucrativas das empresas do setor sobre as pessoas, seja na condição de trabalhadoras (desrespeitando legislações trabalhistas, urbanísticas e previdenciárias) ou de consumidoras (moldando seu comportamento de forma individualizada). Assim, as grandes empresas de tecnologia reconfiguram a forma-conteúdo da cidade, extraindo ganhos a partir de sua maior fluidez.

Essa precarização da vida urbana ganha um ingrediente adicional nos países do Sul Global, pois, muitas vezes esses países não têm condições ou interesse em construir infraestruturas urbanas digitais de forma autônoma, acirrando a dependência tecnológica em relação aos países centrais. No contexto da nova urbanização dependente, a cidade converte-se em plataforma para práticas diversas do neoextrativismo, seja pela intensificação da jornada de trabalho por aplicativo, a internalização de custos empresariais aos trabalhadores, seu endividamento, ou a reconfiguração do ambiente construído (imóveis de aluguel para temporada, novos condomínios logísticos).

No caso específico das políticas públicas para cidades inteligentes, os dados da cidade e dos cidadãos ficam suscetíveis às práticas de captura indiscriminada (mineração de dados) pelas grandes empresas de tecnologia. Além disso, os mecanismos básicos de serviços e de gestão pública passam a depender dessas empresas, quando governos adquirem pacotes de serviços digitais em diversos setores e não possuem capacidade ou interesse de desenvolver infraestruturas soberanas.

Ao longo da década de 2010, foram lançados diversos planos nas esferas federal, estadual e municipal para a digitalização de serviços públicos e para a difusão de internet de banda larga gratuita em diversos municípios do Brasil.[206] Tais ações inicialmente aspiravam uma perspectiva de longo prazo e, à semelhança de outras políticas de Estado no país, buscavam estabelecer princípios, metas e objetivos para o tema das "cidades inteligentes". Suas ações setoriais, de modo hegemônico, ainda buscam a conciliação das visões do empreendedorismo urbano e do bem-estar urbano em suas finalidades. No entanto, quando não priorizam o interesse coletivo, a justiça social e a positivação do direito à cidade, as potencialidades de uso das TICs nas cidades acabam sendo limitadas pelos interesses políticos e empresariais. Como afirma Poli de Figueiredo (CETIC, 2021, p.199),

> uma crença central ao discurso da *smart city* é a de que, apesar dos conflitos e disputas, podemos atingir um consenso por meio da racionalidade, objetividade e dialética. Existem na cidade, entretanto, conflitos tão graves e estruturais que não há racionalidade que baste para chegar a uma solução para eles: são frutos de interesses tão fundamentalmente distintos que a realização de um implica a negação total do outro.

Como resultado, temos planos abrangentes e genéricos, que servem para avalizar iniciativas de potencial menos transformador, quando não voltadas para reforçar as práticas do neoliberalismo urbano ou apenas para imprimir uma imagem modernizante com fins eleitorais ao grupo político no poder. A Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), em tramitação no Congresso Nacional, tem em seu projeto de lei (PL nº 976-B/2021) um rol de objetivos conflitantes entre si, desde o estímulo ao empreendedorismo individual e competitividade das cidades até a redução de desigualdades econômicas e sociais urbanas.

O Brasil já possui uma história de lutas quando o assunto é a regulação da internet (Marco Civil da Internet), o direito à proteção dos dados de usuários (Lei Geral de Proteção de Dados) e iniciativas

de difusão de programas e aplicativos de código aberto. O momento atual é propício para fazer avançar essa pauta, redefinindo o papel da aplicação das TICs na gestão urbana e na vida cotidiana.

Os movimentos sociais podem atuar institucionalmente, avançando a pauta das "cidades inteligentes" alternativas nas Conferências Nacionais da Cidade, nos diversos Conselhos Sociais, na formulação, implementação e avaliação dos Planos de Cidades Inteligentes municipais previstos na PNCI, na defesa pela priorização de recursos para o bem-estar coletivo e a sustentabilidade ambiental, no debate e ação, especialmente junto às prefeituras de cunho progressista.[207]

Em suas atividades cotidianas, os movimentos sociais urbanos podem expandir projetos-piloto de aplicação de TIC em código aberto e compartilhável, reduzindo a dependência à economia de mercado, às grandes empresas de tecnologia e *startups* de economia urbana, na criação e utilização de ferramentas digitais por parte dos governos e de cidadãos.

De acordo com a reflexão de Wright (2019) sobre a tática e estratégia anticapitalistas para o século 21, os movimentos sociais urbanos devem se abrir para a integração de ações nesse sentido, buscando o objetivo estratégico de promover a "erosão do capitalismo", direcionando o uso das TICs para a generalização das experiências baseadas em propriedade comum ("comuns urbanos") elencadas de modo não exaustivo neste capítulo, reconhecendo sua centralidade como contraponto ao neoliberalismo urbano em ambos os termos, de prática social e de políticas públicas. Isso significa fazer os "comuns urbanos" avançarem, com a perspectiva de uma cidade inteligente anticapitalista, para além de um catálogo de exemplos de resistência na cidade, mas articulando-as para a reapropriação da cidade como o produto do trabalho coletivo de seus moradores.

É necessário recuperar o conceito de "inteligência" em seu sentido mais amplo e plural, que não se resume ao conteúdo de conhecimento isolado inserido no uso de recursos de TIC. A "inteligência" como adjetivo 'desalienado' está presente em pautas sociais de movimentos urbanos anteriores e também no conhecimento da vida cotidiana, das tradições ou naquele produzido a partir de

reflexões acadêmicas. Sua recuperação desmistifica o componente tecnológico das lutas urbanas, abrindo a possibilidade para a imaginação de outros futuros (McFarlane; Söderström, 2017; Cardullo; Kitchin, 2019). Uma cidade inteligente pode ser inspirada em princípios urbanísticos relacionados, por exemplo, às cidades de 15 minutos ou às cidades-esponja, cuja aplicação não exige protagonismo da aplicação de recursos de TIC. Kon e Santana (2016) ilustram bem e de forma simples um ideal de cidade verdadeiramente inteligente: não aquela repleta de sensores, tecnologias e câmeras, mas sim, uma cidade acolhedora, pensada à escala do pedestre, cheia de pessoas felizes e saudáveis, com poucos carros e muitas bicicletas e áreas verdes e processos participativos eficazes.

Pensar esse tema no seio da luta política anticapitalista exige recuperar um debate ontológico sobre a cidade, capaz de refletir de forma radical sobre seu potencial, como lócus da produção de uma vida social de novo tipo, capaz de ir além da negação do neoliberalismo urbano. Capaz de recuperar o sentido original e rebelde do debate sobre o direito à cidade e construir uma vida cotidiana mais sustentável, justa, comunitária e significativa.

CAPÍTULO 21

Trabalho, extrativismo e as novas disputas pelo espaço urbano

Gilberto Cunha Franca

Introdução

Neste capítulo, serão discutidos o conflito e a disputa atual do espaço comum dentro do contexto da novíssima urbanização dependente. Para isso, é importante entender como as grandes plataformas digitais estrangeiras, como Uber, iFood, Google, Mercado Livre, Amazon[208] e AliExpress, se apoiam no meio geográfico construído das cidades e metrópoles para superexplorar o trabalho e capturar a riqueza gerada nas interações sociais e nas múltiplas formas de trabalho urbano.

Na última década, enquanto o Brasil se afundava em uma policrise (econômica, social, sanitária e institucional), essas plataformas digitais aproveitaram a situação para expandir seu domínio sobre o trabalho e a rede urbana brasileira. Foi um período em que se aprofundou nossa dependência tecnológica e financeira de empresas que superexploram o trabalho assalariado e extraem riqueza da multiplicação do trabalho.

Isso também significou uma perda de capacidade de autogoverno, na medida em que o destino dos serviços de transporte e de logística urbana é guiado externamente por essas *Big Techs*. Acentua-se o caráter "antinação" da associação atual entre plataformas e o Estado neoliberal, para usar uma ideia de Oliveira,

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_021

que Ribeiro, Matela e Diniz (2024) retomam ao falar da "perda dessa autonomia relativa [do Estado], nas novas condições de dependência" (p. 311). Esse processo ocorre na medida em que o Estado transfere atualmente para as plataformas digitais seu papel político e econômico "de regulação e de provisão, direta ou indireta, de equipamentos e serviços", como exemplificado pelo crescimento do transporte privado por aplicativo em detrimento do transporte público.

A plataformização será o tema da primeira parte deste capítulo. Discutiremos esse tema sob a perspectiva da multiplicação do trabalho que ocorre cada vez mais no espaço das cidades e metrópoles. Com a digitalização do território e a plataformização do trabalho, as *Big Techs*, de fora para dentro, superexploram o trabalho por aplicativo, controlando trabalhadores dispersos no território urbano por meio da gestão algorítmica. Veremos também como a internalização do trabalho autônomo gera contradições em relação ao domínio das plataformas.

Junto à superexploração do trabalho por aplicativo, é necessário considerar a expansão geográfica e social das operações extrativistas, realizadas por plataformas e instituições financeiras, que capturam a riqueza produzida pelo circuito inferior da economia urbana, especialmente nos territórios periféricos. Esse é o tema da segunda parte do capítulo. Nela, veremos que, ao lado do neoextrativismo que vigora no Brasil por meio da extração de recursos naturais, opera um novo tipo de extrativismo: o extrativismo urbano, como característica da novíssima dependência brasileira.

Por fim, na terceira parte, o capítulo aborda a emergência do conflito e da disputa pelo espaço comum urbano por parte dos entregadores. Ele parte das táticas de sobrevivência, características da economia popular e do circuito inferior da economia urbana, para usar um conceito de Santos (1978). Aborda o 'breque dos Apps' como expressão urbana do conflito social contemporâneo e conclui com o relato de uma experiência de organização coletiva autônoma de entregadores: a cooperativa de ciclistas formada por mulheres e pessoas trans, Señoritas Courier, que atua na cidade de São Paulo.

Digitalização do território e multiplicação do trabalho urbano

Quando o entregador e ativista Paulo Galo diz que "o chão de fábrica é o asfalto e o entregador por aplicativo é o novo metalúrgico"[209], ele chama a atenção para uma mudança substancial no processo e no meio de trabalho, e, por sua vez, na subjetividade do trabalhador e da trabalhadora. Ele nos fala das cidades e metrópoles, cujo espaço vem se tornando cada vez mais um espaço de trabalho, especialmente no setor de transportes e entregas por aplicativos. Em um artigo recente sobre a plataformização do trabalho na cidade de São Paulo, as pesquisadoras Fioravanti, Martins e Rizek também chegam ao entendimento de que "o espraiamento recente das plataformas digitais tem provocado novas dinâmicas da relação entre trabalho e cidade" (2024, p. 69).

No pensamento ocidental, o filósofo Antônio Negri tem insistido há certo tempo nesse novo papel das metrópoles como espaço de trabalho e produção. Para ele, "a metrópole é um lugar de produção que deve ser analisado em toda a sua especificidade. Mas também é verdade que ela hoje se tenha tornado o lugar de produção por excelência" (2014, p. 13-14). Uma mudança dessa natureza implica transformações fundamentais na forma de exploração e composição social do trabalho,[210] na luta social e na subjetividade. Portanto, "não é uma metáfora", diz ele, "afirmar que a metrópole esteja hoje para a multidão como a fábrica estava para a classe operária" (p. 14).

De espaço social, lugar da vida cotidiana e da reprodução das relações sociais, tão bem elaborado por Lefebvre (1973) ainda no domínio da produção industrial,[211] a metrópole se transforma, sob o meio técnico-informacional (Santos, 1996), no lugar da produção por excelência, no mais amplo sentido da produção: de bens, serviços, informação, fluxos, de sujeitos e subjetividades. Por isso, é importante dizer que a passagem da produção do espaço da fábrica ao espaço urbano foi e segue sendo, ao mesmo tempo, um processo político, produto da resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais ao modelo disciplinar fabril que vigorou de maneira hegemônica até os anos 70.

Com a resistência dos trabalhadores assalariados e a redução dos lucros do setor industrial, sobretudo nos países centrais, como demonstra Arrighi (2003, 2008), o capital se viu obrigado a realizar vários deslocamentos setoriais e espaciais a fim de investir nas formas de trabalho e de reprodução social disseminadas no espaço urbano (Hardt e Negri, 2016). "A fim de restabelecer as margens de lucro que não podiam mais ser extraídas das fábricas", como eles argumentam, "o capital teve que colocar o terreno social para trabalhar, e o modo de produção teve de ser ainda mais firmemente entrelaçado às formas de vida" (p. 151-152). Para isso, o capital precisou buscar o valor do trabalho fora do controle direto fabril, ou seja, no espaço disperso das cidades e metrópoles e, sobretudo, nos territórios populares e periféricos. Esse é o assunto da próxima seção.

Digitalização do território

Da especificidade do urbano como espaço de reprodução social e da vida cotidiana na era industrial, ele se converte também agora em espaço de produção e trabalho, por excelência, graças à existência de um meio técnico-informacional (Santos, 1996). "A informação", diz Santos, "é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação" (1996, p. 11). E com isso, a "cidade técnico-científica-informacional", de maneira seletiva, vai se sobrepondo "à cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores" (1992, p. 37).

Mas agora, "cada vez mais", diz Arroyo, "as informações são produzidas por meios digitais", e trabalho, compras, serviços "são algumas das expressões dessa era digital", isso tudo mediado "por novas plataformas de produção de conteúdo e interação social", algo que a autora descreve como digitalização do território (2021, p. 144). Ao mesmo tempo em que se produz a interação social, as grandes plataformas digitais procuram capturar essa mesma interação. Ou seja, essas plataformas, como veremos mais adiante, dependem do território digitalizado para explorar e capturar a riqueza social.

Com o meio informacional, o que Marx (2013, p. 258) chamou de "meio de trabalho universal" (instalações, estradas,

ferrovias etc.) deixa de cumprir apenas aquela função indireta e deficiente para ser o meio geográfico de trabalho propriamente. "Diferentemente do que se passou na manufatura, na maquinofatura e mesmo no fordismo", escreve Franca, "o funcionamento e a continuidade do meio de trabalho fabril passaram a ser condicionados pelo meio geográfico do trabalho" (p. 84). Agora, com a digitalização do território, as plataformas podem se apoiar em um meio geográfico de trabalho mais integrado à sua lógica, e com isso, drenar de maneira mais eficiente a riqueza da economia popular e dos territórios urbanos periféricos.

Embora os precedentes históricos das plataformas digitais sejam mais antigos, seu papel proeminente na circulação de pessoas e coisas, no trabalho e na reprodução social, é bastante recente. Como explicam Mezzadra e Neilson (2024), elas "surgiram como dispositivos-chave para gerenciar a crise, em campos tão diversos como comunicação, entrega de alimentos e comércio eletrônico" (p. 15). Durante o lockdown, na pandemia de Covid-19, passaram a dominar o "trabalho essencial" em diferentes partes do mundo (Lakoff, 2020). Geograficamente, elas surgem nos Estados Unidos e no Ocidente, mas sua disseminação para Ásia, África e América Latina é muito rápida, tanto sob o domínio das grandes plataformas corporativas, as *Big Techs*, quanto a partir de plataformas locais.

"A intermediação", dizem Mezzadra e Neilson, "está, portanto, no cerne do funcionamento das plataformas digitais" (2024, p. 17). Elas operam as intermediações entre pessoas e coisas e se apresentam, como assinala Schinestsck, "como detentoras de mecanismos tecnológicos aptos a conectar oferta e demanda de um bem ou serviço por meio de uma rede, alcançando um enorme contingente de pessoas" (p.). Como modelo de negócios, baseiam-se em dois eixos fundamentais: os algoritmos e os dados. Como as empresas gerenciam e controlam o conjunto do trabalho executado com base nos dados dos consumidores e dos trabalhadores, é preciso dizer que a função de intermediação, que caracteriza as plataformas digitais, "parece estar longe de ser neutra e a questão do trabalho emerge como um ponto-chave em seu funcionamento" (p. 80), diz o autor.

Plataformização do trabalho

Nesta seção, vamos discutir a plataformização do trabalho e como, nas condições da novíssima dependência, as plataformas usam o território urbano digitalizado para superexplorar o trabalho em sua multiplicidade atual. Sob a gestão das grandes plataformas, há uma multidão de trabalhadores informais, desempregados e na reserva, ligados à economia popular, concentrados principalmente nas periferias urbanas. Isso configura uma geografia específica de trabalho, caracterizada por deslocamentos espaciais diários e pelo uso do território urbano marcado pela precariedade das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores também digitalizados.

Observar a plataformização a partir do trabalho nos dá uma visão de baixo para cima, permitindo analisar a produção social do lado de quem produz valor e mais-valia. No entanto, o que acontece com o trabalho em plataformas não diz respeito apenas à situação dos trabalhadores de plataforma. Ele fornece, por sua vez, como explicam Mezzadra e Neilson, "uma lente para a análise de um conjunto de transformações que estão remodelando as relações de trabalho em grande escala, bem como os limites entre trabalho e vida, produção e reprodução" (2024, p. 21). Seguir os passos do trabalho é, além disso, uma maneira de acompanhar a resistência que surge da exploração e a subjetividade coletiva que emerge da solidariedade e da cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras.

Como aconteceu em muitas partes do mundo, também no contexto brasileiro, a crise sanitária com a pandemia de Covid-19 acelerou a plataformização, na medida em que "o trabalho dos entregadores e motoristas de plataformas se tornavam essenciais" (Fioravanti, Martins e Rizek, 2024). Durante a pandemia, "esta disponibilidade de trabalhadores contribuiu", segundo Abílio, Amorim e Grohmann (2021), "para a queda nos rendimentos ao mesmo tempo em que levou ao aumento das jornadas para os entregadores" (p. 71). A expansão urbana das plataformas digitais se beneficia das condições criadas pela crise econômica e social brasileira desde 2015. A taxa de desocupação atingiu o maior

índice em 2020, segundo o IBGE, e o rendimento médio caiu aos menores valores em 2021 e 2022.[212]

No último trimestre de 2022, havia 1,49 milhão de trabalhadores por plataformas no Brasil, com quase 60% concentrados na região Sudeste e predominantemente composto por homens, representando 81,3% dos trabalhadores. A média salarial é praticamente a mesma da média dos trabalhadores brasileiros em geral. Contudo, a média da jornada de trabalho por aplicativo é sensivelmente maior, com 46 horas semanais, comparado ao trabalho fora das plataformas, que é de aproximadamente 40 horas semanais.[213]

Esse número maior de horas trabalhadas no trabalho por aplicativo no Brasil revela o nível de informalidade desse segmento, o que significa que, na maior parte, os trabalhadores atuam sem proteção ou direitos, como férias e décimo terceiro. Isso fica evidente ao observar que apenas 36% dos trabalhadores por plataforma contribuem com a previdência, enquanto, entre os trabalhadores não vinculados a plataformas, esse percentual é de cerca de 60%. Ao considerar esses dados em conjunto, podemos afirmar que, em um dos setores de mais alta intensidade tecnológica, os trabalhadores operam em condições de superexploração e precariedade.

Outro aspecto importante, ressaltado tanto na pesquisa de Mezzadra e Neilson (2024) quanto na de Fioravanti, Martins e Rizek, que se concentra especificamente na cidade de São Paulo, é a observação da "multiplicação de trabalhadores geridos por plataformas na vida urbana de grandes metrópoles" (2024, p. 70). Trabalhadores assalariados, informais, autônomos e todo um contingente do exército urbano de reserva, dispersos geograficamente, entram nas operações das plataformas em quantidades e qualidades adequadas.

O controle dessa multiplicação de trabalhadores dispersos geograficamente foi possível, em termos tecnológicos, pela gestão algorítmica do tecido urbano e do trabalho. Para Fioravanti, Martins e Rizek, "a dispersão de milhares de trabalhadores pela metrópole, ancorada por uma gestão algorítmica, somente se realiza por um controle incisivo do tempo, do território e do próprio

trabalho e pela intensa vulnerabilidade dos trabalhadores" (2024, p. 69). Através dessa gestão algorítmica, está montado todo "sistema de avaliações, recompensas e bloqueios que permitem uma gestão extremamente flexível e arbitrária da força de trabalho" (2024, p. 72).

"A subordinação algorítmica", como observam Delgado e Carvalho (2020), "não se concretiza, portanto, pelas formas tradicionais do exercício do poder diretivo, dependentes de um espaço geograficamente delimitado e de um controle rígido do horário de trabalho." É isso que querem dizer Mezzadra e Neilson quando escrevem que "o trabalho de plataforma não se refere a um estoque fixo de trabalhadores empregados pelas plataformas, mas sim a uma multidão flutuante de trabalhadores potenciais, cuja disponibilidade molda o cálculo de gestão das plataformas" (2024, p. 24).

A digitalização do território e do trabalho, sob a gestão algorítmica, tornou possível pela primeira vez internalizar às operações das plataformas digitais a chamada "reserva industrial de trabalho" (Marx, 1977, p. 784) — ou, como preferimos chamar, reserva urbana de trabalho, já que estamos nos referindo a uma reserva de trabalhadores não só para o trabalho industrial, mas para o conjunto do trabalho urbano, predominantemente ligado ao setor de serviços. Com isso, a própria divisão entre a massa ativa e a de reserva no contexto atual fica borrada, quando não diluída.

É importante dizer que, embora a gestão algorítmica possa ser muito eficiente no controle à distância sobre o trabalho geograficamente disperso dos trabalhadores, o capitalista deixa de exercer o controle direto como acontecia no espaço da fábrica. Ou seja, como escrevem Hardt e Negri, "os trabalhadores são reunidos na fábrica, recebem os meios para produzir conjuntamente e são forçados a obedecer à disciplina que regula a cooperação" (2018, p. 385). Contudo, quando nos referimos aos circuitos contemporâneos de produção no espaço urbano, "a cooperação crescentemente se forma sem imposição direta por parte do controle capitalista" (p. 385), o que abre condições para uma relativa autonomia do trabalho em suas múltiplas formas.

As plataformas buscam internalizar o trabalho autônomo em seus circuitos de produção e transferir aos trabalhadores autônomos os custos e riscos na aquisição e manutenção de uma variedade de meios de produção, tais como celular, bicicleta, moto, bolsas de entrega, carro etc.[214] "Esses trabalhadores precarizados *just in time*", dizem Fioravanti, Martins e Rizek (2024), "gastam tempo e recursos próprios buscando regiões onde possam usar intensivamente sua força de trabalho, em um processo no qual a própria cidade se configura como local de trabalho" (p. 83).

Plataformização do circuito inferior da economia urbana

Ao internalizar o trabalho geograficamente disperso no espaço urbano, onde os trabalhadores trazem seus próprios meios de produção, as plataformas integram esse circuito produtivo às suas operações. Nesse processo, investem cada vez mais no circuito inferior da economia urbana, conceito de Santos (1978). Segundo ele, a modernização tecnológica, frequentemente importada, gera uma parcela expressiva da população que não é absorvida no mercado de trabalho. "A população, portanto," segundo Montenegro, "tem que desenvolver estratégias para sua sobrevivência em função dessa modernização, pois ela não é absorvida no circuito superior da economia urbana, caracterizado pelos empregos formais, com alto nível de tecnologia, capitalização e organização" (p. 44).

O circuito inferior, ao contrário, caracteriza-se pela informalidade e pelo baixo nível de tecnologia, capital e organização, reunindo "atividades ditas de pequena escala, familiares e domésticas, em um contexto de expansão da dinâmica demográfica e das metrópoles" (p. 23), como observa Montenegro. O que chama a atenção atualmente é a maneira como o circuito superior, representado pelas plataformas digitais, busca submeter verticalmente o circuito inferior às suas operações produtivas e valorativas. Como explica o autor, as "articulações verticais [entre os dois circuitos] hoje se transformam a partir da financeirização da pobreza, da plataformização das relações de trabalho, e isso vem

tornando essa complementaridade [horizontal de cada circuito] e essa subordinação [do circuito inferior] cada vez mais complexas e hierárquicas" (Montenegro, 2023, p. 32-33).

Com a digitalização do território, as grandes plataformas subordinam uma multiplicidade de formas de trabalho geograficamente dispersas, pertencentes ao circuito inferior da economia, sem que este perca certa autonomia em relação ao circuito superior. No entanto, à medida que o circuito inferior se expande, mesmo que o controle digital e algorítmico esteja nas mãos das grandes plataformas, a transferência de certos custos de produção – como celular, aplicativos, bicicleta, moto, bolsas de entrega, carro – pode representar algum tipo de empoderamento econômico e social. Como comenta Antas Junior, "existe [atualmente] um consumo por parte da população mais pobre dos sistemas informacionais muito mais difundido" (2023, p. 38).

No Brasil, o processo de industrialização e modernização levou à expectativa de hegemonização das relações de assalariamento, o que contribuiu para invisibilizar "toda uma gama de atividades laborais consideradas atrasadas, fora de seu tempo e imaginou-se que, de algum modo, elas viriam a ser extintas" (Sato et al., 2024, p. 4). Ao se referirem ao circuito inferior, Balbin, Arroyo e Santiago observam que as "lógicas e práticas" características desse circuito "vêm sendo historicamente negligenciadas ou mesmo combatidas pelo Estado e pela sociedade, em vez de fomentadas e aprimoradas nos aspectos contributivos para o desenvolvimento nacional" (2023, p. 7).

Olhando de baixo para cima, ou seja, do ponto de vista do circuito inferior em relação ao circuito superior, percebe-se que essa relação não é de passividade. A existência e persistência do circuito inferior são resultantes de táticas de sobrevivência e de um cotidiano compartilhado no espaço banal. Nesse circuito e em sua relação com o circuito superior, há um processo construído "de baixo para cima onde", como diz Santos, "o que comanda é o tempo do lugar produzido pela existência da vizinhança, na contiguidade; esse espaço banal, criador de solidariedades, cujo fundamento não é técnico, mas sim histórico; não é pragmático, mas possui uma enorme parcela de emoção" (2000, p. 94).

Extrativismo urbano

A transição da produção do espaço da fábrica para o da metrópole, viabilizada pelo meio informacional e pela digitalização do território, configura-se, mais uma vez, em um momento de aprofundamento de nossa dependência. Como vimos na seção anterior, a nova urbanização é caracterizada pelo domínio digital do território por grandes plataformas que, operando de fora, através de alianças locais, mantêm-nos tecnologicamente dependentes e superexploram o trabalho, "retirando o mínimo de margem de autonomia que a periferia e a semiperiferia haviam conquistado" na governança de nossas cidades e metrópoles, e, claro, da própria nação (Ribeiro, Matela, Diniz, 2024, p. 320).

Vimos também que essas grandes plataformas digitais conseguem internalizar em suas operações uma multiplicidade de formas de trabalho dispersas geograficamente, diluindo as fronteiras entre trabalho ativo e de reserva, formal e informal, assalariado e autônomo. No circuito superior da economia urbana, as plataformas atuam sobre formas de trabalho não assalariado e não diretamente controladas por elas, diferentemente do que ocorre no espaço fabril. Dessa maneira, elas transferem custos e riscos para o trabalho autônomo, que pertence ao circuito inferior da economia urbana. Como veremos a seguir, além da superexploração do trabalho urbano que caracteriza nossa dependência, surgem novos mecanismos de extração urbana da riqueza social.

"A condição da novíssima dependência", como escrevem Ribeiro, Matela e Diniz, "acentuou o padrão de relações de exploração e extração das riquezas da periferia e sua transferência para as grandes empresas e os Estados do núcleo orgânico do sistema" (p. 320). O que ficou conhecido como neoextrativismo refere-se principalmente à extração e transferência de riquezas naturais pelo agronegócio e pela mineração (Svampa, 2019). As populações mais diretamente afetadas pelo neoextrativismo são as comunidades originárias, especialmente as populações indígenas, que são deslocadas de seus territórios e têm seus modos de vida alterados ou até destruídos.

No entanto, o que queremos destacar aqui é que, além do neoextrativismo – uma expressão da nova dependência que avança sobre os bens comuns da natureza –, há o extrativismo urbano como expressão fundamental da novíssima urbanização dependente. Esse extrativismo avança sobre o bem comum através da mineração de dados gerados nas interações sociais e da captura da renda do trabalho por meio do crédito e da dívida. Trata-se de um tipo de extrativismo que incide cada vez mais sobre a economia popular e os territórios periféricos, como argumentam Mezzadra e Gago (2017), envolvendo a população que trabalha, consome e sobrevive quase sempre no circuito inferior da economia urbana, como discutido anteriormente.

Neoextrativismo

A socióloga argentina Svampa (2019) é talvez a autora mais importante na elaboração do conceito de neoextrativismo, que explica a nova fase de acumulação de capital caracterizada por uma intensa pressão sobre bens naturais e territórios" (p. 27). O conceito de neoextrativismo tem sido amplamente utilizado, especialmente na América Latina, para descrever a espoliação ou despossessão dos recursos naturais, a exportação de matéria-prima e, mais especificamente em relação ao Brasil, a reprimarização de sua economia (Svampa, 2013, 2019; Bringel; Svampa, 2023).

O contexto neoextrativista está associado ao boom e ao "Consenso de los Commodities", que prevaleceu entre 2003 e 2013 na América Latina e no Brasil. Segundo Bringel e Svampa, o "Consenso de los Commodities" é assumido por "atores muito diversos e heterogêneos – desde os mais conservadores até os progressistas – como uma verdadeira 'oportunidade econômica'". Nesse período, como explicam, "as economias latino-americanas se reprimarizaram e a dinâmica de desapropriação se acentuou de maneira muito violenta, com destruição da biodiversidade e expulsão e deslocamento de populações de seus territórios." (Bringel; Svampa, 2023, p. 54)

O neoextrativismo afeta consideravelmente as cidades e metrópoles de duas maneiras. Primeiro, de forma negativa, com

o "deslocamento de famílias camponesas" devido ao avanço da mineração e do agronegócio, o que intensificou os "processos de segregação e desigualdade", conforme Marin, Alor e Orrego-Echeverría (2023, p. 44). Em segundo lugar, de maneira positiva, mas não sem contradições, os ganhos com o boom das commodities nos governos progressistas, como no Brasil, permitiram a criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, instituído no governo Lula em 2003.

Como expressão da nova dependência, o neoextrativismo está relacionado ao contexto e aos problemas urbanos recentes no Brasil e na América Latina. Contudo, pretendemos, como propõem Gago e Mezzadra, "radicalizar a própria noção de extrativismo para, de um lado, destacar sua relação orgânica com as finanças e, de outro, ir além de sua segmentação em matérias-primas" da natureza (2015, p. 40). Nessa perspectiva aberta por Gago e Mezzadra, é possível abordar o extrativismo que opera através das finanças, mas em um contexto propriamente urbano.

Tipologias do extrativismo urbano

Arboleda aborda teoricamente o extrativismo urbano e o faz "do ponto de vista da circulação" (2024, p. 286). Ele descreve o extrativismo urbano como um estágio da circulação da mercadoria e do capital, que começa com a indústria extrativista de matéria-prima, passa pela extração na distribuição por meio das infraestruturas e da logística, e segue para a extração financeira. Segundo Arboleda, "uma análise das indústrias extrativas através do ponto de vista da circulação também indica como os capitais excedentes produzidos no setor primário estão sendo sistematicamente projetados ou 'transferidos' para fora, dando assim origem a impulsos especulativos e a novas formas de confinamento em todo o sistema urbano" (2024, p. 286).

Esse tipo de extrativismo urbano, discutido teoricamente pelo autor, estabelece conexões entre as operações extrativistas que começam na extração de matéria-prima e atravessam o sistema urbano por meio da logística e da financeirização. Entretanto, a fonte do valor continua sendo a terra. Ele, no entanto,

não discute propriamente o extrativismo que surge da riqueza gerada cada vez mais pela multiplicidade de trabalhos e pelas interações sociais em ambientes tipicamente urbanos.

O conceito de despossessão desenvolvido por Harvey também tem sido utilizado para explicar tanto o extrativismo urbano quanto o neoextrativismo dos bens naturais no Brasil e na América Latina, como uma via de acumulação capitalista (2005). Despossessão, ou espoliação, como aparece em algumas traduções, descreve a "continuidade e intensificação daquilo que Marx identificou como 'acumulação primitiva', mas que tem sido uma característica central da acumulação de capital ao longo da geografia histórica do capitalismo". Portanto, não faz sentido chamar de primitivo ou originário algo que, ao lado da acumulação via exploração do trabalho, desempenha um papel tão importante na acumulação capitalista.

No espaço urbano, esse conceito tem sido usado principalmente para explicar a especulação imobiliária e a renda da terra, assim como o cercamento dos bens públicos e comuns e a periferização das cidades. Entre as formas de despossessão, a gentrificação surge cada vez mais como uma ameaça para o urbano popular, com a destruição dos laços sociais construídos no interior dos antigos bairros (Marin, Alor, Orrego-Echeverría, 2023). Como esses autores explicam,

> a gentrificação é um processo associado a uma forma renovada de acumulação de capital nas cidades, que também passou a ser conhecida como extrativismo urbano. Por essas razões, a gentrificação ou o extrativismo urbano podem ser considerados aspectos relevantes desse processo de renovação do capitalismo, iniciado em meados da década de 1970, que David Harvey chamou de acumulação por despossessão. (p. 45)

Esse segundo tipo de extrativismo urbano, diretamente relacionado à especulação imobiliária, também está intrinsecamente associado ao caráter rentista do capitalismo atual, pelo qual o Brasil e os demais países periféricos da América Latina são submetidos ao poder dos países centrais e imperialistas. No entanto, ainda que a

renda da terra seja uma forma privilegiada de captura das relações socioespaciais, buscamos, além disso, evidenciar um terceiro tipo de extrativismo urbano, que captura o comum socialmente produzido na interação e na cooperação entre as pessoas. Trata-se, nesse terceiro tipo, de um processo que pode revelar o caráter ativo do trabalho e do circuito inferior na produção da riqueza urbana, particularmente gerada nos territórios periféricos.

O que nos parece mais problemático no conceito de despossessão é que exploração e extração permanecem separadas, quando atualmente percebemos cada vez mais o entrelaçamento entre essas duas lógicas de acumulação. Isso ocorre porque, como explicam Gago e Mezzadra, "o conceito de exploração fica relegado a uma definição tradicional, torna-se o outro da desapropriação e fica vinculado à realidade do trabalho assalariado, definida por uma esfera da produção pensada sob o paradigma da indústria" (2015, p. 50).[215]

Precisamos de uma definição mais ampla de extrativismo urbano que abranja a esfera da produção baseada no paradigma informacional e digital. Uma definição que, além da expropriação e extração urbana da renda da terra, seja capaz de explicar as operações extrativistas que ocorrem principalmente por meio da mineração de dados, gerados em nossas interações sociais, e da captura da renda do trabalho por meio dos mecanismos financeiros que se expandem para o circuito inferior da economia urbana.

Essa perspectiva, de baixo para cima, permite, além disso, acompanhar mais de perto os pontos de resistência e o potencial de produção coletiva de novas relações e subjetividades.

Uma primeira via desse terceiro tipo de extrativismo está bem desenvolvida no que hoje é conhecido como capitalismo de plataforma (Srnicek, 2018). Como Srnicek aponta, "no século XXI, o capitalismo avançado se concentra na extração e uso de um tipo particular de matéria-prima: os dados" (p. 41). Ao gerir uma variedade de formas que vão desde aplicativos de entrega de comida e transporte até grandes plataformas como Google e Amazon, essas corporações se movem, como descrito por Gago e Mezzadra (2015, p. 19), por uma "vontade bulímica de capturar o espectro mais amplo possível de interações [sociais]."

Por meio da mineração de dados, as plataformas corporativas transformam nossas interações sociais em fontes de valor. Nosso perfil, localização e afetos são capturados por uma ampla variedade de tecnologias informacionais e digitais conectadas a algumas das maiores *Big Techs*, predominantemente americanas e chinesas. Os algoritmos, que desempenham um papel central na gestão do trabalho e do consumo dispersos espacialmente, são igualmente essenciais na "mineração de dados que sustenta a geração de valor no capitalismo de plataforma" (Mezzadra e Neilson, 2024, p. 23).

A segunda via do extrativismo urbano a que nos referimos opera por meio das finanças, sendo o mecanismo principal de extração o rentismo financeiro (Ribeiro, Matela, Diniz, 2024). Como esclarecem os autores, "o traço fundamental do rentismo, como padrão de acumulação, é o aumento do poder do capital sobre os processos de geração e de extração de excedentes, sem necessitar controlar diretamente a esfera da produção" (p. 320).[216] Partindo dessa definição, podemos dizer que estamos diante de um aumento impressionante "do poder do capital sobre os processos de geração e extração do valor de excedentes", especialmente por meio do crédito e do endividamento das classes populares.

Com a financeirização, o poder hegemônico passa a ser exercido "na esfera da circulação do valor", como dizem os autores, "controlando, à distância, os novos 'chãos das fábricas'" (p. 320). À medida que o chão de fábrica é a própria metrópole, podemos utilizar esse insight para afirmar que o controle à distância se expande atualmente para a multiplicidade do trabalho urbano, através da associação entre instituições financeiras e plataformas digitais do circuito superior, como ocorre nos serviços de transporte e entrega por aplicativo.

Como apontado anteriormente, as plataformas se beneficiam da transferência para os trabalhadores autônomos de aplicativos dos encargos relacionados à compra, aluguel e manutenção de uma variedade de meios de trabalho, como celular, carro, moto, bags, entre outros. Recentemente, a própria Uber criou uma linha de crédito voltada aos seus trabalhadores, o Uber Money. Segundo reportagem, "esse programa de empréstimo, que possui

versões no Brasil, na Índia e no Peru, estaria levando os motoristas a uma grave situação de endividamento e obrigando-os a trabalhar para o app somente para pagar as dívidas".

O endividamento das famílias atingiu níveis recordes em 2024. Em abril deste ano, era de 75,5%, enquanto, em 2019, antes da pandemia e do crescimento expressivo da plataformização do trabalho, estava em 63%. O que mais chama atenção na figura a seguir é a porcentagem levemente maior de endividamento entre as faixas de renda mais baixa em abril de 2024 e, ainda mais, a porcentagem sensivelmente maior de dívidas em atraso nessas mesmas faixas de renda.

Figura 1 – Endividamento das famílias brasileiras

Famílias endividadas (faixas de renda)				
	0-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	>10 SM
abr/23	79,0%	78,7%	77,8%	75,3%
mar/24	79,7%	79,3%	75,0%	71,4%
abr/24	**80,4%**	**79,7%**	**75,5%**	**71,7%**

Dívidas em atraso (faixas de renda)				
	0-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	>10 SM
abr/23	36,3%	27,3%	22,6%	13,9%
mar/24	36,4%	26,0%	20,7%	14,3%
abr/24	**35,8%**	**26,4%**	**22,2%**	**14,6%**

Fonte: CNC, 2024.

O crédito e o microcrédito, no contexto das altas taxas de juros no Brasil e da vulnerabilidade econômica da população de baixa renda, têm se tornado um mecanismo de captura das rendas provenientes das camadas populares, geradas em suas múltiplas formas de trabalho. Esses mecanismos vêm substituir a restrição da massa salarial dessa população, contando com o papel ativo do Estado neoliberal como gestor desse endividamento. Como observam Gago e Mezzadra no contexto mais amplo dos países da América Latina, "a extração financeira se organiza sobre setores que não têm uma capacidade de solvência dada pelo mercado de trabalho tradicional, mas que, no entanto, ao serem reconhecidos

como população subsidiada, podem obter uma inscrição bancária que foi gerida pelo Estado" (p. 42).

Já no final dos anos 70, como recorda Contel, Santos oferecia uma "interpretação de como as finanças se manifestam no cotidiano da população urbana dos países periféricos" (Contel, 2023, p. 45). Mesmo quando o sistema financeiro não era ainda dominado por agentes financeiros como os bancos de investimento, as bolsas de valores e os investidores institucionais, Santos identificava a extração financeira da população pertencente ao circuito inferior da economia urbana, referindo-se aos "mecanismos de 'sucção de excedentes' ou 'mecanismos de espoliação'" aplicados a essa população.

Esses mecanismos de 'sucção de excedentes' ou 'mecanismos de espoliação' operam em escala local, onde ocorrem o trabalho e o consumo do circuito inferior. Dessa forma, Milton Santos antecipava o que se observa atualmente de maneira ampla e sistêmica nas operações extrativistas na América Latina, como também descrito por Gago e Mezzadra, ao destacar o crescente investimento na financeirização das "complejas economías políticas de los territorios periféricos suburbanos" (2015, p. 41).

Examinar a financeirização sob essa perspectiva do circuito inferior da economia e das complexas economias dos territórios periféricos desloca nosso entendimento da passividade dessas populações, que tradicionalmente se supõe deslocadas pelo neoextrativismo e amparadas pelos programas sociais provenientes da valorização das commodities. Pelo contrário, permite-nos considerar "a produção de valor dessas populações que as finanças já reconhecem como não marginais" (Mezzadra e Gago, 2015, p. 41).

A partir da análise do filósofo Lazzarato sobre o papel do endividamento no controle social e na formação da subjetividade, Contel afirma que "a grande divisão nas sociedades agora ocorre entre os indivíduos e grupos endividados e aqueles que fornecem o dinheiro para o endividamento" (p. 52). Essa divisão de classes, por sua vez, vista pela perspectiva de resistência das múltiplas formas de trabalho — ou seja, dos sujeitos subversivos —, constitui uma base mais ampla para compreender a luta de classes atual, que entrelaça os explorados e espoliados urbanos, unindo-os contra o extrativismo financeiro e digital por meio dos mecanismos de endividamento.

O que é particularmente relevante ao analisar a financeirização como mecanismo de extração de renda dos setores populares é que autores como Gago, Mezzadra e Contel não veem esses setores como passivos diante do poder avassalador das finanças. Pelo contrário, assim como Santos, eles observam as contra-racionalidades que emergem das classes populares. Afinal, como afirma Contel, "sempre houve formas alternativas de uso [do crédito], entre elas a economia solidária" (2023, p. 53), como exemplificado em várias experiências de bancos comunitários e nas primeiras iniciativas de cooperativismo de plataforma no Brasil, entre entregadoras e entregadores.

Cooperativismo de plataforma e a disputa do espaço comum urbano

Quando a cidade e a metrópole se tornam o espaço de trabalho e de interações sociais, elas também se transformam em territórios de disputa por diferentes e antagônicos usos dos resultados e da produção social — o comum urbano. A luta de classes desloca-se para o território urbano, manifestando-se entre formas opostas de uso do comum: de um lado, o capital extrativista, dominado pelas finanças, e, de outro, uma multidão composta por pobres, trabalhadores precarizados, negros, mulheres e jovens periféricos.

Essa luta se expressa tanto nas manifestações de entregadores nos espaços da cidade, como no movimento do *Breque dos Apps*, quanto na organização coletiva dos trabalhadores de aplicativos em cooperativas autogeridas. Essas duas formas de luta de classes estão intimamente ligadas às táticas de sobrevivência e aos laços de solidariedade estabelecidos no cotidiano de trabalho e vida desses entregadores, seja nas ruas, seja nas redes sociais.

Entregadores na viração

Pesquisadores da plataformização do trabalho vêm relatando as diversas táticas adotadas pelos entregadores por aplicativos para melhorar seus ganhos (Fioravanti, Martins e rizek, 2024). Para isso, eles procuram "reduzir tempos de espera des-

locando-se até onde podem receber mais", como relatam os autores, além de "procurar gerenciar e otimizar os deslocamentos realizados no decorrer das entregas, adotando estratégias no tempo e no espaço em relação ao emprego de sua força de trabalho" (p. 83).[217]

Estes trabalhadores *just in time* precisam se virar no tempo e no espaço da cidade, recorrendo à criatividade, algo que é muito característico e comum no circuito inferior da economia.

"O trabalhador precarizado", como dizem Fernandes, Peregalli, Canettierie (2024), "experimenta um certo tipo de autonomia em sua viração – isto é, sua aparente capacidade de definir como, onde e por quanto tempo trabalhar". A viração é esta capacidade dos pobres de adaptação às contingências de trabalho e de vida na cidade, tendo que assumir atividades provisórias, temporárias e sem muita qualificação (Ribeiro, 2005). E essas atividades permitem muitas vezes algum grau de autonomia, ainda que em condições quase sempre muito precárias.

Porém, Fernandes, Peregalli, Canettierie observam criticamente que essa autonomia dos trabalhadores por aplicativos acaba servindo ao capital, na medida em que "o trabalho de costura dos trabalhadores opera, dessa forma, uma sutura ideológica, que unifica precariedade e autonomia numa unidade negativa e contraditória" (2024). Mas, também, o que resta da aparente autonomia, negada pelo capital, pode, em certos momentos, ser usada para contestar a precariedade, como aconteceu no Breque dos Apps.

Breque dos Apps

O Breque dos Apps, a greve dos entregadores por aplicativos, em julho de 2020, foi a manifestação mais significativa, desde 2013, na chamada Jornadas de Julho, de contestação da precariedade do trabalho, na passagem do trabalho no espaço da fábrica ao trabalho no espaço urbano. No Breque dos Apps os entregadores se levantaram em diversas cidades do país para protestar contra as péssimas condições de trabalho, impostas pelas plataformas de entrega,

como iFood, Uber Eats, Rappi e outros aplicativos. "Potente", como diz Delgado e Carvalho, "o Breque dos APPs se difundiu de ponta a ponta, fortalecendo os laços de solidariedade, as pautas coletivas e o direito de resistência" (2020, p. 6).

O Coletivo Neblina que acompanha e analisa bem de perto o trabalho e a resistência dos entregadores considera que a greve terminou perdendo força em função do direcionamento dado pelas entidades representativas. Segundo o Coletivo, "mantendo-se dentro dos limites de uma categoria e da reivindicação de melhores condições de trabalho, o Breque dos Apps não conseguiu ir significativamente além do *script* do que ainda resta do sindicalismo" (2022, p. 17).

Ainda assim, eles alertam para algo que escapou ao "roteiro". Em São Paulo, por exemplo, entregadores bloquearam galpões das empresas impedindo a saída dos produtos para os consumidores. Houve também bloqueio em shoppings e restaurantes da metrópole de São Paulo.

> É curioso que, justo ali onde é difícil delimitar um "local de trabalho" – pois ele se espalha por toda a cidade –, proliferassem, como há muito tempo não se via, verdadeiros piquetes. Eram, em certo sentido, piquetes invertidos: o objetivo era menos impedir a entrada dos trabalhadores no espaço da produção do que barrar a saída das mercadorias para a circulação. (Neblina, 2022, p. 17)

No cotidiano dos entregadores, os bolsões de motos que hoje aparecem na paisagem urbana de muitas cidades e metrópoles brasileiras, indicam um espaço de espera entre um pedido e outro no aplicativo do trabalhador *just in time*. Esses bolsões, e todo meio urbano do trabalho usado pelas plataformas digitais, em suas operações extrativistas, são também espaços comuns da cidade por onde os mesmos entregadores atravessam e se encontram para traçar suas táticas, em meio ao controle algorítmico. "Essas 'zonas de espera' "espalhadas pelo espaço urbano, como diz o Coletivo Neblina, "tornam-se locais de confraternização e, eventualmente, de organização" (p. 18).

Cooperativismo de plataforma

Recentemente, o cooperativismo de plataforma veio a ser uma importante forma de organização dos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativo (Scholz, 2016).[218] No Brasil, um primeiro estudo do cooperativismo de plataforma foi realizado por Grohmann (2022). Ele realizou uma pesquisa comparativa de seis cooperativas e coletivos de entregadores, entre Espanha, França e o Brasil.

Os dois casos brasileiros analisados por ele são a *Señoritas Courier*, de São Paulo, e a *Pedal Express*, de Porto Alegre. Apesar da reduzida escala de ação dessas cooperativas, se considerarmos o domínio das grandes plataformas, "esse é um processo em andamento e emergente", como escreve Grohmann, "podendo ser o início de um movimento mais amplo de reinvenções de circuitos econômicos locais de produção e consumo envolvendo plataformas digitais para o bem comum." (p. 212)

O autor ainda destaca dois pontos importantes em comum entre os entregadores no enfrentamento da plataformização do trabalho. O primeiro deles é o maior nível de conexão através das redes sociais, o que "tem levado muitos trabalhadores a se comunicarem e se organizarem em conexão com pessoas de outros países" abrindo novas "perspectivas internacionalistas", de aprendizado e de atuação conjunta (p. 211). O segundo ponto é justamente o fato de que atualmente a construção coletiva não se dá apenas através do movimento sindical, "mas nas possibilidades de criação de plataformas de propriedade dos trabalhadores em distintos desenhos institucionais e principalmente a partir do que ficou conhecido como cooperativismo de plataforma" diz Grohmann (p. 211).

Apesar das semelhanças apontadas entre as seis cooperativas e coletivos analisados, ele apresenta trajetórias bem distintas entre elas. Na Espanha, por exemplo, algumas cooperativas têm origem na luta sindical. Enquanto na França, as cooperativas de entregadores estão associadas à "federação de cooperativas de entregadores, a CoopCycle, que fornece software próprio baseado nos princípios de *digital commons"* (p. 212). Nos casos brasileiros, como ele descreve, "há a emergência de pequenos coletivos e

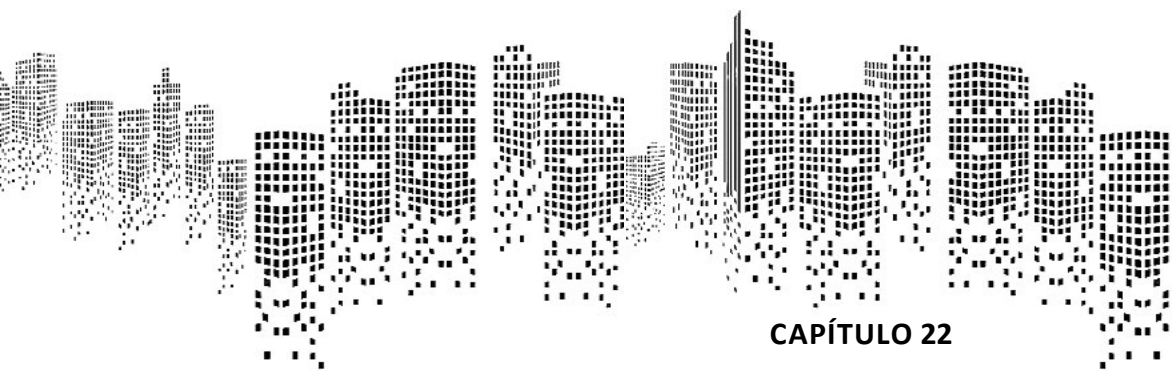
cooperativas ainda dependentes de plataformas de mídias sociais para executar seu trabalho" (p. 212).

No Brasil, os dois casos analisados por Grohmann são de ciclistas. A cooperativa *Señoritas Courier*, ciclologística formada por mulheres e pessoas trans, como consta em sua página na internet,[219] oferece serviço de entrega e encomendas no centro expandido da cidade de São Paulo, feito exclusivamente por bicicletas. *Señoritas Courier* surge em 2017 como um coletivo, completando sua passagem para cooperativa em 2023, com suas cooperadas e cooperades exercendo todas as funções.

Em sua página, no item "Sobre nós", a Cooperativa informa que desenvolve junto ao "Núcleo Tecnologia do MTST e da Unicamp a primeira plataforma de entregas de propriedade de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil". Alguns itens em destaque nesta página do perfil desta primeira plataforma autogerida: entrega com carinho e responsabilidade, impacto socioambiental, atendimento humanizado e algoritmo próprio. Essa última conquista recente dá um passo na autonomia tecnológica em relação à dependência antes descrita por Grohmann em relação às plataformas corporativas.

Além dessas cooperativas de entregadoras e entregadores ciclistas *Señoritas Courier* e *Pedal Express,* respectivamente em São Paulo e Porto Alegre, têm surgido inúmeros coletivos de entregadores, a exemplo dos Entregadores Antifacistas, liderado principalmente pelo entregador e ativista Galo. Surge também experiência de cooperativismo de plataforma entre motoristas A MoradaCar e a Morada Express, ambas no Município de Araraquara, no Estado de SP.[220] Essas cooperativas contam com apoio da Prefeitura, através de linhas de fomento à economia solidária.

Experiências de coletivos e cooperativismo de plataforma começam a surgir como expressão do acesso de trabalhadoras e trabalhadores autônomos e do circuito inferior da economia urbana ao meio informacional e digital. De modo geral, as parcerias com as universidades e poucas políticas públicas voltadas à economia solidária são muito importantes para continuidade e expansão dessas experiências. Porém, a força vital dessas experiências parece vir mesmo do aprendizado que se elabora da viração e da necessidade de organizar coletivamente a autonomia.



CAPÍTULO 22

Movimentos sociais e a luta pela ocupação social dos territórios periféricos: os casos de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires[221]

Dennis de Oliveira
Fabiana Felix do Amaral e Silva

Introdução

Este capítulo apresenta as análises e sínteses do projeto de pesquisa "Movimentos sociais, cultura, comunicação e território em São Paulo, Buenos Aires e Bogotá," realizado entre 2016 e 2018,[222] que observou experiências de iniciativas coletivas nas periferias dessas três cidades, utilizando como referencial metodológico a proposta de "sistematização das experiências" desenvolvida pelo educador peruano Oscar Jara Holliday. A articulação dos três temas – cultura, comunicação e território – foi construída a partir da conjectura inicial da equipe de que existe um processo de opressão e violência nos territórios periféricos, visando à apropriação dos espaços urbanos pelo grande capital transnacional.

Ao longo do século XX e início do XXI, as cidades latino-americanas sofreram intensos processos de ocupação e fluxos de capitais que remodelaram as espacialidades, evidenciando fenômenos como gentrificação, criminalização da luta social e métodos desiguais de ocupação urbana. A cidade, vista como mercadoria, tornou-se fronteira para expansão e acumulação de capital, com políticas públicas

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_022

e planos urbanos alinhados aos interesses econômicos, promovendo valorização imobiliária, privatização de serviços e investimento estrangeiro, reforçando a posição das cidades no mercado global.

Revisitar os estudos urbanos das décadas de 1970 e 1980 é essencial para compreender a experiência urbana contemporânea na América Latina. Kowarick (1979) introduziu o conceito de espoliação urbana, descrevendo a exploração dos trabalhadores na autoconstrução e deslocamentos forçados. Castells (1972) analisou a urbanização moldada pelo modo de produção capitalista, destacando a dominação e dependência que sustentam a classe dominante pelo aparato político-jurídico. Essas análises mostram o território como local privilegiado de disputa, não apenas pela produção capitalista do espaço, mas também pela reconfiguração socioespacial emergente das experiências dos movimentos sociais

As populações desses territórios, ao enfrentar esses desafios, constroem mecanismos de resistência que, enraizados em suas percepções identitárias, promovem sociabilidades alternativas que indicam uma ocupação social do território. Entretanto, essas ações não seguem os mecanismos tradicionais dos movimentos sociais, uma vez que nem toda apropriação capitalista do espaço ocorre dentro das vias institucionais da democracia liberal. Isso se deve ao fato de que os arranjos institucionais nas nações latino-americanas ainda estão profundamente enredados na lógica da colonialidade do poder.

Diante desse cenário, a análise dessas experiências aponta para a necessidade de uma reconceituação dos movimentos sociais, uma vez que os conceitos clássicos se referem a experiências organizativas que buscam repactuar normas do contrato social.

A proposta metodológica de Oscar Jara Holliday (1998) permitiu que os pesquisadores vivenciassem interações significativas com lideranças de movimentos sociais periféricos, promovendo construções coletivas e espaços de diálogo. Assim, os conceitos apresentados foram baseados tanto em reflexões teóricas quanto na observação direta das realidades e relatos das lideranças, resultando em uma experiência de pesquisa participativa, ainda que limitada pelo tempo.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto é estruturado em três seções principais: a primeira aborda os aportes teóricos do estudo, a segunda detalha a metodologia utilizada, e a terceira analisa os três territórios estudados, incluindo aspectos históricos, conflitos e estratégias de resistência.

Movimentos sociais: uma proposta de reconceituação

A primeira necessidade gerada pelo projeto de pesquisa foi a reconceituação do que são movimentos sociais. A partir das experiências analisadas, observou-se que os conceitos clássicos de movimentos sociais não são totalmente aplicáveis à realidade latino-americana, particularmente por conta das singularidades de como o capitalismo no continente se estabeleceu.

Alain Touraine (2006) discute se ainda hoje pode-se falar de movimentos sociais, tendo em vista que esse conceito se originou da tradição marxiana e seria mais plausível nas chamadas sociedades industriais em que há um explícito conflito entre os detentores do poder social e os que a este poder são submetidos. Porém, nas chamadas sociedades pós-industriais, caracterizadas por Touraine como as sociedades da informação e comunicação, o que está na ordem do dia não é o questionamento dos processos de exercício do poder e dos segmentos sociais submetidos, mas a disputa por significações na sociedade da informação. Não se trata de contrapor a gênese da lógica do sistema produtivo capitalista, mas sim disputar, dentro dos paradigmas societários estabelecidos, os mecanismos de construção de sentidos. Entretanto, Touraine afirma que a noção clássica de movimentos sociais, embora possa parecer enfraquecida diante da realidade contemporânea, não deve ser descartada e, mais ainda, que deve ser buscada a constituição de um campo conceitual que articule tanto esta ideia clássica de movimentos sociais com a de movimentos culturais e morais.

Já Maria Gloria Gohn (1997), ao propor um arcabouço teórico e metodológico para o estudo dos movimentos sociais na América Latina, parte do pressuposto da existência de duas categorias-chave: a das carências e a das utopias. Para Gohn, é a partir de demandas de

carências não atendidas que surgem ações coletivas que dão origem a determinados tipos de movimentos sociais, como saúde, educação, saneamento básico. Estas carências podem ser também de natureza simbólica e cultural, na qual se classificam, segundo ela, movimentos contra as discriminações de gênero, raça, orientação sexual.

Por sua vez, as utopias, "diferentemente das carências, não partem de uma situação dada buscando suprir suas lacunas e necessidades."[223] Elas (as utopias) são, para Gohn, "uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir, vão além do possível de ser feito no momento − buscam o impossível" e, por isto, geram ideologias, movimentos e novos valores. Ambas experiências – a luta pela superação de carências e a por utopias – geram repertórios coletivos. E é, a partir deste repertório acumulado pelas experiências, que se cristalizam os movimentos sociais, na visão de Gohn.

Charles Tilly, na sua clássica obra intitulada Social Movements 1768-2004 (Tilly, 2004), define movimentos sociais como um tipo específico de ação política "contenciosa".

Ao apresentar essa definição, Tilly aponta fronteiras entre o que ele considera serem ações pontuais, como campanhas, protestos, ações coletivas imediatas e os movimentos sociais. A fronteira que ele estabelece para considerar movimento social é a capacidade organizativa que possibilita ações de impacto na esfera pública política. Neste sentido, Tilly revela que as categorizações que ele apresentou na obra que trata dos movimentos sociais de 1768 a 2004 devem ser repensadas em cada situação histórica específica, desde momentos em que os movimentos sociais expressavam demandas de segmentos específicos até as experiências de movimentos proletários, já influenciados pelas teorias marxianas.

O que se aponta como insuficiente nessas conceituações para analisar as experiências latino-americanas periféricas é que todas elas se centram na existência (ou necessidade) de uma esfera pública no sentido de uma espacialidade do esclarecimento. Daí que, principalmente Tilly, mas também Touraine e Gohn em menor escala, se preocupam com a definição de uma certa gramaticalidade das ações que podem ser classificadas como movimentos sociais. Assim, a caracterização de movimentos sociais se insere em uma lógica de um conflito institucionalizado simbolicamente (no sentido de que indica uma dife-

rença – seja ela de acesso a bens materiais ou de reconhecimento de um determinado agrupamento), mas que ainda não é reconhecido como tal dentro das estruturas institucionais estabelecidas.

Esses conceitos podem explicar experiências de movimentos sociais em sociedades com estruturas institucionais da democracia liberal mais consolidadas, porém são insuficientes para entender experiências em contextos nos quais o capitalismo foi implantado e se desenvolve dentro de uma lógica processual de violência e exclusão, como na América Latina.

Nesse sentido, a contribuição do pensador uruguaio Raul Zibechi tem grande importância. No texto intitulado Los Movimientos Sociales: tendencias y desafios, Zibechi (2003) salienta que, desde o final dos anos 1970, várias experiências de mobilizações sociais em países latino-americanos convergiram para algumas características comuns por conta da sua territorialização. Diz ele:

> Buena parte de estas características comunes derivan de la territorialización de los movimientos, o sea de su arraigo en espacios físicos recuperados os conquistados a través de largas luchas, abiertas o subterráneas. Es la respuesta estratégica de los pobres a la crisis de la vieja territorialidad de la fábrica y la hacienda, y a la reformulación por parte del capital de los viejos modos de dominación. La desterritorialización productiva (a caballo de las dictaduras y las contrarreformas neoliberales) hizo entrar en crisis a los viejos movimientos, fragilizando sujetos que vieron evaporarse las territorialidades en las que habían ganado poder y sentido. La derrota abrió un período, aún inconcluso, de reacomodos que se plasmaron, entre otros, en la reconfiguración del espacio físico. El resultado, en todos los países aunque con diferentes intensidades, características y ritmos, es la re-ubicación activa de los sectores populares en nuevos territorios ubicados a menudo en los márgenes de las ciudades y de las zonas de producción rural intensiva (p. 186).

As transformações no sistema capitalista que demandaram novos arranjos produtivos globais impactaram profundamente as economias latino-americanas e, por tabela, a situação da população desses

países. Com este novo "ecossistema" produtivo e de sociabilidades, as estratégias coletivas de organização e protesto no continente latino-americano apresentam mudanças. Daí que, analisando experiências como os movimentos dos Sem Terra e dos seringueiros, no Brasil; dos indígenas equatorianos; dos zapatistas, no México; dos cocaleros e guerreiros da água na Bolívia e dos trabalhadores desempregados na Argentina nas três últimas décadas do final do século passado, Zibechi (2003: pp. 186-187) chega às seguintes características comuns das experiências dos movimentos sociais latino-americanos:

- Territorialização que implica não só a sua centralidade em determinados espaços físicos, mas a busca pela sua ressignificação.[224] Na pesquisa realizada na Colômbia, por exemplo, observamos a disputa entre a perspectiva da ocupação militar, do capital e social do território;
- Autonomia em relação a partidos políticos e Estado − uma característica que demarca de forma significativa em relação aos conceitos clássicos de movimentos sociais. Em boa parte, esta característica se dá pelas características dos arranjos institucionais nos países do continente que são bem diferentes do modelo clássico de democracia liberal e esfera pública política consolidada no centro do capitalismo;
- Revalorização da cultura e da identidade − uma característica oriunda do enfrentamento ao padrão colonial de poder instituído nos países latino-americanos, segundo o pensamento de Aníbal Quijano;
- Capacidade para formação dos próprios intelectuais − a demanda pela constituição de novos significados territoriais, a autonomia em relação a instituições sociais hegemônicas e o fulcro na cultura e identidade forjam um campo favorável para novas leituras e narrativas − base para a constituição de uma intelectualidade *dissidente*.[225] Zibechi destaca que essas experiências de movimentos sociais criam suas próprias formas de educação e formação;
- Protagonismo feminino − o papel das mulheres na organização desses movimentos é um traço fundamental, contra-

pondo-se ao machismo expresso nas instâncias de poder hegemônicas[226];

- Novas formas de organização do trabalho e relação com a natureza. Novas formas de ação, para além das greves, como ocupações de espaços (sejam ocupações de terra, de moradias, de fábricas para contestar a propriedade privada sem função social ou mesmo ocupações de ruas e espaços públicos, como forma de protesto). Zibechi destaca que tais ações forjam novas formas de liderança e organização social.

Essas características de movimentos sociais latino-americanos dialogam diretamente com uma especificidade das estruturas de poder no continente que é a "colonialidade do poder". Quijano (2005) propõe o conceito de colonialidade do poder a partir dos seguintes vetores:

a-) A categoria raça como constitutiva dos processos de racionalização e classificação do projeto da Modernidade.

b-) O capitalismo como nova estrutura de controle do trabalho. A argumentação do pensador peruano é que todas as formas de exploração do trabalho na América colonizada seja a servidão, a escravização e, mais tarde, o sistema de assalariamento – estavam subordinadas a um padrão de controle do capitalismo mundial, primeiramente na fase mercantil e, posteriormente, industrial.

c-) Colonialidade do poder e capitalismo mundial. A síntese entre os processos mentais classificatórios das subjetividades humanas em raças realizada em um contexto de subsunção dos mecanismos de exploração do trabalho à ordem capitalista gera a colonialidade do poder que é a forma-poder do capitalismo mundial na América Latina.

Por essa razão, o centro dos sistemas de poder estaria localizado nos mecanismos de construção mental que, por sua vez, ergueria uma arquitetura de subjetividades e relações inter-subjetivas. A colonialidade do poder constrói um "eurocentramento do capitalismo mundial", fazendo com que se criasse, na mente

dos europeus, a associação de trabalho pago ao branco e trabalho não pago ou subvalorizado ao negro, indígena e/ou mestiço.

Esse panorama foi observado nas realidades enfrentadas pelos grupos e organizações que atuam nas periferias das cidades de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires. Mecanismos de exclusão sistêmicos e não sistêmicos ocorrem ao largo de normatizações, gerando uma demanda de resistência e, particularmente, de construção de alternativas de sociabilidade que não abordam as inserções precárias oferecidas pelo sistema marcado pela colonialidade do poder.

Por isso, para se pensar em um conceito de movimentos sociais que dê conta dessas singularidades latino-americanas, é preciso ir além de se restringir a gramaticalidade e o direcionamento a uma esfera pública constituída, embora isto possa também acontecer, mas também para as ações de resistência aos mecanismos do padrão de poder da colonialidade. A potencialidade de subjetividades colocadas à margem dos fundamentos patriarcais e raciais da colonialidade são elementos fundamentais nas experiências de movimentos sociais na América Latina. Mais que uma narrativa direcionada à esfera pública visando modificações no contrato social, trata-se de uma tentativa de expressão de novas subjetividades.

O método da sistematizaçãode experiências

Oscar Jara Holliday, educador peruano, em meados da década de 1990, elaborou uma proposta metodológica intitulada "sistematização das experiências" baseada em procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais. Para o pensador peruano, a sistematização é crucial para renovar as práticas dos movimentos sociais e a produção teórica, especialmente a partir das vivências cotidianas dos povos latino-americanos, com ênfase na educação e na organização popular.

Mais tarde, Jara afirma que "*la sistematización de las experiências está comezando a dejar de ser tarea pendente*" (Jara Holliday, 1998), pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraindo reflexões baseado em um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser "integrais e dialéticas", levando em consideração os seguintes elementos:

- entender as experiências com todas as nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas);
- entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos;
- entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram a que se tenha maior criatividade para buscar soluções;
- entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral;
- entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país;
- entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história;
- entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência;
- entender, apoiado em várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar certas generalizações e reflexões teóricas.

É com base nisso que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista como um reordenamento ou uma reconstrução do processo vivido e suas interconexões.

No projeto "Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina", a proposta metodológica de Jara Holliday é realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- identificação e territorialização dos problemas a partir da percepção dos participantes;
- socialização de informações produzidas pelos participantes;
reflexão coletiva a partir de elementos informativos gerais perpassados pelos pesquisadores;
- sistematização das experiências a partir das questões: "Por que as coisas se passaram assim?" e "Por que não se passaram de outra forma?".

A pesquisa, baseada na metodologia de sistematização de experiências, foi conduzida com lideranças de movimentos sociais em São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia). A escolha desses locais levou em conta suas especificidades políticas, econômicas e culturais, bem como a configuração dos novos movimentos sociais. O objetivo foi realizar uma análise comparativa e reflexiva das experiências para reconceituar os movimentos sociais na América Latina. Foram selecionados movimentos organizados como "coletivos horizontais", liderados por jovens negros e/ou indígenas e atuantes em territórios periféricos das metrópoles. As estratégias metodológicas empregadas incluíram oficinas, rodas de conversa e entrevistas com ativistas e lideranças, permitindo uma reflexão coletiva sobre o modelo neoliberal de cidade, as relações de poder, e as estratégias de resistência. Reflexões retrospectivas e prospectivas foram fundamentais para entender como os saberes vividos influenciam não só as posições de classe, mas também as suas trajetórias.[227] Essas estratégias metodológicas ajudaram a identificar a necessidade de revisar criticamente as ações dos grupos e suas interações com diversos atores e contextos políticos.[228]

A seguir apresenta-se uma síntese dos conflitos estabelecidos em cada cidade com objetivo de evidenciar aspectos da ação direta do capital, bem como as estratégias de ação dos movimentos sociais para verificar os limites e possibilidades dessas experiências no atual contexto sócio-histórico da América Latina**.**

São Paulo: a cidade das desigualdades

São Paulo é o centro de comando da economia do Brasil. Em 2014, compôs 32% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Entretanto, em sua organização interna, manifesta-se a existência da relação centro-periferia. O uso corporativo da cidade e a consequente valorização desigual dos lugares e dos seres humanos criou uma organização territorial excludente que beneficia uma pequena parcela privilegiada da população (Xavier, 2005):

> Há subespaços da cidade de São Paulo atingidos pelas modernizações que exercem centralidade e possuem poder

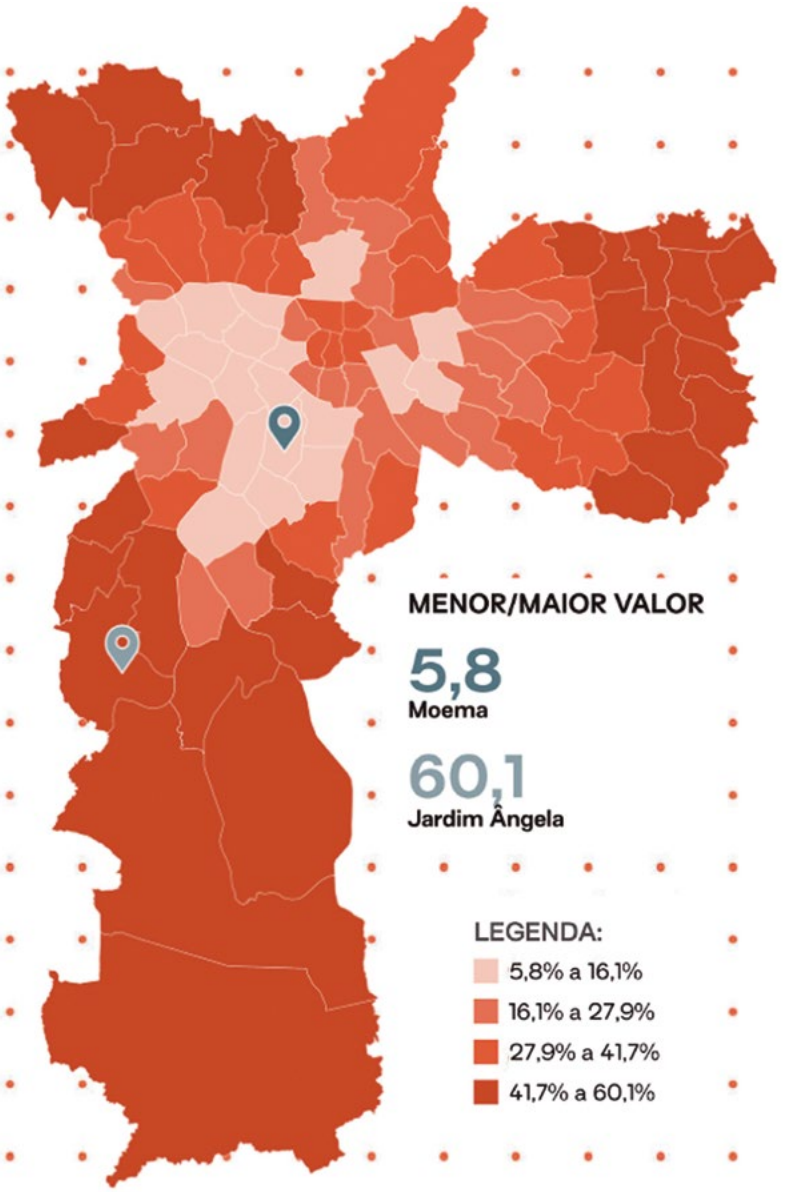
> de comando, enquanto as periferias acolhem aqueles que não podem pagar pelo ônus dessa valorização e subvertem, criam formas de urbanizar desobedientes aos regulamentos urbanísticos vigentes. (p. 14)

De acordo com a estimativa do IBGE de 2017, a população é de 12.106.920 habitantes, dos quais cerca de 37% (4,1 milhões) se declararam negros (pretos ou pardos). O efeito do tamanho é de grande importância, uma vez que, quanto mais populosa a cidade, mais capaz de abrigar uma vasta cadeia de atividades, temporalidades, racionalidades e usos distintos, de acordo com Denise Xavier (2005). Em São Paulo, convivem pessoas de diversas etnias, culturas e trabalhos, havendo comunicação e conflito, ações e resistências, questionamentos e negociações. Assim, a metrópole é também aquela que exclui, segrega e fragmenta, cuja modernização se dá mediante as condições estruturais de pobreza. São Paulo, ao mesmo tempo em que se moderniza e avança no processo de globalização, mergulha uma parcela da população na pobreza. Na capital paulista, a segregação social é indissociável do racismo, conforme aponta Reinaldo José de Oliveira (2008):

> Nos primeiros anos do século XX, a habitação predominante da população negra concentrou-se nas habitações subnormais, que são os cortiços e porões no território fora da lei (Rolnik, 1988), a força de trabalho mal remunerada, informal e forçada às ocupações de menor prestígio. Informalmente a legislação social e política separou a população negra e pobre dos pedaços mais ricos da cidade e confinando-as aos lugares de pobreza, ou seja, as periferias (p. 10).

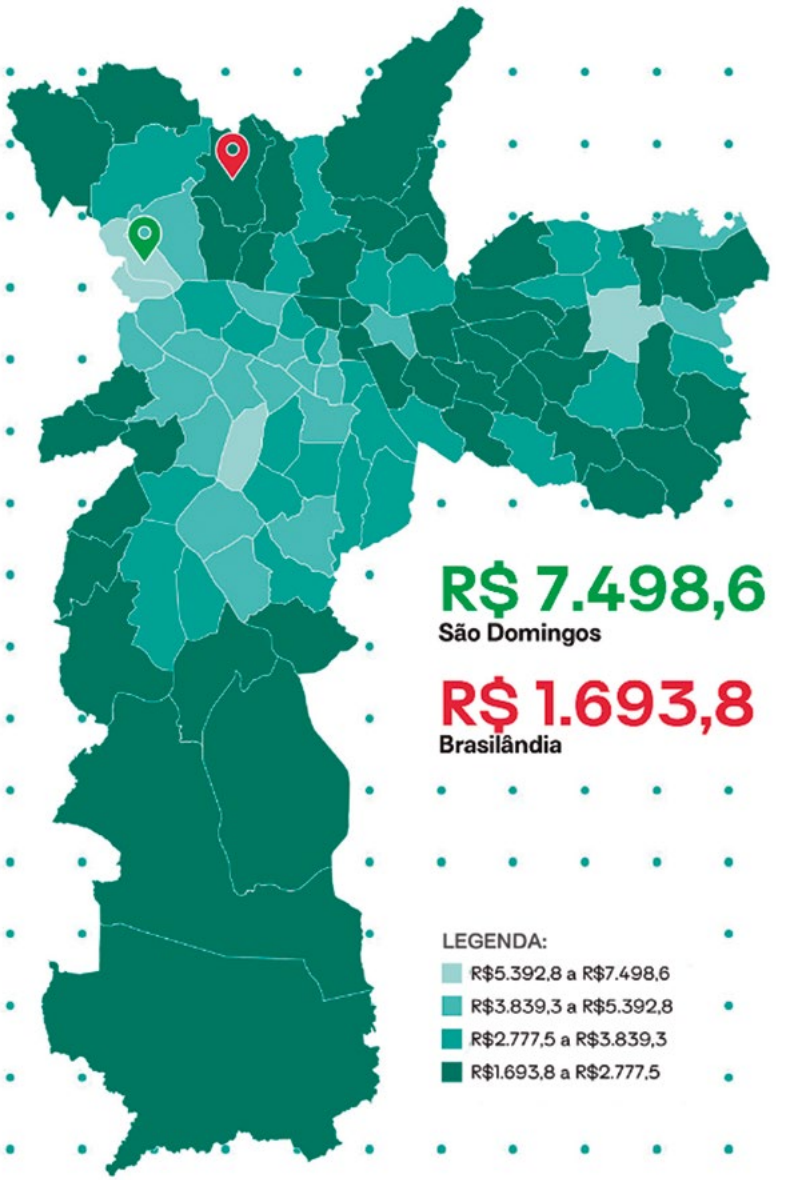
O levantamento da Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial, a partir dos dados do censo do IBGE de 2010, reafirma o apontamento de Oliveira (2008): a população negra da cidade de São Paulo está concentrada nas periferias. Os bairros dos extremos das zonas sul e leste possuem maior número de afrodescendentes. Essa dinamica desigual entre renda e raça pode ser observada na leitura sobreposta da figura 1[229] e da figura 2.[230]

Figura 1 – População preta e parda



Fonte: Mapa da desigualdade 2022/RNSP

Figura 2 – Remuneração média mensal



Fonte: Mapa da desigualdade 2022/RNSP

Em Parelheiros e M'Boi Mirim, ambas prefeituras regionais da zona sul paulista, o percentual de negros é, respectivamente, 57,1% e 56%. Já em bairros nobres como Pinheiros e Vila Mariana, o percentual de afrodescendentes é de 7,3% e 7,9%. A desigualdade no mercado de trabalho se manifesta de diferentes formas: nas ocupações, nos rendimentos, na contratação, no nível de instrução e na distribuição desigual no território geográfico. Oliveira aponta que:

> [...] a segregação racial no mercado de trabalho tem em grande proporção ligações em torno do racismo e das desigualdades raciais. A herança da escravidão, as desigualdades e o racismo, paulatinamente, sedimentaram no passado e no presente o cumulativo de desigualdades. (2008, p. 97)

As prefeituras regionais que possuem maior porcentagem da população negra também são aquelas com a menor renda média domiciliar. Enquanto a prefeitura regional de Pinheiros, a mais branca da cidade, possuía uma renda de R$ 17.045,25, na prefeitura regional de Parelheiros, o bairro com maior concentração de negros, era de R$ 1.973,84.

Em 2013, Sé (18,3%), Vila Mariana (13,6%) e Pinheiros (10%) concentravam na área central aproximadamente 42% dos empregos formais da cidade de São Paulo.

Entre as subprefeituras com a menor porcentagem de empregos estão Itaim Paulista (0,5%), Parelheiros (0,3%), Perus (0,2%) e Cidade Tiradentes (0,1%), ou seja, onde há maior concentração da população negra, há menor oferta de empregos. O número de empregados brancos é maior que o de negros em todas as subprefeituras do município.

Como salienta Milton Santos (2012), essa desigualdade de oportunidades e condições determina o valor atribuído às pessoas, "contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive" (p. 140). Os dados sobre segurança caracterizam a expressão do racismo pulsante e muito presente em diversas roupagens no Brasil, e apontam para o genocídio da população negra. Em 2013, 61,5% dos homicídios ocorridos no

município tinha jovens negros (15 a 29 anos) como alvo. Podemos dizer que a negritude está espacializada na cidade de São Paulo, sendo a periferia o território que a abriga, mas também cumpre o seu papel perverso de "criar cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem" (Santos, 2007, p. 134).

Neste caso, as periferias não recebem tal denominação por se localizarem nos limites marginais da cidade, mas porque, independentemente da sua localização e do seu tamanho, são, do ponto de vista urbano e social, espaços não valorizados pelos fluxos de capital, técnica e ciência: "as periferias são espaços subversivos aos padrões urbanos regulados por normas de ocupação e dos princípios de propriedade privada do solo" (Xavier, 2005, p. 40).

A esses espaços periféricos, na maioria das cidades brasileiras, destinam-se os pobres, que "estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos" (Santos, 1993, p. 47).

As restrições de acesso aos serviços públicos afetam diretamente as classes de menor poder aquisitivo, de modo que elas se tornam condenadas a serem cidadãos incompletos:

> Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (Santos, 1993, p. 115).

Os movimentos sociais com que trabalhamos na cidade de São Paulo foram divididos em duas seções. Uma centrou-se em grupos ligados ao movimento Hip Hop; outra dedicou-se à aná-

lise de um movimento de cultura e comunicação que tem articulações com atividades ligadas ao Hip Hop paulistano.

Cada entrevistado[231] apresentou uma perspectiva diferente do território, das relações institucionais e dos conflitos, de acordo com o movimento social com que tem maior envolvimento. Foram encontradas diferentes visões sobre os temas abordados e evidenciou-se a heterogeneidade dos movimentos sociais contemporâneos.

O Movimento Negro está presente dentro do Hip Hop, e este influencia os coletivos culturais da periferia, como a Casa no Meio do Mundo. Fora as pautas específicas pela promoção da igualdade racial, estão presentes discussões sobre os territórios e outros conflitos sociais, como a questão de moradia, gênero, violação de direitos humanos, encarceramento em massa, sexualidade e mobilidade dentro do conjunto de discussões promovidas, pautas das lutas.

A questão financeira manifesta a situação de classe dos agentes sociais. Em todos os casos, as verbas aparecem como questões tanto internas quanto externas. Externamente, pela luta contra a situação de violação de direitos que perpassa a pauperização das vidas periféricas. Internamente, o conflito aparece quando, apesar de ser valorizada a autonomia dos atores e dos movimentos, esta esbarra em situações que dificultam a luta política, já que são necessárias verbas para a materialização de projetos. Esse conflito aparece como disputa interna sobre a viabilidade ou não de financiamento pelos editais públicos de fomento à cultura e também pela possibilidade de patrocínio, à medida em que inclui a variante do capital individual, porém que pode ser relativizado quando esse patrocínio for concentrado dentro do próprio território de atuação do coletivo, ou seja, valorizando o comércio local.

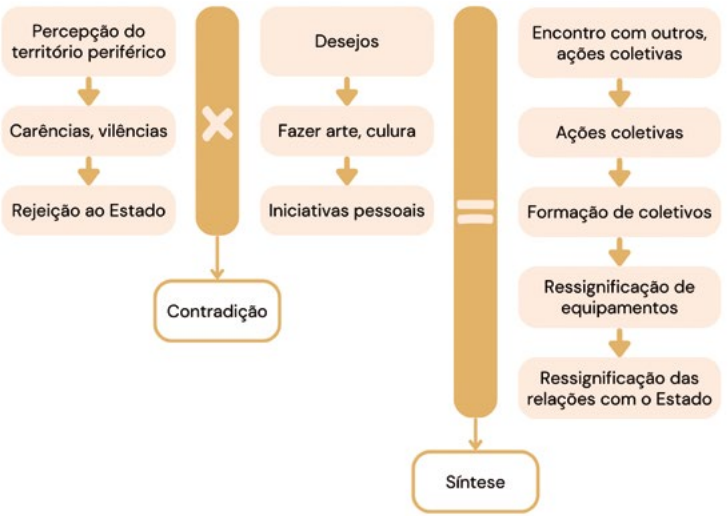
O coletivo de cultura das periferias Casa no Meio do Mundo age majoritariamente sobre o aspecto da comunicação. Denuncia a territorialidade dos equipamentos de cultura, concentrados em sua maior parte na região central da cidade. Apresenta conflitos internos específicos do problema de comunicação que o coletivo experimenta ao utilizar as redes de mídias sociais e perceber que, ao contrário da esperada ampliação do público, não ocorrem efetivas mudanças quanto à massificação dos eventos. Para a resolu-

ção desse conflito, são apresentadas alternativas que remetem aos métodos tradicionais de informação, tais quais lambes e difusão de mensagens por intermédio de megafones no próprio território de prática das atividades.

De maneira geral, há uma similaridade considerável entre os conflitos internos e externos pelos quais lutam os movimentos de periferias. Esses territórios, por terem o histórico da comunidade Hip Hop, promoveram impactos formadores dos atuais protagonistas das políticas de manifestação contra a lógica sistêmica da violência na periferia, local que carrega, nos corpos e subjetividades, cicatrizes constantemente reabertas a cada violação de direitos da população pobre.

Percebe-se uma desigualdade no acesso a determinados direitos marcada pelo pertencimento racial e a necessidade das ações afirmativas para a sua superação. Isto se conecta a um dos elementos da matriz colonial do poder – a raça como elemento classificatório no acesso a direitos formalizados – demonstrando que estas percepções construídas nos territórios são atravessadas por formas de resistência. Sintetizando graficamente estas experiências, temos o Quadro 1.

Quadro 1 – Dialética dos conflitos periféricos



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na primeira coluna, temos as percepções expressas pelas lideranças do contexto, na segunda as suas ações e desejos e destes conflitos singulares as sínteses resultantes, caminhando para tipologias de organização e reconstrução de sentidos nas relações com o Estado forjando o que chamaremos de *intelectual periférico* dentro da perspectiva apresentada por Zibechi da formação dos próprios intelectuais por parte dos movimentos sociais latino-americanos.

Buenos Aires: a gestão neoliberal e o território em disputa

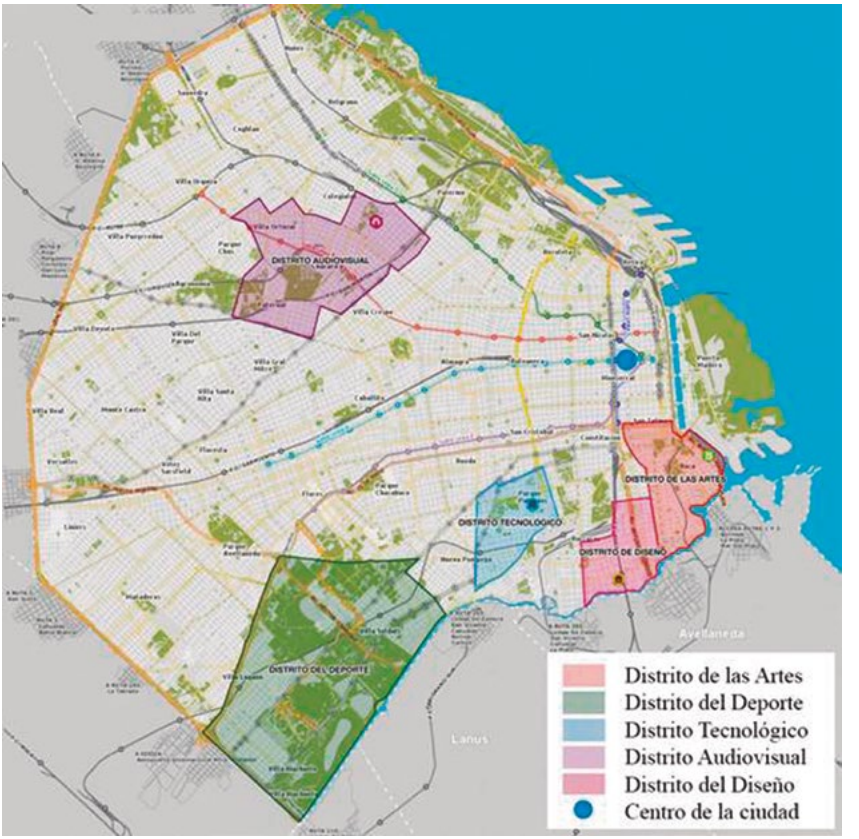
Buenos Aires, como distrito federal da Argentina, tem 2,89 milhões de habitantes, mas suas dinâmicas urbanas estão intrinsecamente ligadas à Grande Buenos Aires, que abriga cerca de 13 milhões de pessoas e está inserida na província de Buenos Aires, cuja capital é La Plata. Essas dinâmicas contribuem para um quadro alarmante na Cidade Autônoma de Buenos Aires, conforme revelam os dados do relatório 'La situación habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires".[232] O relatório destaca a pobreza, vulnerabilidade e exclusão socioeconômica como consequências diretas do elevado valor do solo urbano e dos aluguéis, agravadas pela falta de políticas públicas eficazes. Aproximadamente 40% da população vive como inquilinos ou ocupantes, enquanto 6% residem em favelas ou assentamentos informais, e cerca de 200 mil pessoas enfrentam condições habitacionais críticas em mais de 30 bairros carentes, principalmente na zona sul da cidade, onde a infraestrutura é insuficiente e as moradias apresentam déficits graves. Além disso, o número de moradores de rua é significativamente subestimado, com organizações sociais apontando que cerca de 10 mil pessoas vivem nessa situação.

Essa estruturação urbana reflete a concentração de investimentos em determinadas localizações, criando áreas de alta valorização econômica em contraste com espaços de extrema vulnerabilidade, o que reforça as desigualdades socioespaciais. Dentro desse contexto de acumulação de capital, emerge o projeto dos *Districtos Creativos*, implementado pelo governo municipal

desde 2008, seguindo o modelo de cidade criativa proposto por Florida (2002; 2005).

Atualmente, Buenos Aires conta com quatro distritos: Districto Tecnológico, Districto del Diseño, Districto de las Artes* e *Districto Audiovisual, conforme apresenta a Figura 3. Esses distritos refletem a estratégia do governo de concentrar investimentos em áreas específicas, contribuindo para a desigualdade socioespacial já mencionada.

Figura 3 – Buenos Aires distritos econômicos



Fonte: Governo de Buenos Aires. Acesso em: 29 fev. 2020.

A política de transformação de antigos mercados e estabelecimentos industriais em megacentros temáticos compartilha características comuns, como a promoção do setor privado, a

concessão de incentivos econômicos e a falta de consideração pelos interesses dos cidadãos afetados. Essa abordagem visa a concentração geográfica das indústrias criativas, argumentando que a aglomeração de agentes e instituições em espaços específicos traz benefícios urbanos e econômicos. O Estado atua como facilitador do mercado, oferecendo benefícios aos investidores nos novos distritos. No entanto, essa política neoliberal tem provocado mobilizações por parte das comunidades locais afetadas.

O trabalho, ao acompanhar e analisar as ações de movimentos sociais[233] com atuações na cidade de Buenos Aires no período de agosto a dezembro de 2016, identificou os aspectos da produção capitalista do espaço e suas especificidades na realidade da cidade, assim como levantou algumas categorias de resistência e enfrentamento dos movimentos sociais. Optou-se por apresentar neste trabalho a sintese das análises de campo realizadas junto ao grupo *La Boca Resiste y Propone* com o objetivo de avaliar o alcance da potência política dos territórios periféricos, partindo do entendimento das formas de organização do grupo no território de Buenos Aires.

O grupo *La Boca Resiste y Propone*[234] se opõe ao modelo neoliberal de desenvolvimento urbano, denunciando a exclusão social, apoiando famílias desalojadas e colaborando com outras organizações para resistir às políticas neoliberais do governo municipal, além de reivindicar espaços institucionais, como o conselho consultivo da Comuna 4.[235] As práticas e ações que compõem esses momentos foram organizadas em um quadro de relações elaborado com base no processo de sistematização das experiências[236], realizado em campo com as lideranças e integrantes do grupo em estudo, expressas nos seguintes momentos apresentados no Quadro 2: Gênese – movimentos sociais e política urbana em Buenos Aires; Legitimidade do grupo frente ao modelo excludente neoliberal; Resiste y Propone: espaços de participação e proposição; Solidariedades comunitárias e a rede como visibilidade, comunicação e partilha.

Quadro 2 – Formas de organização política dos territórios periféricos: o caso do grupo La Boca Resiste Propone



Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise do contexto histórico e político dos movimentos sociais e das políticas urbanas na Argentina, conforme delineada por Vommaro (2015) e complementada por Merklen (2005) e Zibechi (2007), é crucial para compreender a formação e atuação do grupo *La Boca Resiste y Propone*. Esse grupo emergiu como resposta ao modelo neoliberal excludente representado pelo projeto de intervenção urbana do *Distrito de las Artes* em Buenos Aires. Esse projeto, caracterizado pela privatização de espaços públicos, expulsão de moradores e concentração de poder nas mãos do setor privado, tem gerado resistência por parte da comunidade organizada.

O grupo se opõe à financeirização do espaço público e à imposição de uma sociabilidade urbana capitalista, que exclui os mais vulneráveis, conforme descrito por Harvey (2009). A participação nos espaços oficiais de decisão foi sempre conflituosa e muitas vezes inconclusa, levando o grupo a mobilizar a comunidade para autoconvocar o conselho da Comuna 4, um marco importante na luta pelo direito à participação na gestão urbana.

Para fortalecer a resistência, o grupo lançou o Espaço da Intercomunal, reunindo os conselhos das 15 comunas da cidade para ampliar as discussões e articular movimentos sociais na luta contra o projeto neoliberal. A apropriação dos espaços oficiais de participação tornou-se uma estratégia essencial para demarcação de território, contenção, denúncia e proposição dos movimentos sociais na cidade.

O grupo também denuncia a emergência habitacional em La Boca, propondo um projeto de lei[237] para declarar a emergência habitacional por cinco anos, suspendendo despejos e garantindo soluções para famílias em situação crítica. Essas ações mostram que a resistência é uma questão de sobrevivência frente às políticas urbanas excludentes.

Baseando-se em princípios como horizontalidade, assembleias de decisão e vínculo com o território, conforme descrito por Merklen (2005), o grupo La Boca Resiste y Propone se envolve profundamente com as demandas locais e se considera parte do tecido social do bairro. A resistência também busca construir sociabilidades urbanas alternativas, baseadas na solidariedade e na participação comunitária, evidenciada em marchas, eventos para arrecadar fundos e murais que representam as demandas locais.

Em resumo, a análise das territorialidades construídas pelo grupo La Boca Resiste y Propone revela uma busca por alternativas às sociabilidades urbanas impostas pelo capitalismo em Buenos Aires. Em resposta ao avanço do capital, setores excluídos se empenham na construção de resistências, valorizando sua identidade política e cultural, ocupando espaços de gestão e fortalecendo redes de solidariedade. Esses processos, com especificidades locais e históricas, refletem uma tendência mais ampla de resistência na América Latina, apontando para uma análise conjunta da história da região e dos esforços dos setores excluídos.

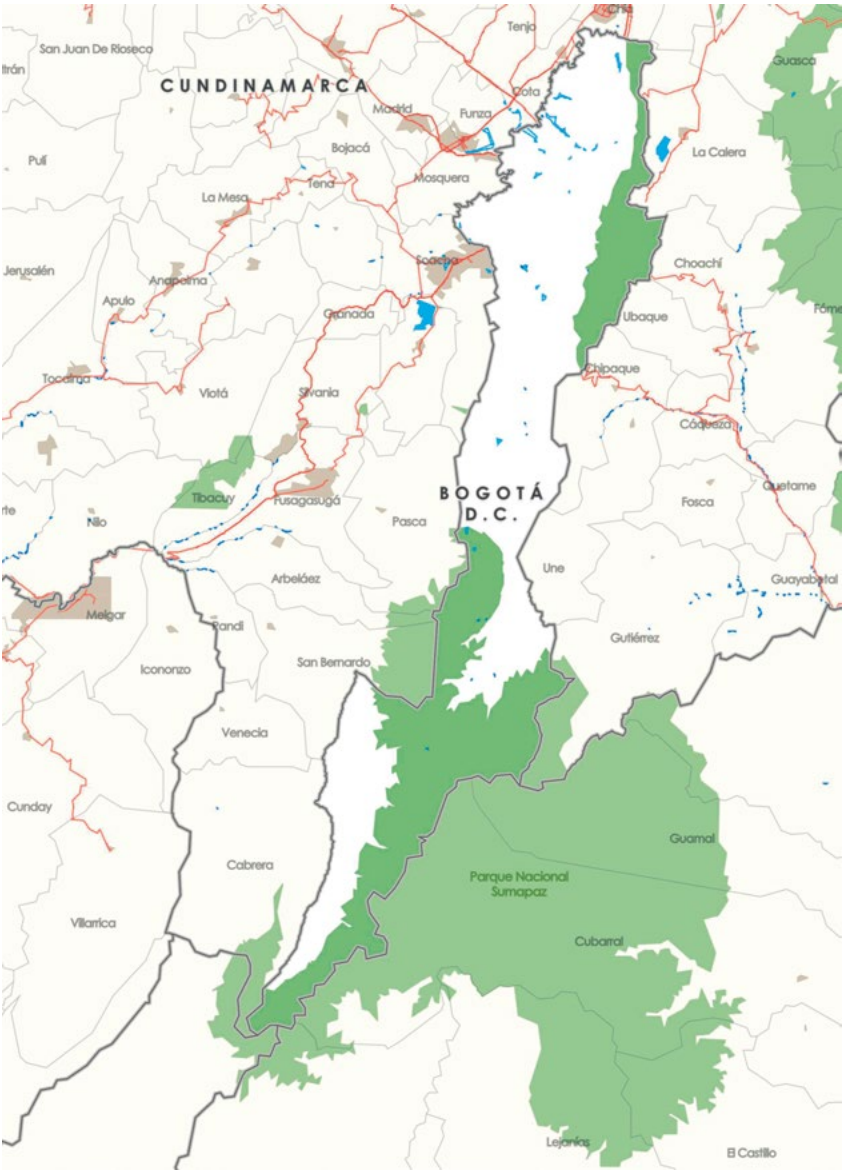
Bogotá: a transição das periferias entre a hegemonia militar e a econômica

Bogotá, capital da Colômbia, possui uma rica história que remonta à sua fundação em 1538 pelo colonizador Gonzalo Jiménez de Quesada. Ao longo dos anos, a cidade cresceu e se expandiu, tornando-se um distrito especial em 1954 e, mais tarde, o Distrito Capital da República. Com uma população de cerca de 8 milhões de habitantes e uma área extensa de 1.587 km^2, Bogotá é uma cidade de contrastes, enfrentando desafios como concentração populacional, pobreza urbana e déficit habitacional, especialmente em áreas como Ciudad Bolívar, Kennedy, Bosa e Suba. Além disso, questões étnicas, como a autodefinição da população afrocolombiana, também são relevantes, refletindo as complexidades sociais e demográficas da cidade. A análise desses dados socioeconômicos e étnicos fornece informações importantes sobre as disparidades presentes em Bogotá e destaca a necessidade de compreender sua história para abordar questões de desigualdade étnica e de classe. O crescimento urbano da cidade, muitas vezes desacompanhado de infraestrutura adequada e serviços urbanos, evidencia os desafios enfrentados pelos habitantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos étnicos minoritários, como afrocolombianos e indígenas. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão e a equidade, tanto no ambiente urbano quanto rural da Colômbia.

Em Bogotá, as observações, análises e sistematizações de experiências de movimentos sociais foram centradas nas mobilizações afrocolombianas e juvenis. Tendo como base os critérios metodológicos elaborados para a pesquisa, os sujeitos das entrevistas escolhidos pelo grupo para a análise dos movimentos colombianos, realizadas em julho de 2017, são apresentados a seguir:

José dos Santos é coordenador nacional do Processo da Comunidade Negra (PCN),[238] entidade do movimento negro colombiano cujos principais territórios de atuação são: Tumaco, Alto Cauca, Kusuto e Magdalena Medio.[239]

Figura 4 – Mapa Bogotá



Fonte: mapas.bogota.gov97. Acesso em: 8 abr. 2018.

Virguelina Xhaza[240] integra o movimento feminista negro na Colômbia. Xhaza é oficineira do projeto Sabores e Saberes, desenvolvido em um colégio e uma universidade com o tema "Pedagogia da Memória". O foco do Sabores e Saberes é a

"recuperação da memória pela ótica da gastronomia", nas palavras da entrevistada. Durante a entrevista, a oficineira abordou conflitos relacionados aos deslocamentos internos na Colômbia, ocasionados pela Guerra Civil e pelo avanço neoliberal, disputa por territórios na região do Pacífico, reconhecimento das mulheres afrocolombianas, violência e violação dos direitos humanos em âmbito colombiano, falta de orçamento para implementação de políticas públicas ligadas a grupos étnicos, corrupção político-partidária, manipulação de processos eleitorais, desenraizamentos culturais ocasionados pelos deslocamentos internos, além da violência permanente existente na Colômbia antes mesmo das guerrilhas.

Bryan foi líder da Casa de La Lluvia [de ideias], localizada no bairro La Cicilia, em Los Cerros Orientales de Bogotá, região periférica da capital colombiana. Durante a entrevista, Bryan compartilhou informações sobre a criação e manutenção de hortas comunitárias no bairro, acesso à água, legalização de bairros, bem como o papel desempenhado pelo projeto da Casa de La Lluvia e do Colectiva Huertopía na vida dos deslocados internos que vivem na capital colombiana.

Sérgio Herrera é membro da Rede Itoco e contextualizou históricos, conjunturas e relações institucionais dos movimentos sociais da Colômbia. O entrevistado abordou também as articulações existentes no cenário institucional colombiano frente a organizações como FARC, ELN, M19, paramilitares, exército e tráfico de drogas. A emergência de governos de esquerda em cidades colombianas também foi analisada por Herrera.

A seguir, apresentam-se as sínteses e reflexões sobre duas dimensões das experiências: a primeira aborda o reconhecimento e a invisibilidade no contexto afrocolombiano, enquanto a segunda enfoca a reconfiguração urbana e a disputa pelo controle das periferias.

Movimento social afrocolombiano: reconhecimento, invisibilidade e colonialidade do poder

A Colômbia tem a segunda maior população negra da América do Sul, representando 10,62% de sua população total, o equivalente a 4.311.757 afrocolombianos. Todos os departamentos do país têm cidadãos que se identificam como afrocolombianos, sendo a região de Chocó a mais concentrada, com 82,1% de população negra. Os dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) revelam uma distribuição significativa da população afrocolombiana em todo o país, compreendendo aqueles que se identificam com os pertencimentos étnicos negro, palenquero e raizal. A história de luta dos afrocolombianos remonta aos movimentos cimarrones, formados por negros que resistiam à escravidão no século XIX, refugiando-se em palenques, hoje habitados por comunidades afrocolombianas como as de Chocó. O cimarronismo foi crucial para o desenvolvimento de lideranças negras, cuja luta por direitos está intrinsecamente ligada à história afrocolombiana. Desde a independência em 1810, os negros já participavam da política colombiana, mas a exclusão das populações indígenas e negras na construção de uma nação moderna no final do século XIX gerou um movimento de reivindicação por reconhecimento étnico.[241]

O movimento negro colombiano ganhou força ao longo do século XX, especialmente nas décadas de 30, 40 e 60, com a emergência de lideranças que desafiaram a discriminação racial. Na década de 90, o reconhecimento legal das comunidades afrocolombianas culminou com a Lei 70 de 1993, garantindo direitos coletivos, embora desafios como racismo institucional e deslocamentos forçados persistam. José dos Santos, coordenador do PCN, abordou conflitos relacionados ao reconhecimento das comunidades negras, à influência do capital no Pacífico e ao racismo institucional, destacando a importância da regulamentação das terras e conselhos comunitários. O não reconhecimento dos territórios coletivos como "palenques" pelo Estado reflete uma estratégia

para evitar a valorização histórica dos cimarrones. No Pacífico, os conflitos territoriais, os deslocamentos forçados e a ocupação por interesses do capital e movimentos armados revelam as complexidades enfrentadas pelas comunidades negras, que lutam contra o racismo institucional e pela preservação cultural e territorial. A hegemonia do capital na América Latina, fundamentada no patrimonialismo, coexiste com violações de direitos humanos, cenário que o Movimento Social Afrocolombiano (MSA) enfrenta com resistência e luta pela sobrevivência.

A partir das experiências e discursos dos membros do MSA, emergem conflitos relacionados ao reconhecimento, invisibilidade, disputas territoriais, deslocamentos, racismo, e a luta por identidade e autorreconhecimento, evidenciando a contínua resistência dessas comunidades.

O Pacífico colombiano e a capital Bogotá: elementos para o crescimento da periferia

O Pacífico colombiano e a capital Bogotá têm desempenhado papéis distintos no contexto do crescimento da periferia. Enquanto a Constituição colombiana de 1991 reconheceu a natureza pluriétnica e multicultural da nação, dando destaque às comunidades indígenas e negras e instituindo novas políticas fundiárias, as disputas entre paramilitares, FARC, ELN e o Estado colombiano continuaram a impulsionar o êxodo das áreas rurais. Apesar das políticas de integração propostas pelo governo, como no caso dos paramilitares, muitos militares formaram novos grupos armados, as Bacrim, que atuam de maneira similar e estão intimamente ligados aos narcotraficantes.

A presença dessas organizações armadas, em conjunto com o Estado, tem desarticulado movimentos sociais e contribuído para o êxodo rural em direção às grandes cidades, especialmente Bogotá. Virgulina Xhaza, refugiada do Pacífico colombiano, destaca a violência e os deslocamentos internos causados pela guerra civil e pelo avanço neoliberal, além da discriminação racial e da falta de políticas públicas para os grupos étnicos. A falta de orçamento para implementação de políticas públicas específicas para

os negros é evidenciada, assim como a manipulação política, os desenraizamentos culturais e a violência persistente na Colômbia. A entrevista com Xhaza revela sua condição de deslocada interna e sua participação em projetos de reconstrução da memória coletiva, como o projeto Sabores e Saberes.

Em Bogotá, percebeu-se uma tríade em relação ao território: a ocupação militar, a ocupação do Capital e a ocupação social. A ocupação militar, realizada pela repressão brutal às guerrilhas e insurgências armadas, transforma as periferias da capital colombiana em verdadeiras praças de guerra. Evidente que tal situação torna-se insustentável até mesmo para a realização da Ação Direta do Capital, uma vez que os mecanismos repressivos devem existir como dissuasivos, como construtores de um ambiente "seguro" para a realização plena do capital. A insurgência armada na Colômbia impediu que isso se realizasse. Daí que em determinado momento os acordos de paz interessavam também a certos setores do capital e, por esta razão, há uma proposta de transição da ocupação militar para a ocupação capitalista do território.

Diversos megaprojetos estão sendo negociados pelo governo colombiano, como de turismo rural na região de Santa Fé; de usinas de lixo, em Ciudad Bolivar; de turismo ambiental, na região do Pacífico (onde se localizam as terras tituladas das comunidades afrocolombianas). São novas reorganizações dos territórios dirigidas pelos interesses do capital transnacional que, por um lado, exigem um breque nos conflitos armados nestes territórios, por outro, necessitam manter mobilizadas fortemente forças de segurança para garantir essas reorganizações territoriais capitalistas.

A conversa com líderes de movimentos sociais como a *Casa de La Lluvia* na cidade de Bogotá evidencia a luta pela autoconstrução e adaptação das populações nas periferias urbanas em um movimento de resistência ao controle do capital. Projetos como hortas comunitárias demonstram a busca por autonomia e dignidade, apesar das condições precárias. Essas iniciativas, embora não resolvam os problemas socioeconômicos, fortalecem a resistência cultural das comunidades marginalizadas.

Assim, a resistência e a busca por melhores condições de vida nas periferias de Bogotá refletem não apenas uma luta por direitos, mas também uma busca por reconhecimento e dignidade. A organização e militância dos movimentos sociais se entrelaçam com a vida cotidiana dessas comunidades, demonstrando uma busca contínua por justiça social.

Considerações finais

Após dois anos vivenciando as experiências de coletivos em bairros periféricos da zona sul de São Paulo, das cidades satélites de Ciudad Bolivar e San Cristobal, em Bogotá, e da organização *La Boca Resiste e Propone,* do bairro La Boca, em Buenos Aires; cruzando os depoimentos bem como as sínteses das sistematizações de experiências realizadas e observações anotadas nos diários de campo, observamos que:

a-) existe uma tendência a uma ocupação capitalista do território que se apresenta como uma fronteira de expansão e reprodução do capital. Para tanto, contribuem arranjos políticos de ocupantes dos governos em todos os níveis. Observa-se, nesses arranjos que, em Bogotá, opera-se uma transição gradual e uma negociação de uma ocupação *militar* do território para uma ocupação *do capital*, particularmente porque neste país nunca houve um governo de esquerda. Entretanto, segundo relatos de lideranças, mesmo na experiência de um governo municipal de esquerda, houve uma dificuldade de se estabelecer diálogos com os movimentos sociais periféricos.

b-) nos países em que há um grau de militarização menor que o da Colômbia – como no caso do Brasil e Argentina – há ações militarizadas extra-legais e assistemáticas como forma de impedir a auto-organização das populações da periferia;

c-) em contraponto a essas perspectivas, os movimentos sociais da periferia propõem a ocupação social do território;

d-) Esta ocupação social do território tem um caráter múltiplo. Implica em: 1- resgate de tradições identitárias nos casos de São Paulo e Bogotá: no caso das periferias bogotanas, ressalta-se o fato de elas serem produto de êxodos forçados por conta da

violência no campo; são refugiados de guerra. Esse deslocamento forçado coloca como demanda dos movimentos a recuperação da auto-estima via a criação de espaços de resgate identitário, como a construção de hortas comunitárias, atividades culturais das tradições indígenas e negras (como é o caso da oficina "Saberes e Sabores", de Virgelina Xhasa). Em São Paulo, a identidade negra é a base da constituição do movimento hip- hop, principalmente as denúncias de racismo; 2- realização de atividades socioculturais de forma autônoma, com ênfase na educação social da população da periferia; esta busca de uma formação política é bem presente nos movimentos de São Paulo e Buenos Aires; 3- reivindicação de melhorias junto aos poderes públicos.

e-) Relação ambivalente com os poderes públicos e os partidos políticos, particularmente nas periferias de São Paulo e Bogotá. Nessas duas experiências, nota-se que esta relação institucional é de apropriação de espaços para avanços em reivindicações e, particularmente, em apoio para os projetos. A desconfiança com poderes públicos e partidos políticos ocorre por conta de que tais movimentos reivindicam um protagonismo dos seus autores, isto é, não desejam apenas terem reivindicações atendidas, mas também se representarem diretamente. Essa situação foi menos observada em Buenos Aires, particularmente porque muitas das lideranças são também militantes dos partidos progressistas.

f-) O abandono das periferias por parte das instituições governamentais força tais movimentos a constituírem-se também como espaços de auxilio mútuo. Em uma periferia de Bogotá, observamos escolas e espaços culturais gerenciados e mantidos pela própria comunidade; em São Paulo, a apropriação dos programas de fomento à cultura também possibilitou a construção de espaços autônomos; em Buenos Aires, com um perfil de luta mais institucional, os movimentos constroem espaços de assessoria jurídica. Importante ressaltar também que essas periferias foram geradas por ocupações e autoconstrução das moradias, assim desde os seus primórdios, o protagonismo dos moradores é evidente.

A análise de experiências de coletivos e organizações sociais nas periferias das cidades de São Paulo, Buenos Aires e Bogotá comprovam a hipótese da necessidade de se repensar o conceito

de movimentos sociais para adequá-lo à realidade da colonialidade do poder na América Latina. Isto porque, conforme afirmamos, os conceitos clássicos de movimentos sociais partem do pressuposto da existência de uma esfera pública política em que pressões advindas de segmentos subalternos geram tensões por mudanças nos contratos sociais. Porisso, o conceito clássico de movimentos sociais sinaliza para a construção de estratégias de pressão e negociação, construção de alianças, entre outros.

As experiências analisadas nas periferias das cidades latino-americanas analisadas neste trabalho partem sempre da necessidade de auto-organização para resistir a mecanismos de violência física, tanto oficiais (como em regimes militarizados e de direita) como extra-oficiais (em sistemas de "normalidade institucional" e até em governos de esquerda. E o ponto de partida para a construção dessa organização é uma narrativa de construção identitária que articula tanto a situação de subalternidade (aproximando-se da lógica classista) como pertencimentos étnicos e trajetórias comuns (como, por exemplo, no caso de Bogotá, a memória recente de serem refugiados do campo). Outro aspecto importante desses movimentos é a luta pela ocupação territorial. Os territórios periféricos, na ótica neoliberal, são objetificados na perspectiva da implantação de um poder sem limites para apropriação das lógicas do capital.

Todas essas experiências contribuem para a formação de uma geração de lideranças que tem a capacidade de entender as lógicas dos poderes institucionais, organizar os coletivos, manejar as tecnologias de comunicação e constantemente buscar formas de resistência.

CAPÍTULO 23

Descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa[242]

RITA VELLOSO

"A modernidade, o capital e a América Latina nasceram todos no mesmo dia" – *Quijano, 1991.*
"Quem vive nas favelas, quem tem os trabalhos mais mal remunerados, quem não pode mover-se do lugar material e simbólico herdado, são sempre os mesmos: os netos e bisnetos de escravos" – *Raúl Zibechi, 2018.*

Figura 1 – Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado pelo IBGE para uso dos recenseadores.



Fonte: Revista Brasileira Estatística, v. 14, n. 55, jul./ set. 1953.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_023

Descolonizar o *urbano*?

A motivação deste texto é mostrar a possibilidade da crítica da colonialidade do saber urbano por meio da narrativa de lutas atuais travadas nas periferias urbanas brasileiras, posto que o pensamento descolonial não se limita aos indivíduos mas, antes, incorpora nos movimentos sociais[243]. Meu principal argumento é que há nas periferias uma potência para elaborar respostas críticas por meio de formas de luta e resistência, e tal potência reflete a multiplicidade de respostas decoloniais dadas por culturas subalternizadas. No que diz respeito à produção do espaço há, nos territórios periféricos, uma *condição de emergência*, que faz com que se realizem externamente aos espaços técnicos, acadêmicos e institucionais uma soma de ações, engajamento político e ativismos - uma soma de *energias insurgentes*.

A fim de demonstrar que, no campo da experiência histórica e das relações de poder nas sociedades colonizadas, a análise das lutas urbanas travadas nas periferias contribuem para pensar o saber urbano em perspectiva descolonial, neste trabalho coloco em conversação dois autores a partir de quatro de seus textos, a saber: o sociólogo peruano Aníbal Quijano, em "*La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina*" (1971) e "*Urbanización y Dependencia* (1973) e o ensaísta uruguaio Raúl Zibechi, em "*Descolonizar el pensamiento crítico y prácticas emancipatórias*" (2014) e "*Territórios em Resistência: cartografia política das periferias latino-americanas*" (2015). Nesses dois autores, cujo pensamento sobre *periferias* e *marginalidade* na América Latina estão separados por quatro décadas, há importantes confluências quanto ao entendimento do papel político que os pobres urbanos desempenham na construção das lutas por reconhecimento e justiça social. A meu ver, as formulações de Quijano sobre os temas na década de 1970 permanecem vigentes, e podem ser consideradas como o solo onde germinam as análises elaboradas por Zibechi nas duas primeiras décadas do século XXI.

Em sua maioria, os estudos sobre as periferias brasileiras e latino americanas realizados desde a década de 1960 trataram de modo bastante aprofundado sobre as formas de exploração

a que estavam submetidas suas populações, bem como elaboraram estratégias para lhes dar combate no campo do planejamento urbano. Nas duas últimas décadas, entretanto, há uma significativa transformação na abordagem, desde a qual discute-se a *condição periférica* em novas bases, dessa vez ocupando-se não apenas da dominação a que essas populações estão submetidas, mas principalmente de suas formas de resistência, tal como se deixa ver em sinais de coesão social, construção coletiva de expressividades, pertencimento aos lugares, modos de vida em comum[244]. Comungando do mesmo raciocínio, meu objetivo nesse texto é mostrar que *desigualdade e exclusão também podem se tornar aprendizado para lutas e reivindicações por vidas urbanas mais justas.* Nesse sentido, quando se trata de considerar atualmente disputas e conflitos pelo espaço urbano das mais diversas naturezas, é possível afirmar que estão nas periferias urbanas os novos horizontes para o saber urbano, em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento, é certo, mas também para além dessas.

Por hipótese, sustento que incluir o pensamento sobre as *lutas* em perspectiva decolonial no cálculo de um *urbano brasileiro* transforma esse mesmo *urbano* em seus fundamentos. Para demonstrá-lo é necessário que se responda: quem são os novos sujeitos políticos visibilizados na perspectiva decolonial? Quais atores protagonizam lutas, contestações, reivindicações? Por que lutam? Contra a desigualdade, a segregação, por acessibilidade, por oportunidades de trabalho mas, como lutam? A partir dos seus territórios, seu cotidiano e onde são, estão tais territórios? Às margens (de diferentes tipos) das cidades.

A urbanização nunca desempenhou um papel de coadjuvante na história do capitalismo, o sabemos bem, pelo menos desde meados do século XIX, quando a atividade industrial na europa, particularmente nas cidades inglesas, fez com que suas elites dominantes começassem a mostrar seu interesse em colocar o planejamento urbano em bases científicas e institucionais. O desdobramento da trajetória de constituição do urbanismo como disciplina é bastante conhecido; contudo, se recuarmos essa análise da urbanização até o século XVI, veremos que a expansão do capitalismo pela via da colonização ultramarina de terras e gentes se fez sempre

acompanhada por processos de opressão e dominação dos espaços e grupos subalternos e foi, principalmente, uma história de ocupação violenta de territórios e submissão de corpos.

A cidade moderna nasceu como um empreendimento de ocupação territorial cujo valor comercial o urbanismo ajudou a aumentar através de uma melhor organização dos meios de exploração. Os processos capitalistas exigiram um substrato espacial sobre o qual pudessem exercitar sua hipótese de adensamento populacional, de modo que conseguissem aperfeiçoar seus mecanismos de extração de valor e crescimento econômico; foi assim que germinou o pensamento urbanístico.

O fôlego que o projeto de colonização deu ao velho mundo da Europa significou estruturar a exploração do novo mundo para o financiamento da acumulação de capital. A colonização nunca foi uma conquista exclusiva de território e sim o comércio e a exploração de riquezas comerciais. Desse empreendimento mercantil resultaram guerra e extermínio para reduzir, no Brasil colônia, a população autóctone de 2,5 milhões a 340.000 de indígenas[245].

A globalização que se inicia com a ocupação do continente denominado América sempre calculou a exclusão, gerando para tal um padrão de poder que foi se consolidando como moderno, capitalista, eurocêntrico e sobretudo colonial, pois sua condição de possibilidade passava pela exploração que significou excluir e desumanizar, uma vez que os únicos considerados com direito à própria história eram homens brancos europeus.

Na produção capitalista do espaço urbano, o racismo - uso e do abuso das mulheres e homens nele capturados - fez no Brasil uma de suas maiores aparições. Nossas cidades e territórios foram concebidos, projetados, desenhados e construídos segundo moldes dos poderes coloniais seja instaurando novos espaços, seja subjugando aqueles espaços pré-coloniais consolidados. Foi necessário urbanizar a colônia; em outros termos, *territorializar a relação colonial*. A urbanização brasileira se constituiu reconciliada com uma tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, e por meio de operações discursivas, teóricas e práticas.

Essa lógica tem sustentado o enorme edifício de nossas cidades denominado *periferias* desde o seu momento originário. Defi-

nidos os sujeitos da diferença, tratados como objetos, coisas, mercadorias, assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos. Desse modo é que se fizeram as cidades em nosso país, mantendo crenças e preconceitos que serviram a uns em detrimento de outros.

As periferias sempre foram necessárias ao funcionamento da cidade. No modelo brasileiro de urbanização, que é patrimonialista, dá-se uma cristalização de um arranjo institucional no qual o poder instituído nunca teve como meta superar o atraso, muito ao contrário. Governos, um atrás do outro, reforçam padrões de poder colonialistas que dão manutenção em velhas engrenagens garantidoras de uma formação sócio-espacial na qual a elite rica habita bairros restritos e as periferias abrigam uma pobreza cruel.

O fundamento do urbanismo brasileiro tem sido, desde meados do século XIX, o Funcionalismo, cujo princípio era propor a cidade como objeto de uma ação racional e segundo um conjunto de padrões de poder territorial. Esse raciocínio urbanístico dependia de que se produzisse um distanciamento das realidades culturais preexistentes (Topalov, 1996, p. 24) o que, não raro, implicou em vidas urbanas espoliadas por um projeto econômico capitalista que, a bem da verdade, teve sua origem na subordinação colonial. É preciso fazer a crítica dessa hegemonia de concepções, hierarquias e usos de territórios sobre a práxis territorial das populações submetidas. É necessário refletir sobre as periferias e as insurreições urbanas, como configurações decisivas da urbanização moderna brasileira, fazendo a crítica desse arranjo específico de poder que está imbricado à colonialidade.

Marginalidade, dependência

Não se conhece raça antes da América, afirma Aníbal Quijano (2005). Diz o autor que a América representa para a civilização ocidental um momento originário tal como a Grécia o fora antes. Mas, de modo reverso, a América foi desde esse início a periferia do sistema-mundo; foi também a primeira

oportunidade de acumulação primitiva de capital. Quijano estabelece tal princípio ao colocar a colonialidade do poder em termos dos problemas de diferença colonial e geopolítica do conhecimento: o problema da *invenção do outro*, numa perspectiva geopolítica.

Refletir sobre a questão urbana nesse cenário-projeto de colonização nos conduz a criticar o urbanismo desde sua matriz eurocêntrica que o configurou, já a partir do século XVII de modo sistemático, simetricamente aos fluxos de domínio territorial e hegemonia governamental da Europa burguesa. Relativamente à atualidade, o pensamento descolonial sobre a questão urbana implica em desdobrar essa crítica à generalização das formas da megalópole e da megacidade que suprime arranjos territoriais locais ou mesmo apaga modos de vida urbana tradicionais.

Para o Brasil, pensar a descolonização do saber urbano implica, primeiramente, em dar relevo à condição de uma urbanização extensiva e produtora de extremas desigualdade e segregação sócio-espaciais. Por outro lado, dar relevo a essa condição do urbano no Brasil evidencia a similitude de problemas com países da América Latina e nos faz, finalmente, dialogar com o giro decolonial em curso no território latino americano há mais de duas décadas.

No âmbito da investigação sobre o ciclo recente de insurreições urbanas atuais no Brasil[246] a retomada da teoria de Aníbal Quijano sobre a *marginalização* e a *urbanização dependente* diz respeito a uma indagação crucial para a pesquisa acerca do(s) momento(s) do debate sobre as lutas urbanas em que as periferias vieram para o primeiro plano de análise.

A contribuição trazida pelo autor peruano ao debate sociológico latino americano, por meio do conceito de marginalidade - e em certa medida o seu debate na teoria dos movimentos sociais urbanos - foi certamente relevante para os processos urbanos até final da década de 1990; e, a rigor, a teoria de Quijano poderia explicar em alguma medida a realidade atual de nossas cidades, uma vez que a ideia de marginalidade tem validade, mais de 40 anos depois, para nos ajudar a pensar as formas de exclusão social resultantes das novas assimetrias globais[247].

Nos textos de 1971 e 1973, em que Quijano pela primeira vez reflete sobre repercussões sócio-espaciais das vidas de populações em territórios periféricos, me parece haver importantes aspectos e conclusões, mesmo que incipientes, para o que mais tarde a teoria urbana denominaria *condição periférica*.

O conceito de *marginalidade urbana* e o conceito de *urbanização dependente* foram debatidos por Quijano em ampla discussão das ciências sociais e da história cultural urbana na América Latina[248], sendo argumentos por meio dos quais o autor analisou as formas peculiares da urbanização no continente, num processo de produção do conhecimento em que tomou por base empírica a cidade latino americana[249].

Em 1966, no ano em que chega a Cepal, como pesquisador do Programa de Investigaciones sobre Urbanización y Marginalidad da Divisão de Assuntos Sociais o sociólogo peruano publica o texto "Notas sobre o conceito de marginalidade social", escrito para uma discussão interna do órgão. Tratava-se de uma espécie de levantamento não sistemático sobre o termo *marginalidade* na teoria sociológica (QUIJANO, 1978). Como não parecia haver muita clareza conceitual sobre os significados que o termo carregava, Quijano se propunha a elencar trabalhos e formas de uso do mesmo, a fim de produzir subsídios para uma reelaboração mais precisa do conceito. Foi nesse contexto que a teoria da marginalidade urbana encontrou seu objeto empírico também já revertido em teoria: a cidade latino americana.

Em sua atividade na Cepal, desempenhada entre 1966 e 1971, o pensamento de Quijano se encontra com o de Castells, e desse movimento teórico-empírico resultaria o conceito de *urbanização dependente* também desenvolvido por Manuel Castells. Ambas as formulações são publicizadas na coletânea "La urbanización dependiente en América Latina". Os trabalhos desses dois autores, juntamente aos outros artigos do livro, fizeram parte de um esforço maior para pensar o processo de urbanização na América Latina em suas várias perspectivas.

Ao publicar o texto "La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina" em 1971, na revista Espaces et Sociétés, em Paris, o autor contribui para consagrar a versão hege-

mônica do termo *marginalidade* na América Latina, propondo tratar-se de um "novo estrato formado da população marginalizada pelo conjunto do corpo social" (QUIJANO, 1973, p. 141). Tal artigo ganharia proeminência ao ser incluído na coletânea "Imperialismo y urbanización en América Latina" organizada por Manuel Castells em 1973, consagrando essa versão do conceito.

O sociólogo reconhecia ao menos duas matrizes para o termo marginalidade. Na primeira delas, desenvolvida pela sociologia de Chicago, particularmente na obra de Robert Park, está a teoria da personalidade marginal, em que a marginalidade é um traço de personalidade do indivíduo. Na outra matriz, essa sim seguida por Quijano, havia a teoria da situação social marginal, que vinculava o conceito aos grupos sociais e não aos indivíduos. O processo de marginalização social resultava de um conjunto de condições históricas dadas pela implementação de uma industrialização organizada e dependente do monopólio dentro de uma estrutura socioeconômica que combina níveis desiguais e relações de produção.

A marginalização consistiria na crescente diferenciação dos segmentos da classe trabalhadora que ocupam posições precárias e instáveis no mercado de trabalho, que não têm significado para a acumulação capitalista. Aqueles que sofrem de marginalização teriam uma existência dada pela pauperização social, econômica e cultural e suas ocupações seriam apenas para prover sua sobrevivência. Na América Latina, como condição mesma de existência e desenvolvimento do capitalismo na periferia dependente, essa situação de pauperização é imposta, sobretudo, por uma cristalização da relação básica de dominação-marginalização.

Quijano reconhecia a população marginalizada nas sociedades latino-americanas como um novo estrato social: "o processo compromete vastos conjuntos que não estão mais isolados e dispersos", sendo, portanto, um problema concernente a toda a sociedade, e não apenas aos setores marginais. Quem, afinal, eram os marginais, e qual era o significado social de sua existência? Se sempre houve "pessoas excluídas mais ou menos permanentemente do mercado de trabalho dominante, e que em razão de seus parcos recursos não tinha acesso aos bens de consumo e

aos serviços", estes também sempre haviam sido "indivíduos isolados ou reunidos em pequenos grupos, dispersos e atomizados", mas nunca antes tais "marginais" teriam formado um estrato social específico. "Hoje, ao contrário", completa Aníbal Quijano em 1973 (QUIJANO, 1973, p. 141).

Essa nova estratificação no corpo social obrigava a tais grupos a se concentrarem em zonas determinadas, em decorrência de um déficit habitacional estrutural, levando ao surgimento de territórios demarcados pela urgência da sobrevivência, em que se davam relações de sociabilidade específicas. Era, então, necessário compreender essas formas de agrupamento, nas suas relações econômicas e sociais, nas suas relações com os setores hegemônicos e nos processos de organização dos interesses em jogo (QUIJANO, 1973, p. 142-143).

Quijano trouxe à sua reflexão sobre os processos de marginalização dois estudos empíricos: a experiência do "Movimiento de Pobladores" chileno e uma forma comunitária de gestão política em um bairro marginal de Lima, o que representa uma tentativa de avançar na leitura dos movimentos sociais urbanos. No início da década de 1970, esses novos atores políticos vindos dos bairros populares ganhavam visibilidade; ao mesmo tempo, a ocupação organizada de terras urbanas ia se constituindo como principal repertório de ação coletiva de contestação desses habitantes urbanos. O sociólogo enxergou a potência transformadora dessa ação dos movimentos sociais naquele momento de polarização e radicalização política.

Tentando formular hipóteses para o funcionamento desse novo extrato, Quijano analisa os processos econômicos em que estão inseridos esses *marginalizados urbanos* (os empregados, os artesãos, as pequenas empresas de serviços e o pequeno comércio), a qualidade de sua moradia (localização, o entorno, a oferta de infraestrutura) e as formas de controle (os mecanismos políticos de ajuda estatal) a que suas vidas estão submetidas. Além desses, coloca em relevo mais dois aspectos da constituição dos territórios periféricos: a organização familiar, "focada na mãe" e o peso que os meios de comunicação de massa vinham adquirindo naqueles lugares.

> Entre los grupos sociales horizontales que organizan la población marginal hay que reservar una plaza particular a la familia. Muchas investigaciones, especialmente antropológicas, realizadas en diferentes medios urbanos marginalizados parecen mostrar que la familia marginal tiene una configuración particular, modos propios de relación entre sus miembros y, en consecuencia, un sistema específico de valores y de normas....Estaría focalizada en la madre. La relación madre-hijo sería fundamental y la figura del padre inestable y fluctuante. La familia estaría centrada en la madre desde todos los puntos de vista, comprendido el económico (Quijano, 1973, p. 152).

O que passa é que, entre os marginalizados, os laços familiares, tecidos desde a figura materna,

> se integran en un tejido de relaciones de parentesco y de alianza que permiten el funcionamiento de los mecanismos de mutua ayuda económica, sea entre marginales, sea entre éstos y los capas proletarias y medias urbanizadas (Quijano, 1973, p.153).

Esse raciocínio que coloca as mulheres no centro da organização social, sem dúvida, fará parte do conjunto de argumentos com os quais Quijano mais tarde enfrenta os mecanismos de poder da colonialidade. Por sua vez, a proeminência que ganha, no pensamento do sociólogo, a questão da comunicação e das linguagens na organização das periferias pode ser vista na seguinte afirmativa:

> Precisar los efectos específicos de la influencia de los mass media sobre las poblaciones marginales constituye un aspecto fundamental de la investigación, pero esto supone necesariamente un estudio concreto preliminar sobre los mecanismos de comunicación y de elaboración de mensajes, sobre su contenido específico según el problema de que se trate, y sobre sus tipos de unión con el sistema de control

> y con los intereses de los grupos dominantes. Solamente entonces se podrían estudiar los efectos de cada tipo de mensaje y de cada medio de comunicación sobre los diferentes campos de percepción y de acción de los marginales. Esta problemática pertenece ya a las inquietudes de las ciencias sociales latinoamericanas, pero como nadie puede ignorar, está aún en sus comienzos y las dificultades encontradas en todo intento de investigación seria son enormes (QUIJANO, 1973, p.158).

Mesmo que Quijano conclua dizendo que "no que concerne à marginalidade urbana na américa latina as formas de estruturação sociocultural estão relativamente mal definidas", a meu ver, essas duas leituras do sociólogo dão conta tanto da singularidade na organização social das periferias quanto do que está em curso na sua transformação cultural; ainda que ele afirme:

> ...hasta este día, en ningún país latinoamericano, la población marginal ha tenido el poder de participar activamente y de manera relativamente autónoma en la constitución de la estructura urbana global ni de comunicar contenidos propios de manera sistemática y organizada. (QUIJANO, 1973, p. 157)

Ao olhar mais detidamente para a realidade da vida cotidiana dos trabalhadores urbanos e seus arranjos comunitários em escalas diversas, desde os minúsculos territórios das relações familiares até elementos do consumo de lazer que esboçaram espaços coletivos de sociabilidade, Quijano parecia antever uma potência de transformação social cujos efeitos se fariam sentir em desdobramentos da experiência política daquele estrato social.

Na experiência do cotidiano às margens das cidades brotava uma possibilidade de renovação, dessa vez por meio de novas formas de expressão, que ganhavam voz mesmo no interior das estruturas organizativas dos movimentos sociais, pautadas na identificação de necessidades comuns. As mães, as mulheres e os jovens, os marginais latino americanos vivendo em periferias puderam ser antevistos como novos atores sociais que, por não

estarem completamente integrados à lógica de classe, sinalizavam uma ruptura com o sistema de dominação.

> Las emisiones que utilizan los canales de los mass media no son las únicas, ni tal vez las más difundidas en la población marginal. Otros canales son las organizaciones políticas, las instituciones de ayuda social pública y privadas, los sindicatos, las organizaciones estudiantiles y, en otro plan, el tejido de relaciones familiares que une a los marginales con los grupos populares no marginales. En el estado actual se sabe poca cosa sobre los diferentes modos de acción de cada tipo de canal, sobre los diferentes grupos marginales a los que afectan, sobre los diferentes tipos de problemas que tratan y los diferentes efectos que producen. (QUIJANO, 1973, p.158)

Criticar a partir da periferia

Raúl Zibechi publica dois textos em sequência, o primeiro em 2014, *Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias* e, a seguir, *Territórios em resistência. Cartografia Política das periferias urbanas latino-americanas* em 2015, colocando o colonialismo "como chave epistemológica para compreender a realidade" das formas de luta no continente latino-americano (ZIBECHI, 2015, p.8). Sua tese geral, em ambas as obras, é que somente a partir de um pensamento descolonizado, que permita realizar análises sem olhos eurocêntricos, é possível dar relevo às distinções da dominação e da resistência locais em múltiplos territórios desde sempre fustigados pela repressão.

O argumento do autor uruguaio que culmina nesses dois textos se desenvolve desde 2011, a partir de extensa pesquisa empírica, levada a cabo entre Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru e Brasil. O tom ensaístico da escrita de Zibechi revela relatos em profundidade de experiências diversas sobre territórios indígenas e negros, cada um deles habitados por setores populares, dando conta tanto de movimentos

sociais consolidados, organizados em lutas e reivindicações por direitos e questões de Estado, quanto de contestações e lutas mais recentes sustentadas em "organizações em novos processos constitutivos" (ZIBECHI, 2015, 19).

A crítica ao colonialismo em Zibechi é tributária do pensamento de Frantz Fanon, de cuja teoria se vale em *Descolonizar o pensamento crítico* para analisar a experiência dos zapatistas mas, sobretudo, do seu encontro com os movimentos negros e as populações nas favelas brasileiras, conforme relata:

> Conhecer esses territórios/favelas e essas pessoas me levou, em uma viagem sem paradas, à releitura de Fanon. Embora venha percorrendo há anos comunidades indígenas e camponesas, a realidade das resistências negras me abriu as portas para repensar o colonialismo... Aquilo que aprendi no mundo andino e mais não seria de maior serventia para compreender as lutas negras no Brasil... A experiência da escravidão é intransferível... Somente pode escrever a raiva que transmitem as páginas de *Os condenados da terra* quem sofreu essa dor. (ZIBECHI, 2015, p.8)

Narrando o protagonismo dos habitantes das periferias urbanas latino americanas na luta por condições de autonomia política e social capazes de reverberar na produção do espaço, Zibechi reivindica a potência de tais formas de vida urbana numa argumentação que em muitos pontos é convergente com os aspectos levantados por Quijano, no que tange a pensar o subalterno como agente de mudança. No trânsito do pensamento de um autor ao outro evidencia-se a urgência de compreender o problema das *periferias em sua historicidade*, especialmente se tomarmos em conta a ampliação dessas nos cenários de crise e de novos ciclos de exploração com que nos defrontamos.

Isso implica em investigar a espessura histórica das periferias, reconhecendo-as em sua paradoxal presença sócio-espacial. Em outros termos, trata-se de assumir a centralidade de fato e analítica que a periferia tem na sociedade urbana, tomando-a como ponto de partida e, assim, "recuperar o sentido do que perdeu o sentido, para

compreender o todo, as contradições e sobretudo o possível e as possibilidades"(Martins, 2008, 55), pois que é prioritário conferir reconhecimento aos espaços de pobreza e as formas de agência popular.

Raúl Zibechi chama às periferias de lugar onde se dão os *contrapoderes dos de baixo* (ZIBECHI, 2015). Esses contrapoderes são construídos e desenvolvidos a partir de determinadas forças que também Aníbal Quijano viu germinar nos anos 1970, quais sejam, a força das mulheres na organização da coletividade, as questões de linguagem e informação que chegam com os meios de comunicação de massas, e os efeitos disso para a expressividade dos jovens.

> "As periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes de um sistema que tende ao caos... como e porque essas periferias se converteram em cenários decisivos, em espaços a partir dos quais as classes subalternas têm lançado os mais formidáveis desafios ao sistema capitalista, até se converterem em algo como contrapoderes populares dos de baixo" (ZIBECHI, 2015, p. 26)

De muitos modos, compreender nossa *condição urbana a partir da periferia*, efetuando uma inversão de código de interpretação do processo histórico, é fazer a *crítica da colonialidade*. "Modernidade e colonialidade são duas faces da mesma moeda" afirmou Walter Mignolo (2008), e se tal afirmativa serve de modo contundente à análise da produção capitalista do espaço urbano nos países da América Latina, mais ainda ao Brasil, cuja urbanização modernizadora - colocada em curso já no primeiro momento dos governos republicanos - reproduziu os padrões de poder da colônia até depois da independência. Para avançar na crítica desse modelo de urbanização que jamais se ocupou, de fato, em democratizar a sociedade urbana em que vimos nos constituindo desde o século XIX, é preciso confrontar a desigualdade e a segregação que são nossos problemas permanentes e que, a rigor, definem a sociedade urbana no Brasil.

No espaço urbano, que é arranjo sistêmico de oferta de infraestrutura física viabilizado pelo aparato do Estado e suas intermediações, a produção das localizações denominadas

periferias representam o expediente mais eficaz para manter o baixo custo de reprodução da força de trabalho. Toda periferia traduz a diferenciação e a não-homogeneidade das condições de vida urbana, produzidas socialmente e como resultado coletivo do trabalho numa sociedade. A periferia representa um processo historicamente enraizado na história e no espaço de aglomeração metropolitana, funcionando como fronteira de expansão do capital estabelecida por meio de mecanismos, processos, instituições e práticas sociais específicas. Ao analisar esse diagrama de forças e poderes vemos que seus movimentos e protagonistas podem ser compreendidos a partir do *pensamento descolonial*, por meio de suas lentes que enxergam a fratura no sistema capitalista: raça, etnia, gênero, classe.

Se a *colonialidade* é um desdobramento do arranjo de dominação dos países e grupos subalternos, não é difícil concluir que nas extensas periferias de megacidades na América Latina os processos de urbanização fundamentados pela ideia europeia de modernização (progresso, crescimento, desenvolvimento) resultaram e resultam em polarização extrema entre pobres (genericamente tidos como marginais, violentos, criminosos) e ricos (as elites e as classes médias automaticamente considerados como sujeitos políticos legítimos, atores sociais de natural relevância). Compreender nossa *condição urbana a partir da periferia*, efetuando uma inversão de código de interpretação do processo histórico, é fazer a *crítica da colonialidade*.

A sociedade brasileira reforça, em sua conjuntura atual, padrões de uma cultura que não tolera a pobreza; que espelha, na prepotência de suas elites, formas de domínio sobre a terra, dinâmicas de controle da força de trabalho, imposição de um ideal colonial da cultura branca europeia sobre manifestações das culturas populares. Os padrões naturalizados de segregação característicos da ocupação do espaço urbano brasileiro privilegiam claramente as classes dominantes, esses donos da terra que afirmam seu poder desde o sistema de capitanias e somente o reforçaram na transição para uma sociedade urbana desde sempre ancorada numa concentração indecente de riqueza.

Se acismo, desigualdade e segregação são temas permanentes – porque definidos a partir de um padrão de poder que se perpetuou da colônia até depois da independência - que definem a *condição urbana* na América Latina em geral e no Brasil em particular, a pergunta sobre os modos de lutas nas cidades precisa compreender a origem dessa condição. Nesse sentido, as lutas atuais dos povos na américa latina (mulheres, indígenas, jovens negros) podem ser compreendidas como vetores históricos interrompidos pela conquista e pela colonização.

Deve-se considerar, para a compreensão das periferias, um determinado ponto de inflexão na história urbana brasileira e latino americana que deu-se entre 1945 e 1967, quando, na América Latina, aconteceu o ápice dessa trajetória de urbanização modernista, refletindo a idéia cepalina[250] da necessidade de uma política de industrialização coordenada pelo Estado como forma de superar a pobreza dos países do Terceiro Mundo; nesse receituário urbanização, assim como industrialização, era sinônimo de desenvolvimento. Para as classes médias latino-americanas, àquela altura o pilar de sustentação dos governos nacionais, não foi difícil aderir a esse ideário, bastava enxergar nos países do norte um exemplo de mundo urbano a construir. A pobreza era algo *a ser corrigido*, a prosperidade era uma meta *a ser conquistada*. E isso nunca significou reunir pobres e ricos numa mesma vizinhança; muito ao contrário, afinal era preciso se diferenciar daqueles, e a desigualdade era (quase) assumida como destino de nossas cidades. Desde então, fixadas nas margens, favelas e periferias encarnam nossos racismo e realidades de segregação sócio-espacial.

Tendo em mente que as localizações urbanas são produzidas segundo condições sociais e econômicas específicas, é consequente compreender a segregação como uma determinação da espacialidade, isto é, como algo que opera nas periferias segundo padrões de localização e condições concretas de precariedade dos espaços construídos.

> Se você tomar, por exemplo, duas pessoas igualmente pobres, com características sociais similares de escolaridade, renda, etc., que moram em famílias similares, tem igual cor da

> pele, mas moram em lugares diferentes da cidade, o futuro delas tende a ser diferente... entre as muitas dimensões que a pobreza tem, o território está incluído. O território é uma dimensão das condições sociais e da pobreza de maneira mais específica. (MARQUES, 2006, p. 105)

À medida em que iam se consolidando, as periferias no Brasil formavam um conjunto sem reunião; se eram bairros, vilas, favelas, comunidades, ocupações, terrenos, loteamentos irregulares, sempre densamente ocupados, cada uma delas se definia como espaço social complexo, contraditório e repleto de zonas liminares. Suas fronteiras de modo nenhum se constituíam somente por coordenadas espaciais; e cada periferia ia sendo produzida por diversos campos de força.

Até o final da década de 1970, as periferias eram territórios proletários; a partir dos anos 1980, quando a grande cidade evidencia-se como um tecido de cruzamentos e passagens, atravessada por experiências que se fazem justamente nos limiares de universos distintos, a periferia deixa de ser percebida como algo fixo, homogêneo, unificado ou submetido às mesmas clivagens. Dá-se uma transformação profunda na dinâmica das periferias brasileiras e, pelas quatro décadas subsequentes, torna-se necessário compreender os territórios periféricos a partir de relações de poder, dominação e subordinação, tal como exercidas nos espaços de pobreza, sobre as formas de agência popular. A periferia começava, à altura da década de 1980, a ser considerada uma categoria relacional; não mais um território de encapsulamento, passava a ser percebida como multiplicidade irredutível.

Evidentemente, essa mudança no pensamento sobre o urbano não se processou de modo exclusivo na América Latina; pode-se afirmar que é parte das transformações culturais operadas pelos movimentos de 1968 ao redor do mundo, quando novas formas de fazer política foram criadas. Essa renovação demonstrou, para o saber urbano, o limite da perspectiva estadocêntrica de atuação e evidenciou a emergência de novas formas de organização coletiva dos sujeitos políticos pertencentes aos estratos sociais mais pobres.

Desde os anos 2000, a análise em profundidade das periferias somente tem sido efetiva se inclui desde o princípio uma caracterização da dinâmica dos conflitos ali desenrolados (para além da explicitação de composição das classes sociais presentes naqueles espaços), até os modos de vida urbana (que traduzem as dimensões cotidianas, representações simbólicas, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade), evidentemente passando pela demonstração dos novos modos de trabalho (articulados a questões de gênero, raça, etnia, geracionais). A periferia é o horizonte que emerge da potência de ligar os circuitos e os modos de vida popular com a materialidade das novas forças produtivas. Os bairros pobres, para além de serem tomados como anomalias, são espaços que, para serem compreendidos na atualidade, exigem ser vistos em seu potencial emancipatório.

> As periferias urbanas das grandes cidades vem formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação de terras e do espaço à criação de territórios; da criação e novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às novas economias contestatórias... este longo processo em toda sua complexidade... ainda não descobrimos todas as suas potencialidades. (ZIBECHI, 2015, p. 91)

Indo ao encontro do pensamento de Aníbal Quijano, Raúl Zibechi reverbera a tese do sociólogo peruano sobre os elementos que permitem pensar uma lógica singular regente das vidas urbanas nas periferias. No centro dessa lógica, que explicita articulações, redes, arranjos culturais no cotidiano, está a figura da mulher.

> O pano de fundo deste processo dos setores populares é a expansão de uma lógica familiar comunitária centrada no papel da mulher-mãe, em torno de quem se molda um mundo de relações outras: afetivas, de cuidados mútuos, de

> contenção, inclusivas. Estas formas de viver e fazer tem saído dos âmbitos privados nos quais se encontravam refugiados para manterem-se vivas, e diante da crise sistêmica que se evidenciou desde 1968, vem se expandindo em direção aos espaços públicos e coletivos (ZIBECHI, 2015, p. 91)

Se, a concordar com Zibechi, sao os afetos que organizam os bairros, os complexos de favelas, as vizinhanças, pode-se afirmar que na américa latina, nos dias de hoje, é dessas formas de vida coletiva-comunitária nas periferias que podem surgir estratégias e táticas de luta.

Descolonizar as lutas

> "Todo o meu aprendizado está nesse percurso. Tudo o que está localizado entre Santa Cruz e ipanema. Sentado no meio-fio, esperando a van de madrugada, vendo o mar bravio como o que engoliu Escobar, eis a Ipanema que se repetiu durante anos para mim. Desenvolvi uma relação com a madrugada de Ipanema e invejava a Ipanema solar, do cinema e da literatura. Nunca tive coragem de frequentar Ipanema durante o dia, mas me sentia em casa sentado no meio fio esperando a van para Santa Cruz."
> *Marcos FAUSTINI, Guia afetivo da Periferia, 2009, 44*

Os conflitos urbanos no Brasil, que predominantemente tem origem numa extensa e profunda injustiça social não raro expõem formas inovadoras de reivindicação de direitos, nas quais os territórios periféricos surgem, como denominei acima, numa soma de *energias insurgentes*, demonstrando que *viver a desigualdade e a exclusão também pode ensinar o exercício das lutas e contestações por vidas urbanas mais justas.*

Considerada a produção do espaço nota-se que há, nas periferias, uma *condição de emergência* que faz com que modos diversos e dissidentes de apropriação do meio urbano obriguem à reflexão renovada sobre os fundamentos do *urbano* no Brasil, uma vez que se traduzem em práticas de frequentação e usos do espaço

público, representações da cultura política, e deslocamentos discursivos de grupos sociais sempre dinâmicos.

No que diz respeito à análise sociológica urbana, o pensamento de Quijano expressou, na década de 1980, a passagem de sua referenciação em dimensões prioritariamente políticas e econômicas para um esforço reflexivo em que cultura e história são tomadas como mediações fundamentais no debate latino-americano que se configurava de modo novo. Assim, num pensamento assinalado pela travessia entre a produção dependentista e marxista da década de 1970 e a elaboração conceitual da colonialidade do poder da década de 1990, Quijano questionou política e epistemologicamente as tensões subjacentes à história da teoria social latino-americana.

Na virada do século o sociólogo peruano Aníbal Quijano passou a se debruçar sobre a *colonialidade do poder*, o principal conceito do *giro decolonial latino-americano*. Entretanto, uma enunciação fundamental do sociólogo se deu numa entrevista concedida a um periódico de Lima, em 1991[251]. Ali, num momento de gestação de novos léxico e categorias o sociólogo apresenta o fundamento de sua crítica da racionalidade moderna europeia enquanto modelo de dominação e exploração mundial a partir do centro europeu, da divisão internacional do trabalho e da hierarquização étnico-racial da população mundial.

Segundo Quijano, a crítica à *colonialidade do poder* esboça uma racionalidade alternativa, cujos fundamentos estão na reciprocidade e na solidariedade. Para o autor, trata-se de reinstalar as ideias do outro e dada relação com o outro nos quadros do que denomina "uma correspondência solidária". É uma racionalidade que, contraposta a quaisquer formas de dominação e exploração, tampouco implica em homogeneização, seja de culturas, espécie, maneiras ou normas. Confirma-se na

> ... ideia de diversidade e de alegria no trabalho coletivo. Não é para resgatar o coletivo frente ao individual ou o individual frente ao coletivo, pois o coletivo como algo fechado é

> simplesmente quase impossível depois da experiência dos últimos quinhentos anos... do que quero dizer, estou falando é do coletivo como relação de indivíduos livres. (QUIJANO, 1991, p. 52)

O que se critica, afinal, na racionalidade europeia, é o conjunto de relações ordenadoras do capitalismo colonial/moderno e os padrões de poder que delas resulta, a que Quijano chamou colonialidade do poder. Originado e sistematizado a partir da América mas sendo, nele mesmo, uma engenharia ordenadora das múltiplas hierarquias do sistema mundo esse exercício do poder se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social (QUIJANO, 2000, p. 342).

Ao dizer dessa racionalidade alternativa o autor propõe um projeto intercultural de transformação social, pensado a partir de conhecimentos subalternos, cujas manifestações estariam principalmente movimento indígena latino americano, mas não somente; que se estenderia a outros movimentos no continente, contra a exploração , a dominação e a submissão, como os movimentos negro, quilombola, feminista e ecologista. São contestações cujo fundamento não se esgota nos temas concernentes ao trabalho, mas aglutina problemas em torno de questões de gênero, de juventude, dentre tantos visando conectar os diversos elementos e formas do conhecimento.

Raúl Zibechi (2011) aponta a mesma direção ao dizer que é necessário diferenciar a lógica subjacente à manifestação dos *contrapoderes de baixo*:

> ...hay que aceptar que no hay una racionalidad, instrumental y estadocéntrica, sino que cada sujeto tiene su racionalidad, y que todos y todas podemos ser sujetos cuando decimos Ya basta. Se trata, entonces, de comprender las racionalidades otras**,** cuestión que sólo puede hacerse desde adentro y en movimiento, a partir de la lógica inmanente que develan los

> actos colectivos de los sujetos del abajo. Eso indica que no se trata de interpretar sino de participar.

A reivindicação de uma racionalidade contraposta à colonialidade é, a meu ver, a chave para compreender os conflitos urbanos contemporâneos no Brasil travados nas periferias.

As insurreições urbanas exigem a construção de outro tipo de conhecimento, de outra prática política, de outro poder social e estatal e, enfim, outro tipo de sociedade. Territórios periféricos não requerem apenas o seu reconhecimento e inclusão em um Estado neoliberal que reproduz o colonialismo, mas requerem que o Estado reconheça a diferença colonial epistêmica, ética e política. Pedem que se reconheça a sua participação no Estado, a fim de intervirem com igualdade.

É necessário, nesse sentido, ampliar o campo de discussões e o debate sobre a produção e a ocupação das cidades no país observando, por exemplo, a construção histórica da desigualdade a partir de múltiplos pontos de vista. A análise das questões relativas às disputas pelo espaço, se vistas para além do recorte por classes sociais, precisam dar conta não exclusivamente da diferenciação societária, mas também dos âmbitos racial, étnico e de gênero. Na América Latina, a trajetória das lutas em cada um desses segmentos não é, obviamente, recente, dada a forma de dominação colonial.

Mas, quando rebatido sobre o plano das contestações urbanas, esse diagrama de forças deixa ver sua inteira complexidade. Estamos falando de lutas travadas nas cidades, por certo, que entretanto não se explicam inteiramente a partir da categoria *movimento social urbano*. Para compreender as lutas sociais latino-americanas, é necessário vê-las sob o prisma da crítica da colonialidade, como *movimentos anti-sistêmicos* (ZIBECHI, 2014). São lutas construídas em situações e possibilidades cotidianas, cujo dinamismo consolida relações externas e antagônicas aos protocolos estatistas e burocráticos.

> These theories regarding social movements start from the assumption that there is one society and that a part of it—a social class or disadvantaged or oppressed sector—makes its

> claims to the state in an effort to make itself heard and satisfy its demands. This leads to analyses of the organizational forms of collective action, of the structure of opportunity, of the cultural resources that are put in motion, et cetera—in other words, different ways of explaining how one unified society with one State, one system of justice, and one political system of decision making resolves or expresses differences, inequalities, and oppression. I think the worst thing we can do is try to understand this reality based on concepts such as social movements, because this involves applying categories alien to what we are trying to comprehend.

Na perspectiva do pensamento decolonial, então, o que emerge das lutas, o que afinal se deixa ver que de outro modo não se veria? Ao falar de reivindicações e contestações de camponeses, comunidades indígenas, ou dos pobres nas periferias urbanas fala-se, afinal, de formas-comunidade que se convertem em forma de luta. Ao mesmo tempo, são lutas históricas globais que se desenvolvem em diferentes espaços históricos.

Entendê-las a partir de um pensamento descolonizado implica em analisar os processos locais para além dos moldes eurocêntricos, isto é, implica em compreender as distinções da dominação e resistências locais, mas sem abdicar da compreensão das dimensões geopolítica e imperialista ou da dimensão global do exercício de poder. Tem sido lutas de longa duração, contra opressões e lutas por emancipação, lutas que se entrelaçam, seja no contexto de crítica da teoria da dependência, na fase da expansão capitalista (1945-1973), seja no contexto do neoliberalismo, desde 1989 até atualmente.

Em sua configuração geral as cidades podem parecer, por vezes, uma escala de análise frágil, quando consideradas propostas e práticas comunitárias de emancipação, ao passo que os territórios periféricos guardam a vantagem de que sua dinâmica multifacetada representa concretamente a possibilidade da micropolítica recompor a macropolítica. Nas últimas décadas, as periferias urbanas tem abrigado iniciativas igualmente significativas às dos movimentos indígenas e camponeses, que construíram espaços

fora das lógicas capitalistas – ainda que tenham mantido, muitas vezes, relações parciais com o Estado e com o próprio capital.

Nas periferias das grandes cidades as formas de organização de resistências em construções coletivas, mesmo que menos visíveis - porque consolidadas internamente aos territórios - conjugam duração e efemeridade, lógicas de protesto e lógicas de ocupação e arranjos sociais diversos. Para compreendê-las é preciso assumir que esses conflitos têm novos padrões; e é preciso dar relevo a diversos aspectos segundo um plano de imanência que possa fazer a descrição desses em detalhe.

O principal deles é o âmbito escala da vida cotidiana; nesse caso deve-se recuperar a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora. A categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido, que é marcado por uma transescalaridade singular. Ainda que a microescala da vida cotidiana predomine principalmente em termos de organizar a resistência e a sobrevivência, uma viés de transescalaridade precisa se estabelecer no momento em que se torna necessário negociar demandas e reivindicações com governos e Estado.

Outro aspecto decisivo na configuração dos territórios em resistência é que suas lutas são organizadas horizontalmente, em grupos pequenos, sem equipes permanentes de direção. Gerem seus espaços político sem hierarquizações, sem divisões estritas entre direção e bases, entre quem dá ordem e quem executa, quem acata, quem decide.

São formas de organização política que não se apartam dos ritmos da vida cotidiana, levando para a prática política e social os modos e as formas de fazer e estar juntos na vida cotidiana. Como relata Raúl Zibechi (2014, p.18), essa é uma mudança estrutural positiva, pois

> a maior parte dos pobres da américa latina vive sua vida cotidiana à margem do estado, e para lutar vão descobrindo que não é necessário que se organizem ao modo do Estado.

Com relação à experiência de temporalidade dos movimentos anti-sistêmicos também é crucial assinalar a sua singularidade,

pois diz respeito a aprender o resgate dos vestígios muitas vezes ocultos de sua própria história, cruzando um passado não raro abandonado, oculto, e um movimento, uma disposição, para reativar essa herança na atualidade.

> Los movimientos antisistémicos cuentan con tres fuentes de aprendizaje: la historia de las resistencias, la reflexión sobre las luchas que protagonizan en cada período histórico y las experiencias de otros movimientos en otras partes del mundo. En síntesis: el pasado, el presente y las experiencias de los otros abajos. Así ha sido siempre en la historia de los movimientos. (Raul Zibechi, 2014, p. 165)

Por último, é preciso descrever as contestações urbanas segundo sua espacialidade específica, pois uma decisiva transformação nas lutas sociais se deu quando a constituição do território dessas lutas passou a ser uma variável incontornável, tanto em termos práticos quanto analíticos. Dado que toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital, em cada acontecimento dessa natureza a dimensão das relações sociais desempenhada a partir de um *território em uso* passou a implicar uma exigência para a análise da repercussão das lutas. Na atualidade, conflito social exige ser compreendido enquanto disputa encarnada no território, isto é, quando o espaço é apropriado e instituído pelos sujeitos e grupos sociais que, por meio dele, reivindicam suas demandas e desempenham sua contestação.

Uma eloquência singular

> "[Minha mãe] ainda sofisticou a narrativa, dizendo que quem fica na esquina arrastando chinelinho, havaiana furada com prego segurando as tiras, é um verdadeiro sem futuro. Ouvir isso e ter esse fantasma na cabeça é terrível para um jovem. Ele tem o mesmo amor pela casa e pela rua. Ficar na esquina é tão importante quanto ter um quarto. Minha mãe diz isso, por que ela nunca cruzou a esquina da Rio Branco com a Presidente

> Vargas num dia de domingo pela manhã e sentiu o início da civilização carioca a seus pés." (FAUSTINI, 2009, p. 105)

A pergunta que levanto neste trabalho, sobre a possibilidade da narrativa de insurreições urbanas em territórios periféricos estabelecer uma crítica da colonialidade do saber urbano, certamente demanda outros desdobramentos posteriores de pesquisa, se se quiser respondê-la em extensão e profundidade. Contudo, tê-la formulado a partir da hipótese de uma convergência entre Quijano e Zibechi no que diz respeito a afirmar a potência das lutas que se constroem e se travam desde as periferias latino-americanas, me permitiu chegar aos seguintes pontos conclusivos a partir da literatura estudada.

Primeiramente, o exame do cotidiano das populações predominantemente negras nas periferias brasileiras denota o protagonismo de dois novos sujeitos políticos, a saber, as mulheres e os jovens. Em segundo lugar, pode-se afirmar que os territórios periféricos expressam transformações espaciais decisivas que são decorrentes dos modos como se organizam esses dois novos atores políticos.

A experiência da juventude que tem vivido nas periferias nas décadas recentes traduz uma intensa produção de formas culturais novas. Nas décadas recentes, por meio de seus jovens, as periferias das cidades tem inventado com velocidade impressionante novos circuitos culturais e novas soluções econômicas por mais precárias e informais que sejam, para sustentar essas invenções. São práticas que reclamam sua especificidade, reivindicam o direito à diferença e ao singular de um "cultura que junta os fragmentos de uma identidade inconstituída, para dar-lhes cara, voz e sentido (Martins, 2008, p. 62). A produção de cultura que se dá *nas margens* configura movimentos abrangentes: encontra reciprocidades entre grupos diversos, recria códigos de comportamento e, inclusive, reinventa modelos e relações de produção, conexão e do acesso através de canais alternativos.

Quando a juventude que vive na periferia faz, por meio da cultura, a crítica social do próprio periferismo vê-se um desdobramento daquele aspecto relativo ao efeito da comunicação de

massa sobre as populações marginalizadas que Quijano em 1971 já identificava como fator de mudança. A cultura produzida pela juventude em seus territórios periféricos é *cultura do protesto*. Pense-se, como exemplo, nas transformações por que passam nas periferias as artes visuais (o pixo e o graffiti), a literatura e música (os saraus, os duelos de MC's, o Funk, o Rap e o Hip Hop).

As situações de interdição à participação e representação da juventude dos setores populares em arranjos políticos tradicionais são reconfiguradas em linguagens estéticas e artísticas cuja politicidade é pulsante. Chamadas *marginais*, essas formas desvendam os nexos entre os processos de constituição dos sujeitos políticos e a expressividade estetica; em outros termos, há uma criatividade que, quando é posta em movimento a partir de privação, sujeição, destituição desemboca em produção de conhecimento. O que os jovens periféricos tantas vezes fazem ver é que produzir conhecimento no limiar do tolerável reinventa a resistência.

Por sua vez, a experiência das mulheres nesses territórios periféricos estabelece uma sólida referência de coletividade e organização, sempre refletida nas ações femininas individuais ou em grupos. É constituindo-se como sujeitos políticos na esfera da vida cotidiana que as mulheres exercem um papel singular na contenção da desintegração das relações comunitárias, na construção coletiva do pensamento e dos processos de tomada de decisões. Zibechi aponta um elemento constante: "a expansão da mulher-mãe é evidente em todos os movimentos sociais atuais" (ZIBECHI, 2015, p. 91). Trata-se, nas últimas décadas, de um processo emancipatório longo e de grande fôlego para dar combate à desigualdade e assimetria de poder na esfera da reprodução da vida. As lideranças nos territórios periféricos em sua grande maioria são mulheres negras, articulando a todo tempo questões em que se mesclam a raça, o gênero e a classe. Lideranças que, sustentando-se na teoria e na prática, preocupadas em vincular a experiência do vivido à economia, à representação política. O protagonismo feminino nas revoltas populares, nas insurreições urbanas está ligado ao seu enorme protagonismo na vida cotidiana, em que o passo político fundamental é a passagem da reprodução na casa da família para a reprodução coletiva nos movimentos.

Em síntese, descolonizar o saber urbano decorrerá de pensar a periferia enquanto territórios configurados segundo dinâmicas sociais singulares, que se realizam a partir da soma de capacidades e de coexistências. No que diz respeito às formas institucionalizadas de participação e decisão nos processos da vida urbana, as periferias exercitam modos de construção de coletividades, testam repertórios políticos próprios, relativamente autônomos. São novas subjetividades, novas formas de produção social que, a despeito de uma tradição de opressão, vem diferindo dos modos de vida urbana hegemônicos pois não cessam em criar condições para ampliar seu campo de ação, não recuam quando é preciso tensionar e esgarçar o padrão de poder que ainda é colonial.

CAPÍTULO 24

A crise da democracia, os projetos políticos e a reconstrução democrática do Brasil: elementos de avaliação e estratégia

Luciano Fedozzi

"Em geral os governos e os políticos se preocupam mais com as urgências do que as necessidades"
Carlos Matus[252]

Introdução

Após um período de ampliação do número de países que adotaram o regime democrático liberal representativo, na chamada terceira onda democrática, a partir de 1974,[253] o modelo elitista hegemônico da democracia[254] vem perdendo legitimidade e sofrendo questionamentos e confrontações à direita. É cada vez mais comum a percepção de uma crise da democracia e de suas limitações para lidar com os grandes problemas socioeconômicos e ambientais e as expectativas dos cidadãos comuns nos países centrais e periféricos do capitalismo liberal-democrático.

Nesse novo contexto, as ciências sociais e humanas vêm tentando oferecer interpretações sobre o fenômeno que parece inaugurar uma nova fase na história da relação entre o capitalismo e a democracia liberal. Isso ocorre tanto em análises dos efeitos da cha-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-128-6_024

mada crise, como por meio dos estudos que tentam oferecer explicações sobre as suas causas. Todavia, esse último objetivo recebe bem menos atenção, em especial na ciência política, que tradicionalmente especializou-se nas abordagens institucionalistas, focada na análise do sistema político. Diferentemente dessa tradição, entende-se que a "sociologia política" pode contribuir no debate, trazendo elementos analíticos centrados na relação entre o sistema político e a sociedade, ou seja, na relação de mútua influência entre a sociedade política e o mundo social e econômico em que ela está imersa. Nesse sentido, o presente ensaio objetiva trazer elementos que ajudem a pensar a chamada crise da democracia, a partir dos impactos trazidos pelas profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais dos últimos 50 anos, que vem modificando de forma substantiva as condições em que se dava a legitimidade da democracia no capitalismo do pós-Segunda Guerra. É no bojo das contradições que emergiram na transição para uma nova época que cresce o fenômeno do extremismo antidemocrático e da erosão das democracias liberais, já que a contestação da ordem liberal pela esquerda do espectro político perdeu forças e poder de ação a partir do surgimento do neoliberalismo simultaneamente ao esgotamento do campo crítico e alternativo a essa hegemonia.

Reconhecendo a complexidade e a multicausalidade do fenômeno de questionamento neofascista à ordem liberal-democrática, argumenta-se que no pano de fundo da crise de legitimidade das democracias se encontram as profundas transformações estruturais do sistema capitalista mundial, iniciadas com as mudanças nos padrões de acumulação, nas décadas de 1970/80, e expandidas com a intensificação da globalização dos mercados e o crescimento do processo de financeirização da economia no período seguinte. Essas mudanças estruturais encerraram o ciclo de acumulação fordista do século passado e sua organização estatal ligada às políticas de bem-estar nos países centrais, com repercussões na periferia do sistema que, por sua vez, não logrou o pleno desenvolvimento do capitalismo industrial e a universalização da cidadania.

Sem postular relação de causalidade direta entre as transformações socioeconômicas e culturais e o novo processo de erosão das democracias liberais, entende-se que diferentemente

das interpretações mais tradicionais da ciência política, de corte institucionalista, faz-se necessário explorar a hipótese que associa o fenômeno dessa crise às profundas transformações econômicas, sociais e culturais expressivas de uma nova época, cujos efeitos estão enfraquecendo a função tradicional da política como arena de mediação de interesses e preferências, capaz de ligar os diferentes e antagônicos projetos políticos e os diversificados grupos sociais, na forma do reconhecimento comum da legitimidade do Estado democrático de direito e seus procedimentos. São elementos socioeconômicos e culturais que vêm contribuindo de alguma forma para esse novo ciclo político de tensão e ameaças aos regimes políticos da democracia liberal elitista, com impactos distintos nos países centrais e periféricos, de acordo com os contextos históricos recentes de cada país, do qual o Brasil é parte na condição de periferia do sistema capitalista mundial.

Entre outras, são questões que dizem respeito a pelo menos quatro grandes transformações que constituem o pano de fundo das crises da democracia: a) a dimensão econômica, com o baixo crescimento prolongado do capitalismo, somada aos efeitos da reestruturação produtiva, surgimento da economia 4.0 e intensificação da acumulação por meio da financeirização improdutiva; b) a dimensão social, com mudanças na estrutura das classes sociais subalternas do mundo do trabalho, a partir do fim do fordismo e crescimento das formas precárias de organização do trabalho e renda a partir do neoliberalismo, somada ao desmonte da proteção social na forma de Estado de Bem-Estar a partir das políticas de austeridade do neoliberalismo; c) a dimensão política, pela massificação das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) e seus impactos nas formas de legitimação do poder e de exercício do pluralismo político; d) a dimensão cultural, pelas contradições advindas do processo de reconhecimento de novos direitos identitários que ameaçam o status e a hegemonia do poder tradicional de raça/cor e de gênero/sexual nas sociedades contemporâneas, também representada pelo fim da homogeneidade étnica e racial dos países centrais decorrente dos processos migratórios.

No presente capítulo pretende-se abordar de forma sintética essas transformações na sua relação com o processo de erosão

das democracias ocidentais, assim como sua relevância para o processo da reconstrução da democracia, do Estado e das políticas públicas no Brasil. Reconstrução que precisa impulsionar um projeto de desenvolvimento de caráter democrático, inclusivo, soberano e sustentável,[255] no atual contexto de derrota *eleitoral* e circunstancial do projeto neofascista. Como se sabe, tratou-se de uma derrota provisória, já que o movimento bolsonarista continua com grande apoio na sociedade e nas instituições políticas do país. Esse novo contexto de ameaças autoritárias na condução do país repõe e atualiza dilemas clássicos da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a construção da democracia na América Latina, questão que mobilizou o pensamento crítico sobre os entraves ao desenvolvimento na situação de dependência, tais como Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Celso Furtado e Lúcio Kowarick, dentre outros. O debate necessário, portanto, parte desse legado histórico interrompido pelo golpe de 1964.

Não se pretende aqui, todavia, recompor e analisar a riqueza teórica dos estudos realizados no passado pelas correntes analíticas e históricas da dependência, mas encontrar fios condutores que possam ajudar a iluminar o conhecimento das causas mais profundas da crise da democracia, considerando a atualidade brasileira no bojo das mudanças no sistema capitalista mundial. Para tal, adota-se como fio condutor da análise o conceito de projetos políticos, entendidos, de forma aproximativa à gramática gramsciana da hegemonia, na definição proposta por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 38), ou seja: "o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos". Os projetos são construções simbólicas relacionadas a culturas políticas específicas, interesses econômicos objetivos e de poder nas sociedades, com alguma diversidade interna que gera diferentes combinações e possibilidades de mudanças. São projetos coletivos, pois expressam e produzem matrizes culturais mais amplas, que representam escolhas políticas e intencionalidade quanto à sua concretização. Não são homogêneos e estão socialmente espalhados em diversos campos, sob os quais se articula toda uma variedade de subprojetos, que apresentam uma relativa

diversidade interna. Todavia, apesar da heterogeneidade e diversificação interna, eles podem ser acionados para efeitos de agregação e representação em momentos de disputas na democracia.

Ao analisar a América Latina nos anos 1990, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) identificaram dois projetos políticos *democráticos* que se opunham ao projeto autoritário remanescente do ciclo ditatorial, não só no Brasil, mas em diversos outros países da América Latina e que se distinguiam quanto às concepções sobre a natureza, o ritmo e os limites do processo de democratização em curso (*grifo nosso*). Segundo os/as autores/as, o projeto *neoliberal* estaria identificado por uma visão restrita da política e das funções do Estado, repercutindo na ideia de sociedade civil engajada de forma seletiva quanto aos temas, espaços e sujeitos, representada por organizações sociais e setores privados considerados mais habilitados que o Estado na execução de políticas consideradas públicas (*grifo nosso*). Nesse âmbito, como se sabe, desde os anos 1980, ocorreu a emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Supunha-se, assim, uma visão diluída da cidadania e formas de participação da sociedade civil subordinadas à lógica "onguista" de parceirização na prestação de serviços públicos e execução de políticas. Nesse projeto, a democracia elitista deve ser complementada pela participação de atores civis capazes de executar políticas previamente decididas e mediante critérios de eficácia selecionados pelo estado. Esse projeto foi hegemônico na direção do Estado que saiu do regime ditatorial, em que pesem as contenções e tendências contrárias que sofreu na elaboração da Constituição Federal de 1988.

O outro projeto em disputa, identificado como democratizante ou *democrático-participativo*, surgiu das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático (*grifo nosso*). Ligado às questões dos direitos substantivos de cidadania, supõe a democracia ampliada pela participação da sociedade civil, reconhecida em sua legitimidade e heterogeneidade, como os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva por direitos, sendo essa constitutiva da

ideia de política e da democratização do Estado no sentido do interesse público.

No entendimento desse projeto, surgido nos embates com o regime autoritário, a democracia representativa apresenta déficits de legitimidade que precisam ser combatidos com a ampliação da participação civil extra-parlamentar, seja direta, semidireta ou por formas de pluralização da representação social, como forma de inclusão política na elaboração e controle das políticas do Estado. O acesso a direitos e ao interesse público é vislumbrado com a ampliação da democracia. No Brasil, esse projeto criou um campo de disputa à altura do projeto neoliberal, embora não hegemônico. Todavia, conforme avaliou Dagnino (2004), na disputa entre os dois projetos antagônicos, desde a redemocratização, configurou-se uma "confluência perversa"[256] quanto às relações e ao sentido dado aos temas da democracia, da cidadania e da sociedade civil. A perversidade da confluência – prejudicial à disputa de hegemonia do projeto democratizante-participativo – foi possível porque ambos os projetos requeriam uma sociedade civil ativa e propositiva, mas apontando para direções opostas e até antagônicas (Ibidem).

Desde então, considerando a disputa entre os três projetos presentes desde a Nova República, muita água passou no caminho da relação entre a democracia brasileira e a chamada sociedade civil. Todavia, considerando sinteticamente a hegemonia eleitoral dos projetos, as políticas governamentais executadas, os ciclos democratizantes e os retrocessos mais recentes, é possível afirmar que há elementos suficientes na última década (em especial a partir da crise mundial do capitalismo de 2008 e das reviravoltas políticas no Brasil desde 2016), que indicam uma reconfiguração das identidades e dos termos em que se davam as disputas entre os dois projetos políticos do campo democrático (neoliberal e democratizante). Essas reconfigurações vêm modificando as bases da chamada "confluência perversa", apontada anteriormente (Dagnino, 2004; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006). Isso porque, como se observa no Brasil, parte dos atores importantes do projeto neoliberal se deslocou do campo democrático-liberal, conjugando um novo amálgama hegemonizado pelo projeto autoritário de extrema direita (neoconservador e neofascista). Esse

deslocamento integra o crescimento das forças do extremismo de direita no ocidente, que ganhou novo fôlego a partir da crise prolongada do capitalismo e das mudanças requeridas pela globalização, a partir do novo ciclo de acumulação dirigido pelo neoliberalismo, e das reações conservadoras ao avanço das demandas culturais por identidades e reconhecimento.

Esse novo contexto modificou a relação do campo neoliberal democrático com o tema da participação da sociedade civil e da própria sustentação da democracia liberal. O projeto neoliberal, deslocado politicamente, assumiu feições autoritárias, necessárias à implementação de sua agenda excludente, que após ter sido testada no período de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi rejeitada nos anos 2000. A inflexão neoliberal, após o golpe parlamentar de 2016, foi acompanhada de retrocessos na participação social construída ao longo das décadas de democratização, tanto em nível nacional como nas cidades e metrópoles. Parte considerável dos atores do projeto neoliberal, no novo contexto de hegemonia do projeto autoritário de extrema-direita (que governou o país a partir de 2018), aliou-se majoritariamente aos procedimentos antidemocráticos, como forma de se contrapor às políticas inclusivas e de inclinação "social-desenvolvimentista". Nesse rearranjo dos projetos, que deslocou parte considerável dos setores neoliberais em direção ao autoritarismo, não faz mais sentido a clivagem anterior centrada na análise da "confluência perversa" sobre a participação da sociedade civil. A partir do novo contexto de polarização, que emergiu no país desde 2018, a própria ideia de democracia elitista, assentada no Estado Democrático de Direito, perdeu o consenso de setores importantes, ligados à implementação do projeto neoliberal no país. Com isso, desapareceu o cenário anterior que sustentava a disputa de sentido dada à ativação da cidadania na democracia.

Como mostra a ampla literatura atual, esse roteiro de rearranjo dos projetos não é especificamente brasileiro, quanto às alianças e/ou relações estabelecidas entre o neoliberalismo e as forças antidemocráticas que questionam os regimes liberais. Embora se apresentando nos países de forma diversificada, quanto às concepções de neoliberalismo professadas e de regimes políticos iliberais pretendidos, o contexto mundial ocidental é caracterizado por uma nova fase

das relações entre a democracia e o sistema capitalista. Essa rearticulação não parece ser apenas momentânea, e a emergência de forças neofascistas nos países centrais e periféricos do sistema mundial faz lembrar das condições históricas que permitiram a formação de blocos históricos de sustentação dos regimes totalitários no período entre guerras.[257] Essa rearticulação foi possível pelo deslocamento de setores burgueses do campo liberal-democrático, com grande apoio de setores populares. Ainda não se conhece o desenrolar desse curso histórico. Mas esse novo contexto, talvez um "espírito dos tempos", no qual o velho ainda não morreu e o novo ainda não se fixou, aumenta a complexidade para a disputa de hegemonia necessária à reconstrução nacional e às transformações de caráter democrático, popular e de superação da dependência nacional no Brasil, na medida em que os projetos autoritário-conservador-neofascista, e de caráter neoliberal, continuam fortes na sociedade e nas instituições representativas da democracia nos três níveis da federação.

Com o intuito de contribuir ao debate sobre as principais questões envolvidas nos dilemas da democracia liberal hoje e sobre as tarefas da reconstrução nacional no Brasil serão abordadas a seguir questões relativas às transformações (econômicas, sociais, políticas e culturais) que impactam a eficácia das democracias, e que também se apresentam na realidade brasileira, como desafios à reconstrução nacional e a efetivação de um programa não alinhado ao neoliberalismo. Sem postular relação de causalidade direta, entende-se que essas transformações estruturais precisam ser consideradas nas análises dos principais problemas colocados no caminho da sustentabilidade da democracia e das mudanças de caráter popular e progressista no país.

Democracia e neoliberalismo

A democracia liberal se consolidou, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte, durante as décadas de estabilidade política, desenvolvimento econômico e ampliação do bem-estar social posteriores à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto – em que prevaleceu a situação de bipolarização dos sistemas mundiais, devido à expansão do campo socialista após a

derrota do nazifascismo – ocorreu a união entre a democracia e o liberalismo, componentes que não têm o mesmo significado histórico e mesmo teórico, já que o liberalismo está ligado às liberdades civis e econômicas, enquanto a democracia está às ideias de igualdade e soberania popular. Diferentemente dos direitos civis da cidadania, surgidos no contexto das revoluções burguesas antiabsolutistas, os direitos políticos e sociais[258] corresponderam às lutas das classes trabalhadoras e dos segmentos subalternos nos últimos dois séculos, pelo igual direito de participação política no Estado e no sistema social garantidor de bem-estar, entendido como necessário à igualdade humana básica postulada na condição moderna da forma-cidadania.[259]

Todavia, a crise do capitalismo a partir dos anos 1970 provocou uma nova tensão e distanciamento entre a democracia e o liberalismo, na medida em que as mudanças estruturais necessárias a um novo ciclo de reprodução e acumulação do capital, em nível internacional, fez regredir as formas até então vigentes de articulação civilizatória entre Estado, sociedade e capital. O neoliberalismo, a partir dos anos 1980, representa a síntese dessa nova economia política requerida pelo sistema capitalista mundial. Dessa forma, as profundas transformações que marcaram a passagem para o Século XXI devem ser compreendidas no quadro histórico macroeconômico e político-ideológico da hegemonia requerida pelo projeto neoliberal de reforma do capitalismo nos últimos 40 anos. Mudanças exigidas pela ampliação dos mercados via intensificação da globalização e pela desregulamentação do trabalho assalariado e das regras de proteção dos Estados-nação. Essas transformações, que ampliaram o poder das grandes corporações dos países centrais do Norte e do capital financeiro especulativo, reduziram os poderes e o grau de autonomia dos estados nacionais e forçaram a adoção de reformas visando a supressão de direitos sociais e das instituições de solidariedade nascidas das lutas históricas dos trabalhadores nos pactos relativamente redistributivos no Século XX. São mudanças sistêmicas exigidas para o novo ciclo de reprodução e acumulação do capital, levadas a efeito por coalizões político-econômicas e midiáticas que compõem a agenda neoliberal, nos países centrais e periféricos, com

o devido papel coercitivo das agências internacionais de controle do sistema financeiro capitalista.

O caráter antissocial do neoliberalismo fica evidenciado pelo fato de que o projeto não se reduz ao campo econômico.[260] Ele representa uma concepção de sociedade demarcada pelo ideal normativo orientado por relações mercantilizadas em todas as esferas da vida, o que exige uma nova subjetivação dos sujeitos ancorada na antiga ideia do *Homo Oeconomicus*.[261] Lembremo-nos da concepção deMargaret Thatcher, precursora e ícone do neoliberalismo, sobre a inexistência do "social" no capitalismo, em contraste com os indivíduos e as famílias, a quem o governo deveria atender,[262] segundo ela. Essa nova forma de racionalidade (Dardot; Laval, 2016, p. 30), que supõe a desagregação do social na nova ordem neoliberal, trouxe sérias consequências para a legitimidade das democracias (Brown, 2019). Após décadas de hegemonia neoliberal o resultado antissocial é representado pelas promessas não cumpridas de crescimento econômico e bonança para todos/as. Ao invés disso, ocorreu crescimento das desigualdades, elevada concentração de renda e riquezas (Piketty, 2014), aumento do custo de vida, precarização do trabalho, supressão de direitos sociais, geração de um ambiente de insegurança permanente (Gentili, 2023), aumento da distância entre o desenvolvimento dos países do Norte e do Sul, além da ocorrência de crises sistêmicas da acumulação por financeirização, que penalizaram países, mas protegeram interesses rentistas.

O ambiente de permanente insegurança devido à precarização do trabalho e das formas de solidariedade social está criando uma espécie de rejeição subterrânea à ordem existente, empurrando indivíduos e grupos para saídas conservadoras que procuram estancar ou reverter esse sistema, a exemplo da identificação com a família tradicional, as religiões e os nacionalismos (Gentili, 2023).Essa ordem acaba "abrindo espaço para formas de fascismo e para a inversão pelos movimentos fascistas de sua relação de submissão ao liberalismo, como se evidencia com a multiplicação de movimentos e lideranças de natureza neofascista e sua articulação internacional, desafiando a hegemonia liberal" (Martins, 2022, p. 11 apoiado em Wallerstein, 1995).

O esvaziamento das formas de solidariedade social requeridas pelo neoliberalismo contribuiu também para uma redefinição negativa do sentido da política quanto à relação estado-sociedade na modernidade. A centralidade do mercado e a retração do estado – como consenso que atraiu inclusive partidos historicamente ligados às classe trabalhadoras – fortaleceram o pressuposto filosófico e ontológico do neoliberalismo, o qual supõe o esvaziamento do "político" enquanto esfera de mediação societária por excelência, ou seja, a ideia de que os problemas comuns que afetam os indivíduos precisam ser resolvidos com a escolha livre dos/as cidadãos/as por meio de procedimentos e instituições submetidas à soberania popular, em última instância, da própria sociedade como reunião de indivíduos identificados por um destino comum (Brown, 2019). Dessa forma, o movimento neoliberal deu enormes contribuições para o descrédito da democracia liberal e das formas clássicas de representação política (Brown, 2019; Mouffe, 2005, 2014). O "consenso centrista", representado pela adesão dos partidos social-democratas e socialistas ao neoliberalismo, desde a década de 1990, contribuiu para a generalização do sentimento popular de inutilidade da política e o surgimento da ideia de uma era pós-política, diante da inexistência de alternativas viáveis ao "caminho único". A democracia, esvaziada de sentido, apareceu como um ritual de consulta entre alternativas semelhantes, privando os cidadãos da oportunidade de ouvir e eleger entre alternativas por um debate agonista (Mouffe, 1999, 2005, 2014). Esse esvaziamento provocado pelo "caminho único" favoreceu o processo de rechaço à política, o que contribuiu para a formação de um ambiente negativo, que passou a ser preenchido por líderes populistas "antissistema" de extrema-direita. Essas forças políticas passaram a representar os setores sociais perdedores da globalização e ressentidos com as mudanças culturais de setores médios cosmopolitas, ganhando apoio inclusive dentre as classes trabalhadoras tradicionais e setores que eram apoiadores das correntes progressistas (Brown, 2019). Tais transformações estruturais contribuíram para o déficit de representação da democracia representativa (Urbinatti, 2023a), enfraquecendo o dissenso permitido entre alternativas agonistas na democracia liberal.

O mal-estar nas democracias alimenta saídas que visam reformar a democracia liberal em sentido autoritário, nacionalista e neoconservador, ainda que com manutenção dos sistemas eleitorais. Diferentemente do ataque direto à democracia, por meio de rupturas bruscas e golpes militares clássicos, que continuam existindo na periferia, os processos de desdemocratização[263] se dão por modificações nas regras do jogo e nas formas de equilíbrio dos poderes institucionais por dentro da própria arquitetura do Estado democrático. São processos que contam com grande apoio popular nas eleições e amplo uso das TICs, inclusive em países centrais onde o nível de desenvolvimento e o tempo de consolidação da democracia supunham constituir uma barreira aos retrocessos democráticos levados a efeito por forças autoritárias, populistas, xenófobas, racistas e fascistas (Mounk, 2019; Przeworski, 2020; Levitsky e Ziblatt, 2018; Castells, 2018).

O caráter antidemocrático do neoliberalismo, enquanto expressão dos interesses de classe, fica evidente também nas suas alianças políticas comumente verificadas com representantes dos projetos autoritários e neoconservadores, de clara inspiração neofascista. Esse casamento, embora não seja automático, teve início na dramática experiência do Chile de Pinochet, e hoje se apresenta principalmente nas situações em que os projetos das classes subalternas se aproximam do poder de Estado, como no caso do Brasil. Em situações como essas, o projeto neoliberal, apesar de certa divisão, demonstra seu caráter de classe centrado no conteúdo do modelo econômico, em detrimento da defesa das salvaguardas liberais contra as ameaças à democracia.[264] Seja por razões filosóficas ou práticas, coalizões dirigidas pelo neoliberalismo de perfil iliberal ou autoritário estão na base da erosão democrática em vários quadrantes do mundo (Guimarães, 2023; Dardot, 2021). É um novo momento histórico de tensão e distanciamento entre a democracia liberal e o capitalismo, cujo desfecho é imprevisível e perigoso, já que a saída da crise por um viés progressista e anticapitalista não parece ser uma alternativa vislumbrada hoje. Em alguns contextos nacionais a democracia não conta mais com a adesão de frações das classes dominantes hegemonizadas pela extrema-direita. Esse é

o caso brasileiro, após o golpe parlamentar e a inflexão ultraliberal de 2016, que culminou com a eleição de Bolsonaro em 2018 mediante clara manipulação e *lawfare*.

Esse novo contexto histórico de distribuição das forças em luta pela hegemonia, como é o caso brasileiro, aumenta a dificuldade de viabilização do projeto democrático-popular de desenvolvimento nacional, a partir do Governo Federal. Isso porque o contexto exige articular uma dupla tarefa na estratégia da reconstrução, cuja não observância poderá acarretar o fracasso do novo ciclo da esquerda à frente do governo federal: a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito (o que supõe alianças com setores democráticos-liberais), conjugada à construção de alternativas ao neoliberalismo, modelo que também é defendido por essas correntes centristas.

Historicamente, governar sem maioria política nas instituições democráticas é um forte limitador das políticas de caráter popular e nacional. A vitória apertada de Lula foi acompanhada da derrota nas eleições proporcionais, em que o Executivo detém apenas ¼ de apoio no Congresso Nacional. Nas condições atuais em que permanece a polarização no país, as limitações aumentam, indicando probabilidade maior de amenização do programa a ser efetivado, devido ao peso do conservadorismo na necessária aliança governista e desses no Congresso, somado ao peso que a direita tradicional e a extrema-direita ainda possuem nas instituições e na sociedade.[265] Todavia, esse fio de navalha não requer a renúncia aos objetivos estratégicos de caráter democrático, popular e nacional, que precisam ser desdobrados em duas táticas simultâneas de combate ao fascismo e ao neoliberalismo: a defesa intransigente da democracia liberal, contra o autoritarismo neofascista; e seu aprofundamento, contra a democracia minimalista da representação política, que por sua vez é fortemente influenciada pelo projeto econômico do neoliberalismo.

Defender a democracia contra as ameaças da extrema-direita hoje no Brasil é uma tarefa revolucionária. Aprofundá-la é uma ação necessária para ir além da democracia elitista e da exclusão socioeconômica provocada pelo neoliberalismo. Talvez mais do que nunca reconstruir a democracia no Brasil signifique entranhá-la de conteúdos substantivos relativos ao bem-estar das

grandes massas subalternas, viabilizados principalmente pelas políticas sociais, mas também pelas políticas econômicas. Essas possibilidades aumentam quando os setores de baixo entram em cena nos processos de participação da vida pública. "Democratizar a democracia" (Santos, 2002) requer criar e sustentar processos de participação social que, ao lado da representação política, permitam a incidência de atores civis e movimentos sociais nas políticas. Todavia, as instituições participativas reconstruídas no plano federal não são aptas a realizar essa mobilização de massas, pois constituem uma forma de representação social e de intermediação de demandas, que não obstante alargam a democracia e aumentam o controle social.[266] No momento em que ocorre um verdadeiro sequestro de parcela considerável dos recursos públicos por meio das emendas parlamentares do Congresso Nacional, falta ao governo federal um programa capaz de mobilizar os setores populares na disputa dos recursos e na defesa de políticas redistributivas. O Orçamento Participativo nacional, prometido por Lula durante a campanha eleitoral, mas não efetivado até agora, é o melhor caminho para realizar esse objetivo, ainda que não deva ser visto como panaceia para enfrentar a crise.

Esse objetivo passa também pela disputa eleitoral nos municípios e metrópoles do país, onde os setores conservadores e neoliberais mantém larga hegemonia,[267] ampliada após a crise do PT a partir de 2014 e o golpe de 2016, quando ocorreu acentuada queda de influência da esquerda nos municípios do país.[268] A ordem urbana, que abriga 85% da população brasileira, constitui a face emblemática das nossas históricas desigualdades, acrescidas dos processos de segregação socioespacial, que negam a condição de cidadania a enormes contingentes humanos. Defender a democracia hoje requer a construção de programas políticos locais capazes de derrotar o bolsonarismo e o projeto neoliberal-autoritário-excludente nos elos locais do sistema nacional que cumprem função importante para a hegemonia conservadora e neofascista. A plataforma histórica da reforma urbana e do direito à cidade, incluindo-se a gestão democrática das cidades, é um ponto de apoio fundamental para balizar esse processo democrático que não é apenas local.[269]

A legitimidade da democracia e o desenvolvimento econômico

Historicamente, a legitimidade da democracia esteve associada ao crescimento econômico e à relativa capacidade redistributiva de acesso a bens e serviços que constituíram a dimensão social da cidadania no Século XX. Todavia, a estagnação econômica do sistema capitalista mundial está impedindo a prosperidade geral, impactando negativamente as condições materiais de vida e impondo pesadas restrições a grupos e camadas sociais. A crise afeta as expectativas de futuro dos setores que ficaram a margem dos benefícios econômicos da globalização. Pela primeira vez após a II Guerra Mundial, nos países centrais do capitalismo, as expectativas de progresso das novas gerações são piores do que as das gerações antecedentes, gerando sentimentos de insegurança e frustação, especialmente entre os jovens (Przeworski, 2019, p. 131; Jones, 2023). Essa nova realidade contribuiu para um ambiente de ceticismo político, gerando descrédito em um futuro melhor e impactos na cultura política em termos individualistas. No clima atual de mal-estar das democracias, os setores progressistas também são identificados como parte do "sistema" e culpabilizados, virando alvo de campanhas "antissistema" da extrema-direita, que cresce a partir de alternativas políticas representadas por *outsiders* reais ou fabricados pelas mídias sociais (grifo nosso).

Nos países centrais, a proximidade com os imigrantes torna-os um alvo fácil da crítica contra a escassez de empregos e renda. A crise econômica mundial, no novo contexto da globalização, acrescida dos conflitos que ainda reverberam as relações colonialistas, acentuou a crise migratória e incentivou a busca de melhores condições de vida por enormes contingentes humanos dos países periféricos. O fluxo migratório e a ameaça do fim da homogeneidade étnica e cultural nos países centrais estão acentuando os componentes racistas, xenófobos e fascistas, que são explorados pelas forças supremacistas e nacionalistas de direita. Renascem os ideais fascistas adormecidos, ancorados na condenação da diversidade racial e étnica dos imigrantes, trazendo dilemas práticos e morais para a ação política das forças de esquerda.

A defesa das minorias étnicas e dos direitos humanos costuma cobrar um alto preço diante das maiorias eleitorais nativas.

No caso brasileiro, são conhecidas as associações entre o crescimento econômico e a aprovação popular do primeiro governo Lula, entre 2003 e 2010, assim como a relação entre a crise recessiva e o insucesso do segundo Governo Dilma, a partir de 2013. A sorte do Governo Lula III está fortemente associada aos benefícios do crescimento econômico e dos resultados das políticas redistributivas e inclusivas, tanto de combate à pobreza e às desigualdades de renda, como de acesso a direitos de bem-estar, em especial (não somente), dos segmentos que constituem as "classes D e E".[270] Mas, para obter a aprovação da maioria popular, além do crescimento econômico, é fundamental criar políticas que beneficiem também os segmentos médios ("classes C"), setor ambíguo da estratificação social que teme o descenso de classe com as crises econômicas e valoriza a boa gestão do setor público, a exemplo do combate à corrupção e à criminalidade. Nesse sentido, o setor de segurança pública é um dos mais negligenciados pelo campo da esquerda, abrindo flancos à direita que são explorados nos discursos autoritários e neofascistas da guerra cultural. É urgente a elaboração de uma política federal que demonstre claramente a preocupação com o combate à criminalidade e à violência, principalmente nas grandes metrópoles e regiões metropolitanas.

Entretanto, o crescimento econômico, nos países capitalistas, não se encontra sob controle total dos governos, menos ainda nos países da periferia e nas economias de grande escala, como no caso do Brasil. O crescimento depende de vários fatores, incluindo o crescimento mundial do sistema capitalista e de investimentos externos. Até aqui, nos limites dados pelo Congresso Nacional, as mudanças para reconstrução da política fiscal − um componente importante do financiamento do Estado e das políticas públicas−, indicam a retomada do protagonismo governamental após a derrota do teto de gastos (PEC 95), representante maior da guinada neoliberal após o golpe de 2016. Mas, além do aumento da receita, o aumento dos investimentos estatais depende também da solução dada à meta fiscal, mais ou menos inclinada às políticas anticíclicas neokeynesianas ou alinhadas às políticas neolibe-

rais de austeridade que marcaram o consenso neoliberal. A nova política do Governo Lula III aprovada em 2023 é conciliadora e indica restrições que comprometem os gastos públicos necessários ao cumprimento do papel do Estado no desenvolvimento.[271] Da mesma forma, a política econômica continuará limitada caso não for revertida a exorbitante taxa de juros do BC, outro legado do golpe neoliberal de 2016.

Porém, a capacidade de investimento público para o desenvolvimento e a efetivação das políticas públicas vem sendo reduzida pelo crescente poder do Congresso Nacional na definição e execução do orçamento, impondo severos constrangimentos ao poder Executivo que são inéditos no arranjo institucional saído de 1988.[272] O fim do "orçamento secreto" do período Bolsonaro, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), apenas amenizou, mas não impediu o garrote que as forças conservadoras do centrão e da extrema-direita impõe ao Governo Lula por meio do Congresso Nacional, mesmo após a abertura de espaços para a oposição no poder Executivo.[273] O desequilíbrio em favor do Legislativo vai além do arranjo denominado de "presidencialismo de coalizão", porque executar cerca de metade dos recursos de investimentos pelo Legislativo sinaliza um regime próximo do semiparlamentarismo. São alocados grandes volumes de recursos em emendas parlamentares impositivas com viés clientelista-localista, que abocanham grande parcela do orçamento. O cerco ao governo Lula III, por meio do controle de recursos, avançou como nunca, equiparando-se os valores das emendas aos valores para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).[274] A novidade das emendas das Comissões do Congresso Nacional (mecanismo que está substituindo as emendas do relator do "orçamento secreto" barradas pelo STF), retira do Executivo o poder de barganha para aprovação de matérias e beneficia os parlamentares na sua relação com as bases nas próximas eleições municipais. Somada aos recursos estratosféricos para a campanha municipal de 2024, na qual o maior partido (PL bolsonarista) é o beneficiado, a estratégia de cerco ao governo Lula vem sendo bem-sucedida.[275] A distorção das emendas provoca perda de

racionalidade das políticas públicas, por fragmentação alocativa e ineficácia dos gastos governamentais.[276] Além disso, os recursos disponíveis dos congressistas impõem grande desigualdade na competição eleitoral.

A adoção das emendas impositivas desde 2015 está mudando as condições em que se dá a disputa eleitoral e tende a favorecer mais ainda a reprodução da maioria política conservadora do Centrão (e agora de extrema-direita) no sistema de dominação de classe no país. Para além dos constrangimentos institucionais nas relações atuais Executivo-Legislativo, o futuro da hegemonia política no país – articulada às competições eleitorais nas bases locais e regionais - vai depender muito do quanto esse avanço patrimonialista/clientelista de captura dos recursos públicos pelo Congresso Nacional continuará em funcionamento. A adoção do Orçamento Participativo Nacional, conforme propôs o próprio Lula durante a campanha, reúne condições para estabelecer um contraponto necessário. A positividade da experiência pioneira do Plano Plurianual (PPA) Participativo em 2023 abriu o caminho, mas pairam dúvidas quanto à real vontade em seguir nessa trilha, a um só tempo mais transparente e eficaz na alocação orçamentária.[277] Todavia, a adoção do PAC para municípios por meio do engajamento direto dos prefeitos, sem quaisquer condicionantes de participação cidadã enfraqueceu a opção do OP nacional, além de desperdiçar uma oportunidade importante de incentivo e indução federal aos OPs realizados nos municípios, que estão em franco declínio e abandono nas cidades do Brasil (Bezerra, 2022; Fedozzi, Furtado e Rangel, 2018; Fedozzi, 2023a).

A elaboração do novo PAC 2024-2026 no primeiro ano da gestão Lula III é relevante. Entretanto, as deficiências apresentadas na definição do norte dos programas e ações federais parecem revelar debilidades mais profundas na interpretação da realidade e na elaboração do planejamento estratégico necessário. Cabe questionar se essas deficiências se devem à urgência da ação governamental no cenário de continuidade da polarização política ou se revelam uma maior incapacidade de formulação estratégica dos objetivos e metas do governo federal.

O aprofundamento democrático, os atores subalternos e os sujeitos do projeto

Uma questão central para a efetividade dos projetos políticos diz respeito aos sujeitos históricos que são essenciais para efetivar o programa político e realizar as lutas e embates necessários na sociedade e nas instituições. Como se sabe, não há transformações de caráter popular sem contar com forças sociais e políticas portadoras das demandas de mudanças e capazes de participar ativamente da construção de uma correlação de forças favoráveis na sociedade, tanto nas instituições da representação política, como nas formas de ação coletiva na sociedade civil.

Nesse sentido, cabe assinalar as dificuldades atuais da constituição dos sujeitos populares que dizem respeito ao mundo do trabalho, e que indicam o enfraquecimento das condições para a ação coletiva e as identidades de classe. No Brasil, aos problemas históricos que afetam a reprodução social dos segmentos populares somam-se os efeitos desagregadores das transformações que vêm sendo introduzidas no mundo do trabalho pelo novo ciclo de acumulação do capital que acompanhou o neoliberalismo. As inovações tecnológicas das últimas décadas intensificaram as mudanças que já vinham ocorrendo no mundo do trabalho, em decorrência da reestruturação produtiva e da flexibilização, a partir dos anos 1970/80. Essas transformações já haviam impactado as bases objetivas e subjetivas em que se davam as identidades de classe e as lutas dos trabalhadores no período fordista-taylorista. Todavia, as mudanças tecnológicas trazidas pela revolução 4.0 e pela digitalização da economia vêm intensificando o processo de precarização do trabalho, ainda mais agravado pelas políticas neoliberais contra as formas de proteção social, como as reformas trabalhista e previdenciária (Pochmann, 2024). Essas transformações também provocam efeitos de fragmentação e segmentação social, enfraquecendo as condições de trabalho coletivo e as identidades da força de trabalho. O índice de sindicalização caiu vertiginosamente em todo o mundo capitalista, enfraquecendo as possibilidades de resistência dos trabalhadores.

Nos países da periferia como o Brasil, o impacto das crises econômicas e das mudanças tecnológicas na produção se soma ao legado histórico de exclusão de vastos contingentes humanos aos direitos sociais básicos de cidadania. Praticamente metade da força de trabalho se encontra na informalidade, sem proteção social ou vida laboral coletiva. Mais de 4,3 milhões de jovens entre 16 e 24 anos não estudam e não trabalham. Soma-se a isso o impacto negativo da desindustrialização da economia, com diminuição das categorias de maior poder de barganha e identidade laboral, como ocorreu nos principais centros urbanos nas décadas de 1970/80. Em contrapartida, o projeto neoliberal atua pelo discurso baseado em falsas saídas para o trabalho e a mobilidade social, com destaque à ideologia do "empreendedorismo".[278] Ideologia essa fomentada por setores do mercado e dos governos que penetra cada vez mais nos setores populares.

Essas transformações na estrutura das classes subalternas afetaram negativamente a constituição dos agentes sociais e suas formas de ação coletiva na esfera pública, necessárias para impor resistências ao desmonte regressivo dos direitos e para o apoio às reformas políticas e econômicas requeridas por um projeto de desenvolvimento redistributivo, sustentável e soberano. Isso não quer dizer ausência de ação coletiva de variado tipo por atores civis do andar de baixo da sociedade civil, principalmente nas metrópoles e cidades médias, mas que se dá com grande fragmentação e dispersão, em condições sociais adversas para a própria reprodução da vida.

Ao mesmo tempo, não há como pensar no engajamento das classes subalternas hoje no Brasil sem considerar o fenômeno religioso e seus efeitos culturais conservadores e politicamente manipulatórios. Contrariamente aos efeitos emancipatórios produzidos nas periferias urbanas pela Teologia da Libertação, até os anos 1990, quando foi derrotada pela hierarquia do Vaticano de João Paulo II, o fenômeno neopentecostal desempenha hoje um papel decisivo na disputa dos projetos políticos.

O campo religioso evangélico, que reúne cerca de 50 milhões de pessoas, constitui atualmente a forma hegemônica de engajamento dos setores populares, com extraordinária capilaridade

demográfica, meios de comunicação e poderosa influência na construção social dos sentidos da vida em sociedade e da existência dos indivíduos. Seria possível conquistar o apoio desses segmentos (ou neutralizá-los) sem aderir aos valores conservadores que orientam seu sistema de crenças? Seria correta a estratégia que propõe trocar as políticas identitárias e de reconhecimento por políticas de combate à pobreza e contra o projeto econômico neoliberal, conforme defendem alguns líderes latino-americanos?[279] Que preço a esquerda está disposta a pagar na conquista desses setores populares hegemonizados pela extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso?[280]

As respostas a serem dadas a esse dilema político-religioso permanecem ainda no campo especulativo. Mas em boa parte a sorte da disputa de hegemonia nas classes populares no curto e longo prazo no Brasil está ligada a ele. Isso porque o fenômeno religioso é o caminho que viabiliza a base popular de apoio ao projeto neoliberal. De forma perversa os setores de baixa renda são instrumentalizados e hegemonizados culturalmente pelo projeto econômico neoliberal, por meio da mobilização de valores religiosos contra as pautas identitárias, principalmente nas questões de gênero e dos direitos reprodutivos das mulheres, defendidos por partidos políticos e movimentos progressistas, que por sua vez constituem as forças de combate às políticas neoliberais.

As deficiências históricas no protagonismo político das classes trabalhadoras e subalternas no Brasil, agravadas pela crise social e as transformações no mundo do trabalho e da economia, condicionam a correlação de forças na sociedade e sobrecarregam as responsabilidades da ação reformista realizada pela representação política da esquerda na esfera institucional, na qual a adversidade no caso brasileiro hoje é flagrante, já que o conservadorismo é majoritário.

A crise social e o conjunto de transformações no padrão de acumulação que afetam o mundo do trabalho e a estrutura social das classes subalternas repercutem negativamente nas possibilidades de eficácia da democracia, tornando mais complexa e difícil a tarefa da esquerda de governar o país mais uma vez. No entanto, o déficit de sujeitos, apesar de limitante, não pode ser impeditivo

da estratégia necessária de ampliação da participação nas políticas públicas, a fim de empoderar os vastos setores inseridos nos programas de transferência de renda e acesso às políticas sociais, que estão sendo retomadas e ampliadas na reconstrução nacional. O grande contingente demográfico e as desigualdades concentradas nas regiões metropolitanas do país constituem o lócus propício para essa estratégia, já que o drama social de nossa histórica exclusão se apresenta com toda agudeza nos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, que abrigam metade da população, como consequência do padrão de urbanização desigual e espoliativo que acompanhou o processo de industrialização brasileira (Ribeiro, 2004, 2023; Ribeiro e Santos, 2007).

A disputa de hegemonia na democracia e a comunicação social e política

O sistema político de competição e construção de consensos nas sociedades modernas sempre se utilizou de técnicas de marketing e comunicação, incluindo formas de manipulação bem conhecidas. Todavia, nada se compara à potência destrutiva das formas de comunicação social surgidas a partir das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) comandadas pelas *big techs* (Empoli, 2019): Fake News, gabinetes de ódio, destruição de reputações, *big data* manipulados em escala jamais experimentada, como mostram os casos do Brexit/Cambridge Analítica, as eleições nos EUA em 2016 e no Brasil em 2018, as tentativas de golpes de Estado de novo tipo, os negacionismos da ciência na pandemia de Covid-19 e a disseminação de teorias conspirativas. O desenvolvimento das tecnologias digitais impactou drasticamente o sistema político, como de resto todos os demais campos da vida social. O uso dos dados pessoais das plataformas digitais constitui uma nova forma de poder denominada por alguns de "Infocracia" (Han, 2022), dada as possibilidades de manipulação em escala nunca vista.

O advento das plataformas digitais quebrou o monopólio discursivo dos meios de comunicação tradicionais. Mas o otimismo inicial depositado nos potenciais democratizantes das

redes informacionais na internet foi neutralizado pelas evidentes capacidades erosivas e disruptivas das formas de coesão social, da democracia e do livre exercício da opinião nas eleições.[281] As novas TICs potencializaram ao máximo a construção de cenários distópicos e de ingresso em uma nova era de "pós-verdade" que acompanham as teorias conservadoras, inclusive em grupos de elevada escolaridade.[282] Caso não sejam domadas pela civilidade e pelos setores comprometidos com a democracia, as redes digitais e seu modelo de negócios no capitalismo constituem a maior ameaça à democracia, aos direitos humanos, às lutas por liberdade e a busca da verdade por meio de procedimentos racionais e de métodos científicos.

No Brasil, a tentativa de regulamentação das plataformas virtuais em 2023 pelo Congresso Nacional foi bloqueada até agora, sendo em parte substituída pela decisão do STF sobre os meios de comunicação.[283] Essa decisão, todavia, é limitada quanto à regulação necessária para responsabilizar as empresas de *big tech* sobre os conteúdos divulgados. Não há como imaginar a disputa política de hegemonia e o combate ao projeto autoritário neofascista hoje sem uma estratégia de comunicação política adequada, muito além das campanhas publicitárias nos meios tradicionais de comunicação de massas, embora essas sejam ainda importantes. As novas TICs elevaram ao máximo a importância da disputa simbólica e de sentido atribuído às ações. Por isso, tão importante quanto imprimir efetividade nas políticas públicas, com efeitos concretos na vida das pessoas, está a forma de comunicação que as acompanham, na medida em que hoje mais do que nunca o discurso é parte inalienável da construção do sentido dado à realidade social e política.[284]

No ciclo dos governos petistas anteriores, as conquistas sociais e econômicas foram incorporadas mais no sentido do consumo de bens e serviços do que na gramática dos direitos de cidadania, vinculada a um projeto político que prioriza as classes trabalhadoras e os segmentos populares de menor renda e escolaridade.[285] O padrão discursivo hegemônico desse período esteve centrado na ideia de "tornar o Brasil um país com uma grande classe média", a exemplo dos países centrais do capitalismo.

Nesse diapasão, cabe refletir se a estratégia da comunicação política do atual mandato petista, centrada nas qualidades pessoais do presidente Lula (inegáveis!), são apropriadas e suficientes para a batalha das consciências e corações que requer o combate ao neofascismo e a implementação do projeto democrático-popular de desenvolvimento. São milhões beneficiados diretamente por políticas que estão sendo retomadas e reconstruídas desde 2023. E o sentido do discurso que as acompanham não demonstra preocupação com o empoderamento do cidadão das classes subalternas e dos segmentos populares que são beneficiados.

Politizar as políticas de combate à pobreza e às desigualdades é uma necessidade histórica ainda mais necessária quando as contradições de classe, no período do neofascismo neoliberal, emergiram com rara clarividência histórica no país. Isso significaria estreitamento do diálogo e da amplitude política necessária no combate ao fascismo? De jeito nenhum, se for entendida como parte de uma estratégia e não toda ela. Por certo, uma comunicação política dessa orientação em nada significa incorrer em "doutrinarismo ideológico", típico de esquematismos classistas ultrapassados. A heterogeneidade social exige uma política de comunicação segmentada no âmbito de uma estratégia política, que em geral não está ao alcance de agências convencionais de publicidade do mercado. Seria óbvio demais ressaltar que essa estratégia passa também pelas chamadas redes sociais, campo em que a esquerda ainda tem muitas deficiências de ação adequada, seja nos espaços de representação institucional ou nas organizações da sociedade civil.

A disputa de hegemonia com os projetos da extrema-direita bolsonarista e neoliberal não será vitoriosa se limitada à ação e à comunicação política institucional do governo federal. As agências da sociedade civil do campo progressista precisam se transformar em trincheiras de difusão do combate racional e emocional ao neofascismo e ao mercantilismo totalitário neoliberal. As limitações teóricas e operativas dos atores da sociedade civil progressista na disputa de hegemonia atualmente é um dos aspectos mais evidentes da fragilidade do campo democrático e popular. Com raras exceções, são poucas as organizações sociais com capacidade e disposição em utili-

zar os meios adequados nas redes sociais para o enfrentamento cultural e ideológico no país hoje.[286]

Considerações finais

No presente capítulo foram abordadas questões ligadas às grandes transformações estruturais que estão impactando e modificando a relação historicamente constituída, desde o fim da Segunda Guerra, entre o desenvolvimento do capitalismo e a democracia nos moldes liberais. As crises da democracia expressam os sintomas e os efeitos de uma mudança societária de época, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Está em jogo a construção de um novo sistema social que precisa ser compatível às mudanças do sistema mundial capitalista e à configuração das relações de dependência entre centro e periferia. Essas transformações trazem novas tensões e questionamentos sobre a legitimidade e a eficácia dos regimes políticos baseados nos pressupostos da democracia elitista e nos princípios liberais, tanto nos países centrais, como na periferia. São visíveis os sentimentos de apatia, descrédito e perda de confiança na "política tradicional", que está sendo acompanhada de práticas e sentimentos de caráter antissistema e antipolítica. No caso brasileiro, esse processo foi acelerado pela crise institucional e econômica desde a década de 2010.

Novas contradições estão alimentando a recepção popular aos projetos antidemocráticos, iliberais e distópicos, alinhados às políticas neoconservadoras e de perfil neofascista, em países centrais e periféricos, como no caso brasileiro. Esse pano de fundo é constituído por múltiplas transformações dirigidas, entretanto, pela hegemonia neoliberal na globalização do capitalismo, acompanhadas pela difusão de um novo discurso hiper-individualista do empresariamento de si e do consumo máximo, necessária ao consentimento social após o esvaziamento das instituições de solidariedade social que acompanharam a noção de direitos da cidadania moderna.

Esse novo contexto de transformações estruturais indica a complexidade das tarefas de reconstrução nacional no Brasil e a efetivação de um projeto de conteúdo democrático-popular e de superação da dependência no desenvolvimento nacional. Pro-

jeto esse necessariamente ligado à superação do quadro de subcidadania urbana das grandes massas das metrópoles e regiões metropolitanas, enquanto quadro que sintetiza hoje as profundas clivagens da sociedade brasileira. A intensificação do neoliberalismo nas políticas urbanas, especialmente nas metrópoles e regiões metropolitanas, onde vivem enormes contingentes de baixa renda e precariedade de moradia, aprofunda a crise social, com fragmentação, exclusão e segregação que esgarça a sociedade.

As dificuldades advêm da necessidade de articular uma dupla estratégia: a defesa e o aprofundamento da democracia liberal, e as reformas de caráter antineoliberal, em condições institucionais de representação política e parlamentar desvantajosas nos três níveis da federação. Nesse sentido, cresce a importância estratégica de fomentar processos sociopolíticos capazes de fortalecer, reanimar e construir os sujeitos populares necessários à sustentação do projeto democrático-popular e participativo, tanto para a defesa da democracia formal – contra as armadilhas de extrema-direita – como para a disputa de hegemonia no desenvolvimento nacional – contrária a exclusão e o aprofundamento da dependência provocada pelo projeto neoliberal.



SOBRE OS AUTORES

ANA XAVIER

Discente do curso de doutorado em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). http://lattes.cnpq.br/9776895449190806

ALESSANDRO PEREGALLI

Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Professor de História da América na Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). http://lattes.cnpq.br/8967215487866830

ALEXANDRE YASSU

Doutorando pela pós-graduação em Gestão Territorial da Universidade Federal do ABC (PGT-UFABC). http://lattes.cnpq.br/7512964328415023

BRENO SERÓDIO

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). http://lattes.cnpq.br/0665321364862709

BRUNO SIQUEIRA FERNANDES

Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG. http://lattes.cnpq.br/6427639810496922.

CARLOS BRANDÃO

Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). http://lattes.cnpq.br/8205038071681049

DANTE PEZZIN

Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). http://lattes.cnpq.br/7304970225504169

DENNIS DE OLIVEIRA

Professor Titular em Jornalismo e Interfaces Sociais: Diversidade Étnica e Interseccionalidades pela ECA/USP. http://lattes.cnpq.br/7499421629464858

DENISE ELIAS

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE. http://lattes.cnpq.br/6601374931447254

DENISE CUNHA TAVARES TERRA

Professora associada do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). http://lattes.cnpq.br/0576326913687168

ÉRICA TAVARES

Professora Adjunta no Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) da Universidade Federal Fluminense (UFF). http://lattes.cnpq.br/6168350093889354

ERICK OMENA

Professor adjunto do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). http://lattes.cnpq.br/8293931588781217

FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA

Professora e pesquisadora do ILATIT- Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da UNILA - Universidade Federal da Integração latino-americana.
http://lattes.cnpq.br/9584609707431515

GILBERTO CUNHA FRANCA

Professor adjunto 4 do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos. http://lattes.cnpq.br/0983946781650048

GUILHERME VASCONCELOS PEREIRA

Doutor em Sociologia Política (PPGSP/UENF). http://lattes.cnpq.br/6272649442107303

HELTON SARAGOR DE SOUZA

Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). http://lattes.cnpq.br/5811609535835786

IGOR POUCHAIN MATELA

Professor do departamento de Geografia do Colégio Pedro II. http://lattes.cnpq.br/8168527456536956

JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ

Professor Associado, nível 3, aposentado em maio de 2014, da Universidade Federal Fluminense e Professor Permanente do Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF. http://lattes.cnpq.br/8177012837182276

JEROEN JOHANNES KLINK

Professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC). http://lattes.cnpq.br/6727016321047268

JOSEANE DE SOUZA

Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), lotada no Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) do Centro de Ciências do Homem (CCH). http://lattes.cnpq.br/1923163711990264

JUNIA FERRARI

Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG). http://lattes.cnpq.br/0230726357495175

LÉA GUIMARÃES SOUKI

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. http://lattes.cnpq.br/1872968283445344

LEDA PAULANI

Professora titular do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP. http://lattes.cnpq.br/8060340964685263

LUCAS CARDOSO GREGÓRIO

Estudante do curso de bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). http://lattes.cnpq.br/0704070527382322

LÚCIA ZANIN SHIMBO

Professora Livre-Docente no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). http://lattes.cnpq.br/3448342105966223

LUCIANO FEDOZZI

Professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://lattes.cnpq.br/2880900997835659

MARCELO GOMES RIBEIRO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). http://lattes.cnpq.br/2119072103865603

MARINA FERRARI DE BARROS

Arquiteta e urbanista na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) do município de Santos. Doutorado em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. http://lattes.cnpq.br/8450814005263318

MARTIN SCARPACCI

Pós-doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano na Universidade Federal de Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/8497495475660527

PAULO ROBERTO MONSORES

Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II. http://lattes.cnpq.br/3357420977326969

PEDRO PAULO GONÇALVES

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). http://lattes.cnpq.br/0424582939555920

RENATO BARBOSA FONTES

Professor substituto no Departamento de Urbanismo (EA/UFMG). http://lattes.cnpq.br/6723187814892864

RITA VELLOSO

Professora associada na Escola de Arquitetura da UFMG. http://lattes.cnpq.br/9851174293226009

SANDRO MEZZADRA

Sandro Mezzadra ensina teoria política na Universidade de Bolonha e é membro adjunto do Instituto de Cultura e Sociedade da Western Sydney University. https://www.unibo.it/sitoweb/sandro.mezzadra/cv-en

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ

Professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. http://lattes.cnpq.br/0843643148488988

TEREZINHA DE FATIMA RODRIGUES

Professora Associada na Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/Campus Baixada Santista. http://lattes.cnpq.br/0214861191886771

THIAGO CANETTIERI

Professor do departamento de urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). http://lattes.cnpq.br/3665851659436861

VERÓNICA GAGO

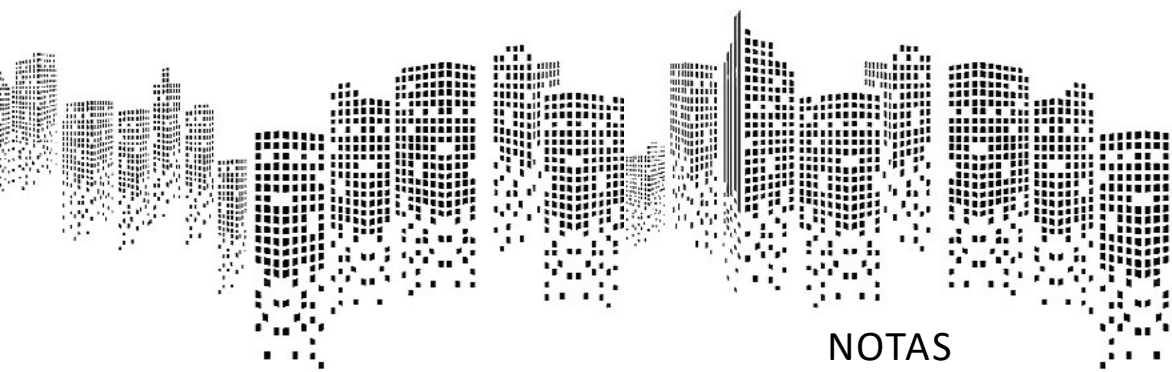
Professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade de San Martín (Unsam). https://investigadores.unsam.edu.ar/es/investigador/815/Veronica-Gago

UTANAAN REIS BARBOSA FILHO

Doutorando e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. http://lattes.cnpq.br/0859013168242630

VITOR HUGO TONIN

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. http://lattes.cnpq.br/7079267211704052



NOTAS

DEPENDÊNCIA E ORDEM URBANA NO SÉCULO XXI: EM BUSCA DE UM MARCO TEÓRICO

1 Castells (1973) destaca as exceções dos casos brasileiro e colombiano.

2 O conceito de forma histórica da dependência foi proposto por Theotônio dos Santos (1970) no artigo seminal *The Structure of Dependence*. Para o autor, as formas históricas de dependência são condicionadas por: i) as formas básicas desta economia mundial que tem as suas próprias leis de desenvolvimento; ii) o tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e as formas como estes últimos expandem-se para fora; e iii) os tipos de relações econômicas existentes dentro dos países periféricos que são incorporados na situação de dependência dentro da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista.

3 Trindade, Marques e Magalhães (2019) afirmam o seguinte sobre o conceito de padrão de reprodução do capital: "Entendendo a existência de diferentes níveis de análise no marxismo – uns mais abstratos, outros mais concretos –, Osorio (2012) observa corretamente que a noção de padrão de reprodução do capital estabelece mediações entre esses níveis. Esta categoria, segundo o autor, surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. Por isso, essa categoria coloca-se entre noções mais gerais, como modo de produção capitalista e sistema mundial, e noções menos abstratas, ou noções histórico- -concretas, como formação econômico-social e conjuntura" (p. 111-112).

4 Em textos anteriores, assim como ao longo do projeto que deu origem a esta obra, vínhamos defendendo a designação "dependência rentista-neoextrativista" para qualificar essa nova forma histórica. No entanto, estamos cada vez mais inclinados a recorrer à designação de Amaral (2012), que propõe a existência de uma "dependência liberal, financeira e tecnológica", a qual se expressaria, em nossa opinião, em um "padrão de acumulação rentista-neoextrativista".

CAPÍTULO 1

5 O presente artigo foi publicado originalmente no número 64 (set-dez de 2022) da revista da Sociedade Brasileira de Economia Política – *Revista da SEP*. Trata-se aí, por sua vez, de versão ampliada e ligeiramente modificada do artigo "Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case", publicado na revista *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 2, p. 24-38 (março/22). Para a presente publicação, foram atualizados os dados sobre o Brasil apresentados em figura que consta da última seção. O artigo faz parte

de projeto de pesquisa que conta com o apoio de uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço a Dario Rodrigues da Silva a ajuda com as bases de dados que permitiram a produção da figura sobre despesas com a balança de rendas no Brasil.

6 Veja-se, por exemplo, Fiori (1995) e Bresser-Pereira (2010). Para o primeiro, trata-se mais propriamente de uma *escola*, envolvendo um enorme número de artigos e livros de vários autores que, nos anos 1960 e 1970, se debruçaram sobre a América Latina, enquanto, para o segundo, trata-se de uma *interpretação* sociológica e política, que, por essa época, passou a concorrer com a interpretação nacional burguesa do mesmo objeto. Tão cedo quanto em 1978, Palma já fizera observação similar, afirmando que não se tratava aí de uma "teoria", mas de uma *metodologia* para analisar situações concretas de subdesenvolvimento.

7 De acordo com Bresser-Pereira (2010), a interpretação da dependência se divide em três versões, todas elas marxistas, a saber, a da superexploração, a da contradição nacional-dependente e a da dependência associada. Assim, apesar de não se poder chamar de "teoria" a esse corpo de ideias, todas elas teriam essa raiz teórica única. Essa posição, contudo, não é unânime. Martins (2003), Sotelo Valencia (2005) e Amaral (2012), por exemplo, veem na última das versões elencadas por Bresser-Pereira, a da dependência associada de Cardoso e Faletto (1973), uma matriz mais weberiana que marxista. Para Martins (2003), nessa versão, a autonomia do político acaba por subordinar os conceitos mais materialistas, de origem marxiana. Existe, no entanto, o termo *Teoria Marxista da Dependência*, que é amiúde encontrado em artigos acadêmicos sobre o tema. Ele se refere, porém, apenas à primeira das vertentes citadas por Bresser-Pereira, ou seja, a vertente que tem em Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra seus nomes mais conhecidos. Veja-se a respeito Carcanholo, 2013.

8 Kautsky, como se sabe, protagonizou com Lenin uma clássica discussão sobre o futuro do capitalismo, em que o segundo apostava num aprofundamento das contradições constitutivas do sistema, enquanto o primeiro julgava que haveria um período caracterizado por uma evolução mais ou menos pacifica.

9 A publicação original é na língua francesa, sob o título *L'échange inégal*. A edição aqui utilizada, em inglês, é da *Monthly Review Press*, de 1972.

10 Como fica claro, concordamos neste ponto com Emmanuel, mas a questão é polêmica. Alguns autores não concordam com essa posição e entendem que o processo de transformação dos valores em preços de produção implica sim uma espécie de troca desigual, por conta da transferência de valor dos setores com menor composição orgânica do capital para aqueles com maior composição orgânica. Leite (2019), por exemplo, vai criticar Emmanuel justamente por essa razão, enquanto Borges Neto (2011) vai esposar a mesma posição que abraçamos aqui. Um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais valia extra, que permite superlucros. Voltaremos a esse tema mais adiante.

11 Nos termos de Marini, isso significava que "... a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações [as mais débeis]." (2005, p. 150). Nesse sentido, vale lembrar que David Harvey, em seu livro *O Novo Imperialismo*, originalmente publicado em 2003 (a edição aqui utilizada é de 2004), encontra uma explicação para essa mudança de forma no exercício do poder imperial. Para ele, é a ascensão dos EUA após a segunda guerra que consolida a lógica especificamente capitalista do poder. O governo americano passara a

refletir puramente os interesses de classe corporativos e teria sido, desde sua independência, "burguês até a medula". Tratava-se de uma sociedade migrante e multiétnica, que lutara para se libertar do jugo de uma potência europeia e que internamente desenvolvia um "inflexível individualismo competitivo". Essas circunstâncias teriam forçado os EUA a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência dos demais países, os dominasse por meio de "alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta". A ambição imperial teria assim ficado oculta num "universalismo abstrato", que teria facilitado o domínio americano no pós-guerra, pois, em princípio, não havia exatamente um império americano a ser contestado, apenas um "século americano" — e ninguém contesta um século. (Harvey, 2004, p. 46-49).

12 Segundo Borges Neto (2011, p. 86), esse tema já está presente em artigo de Marini de 1967, como uma sorte de drenagem de recursos em direção às economias centrais que teria surgido à época das economias exportadoras, tendo se mantido depois. Todavia, é no famoso ensaio de 1973 que o tema ganha inegável destaque, já batizado com o termo "troca desigual" e associado à superexploração da força de trabalho.

13 A mesma Ceceña (2009) observa que o pensamento de Marini deve ser colocado como parte do esforço coletivo de construção de visões de mundo emancipatórias, que ganhara enorme força sobretudo nos anos 1960/70. Cabe registrar que a observação, assim como a condição de militante, vale também para Teothônio dos Santos e Vânia Bambirra, os outros dois pensadores brasileiros normalmente elencados no âmbito da teoria marxista da dependência.

14 Veja-se a respeito Carcanholo, 2013a.

15 Conforme assinalado na nota 5, é discutível, do ponto de vista da teoria do valor de Marx, a associação feita por alguns autores entre troca desigual e transferências de valor relacionadas à transformação dos valores em preços de produção. Lá indicamos que um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais valia extra, que permite superlucros. De nosso ponto de vista, também neste caso, não se pode dizer que as empresas mais produtivas "extraem" valor das empresas menos produtivas. Portanto, também não há aí troca desigual. Como o valor é socialmente determinado pelo método de produção mais utilizado num determinado ramo de produção, as empresas de produtividade superior não extraem valores das menos produtivas, mas produzem elas mesmas mais valor por unidade de tempo, porque produzem mais valores de uso. Em posição contrária a essa temos Carcanholo (2000); em posição favorável, Borges Neto (2011). Cipolla (2012) tenta resolver a contenda demonstrando que, na maioria das vezes, as transferências de valor se dão de modo apenas parcial. Para tanto, introduz a questão da relação entre valor de mercado e preço de mercado. A resolução, porém, tem, como ponto de partida o postulado da existência de transferências de valor das empresas menos produtivas para as mais produtivas, colocando-se, portanto, em posição contrária àquela aqui defendida. A relação dessa discussão com a teoria de Marini está em que a primeira das explicações encontradas por ele no desvendamento da troca desigual consiste justamente no transporte, para o plano do comércio internacional, das considerações quanto às possibilidades de obtenção de mais valia extra. Assim, no processo de concorrência entre capitais externos e internos numa mesma esfera de produção, as nações mais avançadas ex-

trairiam valor das mais atrasadas, posição a nosso ver, equivocada. Como lembra Borges Neto (2011, p. 93) o próprio Marx diz o contrário no capítulo XX do Livro I, quando afirma que, no mercado mundial, o trabalho mais produtivo conta também como mais intensivo, ou seja, produz mais valor por unidade de tempo. Todavia, não foi a este fator que Marini deu o maior peso, mas sim ao segundo, que trata da possibilidade de, via poder monopólico, as economias centrais conseguirem transgredir a lei do valor, aí sim gerando troca desigual. De qualquer forma neste *aggiornamento* de sua teoria da dependência, que elabora em 1995, Marini está descartando a importância de ambos os fatores e, portanto, da própria troca desigual.

16 Independentemente das transformações no cenário econômico mundial trazidas pela globalização, e que, segundo o Marini de 1995, deixam de fazer da superexploração um traço distintivo das economias dependentes, há autores que consideraram incondicionalmente que não era necessário aceitar a ideia da superexploração para que se pudesse defender as teses sobre a dependência. Segundo Katz (2020), Samir Amin é um desses autores. O próprio Katz apresenta restrições ao conceito, seja pela dificuldade em determinar o que seria o "valor da força de trabalho", seja porque ele é muitas vezes entendido como a sujeição diferenciada sofrida pelos trabalhadores do centro e da periferia. Nesse último caso, inclusive, abrem-se duas possibilidades de entendimento que acabam por embaralhar ainda mais o conceito: se ele está associado com o sofrimento dos trabalhadores, então a superexploração ocorre de fato nos países subdesenvolvidos; mas, se entendermos por ele uma maior magnitude de trabalho confiscado, então a exploração é maior nas economias mais produtivas do centro. (Katz, 2020, p. 282-283).

17 *Private equities* são títulos de participação em empresas já estabelecidas, mas ainda não cotadas em bolsa (ou seja, de capital fechado). Os fundos de *private equity* são esquemas coletivos de investimento nesse tipo de título. As *LBOs* são transações que podem transferir o controle de uma empresa a um grande bloco de capital ou a grandes investidores por meio da utilização alavancada do fluxo de caixa dessa empresa como colateral na emissão de títulos de dívida.

18 O FMI faz um alerta, em boletim emitido ao final de 2018, para o crescimento descontrolado dos *leveraged loans* (cuja emissão teria chegado a US$ 1,3 trilhão em 2018) e para a perigosa deterioração dos padrões de empréstimo. Chesnais (2019), chama a atenção para isso, em texto recente, destacando a explicação adiantada pelo próprio FMI para tal temerário crescimento: com anos e anos de taxas de juros extremamente reduzidas e abundância de dinheiro barato circulando pelo sistema financeiro internacional, os "investidores famintos por rendimentos" (*yield-hungry investors* – o termo é do próprio FMI) estão se dispondo a tolerar níveis cada vez mais elevados de risco. O referido boletim do FMI está disponível em: https://blogs.imf.org/2018/11/15/sounding-the-alarm-on-leveraged-lending/

19 O que se segue reproduz de modo sintético o que está em Paulani, 2016.

20 Veja-se a respeito, Teixeira e Rotta, 2012. Para uma posição distinta, que entende o preço das mercadorias-conhecimento como *juro* e não como *renda*, veja-se Prado, 2005.

21 Não por acaso, tornou-se praticamente um bordão dos modernos manuais de administração a afirmação de que a marca "cria valor", ou falar do "valor criado pela marca". Evidentemente trata-se de afirmações e expressões que são equivocadas do ponto de vista da economia política, mas são expressivas do fenômeno ao qual nos referimos.

22 O conhecido livro de Cardoso e Faletto, foi publicado pela primeira vez em castelhano pela editora Siglo XXI, do México, em 1969. A primeira edição em português aparece, no ano seguinte, no Brasil, pela Zahar do Rio de Janeiro.

23 Um pouco mais tarde, em livro de 2003, Francisco de Oliveira vai tocar no mesmo ponto (da mudança de padrão no desenvolvimento tecnológico), indicando a dificuldade ainda maior das economias periféricas de realizarem o chamado "catch up". Para ele, o paradigma molecular-digital em curso é incremental, impossibilitando a queima de estágios e o respiro de um "day after", quando elevadas taxas de investimento não seriam mais necessárias.

24 Compartilho aqui com Harvey (2004) e Chesnais (2016) o diagnóstico sobre a natureza da crise dos anos 1970, até hoje não resolvida de todo: trata-se de uma crise de sobreacumulação, vale dizer, de excesso de capital em relação às possibilidades de sua valorização produtiva.

25 Veja-se a respeito Gowan, 2013

26 Segundo Schwab (2016), o termo *indústria 4.0* foi utilizado pela primeira vez na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, em 2011. Não há ainda, contudo, completo consenso sobre a utilização do termo. Por exemplo, Jeremy Rifkin, conhecido estudioso americano da temática do avanço tecnológico, continua a falar sobre terceira revolução industrial e não sobre quarta revolução ou sobre indústria 4.0. (veja-se Rifkin, 2012). Nos Estados Unidos, fala-se também de "manufatura avançada" ou "manufatura inteligente", com o mesmo significado.

27 Especificamente com relação a este elemento e sua importância na nova configuração da dependência, veja-se Oliveira (2017).

28 Veja-se a respeito Slee, 2017 e Abílio, 2021.

29 Oligarquias burocráticas é um termo de Dardot e Laval (2019) para se referir aos altos executivos das grandes corporações.

30 A grande mídia corporativa, em tudo alinhada aos interesses da riqueza financeira e "dos mercados", aderiu sem peias a essas ardilosas metáforas.

31 Reproduzimos aqui com ligeiras alterações, aquilo que já se encontra em Paulani, 2012 e Paulani, 2013.

32 No pequeno inventário das qualificações da dependência que elaboramos na seção anterior, bem como na taxonomia de situações/fases da dependência que criamos aqui restringimo-nos a mencionar aqueles autores consagrados e/ou que fizeram parte da própria história intelectual desse conceito. Contudo, muita gente nova vem trabalhando o tema, com contribuições substantivas a essa discussão. Menciono aqui dois trabalhos: as excelentes teses de doutorado de Elizabeth Moura Germano de Oliveira (UFBA) e de Marisa Silva Amaral (IPE-USP). Ambas trabalham em tentativas de atualizar a discussão, frente à ascensão da economia do conhecimento, a primeira, e frente à financeirização do processo de acumulação, a segunda. Ambas falam em "nova dependência", mas estão se referindo aos elementos e fatos constitutivos do que chamei aqui de dependência 4.0.

33 Não por acaso, os gastos do país em ciência e tecnologia e em P&D como proporção do PIB não chegam à metade e, em alguns casos, nem a um terço, do que se verifica nos países do centro do sistema ou na China. Vide a respeito KOELLER et al, 2016.

34 Bruno e Paulani (2024) demonstram, com base na história recente do país, e com a utilização de várias séries de dados das fontes oficiais, como o regime financeirizado inviabiliza qualquer tentativa de política desenvolvimentista.

CAPÍTULO 2

35 Uma versão anterior e mais curta deste ensaio foi publicada na Nueva Sociedad 255 (janeiro-fevereiro de 2015) com o título "Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización". A revisão foi realizada no primeiro semestre de 2016, logo após a vitória eleitoral da direita na Argentina e antes do golpe que derrubou Dilma Roussef no Brasil. A versão em inglês, intitulada "A Critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism, foi publicada em Rethinking Marxism, 29: 4, 574-591.

36 Ver o simpósio "The Common and the Forms of the Commune" in Rethinking Marxism 22 (3).

CAPÍTULO 3

37 Uma versão mais ampla deste capítulo foi originalmente apresentada, em 2023, no VI Seminário Internacional da Rede Latino Americana de Investigadores sobre Teoria Urbana.

38 Cf., por exemplo, Ribeiro (2013), Ribeiro (2015) e Ribeiro e Ribeiro (2018). Trata-se de considerar as características da matriz socioespacial, nos diferentes momentos da sua formação e transformação, em relação com o "conjunto de atributos – econômicos, sociais, políticos – que estrutura, condiciona e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacente, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante um certo período histórico" (Filgueiras, 2013, p. 8).

39 Ribeiro e Diniz, 2022.

40 Para uma síntese dessas polêmicas, cf. Martins e Filgueiras (2018).

CAPÍTULO 4

41 "O modo capitalista de produção e acumulação − e, portanto, a propriedade privada capitalista − exige o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a *expropriação do trabalhador*" (Marx, [1867], 2013, p. 844).

42 Martín Arboleda (2020, p. 219) sistematiza e propõe uma concepção muito promissora e alargada de extrativismo que se baseia na interpretação de que "algumas das dinâmicas e lógicas da produção de matérias-primas primárias estão rapidamente se estendendo a outros domínios da atividade socioeconômica, como *as finanças, o mercado imobiliário, a logística e a economia de plataforma* (...). [mirando] não apenas as dimensões extrativas que atuam no capitalismo em geral, mas também as formas pelas quais a *produção de commodities* se mistura com *finanças, logística e urbanização*".

43 Concordamos com Leda Paulani quando esta afirma que "as transformações experimentadas pelo sistema capitalista desde o início dos anos 1980, em particular aquelas trazidas pela ampla liberalização dos mercados de bens e de ativos, com a consequente perda de graus de liberdade dos estados nacionais - sobretudo daqueles que não dispõem de moedas fortes - não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial" (PAULANI, 2024, p. 72, neste volume).

44 Fenômenos que são totalmente aderentes à definição que é dada por Leda Paula para o processo de financeirização como "a expressão mais evidente de um processo de acumulação que se tornou rentista, entendido este último termo como o predomínio dos ganhos que derivam da simples propriedade do capital (juros, renda absoluta, renda diferencial, renda de monopólio e dividendos) sobre os ganhos que derivam do funcionamento do capital (lucro e superlucro). Enquanto para os primeiros os fluxos de rendimentos existem como direitos e assentam-se na mera propriedade do ativo (capital monetário, terra, ações), para os segundos os rendimentos aparecem como resultado da produção de valor novo e da acumulação de valor excedente, que a operação do capital produz (PAULANI, 2024, p. 85. neste volume).

CAPÍTULO 6

45 Para compreender as análises relativas aos estágios da transição demográfica e sua relação com a transição urbana, conferir: Silva, Monte-mór (2010), Tavares (2013), Camarano (2014) e Castiglioni (2020).

CAPÍTULO 7

46 Artigo originalmente publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 26, e202403pt, 2024. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202403pt.

47 Neste trabalho, indústria de transformação é sinônimo de indústria manufatureira.

48 Situação em que a dependência das exportações de *commodities* aprecia o câmbio e, por isso, estimula as importações de manufaturados, o que provoca a desindustrialização de um país.

49 Com exceção de alguns trabalhos que focam as análises das grandes regiões do país ou em nível estadual, além dos trabalhos de Sobral (2016), sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e Abdal *et al*. (2019), sobre a Macrometrópole Paulista. SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da "arrebentação urbana" na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Geosul*, v. 31, n. 62, p. 193-220, jul./ago. 2016. ABDAL, Alexandre; MACEDO, Caio César Ferreira de.; ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes; GASPAR, Ricardo Carlos. Caminhos e descaminhos da *macrometrópole* paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 44, p. 145-168, jan./abr. 2019.

50 Essa tabulação especial é resultado de uma solicitação feita ao IBGE, que disponibilizou os dados da PIA por região metropolitana segundo a Divisão CNAE 2.0.

51 A utilização desse período se deve ao fato de a organização dos dados da PIA ser feita, a partir de 2007, pela CNAE 2.0. Anteriormente, os dados eram organizados pela CNAE 1.0, portanto, com diferenças de classificação das divisões de atividade econômica.

52 Esse procedimento permitiu verificar a variação da participação em cada região metropolitana em 2019 em relação a 2007 de modo mais efetivo, pois a participação considerando o total de cada ano apresenta a ilusão de crescimento em algumas metrópoles, apesar de o total em 2019 ter se reduzido, como ocorreu em todos os Níveis de Intensidade Tecnológica.

CAPÍTULO 8

53 Este artigo é uma tentativa de resumir os principais elementos da tese de doutorado defendida em 2021. Cf. Tonin, 2021.

54 Neoliberalismo é o nome dado à atual fase do sistema capitalista mundial, surgida diante da crise capitalista do final da década de 1960. Apresenta um conjunto de iniciativas políticas e ideológicas, que afetam todas as dimensões da vida social, mas o seu conteúdo definitivo é a ampliação da extração de mais valor mediante a expansão da circulação do capital fictício. Essa expansão, que aparece como ampliação do setor financeiro, permite que setores já consolidados ampliem a extração de valor mediante concentrações e centralizações de capital, reestruturações produtivas e retiradas de direitos; ou ainda, com a criação e apropriação de novas órbitas de acumulação. Caracteriza-se pela elevação da extração de mais-valia sob a ampliação da dominação financeira, produtiva e comercial por parte dos grandes monopólios sediados nos países centrais. É, portanto, uma potencialização da vocação imperialista do capitalismo.

55 Cf. Osario, Luce e Ferreira (2012).

56 Cada umas das categorias aqui utilizadas foram contextualizadas, significadas e defendidas com rigor histórico no primeiro capítulo da tese (Tonin, 2021).

57 O conceito de "modelo" é utilizado em um duplo sentido. Primeiro de algo ilusório, criado para mistificar a realidade e ser promovido como panacéia. Segundo, no sentido concreto, como um determinado padrão de reprodução do circuito imobiliário que, apesar de variar algumas características, mantém uma mesma estrutura de reprodução durante todo o período analisado. Como o termo "padrão de reprodução" já está sendo utilizado em outro nível de abstração, optou-se aqui por utilizar o conceito de modelo.

58 "Na reprodução do capital no setor imobiliário há dois momentos a serem distinguidos: um, de formação da urbanização capitalista em que a estratégia de exploração do trabalho de construir esteve combinada a processos espoliativos fundados na propriedade que formavam (elevados) preços de monopólio e particularizou a reprodução do capital por proporcionar renda. E o atual, em que na urbanização contemporânea os diferentes processos de espoliação exacerbam a capitalização da renda da terra (espoliação urbana) e exorbitam os preços dos imóveis (espoliação imobiliária), que só se realizam porque a imposição do financiamento cria as condições para sua realização (espoliação financeira)" (Pereira, 2016, p. 127).

59 É justamente nessa brecha que atua uma certa "ideologia do financiamento" hipotecário divulgada pelas instituições internacionais como o Banco Mundial

que, no fundo, servem para justificar a criação de políticas públicas, isto é, de fundo público que alimente os ganhos rentistas do capital incorporador (rendas fundiárias e imobiliárias) mediante subsídios estatais, e impulsione a penetração do sistema financeiro no imobiliário (renda financeira).

60 Os conceitos 'produção rentista' e 'produção imobiliária pequeno-burguesa' são contribuições de Ribeiro (1997).

61 Em 1960, foram criadas as Asociaciones de Ahorros y Préstamos (AAP) e a Caja Central de Ahorro y Préstamos (CCAP) como mecanismos de financiamento imobiliário. As AAPs tinham autorização para captar depósitos e realizar empréstimos exclusivamente destinados para acesso à moradia. Os títulos poderiam ser indexados à inflação e, portanto, sofrer reajuste ao longo do tempo; daí o nome Valores Hipotecários Reajustáveis (VHR). No mesmo ano de 1960 é publicado o primeiro plano nacional de habitação do país.

62 Em 1952 apenas 30% das moradias eram habitadas pelos proprietários. Apenas 18 anos depois, essa modalidade já havia superado os 50%, e em 1992 alcançaria dois terços da população.

63 Existiram ao menos três períodos macroeconômicos distintos durante a ditadura: o neoliberal ortodoxo, que promoveu as crises de 1975 e 1982; o intervencionista, dedicado a dirimir os efeitos da crise e salvar os negócios empresariais, entre 1982 e 1984; e o neoliberal heterodoxo, mais pragmático, "especialmente respecto del corto plazo y los equilibrios macroeconómicos" (Chateau, 2016, p. 254).

64 Além das características descritas a seguir, outras políticas macroeconômicas foram implementadas entre 1982 e 1984 para superar a crise econômica a que foi levado o capitalismo chileno pelos Chicago Boys e que contribuíram para a retomada do circuito imobiliário. Destaca-se a forte intervenção estatal no sistema bancário, a estatização de dívidas empresariais, a estatização de empresas produtivas e financeiras falidas, a elevação dos gastos fiscais, a desvalorização cambial, a elevação de tarifas alfandegárias e a renegociação com o FMI.

65 Esse nome que sintetiza com precisão a união entre o salvacionismo castrense (cruzada) e o neoliberalismo dos Chicago Boys (propriedade) foi, de fato, o nome oficial do programa de titularização de lotes da ditatura militar.

66 O Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) de 1979 estabeleceu que: i) a terra urbana não é um bem escasso e seu uso se determina pela maior rentabilidade; ii) a concentração espacial da população gera vantagens comparativas para o desenvolvimento; e iii) o uso do solo urbano deve reger-se por disposições flexíveis, definidas pela necessidade do mercado (MINVU, 2012, p. 16–17). E o Decreto Supremo 420 de 1979 aumentou 68% a área urbana da cidade Santiago, que "será válido en la práctica para las demás ciudades. En consecuencia, no existiría obstáculo legal para disponer de terrenos 'nuevos' para viviendas" (CCHC, 1983, p. 22).

67 Em 1983, o número de trabalhadores sindicalizados havia caído 66%, e o número de sindicatos, 35%, em comparação a 1973 (Arellano, 1985a, p. 48). Se a repressão conteve conjunturalmente, a legislação sindical atuou estruturalmente no enfraquecimento dos trabalhadores.

68 Segundo Arellano (1985b), o setor da construção foi o que apresentou maior endividamento durante a euforia do milagre econômico chileno. A dívida em relação ao PIB do setor saltou de 8% para 149% entre 1977 e 1982. Era mais que o dobro que o endividamento total em relação ao PIB da economia, de

69,1%. Assim, uma das medidas necessárias foi a renegociação de dívidas do setor com reprogramação dos passivos mediante normas ditadas pelo Banco Central (Arellano, 1985b; CCHC, 1984, p. 15).

69 Instituições públicas protagonistas da produção de moradia no período anterior foram encerradas como é o caso da *Corporación de la Vivienda* (Corvi), da *Corporación de Melhoramientos Urbanos* (Cormu), da Cornhabit e da COU; outras foram esvaziadas, como é o caso da *Corporación de Fomento de la Producción* (Corfo), ou abandonadas, como é o caso do *Plan Nacional de Habitación*.

70 Essa relação é chamada de taxas de cobertura dos subsídios.

71 Esse processo de titularização de créditos hipotecários, que permite captar recursos com base em créditos mantidos nos bancos, difere do processo de securitização, no qual o crédito e sua garantia, ou seja, o ativo e o passivo, são transferidos para outra instituição financeira (IF), separando a IF geradora da mantenedora. Essa diferença é extremamente relevante, pois foi internacionalmente divulgado que o sucesso do modelo chileno se devia à sofisticação do mercado secundário, o que seria comprovado pelo aumento do crédito hipotecário no país. Contudo o que se verifica é que não houve uma grande sofisticação, como a que ocorre em processos de securitização. O que houve foi uma titularização simples garantida pelo Estado e comprada pelos fundos de pensão e companhias de seguros, cujos patrimônios foram formados pelos direitos dos trabalhadores privatizados.

72 "El éxito de esta política quedó de manifiesto en que no se produjeron las tomas; lo que se produjo fue la multiplicación de comités de allegados en los sistemas de postulación y la apertura masiva de libretas de ahorro para la vivenda" (MINVU, 2004, p. 231).

73 O orçamento do MINVU recebe uma grande impulsão para atender esses objetivos. Em 1990, o orçamento total do Ministério era de 90 bilhões de pesos. Em 1996, havia alcançado 334 bilhões. Entre os gastos de investimento destacamos as rubricas de subsídio e contratação de moradias. Os subsídios cresceram 167%, saltando de 31 para 84 bilhões, enquanto os investimentos em contratações diretas de moradias sociais apresentaram um crescimento de 322%, saindo de 20 para 87 bilhões de pesos (MINVU, Memória, vários anos, valores correntes).

74 A tentativa de transformar os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora superexplorada em sujeitos de crédito não encontrou obstáculo apenas diante da banca privada. Nesse período já se apresentaram os problemas de inadimplência e de atrasos na "carteira MINVU" levando os governos da *Concertación* do período a executarem diversos programas de renegociação de dívidas.

75 Durante esse período os novos instrumentos titularizados e securitizados não viabilizaram a redução das taxas ou a democratização do acesso ao crédito, que, se ocorreu, foi devido a fatores como o crédito público financiado via MINVU e operado pelo Banco Estado.

76 O conjunto habitacional El Volcán era formado por mais de 3 mil e 500 unidades habitacionais de 42 m², distribuídas em blocos duplos de 3 pisos, construídos em cima de um aterro sanitário localizado na extrema periferia de Santiago, por uma empreiteira que havia presenteado o ministro de *Vivienda* com um cavalo de raça.

77 De fato, o déficit habitacional caiu de 821 mil unidades em 1982 para 543 mil em 2002. O que não significa que a solução já estava endereçada, pois nesse mesmo período, foram construídas 6 unidades habitacionais sendo 4,5 unidades subsidiadas, em média, para cada unidade reduzida do déficit.

78 La paradoja de este éxito (...) es que la producción masiva de viviendas sociales ha terminado creando nuevos problemas habitacionales. El stock construido de viviendas sociales es ahora un gran problema habitacional. (Rodríguez; Sugranyes, 2005, p. 17).

79 Com a política de Balanço Fiscal Estrutural, o superávit fiscal pode ser planejado em termos de longo prazo, possibilitando que o déficit necessário para combater anos recessivos fosse compensado com superávit nos anos de crescimento. Com essa metodologia, a política fiscal migrou de uma situação pró-cíclica para uma situação neutra (FFrench-Davis, 2018, p. 399–400). Permitiu déficits fiscais efetivos de 0,5%, 1,2% e 0,4% no triênio 2001-03, que viabilizou os investimentos da Nova Política Habitacional e a retomada do crescimento do setor imobiliário, que, por sua vez, contribuiu para que não houvesse taxas ainda menores de crescimento do PIB e, principalmente, para a sua aceleração a partir de 2004.

80 A reforma urbana de 2001 incorporou ao ordenamento urbano chileno a lógica do empreendedorismo urbano. Em 2013, aprovou-se a ampliação da área urbanizável da Região Metropolitana de Santiago em 10 mil hectares agrícolas. E, em 2014, a nova PNDU apresentou como novidade a construção de bancos de terras públicas para serem licitados à iniciativa privada (Rivas, 2017).

81 Após praticamente desaparecer, a produção pública de moradias alcança a participação de 10% no total das licenças destinadas à moradia no país em 2004. Em 2005, 79% das licenças de moradias eram para construção de casas e apenas 17% para apartamentos. Em 2015 os apartamentos já representavam 55% das licenças para construção de moradia.

82 O índice de preço de moradias saltou de 100 para 190 enquanto o índice real de remunerações passou de 100 para 120, entre 2010 e 2018. Cf. Simian (2018); Vergara e Perucich (2019). Segundo a CCHC (2019), a moradia no Chile se tornou severamente inalcançável a partir de 2012, sendo necessários 7,6 anos de uma renda média chilena para se comprar uma moradia. Do total de subsídios concedidos em 2013, apenas 37% foram efetivamente pagos. No início de 2014 estimava-se em 41 mil o número de famílias que não encontravam moradias sociais (Brito, 2020, p. 84).

83 Se essa lógica se difundir a ponto de se tornar a principal forma de acumulação no imobiliário haverá uma mudança no modelo. Como ainda não está certo que ela se tornará hegemônica, fala-se em transe. A maior probabilidade é que se torne mais um segmento que compõe o modelo, aprofundando a heterogeneidade do circuito e proporcionando aumento nas margens de rentabilidade dos maiores capitais.

84 Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/15.9_Juan-Moreno-2.pdf

85 Disponível em: https://www.siedu.ine.cl/.

CAPÍTULO 9

86 A versão original deste capítulo foi redigida em inglês e será publicada no livro "The Financialization of Latin American Real Estate Markets: A Research Companion", organizado por Alfonso Valenzuela, Luis Salinas e José Gasca, pela editora Routledge (no prelo).

CAPÍTULO 10

87 Neste contexto, destacaram-se: as inglesas Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, Rio de Janeiro Gas Company Limited e The Leopoldina Railway Company Limited, além das norte-americanas Botanical Garden Railroad Ltd, Companhia Ferry e, sobretudo, a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited, que no início do século XX praticamente monopolizou os serviços de fornecimento de energia, transporte público por bondes, telefone, iluminação pública e gás.

88 Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/02/reviver-centro-projeto-amplia-incentivos-para-quem-construir-residenciais-na-regiao.ghtml Acesso em: 25 Ago. 2024.

89 A MRV, representada pela Parque Rio Nilo Incorp. SPE LTDA, possui um empreendimento de 120 unidades, que com sua OI já aprovada liberou 4.400 m² a serem construídos na Zona Sul. Já a W3, através da Monroe RJ Participações Ltda, responde por um novo prédio no Centro de 122 unidades, gerando novos 2.049 m² na Zona Sul (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024).

90 Em abril de 2024, os empreendimentos desses três agentes somavam um total de 360 unidades no Centro, que produzirão mais 7.724 m² a serem construídos na Zona Sul, caso suas solicitações de OI sejam aprovadas pela prefeitura (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024).

91 O FII Brix publicamente apresenta sua história como parte da história do Opportunity, conforme consta em sua página institucional na internet: https://brixfii.com.br/sobre/.

92 Até 2016, essas empresas figuravam entre os CNPJs que receberam os maiores valores em contratos contraídos com a prefeitura, conforme dados disponibilizados sobre CNPJs favorecidos em https://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/dados-abertos#titulo. A variação dos valores recebidos por elas no período 2017-2023 em relação ao período 2008-2016 foram as seguintes: Odebrecht – 69%, Andrade Gutierrez – 88%, OAS – 66%, Carioca Engenharia – 100%, Carvalho Hosken – 95%. Por outro lado, a variação dos pagamentos do poder municipal para todos os CNPJs foi de +591%.

93 Não está no escopo deste artigo a identificação dos fatores que causaram esse recuo. Porém, há algumas hipóteses a serem consideradas em novos estudos, como a proibição das doações empresariais para campanhas eleitorais a partir de 2015, bem como os efeitos da crise econômica e política do fim da década passada sobre as grandes empresas do setor da construção.

CAPÍTULO 11

94 Agradecemos ao CNPq o financiamento de pesquisas, em diferentes momentos, que deram embasamento para a redação do presente capítulo.

95 É uma tradução da palavra *agribusiness* e engendra concepção nascida nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Harvard, em meados do século XX.

96 A título de exemplo, de acordo com classificação da Revista Forbes (2021), as 15 maiores corporações do agronegócio com atuação no Brasil, segundo suas

respectivas receitas, eram: JBS (alimentos e bebidas); Raízen Energia e Cosan (agroenergia); Marfrig Global Foods, Cargill, Ambev, Bunge, BRF (alimentos e bebidas); Cofco International (trading e comércio); Suzano (madeira, celulose e papel); Copersucar (agroenergia); Louis Dreyfus (tradings e comércio); Amaggi e Minerva (alimentos e bebidas); Coamo (cooperativas). Entre essas, temos corporações que nasceram no Brasil, nos EUA, na Holanda, na China e na França.

97 Para Milton Santos (1996), o espaço geográfico pode ser considerado como um híbrido formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em permanente movimento.

98 Visando não repetir excessivamente o termo região produtiva do agronegócio, por vezes utilizaremos a sigla RPA.

99 Sobre economia de escala, ver Sandroni (2008).

100 Sobre tecnosfera e psicoesfera, ver Santos (1996).

101 Sobre os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação podem ser consultados: Santos (1986); Elias (2003).

102 Sobre as noções de lugar do fazer e lugar do reger pode ser visto Santos (1993).

103 A primeira pesquisa que realizamos sobre uma região produtiva do agronegócio focalizou a região de Ribeirão Preto (SP), tendo a mesma resultado em nossa tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1996 e posteriormente publicada em forma de livro (ELIAS, 2003). Naquele momento, muitos dos conceitos, noções, conclusões não tinham exatamente os contornos que têm hoje, sendo que alguns foram sofrendo lapidações, aperfeiçoamentos etc.. Por outro lado, o último estudo de uma região produtiva registrado em forma de artigo científico pode ser visto em Elias (2024) e teve como objeto de análise a que é hoje a principal região produtiva de melão no Brasil. Tal região é formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte.

104 A noção de cidade do agronegócio é uma derivação da noção de cidade do campo, proposta por Milton Santos (1988, 1993, 1994a, 2000). Utilizamos essa noção por cerca de dez anos, mas, desde o final dos anos 1990, preferimos substituí-la por cidade do agronegócio, para melhor explicitar a quais agentes e interesses a produção dessas cidades se associa, buscando melhor consolidar conceitualmente essa noção. Entre nossos últimos artigos mais diretamente relacionados ao tema podemos citar: Elias (2022b,c).

105 É comum agentes locais do agronegócio ocuparem cargos no executivo e legislativo local, além de outras instâncias de poder, exercendo grande ingerência inclusive sobre a produção do espaço urbano. Por ocasião de trabalho de campo em Luiz Eduardo Magalhães (BA), pertencente a RPA intitulada Matopiba, o prefeito, um grande produtor agrícola, já está em seu segundo mandato.

106 O consumo produtivo do agronegócio está diretamente relacionado às condições gerais de produção do agronegócio, dessa forma, é inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) para sua consecução em distintas atividades agropecuárias e agroindustriais. Defendemos que o consumo produtivo do agronegócio é uma categoria importante para melhor compreendermos a economia urbana e as características da urbanização em áreas de difusão do agronegócio. Em nosso último artigo sobre o tema (Elias, 2022b), exemplificamos tal tipo de consumo em um conjunto de cidades em diferentes partes do Brasil.

107 Para a realização de uma visita técnica no terminal portuário da Cargill, uma das maiores corporações do agronegócio do mundo, durante um trabalho de campo na cidade de Santarém, no Pará, todas as entrevistas e autorizações foram realizadas a partir do escritório da empresa na cidade de São Paulo.

108 Em Elias (2022c) refletimos sobre possibilidades de operacionalização de pesquisas sobre o que chamamos de cidade do agronegócio. Entendemos que os estudos sobre esse tipo de cidade podem ser organizados a partir de diferentes eixos, dentre os quais: reestruturação produtiva da agropecuária; o consumo produtivo do agronegócio; a composição do setor industrial; a dinâmica populacional; a dinâmica do mercado de trabalho; a reestruturação da cidade; as desigualdades socioespaciais na escala intraurbana. Embora tais temas sejam indissociáveis, essa subdivisão constitui um importante recurso metodológico, que viabiliza a realização da pesquisa. No entanto, para que se obtenha êxito em um trabalho científico, além de sua operacionalização, é preciso que a pesquisa seja calcada em sólidas bases teórico-conceituais e abrangente diálogo com os agentes da produção do espaço.

109 Sobre a relação da difusão do agronegócio no Brasil e o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas regiões produtivas e nas cidades do agronegócio podem ser vistos, entre outros: Elias (2003, 2006), Elias; Pequeno (2007, 2016) e Pequeno; Elias (2020).

110 Entre os recentes estudos sobre a grilagem e a formação do território no Brasil, destacamos: Oliveira (2020).

111 Como as que permitiram, por exemplo, a compra de 750 mil hectares por um fundo de pensão privado de professores dos Estados Unidos (TIAA-CREF) e pelo fundo de investimentos da Universidade de Harvard (Giovanaz, 2021).

112 O maior imóvel registrado em nome de pessoa jurídica com participação estrangeira situa-se em São Desidério, no oeste da Bahia, um dos principais municípios que compõem a chamada região do Matopiba. Entre as pessoas físicas, o maior imóvel unitário (78 mil ha) localiza-se em Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós, e destina-se à pecuária, entre as áreas hoje mais cobiçadas pelas corporações associadas ao neoextrativismo (Giovanaz, 2021). A aquisição de terras por estrangeiros é regulada por uma lei de 1971, que pode ser modificada em breve, já que em dezembro de 2020, o Senado aprovou um PL 2.963/2019, que flexibiliza as regras e diminui as restrições. Entre outras medidas, a proposta que seguiu para votação na Câmara dos Deputados autoriza que estrangeiros comprem até 25% da área de municípios brasileiros. O autor do PL é o senador Irajá Abreu (PSD-TO), que integra a bancada ruralista e é filho da senadora e ex-Ministra da Agricultura Katia Abreu (PDT-TO), que compõe o mesmo grupo. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quase-4-milhoes-de-hectares-de-terras-agriculturaveis-estao-nas-maos-de-estrangeiros/). Acesso em: 11 mai. 2023.

113 Sobre a financeirização da agricultura e a corrida por terras nos últimos vinte anos no Brasil pode ser visto, entre outros: Kato; Leite (2020), Sauer; Borras Jr (2016).

114 Referimo-nos à declaração do ex-ministro do Meio Ambiente do início do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, em abril de 2020, quando defendeu que o momento seria oportuno para aproveitar a "tranquilidade da cobertura da imprensa", com atenção voltada para a pandemia da Covid-19, para "passar a boiada" e aprovar desregulamentações ambientais.

115 De acordo com o Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), redigido por um conjunto de especialistas sob demanda do Ministério da Saúde, os alimentos são classificados em quatro categorias, segundo a extensão e o propósito do seu processamento: alimentos *in natura* ou minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados e alimentos ultraprocessados.

116 Em artigo intitulado *O alimento mercadoria e a fome no Brasil* (Elias, 2021b), dissertamos mais detalhadamente sobre essa relação intrínseca entre a difusão do agronegócio e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e a fome no Brasil.

117 Os dados da área plantada com soja no ano de 2015, reproduzidos em cartograma pelo IBGE, e os dados dos votos segundo candidatos à presidência do Brasil, confeccionado pelo Observatório das Eleições logo após o final do primeiro turno das eleições em 2018, são ilustrativos da relação entre estas duas variáveis consideradas em cada cartograma (Elias, 2021a).

118 Lembremos que o espaço é composto pela tecnosfera e pela psicoesfera (Santos, 1996).

119 Sobre o consumidor mais que perfeito, ver Santos (1987).

120 Sobre corrupção normativa pode consultar Howes (2021).

CAPÍTULO 12

121 Castelo *et al*. (2024), através de pesquisa recente sobre a capacidade dos salários dos trabalhadores – em segmentos altamente tecnológicos da indústria automotiva, em várias regiões do Brasil – ao darem conta da cesta básica de consumo definida pelo DIEESE, demonstram que prevalecem, mesmo em segmentos de salários médios superiores em relação às empresas nacionais, as condições de superexploração definidas por Marini.

122 A queda da fecundidade brasileira deu-se de forma bem mais acentuada do que as projeções do IBGE (2018). A taxa de fecundidade usada pelo IBGE nas projeções demográficas era de 1,75 filho por mulher ao final do período reprodutivo.

CAPÍTULO 13

123 A Via Navegável Troncal (VNT) é o trecho argentino da Hidrovia Paraguai-Paraná junto com o tramo do Rio da Prata que compartilha com o Uruguai.

124 O governo Fernández passa a cobrar um pedágio de $1,47 dólares por tonelada para cargas provenientes de portos internacionais e 1,47 pesos argentinos para cargas provenientes de portos nacionais. Isso ocorre de forma unilateral, criando conflitos com os países integrantes do tratado internacional do Acordo de Santa Cruz de la Sierra para a Hidrovia. Isso desata um confronto intenso, especialmente com o Paraguai. Durante o ano de 2023, a Argentina parou barcaças paraguaias, inclusive de uma empresa brasileira, o que obrigou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil a se posicionar contra a cobrança do pedágio. Posteriormente, desde dezembro de 2023 e pelo menos até setembro de 2024, o governo de Javier Milei continua a funcionar da mesma forma.

125 Imperativo da fluidez: movimento que destrói as rugosidades espaciais e institucionais com o objetivo de aniquilar o espaço através do tempo, ou seja, realizar a circulação de mercadorias no menor tempo possível, eliminando elementos burocráticos, tecnológicos, naturais, culturais, entre outros.

126 Imperativo de valorização e aumento constante da composição orgânica do capital promovido pelo crescimento econômico ilimitado.

127 Imperativo de seleção instrumental do espaço: promovido sob a lógica do "enclave", uso seletivo e exclusivo do espaço.

CAPÍTULO 14

128 Este trabalho é uma versão atualizada do artigo "Governança Neoliberal em territórios minerados: o investimento social na RMBH", publicado no Cadernos Metrópole vol. 24, nº 54 de 2022. O capítulo reproduz os resultados publicados na ocasião com exceção de dados atualizados sobre a empresa AngloGold Ashanti.

129 A CFEM é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Teoricamente, deve ser aplicada apenas em projetos que, direta ou indiretamente, revertam em benefícios para a comunidade local. Entretanto não há transparência na aplicação desse recurso. Uma fonte rica de informações sobre a CFEM é o projeto 'De Olho na CFEM' em: https://deolhonacfem.org/

130 Tadzio e Coelho (2020, p. 87) sistematizam o conceito como um "fenômeno multidimensional econômico, político e social em que as necessidades, os interesses e ações (...) atuam em condição de hegemonia em regiões extrativas. É uma dependência econômica gerada pela atuação e expansão do setor mineral, mas carrega também decisiva estrutura de hegemonia política das grandes empresas mineradoras (...) nos quais os interesses dessas grandes empresas definem, pautam e condicionam os processos deliberativos desses territórios, num contexto formado por estratégias corporativas nos territórios minerados e em centros decisórios".

131 O termo 'municípios minerados' reivindica a condição de município explorado e não de sua disponibilidade à extração, como no caso dos termos 'municípios mineradores ou minerários', usualmente adotados.

132 Nos períodos dos governos Lula e Dilma (2003 – 2016), a título de exemplo, o Estado cumpriu importante papel fomentador através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que investiu fortemente em obras de infraestrutura para garantir as exportações das commodities a partir de financiamentos de grandes projetos (minerários, petrolíferos, hidrelétricos, ferroviários e portuários), Essas ações visavam garantir resultados positivos na balança comercial e no superávit primário a partir da captura da renda mineral, fortalecendo o papel do Estado como agente regulador e investidor direto.

133 A superexploração se caracteriza pelo fato de que a força de trabalho é remunerada abaixo do nível mínimo necessário para sua reposição. No contexto latino americano de dependência e da exportação de matéria prima extrativa, os países desfavorecidos em suas relações comerciais não buscariam "compensar a troca

desigual por meio do incremento da produtividade, mas pela intensificação da exploração da força de trabalho, compensando por meio desta a desvantagem na troca internacional" (GOMIDE et al., 2018, p. 234).

134 Organização da Sociedade Civil (OSC) é a forma mais recente (Lei 13.019/14 e Lei 13.204/15) de designar entidades institucionalizadas (com CNPJ) ou de direito privado, sem fins lucrativos e não-governamentais Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/ajuda.html

135 Este recorte inclui os municípios de Brumadinho, Caeté, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará. Pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos da Escola de Arquitetura da UFMG e do Núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles, com financiamento da Emenda Parlamentar do Deputado Patrus Ananias.

136 O Quadrilátero Ferrífero é uma região localizada na área centro-sul de Minas Gerais, em uma área aproximadamente de 7.000 quilômetros quadrados, onde se encontram duas das mais importantes bacias hidrográficas do estado, a do Rio Doce e do Rio das Velhas. É a maior região produtora de minério de ferro bruto no Brasil, responsável por 48% de toda produção nacional (BRASIL, 2022).

137 Os dados aqui utilizados são da pesquisa "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", coordenada e organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (LOPEZ, 2018).

138 No caso de Minas Gerais, os municípios onde foram identificadas essas parcerias são: Barão de Cocais, Santa Bárbara e, especificamente na RMBH, Caeté, Nova Lima, Raposos e Sabará.

139 https://issuu.com/anglogoldashantibr/docs/balanco_parcerias_sustentaveis_2019 Acesso: 11/11/2020

140 Ribeiro (2020) compreende inflexão ultraliberal como a dinâmica instaurada no Brasil após o golpe parlamentar e o posterior impeachment de Dilma Rousseff. A inflexão sinaliza a ruptura com um ciclo de organização política e econômica inaugurado a partir da redemocratização, com governos que conciliaram medidas conservadoras e compromissos com os setores populares. A tese central de Ribeiro (2020) é a de que o Golpe de 2016 "alterou de maneira radical essa correlação de forças que vinha se constituindo no interior do bloco de poder na direção de um controle mais efetivo por parte das forças conservadoras" (p. 2)

141 Regulamentado pela Emenda Constitucional 19, de 4 de Junho de 1998 (BRASIL, 1998)

142 Obviamente com exceção de vários grupos comprometidos com a prática social de cunho mais transformador e combativo, como por exemplo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

143 Na lista de associados, ao lado de fundações empresariais brasileiras (que inclui grandes bancos privados, empresas mineradoras e da construção civil), figuram também grande quantidade de entidades estrangeiras como as Fundações Bunge, Cargill, Nestlé Brasil, Nokia, Volkswagen, os Institutos Coca-Cola Brasil, HSBC Solidariedade, Renault, Wal-Mart, além da participação direta de empresas como Monsanto e Microsoft, dentre outras. https://gife.org.br/quem-somos-gife/ Acesso em 15/05/2021

144 https://gife.org.br/investimento-social-privado Acesso em 15/05/2021

145 https://gife.org.br/investimento-social-privado Acesso em 15/05/2021

146 Multinacionais: AngloGold Ashanti; ArcelorMittal; CSN Mineração S.A.; Jaguar Mining Inc.; Mineração Usiminas S.A.; Vale S.A.; Vallourec Mineração. Nacionais: Cefar; Comisa; Ferrous Resources do Brasil; Grupo AVG; Grupo MBL; Herculano Mineração; London Mining Brasil; Mineral do Brasil; Mineração Boa Vista; Mineração Serra Azul; Minerita - Minérios Itaúna Ltda; Tamisa Mineração; Vórtice Mineral

147 AngloGold Ashanti; ArcelorMittal; CSN Mineração S.A; Jaguar Mining Inc; Mineração Usiminas S.A.; Vale S.A; Vallourec Mineração; Vórtice Mineral.

148 https://pactoglobal.org.br/no-brasil. Acesso em: 02 jun. 2021.

149 http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm Acesso em: 17 maio 2021.

150 https://issuu.com/anglogoldashantir/docs/balanco_parcerias_sustentaveis_2019 Acesso: 11/11/2020

151 Como 'senso comum', entende-se aqui uma espécie de cimento que liga e cria consensos sobre a maneira de compreender, agir e julgar a vida social. Poderia ser quase sinônimo de ideologia no sentido que é compartilhado pelo grupo, abarca a vida social e, por ser muito familiar, nem sempre será visível para quem compartilha.

CAPÍTULO 15

152 Artigo publicado originalmente na revista Cadernos Metrópole, v.26, n.59, 2024.

153 Ver, por exemplo, o caso recente em que a Amazon planeja lançar um aplicativo de comunicação interna da empresa em que as palavras "sindicato", "aumento salarial", "representação", entre outras, serão de uso proibido. Disponível em: https://www.jacobinmag.com/2022/04/amazon-warehouse-staten-island-ldj-5-union-drive.

154 Embora, na formulação original presente n'*O capital*, o termo "coleção" já indique que o valor é a expressão do confronto entre diferentes mercadorias, sua substituição pelo termo circulação, aqui, busca denotar uma transformação recente no regime de acumulação de capital.

155 Um TEU (Twenty-foot Equivalent *Unit*) representa a capacidade de carga de um contêiner de transporte normal, de 20 pés de comprimento, por 8 pés de largura e 8 pés de altura.

156 Segundo depoimento apresentado no dia 12 de dezembro de 2022 na CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo, a parcela de acidentes de moto no setor de traumas do Hospital das Clínicas da USP subiu de 20%, entre 2015 e 2016, para 80%, entre 2020 e 2021. Em torno de 70% dos acidentados estavam prestando serviço para aplicativos de entrega. Para mais, conferir Ribeiro (2022).

157 A posição negativa dos entregadores quanto à regulação de sua atividade não é unânime, mas já sinaliza uma posição que vem se consolidando nas movimentações da classe, como evidenciado pela pesquisa "Para onde vai o trabalho humano na era digital?", realizada pelo Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teo-

ria Social (UnB). O *survey* respondido por 247 entregadores de aplicativo, entre abril e junho de 2023, revelou uma demanda por direitos normalmente associados a segurança social proporcionada por trabalhos formais, como "adicional de periculosidade (57,49%), auxílio-doença e auxílio-acidente (55,06%)", ao mesmo tempo que, em sua maioria, os entrevistados preferem ser reconhecidos como "autônomos/as ou por conta-própria" (60,3%) ou como "MEI" (23,9%). Além disso, "apenas 10,12% apontaram que a carteira de trabalho assinada deveria ser pauta do debate público" relacionado à regulação do trabalho dos entregadores (ver Festi et al., 2023, s.p.).

CAPÍTULO 16

158 Uma primeira versão deste artigo foi publicada na Revista E-metropolis, n. 49, ano 13, junho de 2022. No entanto, ele foi significativamente alterado para ajustar nossos argumentos e hipóteses à concepção geral do projeto que deu origem a essa coletânea.

159 Essa ideia também pode ser encontrada em outros autores. Mauch (2021), por exemplo, considera as cidades logísticas enquanto forma urbana, mas ressalta que se trata de formas distintas, na medida em que se manifestam, ainda que de maneira articulada, em diversas espacialidades urbanas e regiões do Norte e Sul globais. Ademais, comenta que as cidades logísticas são continuamente reconfiguradas e impactadas pelas dinâmicas das cadeias globais de suprimento.

160 Como relata uma entrevistada na reportagem da *Folha*, referindo-se a Extrema-MG: "Quem quiser trabalho pode vir que tem, mas é difícil achar aluguel de [imóvel] de dois quartos por menos de R$ 1.600 por mês". Por sua vez, um trabalhador do comércio afirma o seguinte sobre as dificuldades de negociação de aluguéis no município: "Um vai embora, vem dez interessados".

161 Se comparada à realidade de outros países, essa taxa é bem alta, normalmente apresentando valores superiores a 50-60% nas séries históricas do Brasil. É importante sublinhar que não somente a "taxa de rotatividade global" (movimentação do mercado de trabalho referente a todos os tipos de vínculos) apresenta níveis elevados, mas também a "taxa de rotatividade descontada", quer dizer, aquela que diz respeito unicamente às demissões que se baseiam em motivações do empregador, quando ele demite o trabalhador. Esse tipo de demissão, inclusive, é o mais recorrente nas séries históricas analisadas pela literatura da área (DIEESE, 2017).

CAPÍTULO 17

162 Em 1869 foi aprovado o decreto que instituiu a primeira lei de concessão e exploração dos portos pela iniciativa privada e o direito de os empresários receberem pelos serviços prestados (Teles, 2023).

163 A tradução do termo corporativo THROUGHPUT mais exata, do ponto de vista técnico, é vazão média. (https://en.portshanghai.com.cn/)

164 Estudo não referenciado no documento e sem disponibilidade pública.

165 Adotou-se a definição de usos impactantes segundo Barros (2024): "usos expressamente incompatíveis com o uso residencial tal como expressos no pla-

no diretor físico de 1968 (art. 61 da Lei 3.529/1968), quais sejam: serviços de transporte de cargas, serviços de armazenamento de carga portuária, comércio atacadista, serviço e depósito de sucatas metálicas e depósito de materiais em geral, indústrias incômodas e perigosas e serviços portuários e retroportuários" (p. 29).

166 Fonte. https://juristas.com.br/noticias/entidades-do-setor-portuario-questionam-no-stf-exclusividade-na-contratacao-de-trabalhadores-avulsos-no-stf/ Matéria de 25/01/2024. Acesso em: 25 ago. 2024.

CAPÍTULO 18

167 Originalmente publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, n. 1, jan./dez. 2024.

168 Cotação disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=4170.

169 Dados extraído em janeiro de 2023 do IMF Commodity Data, disponível em: https://data.imf.org/?sk=471dddf8-d8a7-499a-81ba-5b332c01f8b9

170 É importante destacar que questões relacionadas aos limites e tensões do processo de formação do Estado nacional não são exclusivas do autor. As formulações sobre a condição dependente e subdesenvolvida do Brasil têm como base as reflexões sobre as particularidades e limites da formação do Estado-nação na periferia do sistema do mundo capitalista, inclusive com formulações sobre a fragmentação da nação, mas que não cabem neste artigo.

171 Apesar de o mapa ser de 2017, trazendo corredores ainda em implantação, grande parte deles são previstos desde 1996 nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid), à exceção do Eixo Salvador, elaborado no governo da presidenta Dilma Rousseff.

172 Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company (ABCD)

173 Dados extraídos do Portal de Informações Agropecuárias da Companhia de Nacional de Abastecimento (CONAB) e da plataforma COMEXSTAT de Exportação e Importação, disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral e https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/produtos-360.html acessado em janeiro de 2023.

174 A trajetória da crise política e econômica que levaram a retirada de Dilma Roussef do poder é um processo complexo e foge aos objetivos deste trabalho para saber mais ver: BOITOJR, 2018, 2017, SINGER, 2015, PINTO et al, 2019.

175 Disponível: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp#:~:text=A%20TJLP%20foi%20substitu%C3%ADda%20pela,1%C2%BA%20de%20janeiro%20de%202018.

176 Bolsonaro neutraliza o papel do Ibama na aplicação de multas ambientais. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1555009346_229285.html; Atos do governo Bolsonaro deve anular até R$16 bilhões em multas ambientais. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2022/09/20/ibama-multa-ambiental-eduardo-bim-governo-bolsonaro-notificacao-por-edital.htm

177 Bolsonaro tentou aprovar, sem sucesso, uma nova lei de regularização fundiária em áreas da União através de autodeclaração, projeto que foi criticado por consolidar a grilagem, principalmente na Amazônia Legal. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/camara-aprova-pL-da-grilagem-e-texto-vai-ao-senado1

178 Clubes de tiro cercam indígenas e municiam agromilícias na Amazônia. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2022/11/16/clubes-de-tiro-cercam-indigenas-e-municiam-agromilicias-na-amazonia/; Governo Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml

179 Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml

180 Como último capítulo do governo Bolsonaro no setor de infraestrutura, foi criada em outubro de 2022 a Infra S.A., a partir da fusão das empresas públicas de engenharia Valec, especializada no transporte ferroviário, e da EPL.

181 Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/primeira-remessa-de-trilhos-chega-na-ferrovia-de-integracao-centro-oeste-fico

CAPÍTULO 19

182 Disponível em: https://moovitapp.com/. Acesso em 30 mai. 2024.

183 As tarifas de ônibus foram reajustadas em 9,97% em fevereiro de 2024. Em 2023, a tarifa da Supervia, sem dúvida um dos piores serviços, passou de R$ 7,00 para R$ 7,40, tendo sido reduzida para R$ 7,10 em fevereiro de 2024. O Metrô Rio, por sua vez, tem o preço de passagem mais caro do país, atualmente R$ 7,50.

184 Em setembro de 2022, o prefeito Eduardo Paes assinou o Decreto Municipal 51.412/22, que, diante da existência de um setor tão amplo e complexo, iniciou o processo de regulamentação do serviço de mototáxi.

CAPÍTULO 20

185 Livro publicado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégico da Câmara dos Deputados do Brasil, para apresentar um balanço das atividades e discussões realizadas entre o parlamento e a sociedade civil para amparar a redação do Projeto de Lei da Política Nacional de Cidades Inteligentes.

186 A fase recente desse processo no Brasil pode ser ilustrada com o gasto de R$ 2,5 trilhões em juros da dívida pública (2019-2023); Regime de Teto de Gastos (2016-2023); Reforma Trabalhista (2017); Reforma da Previdência (2019); Privatização de empresas: Liquigás (2019), BR Distribuidora (2019), CEDAE (2021), Eletrobrás (2022), SABESP (2024). Extinção de instituições e empresas públicas de planejamento: FUNDAP/SP (2016), FEE/RS (2018), EMPLASA/SP (2019).

187 A tecnologia 4G foi comercialmente lançada em 2010. Suas características em termos de velocidade (100 Mbps), largura de banda e cobertura equiparou a

qualidade da rede móvel à rede fixa em fibra ótica, suportando 2 mil dispositivos por quilômetro quadrado. A tecnologia 5G, por sua vez, foi lançada em 2018 e aumentou em até cem vezes a velocidade média de transmissão (10 Gbps), com latência extremamente baixa e suporte de até 1 milhão de dispositivos por quilômetro quadrado, possibilitando interações máquina a máquina, geolocalizadas em tempo real, como por exemplo, os veículos urbanos autônomos e a possibilidade de distribuição massiva de sensores interconectados em tempo real pela cidade (OLHAR DIGITAL, 2023).

188 Aplicativos ou sites de internet que reúnem diversos produtos, lojas e vendedores em uma única plataforma.

189 Conforme descrição de Harvey (1992[1989]), no plano da reestruturação produtiva interna às empresas, a partir dos anos 1970 difundiu-se a estratégia da flexibilidade nos processos de trabalho (via trabalho parcial, temporário e terceirizações), novas estratégias logísticas (*just-in-time/just-in-place*, *kan-ban*, descentralizações de plantas industriais), intensificação da automatização da produção e de processos, diversificação de produtos e redução de seu tempo de vida útil (obsolescência programada).

190 Um "colaborador" de aplicativos de transporte urbano de pessoas, mercadorias e alimentação costuma ter de providenciar todos os custos fixos do serviço: veículo, combustível, documentos e impostos, área de descanso, banheiro e alimentação própria, mochila, celular, plano de internet, equipamentos de proteção individual, segurança e seguridade social. Quando há pontos de apoio oferecidos pela empresa, os "colaboradores" devem pagar aluguéis e taxas de utilização. Para a empresa cabe, na prática, a responsabilidade da gestão do aplicativo e a estratégia de publicidade, além de um setor jurídico forte (Scholz, 2013; Fioravanti et al., 2024).

191 As grandes empresas de tecnologia, por meio de seus serviços de ferramentas de buscas de informações na internet, redes sociais, plataformas de comércio de produtos, etc., vão utilizar suas capacidades para desenvolver estratégias de mercado extremamente refinadas e individualmente customizadas. Utilizando-se de instrumentos da psicologia e da economia comportamental, essas empresas desenvolvem plataformas e aplicativos de interface viciante, com vistas a intensificar o trabalho de seus colaboradores e de coletar a maior quantidade possível de dados sobre as pessoas usuárias de seus serviços à guisa de tornar seu comportamento e desejos suscetíveis à modelagem para o mercado (Prado, 2019).

192 Termo cunhado por David Harvey (2004) para descrever as práticas contemporâneas de "acumulação primitiva" no capitalismo.

193 "*Data is the new oil*" na expressão cunhada pelo matemático Clive Humby.

194 Donádio (2023) comenta que o "Crescimento Inteligente" fazia parte do movimento mais amplo do "Novo Urbanismo" (*New Urbanism*). Surgido na década de 1980, o movimento defendia uma reorientação das práticas urbanísticas para a promoção de cidades voltadas para pedestres e maior uso coletivo de espaços públicos como reação aos efeitos de "deseconomias de aglomeração" nas grandes cidades (congestionamento, poluição etc). A "Rede para o Crescimento Inteligente" (*Smart Growth Network*) define os dez princípios do movimento: 1- Zoneamento Misto; 2- Preferência por construções compactas; 3- Difusão da oferta habitacional na cidade; 4-Tratamento preferencial aos Pedestres; 5- Estímulo ao sentido comunitário; 6- Preservação de espaços abertos, áreas ambientais críticas, rurais ou de beleza natural; 7- Direcionamento do desenvolvimento

para as comunidades já existentes; 8- Difusão da oferta de modais de transporte diversificados; 9- Realização de decisões de desenvolvimento previsíveis e justas; 10- Encorajamento da colaboração entre a comunidade e demais partes interessadas em decisões de desenvolvimento (Knapp et al., 2022).

195 Os Centros de Operação Inteligente, geralmente destinados ao poder público municipal, são locais destacados para o monitoramento de dados coletados na cidade, para a análise em tempo real de informações com o auxílio de programas (softwares) e painéis de controle em setores diversos. O Centro de Operações Rio, por exemplo, foi contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro junto à IBM em 2010, especializando-se nas áreas de mobilidade urbana, emergências e desastres ambientais.

196 A empresa "Cisco", por exemplo, oferece iluminação baseada em tecnologia LED, com sensores capazes de ligar e desligar conforme a movimentação da rua, e, além disso, capturar e transmitir diversos dados sobre a movimentação local; circuitos integrados de câmeras de vigilância em tempo real, capazes de identificação facial de pessoas; detectar incidentes automaticamente e produzir relatórios com análises de tendências de criminalidade por região da cidade; sensores para análise de tráfego, com identificação de veículos e placas, controle de semáforos, detecção de incidentes e apresentação de rotas alternativas; monitoramento da poluição de ar e emissões de gases do efeito estufa, com dispositivo de orientação para a aplicação de multas ambientais; sensores para a gestão de resíduos (CISCO, s.d.).

197 O conceito de fluidez é definido por Santos e Silveira (2006[1999]) como a criação e o aperfeiçoamento das infraestruturas físicas para proporcionar maior circulação – de pessoas, produtos, informações, ordens e dinheiro – direcionando o uso do território aos interesses econômicos hegemônicos. A fluidez pode ser medida pela presença dos sistemas de engenharia no território (fluidez virtual) e também pela frequência e densidade de seu uso (fluidez efetiva). No contexto do acirramento do neoliberalismo urbano, a aplicação dos recursos de TIC é inserida no discurso para reorientar as infraestruturas e qualidades das cidades para promover maior "performance" de "fluidez" no contexto de avanço da "guerra dos lugares". Ou seja, as cidades agora participam de um mercado de localizações com concorrência ainda mais acirrada em relação ao período anterior.

198 O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação segue seu curso, com uma velocidade impressionante de substituição de vocabulários, dispositivos, programas e interfaces, destruindo e criando necessidades, apresentando soluções e ignorando problemas, ora apresentando-se como algo pouco além de peças publicitárias, ora demonstrando recursos promissores para a gestão pública e as políticas urbanas. Essa rapidez em sua evolução implica também na dificuldade de consolidação de análise, pois a compreensão do espaço geográfico depende da identificação da evolução e do estado atual de um determinado conjunto de técnicas, que, em si, caracteriza o meio. Para Santos (2009[1994], p. 176), "a vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar".

199 Em 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, lançou o aplicativo de entrega de refeições "Valeu", realizando curso de formação para colaboradores, definindo taxa de lucro zero sobre restaurantes e o dobro da remuneração para entregadores. No entanto, os aplicativos conseguiram uma liminar judicial para

suspender o aplicativo, recuperando sua posição de monopólio na economia urbana (O GLOBO, 2022).

200 Os "movimentos dentro do jogo" são as estratégias de "resistência" e de "fuga", como a crítica e a organização política para resistir ao avanço do neoliberalismo urbano e de sua tendência de promover a "mercantilização generalizada" de seus processos socioespaciais constitutivos. Nesse sentido, por exemplo, a crítica e a luta contra mudanças no plano diretor favoráveis aos agentes da especulação imobiliária entram no campo da "resistência" e a formação de ocupações de prédios vazios para moradia podem ser classificadas como estratégias de "fuga", pois após a sua consolidação permanecem como "ilhas" de alternativas dentro do jogo maior. As estratégias sobre "as regras do jogo", por sua vez, tratam de "domesticar" e "desmontar" os mecanismos da economia de mercado sobre a cidade, por meio da luta pela positivação de direitos (como no caso da aprovação de leis de combate aos imóveis subutilizados) ou no desmonte das práticas neoliberais (como, por exemplo, a luta pela reestatização de serviços públicos). Por fim, a "destruição" significa a mudança do jogo em si, em uma abordagem mais revolucionária.

201 O conceito de bens comuns (*commons*) é utilizado para designar práticas tradicionais e/ou contemporâneas baseadas na propriedade comum dos recursos, sua gestão coletiva e produção social comunitária. A partir do século 21, a expressão ganhou uma derivação urbana, os "comuns urbanos" (*urban commons*), popularizada por coletivos urbanos, movimentos sociais e pesquisadores acadêmicos para designar práticas culturais, econômicas e políticas alternativas às hegemônicas, encontrando paralelo com o debate e a prática da luta pelo direito à cidade (Tonucci Filho; Magalhães, 2017).

202 Trata-se de espaços dotados de uma série de recursos, tais como ferramentas de marcenaria e construção civil, impressoras 3D, máquinas de costura, kits de tecnologia (arduíno, etc), replicadoras em geral, tornos CNC, computadores com softwares avançados para o desenho de projetos, dentre outras tecnologias de código aberto capazes de replicar recursos por meio de ação individual, colaborativa ou coletiva (Rundle, 2020).

203 Arquitetura de referência para viabilizar a implantação dos recursos de Big Data, Internet das Coisas e Computação em Nuvem (Kon; Santana, 2016).

204 Scholz (2013) aponta 10 princípios básicos para o desenvolvimento de aplicativos e plataformas alternativas: propriedade compartilhada; salário decente; transparência e portabilidade dos dados; bom ambiente e reconhecimento; trabalho codeterminado; segurança jurídica; seguridade social; proteção contra a arbitrariedade dos algoritmos; rejeição da vigilância excessiva; direito de se desconectar.

205 Espaços comunitários para atividades coletivas e empréstimo de artigos, máquinas e materiais de uso temporário, como ferramentas ou instrumentos musicais. Em Kelava (2020) e Shareable (2020; 2024), é possível observar uma série dessas iniciativas.

206 Na esfera federal, o Plano Nacional para Cidades Digitais (2011), a Estratégia Nacional para a Transformação Digital (2018; 2022) e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2019) exemplificam esse fenômeno. No plano municipal, pode-se citar o Programa *Wifi* Livre (2015) e as ferramentas digitais do processo participativo do Plano Diretor Estratégico de 2013 (Plataforma Gestão Urbana), ambos na cidade de São Paulo.

207 O Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) é um exemplo bem-vindo nesse sentido. Criado em 2020, o núcleo é uma seção do MTST dedicada à criação de aplicativos alternativos, cursos gratuitos de programação e desenvolvimento de *softwares* (ministrados em condomínios e ocupações), jogos, serviços de TIC para ocupações e infraestruturas físicas do movimento, além de promover debates sobre o papel das TICs nas lutas urbanas dentro e fora do movimento social. O Núcleo de Tecnologia também atua conjuntamente com outros coletivos# na elaboração de manifestos, propostas e planos de ação para aglutinar as demandas sociais sobre o tópico das TICs, apresentando-as em períodos eleitorais e/ou espaços de diálogo e participação social, dando ênfase à criação de infraestruturas digitais soberanas e à criação de plataformas de trabalho alternativas nas cidades, sob princípios do cooperativismo e da economia de compartilhamento.

CAPÍTULO 21

208 Referência a dois aplicativos de transporte e logística urbana que pertencem a Google: Google Maps e Waze, este último adquirido pelo Google em 2013.

209 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dzQ2n-qT1GY

210 Ao longo deste artigo, discutiremos especialmente esses dois aspectos nas novas formas de exploração e composição social, sem deixar de construir um caminho para entendimento das lutas sociais e da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras.

211 Se, como disse Lefebvre, "o capitalismo se apoderou da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa" (p. 20).

212 Disponível: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

213 Link para a matéria: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/10/25/7-graficos-para-entender-o-trabalho-por-aplicativo-no-brasil.

214 "Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um 'emprego'. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção. (Fontes, 2017, p. 56)

215 Esta visão é também compartilhada por Arboleda, segundo o qual, "Gago e Mezzadra (2015) têm razão quando sugerem que o extrativismo tende a ser concebido de forma limitada como uma abreviação para despossessão, o que torna menos claro o papel igualmente relevante desempenhado pela exploração do trabalho nas operações extrativas do capital." (2024, p. 285)

216 "volume cada vez maior de recursos que são subtraídos da economia nacional para pagar as rendas dos capitais externos, que, uma vez aplicados na periferia, retornam ao centro na forma de dividendos, juros de dívida pública e privada, juros de ativos de crédito, patentes etc. Ao mesmo tempo, à dominação rentis-

ta-financeira se associa a dimensão extrativista do processo de reafirmação da condição periférica". (Ribeiro, Matela, Diniz, 2024, 320)

217 Tozi, Duarte e Castanheira, identificaram "diversas táticas utilizadas por estes motoristas [da UBER] a partir das brechas na gestão algorítmica a que estão submetidos" (2021, p. 10).

218 "Uma cooperativa de plataforma, ou "platform co-op", é basicamente um negócio de propriedade cooperativa e também governado democraticamente, que estabelece uma plataforma de comunicação e faz uso de um site, aplicativo móvel ou até mesmo um protocolo para facilitar a venda de serviços e bens." Disponível em: https://www.internetofownership.net/what-exactly-is-platform-cooperativism/

219 Disponível em: https://senhoritascc.com.br/. Acesso em 30 out. 2024.

220 Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/02/14/cooperativa-de-motoristas-cria-app-em-araraquara-sp-e-ja-tem-11-mil-passageiros-cadastrados. Acesso em: 30 out. 2024.

CAPÍTULO 22

221 Este capitulo é uma versão do texto "Movimentos Sociais: Proposta de uma Conceituação Decolonial Latino-Americana" In: Diamantino Pereira. (Org.). Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia. 1ed. São Paulo: Annablume, 2020, v. 1, p. 247-265. Esta versão expandida busca atender às demandas propostas pelo livro, ao abordar a correspondência entre a nova configuração histórica da dependência e a experiência urbana contemporânea na América Latina, a partir do debate dos movimentos sociais. Inclui os resultados do trabalho de campo e uma análise detalhada sob a ótica dos movimentos sociais.

222 O projeto foi financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo) e realizado entre 2016 e 2018 pela equipe de pesquisadores do Celacc (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) da Universidade de São Paulo. Foi coordenado por Dennis de Oliveira, contando com a participação de Fabiana Felix do Amaral e Silva como pesquisadora sênior. Agradecemos o apoio da Fapesp e a valiosa colaboração de todos os bolsistas e alunos de pós-graduação envolvidos na pesquisa.

223 Gohn, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo: Loyola, 1997, p. 256

224 Sobre o debate das territorialidades periféricas no Brasil e América Latina à luz do debate decolonial ver: Silva, F.F.A.; Oliveira, D. A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo.*Polisemia*, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 41-56, 2017. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916840.pdf> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024; e em Silva, F. F. A.; Maciel, L. M. "Decolonizando" o planejamento urbano: a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. In: Limonad, E.; Monteiro, J. C. (Orgs.). *Planejamento Territorial v. 1: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 185-219.

225 Utilizamos aqui o conceito de *intelectual dissidente* emprestando um conceito de Julia Kristeva que o emprega para designar, no período pós II Guerra Mundial, sujeitos que sistematizam narrativas que se diferenciam daquelas que são funcionais ao sis-

tema desde aqueles engajados na luta política explícita até aqueles que se imergem nas vanguardas estéticas ou novas subjetividades. Na obra "Periferias Insurgentes", é apresentado o conceito de *intelectual periférico*. Ver Kristeva, J. Un nouveau type d'intellectuel: Ie dissident. Tel Quel, n. 74, Paris, Hiver 1977, p. 3-8. e Oliveira, Dennis de. Periferias insurgentes: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/9786587773100 Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/657 . Acesso em: 22 fev. 2024.

226 Sobre o protagonismo das mulheres em movimentos periféricos de São Paulo ver a obra de Barbosa, E.E. Negras lideranças: mulheres ativistas na periferia de S. Paulo. S. Paulo: Dandara, 2018.

227 Pierre Bourdieu aponta que, nos campos de interação, as classes sociais se definem não apenas pelas suas posições, mas também pelas suas trajetórias, que sinalizam uma gramaticalidade das suas narrativas e posturas, ou o que ele chama de habitus. Ver em Bourdieu, P. Economia das Trocas Simbólicas. S. Paulo, Perspectiva, 2007.

228 O conjunto de informações é complementado por depoimentos prestados pelas lideranças dos movimentos sociais, coletados formalmente (por meio de entrevistas gravadas e transcritas) e informalmente (por meio de rodas de conversa registradas em diários de campo). Completam ainda o *corpus* imagens produzidas pelos ativistas participantes, palavras destacadas nas reflexões em grupo e procedimentos de autoavaliação.

229 ANO-BASE: 2010; FÓRMULA: População preta e parda ÷ População total do distrito x 100; FONTE(s): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ELABORAÇÃO: RNSP; Observações: Dados populacionais do Censo Demográfico de 2010.

230 ANO-BASE: 2020; FÓRMULA: Massa salarial nominal (R$) na data de referência ÷ Número absoluto de empregos formais na data de referência; FONTE(s): MTE; RAIS - Microdados.; ELABORAÇÃO: Vitor Vaneti; Observações: (1) Vínculos formais de emprego ativos em 31/12/2020. Valores atualizados pelo IPC-SP (FIPE) para julho de 2022; (2) Para o cálculo comparativo ao longo dos anos (tabela de variação %), a correção inflacionária é ajustada para o mesmo período em ambos anos analisados.

231 Os entrevistados foram:- C. P.: nascido na zona norte de São Paulo, trabalhou na Rádio Heliópolis em um programa sobre Hip Hop e política, é integrante do Movimento Negro Paulista e fez parte do Movimento Hip-Hop. A entrevista foi realizada em julho de 2017; E.J.: fundador do Comando DMC, um dos maiores grupos de Rap do início dos anos 1990, e atual coordenador do Núcleo do Hip Hop de São Paulo, sediado na zona norte da cidade. A entrevista foi realizada em março de 2017, no próprio Núcleo do Hip Hop; Integrantes da Casa no Meio do Mundo (J.S., I.E., Je., G.): coletivo de artistas e produtores culturais formado em 2013 na zona norte de São Paulo, com o objetivo de criar atividades culturais de fomento à pesquisa cultural, artística, criativa e empreendedora, e ampliar o acesso à cultura e sua democratização. A entrevista foi realizada no segundo semestre de 2017; M. C.: educador social, militante da Rede Antirracista Quilombação e Fórum de Hip Hop de Jabaquara, entrevistado em junho de 2017; N. R.: coordenador da Casa de Cultura Hip Hop, na zona sul, integrante do Movimento Hip Hop, produtor cultural e formado em direito do entretenimento.

232 Elaborado pela Dirección de Vivienda y Hábitat em setembro de 2015.

233 Como estratégia de levantamento de campo, a equipe entrevistou líderes de movimentos sociais, tais como: Frente Popular Dario Santillán, Tierra para Viver, El Hormiguero. Entrevistou o ex-vereador da cidade de Buenos Aires, Facundo Di Fillipo, acompanhou a visita dos relatores da ONU à Villa 31, além de participar de reuniões da mesa de urbanização da Villa 31 e de conhecer a experiência da TV Popular da Villa 31 grupo *La Boca Resiste y Propone*.

234 *La Boca Resiste y Propone* é uma organização multissetorial que, desde dezembro de 2014, atua no bairro de La Boca, localizado na cidade de Buenos Aires.

235 As comunas são unidades descentralizadas de gestão política e administrativa, e na cidade de Buenos Aires existem 15 delas, que, em alguns casos, abrangem mais de um bairro. São regidas pela Lei 1.777, promulgada em 2005, e têm competências exclusivas e concorrentes com o governo da cidade, tais como: a manutenção de estradas secundárias e espaços verdes, a administração de seus ativos, a iniciativa legislativa e a elaboração de seu orçamento e programa de governo. São compostas por uma Junta Comunal e seu presidente; os sete membros que compõem essa junta são eleitos pela populacao residente na comuna e se mantêm no cargo por quatro anos. E ainda cada comuna conta com um conselho consultivo integrado por representadtes de entidades locais não governamentais, partidos politicos, redes e outras formas de organização que tenham atuação no âmbito territorial da comuna. Esse conselho tem o papel de assessorar a junta comunal e também pode, entre outras questões, canalizar as demandas e apresentar propostas e definir prioridades.

236 A sistematização das experiências junto ao grupo foi construída de forma coletiva, e foram realizadas quatro oficinas que levantaram as problemáticas, reconstruíram o processo do grupo no tempo e no espaço, problematizaram os processos de comunicação interna e externa, elaboraram um mapa das relações do grupo com diferentes atores e refletiram sobre as estratégias de ação e proposição do grupo.

237 Em março de 2017, os grupos Vivienda y Hábitat e La Boca Resiste y Propone, com apoio do Observatorio del Derecho a la Ciudad (ODC), denunciaram a emergência habitacional pela qual passa o bairro de La Boca, considerando como uma das dimensões dessa emergência a crescente quantidade de despejos ocorridos no bairro após a aprovação da Lei 4.353, que implementa o Districto de las Artes. Confrontado com tal processo de violação dos direitos básicos, em que milhares de famílias vivem em habitações em estruturas superlotadas e obsoletas, e onde incêndios recorrentes destroem casas e vidas, principalmente de crianças, o grupo apresentou, em 20 de abril, um projeto de lei que visava declarar a emergência habitacional em La Boca por cinco anos, a partir da data de promulgação da lei.

238 O PCN foi fundado em 1993, em meio aos processos e aos conflitos ligados aos direitos das comunidades negras da Colômbia. Na entrevista concedida, José dos Santos abordou conflitos relacionados à luta pelo reconhecimento das comunidades negras colombianas, às entidades do movimento negro no país, à ação do capital na região do Pacífico e ao racismo institucional.

239 Dados retirados da aba "Territorios", existente no site do PCN. Disponível em: <https://renacientes.net/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

240 Xhaza fez parte da Aliança de Organizações Sociais, criada para combater a violência e a violação dos direitos humanos. Xhaza é deslocada interna. Com cinco filhos na época, a entrevistada fugiu de perseguições do exército sob o risco de

ser assassinada. A fuga de Xhaza aconteceu sete horas antes da invasão de sua antiga residência, em Cali.

241 A participação dos negros na política colombiana remonta à época da independência do país em 1810, e não apenas começou com a Constituição de 1991. A Lei do Ventre Livre foi estabelecida em 1821, seguida pela abolição da escravidão em 1851. No entanto, a construção de uma nação "moderna e mestiça" no final do século XIX excluiu as populações indígena e negra. Em reação a essa exclusão, uma elite negra começou a reivindicar o reconhecimento dos negros colombianos como um grupo étnico nacional.

CAPÍTULO 23

242 Texto originalmente publicado na Revista Redobra, n. 15, ano 6, 2020.

243 Mignolo (2008) conectou a perspectiva das lutas sociais e o pensamento descolonial, fazendo uma genealogia global referida a indivíduos e movimentos: Mahatma Gandhi, W. E. B. Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amilcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga, Vine Deloria Jr., Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, o movimento Sem Terras no Brasil, os zapatistas em Chiapas, os movimentos indígenas e afros na Bolívia, Equador e Colômbia, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas. (Mignolo, 2008, p. 258).

244 Merrifield (2015) desenvolve um argumento relevante sobre a produção das periferias urbanas, que as coloca como o que mais bem estabelece a condição de uma urbanização planetária. As periferias são o resíduo do urbano contemporâneo, essa força que a tudo envolve no planeta, mas que, como resultado, expulsa, exclui e produz restos, deixando sobras, resíduos. De acordo com esse autor, pode-se deduzir da teoria lefebvriana sobre um urbano planetário que justamente esse mecanismo de expulsão é o que faz com que o urbano permaneça em expansão."*Residues are the subject matter of any metaphilosophy of the urban, of any planetarisation of the urban. Point to remember: while metaphilosophy is trying to figure out the totalisation of the urban under capitalism, it should not itself be a totalising theory. It's a theory of residues within a vortex. Lefebvre even goes as far as to say that within this urban vortex a new humanism bases itself on "revolutionary citizenship." He implies that this is what he really meant by "the right to the city" all along, that it's about residues reclaiming their rights to the city they've been expelled from, a revolutionary citizenship that has nothing to do with a passport: citizenship here lies inside and beyond a passport, inside and beyond any official documentation. It doesn't express a legal right bestowed by an institution of the bourgeois nation-state...The method of residues is the reality of residues, the reality of all those expulsees, all those banished from the trappings of neoliberal urban reality. The residues are the disenfranchised constituency haunting the global banlieue. I like to call this residue a shadow citizenry: the remainders and irreducibles who live out the periphery, who feel the periphery inside them, who identify with the periphery, even if sometimes this periphery is located in the core....Residues exist in the realm where social exclusion meets spatial marginality. They're a minority that's increasingly a majority, a new majority: if anything, residues are the new norm, the new planetary default position..."* Sobre a condição periférica, há, na literatura produzida no Brasil o dossiê Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 7-12, jul./dez. 2007 e o dossiê Tempo Social e mais recentemente também CANETTIERI, 2018.

245 Como afirma Francisco de Oliveira (2017): "Fosse como necessidade de mão de obra, devido à inadaptação da população autóctone a trabalhos regulares e a sua

fuga para remotas paragens, fosse como um grande negócio, já no século XVI o comércio de escravos negros africanos se transformou em outro pilar dessa estrutura, imprimindo sua marca a ferro e fogo no corpo dos escravizados e da sociedade... A colônia americana era o lugar da produção, e a áfrica negra, o da reprodução.. No Brasil 4 milhões de africanos negros, um total de 10 milhões na américa espanhola e pelas antilhas. O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, essa característica paternalista patrimonialista que formou a economia e sociedade".

246 Este texto é elaborado no conjunto dos estudos que fundamentam a pesquisa denominada Urbano-constelação, Arquiteturas da Insurreição (CNPq/FAPEMIG, 2019-2022).

247 Nas décadas de 1960 e 1970 Quijano elaborou uma teoria da dependência; na virada do século o sociólogo peruano passou a se debruçar sobre a colonialidade do poder

248 Schteingart, Martha. Urbanización y dependencia en América Latina. Ediciones S.I.A.P. [Programa Editorial de la Sociedad Interamericana de Planificación; distribuidor exclusivo: Ediciones Nueva Visión, 1973. CASTELLS, M. (Comp.). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Gustavo Gili,1973.

249 Assim como o Peru de Belaúnde Terry no final da década de 1950 e início dos 1960 fora propício para a intelectualidade pensar as características, os processos e a localização da constituição de uma pobreza urbana, o Chile de Allende, nos primeiros anos da década de 1970, configurou-se como ponto de apoio para os trabalhos que pretendiam maior rigor sociológico, principalmente abrigados no Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano (CIDU) da Universidad Católica.

250 Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cuja tese principal é que a expansão industrial urbana é o canal constitutivo da integração da sociedade.

251 QUIJANO, Anibal (1991). La modernidad, el capital y américa latina nacen el mismo día. Entrevista a ILLA Revista del Centro de Educación y Cultura. Perú, no. 10, enero de 1991, pp.42-57.

CAPÍTULO 24

252 Ex-ministro da Economia do Governo de Salvador Allende, criador do Planejamento Estratégico Situacional.

253 Sobre a teoria das ondas democráticas ver Huntington (1991).

254 A teoria democrática elitista surgiu no início do século XX buscando uma interpretação realista das democracias liberais. O elitismo buscou superar os limites do pensamento clássico sobre a democracia e seu aspecto normativo baseado na ideia do bem comum, substituindo-o pelo método da separação entre a forma e o conteúdo da democracia. Agora restrita à forma, a democracia seria então um "método de selecionar as elites que irão governar os Estados complexos". Embora a partir de interpretações distintas sobre o capitalismo, tanto Joseph Schumpeter (1961) como Max Weber (1994) são considerados os principais formuladores dessa corrente que se tornou hegemônica desde então. Para Weber, quer fosse capitalismo ou socialismo, o moderno Estado teria que contar com a elite do conhecimento técnico-científico especializado.

255 O projeto não se encontra elaborado de forma clara e consistente, dada as insuficiências de formulação estratégica dos partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como partido majoritário de massas. Todavia, ele abrange alguns elementos econômicos, sociais, políticos e culturais que se encontram nos programas e práticas desse campo político, assim como nas lutas de organizações e movimentos sociais e culturais por direitos e em algumas formulações acadêmicas. A sua agudeza democratizante, popular e de soberania nacional é tributária de um amplo legado teórico, com destaque para as correntes das teorias críticas nas contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e de parte dos Cepalinos e teóricos da dependência. Ressalte-se a contribuição atual para a discussão da estratégia democrático-popular do livro A *Estratégia Democrático Popular – um inventário crítico*, de Iasi, Figueiredo e Neves (orgs.) (2019). Sobre a questão do desenvolvimento econômico desse projeto político democratizante, o debate se dá entre as correntes que se filiam historicamente aos programas social-desenvolvimentistas e keynesianos anti-neoliberalismo.

256 Diz Dagnino (2004, p. 142): "Por perversa, me refiro a um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar".

257 Segundo Streeck (2018), apoiado na Teoria Crítica de Frankfurt e na análise econômica macroestrutural, a crise do capitalismo em 2008 demonstrou a antiga tensão entre o capitalismo e a democracia. Sustentando a noção de que as leis econômicas são projeções das relações de poder entre as classes sociais, e de que as crises econômicas são conflitos distributivos, o autor entende que o equilíbrio sociopolítico só é atingido através do desequilíbrio econômico, sendo o adiamento desse problema possível, mas sempre provisório. O arranjo distributivo do pós-guerra, baseado no consumo de massa e políticas de bem-estar, estaria esgotado.

258 O histórico dos direitos modernos da cidadania *vis a vis* a estrutura de classes e o status social foi analisado por Marshall (1967), referindo-se ao caso clássico da Inglaterra durante os Séculos XVIII, XIX e XX. Segundo o autor, em cada um desses séculos emergiram respectivamente os direitos civis, políticos e sociais da cidadania. Enquanto os direitos civis foram úteis à burguesia em ascensão no Século XVIII, os direitos sociais do Século XX abriram uma guerra entre as classes sociais do capitalismo.

259 Sobre a história social e econômica das desigualdades e a evolução da igualdade socioeconômica no Ocidente, ver os trabalhos de Thomas Piketty (2014, 2022).

260 Dentre a literatura que analisa criticamente o neoliberalismo vale ressaltar o de Wendy Brown (2019), que realiza um inventário filosófico, sociológico e político das correntes neoliberais. Sobre o caráter antidemocrático intrínseco à maioria dos autores do pensamento neoliberal, ver Guimarães (2017, 2023).

261 Ver Dossiê: Racionalidade Neoliberal e Processos de Subjetivação Contemporâneos. MEDIAÇÕES, Londrina, v. 25, n. 2, p. 287-301, mai-ago. 2020.

262 "(...) Não existe uma tal coisa [a sociedade]. Há indivíduos homens e mulheres e há famílias, e o governo não pode fazer nada exceto através do povo, e o povo olha em primeiro lugar para si mesmo." THATCHER, Margaret. 1987. 'Interview for "Woman's Own" ("No Such Thing as Society").' *In: Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements*. London. Disponível em: https://www.margaretthatcher.org/document/106689. Acesso em: 12 dez.2023.

263 Embora voltada para a análise comparativa dos regimes democráticos, o conceito dinâmico de desdemocratização de Charles Tilly (Democracia, 2013) é ade-

quado para a análise da erosão das democracias que não ocorrem por meio de golpes clássicos. Sobre a potência heurística do conceito, inclusive para a análise micropolítica de instituições participativas, ver Fedozzi (2022).

264 Vejam-se as relações do Partido Novo com o governo Bolsonaro.

265 Os institutos de pesquisa indicam a ampla permanência do apoio popular a Bolsonaro, mesmo após os acontecimentos golpistas da invasão dos poderes em 8 de janeiro de 2023. Ver IPEC (2023) e PoderData (2023). Para análise dos dados da pesquisa sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, ver Fedozzi (2023c).

266 Consideram-se aqui as diferentes características das interfaces socioestatais criadas pelas instituições participativas e as diversas organizações sociais e movimentos existentes na sociedade civil. Sobre o desmonte das instituições participativas no período Bolsonaro ver Bezerra, Rodrigues e Romão (2021) e Moraes, Silva e Frota (2021). A questão da reconstrução da participação social no Governo Lula III foi abordada por mim em outra oportunidade (Fedozzi, 2023b).

267 Os partidos de direita (centro-direita e extrema direita) detêm a grande maioria dos governos dos 5.570 municípios (com destaque para o PSD, MDB e PP), contra 846 administrações de partidos progressistas e de esquerda, em 2020 (PT, PSB, PcdoB, PDT, PSOL, PV). Disponível em: https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/saiba-quantos-prefeitos-cada-partido-tem-em-cada-estado/. Acesso em: 23 dez. 2023. Apesar do Governo Lula, essa hegemonia foi reafirmada e ampliada nas recentes eleições de 2024, tanto nas cidades de maior porte demográfico, quanto nas cidades médias e pequenas. O PT aumentou ligeiramente o número de prefeituras (de 183 para 248, mas ainda assim abaixo dos 261 eleitos em 2016, ano do golpe contra Dilma). Com o PSB, dá-se o mesmo. Mas PDT, PCdoB, Rede e PSOL encolheram. No cômputo geral, os seis partidos alcançam, com Lula na Presidência, 728 eleitos – 10% a menos do que haviam alcançado sob Bolsonaro, há quatro anos. Ao contrário, os que avançaram são representantes do Centrão e da ultradireita (nas capitais e maiores cidades). PSD (874 eleitos), MDB (843), PP (742), e União Brasil (577), obtendo 54% das prefeituras. O PL, de Jair Bolsonaro, elegeu 510 prefeitos e destaca-se nas capitais. Também é a força principal nas 103 maiores cidades, as que têm segundo turno: venceu 10 e disputará 23 prefeituras. Neste grupo de metrópoles, os seis partidos à esquerda, somados, venceram apenas quatro disputas e estão no segundo turno em 21. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/epreciso-um-governo-lula-3-b/. Acesso em: 18 out. 2024.

268 A queda foi puxada pelo PT, quando após um ciclo de crescimento do número de prefeituras conquistadas, chegando a 644, em 2012, o partido regrediu para 179 prefeituras, em 2020, nenhuma capital, diminuição que começou a ocorrer após o desencadeamento da operação Lava Jato de 2014.

269 Sobre a plataforma da reforma urbana e do direito à cidade, ver a ampla produção acadêmica e social do INCT/CNPq Observatório das Metrópoles (www.onservatoriodasmetropoles.net).

270 Utilizamos aqui uma classificação não sociológica de "classes sociais", referidas apenas pela renda familiar. A classe C se refere à renda mensal domiciliar entre R$ 2,9 mil e R$ 7,1 mil (33,3%) e as classes D e E à renda mensal domiciliar até R$ 2,9 mil (50,7%). A soma percentual da população nos três grupos de renda é de 84%.

271 Sobre o comprometimento dos gastos públicos, ver Singer e Rugitsky (2023).

272 Melo, Marcus André. As emendas orçamentárias são parte de um mau equilíbrio que garantiu alguma governabilidade no pós-88. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2023/12/as-emendas-orcamentarias-sao-parte-de-um-mau-equilibrio-que-garantiu-alguma-governabilidade-no-pos-88.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo/. Acesso em: 10 dez. 2023.

273 A entrada do PP e Republicanos no governo não aumentou o apoio desses partidos no Congresso, segundo levantamento feito pelo Jornal O Globo. Da mesma forma, apesar de terem três ministérios cada um, PSD, União Brasil e MDB, desde o início do mandato de Lula, o índice de apoio não se reflete nas votações. O governo, apesar dos 11 ministérios, precisa continuar negociando no "varejo" a aprovação de cada projeto. Disponível em: https://urbsmagna.com/entrada-do-centrao-em-ministerios-para-mais-apoio-a-lula-no-congresso-nao-adiantou-nada-mostra-o-globo/. Acesso em: 29 dez. 2023.

274 R$ 54 bilhões para o PAC e R$ 53 bilhões para as emendas parlamentares, sendo: emendas individuais– R$ 25 bilhões; emendas de bancadas– R$ 11,3 bilhões; emendas de comissões– R$ 16,7 bilhões. O aumento do valor às emendas retirou R$ 6,3 bilhões do PAC Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/orcamento-e-aprovado-com-fundo-eleitoral-de-r-49-bi-e-corte-no-pac/. Acesso em: 23 dez. 2023.

275 R$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral, representando um aumento de 150% ante os R$ 2 bilhões das eleições municiais de 2020 (cerca de R$ 2,5 bilhões corrigidos pela inflação). Para esses valores foram retirados R$ 6,3 bilhões do PAC. Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/orcamento-e-aprovado-com-fundo-eleitoral-de-r-49-bi-e-corte-no-pac/. Acesso em 23 dez. 2023.

276 Segundo pesquisa da Rede Temática de Saúde do Grupo de Institutos, e Fundações e Empresas (GIFE), intitulada "Emendas na saúde: reduzindo desigualdades", as cidades mais pobres são ignoradas no destino das emendas para o setor. Disponível em: https://gife.org.br/pesquisa-inedita-realizada-pelo-gife-mostra-que-emendas-parlamentares-nao-tem-chegado-a-municipios-mais-carentes-de-atencao-primaria-a-saude/?utm_source=GIFE&utm_campaign=540062785c-EMAIL_CAMPAIGN_2021_09_20_02_58_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_43fead6cd7-540062785c-452784102&mc_cid=540062785c&mc_eid=a3f09dcfba. Acesso em: 23 dez. 2023.

277 Não se supõe aqui uma estratégia de confronto direto do Executivo com o Congresso Nacional, via adoção do OP Nacional, mas um contraponto de práticas baseadas em princípios democráticos e transparentes, que devem marcar o projeto de desenvolvimento democrático-popular e nacional. Da mesma forma, não imaginamos pertinente, na escala demográfica brasileira e na correlação política nacional, a incidência popular sobre a totalidade dos recursos orçamentários, mas sim sobre uma parcela fixada em comum acordo com os principais atores sociais e instituições participativas existentes em nível nacional. Ver a proposta de OP Nacional da Rede Brasileira de OP e do INCT Observatório das Metrópoles (Fedozzi, 2023a).

278 Ver NUNES, Rodrigo. As declinações do "empreendedorismo" e as novas direitas. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/642562-as-declinacoes-do-empreendedorismo-e-as-novas-direitas-artigo-de-rodrigo-nunes?utm_campaign=newsletter_ihu__20-08-2024&utm_medium=email&utm_source=RD+Station/

279 Casos dos ex-presidentes Rafael Correa no Equador e de Pedro Castilho no Peru. O primeiro é explícito quanto à estratégia de subordinação das pautas de gênero às questões econômicas e de classe no combate ao neoliberalismo e às classes dominantes.

280 O PT mira evangélicos de novo após derrapar em tentativas para driblar bolsonarismo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/12/pt-mira-evangelicos-de-novo-apos-derrapar-em-tentativas-para-driblar-bolsonarismo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo/. Acesso em: 15 dez. 2023.

281 Dentre a literatura sobre impactos das novas TICs na vida social, ver Fischer (2023) e Gurri (2023).

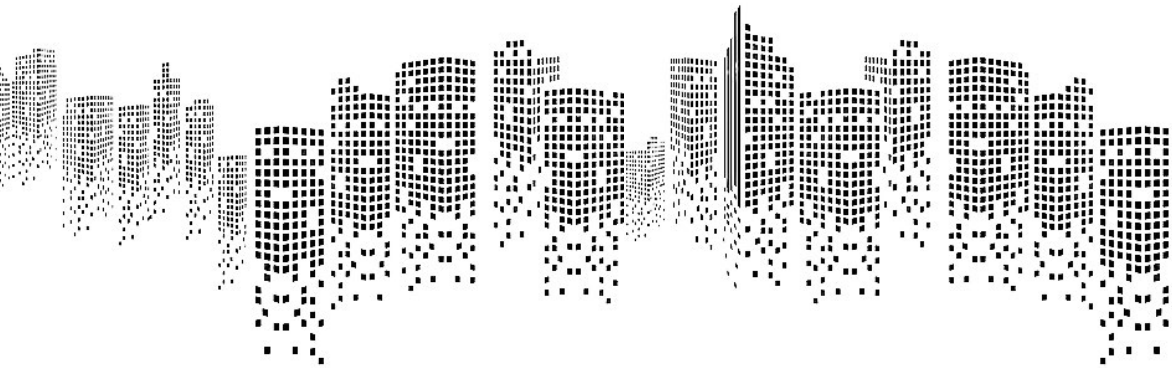
282 Sobre as origens e a caracterização da ideia de pós-verdade, ver Guerra e Barbosa (2017).

283 Um projeto de lei foi apresentado na Câmara dos Deputados com o objetivo de modificar a Lei das Eleições (Lei 9.504), visando proibir o uso da Inteligência Artificial, especialmente para a produção de deepfakes, nas propagandas eleitorais. Esse também foi o foco de uma reunião entre o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e representantes das plataformas de tecnologia. Foram discutidas medidas para conter conteúdos falsos gerados por Inteligência Artificial. Ver a entrevista do pesquisador Marco Schneider sobre a regulamentação de conteúdos falsos e como os três poderes estão respondendo a esse cenário. Disponível em: https://desinformante.com.br/proibir-deepfake-eleitoral/. Acesso em: 14 dez. 2023.

284 É surpreendente a notícia de que o Governo Federal em 2023 não teve política específica e recursos para os meios digitais. Cf. "Comunicação foi principal erro do governo em 2023, diz Pimenta". Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/comunicacao-foi-principal-erro-do-governo-em-2023-diz-pimenta/. Secom gastará R$ 195 milhões em comunicação digital em 2024. Serão escolhidas 4 agências que se revezaram nas campanhas do governo. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/secom-gastara-r-195-milhoes-em-comunicacao-digital-em-2024/.

285 A estratégia baseada na prioridade dos segmentos populares não significa exclusão dos demais grupos, em especial das camadas médias normalmente identificadas como "classe C". Articular prioridade popular e universalidade do projeto é possível e viável, ainda que implique em mais complexidade e flexibilidade tática.

286 Cabe destacar o trabalho do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), como exemplo bem-sucedido de comunicação social e política da sociedade civil no campo democrático e progressista.



Referências

AALBERS, M. The financialization of home and the mortgage market crisis. **Competition and change**, v. 12, n. 2, p. 148-166, 2008.

ABÍLIO, L. C. Uberização e o trabalhador just-in-time. **Trabalho, Educação e Saúde (on line)**, v. 19, 2021.

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas:** individuo y sociedade, v. 18, n. 3, 2019.

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, pp. 12-26, 2020.

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho:** subsunção real da viração, Site Passapalavra, 2017.

ABÍLIO, L. C. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. **Margem Esquerda** - revista da Boitempo, São Paulo, n.36, p. 55-69, 2021.

ABÍLIO, L. C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p.111-126, 2020a.

ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, vol.18, n.03, p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. *In:* ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, p. 111-124, 2020b.

ABÍLIO, L. C. "Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo". *In:* MARQUES, L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2021.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, pp. 26-56, 2021. Disponível em: <https://www.scielo. br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ABÍLIO, L. **Uberização do trabalho:** subsunção real da viração, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 04 set. 2022.

ABÍLIO, L. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 31, p. 54-60, 2018.

ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, 34 (98), 2020, p. 111-126.

ABÍLIO, L. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, v.18, n.3, 2019.

ABRAS. ASSSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. **Ranking Abras/SuperHiper é lançado em evento virtual que reuniu 2 mil pessoas**. 5 de junho de 2020. Disponível em: https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/70791/ranking-abras-superhiper-e-lancado-em-evento-virtual-que-reuniu-2-mil-pessoas. Acesso em: 25 nov. 2020.

ABREU, M. A. Cidade brasileira: 1870-1930. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP GAsPERR, p. 35-44, 2001.

ABREU, M. A. de. (no prelo). A securitização da habitação no Brasil: Perspectivas a partir das operações originadas pela MRV Engenharia S.A. In **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2022.

ACOSTA, A. Después del saqueo: Caminos hacia el posextractivismo. **Perspectivas, Análisis y Comentarios Políticos América Latina**, no. 1, 2015. Disponível em: https://mx.boell.org/sites/default/files/perspectivas_1_version_online.pdf.

ACOSTA, A. Extrativismo y neoextrativismo: dos caras de la miesma maldición. *In:* **Grupo permanente de trabajo sobre Altenativasal Desarrollo**. Más Allá del desarrollo. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.

ACOSTA, A., e E. MARTÍNEZ, eds. **El buen vivir:** Una vía para el desarrollo. Quito: Abya Yala, 2009.

ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativismo: a gestão empresarial de 'comunidades'. *In:* ACSELRAD, H. (Org.) **Políticas territoriais, empresas e comunidades:** o neoextrativismo e a gestão empresarial do 'social'. Rio de Janeiro, Garamond. p.p 33-60, 2018.

ADOUE, S. **Acertando el paso de la coreografía: extractivismo, narcos y militarización**, publicado en Desinformémonos el 21 de marzo de 2024, 2024. Disponível em: https://desinformemonos.org/acertando-el-paso-de-la-coreografia-extractivismo-narcos-y-militarizacion/

AGAMBEN, G. **Estado de exceção:**[Homo Sacer, II, I]. Boitempo Editorial, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Estatístico Aquaviário**. Disponível em: https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/movport.html#pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

AGUIAR, M. A. F.; JUNQUEIRA, L. A. P.; FREDDO, A. C. M. O Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos e o processo de modernização portuária. **RAP**, Rio de Janeiro 40(6), Nov/Dez, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/Ns8mf7tJqPkdDjzG5LQT5XB/?format=pdf

ALTENRIED, M. **The digital factory**. Ph.D. Diss., Goldsmith University, London, 2017.

ALVES, J. E. D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 37, p. 1-18, 2020.

AMARAL, M. S. **Teorias do Imperialismo e da Dependência:** a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katál**, v. 12, n. 2, p. 216-225, jul./dez. 2009.

AMIN, S. **O imperialismo, passado e presente**. Tempo, Rio de Janeiro, no. 18, 2005.

ANACAONA, P. (org.) **Eu sou favela**. Sao Paulo: Editora Nós, 2015.

ANDREUCCI, D.; LAMARCA, M. G.; WEDEKIND; J.; SWYNGEDOUW, E. "Value Grabbing": A Political Ecology of Rent. **Capitalism Nature Socialism**, v. 28, n. 3, p. 28-47, 2017.

ANGLOGOLD ASHANTI. **Edital parcerias sustentáveis 2022:** aponte para o futuro, 2022.

ANP-Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Disponível em: https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/agencia-nacional-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-anp/. Acesso em: out. 2024.

ANTHOPOULOS, L. The rise of the smart city. *In:* Anthopoulos, L. (Org.). **Understanding smart cities:** a tool for smart government or an industrial trick? Public Administration and Information Technology, vol. 22. Springer, p. 5-45, 2017. doi: 10.1007/978-3-319-57015-0_2

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. *In:* ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **Icebergs à deriva:** o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão** - o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era da desantropomorfização do trabalho. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva:** o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARAUJO, C.; BELINELLI, L. A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016). *In:* SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando. **O Brasil no inferno global:** capitalismo e democracia fora dos trilhos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

ARAUJO, T. B. Dinâmica Regional Brasileira : rumo à desintegração competitiva?. *In:* OLIVEIRA, M.A.G. de. (org.). **Política e Contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997, p. 245-298.

ARAVECCHIA B., N.; VEIGA DE CASTRO, A. C. **Urbanização, marginalidade e dependência:** Manuel Castells e Aníbal Quijano entre Europa e América Latina (1950-1970). 8º Congresso Conselho Europeu de Pesquisas Sociais na América Latina, Instituto de Ibero América, Universidade de Salamanca, Salamanca, de 28 de junho a 1º de julho de 2016

ARBOLEDA, M. Circuitos de extração: valor em processo e o nexo de mineração/cidade. In.: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020. pp. 219-44.

ARBOLEDA, M. Circuitos de extração: valor em processo e o nexo mineração/cidade. *In:* RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. (2° Edição – Revista e Ampliada). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

ARBOLEDA, M. Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile. **Investigaciones Geográficas**, n. 56, p. 3-26, 2018.

ARBOLEDA, M. Financialization, totality and planetary urbanization in the Chilean Andes. **Geoforum**, v. 67, p. 4-13, dez. 2015. DOI: 10.1016/j.geoforum.2015.09.016.

ARBOLEDA, M. **Planetary mine**. Territories of extraction under late capitalism. Londres, Verso, 2020.

ARITUA, B., CHIU, H., CHENG, L., FARRELL, S., & DE LANGEN, P. **Developing China's Ports: How the Gateways to Economic Prosperity Were Revived**. The World Bank. International Development in Focus, 2022.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim:** Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing:** Lineages of the 21st century. London: Verso, 2009.

ARRIGHI, G. e SILVER, B.J. **Caos e governo del mondo**. Milano, Bruno Mondadori, 2003.

ARRIGHI, G. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, [1994] 2012.

ARROYO, M. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (Orgs.). **Urbanismo Biopolítico**, Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021.

ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho:** uma abordagem metodológica. 2015. Universidade Estadual de Campinas, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286452/1/Aruto_PietroCaldeirini_M.pdf>

ARUTO, P. C.; TONIN, V. H. O Ciclo do Capital e Renda da Terra Urbana Nas Formações Socioespaciais Dependentes: Determinações Gerais. **Anais II Seminário Nacional de Teoria Marxista:** O capitalismo e suas crises, Uberlândia, p. 1–12, 2016.

Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). **Entrevista com o Secretário Júlio Bueno**, 2015. Disponível em: <http://www.acrj.org.br/noticias/secretario-diz-nao-acreditar-que-2015-seja-ano-promissor-para-crescimento-economico-do-rio-2015-01-05>

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO DE SANTOS – PDZ,** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/planejamento-portuario/plano-de-desenvolvimento-e-zoneamento-pdz/arquivos-pdz/pdz_brssz_julho_2020.pdf

BACEN. **Série histórica dos fluxos de investimento direto** – distribuições por país ou por setor Renda de investimento direto – lucros e dividendos remetidos, 2024b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais

BACEN. Tabelas especias>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. **Banco Central do Brasil**. 2019b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx. Acesso em: 21 Setembro 2020

BACEN. **Taxas de juros básicas** – Histórico. Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic, 2024a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros

BALESTRIN, L. America Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARBOSA, E.E. **Negras lideranças:** mulheres ativistas na periferia de S. Paulo. S. Paulo: Dandara, 2018

BARONE, A.; RIOS, F. (Org). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

BARRETO, B. **Perímetro Urbano**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2017

BARROS, M. F. **Formação e transformação de um bairro e suas identidades:** o Paquetá em Santos-SP. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Produção e gestão do Espaço Urbano. Niterói/RJ, 2007.

Barros, M. F.; Carriço, J. M. (2019). Esvaziamento e transformação morfológica da área central de Santos/SP: gênese e perspectivas. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180100". (https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180100)

BARROS, M.F. **Coordenação Espacial e política urbana:** o zoneamento e o valor da terra na produção da localização residencial em Santos/SP. Tese de doutorado. Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2024.

BASTOS, P.P. **Centro e periferia no padrão ouro-libra**: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? Texto para discussão n. 138. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2008.

BAUWENS, M. KOSTAKIS, V. PAZAITIZ, A. **Peer to peer:** the commons manifesto. London: University of Westminster Press. 104p, 2019.

BAUWENS, M.; NIAROS, V. **Changing societies through urban commons transitions**. P2P: Foundation and Heinrich Boll Stiftung, 2016.

BBC Brasil. **O controverso armazém da Amazon no meio da favela**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58520035>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BCCH. **Informe de estabilidad financiera**. Primer Semestre 2019. Santiago de Chile.

BCCH. **Informe de estabilidad financiera**. Segundo semestre 2018. Santiago de Chile.

BDO, 2021. **Mercado de renta residencial multifamily**. Santiago de Chile. Disponível em: <www.bdo.cl>.

BECK, U. **The brave new world of work**. Nova York, Polity Press, 1996.

BELLUZZO, L. G. Prefácio. *In:* CRIVELENTI E CASTRO, L. **Novíssima dependência:** a subordinação brasileira ao imperialismo no contexto do capitalismo financeirizado. São Paulo: Editora Dialética, 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/novissima-dependencia/. Acesso em: 25 maio 2024.

BELT AND ROAD PORTAL. https://eng.yidaiyilu.gov.cn/. Acesso em: out. 2024

BENANAV, A. Em busca de uma técnica para o pós-capitalismo. **Outras Palavras**. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/em-busca-de-uma-tecnica-para-pos-capitalismo/. Acesso em: 26 fev. 2024

BENVEGNU, C; CUPPINI, N. "Tout le povoir aux ronds points!" Una "lente logistica" sui gilets jaunes, **Alternative per il socialismo**, n. 58, Roma, Castelvecchi, 2020.

BEZERRA, C. de P.; JUNQUEIRA, M. de O. Why has Participatory Budgeting Declined in Brazil? **Brazilian Political Science Review**. Maio 2022.

BEZERRA, C. de P.; RODRIGUES, M.; ROMÃO, W. de M. **Conselhos de Políticas Públicas no governo Bolsonaro:** impactos do Decreto 9.759/2019 sobre a participação da sociedade civil. Área Temática de Participação Política da ABCP - 3ª. Versão Acesso em: 01 out. 2021.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci:** filosofia, história e política. 2 ed. Porto Alegre, Zouk, 2018.

BID, 2024. **Grupo BID propõe seis reformas estruturais para abordar o déficit habitacional na região**. Disponível em: https://idbinvest.org/pt/news-media/grupo-bid-propoe-seis-reformas-estruturais-para-abordar-o-deficit-habitacional-na-regiao. Acesso em: 05 ago. 2024.

BIRCH, K.; MUNIESA, F. **Assetization:** turning things into assets in technoscientific capitalism. Cambridge: The MIT Press, 2020.

BLANK, J. Para uma crítica radical do capital e das suas forças produtivas. **Libertas** (UFJF), v. 11, n. 1, pp. 1-25, 2014.

BLOOMBERG (Naomi Nix, Ben Brody e Lauren Leatherby). "**Uber Beefs Up Lobbying in Pre- IPO** Makeover: The Influence Game." Disponível em <https://www.bloomberg.com/graphics/uber-lobbying-washington-dc-2019/>, acesso: 22 jun. 2019.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e o colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BONACICH, E; WILSON, J. B. **Getting the goods:** ports, labor, and the logistics revolution. Ithaca, Cornell University Press, 2008.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. IBRE/FGV, **Centro de Economia Aplicada:** texto para a discussão, São Paulo, n. 7, mar. 2010.

BONELLI, R.; PESSÔA, S; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. *In:* BACHA, E.; BOLLE, M. B. (org.). **O futuro da indústria no Brasil:** desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BORGES NETO, J. M. **Ruy Mauro Marini:** dependência e intercâmbio desigual. Crítica Marxista, n. 33, p. 83-104, 2011

BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Simbólicas**. S. Paulo, Perspectiva, 2007.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, A. A. Conceitos e Coisas: Robert Castel, A "desfiliação" e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**, v. 2, n. 1, p. 141-157, 2002.

BRANDÃO, C. (Org.). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2018.

BRANDÃO, C. A. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. *In:* de Almeida, A. W. B. (Ed.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo (pp. 101-143). Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 38, p. 45–69, jan. 2017.

BRANDÃO, C. Buscando decifrar o Brasil: as órbitas não-industriais e a natureza oblíqua do processo de acumulação de capitais segundo Carlos Lessa. *In:* LE COCQ, N. V. et al. (Orgs.). **Carlos Lessa, o passado e o futuro do Brasi**l. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ABED/Expressão Popular, p. 83-109, 2023.

BRANDÃO, C. El campo de los estudios urbanos y regionales desde el Sur: anotaciones acerca de los desafíos teóricos y las posibilidades de una reconstrucción teórico-metodológica crítica en la periferia del capitalismo. **Revista EURE** - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, v.144, p.1 - 22, 2021.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, C.; FERNANDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. **Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades:** lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

BRANDÃO, J. C.; VOGT, C. M. **Os efeitos macroeconômicos do superciclo de commodities e a influência da China na economia brasileira**. [s.l: s.n.].

BRASIL **Anuário Mineral Brasileiro:** principais substâncias metálicas. Agência Nacional de Mineração, Brasília: ANM, 2022.

BRASIL. **Decreto 6.025, 212 de janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2007a

BRASIL. **Decreto 6.047, 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de fevereiro de 2007. 2007b

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília DF, 16 de dezembro de 2016, p. 2.

BRASIL. **Lei 11.079, 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de dezembro de 2004, p. 6.

BRASIL. **Lei 12.431, 24 de junho de 2011**. Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de junho de 2011.

BRASIL. **Lei Complementar 87 de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de setembro de 1996. 1996b

BRASIL. **Lei Complementar nº 179 de 24/02/202**1. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). 2017

BRASIL. **Lei nº 9.637 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Ministério de Minas e Energia. **Lei 9.074 de 07 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de julho de 1995, p. 10125.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Lei 9.276, de 9 de maio de 1996**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996-1999 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 de maio de 1996. 1996a

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 1993

BRASIL. **Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de maio de 2000.

BRENNER, N. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 24, p. 535-564, 2010.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2018.

BRENNER, N. **New State Spaces:** Urban Governance and the Rescaling of Statehood. Oxford University Press, 2004. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199270057.001.0001. [Collection: Oxford Scholarship Online].

BRENNER, N.; SCHMIDT, C. Towards a new epistemology of the urban? **City**, v. 19, n. 2-3, pp. 151-182, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **As Três Interpretações da Dependência**. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010

BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n.1, p. 3-19, 2007

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estratégia e estrutura para um novo Estado**. RSP, v. 48, n. 1, 5-25, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, out./dez. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **A reforma do estado nos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Revista Lua Nova no. 45, São Paulo, 1998.

BRINGEL; B.; SVAMPA, M. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». **Nueva Sociedad** N. 306, julio-agosto de 2023.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão Urbana nas Grandes Metrópoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, M. **Participación del sector privado en la producción de vivienda subsidiada en la región metropolitana entre los años 1978 y 2018**. 2020. Universidad de Chile, [s. l.], 2020.

BROWN, T. C. The time of globalization: Rethinking primitive accumulation. **Rethinking Marxism** 21 (4): 571–84, 2009.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BRUNO, M. A. P. e PAULANI, L. M. Developmentalist Policies in Financialized Economies: Contradictions and Impasses in the Brazilian Case. **Revista de Economia Política**, v. 44, n. 2, p. 215-240, abr-jun 2024

C. (Orgs.). **Planejamento Territorial v. 1: reflexões críticas e perspectivas**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 185-219.

CÁCERES, D. M. Accumulation by dispossession and socio-environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change** 15 (1): 116–47, 2015.

CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMPOS, P. H. P. Os Camargo, os Andrade e os Odebrecht: as grandes famílias brasileiras da construção civil. *In:* CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs.). **Os donos do Capital:** A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CANETTIERI, T. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

CANETTIERI, T. Urbanização extensiva e o violento neoextrativismo no Brasil: dez considerações sobre a explosão do conflito social brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, e202417, 2024.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p.831-851, 2012

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil:** 1970-2005. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930. *In:* **Encontro nacional de estudos populacionais da ABEP**, 2., Olinda, 1988. Anais [...], 1988. p. 67-99.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. *In:* **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. 1. ed. Campinas.

CANTAMUTO, F.; SCHORR, M. **América Latina y el mandato exportador**. Publicado en Rebelión el 03 de agosto de 2021. Disponível em: https://rebelion.org/america-latina-y-el-mandato-exportador/

CANTAMUTTO F.; WAINER A.. **Milei sueña ser como Menem, una pesadilla para la mayoría del país**. Publicado en El diarioar el 17 de mayo de 2024. Disponível em: https://www.eldiarioar.com/opinion/tribuna/milei-suena-menem-pesadilla-mayoria-pais_129_11373690.html

CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. *In:* ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, p. 71-98, 2013a

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade:** revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, p.77-84, 2011.

CARCANHOLO, M. D. Elementos de Crítica da Economia Política: Entrevista com Dr. Marcelo Dias Carcanholo. [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. **Rebela**, v.10, n.3, p. 575-596, set./dez. 2020.

CARCANHOLO, M. O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde (on line)**, volume 11, n. 1, p. 191-205, 2013

CARCANHOLO, R. A. Sobre o conceito de mais valia extra em Marx. **Anais do V Encontro Nacional de Economia Política** (Encontro da SEP), Fortaleza. 2000

CARDOSO, A.; JAENISCH, S. Fundo público e investimentos em infraestrutura no Brasil: Uma análise da participação do FI-FGTS durante os governos Lula e Dilma (2007-2017). *In:* **Seminário Internacional Finanças na Produção Imobiliária e de Infraestruturas:** novos processos espoliativos nas cidades latino-americanas, 2019. São Paulo. Caderno de Resumos SEFIIAL. São Paulo: SEFIIAL, 2019.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª edição, [1969]1977

CARDULLO, P.; KITCHIN, R. Smart urbanism and smart citizenship: the neoliberal logic of "citizen-focused" smart cities in Europe. **Politics and Space**, 37:5, pp. 813-830, 2019.

CARIOCA ENGENHARIA. **Quem somos**. Disponível em: https://cariocaengenharia.com.br/quem-somos/#:~:text=Fundada%20em%201947%20com%20o,sub%C3%BArbio%20do%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 29 ago. 2024.

CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. 272p.

CARVALHO HOSKEN. **Sobre nós**. Disponível em: https://www.carvalhohosken.com.br/sobre-nos/ Acesso em: 29 ago. 2024.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade:** Região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 8 mai 2024.

CASILLI, A. O trabalho digital além da uberização. *In:* GROHMANN, R. **Os laboratórios do trabalho digital:** entrevistas. São Paulo: Boitempo, p. 27-32, 2021.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

Castells, M. "La urbanización dependiente en América Latina" (7-26). Castells, M. Coord **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 1973.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 [1972].

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo**. A experiência das Associações de Madri. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, M. **Ruptura**. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

CASTELLS; M. La urbanización dependiente en América Latina. *In:* CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

CASTELLS; M.; VÉLEZ, P. Presentación. *In:* CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

CASTELO, R.; VENTURA, L.; ROCAMORA, G.; GALDINO, H. Padrão de reprodução do capital e questão social no Rio de Janeiro. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 47-61, set./dez, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rep.2024.86523.

CASTIGLIONI, A. H. Transição urbana e demográfica no Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 6-26, abr. 2020.

CASTILLO, M. J.; FORRAY, R. La vivienda, un problema de acceso al suelo. **ARQ** (Santiago), [s. l.], n. 86, p. 48–57, 2014. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-69962014000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=en/

CASTRIOTA, R. "Aqui a Vale é o Estado": Neoextrativismo e autoritarismo na cidade, no campo e na floresta na Região de Carajás. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, 2024.

CCPAR. **Relatórios trimestrais**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ccpar.rio/institucional/transparencia/relatorios-trimestrais/ Acesso em junho 2024.

CECEÑA, E. Meu querido Ruy. *In:* MARTINS, C. E. & SOTELO VALENCIA, A. (org.) **A América Latina e os Desafios da Globalização:** ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009

CEDES. **Cidades Inteligentes:** uma abordagem humana e sustentável. Série estudos estratégicos. Câmara dos Deputados, p. 189-201, 2021.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Cariba). **Integración regional:** Hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas, 2014. Disponível em: www.cepal.org/publicaciones/xml/5/ 52745/Integracionregional.pdf.

CETIC. **Pesquisa TIC – Domicílios 2023**. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação. São Paulo, 2023. Disponível em: https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2022/.

CHATEAU, M. G. **La revolución capitalista de Chile**. 4. ed. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2016.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade** Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, 2002.

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today**. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series), 2016

CHESNAIS, F. La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial oú se prepare la crise a venir. **A L'Encontre**, 30 Septembre, 2019. Disponível em http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html

CHESNAIS, F. The Economic Foundations of Contemporary Imperialism). **Historical Materialism**, v. 15, p. 121-142, 2007.

CHESNAIS, F. et al. **A finança capitalista**. São Paulo, Alameda, 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo, Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo, Xamã, 1998.

CHIAPELLO, E. Financialisation of Valuation. **Human Studies**, 38(1), 13–35, 2015. https://doi.org/10.1007/s10746-014-9337-x

CHRISTOPHERS, B. **Our lives in their portfolios:** why asset managers own the world. London: Verso, 2023.

CHRISTOPHERS, B. **Rentier capitalism:** who owns the economy, and who pays for It? London: Verso, 2020.

CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n.12, p.87-106, 2003

CISCO. **Conectando dados, sensores e aplicações:** Cisco Kinetic para Cidades Inteligentes. Cisco, 16p, 2017.

CLOVER, J. **Riot**. Strike. Riot. The new era of uprisings. Londres, Verso, 2016.

COELHO, T. **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, vol. 1, n. 3, 2017. Acesso: https://www2.ufjf.br/poemas//files/2017/04/Coelho-2017-Min%c3%a9rio-depend%c3%aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf

COELHO, T. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, 22(41), 252–267, 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Observatorio Demográfico.** La dinámica demográfica de América Latina y su impacto en la fuerza de trabajo. (LC/PUB.2023/26-P). Santiago: 2023.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). **Bases de dados e publicações estatística** (Cepalstat), 2015. Disponível em: http://comtrade.un.org/.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**. São Paulo, N-1 Edições, 2016.

COMUNICADO DE GOBIERNO. **La Administración General de Puertos inicia las actividades conjuntas con el Cuerpo de Ingenieros del Ejército de Estados Unidos**. Publicada em Argentina.gob.ar el 7 de marzo de 2024. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-administracion-general-de-puertos-inicia-las-actividades-conjuntas-con-el-cuerpo-de

CONTEL, F. O papel dos bancos e do crédito na economia urbana dos países periféricos. n: BALBIM, R. ARROYO, M.; SANTIAGO; C. (Orgs). **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. IBrasília: IPEA, 2023.

CORRÊA, B. **Produção da habitação e produção de cidades:** A trajetória econômica e espacial da MRV Engenharia e a construção de um grupo econômico de atuação multiescalar, (2021).

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Vol. 174. Ática, 1989.

CORTÉS, A. Aníbal Quijano: Marginalidad y urbanización dependiente en América Latina. **Polis Revista Latinoamericana** 46 | 2017 Las amenazas y desafíos de la democracia

COSTA, A. M. de A. **O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de luta dos camponeses impactados pelo Projeto Minas-Rio**. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro-(UERJ)/ Faculdade de Serviço Social (FSS), Rio de Janeiro, RJ, 2018.

COUTO, E.; COSTA, A. Trajetória histórica da empresa mineração Morro Velho. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**. São Paulo, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

COWEN, D. **The deadly life of logistics:** mapping violence in the global trade. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2014.

CRIVELENTI, L. C. **Novíssima dependência:** a subordinação brasileira ao imperialismo no contexto do capitalismo financeirizado. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

CROUCH, C. Privatised Keynesianism: An unacknowledged policy regime. **British Journal of Politics and International Relations** 11 (3): 382–99, 2009.

CRUZ, J. L. V. da; TAVARES, É. O desenvolvimento urbano e regional do Norte Fluminense: "o futuro para além do petróleo". *In:* RIBEIRO, L. C. de Q.; TAVARES, É.; MEZA, H.; MESQUITA, W. (Orgs.). **Desenvolvimento Urbano e Governança:** para uma agenda do Norte Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

CRUZ, J. L. V. Dinâmica socioeconômica e territorial no estado do Rio de Janeiro contemporâneo. In GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Angela Moulin S. Penalva (Orgs.), **Saúde e políticas sociais no Rio de Janeiro** (pp. 23-62). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

CRUZ, J. L. V. Norte Fluminense/RJ: desenvolvimento e impactos na estrutura do mercado de trabalho. *In:* Mores, C. A. de S.; Mendes, J. T. N. (Orgs.). **A Questão Social no Norte Fluminense:** expressões e enfrentamentos. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). IPPUR/UFRJ, 2003.

CRUZ, J. L. V.; TERRA, D. **Indústria Extrativa Petrolífera Fluminense e Limites ao Desenvolvimento Regiona**l. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 7, 2015.

CUNHA, J. M. P. da. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina**. CELADE-FNUAP: Serie Población y Desarrollo, n. 30, 2002.

CUNHA, V; PEDROSA, R. Gargalo da capacidade portuária de contêiners em Santos . **Observatório Portuário** vol. 2 nº 2, Santos, São Paulo, 2023.

CUPPINI, N. A cidade enquanto sistema logístico. **Lugar Comum**. Rio de Janeiro, n. 52, pp. 299-310, 2018.

CUPPINI, N. The Globalized City as a Locus of the Political: Logistical Urbanization, Genealogical Insights, Contemporary Aporias. *In:* ENRIGHT, T.; ROSSI, U. (eds.). **The Urban Political: Ambivalent Spaces of Late Neoliberalism**. New York: Palgrave MacMillan, 2018. P. 65-80.

CUPPINI, N.; FRAPPORTI, M.; PIRONE, M. When cities meet platforms: towards a trans-urban approach. **Digital Geography and Society**, v. 3, 2022, p. 1-5.

CVM. **Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM**, 2024. Disponível em: https://sistemas.cvm.gov.br/port/redir.asp?subpage=ofertaanalise/

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade**, n. 5, outubro 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. *In:* DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz & Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DANTAS, M.; MOURA, D.; RAULINO, G.; ORMAY, L. (Org.). **O valor da informação:** de como o capital se apropria do trabalho na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DANYLUK, M. **Capital's logistical fix:** Accumulation, globalization, and the survival of capitalism. Environment and Planning D: Society and Space, v. 36, n. 4, p. 630-647, 2018.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **Never Ending Nightmare:** The Neoliberal Assault on Democracy. London; New York: Verso, 2019

DARDOT, P. **Neoliberalismo e autoritarismo**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-autoritarismo/. Acesso em: 19 mar. 2021.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIDOVICH, F. A "volta da metrópole" no Brasil: referências para a gestão territorial. *In:* RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Metrópoles:** entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Perseu Abramo; FASE, 2004.

de Almeida, É. T. V., & da Cruz, J. L. V. Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ. **Novos Cadernos NAEA**, 24(2), 2021.

DE STAVOLA, F. **Al sur de la plataforma:** trabajo y capital en la APP latinoamericana Rappi. Tese de doutorado. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

DE STAVOLA, F. El smartphone de Foucault: poder, trabajo y subjetividad en las plataformas digitales de entrega a domicilio: el análisis de la app latinoamericana Rappi. **Arxius de Ciències Socials**, n. 44, pp. 49-64, 2021.

DEL FRADE, C. **El origen del poder narco en Santa Fe**. Pelota de trapo. Publicado el 5 del 1 del 2015. Disponível em: https://pelotadetrapo.org.ar/el-origen-del-poder-narco-en-santa-fe-2/

DELFANTI, A. Machinic dispossession and augmented despotism: digital work in an Amazon warehouse. **New Media & Society**, v. 23, n. 1, pp. 39-55, 2021.

DELGADO Y. F.; RUIZ, A. M. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción, **Polis** [En línea], 37 | 2014, Publicado el 07 mayo 2014, consultado el 30 abril 2019. URL : http://journals.openedition.org/polis/9891

DELGADO, G. N.; CARVALHO, B. V. **Breque dos Apps:** direito de resistência na era digital. *In:* Le monde diplomatique, Brasil. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/breque-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/. Acesso em: 12 ago. 2024.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Allegre: Ed. UFRGS, 2012. 142 p.

DENEAULT, A. "As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas". *In:* ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do 'social'.** Rio de Janeiro, Garamond, pp. 13-32, 2018.

DENNING, M. Wageless life. **New Left Review**, n. 66, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Movimentação do mercado de trabalho: rotatividade, intermediação e proteção ao emprego**. São Paulo: DIEESE, 2017. 104 p.

DIÁRIO DO LITORAL. **Ministério Público recebe relatório de impacto da dragagem do Porto de Santos**, 2023. Disponível em: https://www.diariodolitoral.com.br/santos/ministerio-publico-recebe-relatorio-de-impacto-da-dragagem-do-porto-de/168225/

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A.. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

DINIZ, N. **Porto Maravilha:** antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Letra Capital, 2014.

DINIZ, N.; GONÇALVES, P. P. As cidades dos galpões. Dinâmica e contradições da urbanização logística. **E-Metropolis**. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. No. 49, 2022.

DOMÍNGUEZ, J. et al. **Financiamiento del mercado de vivienda en América Latina y el Caribe**. IDB, 2017.

DONÁDIO, T. Theorising social justice within the smart city: expanding urban paradigms by the notion of the right to the city. **Public Policy Portuguese Journal**, 8:1, pp. 10-20, 2023.

DÖRRE, K. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Niterói, 1998. (mimeo).

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência:** Balanço e perspectivas (Obras Escolhidas de Theotonio Dos Santos). Florianópolis: Insular Livros, 2020.

DOS SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

DOWBOR, L. O ocaso do capitalismo. **Outras Palavras**, 2022. Disponível em: https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-ocaso-do-capitalismo-segundo-ladislau-dowbor/. Acesso em: 17 jun. 2023.

DUCCI, M. E. Chile: el lado obscuro de una política de vivienda exitosa. **EURE**, [s. l.], v. XXIII, n. 69, p. 99–115, 1997.

DUCRUET C. The geography of maritime networks: a critical review. **Journal of Transport Geography**, 88: 102824, 2020.

DUCRUET C., ITOH H., BERLI J. Urban gravity in the global container shipping network. **Journal of Transport Geography**, 85: 102729, 2020.

DUCRUET, C.; ITOH, H. Spatial network analysis of container port operations: the case of ship turnaround times. **Journal of Transport Geography**, hal-04159808, 2022.

DUPLAT, Ana María Vasquez. **Extractivismo urbano:** debates para una construcción colectiva de las ciudades. Buenos Aires: Ceapi; El Colectivo; 2017.

DURAND, C. **Le capital fictive:** Comment la finance s'approprie notre avenir. Paris: Éditions Les Prairies Ordinaires, 2015.

DUTRA, J. C.; SAMPAIO, P. R. P. **20 anos de concessões em infra-estrutura no Brasil**. FGV. 2017.

DYER-WITHEFORD, N. **Games of empire:** Global capitalism and video games. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

EASTERLING, K. **Extrastatecraft**. The power of Infrastructure Space. Londres, Verso, 2014.

EIRAS, Y. **BTG compra a Vila Olímpica do Rio**. Correio da Manhã, 2024. Disponível em: https://www.correiodamanha.com.br/rio-de-janeiro /2024/07/146887-btg-compra-a-vila-olimpica-do-rio.html/

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e RegionaiS**, V. 1 3 , N. 2 / 2011.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. *In:* OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 19-56.

ELIAS, D. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v. 1, n.8, p. 29-51, 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Elias.PDF.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. *In:* FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **O espaço e a metropolização***:* cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 587-509.

ELIAS, D., & PEQUENO, R. (Re)estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, 17(35), Article 35, 2015. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13727

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.1, p. 25-39, 2007. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/ view/168

ELIAS, D. Agronegócio e Seletividade Espacial: uma região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido. **Espaço Aberto** (PPGG – UFRJ), v. 14, p. 57-76, 2024.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia**, v. 39, p. 290-305, 2022a. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811

ELIAS, D. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. *In:* ARROYO, M; SILVA, A. M. B. (Org.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022d. p. 113-135. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/997.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022b. Disponível em: https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929.

ELIAS, D. Formas-conteúdo e nós do agronegócio no Brasil. Reflexões para debate. GeoUERJ, v. 1, p. 2-19, 2023.

ELIAS, D. Interações entre o rural e o urbano a partir do agronegócio globalizado e desenvolvimento regional. *In:* SILVEIRA, R. L. L. da; FELIPPI, A.C.T. (Orgs.). **Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios**. Florianópolis: Insular, 2018. p. 117-134.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GeoUsp** *Espaço e Tempo* (Online), v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021a. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640.

ELIAS, D. O alimento mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, n. 1, 2021b. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre Cidades do Agronegócio. **Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022c. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/63811.

ELIAS, D. Psicosfera e mitos do agronegócio no Brasil. *In:* PEREIRA JR, E. A.; CASTILHO, D.; BUFFALO, L.; ZANOTELLI, C. L.; FRATINI, N. **Geografias da Economia Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024b. 592p.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Faces contemporâneas da urbanização e do urbano no Brasil: um caso do Semiárido. **Revista Cidades**, v. 15, p. 62-87, 2023. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/13642

EMMANUEL, A. **Unequal Exchange** - A Study of the Imperialism of Trade. New York; London: Monthly Review Press, [1969]1972

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

EPL. **Relatório Executivo PNL 2025**. Empresa de Planejamento e Logística e Ministério de Infraestrutura. Disponível em: https://portal.epl.gov.br/plano-nacional-de-logistica-pnl. Acessado em março de 2022. 2021

EPL. **Relatório Executivo PNL 2035**. Empresa de Planejamento e Logística e Ministério de Infraestrutura. Disponível em: https://portal.epl.gov.br/plano-nacional-de-logistica-2035. Acessado em fevereiro de 2021. 2021

EQUIPO TRANSICIONES. 2024. **Lineamientos para una transición ecosocial en la argentina**. Julio de 2024. Disponível em: https://rosalux-ba.org/wp-content/uploads/2024/07/Equipo-Transiciones-Lineamientos-para-una-Transicion-Ecosocial.pdf

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. En Mato, D. (Coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización** (pp. 17-31). Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.

EUROSTAT. **Die Europäische Kommission**. Aggregations of manufacturing based on NACE Rev. 2, [s.d.]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/Annexes/htec_esms_an3.pdf. Acesso em 1º maio 2023.

EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo, jul. 2016, 2016.

EXTRA. **Aplicativo Moto.Rio começa a funcionar para passageiros em toda a cidade**. Entenda. Extra, 21 jul 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/noticia/2023/07/aplicativo-motorio-comeca-a-funcionar-para-passageiros-em-toda-a-cidade-entenda.ghtml>. Acesso em: 9 mai 2024.

EXTRA. **Mototaxista vira profissão legalizada no Rio, cidade com mais de 100 mil trabalhadores**. Extra, 05 nov. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/emprego/mototaxista-vira-profissao-legalizada-no-rio-cidade-com-mais-de-100-mil-trabalhadores-24063422.html>. Acesso em: 7 maio 2024.

FARIA, N. da S. et al. Dinâmicas sócio-espaciais das Cidades Médias e do Agronegócio no norte do estado de Mato Grosso: o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. **Revista Geoaraguaia**, v. 13, n. especial, p. 1-24, 2023.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 29, p. 98-119, mar. 1991.

FARIAS, F. P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n.28, p.81-98, 2009.

FAUSTINI, M. V. **Guia afetivo da periferia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo Digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2003.

FEDOZZI, L. **A invasão dos poderes em Brasília** – qual o tamanho do movimento golpista? O que diz a primeira pesquisa de opinião. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-invasao-dos-poderes-em-brasilia/. Acesso em: 07 fev. 2023.

FEDOZZI, L. Democratizar a democracia para reconstruir a Nação. *In:* Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023b.

FEDOZZI, L. FURTADO, A. e RALGEL, R. Participatory Budgeting in Brazil: Elements for a Brief Evaluation. *In:* Dias (org.), **Hope for Democracy:** 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide, Hope for Democracy. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Lisboa: Epopeia Records and Oficina. 2018

FEDOZZI, L. **Orçamento Participativo alia democracia, cidadania ativa e justiça urbana**. Observatório das Metrópoles. (29/06/2023a). Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/orcamento-participativo-op-alia-democracia-cidadania-ativa-e-justica-urbana/

FEDOZZI, L. Porto Alegre deixou de comemorar sua democracia participativa. **Brasil de Fato**. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2022/04/13/artigo-porto-alegre-deixou-de-comemorar-sua-democracia-participativa-parte-1. Acesso em: 13 abr. 2022.

FELTRAN, G.; BERTELLI, G. B. (orgs). **Vozes à margem.** Periferias, estética e política. São Carlos: EDUFSCar, 2017.

FELTRAN, G.; BERTELLI, G. B.; CUNHA, N. **Sobre Periferias.** Novos Conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Lamparina, 2014.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Rev. Sociol. Polit**., 19 (supl.1), 105-130, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400008.

FERNANDES, B.; PEREGALLI, A.; CANETTIERI, T. Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo. **Cadernos Metrópoles**, v. 26, n. 59, jan./abr. 2024, p. 97-121.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociologica. 3. ed Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, c1987. 413 p. (Biblioteca de ciências sociais). Bibliografia: p.[367]-413.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**. Salvador, v. 11 no. 1, 2019.

FERNANDEZ, R.; AALBERS, M. B. Housing financialization in the Global South: In search of a comparative framework. **Housing Policy Debate**, 30(4), 680–701, 2020.

FERRARI, T. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Coletivo Editorial, 2008.

FESTI, R; GONTIJO, L.; GONÇALVES, N.; FRAGOSO, L. Que pensam os entregadores sobre a regulação laboral? **Outras Palavras**, 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-que-pensam-os-entregadores-da-regulacao-laboral/?s=08. Acesso em: 14 ago 2023.

FFRENCH-DAVIS, R. **Reformas económicas en Chile 1973 - 2017**. 1. ed. Santiago de Chile: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In Basualdo, Eduardo M., Acero, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes.** Tendencias globales y experiências regionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf.

FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. *In:* CASTRO, I. S. B. **Novas interpretações desenvolvimentistas** (pp. 371-450). Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FIORAVANTI, L.; MARTINS, F.R.; RIZEK, C.S. Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário. **Cadernos Metrópole**, 26 (59), São Paulo, p. 69-96, 2024. doi: 10.159/2236-9996.2024-5904.

FIORI, J. L. A Globalização e a Novíssima Dependência. *In:* FIORI, J.L. **Em Busca do Dissenso Perdido**. Rio de Janeiro: Insight, p. 215-229, 1995.

FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. **Série Textos para Discussão**, n. 343. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995.

FIORI, J. L. A propósito de uma "Construção Interrompida". **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 1-19, jun. 2000.

FISHER, M. **A máquina do caos:** como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Todavia, São Paulo, 2023.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FIX, M. O complexo imobiliário-financeiro no Brasil: uma análise das transformações recentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, p. 23-44, 2011.

FLORIDA, R. **Cities and the creative class**. Nueva York: Routledge. 2005.

FOBRASEP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 16. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Faltam casas e sobram vagas nas cidades dos galpões**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/faltam-casas-e-sobram-vagas-nas-cidades-dos-galpoes.shtml>. Acesso em: 11 de mai. 2022.

FONSECA, N. R. R. **Sobre duas rodas:** o mototaxi como uma invenção de mercado. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2005.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo - **Revista do NIEP-Marx**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. p. 45-67, jul. 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220.

FONTES, V. **Gramsci, Estado e sociedade civil:** anjos, demônios ou lutas de classes? Revista Outubro, n. 31, 2018.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. **Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica**. Observatório Social de América Latina. CLACSO. Ano VII, n. 19, pp. 341-350, 2006.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, la genealogía, la historia**. Valencia, Pre-Textos, 2004.

FRANCO, G.H.B. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

FRANK, A. G. O Desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.

FRASER, N. Behind Marx's hidden abode: For an expanded conception of capitalism. **New Left Review** 86 (March–April): 55–72, 2014.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

FURTADO, C. **Brasil:** a construção interrompida, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **A Nova Dependência** - Dívida Externa e Monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1961]2009

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1959]2006

FURTADO, C. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **La nueva dependencia:** deuda externa y monetarismo. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

G1. **Paes diz que vai proibir Uber Moto no Rio:** 'Querem tirar dinheiro agora dos mototaxistas', G1 Rio de Janeiro, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/05/paes-diz-que-vai-proibir-uber-moto-no-rio-de-janeiro-querem-tirar-dinheiro-agora-dos-mototaxistas.ghtml.> Acesso em 9 mai. 2024.

GAGGERO, A. & WAINER, A. Los años noventa: el fin del sueño de una burguesía nacional. En Schorr, Martin (Ed.). **El viejo y el nuevo poder económico en la Argentina: del siglo XIX a nuestros días** (pp. 143-168). Siglo XXI, 2021.

GAGO, V. **A razão neoliberal:** economias barrocas e pragmática popular. São Paulo, Elefante, 2018.

GAGO, V. Financialization of popular life and the extractive operations of capital: A perspective from Argentina. Trans. L. Mason-Deese. **South Atlantic Quarterly** 114 (1): 11–28, 2015.

GAGO, V. **Neoliberalism from below.** Popular Pragmatics and Baroque Economies. Durham, N.C.: Duke University Press, 2017.

GAGO, V., E SZTULWARK, D. The temporality of social struggle at the end of the "progressive" cycle in Latin America. **South Atlantic Quarterly** 115 (3): 605–14, 2016.

GAGO, V.; MEZZADRA, S. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. **Rethinking Marxism:** a Journal of Economics, Culture & Society, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.

GAGO, V.; MEZZADRA, S. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización, Nueva Sociedad, n. 255, 2015.

GARCÍA LINERA, Á. **Geopolítica de la Amazonía:** Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista. Vicepresidente del Estado Plurinacional, Bolivia, 2012. Disponível em: https://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/geopolitica_de_la_amazonia.pdf.

GARCIA, T., & AGUIAR, M. (no prelo). **Os conflitos pela terra:** Processos jurídicos e administrativos de assentamentos precários em Ribeirão Preto. In A cidade em portfólio: Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

GARCIA, T., AGUIAR, M., & ZAMBONI, D. (no prelo). Salto da escala da habitação do segmento econômico: A produção massiva no Minha Casa, Minha Vida. In **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

GARCÍA-LAMARCA, M.; KAIKA, M. "Mortgaged lives": the bio politics of debt andhousing financialisation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 41, n. 3, p. 313-327, 2016.

GENTILI, D. **Seria a crise uma forma de governo?** Entrevista a Andrea Bonzo. IHU. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/seria-a-crise-uma-forma-de-governo/ Publicado em: 06 set. 2023.. Acesso em: 29 dez. 2023.

GERCHUNOFF, S. **La crisis de la democracia como melancolia**. Disponível em: https://nuso.org/articulo/308-tesis-sobre-la-crisis-de-la-autoridad-en-el-nuevo-milenio/ https://nuso.org/articulo/crisis-democracia-melancolia/ - Nuso n. 298/Marzo-Abril 2022.

GERMANI, G. La ciudad como mecanismo integrador. **Revista Mexicana de Sociología**, 29 (3), 387-406, 1967.

GIOVANAZ, D. Raio X: onde estão os 3,9 milhões de hectares sob controle estrangeiro no Brasil. **Brasil de Fato**, 18 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/raio-x-onde-estao-os-3-9-milhoes-de-hectares-sob-controle-estrangeiro-no-brasil. Acesso em: 8 set. 2022.

GOBETTI, S. W. Federalismo fiscal e petróleo no Brasil e no mundo. **Texto para discussão**, nº 1669. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1163/1/td_1669.pdf .

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo: Loyola, 1997.

GOMIDE, C. S. G. et al (orgs.) **Dicionário crítico da mineração**. Marabá, PA: Iguana, 2018.

GONÇALVES, A.; NUNES, L.A. **Grande Porto.** A modernização no Porto de Santos. São Paulo: Realejo Livros Edições, 2008

GONÇALVES, A. **Os vira-latas da madrugada**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GONCALVES, G.L.; COSTA S. **Um porto no capitalismo global:** desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONÇALVES, R. **O Direito à Cidade:** o caso da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Mimeo, 2014.

GONÇALVES, R. Redução das desigualdades de renda no governo Lula: análise comparativa. In Salvador, E.; Behring, E.; Boschetti, I.; Granemann, S. **Financeirização, Fundo Público e Política Social** (13-30). São Paulo: Cortez, 2012.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. *In:* RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**, p. 25-44. São Paulo, Zahar, 2020 [1979a].

GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GORZ, A. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOVERNO FEDERAL – **Relatório da Plataforma Brasil Participativo**. Disponível em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/pages/relatoriodaplataforma/ Acesso em: 16 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Pix se consolida como meio de pagamento mais usado pelos brasileiros. Serviços e Informações do Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/11/pix-se-consolida-como-meio-de-pagamento-mais-usado-pelos-brasileiros/. Acesso em: 04 jan. 2024.

GOWAN, P. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003

GRAHAM, M. Regulate, replicate and resist - the conjunctural geographies of platform urbanism. **Urban Geography**, v. 41, n. 3, pp. 453-457, 2020.

GRAHAM, M.; ANWAR, M. A. Trabalho digital. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, p. 47-58, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** - volume 3. 9. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.

GRAPPI, G. **Logistica**. Roma, Ediesse, 2016.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **Matrizes**, vol. 16, 2022.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In:* ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo, 2020.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In:* SCHULDT, J.; ACOSTA, A.; BARANDIARÁN, A.; BEBBINGTON, A.; FOLCHI, M.; CEDLA – Bolivia; ALAYZA, A.; GUDYNAS, E. **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito, Ecuador: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social. p. 187-225. 2009. [Serie Cuadernos de Capacitación].

GUDYNAS, E. **Sostenibilidad, políticas gubernamentales y modelos de desarrollo en América latina**. Observatorio de la Sostenibilidad, 2014. Disponível em: http://ambiental.net/wp-content/uploads/2015/12/GudynasSostenibilidadDesarrolloProgresismo14R.pdf.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *In:* LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond & IRD, 2012.

GUERRA, A.; BARBOSA, C. *In*. GUARESCHI et al. **Psicologia, Comunicação e Pós-verdade**. Ensaio 4 - Crítica e Pós-Verdade, p. 101-160. Florianópolis: 2017.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [1982].

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. *In:* BARONE, A.; RIOS, F., Org. **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018, p.49-76).

GUIMARÃES, D.C.R.; SEGOLO, L.M. Desafios de uma cidade portuária: reflexões sobre as condições atuais da relação porto-cidade em Santos (SP). **Oculum Ensaios Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Campinas, v. 26, 2024.

GUIMARÃES, J. **Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018**. Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2017/07/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/

GUIMARÃES, J. **Uma nova "guerra fria"** - O neoliberalismo é uma linguagem política de extrema direita. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-autoritarismo/ Acesso em: 03 jan. 2023.

GUIRONNET, A., & HALBERT, L. **L'empire urbain de la finance:** Pouvoir et inégalités à l'ère du capitalisme de gestion d'actifs. Editions Amsterdam, 2023.

GUNDER FRANK, A. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. *In:* PEREIRA, L. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GURRI, M. "Una tesis sobre la crisis de la autoridad en el nuevo milênio". **Nueva Sociedade**, 2023.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. **Rhythms of the Pachakuti:** Indigenous uprising and state power in Bolivia. Trans. S. A. D. Skar. Durham, N.C.: Duke University Press, 2014.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 82, p. 11-33, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S.; LUMLEY, B.; McLENNAN, G. Política e Ideologia: Gramsci. *In:* CENTRE FOR CONTEMPORAY CULTURAL STUDIES (org.). **Da ideologia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

HAN, B. C. **Infocracia:** Digitalização e a crise da democracia. Vozes, 2022.

HARDOY, J. E.; MORENO O. A. "Primeros pasos de la reforma urbana en América Latina" (439-464). CASTELLS, M. Coord **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 1973.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Assembly**. A organização multitudinária do comum. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2018.

HARNEY, S.; MOTEN, F. T**he undercommons:** fugitive planning and black study. Wivenhoe, Minor Compositions, 2013.

HAROOTUNIAN, H. **Marx after Marx:** History and time in the expansion of capitalism. New York: Columbia University Press, 2015.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992 [1989].

HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. *In*: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A pandemia expôs os muros invisíveis erguidos pelo capitalismo nas grandes metrópoles. **Jacobin Brasil**. 2020. Disponível em: https://jacobin.com.br/2020/07/a-pandemia-expos-os-muros-invisiveis-erguidos-pelo-capitalismo-nas-grandes-metropoles/ . Acesso em: 24 jul. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes:** del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Editorial Akal, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito, Editorial IAEN, 2014.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *In*. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

HARVEY, D. **El "nuevo" imperialismo:** acumulación por desposesión. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 6ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capita**l. São Paulo: Boitempo , 2013.

HARVEY, D. **Rebel cities:** from the right to the city to the urban revolution. London and New York: Verso, 2012.

HARVEY, D. 'The Environment of Justice', in Justice, **Nature and the Geography of Difference**, Malden, MA: Blackwell, pp. 366-402, 1996.

HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. **The urban experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HARVEY, D. **Espacios del capital:** hacia una geografia critica**.** Madrid: Akal, 2009.

HEILAND, H. Workers' voice in platform labor: an overview. **WSI Study**, n. 21. Dusselforf, Hans-Böckler Stifung, 2020.

HELGI LIBRARY. **Mortgage Loans (As % of GDP)**. Disponível em: https://www.helgilibrary.com/indicators/mortgage-loans-as-of-gdp/ Acesso em: 29 ago. 2024.

HILDYARD, N. **Licensed larceny**. Infrastructure, financial extraction and the global South. Manchester, Manchester Capitalism MUP, 2016.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), [1910]1985

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, 37 (1), p. 189-207, jan./mar. 2017.

HOLLANDS, R. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? **City**, 12:3, pp. 303-320, 2008.

HOWES, G. Corrupção normativa (uma visão jurídico-antropológica. **GGN**, 17 jun. 2021. Disponível em: https://jornalggn.com.br/artigos/corrupcao-normativa-uma-visao-juridico-antropologica-por-guilherme-howes/. Acesso em: 11 mai. 2023.

HOYLE. B."The port-city interface: trends, problems, and examples". **Geoforum**, Amsterdã, n 4. Pp. 429-435, 1989.

HUMS, U. Logged labour: a new paradigm of work organisation? **Work organisation, Labour & Globalisation**, v. 10, n. 1, pp. 7-19, 2016.

HUNTINGTON, S. **The third wave democratization in the late twentieth century**. Oklahoma: University of Oklahoma, 1991.

IASI, M., FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. (orgs.) **A Estratégia Democrático Popular** – um inventário crítico. Marilia: Lutas Anticapital, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais** – 2002 a 2020. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual** – 2007 a 2020. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios** – 2002 a 2020. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em março de 2023. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ff8e6a83c0334e05af29552a3a306530.pdf> Acesso em: 7 maio 2024.

IBGE. **População estimada**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1. De julho de 2017.

IBGE. **População no último censo:** Censo Demográfico 2010.

IFFLY, C. **Transformar a metrópole:** Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em são paulo 1970-2000. São paulo: Editora Unesp, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2018**. IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2015). **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos, 2023. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População do país vai parar de crescer em 2041**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041, 2024. Acesso em: 26 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades** (REGIC). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA:** Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/ Acesso em: 15 mar. 2024.

INTELEGO-LATAM (2013). **Competing with China in Latin America**. Disponível em: http://intelego-latam.blogspot.com.br/2013/08/competing-with-china-in-latin-america.html.

INTO THE BLACK BOX. **Manifiesto de crítica logística**, 2018. Disponível em: http://www.intotheblackbox.com/manifesto/manifiesto-de-critica-logistica/. Acesso em: 6 mar 2023.

IPEADATA. Produto interno bruto a preços de mercado: índice (base 2010 = 100). **IPEADATA**, 2019. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 21 Setembro 2020.

IPEC - **Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos Brasil**. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/12/Ipec-avaliacao-Lula-5dez-2023.pdf/ Acesso em: 23 dez. 2023.

ITU. (s.d.). Statistics. **International Telecommunication Union** (United Nations). Disponível em: https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx. Acesso em: 15 jan. 2024.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**. Lisboa, Antígona, 2006.

JARA HOLLIDAY, O. **El aporte de la sistematización a la renovación teorico-pratica de los movimientos sociales**. São José: Alforja, 1998.

JARA HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiências**. São José: Alforja, 1994.

JARAMILLO, S. **Hacia una teoria de la renta del suelo urbano**. 2. ed. Bogotá: Uniandes, 2010.

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC)**: neodesenvolvimentismo?. São Paulo: Editora Unesp. 199 p. 2015.

JESSOP, B. Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a polanyian perspective. *In:* BUĞRA, A.; AĞARTAN, K. (Org.). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century:** market economy as a political project. New York: Springer, 2007.

JONES, O. **As causas reais do declínio do Ocidente**. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ascausas-reais-do-declinio-do-ocidente/ (12/04/2023). Acesso em: 12 abr. 2023.

JORDÁN, R.; RIFFO, L.; PRADO, A. **Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe**. Dinámicas y desafíos para el cambio estructural. Santiago, Cepal, 2017.

JOSEPH, G. et al. Responsabilidade Social Corporativa e índices de sustentabilidade: um estudo dos ativos tangíveis e intangíveis à luz da visão baseada em recursos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 73-88, 2018.

KALINOSKI, R.; PROKOPIUK, M. Financeirização da moradia via fundos de investimento imobiliário em metrópoles brasileiras. **EURE** (Santiago),v. 49, n. 148, 2023.

KATO, K.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 452-483, 2020.

KATZ, C. **A Teoria da Dependência** - 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020

KELAVA, M. **The lending ripple**: how libraries of things are changing their cities for the better. Shareable, 2020. Disponível em: https://www.shareable.net/the-lending-ripple-how-libraries-of-things-are-changing-their-cities-for-the-better/. Acesso em: 20 jul. 2020.

KITCHIN, R; CARDULLO, P; FELICIANTONIO, C. Citizenship, Justice and the Right to the smart city. *In:* Kitchin, R; Cardullo, P; Feliciantonio, C (Orgs.). **The Right to the smart city**. Bingley: Emerald Publishing, 2019.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. De. **Financeirização:** Conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrópole, 19(39), 379–406, 2017.

KLINK, J.; STROHER, J. Operações Urbanas Consorciadas e Financeirização da Produção do Espaço Urbano: uma análise comparada. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 163-184, 2017

KNAPP, G.; LEWIS, R.; CHAKRABORTY, A.; JUNE-FRIESEN, K.; MOLRI, N. The rise and fall of the smart growth: an exploration of the appearance of smart growth and related terms in google searches, APA conference programs, and selected newspapers. **Journal of Comparative Urban Law and Policy**, 5, p.335-349, 2022.

KOELLER, P. et al. Dispêndios do Governo Federal em C&T e P&D. Ipea. **Radar:** Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. n. 48, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/20170110_radar_48.pdf

KON, F.; SANTANA, E. **Cidades Inteligentes:** conceitos, plataformas e desafios. 49p. *In:* Maldonado, J.C.; Viterbo, J.; Delamaro, M.E.; Marczak, S. (Orgs). XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, Porto Alegre, 2016.

KOREA MARITIME INSTITUTE (KMI) & UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Global Port Infrastructure Sufficiency Index** (PISI), Results of the pilot phase. Geneva, 2023. Disponível em: https://unctad.org/publication/global-port-infrastructure-sufficiency-index-results-pilot-phase

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; MARACCI, D.. (Org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

KRISTEVA, J. Un nouveau type d'intellectuel: Ie dissident. **Tel Quel**, n. 74, Paris, Hiver 1977, p. 3-8.

KURZ, R. **Crise do valor de troca**. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor**. Lisboa, Antígona, 2014.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

La situación habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: SituacionHabitiacional -1.pdf (defensoria.org.ar) Acesso em:13 jan. 2021.

LANNA, A. L. D. Ferrovias no Brasil, 1870-1920. **História Econômica & História de Empresas**, v. 8, n. 1, 23 jul. 2012.

LANNA, A.L.D. **Uma cidade na transição**. Santos 1870-1913. Santos: Editora Hucitec, 1996.

LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical materialism**, v. 17, n. 2, p. 114-148, 2009.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. **Work, Employment & Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.

LASCOUMES, P.; GALES, P. L. **Introduction:** Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. Governance, 20(1), 1–21, 2007. https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para Discussão**, n. 32, 2017. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0322017lavinasaraujobruno.pdf/

LAZZARATO, M. **The making of the indebted man:** An essay on the neoliberal condition. Trans. J. D. Jordan. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

LAZZARINI, S. **Capitalismo de Laços:** os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEE, A. et al. Mapping Platform Urbanism: Charting the Nuance of the Platform Pivot. **Urban Planning**, v. 5, n. 1, p. 116-128, mar/2020.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações sociais de produção**. Porto: Publicação escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. Londres, Verso Books, 2003.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Barcelona-Madrid, Capitan Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

LEFEBVRE, H. T**he survival of capitalism:** reproduction of the relations of production. Nova York, Allison & Busby, 1976.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento:** um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEITE, H. (no prelo). As escalas de construção de um portfólio de um fundo de investimento imobiliário: Uma discussão teórico-metodológica. In **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

LEMOS, A. I. G; MORAES SOBRINHO, A. P. (Orgs.). **Espaços de consumo em tempos de Covid-19**. São Paulo: FFLCH/USP, p. 64-107, 2021.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo, a indústria têxtil. 1991. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. DOI: https://doi.org/10.11606/T.8.1991.tde-05052023-114026.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais: **E-metropolis**, n. 22, p. 6-15, 2015.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo - Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, 22(6), 6-15, 2015. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/022/original/emetropolis_n22.pdf?1447896390.

LENIN, V.I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LESSA, C. A crise urbana e o circuito imobiliário. *In:* **(Equipe PEH, Ed.)** 1981, Anais... : mimeo, 1981.

LESSA, C. Acumulação oligárquica e formação das metrópoles. **Pensamento Ibero Americano**, [s. l.], n. 7, p. 214–216, 1985.

LESSA, C. e DAIN, S. "Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento". *In:* Belluzo, L. e Coutinho, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil:** Ensaios sobre a crise. São Paulo: Ed Brasiliense, 1982.

LESSA, C.; DAIN, S.. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. *In:* **Desenvolvimento Capitalista no Brasil:** ensaios sobre a crise. Campinas: IE/Unicamp, 1998. p. 247–265.

LEVITSKY, S, ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro Zahar, 2018.

LOPES, R. C.; SILVA, J.C.R. Exclusividade do Trabalho Portuário e o Sistema de Gestão de Mão-de-Obra Portuário de Santos. **Revista Observatório Portuário**, vol.1, nº 3 p. 16-29, 2022.

LOPEZ, F. G. (org.) **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33432 Acesso em: 20/10/2020.

LUMBRERAS, M. J. **A Política de Conteúdo Local do Setor Petrolífero Brasileiro:** as fases de seu percurso. Tese (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes – UCAM, Campos dos Goytacazes/RJ. 2020.138 fls.

LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, [1913] 1984.

LUXEMBURG, R. **The accumulation of capital**. New York: Routledge, 2003.

LYSTER, C. **Learning from Logistics.** Berlin, Birkhäuser, 2016.

MACHADO, G., & SHIMBO, L. (no prelo). A construção da habitação e seus instrumentos financeirizados de gestão. *In*. **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

MACHADO, L. **Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia:** A rotina dos entregadores por aplicativo. BBC News Brasil (22 de maio de 2019). Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340#:~:text=V%C3%ADdeos-,Dormir%20na%20rua%20e%20pedalar%2012%20horas%20por%20dia,rotina%20dos%20entregadores%20de%20aplicativos&text=Um%20deles%20explica%3A%20%22Dou%20entrevista,e%20eu%20n%C3%A3o%20paro%20mais%22. Acesso em: 6 mar 2023.

MAGALHÃES, L. **Consórcio liderado pela Odebrecht vence licitação para o Parque Olímpico**. Jornal O Globo, 05 de março de 2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/consorcio-liderado-pela-odebrecht-vence-licitacao-para-parque-olimpico-4220966/

MAGNANI, M. (no prelo). Para além das cidades globais: A atuação de investidores financeiros em cidades médias. *In*. **A cidade em portfólio**: Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

MAIA, B. A. A. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1988 e 2014. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2 (69), p. 549-579, maio/ago. 2020.

Mapa inédito coloca o Brasil em 3º lugar em conflitos ambientais (2014). **BBC Brasil.com**, Ciência. Disponível em: https://noticias.terra.com.br/ciencia/mapa-inedito-coloca-o-brasil-em-3-lugar-em-conflitos-ambientais,c68af8d8cf4e4410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html.

MARAZZI, C. **Capital y lenguaje:** Hacia el gobierno de las finanzas. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

MARIN, P. C.; ALOR, A. M. O.; ORREGO-ECHEVERRÍA, I. A. Hacia una ontología política del buen vivir urbano. **Virus**, v. 1 n. 26, 2023)

MARINI, R. M. **A dialética da dependência**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, 9(3), 325-356, 2017. https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In:* TRESPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. Procesos y Tendencias de la Globalización Capitalista. *In:* MARINI, R. M. e MILLÁN, M. (orgs.). **La Teoría Social Latinoamericana** (4 tomos). Cidade do México: El Cabalitto, 1995. Disponível em : http://lahaine.org./amauta/b2- img/Mariniglobalizacion.pdf

MARINI, R. M. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. *In:* MARINI, R. M. **América Latina, dependencia, y globalización**. Bogotá: CLACSO, Siglo del Hombre Editores. 292 p. [1997] 2008. [Compilador: Carlos Eduardo Martins].

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

MARTIN, R. After economy? Social logics of the derivatives. **Social Text** 31 (1): 83–105, 2013.

MARTIN, R. **Financialization of daily life**. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, FFLCH (Sociologia), tese de doutorado, 2003

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, C. E. O ressurgimento do fascismo no mundo contemporâneo: história, conceito e prospectiva. **Intellèctus** - Ano XXI, n. 2, 2022.

MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 445-449, set./dez, 2018.

MARTINS, J. de S. **A aparição do demônio na fábrica**. Origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **Capital:** A critique of political economy. Vol. 3. Trans. D. Fernbach. New York: Penguin, 1993.

MARX, K. **Capital:** Volume I - Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, [1867]1983

MARX, K. **Capital:** Volume III - Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983a

MARX, K. **Capital:** Volume III - Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983b

MARX, K. **Capítulo VI** (inédito). São Paulo, Boitempo, 2022.

MARX, K. **El Capital I:** crítica de la economía política. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, [1867] 2014.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, K. **Grundrisse:** Foundations of the critique of political economy. Trans. M. Nicolaus. London: Penguin, 1973.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**. Livro II. São Paulo, Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital**. Livro III. O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle; edição de Friederich Engels. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**. Livro III. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de procução capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. O **capital:** crítica da economia política. Volume 3, Tomo 2. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, K. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl [1867]. **O capital:** crítica da economia política - o processo de produção do capital. (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSONETTO, L. F.; BACHUR, J.P.; CARVALHO, E.M. Reificação da experiência da cidade inteligente: notas para uma crítica da economia política do espaço urbano. **Direito e Práxis**, 11:1, pp. 591-611, 2020.

MASSUH, G. **El robo de Buenos Aires:** La trama de corrupción, ineficiencia y negocios que le arrebató la ciudad a sus habitantes. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2014.

MATRIX CONSULTING. **Impulsar la productividad de la industria de la Construcción en Chile a estándares mundiales**. Santiago de Chile, 2020. Disponível em: https://issuu.com/camaraconstruccion/docs/resumen-ejecutivo-estudio-de-productividad-constru. Acesso em: 06 set. 2024.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil.** Sec. XVI-XIX. Trad. Sonia Furhmann. Petrópolis; Rio de Janeiro, Vozes, 2016.

MAUCH, F. What is the Urban... Logistically Speaking? *In:* DÜRR, Eveline, KELLER, Regine (eds.). **Urban Environments as Spaces of Living in Transformation**: Position Papers Collection. Munich: Rachel Carson Center, 2021, P. 14-16.

MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo, n-1 Edições, 2021.

MCFARLANE, C; SÖDERSTRÖM, O. On Alternative smart cities: from a technology-intensive to a knowledge-intensive smart urbanism. **City**. 21: 2. pp.1-17, 2017.

MELO, A. C. C. de; CARDOSO, A. C. D.. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, v. 26, p. 1211-1243, 2016.

MELO, L. **Quem é a Brookfield, a empresa canadense que investiu quase R$ 27 bilhões no Brasil em 5 anos**. Globo. Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml/

MENDES, R. A. **Fundos de Investimento Imobiliário:** Aspectos Gerais e Princípios de Análise. Novatec Editora, v. 2, f. 128, 2018.

MENDES, T. C. **Smart cities:** soluções para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais? Observatório das Metrópoles - Textos para discussão, n. 011, 2020, 23p, 2020.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos:** Las classes populares em la era democratica. Editora Gorla, 2005.

MERRIFIELD, A. **Towards a metaphilosophy of the urban**, 2015 *In:* https://radicalantipode.wordpress.com/2015/12/04/towards-a-metaphilosophy-of-the-urban/

MEZZADRA, S. et. al. Capitalism in the Platform Age. **Emerging Assemblages of Labour and Welfare in Urban Spaces**. Berl *In:* Springer, 2024.

MEZZADRA, S. **In the Marxian workshops:** Producing subjects. London: Rowman & Littlefield, 2018.

MEZZADRA, S. The topicality of prehistory: A new reading of Marx's analysis of "so-called primitive accumulation." **Rethinking Marxism** 23 (3): 302–21, 2011.

MEZZADRA, S., e B. Neilson. **Operations of capital**. South Atlantic Quarterly 114 (1): 1–9, 2015.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **Border as method, or, the multiplication of labor**. Durham, Duke University Press, 2013.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. On the multiple frontiers of extraction: excavating contemporary capitalism. **Cultural Studies**, v. 31, n. 2-3, 2017, p. 185-204.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. Operations of Platforms. A Global Process in a Multipolar World. *In:* MEZZADRA, S. et. ali. (Orgs.), **Capitalism in the Platform Age.** Emerging Assemblages of Labour and Welfare in Urban Spaces. Springer, 2024.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **The politics of operations:** excavating contemporary capitalism. Durham e Londres: Duke University Press, 2019.

MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. **Semestre Economico** , v. 22,n. 50, p. 87-106. 2019. DOI: https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a5.

MIGNOLO, W. **La desoccidentalización, los BRICS y la distribución racial del capital**. Walter Mignolo (blog), 21 Abr, 2012. http://waltermignolo.com/dheli-2012-ladesoccidentalizacion-los-brics-y-la-distribucion-racial-del-capital.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In:* LANDER, E (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: 2005, p. 71-103.

MIGNOLO, W. **Histórias Globais projetos Locais:** Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, n.8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, W. La opción descolonial. **RLLetral**, Número 1, 2008.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista:** impasses do Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.

MÍGUEZ, P. El desarrollo y los bienes comunes en América Latina: Una mirada desde las tesis del Capitalismo Cognitivo. *In*. **El desarrollo en disputa**, ¿es posible el buen vivir? II Jornadas de Pensamiento Crítico para el Cambio Social, 3–4 October, 2013.

Ministério da Infraestrutura. **Plano Nacional de Logística e Transportes**, 2011. Disponível em: http://infraestrutura.gov.br/conteudo/2814-pnlt-plano-nacional-de-logistica-e-transportes.html.

MINVU. **Chile un siglo de políticas en vivienda y barrio**. Santiago de Chile: Pehuen Editores, 2004.

MINVU. Hacia una nueva política urbana para Chile. Antecedentes Históricos. Santiago de Chile: MINVU, PNDU, 2012.OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias; FERREIRA, Carla. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINVU. **Memoria 1973-1989**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1978**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1979**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1982**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1987**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1989**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria 1990**. Santiago de Chile.

MINVU. **Memoria Santiago de Chile**. MINVU, 1988.

MIOTO, B., & PENHA FILHO, C. A. . Crise econômica e o setor imobiliário no Brasil: Um olhar a partir da dinâmica das maiores empresas de capital aberto (Cyrela, PDG, Gafisa e MRV). *In*. **Financeirização e estudos urbanos na América Latina** (pp. 29–59). Letra Capital, 2019.

MLADENOW, A.; BAUER, C.; STRAUSS, C. "Crowd logistics": The contribution of social crowds in logistics activities. **International Journal of Web Information Systems**, v. 12, n. 3, pp. 379-396, 2016.

MONIÉ, F., VIDAL, S. Cidades, Portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista de Administração Pública**, 40(6), 975-995, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v40n6/03.pdf.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia.** v. 15, 2012.

MONIÉ, F.; VIDAL, S.M. do S.C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **RAP** no. 40 (6). Rio de Janeiro, 2006.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In:* SANTOS, M. et al. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTENEGRO, M. Os circuitos da economia urbana em questão: da formulação da teoria ao seu debate na atualidade. *In:* BALBIM, R. ARROYO, M.; SANTIAGO; C. (Orgs) **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2023.

MORAES, R. Extrativismo, economia do petróleo, infraestrutura de circulação, energia e enclaves no NF: um percurso secular. *In:* RIBEIRO, L. C. de Q.; TAVARES, É.; MEZA, H.; MESQUITA, W. (Orgs.). **Desenvolvimento Urbano e Governança:** para uma agenda do Norte Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

MORAIS, N. de; SILVA, M. A. L.; FROTA, F. F. H. S. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246, jan.-abr. 2021.

MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 41, n. 4, p. 700-722, out./dez. 2021.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **Nereus:** texto para discussão, São Paulo, jan. 2019.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente:** tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu, 2019.

MOROZOV, E.; DEAN, J.; DURAND, C. Tecnofeudalismo ou o capitalismo de sempre? **Outras Palavras**, 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/tecnofeudalismo-ou-o-capitalismo-de-sempre/ . Acesso em: 25 fev. 2024.

MOSCIARO, M. O complexo imobiliário/financeiro no Brasil e na Itália: ferramentas para a produção financeirizada do espaço urbano. **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 25, n. 1, 2021.

MOTA, D. O. **Modelagem para Otimização do sequenciamento de navios no canal de Santos**. Tese de Doutorado. Engenharia Naval e Oceânica. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2016.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Buenos Aires, Paidós, 1999.

MOUFFE, C. Por um Modelo Agonístico de Democracia. **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

MOUFFE. C. **Democracia y representación:** una perspectiva agonista. Agonística. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2014, pp. 111-129.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

MOURA, R. Metropolização: o que mostram os primeiros resultados do Censo 2022. **E-metropolis, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, p. 1-13, 2024.

MTPA. **Corredores Logísticos Estratégicos:** Complexo de Soja e Milho / Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: MTPA, 2017.

MULDOON, J. **Platform socialism:** how to reclaim our digital future from big tech. London: Pluto Press, 203p, 2022.

NEBLINA, **Grupo de militantes na Incêndio:** trabalho e revolta no fim de linha brasileiro. São Paulo, Contrabando, 2022.

NEBLINA. **Masterclass de fim do mundo:** conflitos sociais no Brasil em pandemia, 2022.

NETO, P. N. Financeirização à brasileira: CEPACs e o desejo de ser prime. Revista **V!rus**, v. 1 n. 23 (2021): V!23 Referências do Sul, 2021.

NEXO JORNAL. **Como a invasão de galpões de ecommerce mudou Cajamar**, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2022/06/08/Como-a-invas%C3%A3o-de-galp%C3%B5es-de-ecommerce-mudou-Cajamar>. Acesso em: 04 de jul. 2022.

Núcleo amigos da terra/Brasil (NAT) (2006). **IIRSA:** desvendando interesses. www.natbrasil.org.br.

NUN, J. L. **Marginalidad y Exclusión Social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

O GLOBO. **Justiça mantém suspensão do aplicativo "Valeu", delivery de comida criado pela prefeitura do Rio**, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/10/justica-mantem-suspensao-do-valeu-delivery-de-comida-criado-pela-prefeitura-do-rio.ghtml/. Acesso em: 08 jul. 2024.

O PETRÓLEO. **39 plataformas serão modernizadas na Bacia de Campos gerando muitos serviços**, 2018. Disponível em: http://www.opetroleo.com.br/39-plataformas-serao-modernizadas-na-bacia-de-campos-gerando-muitos-servicos/.

O'NEILL, P. The financialization of urban infrastructure: A framework of analysis. **Urban Studies**, v. 56, n. 7, p. 1.304-1.325. 2019.

O'SHEA, C. **Logistical ecologies of the North American operational landscape**. Tese de doutorado. Cambridge/MA, Harvard University, 2014.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **As plataformas digitais e o futuro do trabalho:** Promover o trabalho digno no mundo digital. Genebra, OIT, 2018.

OLHAR DIGITAL. **Qual a diferença entre as redes 4G e 5G?**, 2023. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2023/07/05/internet-e-redes-sociais/qual-a-diferenca-entre-as-redes-4g-e-5g/. Acesso em: 04 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. U. de et al. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH, 2020.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n.10, p. 5-64, set. 2010. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, D. de. **Periferias insurgentes:** ações culturais de jovens na periferia de São Paulo. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/9786587773100Disponívelem: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/657. Acesso em: 22 fev. 2024.

OLIVEIRA, E. M. G. **A Economia do Conhecimento e uma Nova Forma de Dependência no Capitalismo Brasileiro**. Faculdade de Economia (UFBA), tese de doutorado, 2017

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. *In*: MOISÉS, J. Á. *et al*. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

OLIVEIRA, F. **Brasil:** uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação Produtiva, Território e Poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. jun./set., p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, F. Política numa Era de Indeterminação: Opacidade e Reencantamento, *In:*. OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. S. (Orgs.) **A Era da Indeterminação**. São Paulo, Boitempo. 2007.

OLIVEIRA, F. Prefácio. *In*. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Alfa-ômega, 1982.

OLIVEIRA, K. F. de. Perda potencial em anos de vida decorrente da Covid-19 nas regiões brasileiras: avaliação dos seis primeiros meses da pandemia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. e0182, 2022.

OLIVEIRA, R. J. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo:** as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. 2008. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OMENA, E. A financeirização urbana brasileira em perspectiva comparada: um complexo realmente imobiliário-financeiro? **RBEUR**, no prelo.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Perspectivas del comercio mundial y estadísticas**. Actualización, 2023.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In:* FERREIRA, C; OSORIO, J.; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In:* FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. ISBN: 85-86215-09-0.

PALLUDETO, A. W. A.; ROSSI, P. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. Campinas, Unicamp. IE, **Texto para Discussão** n. 347, 2018.

PALMA, J. G. **Dependence:** a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? World Development, v. VI (Londres: Pergaman Press), 1978

PASQUINELLI, M., ed. **Gli algoritmi del capital:** Accelerazionismo, macchine della conoscenza e autonomía del comune. Verona: Ombre Corte, 2014.

PASSARELLI-ARAUJO, H.; SOUZA, J. de. Movimentos pendulares e integração regional no leste fluminense. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.

PAULANI, L. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 64, set./dez., p. 68-106, 2022.

PAULANI, L. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, nº 10, 2012.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-261, 2013.

PAULANI, L. Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 2, p. 24–38. 2021.

PAULANI, L. M. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sore a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional** – IPEA, n. 10, 2012.

PAULANI, L. M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, n. 3, 2013.

PECI, A.; SOBRAL, F. A. Parcerias Público-Privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 2, p. 01-14. 2007.

PECK, J. Desenvolvimento regional desigual**. E-metropolis**, n. 48, ano 13, 2022.

PECK, J. Economías y políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescalares y workfare neoliberal. En: Fernández, V.; Brandão, C. (Org.). **Escalas y Políticas del desarrollo regional:** desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2010. p. 77-120

PECK, J. **Variegated economies**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

PEDLOWSKI, M. A. When the State Becomes the Land Grabber: Violence and Dispossession in the Name of 'Development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, 12(3), 91-111, 2013. Disponível em: http://muse.jhu.edu/journals/lag/summary/v012/12.3.pedlowski.html.

PEQUENO, R.; ELIAS, D. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, v. 16, n. 1, p. 109-136, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/37591

PEREGALLI, A. **IIRSA:** entre integración regional y racionalidad logística. Nova York, Peter Lang, 2022.

PEREIRA, A. Financialization of housing in Brazil: New frontiers. **International Journal of Urban and Regional Research**, 41(4), 604–622, 2017.

PEREIRA, P. C. X. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. *In:* FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PEREIRA, P. C. X. Processos e problemas na urbanização da América Latina: teoria e história. **Territorios**, [s. l.], n. 34, p. 35–58, 2016.

PEREIRA, P. C. X.; SHIMBO, L. Os instrumentos de capitalização na produção do espaço. In **Financeirização e metropolização do espaço:** Imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos (pp. 262–276). Letra Capital, 2023.

PEREIRA, P. C. X. **A modernização de São Paulo no final do século XIX**, 1994.

PESSANHA, R. M. **A "indústria" dos fundos financeiros:** potências, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

PESSANHA, R. M. **A relação transescalar e multidimensional "Petróleo-Porto" como produtora de novas territorialidades** (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2017.

PESSANHA, R. M. **Canal da Nicarágua é parte do gigantismo naval e portuário e interfere no sistema portuário e no desenvolvimento brasileiro**, 2015. Disponível em: http://www.robertomoraes.com.br/2015/05/canal-da-nicaragua-e-parte-do.html.

PESSANHA, R. M. **E se estivermos à beira do plataformismo?** Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/teoria-e-se-estivermos-a-beira-do-plataformismo/. Acesso em: 16 out. 2024.

PESSANHA, R. M. **R$ 150 milhões anuais de aluguel para 4 empresas no Açu**, 2012. Disponível em: http://www.robertomoraes.com.br/2012/06/r-150-milhoes-anuais-dealuguel-para-4.html.

PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense:** da cana-de alçar aos royalties do petróleo. Campos do Goyatacazes: WTC Editora, 2004.

PETROBRÁS. **Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC:** Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos–PEA-BC, 2014. Disponível em: http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/60_relatorio__pea_bc_rev.04_final.pdf.

PEZZIN, D. Qual o papel estratégico do poder público para a promoção do "comum urbano". **Anais do XIX ENANPUR**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (online). Blumenau, 2022.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. **Uma breve história da igualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PIKETTY, T. **O Capital no século XX**I. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIMENTEL, P. G. **Das Ruínas do Escravismo: subalternidade, ganho e marginalização no Rio de Janeiro 1871-1920**. 2020. 448 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PIQUET, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. *In*. PIQUET, R., SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e Região no Brasil** (pp. 15-33). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIQUET, R. **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil:** o papel do Estado e dos Grandes Investimentos. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993.

POCHMANN, M. A cara do Brasil que se reprimariza. **Outras Palavras**, 10 jul. 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cara-do-brasil-que-se-reprimariza/. Acesso em: 30 jul. 2024.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização:** a herança renunciada. Ponta Grossa: UEPG; 2016.

POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita:** mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Editora SESC, 2022.

POCHMANN, M. Revolução informacional e a nova classe trabalhadora. **Cadernos IHU ideias**. Ano 22 | nº 361 | vol. 22 | 2024.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, [1944] 2012.

POLANYI, K. **The great transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.

POLI DE FIGUEIREDO, G.M. O discurso e a prática da smart city no contexto das metrópoles brasileiras. *In:* CEDES. **Cidades Inteligentes:** uma abordagem humana e sustentável. Série estudos estratégicos. Câmara dos Deputados, p. 189-201, 2021.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021. 392p.

PORTO DE SANTOS. **Autoridade Portuária. Relatório Anual**, 2023. Fonte: https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/

PRADO, E. F. S. **A Desmedida do Valor**. São Paulo: Xamã, 2005.

PRADO, E. Socialismo, utopia inviável? **Outras Palavras**, 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/socialismo-utopia-inviavel-3/. Acesso em: 25 mai. 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2024) **Relatório Mensal de Acompanhamento** - Programa REVIVER CENTRO. Mês de referência: Abril 2024. Disponível em: https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

PULGAR, C.; CORRADI, F.; LEMUS, A. **Endeudamiento máximo sostenible de los hogares en Chile**. Santiago de Chile.

QUIJANO, A "La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina". *In:* CASTELLS, M. (Comp.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, pp. 141-166, 1973.

QUIJANO, A. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. *In:* **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. *In*: ALMEIDA, F. L. (Org.). **A questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1978. p. 9-60.

QUIJANO, A. Introducción. En C. Pimentel (Ed.), **Vidas Marginales**. Santiago, Chile: Editorial Universitaria, 1972a.

QUIJANO, A. La Constitución del "Mundo" de la Marginalidad Urbana. **EURE**- Revista de Estudios Urbano Regionales, 2(5), 89–106, 1972b.

QUIJANO, A. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. *In:* CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

QUIJANO, A. La modernidad, el capital y américa latina nacen el mismo día. Entrevista a **ILLA Revista del Centro de Educación y Cultura**. Peru, no. 10, enero de 1991, pp.42-57, 1991.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. *In:* PEREIRA, Luiz, **Populações "marginais"**. São Paulo: Duas Cidades, pp. 11-72, 1978.

QUIJANO, A. **Redefinición de la Dependencia y Marginalización en América Latina**. Santiago, Chile: CESO, 1970.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. "Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System", **International Journal of Social Sciences** 134, 583-591, 1992.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of World-Systems Research**, New York, Binghampton University, Vol. XI, N° 2, summer-fall, pp. 341-386, 2000a.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". *In:* LANDER, E. **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, Buenos Aires, Clacso, pp. 201-246, 2000b.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. "Colonialidad del poder, globalización y democracia", en **Trayectorias**, Monterrey, Universidad Autónoma de Nuevo León, Nos. 7 y 8, setiembre, pp. 58-90.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. *In:* CLACSO, **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais**.** Perspectivas (pp. 117-142). Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2005.

RAMA, A. "A cidade revolucionada". *In:* RAMA, A. **A cidade das Letras**. São Paulo: Boitempo, 2015 pp.113-140, 2015.

RAMA, A. Meio século de narrativa latino-americana (1922-1972). *In:* AGUIAR, F. e GUARDINI, S. (orgs.). **Angel Rama:** literatura e cultura na América Latina. São Paulo: Edusp, pp. 111-208, 2001.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. IPEA: Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1988/1/td_0468.pdf> Acesso em: 7 maio 2024.

RAPOSO, B. F.; ALMEIDA FILHO, N.; AMARAL, M. S. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/prNZGxT4CTRnq5B7yQxbp7P/?lang=pt.

RAPOSO, B. F.; ALMEIDA FILHO, N.; AMARAL, M.. The pattern of capital reproduction in dependent and financialized capitalism. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 166-181, 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2023. Disponível em: https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/ Acesso em: 27 ago.2023.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

REGIC. **Regiões de Influência das Cidades:** 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

REIS FILHO, N. G. "Urbanização e modernidade. Entre o passado e o futuro (1808-1945)". Em MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**, São Paulo, Senac, 2000, 2º vol.

REVISTA FORBES. **Agro 100**. Ano IX, n. 92, dez. 2021.

RIBEIRO, L. C. de Q. (Org). **Metrópoles.** Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: Fase e Fund. Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, L. C. de Q. (Org). **Reforma Urbana e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

RIBEIRO, L. C. de Q. **A metrópole em questão**: desafios da transição urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. [Recurso eletrônico].

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Transformações na ordem urbana** 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: https://transformacoes.observatoriodasmetropoles.net.br/livro/rio-de-janeiro/

RIBEIRO, L. C. de Q. **Transformações na Ordem Urbana das Metrópoles Brasileiras:** 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório Das Metrópoles / Instituto Nacional De Ciência e Tecnologia / FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2014/11/Transformações-da-Ordem_revisto_Final.pdf

RIBEIRO, L. C. de Q.. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/04/As-metropoles-e-o-capitalismo-financeirizado_2edicao.pdf

RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. **Especulação imobiliária e digitalização:** o impacto de plataformas como AirBnb no espaço urbano, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/07/17/especulacao-imobiliaria-e-digitalizacao-o-impacto-de-plataformas-como-airbnb-no-espaco-urbano. Acesso em: 16 out. 2024.

RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. Financeirização à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação e urbanização. *In:* Queiroz, L. C. de.Q. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020. P. 167-217.

RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. Financeirização periférica, neoextrativismo e urbanização dependente na América Latina. *In:* PIREZ, Pedro; RO-

DRÍGUEZ, María Carla. **Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina:** desafíos teóricos y políticos. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2022.

RIBEIRO, L. C. de Q.; MATELA, I. P.; DINIZ, N. O urbano como antinação: para entender a crise das metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 309-331, jan/abr 2024.

RIBEIRO, L. C. de Q.; MATELA, I. P.; DINIZ, N.; RIBEIRO, T. F. Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico. *In:* RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

RIBEIRO, L. C. de Q.; MORAES, D. A. **A Nova Razão da Favela:** da cidadania ao empreendedorismo. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-nova-razao-da-favela-da-cidadania-ao-empreendedorismo/. Acesso em: 21 abr. 2022.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Metrópoles brasileiras:** síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/metropoles-brasileiras-sintese-da-transformacao-na-ordem-urbana/

RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS, O. A. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. **As Metrópoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira**. Texto para discussão. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q.; Pechman, R. (org).Cidade, **Povo e nação.** Gênese do urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, M. G. Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, n. 1, p. 1-25, jan. 2024.

RIBEIRO, P. V. Motociclistas são 70% dos internados no instituto de ortopedia e traumatologia do hospital das clínicas, diz médica na CPI dos aplicativos. **The Intercept_ Brasil**, 2022. Disponível em: https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/. Acesso em: 6 mar 2023.

RIBEIRO, T. F. **Dominância financeira, regulação legal e espaço urbano:** o caso da regularização fundiária no Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles, 2021.

RIFKIN, J. **A Terceira Revolução Industrial**. São Paulo: M Books do Brasil, 2012

RIFKIN, J. T**he zero marginal cost society:** the internet of things, the collaborative commons and the eclipse of capitalism. New York: St. Martin´s Press, 2014.

RIGOTTI, J. I. R.. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. *In:* **32º Encontro Anual da Anpocs**, 2008.

RIVAS, L. D. S. **Geografías de la acumulación por urbanización en chile (1975-2015)** ¿utopías de la vivienda o distopías urbanas? 2017. Pontificia Universidad Católica de Chile, [s. l.], 2017.

RIZEK, C. "Periferias: revisitando fraturas e crises". *In:* CARLOS, A. F.; RIZEK, C. (orgs.). **Direito à cidade e direito à vida:** perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia. São Paulo, IEA/USP, 2022.

RIZEK, C. S. **Viração e trabalho:** algumas reflexões sobre dados de pesquisa. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 49-58, 2006.

RODRÍGUEZ, A.; SUGRANYES, A. **Los con techo.** Un desafío para la política de vivienda social. Santiago de Chile: Sur, 2005.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROSSI, B. **A produção do espaço entre o concreto e o simbólico:** analisando a agenda política do Reviver Centro à luz do neoliberalismo. Dissertação (Mestrado) – IPPUR, UFRJ, 2024.

ROSSI, B. **Dependência e gestão urbana:** analisando a presença do capital estrangeiro no Porto Maravilha. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social). Rio de Janeiro, IPPUR, UFRJ, 2022.

ROYER, L. de O. **Financeirização da Política Habitacional**. Limites e Perspectivas. Annablume, 2014.

ROYER, L. de O. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: Relações e tendências. **Cadernos Metrópole**, 18(35), 33–52, 2016. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3502

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional:** limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUCCIO, D. Cooperatives, surplus, and the social. **Rethinking Marxism** 23 (3): 334–40, 2011.

RUFINO, B. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. URBE – **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [online], v. 13. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200410.

RUFINO, B. União de gigantes da construção: A Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC) como ator político na financeirização da produção imobiliária. *In:* **Empresariado e poder político no Brasil:** uma perspectiva multidimensional. São Paulo: Alameda, 2020.

RUFINO, M. B. C. **Ascensão da Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC) na financeirização do setor imobiliário-habitacional**. Anais: Tempos em/de transformação-utopias, 2019. https://repositorio.usp.br/single.php?_id=002961008&locale=en_US

RUNDLE, G. All power to the makers spaces. **Jacobin**, 2020. Disponível em: https://jacobin.com/2015/04/3d-printing-industrial-revolution-rundle/. Acesso em: 28 mai. 2023.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALAS SERRANO, J. **Latino America:** Hambre de Vivienda. Invi, [s. l.], v. 17, n. 45, p. 58–69, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=25804503>

SAMPAIO Jr., P. de A. **Entre a nação e a barbárie:** uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. 1997. 299 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SAMPAIO JÚNIOR, P. DE A. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo:** tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, 112, 672-688, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004.

SANFELICI, D., & HALBERT, L. Financial markets, developers and the geographies of housing in Brazil: A supply-side account. **Urban Studies**, 53(7), 1465–1485, 2016. https://doi.org/10.1177/0042098015590981

SANFELICI, D.; MAGNANI, M. Unpacking corporate ownership in property markets: A typology of investors and the making of an investment value chain in Brazil. Environment and Planning A: **Economy and Space**, 55(7), 1649–1669, 2023. https://doi.org/10.1177/0308518X231157742

SANFELICI, D; HALBERT, L. Financial market actors as urban policy-makers: The case of real estate investment trusts in Brazil. **Urban Geography**, 2018.

SANTOS JR., O.; RIBEIRO, T. F.; BARBOSA FILHO, U. R. **Da militarização à milicialização das cidades:** efeitos de uma política nacional, 2022. Disponível em: https://diplomatique.org.br/da-militarizacao-a-milicializacao-das-cidades-efeitos-de-uma-politica-nacional/

SANTOS, A. E. **A municipalização do território no Vale do Araguaia (MT).** Usos das terras, fragmentação e poder na fronteira. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (Doutorado), 2003. 239p.

SANTOS, B. (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos, 1980.

SANTOS, M. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **El territorio:** un agregado de espacios banales. Boletín de Estudios Geográficos, Cuyo, n. 96, p. 87-96, 2000.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalizacão e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: Record, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo, Hucitec, 1979a.

SANTOS, M. **Encontros**. Rio de Janeiro: beco do Azougue, 2007.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, SP, AGB, 1977, p. 81- 99.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, T. A. Estrutura da Dependência. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 30, outubro, 2011.

SANYAL, K. **Rethinking capitalist development:** Primitive accumulation, governmentality and the post-colonial capitalism. London: Routledge, 2007.

SARTI, I. **O porto vermelho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SASSEN, S. A savage sorting of winners and losers: Contemporary versions of primitive accumulation. **Globalizations** 7 (1–2): 23–50, 2010.

SASSEN, S. **Cidades na economia mundial**. Rio de Janeiro, Studio Nobel, 2000.

SASSEN, S. **Expulsions:** Brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SATO L., et al. Trabalhar para quê? Trabalhar como? Relações Solidárias para o enfrentamento da precariedade do trabalho e da vida. **Laboreal**, v. 20, 2024.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, v. 11, n. 23, 2016.

SCARPACCI, M. Portos fluminenses e seus espaços urbano-regionais: as paisagens da destruição criativa do capital. **Revista Estado y Políticas Públicas** Núm. 22, Año XII, mayo - septiembre de 2024: pp. 45-58. Disponível em: https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1717208200_45-58.pdf

SCARPACCI, M. **Un proyecto instrumental para las periferias:** dimensiones de poder, geometrías variables y agronegocio en la región Rosario, Argentina (1995-2021). Tesis doctoral - minerva.ufrj.br, 2022.

SCHOLZ, T. **Platform cooperativism:** challenging the corporate sharing economy. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 32p, 2013.

SCHOLZ, T. **Platform cooperativism:** Challenging the corporate sharing economy. Rosa Luxemburg Stiftung New York Office, 2016.

SCHTEINGART, M. (Org.). **Urbanización y dependencia en América Latina**. Buenos Aires: SIAP, 1973.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016

SCOLARI, F. Capitalismo digital e de plataforma: retorno a um putting out system metropolitano? *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**, México, ERA, 2000.

SC-PARCERIAS E NEGÓCIOS ESTRATÉGICOS S/A **(SC-PAR/S.A)**. Disponível em: https://www.scpar.sc.gov.br/?post_type=companies&p=2408. Acesso em: 21 ago. 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SEDE/MG). **Empresa de parque logístico anuncia investimento de R$750 milhões em Minas Gerais**, 2021. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/application/noticias/noticia/1712/empresa-de-parque-logistico-anuncia-investimento-de-r$-750-milhoes-em-minas-gerais>. Acesso em: 12 de mai. 2022.

SEGATO, R. O tempo na obra de anibal quijano. **Revista cult**, agosto de 2019, p. 26-29

SENGPIEHL, C.; OAKDEN, R.; NAGEL, P.; TOH, K.; SHI, P. The emergence of logistics cities: Conceptual model. **Journal of Transport and Supply Chain Management**, v. 2, n. 1, pp. 58-77, 2008.

SENRA, G. O. C.; MIGLIOLI, A. Considerações metodológicas sobre a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini. **Revista de Economia Política**, SEP, n. 69, agosto, 48-71, 2024.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H. Desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, n. 23, 1979.

SEVCIUC, M. R; RODRIGUES, N. E; SOARES, V. L. Expansão do Porto de Santos: proposta para localização de um terminal de contêineres offshore.In KENJI, R. (org.) **Anais do I Encontro Nacional de Logística, Transportes e Mobilidade Urbana**. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2019.

SHAREABLE. **Library of things:** a cornerstone of the real sharing economy, 2020.

SHAREABLE. **The State of library of things – 2024** Report, 2024.

SHIMBO, L. (no prelo). **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

SHIMBO, L. An unprecedented alignment: State, finance, construction and housing production in Brazil since the 2000s. **International Journal of Housing Policy**, 19(3), 337–353, 2019. https://doi.org/10.1080/19491247.2019.1573960

SHIMBO, L. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. **Novos Estudos - Cebrap**, n. 105, 2016.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado:** A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. C/Arte, 2012.

SHIMBO, L. Z. **O concreto do capital:** Os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras [Livre-docência, Universidade de São Paulo], 2020. https://doi.org/10.11606/T.102.2020.tde-15012021-130243

SHIMBO, L.; BARAVELLI, J. E. Construção sem urbano: A hipergestão da produção habitacional de empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 24(1), Article 1, 2022. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202239

SHIMBO, L.; BARDET, F. (no prelo). A produção do valor dos territórios colonizada pela avaliação financeira: A financeirização por números. In **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

SHIMBO, L.; SANFELICI, D. Desativar o ativo e ativar a contradição: A financeirização urbana em perspectiva. In **Entre urgências e utopia:** Múltiplas escalas de ação. Que mundo estamos a construir? (pp. 271–294). Consequência, 2023.

SHIMBO, L., BARDET, F.; BARAVELLI, J. The financialisation of housing by numbers: Brazilian real estate developers since the Lulist era. **Housing Studies**, 37(6), 847–867, 2022. https://doi.org/10.1080/02673037.2022.2033175

SHIMBO, L.; BARAVELLI, J. E. Construção sem urbano: a hipergestão da produção habitacional de empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, 2022. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202239.

SILVA NETO, V. J.; CHIARINI, T.; RIBEIRO, L.C.; "Viagens de descobrimento: mapeando a geografia da economia de plataformas", p. 374-394. *In:* **Anais do VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (ENEI): "Indústria e pesquisa para Inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável"**. São Paulo: Blucher, 2022.

SILVA, F. F. A.; MACIEL, L. M. "Decolonizando" o planejamento urbano: a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. *In:* LIMONAD, E.; MONTEIRO, J.

SILVA, F.F.A.; OLIVEIRA, D. A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo. **Polisemia**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 41-56, 2017. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916840.pdf>. Acesso em: [data de acesso].

SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. *In:* **XVII Encontro Nacional da ABEP**, Caxambu, 2010.

SILVA, L. A. M. A continuidade do "problema da favela". *In:* OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. P. 220-237.

SILVA, L. M. **Automação no Porto de Santos e os impactos sobre seus trabalhadores**. Iniciação Científica - Orientador: Luciano Schmitz Simões). Escola Superior de Administração e Gestão Strong da Baixada Santista. Apresentado no Congresso Conic, 2019. Disponível em: https://www.conic-semesp.org.br/anais/anais-conic. Acesso em 24 ago.2024.

SILVA, R. D. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro**, 1990-2008. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. "O duplo movimento" de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n° 16, ano 5, 2014.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 4ªed. São Paulo, Cortez, 2010.

SIMONE, L. **Consumo, Retail y Ciudad.** Infraestructura de retail y producción del espacio urbano en la sociedad de consumo. Caso de Chile. 2018. Pontificia Universidad Católica de Chile, [s. l.], 2018.

SINGER, A., RUGITSKY, F. **Governo Lula – Ano I – economia**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/governo-lula-ano-i-economia/ Acesso em: 19 dez. 2023.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2ª edição. Contexto, São Paulo, 2010.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SINGER, P. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. *In:* SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SINGER, P. Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. *In:* CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

SLEE, T. **Uberização:** a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SLEE, T. **What is yours is mine:** against the sharing economy. Nova York, OR Books, 2017.

SMITH, J. **O imperialismo do século XXI:** globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SOBRAL, B. L. B. A evidência da estrutura produtiva oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. *In:* MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017. p. 397-426.

SÖDERSTRÖM, O.; PAASCHE, T.; KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling. **City**, 18:3, 307-320, 2014. doi: 10.1080/13604813.2014.906716

SOLDATTI, F. Desmetropolização: uma reflexão a partir de Milton Santos. **Boletim Semanal do Observatório das Metrópoles**, 22 fev. 2024. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/desmetropolizacao-uma-reflexao-a-partir-de-milton-santos/. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOTELO VALENCIA, A. Dependencia y Sistema Mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia em el siglo XXI. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n.17, 2005

SOUZA, J. de; TERRA, D. C. T. **Rio de Janeiro:** rumo a uma nova região metropolitana? Cadernos Metrópole, 19 (40), 817-840. 2017.

SOUZA, J., TERRA, D. CAMPOS, M. Mobilidade Populacional e as novas espacialidades urbanas: municípios da Ompetro. **Revista Eure**, 41(123), 53-80, 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v41n123/art03.pdf.

SOUZA, J. de; FRUTUOZO, José Victor de Paula. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010). urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 124-139, 2018.

SRNICEK, N. Construir plataformas pós-capitalistas. *In:* GROHMANN, R. **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas** São Paulo: Boitempo, p. 225-228, 2021.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 171p, 2017.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataforma**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

STEINBERG, M. From automobile capitalism to platform capitalism: toyotism as a prehistory of digital platforms, **Organization Studies**, v. 43, n. 7, 2021, p. 1069-90.

STERN, P. T**he Company-State.** Corporate Sovereignty and the Early Modern Foundation of the British Empire in India. Oxford, Oxford University Press, 2011.

STRAUSS, K. Labour geography 1: towards a geography of precarity. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 4, pp. 622-630, 2017.

STREECK, W Tempo comprado. **A crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018. 235p.

STROHER, L. E. M. Operações urbanas consorciadas: financeirização urbana sem investidores financeiros? *In:* SHIMBO, L.; RUFINO, B.(Orgs.) **Financeirização e estudos urbanos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 113-146

STROHER, L.; ALTAVINI, M.; YASSU, A.; KLINK, J.; CUNHA, L. F. Infraestruturas de papel: novos instrumentos de financeirização do espaço. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. v.26, n. 2. 2022. DOI: https://doi.org/10.1344/sn2022.26.35245.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. **South Atlantic Quarterly**, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015. DOI: 10.1215/00382876-2831290

SVAMPA, M. **Debates latino-americanos:** indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante, 2023.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Guadalajara: CALAS, 144 pp., 2019.

SVAMPA, M.; VIALE E.. **Maldesarrollo:** La Argentina del extractivismo y el despojo. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

SWEEZY, P.; MAGDOFF, H. The financial explosion. **Monthly Review**, v. 37, n. 07, 1985. Disponível em: https://monthlyreview. org/1985/12/01/the-financial-explosion/. Acesso em: 02 mai. 2024.

TAB UOL. **A capital dos galpões**, 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/capital-dos-galpoes/#cover>. Acesso em: 04 de jul. 2022.

TAGIAROLI, G. **Na garupa pela cidade:** por que moto por app bomba no Rio, mas em SP não? Tilt UOL, 29 mar 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2024/03/29/por-que-transporte-moto-via-app-tem-no-rj-mas-nao-tem-em-sp.htm> Acesso em: 9 mai 2024.

TALLER ECOLOGISTA. Los dueños del río. La hidrovía Paraguay-Paraná: el negocio de los recursos en América Latina. **Ecología Política**. vol. 31. p. 27-39. 2006.

TAMBELLI, C.N. **Smart Cities:** Uma Breve Investigação Crítica sobre os Limites de uma Narrativa Contemporânea sobre Cidades e Tecnologia, ITS Rio, 2018.

TAVARES, É. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

TAVARES, M. C. Império, Território e Dinheiro. *In:* FIORI, J. L. (org.). **Estados e Moedas**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1999. p. 449-489

TEIXEIRA, R. A. e ROTTA, T. N. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization. **Review of Radical Political Economics**, v. 44, n. 1, 2012

TELES, E. (coord) Projeto **A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura**. Informe público; São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.

TELLES, V. S. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009.

TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, jun. 2006.

TERÁN-MANTOVANI, E. & SCARPACCI, M. Economías criminales, extractivismo y acumulación entrelazada: un análisis multiescalar de los nuevos escenarios latinoamericanos. **Revista URVIO** Nº 38: pp. 8-31, 2024. DOI: https://doi.org/10.17141/urvio.38.2024.6146

THE GUARDIAN. The Uber files. **The Guardian**, 10 jul 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/series/uber-files>. Acesso em: 9 mai 2024.

TILLY, C. "Movimentos sociais como política". **Revista Brasileira de Ciência Política**. N. 3, Brasília: janeiro-julho de 2010.

TONIN, V. H.. **O circuito imobiliário na América Latina:** dependência, ditadura e neoliberalismo no Chile. 2021. 1 recurso online (296 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/6892. Acesso em: 5 set. 2024.

TONUCCI FILHO, J.; MAGALHÃES, F. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrópole**, 19: 39, pp. 433-454, 2017.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século xx. *In:*Ribeiro, L.C.Q.; Pechman, R. (org). **Cidade, Povo e nação.** Gênese do urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.23-52

TOPALOV, C. **Ganancias y rentas urbanas:** elementos teoricos. Madrid: Siglo XXI, 1984.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista:** algunos elementos para su análisis. México, D.F.: Edicol, 1979.

TOPALOV, C. **Les promoteurs immobiliers.** Contribution à l'analyse de la production capitaliste du logement en France. Paris: Gruyter, 1974.

TORRES, R S; TONUCCI FILHO, J B M; ALMEIDA, R P. Financeirização do imobiliário no Brasil: uma análise dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (2005-2020). **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 35-62, Apr. 2022

TOURAINE, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TOZI, F.; RIBEIRO DUARTE, L.; MARQUES LEITE, T. O serviço Uber Moto no Brasil: operação às margens da legalidade e vampirização das formas de transporte popular. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 268 –, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i2.76880. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/76880. Acesso em: 9 mai 2024.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, 33, p. 433-466, 2009.

TREGENNA, F. Deindustrialisation: an issue for both developed and developing countries. *In:* WEISS, J.; TRIBE, M. **Routledge handbook of industry and development**. London; New York: Roultledge, 2016.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; MARQUES, Gilberto de Souza; MAGALHÃES, Wendell da Costa. Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 53, 2019.

TROCATE, C.; COELHO, T. **Quando vier o silêncio**. São Paulo: Fundação Rosa Luxembugo, Expressão Popular, 2020.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD) (2022). **Review of Maritime Transport**. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/rmt2022_en.pdf

URBINATI, N. **Entrevista. Pararever ter a impotência política**. Disponível em: https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/parareverter-a-impotencia-politica/. Acesso em: 11 ag. 2023b.

URBINATI, N. **Pocos contra muchos**. El conflicto político en el siglo xxi. Editora Katz, 2023a.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In:* ARANTES. O.; VAINER, CARLOS; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, 2000.

VAN CREVELD, M. **Supplying war:** logistics from Wallerstein to Patton. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

VERCELLONE, C. The becoming rent of profit? The new articulation of wage, rent and profit. **Knowledge Cultures** 1 (2): 194–207, 2013.

VILANI, R. M., CRUZ, J. L. V. D., & PEDLOWSKI, M. A. **O sal do porto:** conflitos ambientais no Porto do Açu, Rio de Janeiro, Brasil. Ambiente & Sociedade, 24, 2021.

VILLA HERVÁS, I. La producción del espacio social en la Amazonía brasileña a través de las represas hidroeléctricas: El caso del conflicto de Belo Monte. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 45, p. 185-204. 2020. DOI: https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2020.45.008

VILLAÇA. F. **Espaço Intraurbano no Brasil**. 2ª. Ed. Studio Nobel; Fapesp, 2001.

VITTE, C. C. S. Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais. **Conexão Política**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 167-194, jan./jun. 2020.

VOMMARO, G. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

VON DENTZ, E. Produção agrícola no estado do Mato Grosso e a relação entre o agronegócio e as cidades: o caso de Lucas do Rio Verde e Sorriso. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 2, p. 165-186, 2019.

WALKER, G. **Primitive accumulation and the formation of difference:** On Marx and Schmitt. Rethinking Marxism 23 (3): 384–404, 2011.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2005.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974a.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974b.

WALLERSTEIN, I. **After liberalism**. New York: New Press, 1995.

WEBER, M. O socialismo. GERTZ R. E. (Org.) **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 252-77.

WEBER, R. Embedding futurity in urban governance: Redevelopment schemes and the time value of money. Environment and Planning A: **Economy and Space**, 53(3), 503–524, 2021. https://doi.org/10.1177/0308518X20936686

WERNECK, M. **Porto Maravilha:** agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ.

WOODCOCK, J. "O panóptico algorítmico da deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle". *In:* ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo, 2020.

WORLD SHIPPING COUNCIL **The Top 50 Container Ports**, 2021. Disponível em: https://www.worldshipping.org/top-50-ports

WRIGHT, E. O. **Como ser anti-capitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 192p., 2019.

XAVIER, Denise Prates. **Repensando a periferia no período popular da história:** o uso do território pelo movimento Hip Hop. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2005.

YASSU, A. **A reestruturação imobiliária e os arranjos escalares na (re) produção da metrópole:** o caso de Cajamar-SP. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

YASSU, A. **Cajamar e a face oculta da modernidade digital**, 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/20/cajamar-e-a-face-oculta-da-modernidade-digital. Acesso em: 16 out. 2024.

YASSU, A. O galpão logístico e a financeirização urbana: da flexibilidade produtiva ao imobiliário. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 257-281, jan./abr. 2022.

ZAMBONI, D., SCUSSEL, V., & HORIQUINI, C. (in-press). A instrumentação da política urbana em Ribeirão Preto, as estratégias dos agentes e os loteamentos urbanos. In **A cidade em portfólio:** Superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária. Letra Capital.

ZHANG, J. **La transición de China hacia el crecimiento liderado por las ciudades**. Project Syndicate, 2017.

ZHANG, K. H.; SONG, S. Rural-urban migration and urbanization in **China: evidence from time-series and cross-section analyses**. China Economic Review, v. 14, no. 4, p. 386-400, 2003.

ZIBECHI, R **Los desbordes populares desde abajo.** La revolución de 1968 en América latina, Madrid, Libros en Acción, 2018.

ZIBECHI, R. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**. Santiago de Chile: Editoria; Quimantú, 2014.

ZIBECHI, R. **Descolonizar la rebeldía**. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias. Málaga: Baladre; Zambre; Ecologistas em Acción, 2014.

ZIBECHI, R. **Los movimientos sociales latinoamericanos:** tendencias y desafíos. Buenos Aires : CLACSO, 2003- . – ISSN 1515-3282

ZIBECHI, R. Nuevas formas de hacer: La construcción de otro mundo en América Latina. Entrevista de Michael Hardt y Alvaro Reyes.**The South Atlantic Quarterly**, Duke University Press, Winter 2012.

ZIBECHI, R. **Os limites do progressismo:** sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Consequência: Rio de Janeiro, 2017.

ZIBECHI, R. **Territórios em Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/159-noticias/entrevistas/579487-ciclo-progressista-chegou-ao-fim-e-esta-em-crescimento-uma-nova-direita-entrevista-especial-com-raul-zibechi (04/06/2018) acesso 22/04/2019

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

ŽIŽEK, S. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

"Uma obra colaborativa brilhante, que exemplifica com força o rigor teórico, a capacidade analítica, a abrangência empírica e a visão emancipatória dos estudos urbanos radicais contemporâneos no Brasil."

NEIL BRENNER, professor Lucy Flower de Sociologia Urbana. Universidade de Chicago

"Eureka! Esse livro é de imprescindível leitura para quem quer compreender como a dominação financeira e tecnológica, a face da nova forma histórica da dependência, incide sobre a produção do espaço."

SANDRA LENCIONI, geógrafa, professora titular sênior da USP e professora do programa de pós-graduação da PUC-Rio

"O leitor desta obra é privilegiado pelo diagnóstico excepcional sobre a atual posição temática da urbanização dependente na América Latina. Ao mesmo tempo, está atualizado sobre a especificidade com que o modo rentista-neoextrativista se manifesta na periferia do capitalismo global."

MARCIO POCHMANN, professor do Instituto de Economia – Unicamp

"Testemunhamos, no século XXI, o renascimento do interesse pela teoria da dependência, particularmente em sua versão marxista. É o que podemos notar, por exemplo, quando estamos diante de uma obra como esta, que busca identificar e analisar os nexos contemporâneos entre dependência e urbanização."

CARLOS EDUARDO MARTINS, professor Associado do IRID e do PEPI (UFRJ), pesquisador do CLACSO

ACADÊMICA
Série

ISBN 978-65-5252-129-3

LETRCAPITAL
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
CNPq
FAPERJ